



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1788

Terça-feira - 21 de Julho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garuva	258	Passos Maia	402
Anchieta	4	Gaspar	263	Penha	403
Ascurra.....	13	Governador Celso Ramos	277	Pinheiro Preto	419
Balneário Rincão	14	Guaraciaba	278	Pomerode	421
Barra Velha.....	15	Guaramirim	279	Ponte Serrada	424
Bela Vista do Toldo.....	16	Herval d'Oeste	288	Porto União.....	425
Benedito Novo	22	Ilhota	293	Pouso Redondo	439
Biguaçu	23	Imarui	294	Presidente Castello Branco	440
Blumenau	28	Imbituba	296	Presidente Nereu.....	441
Bom Jesus do Oeste	50	Indaial.....	304	Rio dos Cedros.....	447
Bom Retiro	51	Ipumirim	326	Rio do Sul.....	443
Botuvera.....	53	Irineópolis	328	Salto Veloso	448
Braço do Trombudo	55	Itá	329	Santa Cecília	450
Brusque.....	59	Itaiópolis	330	Santa Rosa do Sul	451
Caçador.....	72	Itapiranga.....	331	São Bento do Sul.....	452
Camboriú.....	75	Itapoá	332	São Domingos.....	458
Campo Alegre	76	Ituporanga	335	São João do Oeste	459
Canelinha	83	Joaçaba	340	São João do Sul	460
Canoinhas.....	84	Lages	345	São Joaquim	461
Capinzal	119	Lauro Muller	346	São José.....	476
Catanduvas.....	137	Leoberto Leal.....	351	São José do Cedro.....	485
Caxambu do Sul.....	154	Macieira.....	357	São Lourenço do Oeste.....	486
Chapadão do Lageado	155	Maravilha.....	358	São Miguel do Oeste.....	489
Cocal do Sul.....	156	Massaranduba.....	359	São Pedro de Alcântara.....	496
Concórdia	157	Meleiro	360	Schroeder	514
Cordilheira Alta	163	Modelo	361	Timbó	528
Coronel Freitas.....	203	Morro da Fumaça	362	Tunápolis.....	531
Coronel Martins.....	205	Navegantes	363	Turvo	532
Correia Pinto.....	206	Nova Trento	368	Urussanga	534
Curitibanos	207	Novo Horizonte	369	Vidal Ramos.....	535
Ermo	212	Orleans	370	Videira.....	536
Faxinal dos Guedes.....	213	Palhoça	372	Xanxerê.....	540
Forquilha.....	249	Palmitos	394	Xavantina	541
Fraiburgo.....	252	Papanduva.....	398	Xaxim.....	544
Garopaba.....	257	Passo de Torres.....	399		

Consórcios

ARIS	547	Consórcio CISAMA.....	548
------------	-----	-----------------------	-----

Editais de Notificação

Botuverá.....	549	Siderópolis.....	593
Camboriú.....	549	Três Barras	596
Cocal do Sul.....	562	Turvo	601
Correia Pinto.....	567		
Garuva	573		
Guaramirim.....	576		
Itapoá	581		
Porto Belo.....	586		
Schroeder	589		

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 217/2015

PORTARIA Nº 217/2015 de 16 de julho de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário GILSON DE OLIVEIRA, inscrito sob CPF nº 036.856.469-07 ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, a partir de 16/07/2015 a 14/08/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de julho de 2015

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 218/2015

PORTARIA Nº 218/2015 de 16 de julho de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária SILVIA MONICA BORTOLINI BRAGA, inscrita sob CPF nº 029.199.929-88, funcionária efetiva no cargo de Enfermeira, a partir de 16/07/2015 a 25/08/2015, período 14/15, restando 20 dias para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de julho de 2015

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 219/2015

PORTARIA Nº 219/2015 de 16 de julho de 2015

“DESIGNAR SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Designar a substituição em caráter temporário da servidora GLAUCIA REGINA VARASCHIN, CPF 006.597.239-21, matrícula 1197, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, para que além das funções que já exerce, exercer também as funções inerentes ao cargo de Diretor do Departamento de Compras, Licitações e Convênios, durante o período de férias do servidor CRISTIANO SAVARIS DA SILVA, CPF 005.614.419-95, Matrícula 1142, ocupante do referido cargo a ser substituído.

Artigo 2º Tal substituição tem início em 13/07/2015 a 01/08/2015, ou seja em quanto o substituído estiver em férias.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 13/07/2015 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de julho de 2015

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 220/2015

PORTARIA Nº 220/2015 de 17 de julho de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária MARIA TERESA MACCAGNAN, inscrita sob CPF nº 044.683.349-59, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 17/07/2015 a 15/08/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de julho de 2015

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 221/2015

PORTARIA Nº 221/2015 de 17 de julho de 2015

"EXONERAR DO CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO DE MERENDEIRA O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar do cargo em caráter temporário de merendeira, a servidora, Malvina Ferreira Velho, brasileira, inscrita sob CPF o nº 321.960.249-53, a partir de 17/07/2015, conforme solicitação da pasta responsável.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de julho de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 104/2015

DECRETO Nº. 104/2015, de 17 de julho de 2015.

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais) e contém outras providências.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.183, de 17 de julho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade nº. 05.07.13.392.0248.1.073 – Aquisição de Instrumentos Musicais para Banda Municipal, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais), objetivando ao atendimento de despesas com aquisição de Instrumentos musicais que consiste em; 04 (quatro) pares de Pratos para utilizar na Banda Municipal.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07 - CULTURA	
13.392.0248.1.073 – Aquisição de Instrumentos Musicais para Banda Municipal	
(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas	
..... R\$ 1.960,00	
Total	R\$ 1.960,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07 - CULTURA	
13.392.0247.2.123 – Administração Geral dos Bens e Serviços	

Culturais,	
Biblioteca e Festividades do Município	
(121) 3.3.90.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas	
..... R\$ 1.960,00	
Total	R\$ 1.960,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,
Em 17 de julho de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 17 de julho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 037_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 037/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de preço para prestação de serviços de confecção de material gráfico (Pastas Triplex, Blocos, Capa para blocos e Envelopes) Para serem utilizados pelas Secretarias de Agricultura, Fazenda e Educação Cultura e Esportes, por um período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 04/08/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 20 julho de 2015.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 038-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 038/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Contratação de empresa para o fornecimento de serviços de acesso a rede mundial de computadores (INTERNET) 24Hrs, para atender todas as secretarias e autarquias do Município de Anchieta, de acordo com as normas da Anatel. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 04/08/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 20 de julho de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Lei 2.183/2015

LEI Nº. 2.183/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais) e contém outras providências.	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade nº. 05.07.13.392.0248.1.073 – Aquisição de Instrumentos Musicais para Banda Municipal, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais), objetivando ao atendimento de despesas com aquisição de Instrumentos musicais que consiste em; 04 (quatro) pares de Pratos para utilizar na Banda Municipal.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

07 - CULTURA

13.392.0248.1.073 – Aquisição de Instrumentos Musicais para Banda Municipal

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas

..... R\$ 1.960,00

Total R\$ 1.960,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 – Administração Geral dos Bens e Serviços Culturais,

Biblioteca e Festividades do Município

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas

..... R\$ 1.960,00

Total R\$ 1.960,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 17 de julho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 17 de julho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA DOS RESTOS A PAGAR 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00				0,00	0,00		
DEPOSITOS INDEVIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Orçam. Municipal	78.005,24	0,00	351,80	0,00	1.774,58	75.878,86	33.109,27	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	78.005,24	0,00	351,80	0,00	1.774,58	75.878,86	33.109,27	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	78.005,24	0,00	351,80	0,00	1.774,58	75.878,86	33.109,27	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ANCHIETA, 15/07/2015

VALDEREZ IZOTTON PRESIDENTE	IVO SCHAEFFER VICE - PRESIDENTE	ODACIR PREVEDELLO 1º SECRETÁRIO
PAULO FUSIEGER 2º SECRETÁRIO	EDEMAR LUIZ GRIEBLER CRC SC-036.207/O-8	

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	77.653,44	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	78.005,24	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	351,80	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-77.653,44	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	3.117,69	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	33.109,27	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANCHIETA, 15/07/2015

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

FONTE:

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

ANCHIETA, 15/07/2015

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 1º SEMESTRE

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 15/07/2015

VALDEREZ ZOTTON
PRESIDENTEIVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTEODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIOPAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIOEDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	419.197,38	0,00
Pessoal Ativo	419.197,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	419.197,38	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.325.748,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	419.197,38	3,15
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	799.544,90	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	759.567,65	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	719.590,41	5,40

FONTE:

ANCHIETA, 15/07/2015

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2015

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	13.325.748,33	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	419.197,38	3,15
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	799.544,90	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	759.567,65	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-77.653,44	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.931.664,63	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.132.119,73	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	932.802,38	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	33.109,27	75.878,86

FONTE:

ANCHIETA, 15/07/2015

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

IVO SCHAEFFER
VICE - PRESIDENTE

ODACIR PREVEDELLO
1º SECRETÁRIO

PAULO FUSIEGER
2º SECRETÁRIO

EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO 2748, de 13/07/2015

DECRETO Nº 2748, de 13 de Julho de 2015.

Atualiza o custo mensal da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP

O PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV do art. 72, da Lei Orgânica do Município, c/c com o art. 149-A da CRFB/88, e

CONSIDERANDO a Resolução Homologatória nº 1770, de 07 de agosto de 2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que autorizou a CELESC a aplicar o reajuste médio de 23,21% (vinte e três vírgula vinte e um por cento) do Mega Watt hora (MWh) de energia elétrica, e

CONSIDERANDO a Resolução Homologatória nº 1858, de 02 de março de 2015, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que autorizou a CELESC a aplicar o reajuste médio de 36,79% (trinta e seis vírgula setenta e nove por cento) do Mega Watt hora (MWh) de energia elétrica, e

CONSIDERANDO que os reajustes médios acima mencionados, devidamente autorizados pela ANEEL – Agência Nacional de Energia, somam o percentual de 60% (sessenta por cento), e

CONSIDERANDO que a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, não sofreu quaisquer reajuste desde o ano de 2007, data da Edição da Lei nº 1072, de 20 de novembro de 2007, que alterou a tabela que estabelece o custo mensal do serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes, de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, prevista na Lei nº 1051, de 14 de dezembro de 2006, e

CONSIDERANDO que a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, não vem suprimindo as despesas oriundas da prestação de serviços a que se dispõe, qual sejam: iluminação pública das vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, e

DECRETA:

Art. 1º - A base de cálculo da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, de que trata o art. 2º, da Lei nº 1051, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 1073, de 20 de novembro de 2007, fica reajustada no percentual de 30% (trinta por cento),

Art. 2º - Atualiza a tabela prevista no artigo acima citado, passando a ter a seguinte redação:

VALOR DA COSIP EM R\$		
FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA	CONTRIBUINTES	
	RESIDENCIAIS/RURAL	NÃO RESIDENCIAIS
I. 0 a 50 Kwh	1,30	7,80
II. 51 a 100 Kwh	5,20	13,00
III. 101 a 300 Kwh	9,10	19,50

IV. 301 a 500 Kwh	13,00	26,00
V. 501 a 1.000 Kwh	22,10	39,00
VI. 1.001 a 2.000 Kwh	32,50	65,00
VII. 2.001 a 5.000 Kwh	39,00	104,00
VIII. acima de 5.000 Kwh	52,00	130,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Ascurra/SC em, 13 de julho de 2015.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto na forma Regulamentar.
Município de Ascurra em, 13 de julho de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 027/FMS/2015; DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de materiais elétricos e sistema de proteção de segurança contra incêndio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: Edital de CONVITE Nº. 014/FMS/2015. No valor global de: R\$ 9.828,00 (Nove mil Oitocentos e vinte e oito reais). ASSINATURA: 01/07/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Felipe Fragnani Dagostin.

CONTRATO Nº. 028/FMS/2015; CAMPOSDIAS COMERCIO DE EXTINTORES LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de materiais elétricos e sistema de proteção de segurança contra incêndio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: Edital de CONVITE Nº. 014/FMS/2015. No valor global de: R\$ 3.098,00 (Três mil e noventa e oito reais). ASSINATURA: 01/07/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Osni Darós.

CONTRATO Nº. 029/FMS/2015; OEDING ASSESSORIA CONTABIL LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para 500 horas de serviços de Assessoria Técnica especializada nas Áreas Contábil, Administrativo, Financeiro, Patrimonial e de Controle Interno do Fundo Municipal de Saúde, com aplicação de carga horária mensal variável a ser executado de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: Edital de CONVITE Nº. 015/FMS/2015. No valor global de: R\$ 66.300,00 (Sessenta e seis mil e trezentos reais). ASSINATURA: 06/07/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Eyng.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 085/PMBR/2015; DISTRIMEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de materiais elétricos e sistema de proteção de segurança contra incêndio do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: CONVITE Nº. 038/PMBR/2015. No valor global de R\$ 12.853,00 (Doze mil oitocentos e cinquenta e três reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 01/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Felipe Fragnani Dagostin.

CONTRATO Nº. 086/PMBR/2015; CAMPOSDIAS COMERCIO DE EXTINTORES LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada de materiais elétricos e sistema de proteção de segurança contra incêndio do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: CONVITE Nº. 038/PMBR/2015. No valor global de R\$ 6.270,00 (Seis mil duzentos e setenta reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 01/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Osni Darós.

CONTRATO Nº. 087/PMBR/2015; MARIA SIRLEI MENDES DOS SANTOS; OBJETO: Locação de um imóvel, sala comercial térrea, com aproximadamente 51,15m², correspondente ao Lote nº 06 da Quadra nº 16, Loteamento Tomazia, Localizada na Rua Maracajá, nº 331, Centro no município do Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: Dispensa de Licitação Nº. 044/PMBR/2015. No valor global de R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 01/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e a Sr.ª Maria Sirlei Mendes Dos Santos.

CONTRATO Nº. 088/PMBR/2015; MINACRIL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para o fornecimento de um Triturador de Resíduos com Motor Trifásico de 15hp, 60hz, 220/380, para uso da Secretaria da Pesca, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/PMBR/2015. No valor global de R\$ 10.950,00 (Dez mil novecentos e cinquenta reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 06/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Richard Moliner.

Barra Velha

PREFEITURA

PP 049/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 064/2015 - Pregão Presencial nº 049/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para Aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades das Secretarias de Administração e Educação do município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 07/08/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 07/08/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:00 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 20 de julho de 2015. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 051/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 066/2015 - Pregão Presencial nº 051/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para Aquisição de divisórias para instalação e manutenção na Secretaria de Administração e demais setores da Prefeitura de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 07/08/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 07/08/2015 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 20 de julho de 2015. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 050/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 065/2015 - Pregão Presencial nº 050/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de toldos e tendas incluindo serviço de instalação para as Escolas e CEIS da rede municipal de ensino, e quartel da PM conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 31/07/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 31/07/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 20 de julho de 2015. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 052/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 067/2015 - Pregão Presencial nº 052/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para aquisição/fornecimento parcelado de cartuchos e toners para Secretaria de Administração e Secretaria de Educação do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 06/08/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 06/08/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:00 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 20 de julho de 2015. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 265

DECRETO N.º 265/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

"CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 06 de agosto de 2015, com início às 13h00min, no Centro de Eventos Oscar Pereira, situado a Rua Augusto Kuchler, s/nº, Centro, Bela Vista do Toldo - SC, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 20 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 266

DECRETO N.º 266/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DE BELA VISTA DO TOLDO – SC".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Tutelar de Bela Vista do Toldo, constante no Anexo deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 20 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO 18 - ERRATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

1ª ERRATA

Nos itens constantes:

DAS AMOSTRAS

Onde se lê: "A licitante vencedora do certame deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis antes de contar data da realização do Pregão, 01 (uma) amostra do kit de uniforme escolar cotado, acompanhado de laudo da composição da malha, para posterior avaliação. Se for do interesse da licitante, está disponível, para visualização e análise, 01 (um) conjunto do uniforme escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação de Bela Vista do Toldo/SC."

Leia-se: "A licitante vencedora do certame deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após de contar data da realização do Pregão sem prorrogação de prazo sob a pena de eliminação, 01 (uma) amostra do kit de uniforme escolar cotado, acompanhado de laudo da composição da malha, para posterior avaliação."

DA PROPOSTA DE PREÇOS - Envelope nº 1, DA ENTREGA

Onde se lê: "o prazo de entrega não deve ser superior a 30 dias úteis após a emissão da ordem de compras.

Leia-se: "o prazo de entrega não deve ser superior a 20 dias corridos após a emissão da ordem de compras.

DO ANEXO II

Onde se lê: "Os kits de uniformes escolares deverão ser entregues no prédio da Prefeitura, sito à Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar data de recebimento da autorização de fornecimento pela CONTRATADA.

Leia-se: "Os kits de uniformes escolares deverão ser entregues no prédio da Prefeitura, sito à Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar data de recebimento da autorização de fornecimento pela CONTRATADA.

Bela Vista do Toldo, 17 de julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

REGIMENTO INTERNO CONSELHO TUTELAR

ANEXO AO DECRETO Nº 266.2015

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO – SC.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Conselho Tutelar do Município de Bela Vista do Toldo, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de

zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente de 13 de julho de 1990 – ECA) e regulamentado pela Lei Municipal nº 1.081 de 27 de março de 2015.

Art. 2º. O Conselho Tutelar atuará nos limites deste Município e nos casos em que a criança ou adolescente forem de outros Municípios serão encaminhados para o Município de origem para tomar as decisões cabíveis.

Parágrafo Único: Se determinado pelo Poder Judiciário as viagens decorrentes desta competência deverão ser custeadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO II DA SEDE

Art. 3º. O Conselho Tutelar do Município de Bela Vista do Toldo funcionará em local apropriado, com bons equipamentos e em perfeito estado.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º. O atendimento do Conselho Tutelar será permanente e obedecerá ao seguinte:

I - Em regime ordinário, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, com no mínimo 02 (dois) conselheiros, observando-se que, se a demanda de serviço impuser, os demais conselheiros deverão também atuar em rodízio para atender as funções do Conselho Tutelar;

II - Nos horários noturnos, feriados e fins de semana o atendimento será efetuado por meio de um ou mais Conselheiros de plantão em regime de sobreaviso, por telefone móvel, obedecendo-se a escala de rodízio;

III - Caberá ao Fundo Municipal de Assistência Social oferecer a infraestrutura necessária e a manutenção da mesma: telefone móvel, veículo com motorista e local para abrigamento provisório.

IV - Os Conselheiros Tutelares, para efetivo cumprimento da jornada de trabalho, organizarão escala interna, que será afixada em local público na sede do Conselho Tutelar e no CMDCA.

Parágrafo Único: As escalas de plantões em regime de sobreaviso e suas alterações deverão ser sempre comunicadas ao CMDCA, Polícias Militar e Civil, Colégio Estadual e Promotoria da Infância e Adolescência, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV DO APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Art. 5º. O Conselho Tutelar deve contar com equipe administrativa composta de assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais e motorista.

§1º. A equipe administrativa obedecerá às normas e procedimentos do Conselho Tutelar.

§2º. Caso necessário, podem recorrer a serviços especializados de Advogados, Psicólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais, entre outros, pertencentes ao quadro do Município.

Art. 6º. São deveres da Equipe Administrativa:

I - Manter um bom relacionamento com as crianças, adolescentes e demais usuários;

II - Cumprir horário tanto na chegada, quanto na saída;

III - Evitar qualquer comentário que comprometa o sigilo dos casos atendidos no Conselho Tutelar conforme art. 143 do ECA;

IV - Evitar omitir opiniões de assuntos que não sejam pertinentes a sua função;

V - Participar de reuniões e eventos sempre que solicitado.

Art. 7º. São atribuições do Assistente Administrativo:

I - Assumir a coordenação do equipamento, mantendo-o em

perfeitas condições de funcionamento;

II - Estabelecer registro de frequência dos conselheiros tutelares e demais servidores;

III - Administrar o espaço físico mantendo em perfeitas condições de funcionalidade;

IV - Providenciar a manutenção de equipamentos e o abastecimento de materiais de consumo;

V - Providenciar o encaminhamento de correspondências e outros documentos quando solicitados pelas coordenações do Conselho Tutelar;

VI - Assumir atribuições acordadas com os Conselheiros Tutelares;

VII - Solicitar materiais de expediente, equipamentos, móveis e outros necessários ao bom funcionamento do Conselho Tutelar, procedendo o seu controle.

Art. 8º. São Atribuições do (a) Auxiliar de Serviços Gerais:

I - Manter a rotina dos serviços de limpeza e conservação das dependências do Conselho Tutelar de acordo com as normas pré-estabelecidas;

II - Conservar os produtos e materiais de limpeza e guarda-los em local apropriado;

III - Zelar pela conservação do prédio e de suas dependências internas e externas, como do mobiliário;

IV - Executar outros serviços pertinentes à função.

Art. 9º. São atribuições do motorista:

I - Ao motorista compete transportar os Conselheiros Tutelares, pais, responsáveis, crianças, adolescentes ou qualquer pessoa da comunidade desde que tenha sido indicado pelos Conselheiros;

II - Deverá transportar os Conselheiros Tutelares no exercício de suas funções;

III - Registrar em formulário próprio o roteiro das viagens realizadas;

IV - Providenciar, junto ao setor competente, a manutenção do veículo, mantendo as condições regulares de funcionamento e segurança;

V - Executar demais serviços pertinentes a sua função;

VI - Zelar pelo veículo e demais equipamentos que estiverem sob sua responsabilidade;

VII - Apresentar-se a sede do Conselho Tutelar das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min em caráter de sobreaviso conforme as escalas de plantão.

Art. 10. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Assumir as funções de zelo e atendimento a criança e adolescente, conforme estabelecido na Lei federal nº 8.069/90 e Leis Complementares Federais e Estaduais;

II - Cumprir suas obrigações de servidores públicos municipais nos termos da Legislação pertinente;

III - Zelar pelo patrimônio público móvel e imóvel;

IV - Assinar diariamente a frequência;

V - Atender as normas complementares expedidas pelo CMDCA, nos termos da Lei Municipal nº 1.081/2015;

VI - Atender as crianças e adolescentes, nas hipóteses previstas no art. 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas no art. 101, incisos I a VII, do referido diploma legal;

VII - Atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, incisos I a VII, do ECA;

VIII - Promover a execução de decisões, podendo para tanto:

a) Requisitar serviços públicos na área de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) Representar junto à autoridade judiciária, nos casos de descumprimentos injustificados de suas deliberações;

IX - Encaminhar ao Ministério Público, notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e adolescente;

X - Encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência;

XI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária,

entre as previstas no art. 101, incisos I a VI, do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

XII - Expedir notificações;

XIII - Requisitar certidões de nascimento e óbito de crianças e adolescentes quando necessário;

XIV - Assessorar o Poder executivo deste Município, na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

XV - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XVI - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança e do adolescente junto a família natural.

Parágrafo Único: No exercício de suas atribuições, caso o Conselho Tutelar entenda necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, comunicará o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para orientação, o apoio e a promoção social da família.

Art. 11. São atribuições do Conselheiro Tutelar, em particular, entre as atividades do art. 10:

I - Proceder à verificação dos fatos que lhe forem distribuídos, tomando desde logo as providências de caráter prioritário, preparando registro e/ou relatório escrito, em relação a cada fato e acompanhando a medida específica de proteção aplicada;

II - Cumprir normativas, fluxogramas, escala de trabalho e de plantão, previamente organizada;

III - Executar tarefas que lhe forem destinadas em colegiado;

IV - Participar efetivamente, nas formações oferecidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social, CMDCA, entre outras;

V - Cumprir as deliberações colegiadas;

VI - Utilizar, alimentar e manter atualizado o instrumental SIPIA e APOIA, conforme orientações recebidas;

VII - Manter ética e sigilo profissional;

VIII - Ao final do mandato ou por ocasião de afastamento e férias, repassar os fatos ao Conselheiro Tutelar que o substituirá na respectiva escala.

IX - Tratar com humanidade as pessoas.

Art.12. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I - Ausentar-se do serviço durante a jornada, sem prévia comunicação ao Coordenador e ao outro Conselheiro, a não ser em casos excepcionais, que deverão ser justificados no próximo dia útil;

II - Retirar sem prévia autorização do Coordenador, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - Recusar fé aos documentos públicos;

IV - Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo a execução de serviço;

V - Promover manifestação de apreço ou despreço no ambiente de trabalho;

VI - Comentar com pessoa estranha ao Conselho Tutelar o desempenho de atribuições que seja de sua responsabilidade;

VII - Coagir ou aliciar pessoas vinculadas ao Conselho Tutelar;

VIII - Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

IX - Receber propina, comissão, presentes ou vantagens de qualquer espécie em razão de suas atribuições;

X - Praticar usura sob qualquer de suas formas;

XI - Proceder de forma desidiosa;

XII - Utilizar pessoal ou recurso material do Conselho Tutelar em atividades particulares;

XIII - Representar o Conselho Tutelar na imprensa falada ou escrita sem prévia comunicação e aprovação do Colegiado.

Parágrafo Único: Declarada a vacância do cargo, nos termos do artigo anterior, o CMDCA fará a convocação do respectivo suplente.

CAPÍTULO V DO COLEGIADO

Art. 13. Entende-se por Colegiado a forma de gestão na qual são compartilhadas as experiências diferenciadas e onde são tomadas decisões pela maioria simples de seus conselheiros.

Art. 14. O Coordenador do Conselho Tutelar será escolhido entre os Conselheiros e terá mandato de 01 (um) ano após, permitida recondução, podendo ser substituído a qualquer tempo, pela vontade da maioria.

Art. 15. Compete ao Coordenador:

I - Convocar ordinária e extraordinariamente as reuniões do Conselho, por escrito, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência e com pauta definida;

II - Presidir e coordenar as reuniões do Conselho Tutelar de forma dinâmica e participativa; organizar a pauta, dirigir trabalhos e ações, submeter à matéria da discussão a votação, proclamar o resultado da votação;

III - Representar publicamente o Conselho Tutelar ou designar representante deste junto à Sociedade e ao Poder Público;

IV - Cumprir e fazer cumprir as normas regimentais e deliberativas do Conselho Tutelar, bem como garantir a execução do plano de trabalho;

V - Assinar as correspondências do Conselho Tutelar;

VI - Decidir com voto de qualidade nos casos de empate nas votações;

VII - Autorizar, depois de consultado os demais Conselheiros a troca de plantões entre Conselheiros desde que não haja prejuízo para andamento das atividades do Conselho Tutelar;

VIII - Junto aos demais Conselheiros elaborar a escala de atendimento, de plantões e do cronograma de visitas, e criar comissões de trabalho quando necessário, com a devida concordância do CMDCA.

CAPÍTULO VI DO PROCEDIMENTO TUTELAR

Art. 16. O Conselho Tutelar é responsável pela manutenção e conservação de um acervo de informações prioritariamente das políticas sociais e de interesse coletivo, devendo obrigatoriamente manter os seguintes instrumentos de registro:

I - Pasta de arquivo de atas das reuniões de colegiado;

II - Pasta de arquivo da Legislação Municipal, Estadual e Municipal;

III - Pasta de arquivo de publicações na imprensa;

IV - Livro de ocorrências;

V - Pasta de arquivos de resoluções, circulares, acordos operacionais e outros documentos correlatos;

VI - Pasta de arquivo com documentação das crianças e adolescentes atendidas pelo Conselho Tutelar;

VII - Arquivo de ocorrências.

CAPÍTULO VII DO EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO

Art. 17. O expediente administrativo do Conselho Tutelar terá caráter reservado e somente poderá ser examinado em consulta, pelo CMDCA, Juiz da Infância e Juventude e Ministério Público da Infância e Juventude.

I - Registro de Atendimento;

II - As verificações realizadas;

III - Notificações expedidas;

IV - Os termos de declarações prestados;

V - As orientações prestadas;

VI - O parecer sobre as medidas adotadas pelo Conselheiro Tutelar responsável pelo atendimento;

VII - Outros documentos relacionados ao atendimento;

VIII - Relatório do atendimento elaborado pelo Conselheiro Tutelar

responsável contendo a descrição dos fatos, os acontecimentos, as informações coletadas, as conclusões e as medidas adotadas.

CAPÍTULO VIII DO REGISTRO DA OCORRÊNCIA

Art. 18. A ocorrência será encaminhada ao Conselho Tutelar através de comunicação;

I - Do ofendido, dos pais ou responsáveis ou qualquer pessoa da população;

II - Anônima;

III - Postal, telefônica ou similar;

IV - Do próprio conselheiro.

Parágrafo Único: Nas hipóteses do inciso I, os casos serão organizados em ordem cronológica para fins de atendimento, priorizando as situações de emergência.

Art. 19. Quando em regime de plantão noturno, feriados e finais de semana, as ocorrências serão registradas pelo conselheiro plantonista, que adotará as providências cabíveis.

CAPÍTULO IX DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 20. Consideram-se fatos em que o Conselheiro Tutelar será impedido de acompanhar os casos:

I - Impedimento quando o Conselheiro Tutelar for cônjuge ou parente consanguíneo ou afim em linha reta, ou linha colateral até o segundo grau de pessoas envolvidas;

II - Suspeição quando o Conselheiro Tutelar for de alguns dos envolvidos:

a) Amigo íntimo ou amigo capital;

b) Herdeiro legatário, antigo empregado ou empregador;

c) Interessado em favor de um deles.

II - Suspeição por motivo íntimo declarado pelo próprio conselheiro;

III - Acúmulo de casos sob responsabilidade de um mesmo Conselheiro.

CAPÍTULO X DA VERIFICAÇÃO

Art. 21. Verificação é o ato pelo qual o Conselheiro Tutelar promoverá o estudo e a elucidação do caso. A verificação poderá abranger:

I - Sindicância no endereço dos envolvidos;

II - A realização de um estudo social;

III - A solicitação de parecer técnico;

IV - A constatação pessoal;

V - A ouvidoria dos envolvidos;

VI - O reconhecimento das pessoas, coisas e acareação;

VII - Coletas de provas de qualquer outra natureza.

CAPÍTULO XI DA EXECUÇÃO

Art. 22. A execução é o ato pelo qual se cumprem as deliberações do Conselho Tutelar.

§ 1º. A execução consistirá em:

I - Promover a efetivação dos encaminhamentos adotados;

II - Fiscalizar e acompanhar a efetivação da execução.

§ 2º. A execução da decisão competirá ao Conselheiro que esteja acompanhando o caso.

§ 3º. O Conselheiro responsável pela execução apresentará relatório desta atividade na reunião de estudos de casos.

Art. 23. Ocorrendo o descumprimento, injustificado, das decisões, será representado junto ao Ministério Público, afim de que sejam tomadas providências legais pertinentes.

Art. 24. Ao encerrar o expediente de plantão noturno, o Conselheiro deverá registrar em livro todas as atividades por ele desenvolvidas durante o plantão, bem como as ligações recebidas e originadas.

Parágrafo Único: O Conselheiro que assumir o plantão deverá obrigatoriamente verificar o livro de registro de ocorrências, para garantir a continuidade dos plantões ao mesmo tempo em que terá conhecimento das atividades realizadas no plantão anterior.

CAPÍTULO XII DA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO

Art. 25. O Conselho Tutelar fiscalizará as entidades de atendimento a crianças e adolescentes por meio de visitas de inspeção, por no mínimo 02 (dois) Conselheiros, verificando basicamente o cumprimento adequado das obrigações elencadas no art. 94 da Lei Federal nº 8.069/90 do ECA, conforme termo adequado.

Art. 26. As visitas e inspeções serão efetuadas sempre que os Conselheiros acharem necessário ou sempre que houver denúncia de irregularidade.

Parágrafo Único: O cronograma de visitas será elaborado em reunião específica para este fim.

CAPÍTULO XIII DAS FÉRIAS

Art. 27. As férias dos Conselheiros Tutelares serão anuais, por um período de 30 (trinta) dias, permitido o afastamento de somente 01 (um) conselheiro por vez.

CAPÍTULO XIV DA PERDA DO MANDATO

Art. 28. Perderá o mandato, o Conselheiro Tutelar que, comprovadamente faltar com o cumprimento de suas atribuições, conforme o que determina a legislação pertinente em vigor, assegurado ao Conselheiro tutelar o direito de ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo, nos termos da Constituição Federal.

Art. 29. A suplência será exercida segundo a ordem de votação do Processo de escolha, na ausência do titular por período superior a 30 (trinta) dias, quando comprovadas pelos meios competentes e por ocasião de férias dos Conselheiros Tutelares titulares.

CAPÍTULO XV DO PLENÁRIO

Art. 30. O Conselho se reunirá ordinariamente e extraordinariamente:

§ 1º. As sessões ordinárias ocorrerão na primeira quinzena de cada mês, às 09h00min, com maioria simples de presenças.

§ 2º. As sessões objetivarão o estudo de caso, planejamento e avaliação de ações, análise da prática, buscando a autoridade referendar medidas tomadas individualmente.

Art. 31. Irão a deliberação os assuntos de maior relevância, ou que exigiram estudos mais aprofundado.

Art. 32. As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos conselheiros presentes à sessão, respeitadas disposições definidas em Lei.

Art. 33. De cada sessão plenária do Conselho, será lavrada uma ata assinada pelos Conselheiros presentes registrando os assuntos tratados e as deliberações tomadas.

Art. 34. Poderão participar das reuniões, mediante convite, sem direito a voto, representantes e dirigentes de instituições, cujas

atividades contribuam para a realização dos objetivos do Conselho.

CAPITULO XVI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. O presente Regimento Interno poderá ser alterado por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Tutelar Do Município de Bela Vista do Toldo, em sessão extraordinária designada especificamente para este fim, da qual será feita comunicação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público e Poder Judiciário, assim como dada ampla publicidade à população local.

Parágrafo Único: As propostas de alteração serão encaminhadas à Presidência do Conselho Tutelar pelos próprios Conselheiros Tutelares, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Poder Judiciário, Câmara de Vereadores e população em geral.

Art. 36. O Presidente, será escolhido na primeira sessão ordinária do Conselho Tutelar após a posse, que será conduzida e secretariada pelos 02 (dois) Conselheiros mais idosos.

Art. 37. As situações omissas no presente regimento serão resolvidas pela plenária do próprio Conselho Tutelar.

Art. 38. Este regimento interno entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Parágrafo Único: Cópia integral deste Regimento Interno será afixada na sede do Conselho Tutelar, para conhecimento do público em geral.

Bela Vista do Toldo – SC, 17 de julho de 2015.

RESOLUÇÃO DO CMAS Nº 05/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Resolução do CMAS nº 05/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO MANDATO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Bela Vista do Toldo – CMAS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as deliberações em Reunião Extraordinária no dia 08 de julho de 2015.

CONSIDERANDO:

- AS diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742/1993;
- A realização da " VIII Conferência Municipal de Assistência Social";
- A aprovação do "Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Básica", entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- A aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a "Prorrogação do Mandato dos Conselheiros Municipais de Assistência Social", por um período de mais três (03) meses.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 08 de julho de 2015.

Miguel Edival Melniski
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Bela Vista do Toldo/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 08 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 152, de 23 de dezembro de 1.999, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo/SC – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.073,65 (vinte e seis mil e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

- () 10% para custeio e 90% para investimento
- () 90% para custeio e 10% para investimento
- (x) 50% para custeio e 50% para investimento
- () 30% para custeio e 70% para investimento
- () 70% para custeio e 30% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 08 de julho de 2015.

Miguel Edival Melniski
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 4.559,53.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de natalidade, situações de vulnerabilidade temporária e ou calamidade pública, auxílio funeral;

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo (SC), 08 de julho de 2015.

Miguel Edival Melniski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Benedito Novo

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 53/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 53/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 53/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

O município de BENEDITO NOVO, SC, com sede na Rua Celso Ramos, nº 5.070, Centro, cidade de Benedito Novo, CEP 89.124/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 17 de AGOSTO de 2015, tendo como local o CENTRO DE EVENTOS, localizado na Rua Cruz e Souza nº 105, Centro, Benedito Novo, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 CAMIONETA I/RENAULT TF ENGESIG AMBULÂNCIA, ano/modelo 2002, Placas MFQ 0310, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 02: 01 Automóvel FIAT/UNO MILE FIRE, ano 2001, modelo 2002, Placas MCD 1789, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 03: 01 Automóvel FIAT/UNO MILE SX, ano 1996, modelo 1997, Placas LZA 8479, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 04: 01 Automóvel FIAT/UNO CS IE, ano 1995, modelo 1996, Placas LXU 7229, cor verde, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 05: 01 Automóvel VW/FUSCA 1300, ano/modelo 1981, Placas MDS 5340, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 06: 01 Automóvel GM/KADETT IPANEMA SL AMBULÂNCIA, ano1993, modelo 1994, Placas MAQ 1374, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.100,00. LOTE 07: 01 SUCATA DE VW/SAVEIRO E SUCATA DE FERRO VELHO, com vários metais. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 08: TANQUE PARA ÁGUA, capacidade 6000 litros. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 09: CAÇAMBA BASCULANTE com chassi e garrafa de hidráulico. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00. LOTE 10: SUCATA DE INFORMÁTICA, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 11: LOTE DE JANELAS DE CANELA E JANELAS DE FERRO. LANCE INICIAL R\$ 500,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou ainda pelos telefones Fone (47) 3385 0487 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Benedito Novo (SC), 21 de julho de 2015.

DÁRIO TONOLLI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 124/2015

DECRETO Nº 124/2015 DE: 15 DE JULHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar e faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, incisos I e II, parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 254.046,94 as dotações abaixo identificadas, sendo R\$ 90.000,00 por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0.1.71.000012, R\$ 160.000,00 por conta do superávit financeiro na fonte de recursos 0.3.00.000000, R\$ 1.200,79 por conta do superávit financeiro na fonte de recursos 0.3.70.000073 e R\$ 2.846,15 por conta do superávit financeiro na fonte de recursos 0.3.81.000118:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0301	Secretaria de Administração	
0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	30.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00
0.3.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
1201	Secretaria de Desenv. Econômico	
1201.22.661.0007.2072	Manutenção da Secret. de Desenv. Econômico	30.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00
0.3.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
0701	Secretaria de Educação	
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar	190.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	190.000,00
0.3.01.000000	Recursos Ordinários	100.000,00
0.1.71.000012	Convênio SEE – Transporte Escolar	90.000,00
1901	Encargos Gerais do Município	
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio	4.046,94
3.3.20.00	Outras Despesas Correntes/Transferência à União	4.046,94
0.3.70.000073	Convênio Ministério Agricultura – Patrulha Agrícola	1.200,79
0.3.81.000118	RDB – Recursos Vinculados	2.846,15

Art. 2º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3.530/2014:

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	10.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.50.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	10.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de julho de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EDITAL Nº 001/2015

ERRATA Nº 06 – CMDCA/BIGUAÇU

No Edital 001/2015, de 09 de abril de 2015, publicada no DOM Edição nº 1721 de 10 de abril de 2015 e a Errata nº 05.

Onde se lê:

Cronograma da eleição do Conselho Tutelar

Data	Ação
10/04/2015	Publicação do edital
13/05/2015 a 13/07/2015	Inscrições
14/07/2015 a 15/07/2015	Análise das inscrições
17/07/2015	Publicação da relação dos candidatos
22/07/2015	Impugnação de candidatura
24/07/2015 a 27/07/2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa
28/07/2015 a 31/07/2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado
03/08/2015	Análise e decisão das impugnações
18/09/2015	Operacionalização da eleição
01/07/2015 a 03/07/2015	Solicitação de apoio a Polícia Militar ou à Guarda
Até 18/09/2015	Divulgação dos locais de votação
04/10/2015	Eleição
08/10/2015	Divulgação do resultado
10/01/2016	Posse dos eleitos

Leia-se:

Cronograma da eleição do Conselho Tutelar

Data	Ação
10/04/2015	Publicação do edital
13/05/2015 a 26/08/2015	Inscrições
27/08/2015	Análise das inscrições
28/08/2015	Publicação da relação dos candidatos
03/09/2015 a 04/09/2015	Impugnação de candidatura
08/09/2015 a 09/09/2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa
10/09/2015 a 11/09/2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado
14/09/2015	Análise e decisão das impugnações
15/09/2015	Publicação das impugnações
18/09/2015	Divulgação do local de votação
04/10/2015	Eleição
08/10/2015	Divulgação do resultado
10/01/2016	Posse dos eleitos

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.112/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 64/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.112/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 64/2014 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRO-ELETRÔNICO PARA ATENDER AS SALAS DE VACINAÇÃO E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP

Vigência: 01/07/2015 a 24/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

LEI Nº 3564/2015

Lei nº 3564/2015 DE 09 DE JULHO DE 2015.

cria o Programa de Transparencia e Combate a Corrupção para atuação no âmbito do controle externo e interno da atividade pública no Município de Biguaçu e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Combate a Corrupção, com o propósito de articular esforços e implementar ações voltadas a prevenção de possíveis desvios de conduta de agentes públicos e particulares, ao fortalecimento da transparência dos atos administrativos, e ao controle efetivo dos recursos públicos.

Art. 2º - Para gerir o Programa criado no artigo 1º, o Executivo Municipal poderá criar o Conselho Municipal de Transparência e Combate a Corrupção, órgão colegiado e consultivo vinculado à Secretaria de Governo.

Parágrafo único - Se criado pelo Executivo Municipal, o Conselho Municipal de Transparência e Corrupção, a função de conselheiro, não deverá ser remunerada, porém considerada de relevância ao serviço público.

Art. 3º - O Executivo Municipal deverá regulamentar essa Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3564/2015, de 09/07/2015

Sancionada em 09/07/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3565/2015

Lei nº 3565/2015 DE 09 DE JULHO DE 2015.

institui concurso anual de redação entre os alunos da rede de ensino público do Município sobre o tema a valorização do idoso e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído concurso de redação entre os alunos da rede pública de ensino do Município, a ser realizado anualmente no mês de setembro com tema envolvendo a Valorização do Idoso.

Art. 2º - As redações vencedoras em cada instituição de ensino da rede pública serão apresentadas na primeira semana de outubro aos grupos da Terceira Idade no Centro de Convivência dos Idosos (CCI), com parceria entre a Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social.

Art. 3º - A Secretaria de Educação poderá firmar parcerias para premiar os melhores trabalhos com empresas públicas ou privadas, ou qualquer outra instituição interessada em participar.

§ 1º - A instituição ou empresa que promova a premiação prevista

no caput terá direito a divulgar sua colaboração para o evento;

§ 2º - Preferencialmente os prêmios deverão ser livros, material escolar ou algo ligado à área educacional.

Art. 4º - O Poder Executivo através da Secretaria de Educação deverá regulamentar os atos necessários para a consecução dos objetivos desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 09 de julho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3565/2015, de 09/07/2015

Sancionada em 09/07/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA 1926/2015

PORTARIA nº 1926 de 20 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Modestino Pedro Martins, detentor do cargo de provimento temporário de Calceteiro, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 20/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20/07/2015.

Biguaçu, 20 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 1927/2015

PORTARIA nº 1927 de 20 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Kryslyffer Della Gustina, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 20/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20/07/2015.

Biguaçu, 20 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 1928/2015

PORTARIA nº 1928 de 20 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Itamar Cardoso, detentor do cargo de provimento temporário de Vigia, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, a partir de 20/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20/07/2015.

Biguaçu, 20 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 1929/2015

PORTARIA nº 1929 de 20 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Anelize Ferreira de Sena, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 20/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20/07/2015.

Biguaçu, 20 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 1930/2015

PORTARIA nº 1930 de 20 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Raquel Vanda Moreira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 20/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20/07/2015.

Biguaçu, 20 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 1931/2015

PORTARIA nº 1931 de 20 de julho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Julio Cesar de Amorim, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/07/2015.

Biguaçu, 20 de julho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

ERRATA da Resolução nº 09/2015 CMAS Publicada no DOM edição 1782 em 13 julho de 2014.

ONDE SE LÊ:**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 104.057,70 (cento e quatro mil e cinquenta e sete reais e setenta centavos), sendo que 50% destina-se para investimento e 50% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de Abrigo Municipal, Casa Lar Municipal, Casa Lar Vovó Sebastiana, dispostos da seguinte forma:

I – Casa Lar Municipal, que atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, encaminhados como medida de proteção do Estatuto da Criança e Adolescente pelo judiciário.

II – Casa Lar Vovó Sebastiana, instituição não governamental, que atende crianças e adolescentes de 0 a 12 anos incompletos, de ambos os sexos, encaminhados como medida de proteção do Estatuto da Criança e Adolescente pelo judiciário.

III – Abrigo Municipal, para adultos em situação de rua.

Art. 3º Os recursos serão divididos em partes iguais, sendo que cada instituição perceberá a quantia de R\$ 17.342,95 (dezessete mil trezentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos) para custeio e R\$ 17.342,95 (dezessete mil trezentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos) para investimento, totalizando R\$104.057,70 (cento e quatro mil e cinquenta e sete reais e setenta centavos).

LEIA-SE:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 104.057,75 (cento e quatro mil e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos), sendo que R\$ 52.029,00 (cinquenta e dois mil e vinte e nove reais) destina-se para investimento e R\$ 52.028,75 (cinquenta e dois mil e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos) para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de Abrigo Municipal, Casa Lar Municipal, Casa Lar Vovó Sebastiana, dispostos da seguinte forma:

I – Casa Lar Municipal, que atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, encaminhados como medida de proteção do Estatuto da Criança e Adolescente pelo judiciário.

II – Casa Lar Vovó Sebastiana, instituição não governamental, que atende crianças e adolescentes de 0 a 12 anos incompletos, de ambos os sexos, encaminhados como medida de proteção do Estatuto da Criança e Adolescente pelo judiciário.

III – Abrigo Municipal, para adultos em situação de rua.

Art. 3º Os recursos para custeio serão divididos da seguinte forma: cada instituição perceberá a quantia de R\$ 17.343,00 (dezessete mil trezentos e quarenta e três reais).

Art. 4º Os recursos para investimento serão divididos da seguinte forma:

a) Casa Lar Vovó Sebastiana e Casa Lar Municipal R\$ 17.342,90 (dezessete mil trezentos e quarenta e dois reais e noventa centavos);

b) Abrigo Municipal R\$ 17.343,95 (dezessete mil trezentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos).

Claudete Maria Steil Pereira
Presidente do CMAS/Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 995/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 995, DE 17 DE JULHO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR

Nº 696, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, CRIA O FUNDO E O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso I do caput do art. 9º da Lei Complementar nº 696, de 10 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se a ele a alínea "f":

"Art. 9º [...]

I – nove (09) Conselheiros representando os seguintes órgãos e entidades governamentais:

[...]

f) um (01) representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SESUR."

Art. 2º O inciso II do caput do art. 9º da Lei Complementar nº 696, de 10 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se a ele a alínea "f":

"Art. 9º [...]

II – nove (09) Conselheiros representando as seguintes entidades não-governamentais:

[...]

f) um (01) representante da Empresa Concessionária de Saneamento."

Art. 3º O caput do art. 12 da Lei Complementar nº 696, de 10 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. As reuniões ordinárias e extraordinárias serão iniciadas com a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes."

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.939/2015

PORTARIA Nº 18.939, DE 16 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA MÁRCIA MARIA MOURA PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – GARCIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso XVIII, do art. 7º, combinado com o inciso IV do art. 20 da Lei Complementar

nº 411, de 01 de agosto de 2003, e conforme Memorando SEMUDES nº 255/2015-DAF, de 15/07/2015, resolve:

NOMEAR

MÁRCIA MARIA MOURA para exercer a função de Conselheira Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – Garcia, no período sucessivo de férias dos Conselheiros Tutelares titulares - Garcia, de 17/07/2015 à 31/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de julho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.940/2015

PORTARIA Nº 18.940, DE 17 DE JULHO DE 2015.

EXONERA RAGYVE URIEL EVERS SANSON DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

RAGYVE URIEL EVERS SANSON, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Ciência e Tecnologia, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, nomeado pela Portaria nº 16.643, de 05 de fevereiro de 2013, no dia 19 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de julho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.941/2015

PORTARIA Nº 18.941, DE 17 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica

do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

RAGYVE URIEL EVERS SANSON, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, no dia 20 de julho de 2015;

LUIZ CARLOS FERNANDES, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Ciência e Tecnologia, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, no dia 20 de julho de 2015;

CLEBER LUCIANO SANTANA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Abrigos para Crianças e Adolescentes, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 20 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.942/2015

PORTARIA Nº 18.942, DE 17 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

ADÃO DE SOUZA MORAES, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 01 de julho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4499/07/2015;

JAYSON GUSTAVO SEIBEL, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 06 de julho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4576/07/2015;

ROBERTA FIGUEIREDO KLEIN SCHUELTER, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 01 de julho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4551/07/2015;

KATYANE CRISTINA DE SOUZA, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 07 de julho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4602/07/2015;

DAIANA CARDOSO, do cargo de provimento efetivo de Professor,

lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 29 de junho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4490/07/2015;

ALESSANDRA SANTIAGO CARDOSO DE OLIVEIRA, do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 06 de julho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4588/07/2015;

MARITA LOPES, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 12 de junho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4349/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL NºS 032/15; 036/'5 E 037/15 - SEDEAD

Homologação do pregão presencial n.º 032/2015 – Data da Homologação: 13 de julho de 2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Nascentes II, localizado à Rua Santa Maria, nº 2311, Bairro Progresso, Blumenau SC, conforme termo de referência e demais anexos do Edital, pelo período de 12 (doze) meses. Termo de Convênio nº 0301.106-39 CEF - SEMUDES.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa: PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA EPP

Valor global R\$ 120.580,00 (Cento e vinte mil, quinhentos e oitenta reais).

Base Legal: Nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

Homologação do pregão presencial n.º 036/2015 – Data da Homologação: 13 de julho de 2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Nascentes I, localizado na Rua Santa Maria, nº 2.272, Bairro Progresso, Blumenau SC, conforme termo de referência e demais anexos do Edital, pelo período de 12 (doze) meses. Termo de Convênio nº 0301.105-25 CEF - SEMUDES.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

MVFO EIRELI EPP

Valor global R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais).

Base Legal: Nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

Homologação do pregão presencial n.º 037/2015 – Data da Homologação: 13 de julho de 2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Parque da Lagoa, localizado na Rua Botuverá, nº 460, Bairro Itoupavazinha, Blumenau - SC, conforme termo de referência e demais anexos do Edital, pelo período de 06 (seis) meses. Termo de Convênio nº 0298.196-45 CEF - SEMUDES.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

MVFO EIRELI EPP

Valor global R\$ 65.313,19 (Sessenta e cinco mil, trezentos e treze reais e dezenove centavos).

Base Legal: Nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

PORTARIA SEFAZ Nº 004/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

PORTARIA SEFAZ No. 004/2015

PRORROGA O PRAZO DA SUSPENSÃO DAS SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DETERMINADO PELA PORTARIA SEFAZ Nº. 003/2015.

ARLINDO BERNART, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 199, inciso V, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, resolve:

PRORROGAR o prazo de suspensão das sessões do Conselho Municipal de Contribuintes determinado pela PORTARIA SEFAZ Nº. 003/2015, por 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 21/07/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de julho de 2015.
ARLINDO BERNART
Presidente

PORTARIA Nº 4855/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4855/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETH HEIDEN SIEGEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARGARETH HEIDEN SIEGEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.272,56 (Quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo nº 01888/05/2015.

Blumenau, 23 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4856/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4856/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILÚ TERESA KRAUSE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308,

promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARILÚ TERESA KRAUSE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.644,99 (Cinco mil, seiscientos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo nº 01899/05/2015.

Blumenau, 24 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4857/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4857/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES DOS SANTOS DE ALMEIDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso VIII, anexo VIII, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS DE ALMEIDA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor de Área Azul, lotada no SETERB-Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.768,99 (Mil, setecentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo n.º 01954/05/2015.

Blumenau, 24 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4858/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4858/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RITA DE CÁSSIA SARAIVA REBELO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de RITA DE CÁSSIA SARAIVA REBELO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na FURB- Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00136/08-9, em 18/07/2008, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Objetiva Assessoria de Cobrança S/C Ltda.	24/01/1983 a 07/03/1984
Trapp Liesenberg Assessoria Mercantil e Representações Ltda.	02/05/1984 a 31/08/1984
Auto Viação Catarinense Ltda.	11/09/1984 a 30/03/1985
FURB- Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/04/1985 a 28/02/1993

Totaliza o tempo de 3619 (três mil, seiscentos e dezenove) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 11 (onze) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 02080/06/2015.

Blumenau, 24 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4859/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4859/2015

ALTERA OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA CONCEDIDO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADEMIR GILLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relatório de Instrução n.º 455/2015, resolve:

Alterar os proventos de aposentadoria do servidor público municipal ADEMIR GILLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assessor de Imprensa, lotada na Câmara Municipal de Blumenau, que passa a perceber o valor de R\$ 11.598,49 (Onze mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos), a partir de 1 de julho de 2015.

Blumenau, 24 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4860/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4860/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELOIR JOSÉ MACHADO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ELOIR JOSÉ MACHADO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02055/06/2015.

Blumenau, 24 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4861/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4861/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA REGINA ALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SANDRA REGINA ALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.537,72 (Dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e setenta e dois centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo nº 01883/05/2015.

Blumenau, 25 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4862/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4862/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IZABEL DE FATIMA ROSISKA CARESSATO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de IZABEL DE FATIMA ROSISKA CARESSATO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00094/15-7, em 10/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Moinho de Trigo Arapongas Ltda.	12/08/1976 a 15/01/1977
COMIND - Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A.	01/02/1977 a 01/09/1978
Curso e Colégio Haya Ltda. – EPP	01/03/1988 a 20/12/1989
Sociedade Educadora Beneficente Providência Azul	01/08/1993 a 31/12/1993
Centro Cacerense de Educação S/C Ltda. – ME	01/02/1995 a 11/09/2000
SED- Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina	20/02/2003 a 30/12/2003
	21/03/2004 a 18/07/2004
	07/02/2008 a 28/02/2008
	10/02/2010 a 04/03/2010
Prefeitura Municipal de Gaspar	11/02/2004 a 06/08/2004
	11/02/2009 a 11/12/2009
	10/03/2010 a 20/04/2010
	12/02/2004 a 17/12/2004
Prefeitura Municipal de Blumenau	17/02/2005 a 16/12/2005
	07/02/2006 a 15/12/2006
	05/02/2007 a 20/12/2007
	03/03/2008 a 18/12/2008

Totaliza o tempo de 5844 (cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro) dias, correspondente a 16 (dezesesseis) anos, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 02097/06/2015.

Blumenau, 25 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4863/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4863/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DOLORES EICHSTAEDT GADOTTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DOLORES EICHSTAEDT GADOTTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00091/15-8, em 08/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Massa Falida Hering S.A. - Brinquedos e Instrumentos Musicais	03/10/1973 a 13/12/1977
Tabacos Brasileiros Ltda.	23/02/1979 a 16/03/1979
Fábrica de Chocolate Saturno Ltda. – ME	18/01/1982 a 26/03/1982
Cristallerie Strauss S.A.	07/05/1986 a 06/06/1986
Giese Indústria de Brinquedos e Instrumentos Musicais - EIRELI	04/07/1986 a 17/04/1987
	08/09/1987 a 30/06/1989
Efficiencie Consultoria Planejamento e Serviços Temporários Ltda.	20/01/1992 a 06/04/1992
Empresa de Mão de Obra God Ltda.	01/02/1993 a 30/12/1993

Totaliza o tempo de 3018 (três mil, dezoito) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 3 (três) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 02112/06/2015.

Blumenau, 25 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4864/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4864/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GERALDO MORETTO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar

n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

GERALDO MORETTO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 13.732,32 (Treze mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo n.º 01932/05/2015.

Blumenau, 25 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4865/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4865/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 846, de 5 de abril de 2012, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ANGELA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.599,75 (Mil, quinhentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo n.º 01979/06/2015.

Blumenau, 29 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4866/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4866/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IZABEL DE FATIMA ROSISKA CARESSATO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IZABEL DE FATIMA ROSISKA CARESSATO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02098/06/2015.

Blumenau, 29 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4867/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4867/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ODELITA DURDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ODELITA DURDA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02012/06/2015.

Blumenau, 30 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4868/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4868/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALAIN ANTONIO DO NASCIMENTO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28 da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso VIII, anexo VIII, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ALAIN ANTONIO DO NASCIMENTO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado no SETERB-Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), partir de 1 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02042/06/2015.

Blumenau, 30 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4869/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4869/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A AILTON ROGÉRIO DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "c", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

AILTON ROGÉRIO DA SILVA, companheiro de CLÉLIA FÁTIMA DE MEDEIROS servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 29 de janeiro de 2012, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 1.728,87 (Mil, setecentos e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos), a partir de 13 de fevereiro de 2015, conforme Ação Procedimento Ordinário/PROC nº 0026276 -50.2013-8.24.0008, e Processo nº 02141/06/2015.

Blumenau, 30 de junho de 2015.

ELOI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4870/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4870/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 2 DE JULHO DE 2015 ÀS 14H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 2 de julho de 2015, às 14h30min.

Blumenau, 1 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4871/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4871/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZÊNIA PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ZÊNIA PEREIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada no ISSBLU-Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00120/15-8, em 30/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Massa Falida de Sul Fabril S.A.	30/03/1987 a 04/10/1990
URB - Companhia de Urbanização de Blumenau	01/04/1993 a 17/05/1994

Totaliza o tempo de 1692 (mil, seiscentos e noventa e dois) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 7 (sete) meses, e 22 (vinte e dois) dias, conforme Processo n.º 02153/06/2015.

Blumenau, 1 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4872/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4872/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TANIA REGINA DIAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TANIA REGINA DIAS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00004/15-8, em 23/02/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 09/03/1987 a 20/03/1995, um total de 2932 (dois mil, novecentos e trinta e dois) dias, correspondente a 8 (oito) anos, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 02150/06/2015.

Blumenau, 1 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4873/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4873/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCINDA BAIROS BORBA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LUCINDA BAIROS BORBA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada no SETERB-Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00052/15-2, em 20/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sul Fabril S.A.	01/11/1983 a 11/11/1983
SETERB-Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau	01/10/1984 a 01/05/1995

Totaliza o tempo de 3872 (três mil, oitocentos e setenta e dois) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 7 (sete) meses, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 02152/06/2015.

Blumenau, 1 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4874/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4874/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À VANDA ITSO DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

VANDA ITSO DE SOUZA, cônjuge de ROGÉRIO WILSON DE SOUZA, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Zelador, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 14 de junho de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 838,53 (Oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e três centavos), a contar da data do óbito.

Blumenau, 1 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4875/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4875/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTINA GABEL OLIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CRISTINA GABEL OLIVO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00092/15-4, em 30/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
---------	---------

Comunidade Evangélica de Blumenau	20/02/1986 a 03/12/1988
Hubner Fundação de Alumínio Ltda.	05/12/1988 a 30/04/1990
Contribuinte Individual	01/10/1990 a 30/04/1993
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	03/11/1993 a 30/11/1993
Fundação Hospitalar de Blumenau	10/07/1995 a 10/03/1999

Totaliza o tempo de 3839 (três mil, oitocentos e trinta e nove) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 6 (seis) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 02124/06/2015.

Blumenau, 1 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4876/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4876/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À MARIA MARGARIDA LENZI LINS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA MARGARIDA LENZI LINS, cônjuge de LUIZ CARLOS LINS, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 20 de junho de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 788,00 (Setecentos e oitenta e oito reais), a contar da data do óbito.

Blumenau, 1 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4877/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4877/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSA MARIA DIAS MACHADO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar

nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 118-A, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, com redação dada pela Lei Complementar n.º 900, de 22 de julho de 2013, combinado com a redação atual do artigo 39, inciso VII, § 3.º, inciso III, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 40, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com a redação atual do artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROSA MARIA DIAS MACHADO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 11.719,12 (Onze mil, setecentos e dezenove reais e doze centavos), a partir de 6 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02121/06/2015.

Blumenau, 2 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4878/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4878/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIAMARA FIETZ DOS PASSOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de LIAMARA FIETZ DOS PASSOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00044/15-0, em 03/07/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul	01/03/1983 a 04/01/1984

Totaliza o tempo de 304 (trezentos e quatro) dias, correspondente a 10 (dez) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 02184/07/2015.

Blumenau, 3 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4879/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4879/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TANIA MARIA MARTINS MILESKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de TANIA MARIA MARTINS MILESKI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00273/14-0, em 07/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
IOB Informações Objetivas e Publicações Jurídicas Ltda.	01/03/1979 a 02/04/1979
Itaú Unibanco S.A.	13/09/1979 a 23/04/1980
Banrisul Cartões S.A.	22/07/1980 a 03/02/1982
Eficiência Consultoria Planejamento e Serviços Temporários Ltda.	09/06/1986 a 14/08/1986
Rolmaq Importação e Comércio de Rolamentos Ltda. – ME	08/09/1986 a 08/10/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	26/05/1988 a 21/02/1994

Totaliza o tempo de 3008 (três mil, oito) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 2 (dois) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 02177/07/2015.

Blumenau, 3 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4880/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4880/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HELIO DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de HELIO DA SILVA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão

expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00043/15-3, em 30/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda.	01/11/1979 a 30/07/1987
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/08/1987 a 28/02/1993
Contribuinte Individual	19/02/2001 a 31/12/2001

Totaliza o tempo de 5182 (cinco mil, cento e oitenta e dois) dias, correspondente a 14 (quatorze) anos, 2 (dois) meses, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 02162/07//2015.

Blumenau, 3 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4881/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4881/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO LUIS MARTIM.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ANTONIO LUIS MARTIM, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor, lotado na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00095/15-3, em 10/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Ralf Cipriano	01/09/1980 a 31/08/1981
Empreiteira de Mão de Obra Dallabona Ltda.	13/01/1982 a 10/03/1982
FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau	10/01/1983 a 12/09/1984 01/08/1985 a 14/12/1986 03/09/1991 a 08/05/1996
Concretex Serviços de Concretagem Ltda.	05/01/1987 a 05/02/1988
Ataliba Cozinha Industrial Ltda.	01/03/1988 a 09/09/1988
Usimix Serviços e Transportes Ltda.	01/10/1988 a 06/08/1991
Contribuinte Individual	01/02/2007 a 28/02/2007 01/11/2008 a 30/11/2008

Totaliza o tempo de 4932 (quatro mil, novecentos e trinta e dois) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 6 (seis) meses, e 7 (sete)

dias, conforme Processo n.º 02137/06//2015.

Blumenau, 6 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4882/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4882/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANA LUVIZOTTO LESSA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ROSANA LUVIZOTTO LESSA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00124/15-3, em 01/07/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sul América Bandeirante Participações S.A.	02/02/1976 a 16/03/1976
TV Coligadas, Santa Catarina	15/07/1976 a 11/09/1976
Drogaria e Farmácia Catarinense S.A.	03/02/1978 a 22/11/1978
Banco Sistema S.A.	27/11/1978 a 01/12/1982
Cooperativa de Consumo dos Assalariados Teka Ltda.	16/11/1983 a 26/09/1985
Eficiência Consultoria Planejamento e Serviços Temporários Ltda.	18/06/1987 a 17/07/1987
Cetil Informática S.A.	20/07/1987 a 09/10/1987
Contribuinte Individual	01/05/1988 a 31/12/1988
Prefeitura Municipal de Blumenau	19/02/1990 a 31/12/1990

Totaliza o tempo de 3210 (três mil, duzentos e dez) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 9 (nove) meses, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 02178/07/2015.

Blumenau, 6 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4883/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4883/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAGALI NEITZEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MAGALI NEITZEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00119/15-0, em 30/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Coletivo Rodovel Ltda.	16/06/1978 a 27/11/1980
Francisco Osny Fischer	01/07/1981 a 09/02/1985
Alfatex Representações Comerciais e Serviços Ltda. - ME	03/06/1985 a 13/06/1985
Comunidade Evangélica de Blumenau	20/06/1985 a 24/10/1985
Elmo Participações e Administradora de Bens Ltda.	04/11/1985 a 24/03/1986
Contribuinte Individual	01/05/1986 a 31/12/1986 01/02/1987 a 30/11/1987
Eficiência Consultoria Planejamento e Serviços Temporários Ltda.	19/08/1987 a 18/09/1987
Reflo Comércio de Ferros Ltda. - EPP	01/10/1987 a 30/08/1989
Cia. de Cigarros Souza Cruz	19/02/1990 a 12/03/1990
Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina	01/08/1991 a 31/12/1991 17/02/1992 a 31/12/1992 20/03/1995 a 30/12/1995 22/02/1996 a 01/07/1996
Mundial Blumenau Marcas e Patentes Ltda. - ME	01/11/1992 a 18/02/1993
Colégio São Paulo	03/04/1995 a 27/02/1997
Mega Ci Locação de Softwares Educacionais Ltda. - ME	01/03/1997 a 19/12/1997

Prefeitura Municipal de Blumenau	02/02/1998 a
	21/12/1998
	17/02/1999 a
	15/08/1999
	16/08/1999 a
	21/12/1999
	17/02/2000 a
	22/12/2000
	14/02/2001 a
	07/10/2001

Totaliza o tempo de 6401 (seis mil, quatrocentos e um) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, 6 (seis) meses, e 16 (dezesseis) dias, conforme Processo n.º 02154/07/2015.

Blumenau, 6 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4884/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4884/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISE PEDRINI GRAHL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELISE PEDRINI GRAHL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório – Higiene Dental, lotada na FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00079/15-8, em 28/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Souza Cruz S.A.	15/01/1979 a
	22/06/1979
	22/01/1980 a
	14/06/1980
	13/01/1981 a
	16/05/1981
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Bebidas, Fumo e Afins de Blumenau	16/11/1981 a 30/06/1987
SESI - Serviço Social da Indústria	01/08/1987 a 03/07/2000
Fernando César Tiepo	02/04/2001 a 30/04/2002
Clínica Odontológica Tiepo Ltda. – EPP	02/05/2002 a 12/09/2002
Prefeitura Municipal de Blumenau	16/09/2002 a
	14/03/2003
	07/04/2003 a
	05/07/2003
	17/11/2003 a
	14/02/2004

Totaliza o tempo de 8089 (oito mil, oitenta e nove) dias, correspondente a 22 (vinte e dois) anos, 1 (um) mês, e 29 (vinte e nove)

dias, conforme Processo n.º 02175/07/2015.

Blumenau, 6 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4885/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4885/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDEMAR PAUL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso VII, anexo VII-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

VALDEMAR PAUL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado no SA-MAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 2.296,66 (Dois mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos), a partir de 13 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02022/06/2015.

Blumenau, 7 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4886/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4886/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIAMARA FIETZ DOS PASSOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LIAMARA FIETZ DOS PASSOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário,

com proventos integrais e mensais de R\$ 3.173,46 (Três mil, cento e setenta e três reais e quarenta e seis centavos), a partir de 13 de julho de 2015, conforme Processo nº 01950/05/2015.

Blumenau, 8 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4887/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4887/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VILMA MARGARETE SIMÃO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

VILMA MARGARETE SIMÃO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 14.070,00 (Quatorze mil, setenta reais), a partir de 13 de julho de 2015, conforme Processo n.º 01861/05/2015.

Blumenau, 8 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4888/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4888/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À EDITE SCHVEITZER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

EDITE SCHVEITZER, cônjuge de CARLOS ALBERTO SCHVEITZER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotado na SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 5 de julho de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 4.017,67 (Quatro mil, dezessete reais e sessenta e

sete centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 02213/07/2015.

Blumenau, 8 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4889/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4889/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BERNADINA ANTONIA JORGE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

BERNADINA ANTONIA JORGE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a partir de 13 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02163/07/2015.

Blumenau, 8 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4890/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4890/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À DULCINEIA DA VEIGA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

DULCINEIA DA VEIGA, cônjuge de ARLINDO DA VEIGA, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 30 de junho de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 907,94 (Novecentos e

sete reais e noventa e quatro centavos), a contar da data do óbito.

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4891/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4891/2015

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 001/2014 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

DAIANE LOCH DOS SANTOS, para exercer o cargo em provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2015.

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4892/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4892/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GLACI RODRIGUES DA LUZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de GLACI RODRIGUES DA LUZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00319/14-0, em 25/09/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Ataliba Cozinha Industrial Ltda.	13/01/1986 a 20/03/1987
Prefeitura Municipal de Blumenau	02/04/1987 a 09/02/1995

Totaliza o tempo de 3301 (Três mil, trezentos e um) dias, correspondente a 9 (nove) anos, e 16 (dezesesseis) dias, conforme Processo n.º 02209/07/2015.

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4893/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4893/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REIMAR ROEDEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de REIMAR ROEDEL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 603/2015, de 27/05/2015, expedida pelo IPREV – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, prestado à SED - Secretaria de Estado da Educação, no período de 01/03/1980 a 28/02/1982, um total de 725 (setecentos e vinte e cinco) dias, correspondente a 2 (dois) anos, conforme Processo n.º 01149/12/2014.

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4894/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4894/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO MARIA VARELA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOÃO MARIA VARELA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00362/06-2, em 03/11/2006, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
---------	---------

Lisboa Vieira e Cia. Ltda.	01/09/1969 a 23/10/1969
Sorima Sociedade de Madeira Rio Ltda.	11/01/1971 a 13/02/1971
Epitácio Luiz dos Santos	01/12/1971 a 17/06/1972
Ruy Zapellini	01/11/1972 a 01/07/1973
Zapellini e Cia. Ltda.	02/07/1973 a 11/03/1974
Pedro José Fernandes	01/02/1978 a 10/07/1978
Construtora Carpizza Ltda.	02/01/1979 a 31/08/1979
CBEMI Construtora Brasileira e Mineradora Ltda.	01/09/1979 a 25/02/1980
Sinoda Construções S.A.	01/04/1980 a 04/06/1981
COTTEL - Comércio Transporte Terraplanagem Ltda.	01/12/1981 a 22/04/1982
Posto São Lucas de Combustíveis Ltda.	01/09/1983 a 07/10/1983
Posto de Serviço Rio Canoas Ltda.	01/11/1983 a 28/02/1984
Prefeitura Municipal de Blumenau	09/07/1984 a 30/04/1990

Totaliza o tempo de 4217 (quatro mil, duzentos e dezessete) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 6 (seis) meses, e 22 (vinte e dois) dias, conforme Processo n.º 02204/07/2015.

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4895/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4895/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NILZETE MUSSOLINE DE ALMEIDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de NILZETE MUSSOLINE DE ALMEIDA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00125/052, em 02/12/2005, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Escola Estadual de 1º Grau Nossa Senhora das Vitórias	01/10/1985 a 31/12/1985
Prefeitura Municipal de Cacequi	18/03/1986 a 30/06/1986
Trevisan Comercio e Importação Ltda.	21/11/1986 a 26/01/1987

SESI - Serviço Social da Indústria	25/03/1991 a 13/12/1991
------------------------------------	----------------------------

Totaliza o tempo de 523 (quinhentos e vinte e três) dias, correspondente a 1 (um) ano, 5 (cinco) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 02203/07/2015.

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4896/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4896/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OSMAR PEDRO AMARO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de OSMAR PEDRO AMARO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00130/15-3, em 06/07/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Dorval Gazaniga	01/04/1974 a 30/09/1974
Batestal Estaqueamento Catarinense Ltda.	01/11/1974 a 05/06/1977
Catarinense de Refrigerantes Ltda.	01/10/1977 a 30/03/1978
Cia. Hering	17/04/1978 a 25/01/1982
Prefeitura Municipal de Blumenau	20/06/1983 a 11/04/1984
Bat Perfil – Participações Ltda.	07/10/1985 a 09/01/1986
Produtos Alimentícios Tell Ltda. - ME	12/03/1986 a 31/01/1988
Blumenau Empresa de Produtos Alimentícios Ltda.	01/02/1988 a 09/05/1992
Tadesco Prestação de Serviços Ltda. - ME	01/06/1993 a 28/02/1994

Totaliza o tempo de 5602 (cinco mil, seiscentos e dois) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 4 (quatro) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 02196/07/2015.

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4897/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4897/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, às servidoras públicas municipais:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
223069	ISABELLA DE OLIVEIRA FAGUNDES	16/06/2015	13/10/2015
230431	NIKOLE KAREEN KOENIG FLORES	08/06/2015	05/10/2015
228794	PRISCILA CRISTIANE REITER TRIBESS	11/06/2015	08/10/2015
229073	ROSANE BATISTA PONTES DA SILVA	22/06/2015	19/10/2015
229468	TATIANE THAISE LEITIS	30/06/2015	27/10/2015

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4898/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4898/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
211915	ADRIANA APARECIDA SANTOS	11/06/2015	08/07/2015
224731	ADRIANA NAIR RADUENZ	11/06/2015	03/07/2015
199516	AGENOR FIAMONCINI	11/06/2015	26/06/2015
206024	ALESSANDRA SANTIAGO CARDOSO DE OLIVEIRA	13/06/2015	03/07/2015
230108	ANA DA SILVA	13/07/2015	31/07/2015
229523	ANA PAULA HORDINA PERSUHN	18/06/2015	31/07/2015
229776	ANDREIA HANAUER	27/05/2015	12/06/2015
185000	ANESIA CLARICE GEBIEN	17/06/2015	28/08/2015
142840	ANTONIO LUIZ DA SILVA PINTO	13/06/2015	11/09/2015
173380	CARLA ROSILDA MAIER	18/06/2015	12/07/2015
197700	CERISE LEITE DOS SANTOS E SILVA	25/06/2015	02/07/2015
204226	CHIRLEI REGIANE VIEIRA	24/06/2015	09/09/2015
227730	CINTIA NELI DE OLIVEIRA	12/06/2015	25/09/2015
228153	CLARISSA AMELIA PEIXOTO DOS SANTOS	05/06/2015	03/07/2015
230132	DANIELLE DELLA GIUSTINA BOHRINGER	27/06/2015	01/07/2015
003499	DEISI MARIA VARGAS	25/06/2015	10/07/2015
246354	DENISE OTTO	12/06/2015	12/07/2015
198544	DENISE TERESINHA COTA	26/06/2015	10/07/2015
230027	DORLI BURIGO LUCHINI BONIN	16/06/2015	31/07/2015
000708	EDILSON DOS SANTOS	20/06/2015	28/08/2015
183679	ELISIA CASAS	11/06/2015	15/01/2016
000971	ELTON LUIZ RODRIGUES	11/06/2015	16/06/2015
219088	EVALDO DE OLIVEIRA	02/07/2015	30/09/2015
210129	FABIANA GONÇALVES BRUECKHEIMER	08/06/2015	24/07/2015
228412	FABIANO UESLER	18/06/2015	02/07/2015
107271	GLACI RODRIGUES DA LUZ	25/06/2015	09/08/2015
171433	IRENE DA SILVA MACHADO	02/07/2015	24/07/2015
146137	ISOLETE WEBER	08/07/2015	31/07/2015

150908	IVONETE CAVALHEIRO DE SOUZA	30/06/2015	14/08/2015
206121	IVONETE DA SILVA CE	30/06/2015	31/07/2015
190748	IZOLETE DE MORAES NILSEN	09/06/2015	12/06/2015
228590	JEFERSON ALVES GARRIDO	23/06/2015	03/07/2015
000495	JOÃO ALBERTO KUSOWSKI	12/06/2015	10/07/2015
000344	JOÃO INOCENCIO CARNEIRO	12/06/2015	26/06/2015
226696	JOISIANE RAQUEL NASS	27/06/2015	31/07/2015
228173	JOSIANE CARLA COELHO	25/06/2015	04/09/2015
209300	JUAREZ LUIS DOS SANTOS	05/06/2015	21/08/2015
201421	JULIAN GILMARA ISENSEE	01/06/2015	17/06/2015
229446	KATIA CRISTINA SCHMITZ MOSER	20/06/2015	09/10/2015
020141	LARISSA REGIANA MARTENDAL	07/07/2015	10/07/2015
229104	LEONARDO CIM	30/06/2015	14/09/2015
229039	LILIANE LELIS GONÇALVES MACHADO	24/06/2015	29/07/2015
199990	LORENI ALVES DE LIMA HERMANN	20/06/2015	04/08/2015
221066	MARA ELISABETH DA SILVA	17/07/2015	01/08/2015
227889	MARCIA REGINA DEMMER	20/06/2015	23/06/2015
202975	MARCOS BACKENDORF	30/06/2015	11/09/2015
005531	MARCOS ROGERIO CARDOSO	30/06/2015	15/07/2015
077194	MARIA ELENA GEISSELER	16/06/2015	31/07/2015
197840	MARIA JOSE KUSTER CARDOSO	18/06/2015	03/07/2015
220450	MARIA LUISA SCHNEIDER	18/06/2015	04/09/2015
002235	MARILDA ROSA GALVÃO CHECCUCCI GONÇALVES DA SILVA	16/06/2015	08/07/2015
218740	MARLEI APARECIDA DA SILVA FRANCENER	25/06/2015	07/08/2015
201553	MARLI SCHAEFER	20/06/2015	05/08/2015
228577	MARLISE SEVERINO WILHELMS	06/06/2015	19/07/2015
224383	MILTON SCHRAMM	14/06/2015	26/09/2015
143022	MIRIAN SPLITTERHACKBARTH	03/07/2015	02/10/2015
192597	MORGANA LEONOR	09/06/2015	15/06/2015
229433	MYRIAN BONFIM RAMOS	25/06/2015	18/07/2015
203700	NATTIA CATARINA DA SILVA BASTOS	17/03/2015	18/08/2015
230010	NAYRA LUISA SILVA	11/06/2015	26/06/2015
138533	NEUSA MARIA FIDELIX DE MORAES	27/06/2015	06/07/2015
229284	PAMELA ADRIANA PAOLIN	16/06/2015	07/08/2015
229607	PATRICIA MARANGONI CANAL	24/06/2015	29/06/2015
222496	RAFAEL RODRIGUES BATISTA PEREIRA	01/07/2015	31/07/2015
211192	RENILDES SILVA KREUSCH	04/06/2015	17/07/2015
228719	RICHARD ZWICKER	14/06/2015	31/07/2015
212431	SANDRA DE SOUZA RODRIGUES MINATTI	09/06/2015	10/07/2015
224600	SONIA SUELI EBEL	10/05/2015	24/06/2015
212784	SUELI TERESINHA PINHEIRO	12/06/2015	10/07/2015
171344	VALMIR MANSKE	25/06/2015	10/08/2015
005386	VALMIR REITZ	23/06/2015	07/07/2015
229538	VERGINIA DE FATIMA ROSA	14/08/2015	14/08/2015
011118	VIVIANE CAVALLI	20/06/2015	04/07/2015
221767	VIVIANE CRISTINA BERTOLDI	27/06/2015	07/08/2015
189510	WESLEY BONELLI DA SILVA	17/06/2015	28/08/2015
000280	YONARA DA SILVA SOUTO	20/06/2015	04/08/2015

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4899/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4899/2015

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 4792/2015 4836/2015 e 4837/2015 .

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
219037	ALESSANDRA POLIDORO	27/06/2015	12/07/2015
187615	ALEXANDRA DE SOUZA E SILVA HAUSMANN	24/06/2015	16/10/2015
208027	ALMIR HASKEL	20/06/2015	11/09/2015
228469	ANA LUZIA ZABEL	24/06/2015	14/08/2015
200247	ANDREIA APARECIDA ALVES	09/06/2015	31/07/2015
228673	ANE CAROLINE KARTEST	04/07/2015	01/09/2015
203815	BERNADETE HAUSMANN	20/06/2015	10/08/2015
229620	CARLA ELIZABETH DE SOUZA	06/05/2015	28/08/2015
217310	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	27/06/2015	08/07/2015
009849	CARLOS ALBERTO SCHVEITZER	02/07/2015	04/07/2015
145696	DAISY MARIA OLIVEIRA FERNANDES	01/07/2015	24/07/2015
208299	DENISE CORREA	04/06/2015	10/07/2015
207500	DILMA ALVES DE JESUS	27/06/2015	23/10/2015
200212	ELPIDIO MARCOS	01/07/2015	17/07/2015
212229	EVANDRO COSTA	16/06/2015	10/07/2015
184870	EVELYN CARL	13/06/2015	21/08/2015
230120	FABIANA CATSCHOR DOS SANTOS	11/06/2015	08/09/2015
222160	FERNANDA DAS GRAÇAS OLIVERIA	12/06/2015	07/08/2015
155659	GLAUCIA BEATRIZ NUNES ROCHA NAVES	03/07/2015	04/03/2016
157465	IRACI TERESINHA MAÇANEIRO NOVAES	23/06/2015	08/07/2015
228999	ISABEL ELIZANDRA FELISMINO	27/06/2015	07/08/2015
196045	JANE ELISA CALZADO DA ROCHA	09/07/2015	20/10/2015
221287	JANETE DA SILVA JACOB	04/06/2015	07/08/2015
203475	JEANE DE SOUZA SANTOS	20/06/2015	27/07/2015
098710	JOÃO CARLOS ROSA	20/06/2015	01/07/2015
003857	JOAQUIM DOMINGOS DONINE	16/05/2015	21/08/2015
229429	JOICE MINELA BRANGER	13/06/2015	31/07/2015
194753	JOZI TEREZINHA MARQUES	15/06/2015	14/08/2015
211087	KATIA CILENE CUNHA	01/07/2015	31/07/2015
000532	LEONEL LUIZ DA CUNHA JUNIOR	13/05/2015	12/06/2015
000155	LIGIA ASSINI	30/06/2015	03/07/2015
205362	LORI ROTERS	13/06/2015	13/07/2015
152293	LUIZ OTAVIO DE OLIVEIRA	04/06/2015	10/06/2015
229515	LUIZA PAULA TORRES	23/06/2015	06/07/2015
228724	MARCIA SEVERO DA FONSECA MAIOR	13/06/2015	31/07/2015
178730	MARIA ANTONIA DO NASCIMENTO	20/06/2015	04/09/2015
199109	MARIA GESTRUDES SOARES	09/06/2015	31/07/2015
155527	MARIA KATIA DA CUNHA MELLO	27/06/2015	30/06/2015
190845	MARIA SALETE MAIER	23/06/2015	08/07/2015
180610	MARILENE ROZAR	20/06/2015	01/07/2015
202703	MARLI OLENDINA STIEHLER	13/06/2015	08/01/2016
229435	MORGANA SUZAN ZABEL SPUDELT	13/06/2015	24/07/2015
229890	NADIA JAMIL SALEH KAWAKUBO	04/06/2015	28/08/2015
000317	NICE HELENA NETTO	02/07/2015	21/09/2015
198463	OLISMARIA GLORIA NERY HAENDECHEN	20/06/2015	31/07/2015
192503	PATRICIA KNISS DE SOUZA	08/05/2015	15/06/2015
195839	PATRICIA MARTINS LARGURA	13/06/2015	07/08/2015
224812	REGIANE DOS SANTOS KUTNI	20/06/2015	14/08/2015
146161	RICARDO LUIZ BEDUSCHI	30/06/2015	11/09/2015
206300	RITA DE CASSIA ANDRADE	09/06/2015	23/06/2015
086630	ROMILDA RAUTENBERG	20/06/2015	03/08/2015
229014	ROSALINA JULIA CORREA SANTOS	30/05/2015	26/06/2015
212466	ROSANE BALLMANN	13/06/2015	21/08/2015

171271	ROSANGELA MADRUGA UMBELINO	27/06/2015	06/07/2015
229023	ROSANGELA PEREIRA	03/06/2015	17/07/2015
223564	ROSEMARIE DOLORES FRANCO	27/06/2015	09/10/2015
229504	SANDRA MICHELE TRAPP FISCHER	04/06/2015	10/07/2015
116360	SANDRA REGINA DE ZUTTER	02/07/2015	30/07/2015
228725	SEBASTIÃO TADEU WOLF DA COSTA	09/06/2015	10/07/2015
000061	SOELI SALETE ALVES	13/06/2015	10/07/2015
001965	SOLANGE GARCIA	10/06/2015	15/06/2015
209996	SONIA MARIA FRANZEN	23/06/2015	15/07/2015
187852	SONIA MARIA GARCIA	20/06/2015	08/07/2015
224987	SUELI PANINI VALCANAIA	10/06/2015	11/08/2015
212172	TATIANA RAMOS ROSA	03/07/2015	14/08/2015
168130	URSULA SOUZA	13/06/2015	10/07/2015
186368	VALDELICE ANGELO MASO	25/06/2015	28/08/2015
177873	VALMIR KLOEPFEL	10/06/2015	15/06/2015
105252	VALTRUDES LORENTINO BABEL	16/06/2015	11/09/2015
173339	VIVIANE MASSANEIRO JOAQUIM	09/06/2015	29/07/2015
000079	ZILMAR ANTONIO SARTORITT	18/06/2015	20/11/2015
206032	ZILMA GOEDERT LONGEN	27/06/2015	03/08/2015

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4900/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4900/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEUSA APARECIDA FOGAÇA DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CLEUSA APARECIDA FOGAÇA DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00372/14-9, em 24/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Itacira Maria Ribeiro	02/09/1974 a 31/03/1975
Associação Beneficente Frei Rogério	01/09/1978 a 17/02/1979
Electro Aço Altona S.A.	18/02/1981 a 29/03/1982
Prefeitura Municipal de Blumenau	13/08/1982 a 12/12/1982
	21/02/1983 a 29/07/1988
	09/03/1990 a 30/04/1990
SED - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina	02/06/1999 a 15/10/1999
	21/02/2000 a 30/12/2000
	19/02/2001 a 30/12/2001
	19/02/2002 a 10/04/2002
Contribuinte Individual	01/09/2012 a 30/09/2012
	01/11/2012 a 31/12/2012
	01/11/2013 a 30/11/2013

Totaliza o tempo de 3887 (três mil, oitocentos e oitenta e sete) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 7 (sete) meses, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 02187/07/2015.

Blumenau, 9 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4901/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4901/2015

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE DAIANE LOCH DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

TORNAR SEM EFEITO

a nomeação de DAIANE LOCH DOS SANTOS, em conformidade com o disposto no artigo 16, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, para o cargo em provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal, Categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, nomeada pela Portaria Nº 4891/2015, de 9 de julho de 2015.

Fica a candidata deslocada para a última posição de classificação entre os aprovados para o cargo de Assistente Social, do Concurso Público nº 001/2014, conforme disciplina o artigo 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 9291, de 8 de novembro de 2010.

Blumenau, 10 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4902/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4902/2015

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO ISSBLU Nº 001/2014 PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

MAURA REGINA FONTES BULCÃO, para exercer o cargo em provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A.

Blumenau, 10 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4903/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4903/2015

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VALTRUDES LORENTINO BABEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308,

promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

De acordo com os artigos 4.º, inciso II, § 5.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pelo § 1.º, da Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 40, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 680, de 6 de março de 2008, 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de novembro de 2011, e artigo 40, §§ 1.º, inciso II, e 3º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

VALTRUDES LORENTINO BABEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 2.127,78 (Dois mil, cento e vinte e sete reais e setenta e oito centavos), a partir de 11 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02155/07/2015.

Blumenau, 13 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4904/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4904/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MERY LUCIANI VIEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MERY LUCIANI VIEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.316,80 (Quatro mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos), a partir de 13 de julho de 2015, conforme Processo nº 02005/06/2015.

Blumenau, 10 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4905/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4905/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA ADELIA STIEHLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar n.º 744, de 19 de março de 2010, combinado com o artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA ADELIA STIEHLER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.023,64 (Dois mil, vinte e três reais e sessenta e quatro centavos), a partir de 20 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02156/07/2015.

Blumenau, 14 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4906/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4906/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARIO TACHINI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIO TACHINI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00047/13-2, em 11/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Souza Cruz	19/11/1973 a 31/07/1974
Souza Cruz S.A.	15/10/1974 a 31/07/1979 02/01/1980 a 28/02/1980 02/02/1981 a 27/02/1981

Cia. de Cigarros Souza Cruz	11/01/1982 a 22/02/1982
Transportadora Tachini Ltda. - ME	03/01/1983 a 28/02/1983 01/03/1984 a 01/10/1984
Prefeitura Municipal de Joinville	15/10/1984 a 30/10/1984
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento	01/11/1984 a 30/11/1985
Contribuinte Individual	01/12/1985 a 31/08/1990 01/09/1990 a 28/02/1991 01/12/1996 a 30/06/1998 01/08/1998 a 30/09/1998
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/03/1991 a 31/05/1997 01/08/1997 a 24/02/1998
Prefeitura Municipal de Blumenau	09/10/1999 a 31/05/2001

Totaliza o tempo de 8072 (oito mil, setenta e dois) dias, correspondente a 22 (vinte e dois) anos, 1 (um) mês, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 02221/07/2015.

Blumenau, 15 de julho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4907/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4907/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIALA DE SOUSA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DIALA DE SOUSA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00084/15-1, em 02/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	13/07/1987 a 14/02/1991
Roberto Hort	01/10/1984 a 31/07/1986
Contribuinte Individual	01/02/1991 a 30/11/1993

Totaliza o tempo de 2998 (dois mil, novecentos e noventa e oito) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 2 (dois) meses, e 18 (dezoito)

dias, conforme Processo n.º 02245/07/2015.

Blumenau, 15 de julho de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4908/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4908/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 17 DE JULHO DE 2015 ÀS 9 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. THOMAZ PEREIRA SPERB, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 17 de julho de 2015, às 9 horas.

Blumenau, 16 de julho de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4909/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4909/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL CRISTINA DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 63, da Lei Complementar nº 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

ISABEL CRISTINA DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.218,12 (Três mil, duzentos e dezoito reais e doze centavos), a partir de 20 de julho de 2015, conforme Processo n.º 02242/07/2015.

Blumenau, 16 de julho de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4730 DE 14 DE JULHO DE 2015. APROVA DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 4730 DE 14 DE JULHO DE 2015.

APROVA DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 868/13, de 03 de Abril de 2013.

DECRETA

Art.1º. Fica pelo presente Decreto aprovado o DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 124, DA QUADRA Nº. 11, com a área total de 1.000,00m² (um mil metros quadrados) localizado na Avenida Planalto esquina com a Rua Irmão Ambrosio, centro, na cidade e município de Bom Jesus do Oeste/SC, de propriedade do Srº Nélio Dickel e sua esposa Lori Lösch Dickel.

Lotes Formados com o Desdobro

1- Lote Urbano nº. 124A na Quadra nº.11, situado na Avenida Planalto esquina com a Rua Irmão Ambrosio, centro, na cidade e município de Bom Jesus do Oeste com área de 500,00m², (quinhentos metros quadrados), sem edificações, pertencente a Sr. Nélio Dickel e sua esposa Lori Lösch Dickel, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com Parte do Lote Urbano nº. 125, na extensão de 25,00 metros de propriedade do Srº Nelci Conceição Lemes da Silva, matrícula nº.1.394;

Ao Sul: com a Rua Irmão Ambrósio, na extensão de 25,00 metros;

Ao Leste: com a Avenida Planalto, na extensão de 20,00 metros;

Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 124-B, na extensão de 20 metros de propriedade do Srº Nélio Dickel e sua esposa Lori Lösch Dickel matrícula 558.

2- Lote Urbano nº. 124-B, na Quadra nº.11 situado na Rua Irmão Ambrosio, centro, na cidade e município de Bom Jesus do Oeste, com área de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), sem edificações, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com Parte do Lote Urbano nº. 125, de propriedade do Srº Nelci Conceição Lemes da Silva, na extensão de 25,00 metros, matrícula nº.1.394;

Ao Sul: com a Rua Irmão Ambrósio, na extensão de 25,00 metros;

Ao Leste: com o Lote Urbano nº. 124-A, na extensão de 20 metros de propriedade do Srº Nélio Dickel e sua esposa Lori Lösch Dickel, matrícula nº 558.

Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 133B, na extensão de 20,00 metros, de propriedade do Srº. Amado Birnfeld, matrícula nº 3230.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),

14 de Julho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

664.07.15 - P. FÉRIAS FRANCIELI DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 664/15 de 20.07.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Francieli da Cruz, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família, para gozá-las a contar de 20 de julho com término no dia 18 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de julho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

665.07.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JOSÉ A. ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 665/15 de 20.07.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 20 de julho com término no dia 29 de julho de 2015, ao funcionário José Artur Rovaris, ocupante do cargo de Pedagogo – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de julho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

666.07.15 - P. FÉRIAS WANIA AP. F. LINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 666/15 de 20.07.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Wânia Aparecida Fernandes de Lins, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família Capistrano, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 049/2015 de 20 de julho de 2015, para gozá-las a contar de 20 de julho com término no dia 18 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de julho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MINUTA DISPENSA 04/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015 PROCESSO N. 20/2015 Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos e com base no Parecer Jurídico exarado dentro da legislação pertinente, no uso das atribuições legais a mim conferidas e com fulcro no art. 24 inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da empresa: CAPRIXO CONSTRUÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ 09.056.644/0001-76, tendo como objeto a Prestação de Serviço de mão de obra para Construção de uma sala de aula em alvenaria medindo 30m², na Escola de Campo de Canoas, localizada no Distrito de Canoas. Valor Total: R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais). Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui proferida.

Bom Retiro, 20 de julho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

MINUTA EDITAL PP 13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 13/2015 para Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado para Estruturação da Creche Tipo B - Pró Infância, com Recursos do FNDE, Plano de Ações Articuladas – PAR. A abertura dos envelopes será dia 03/08/15 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 21 de julho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0141/2015

PORTARIA Nº 0141/2015

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

NILO BARNI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- O PEDIDO DE DEMISSÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr. (a) ANA PAULA CARVALHO, ocupante do cargo temporário de AGENTE DE SAÚDE, a partir de 14/07/2015.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre com o pedido de demissão por iniciativa do empregado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em 14/07/2015.

Botuverá (SC), 14 de Julho de 2015.

NILO BARNI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.306/2015

Lei nº 1.306/2015

"Dispõe sobre a concessão de Seguro de Vida para os Empregados Públicos Municipais e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Botuverá. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar Seguro de Vida em nome dos Empregados Públicos Municipais, podendo tal contratação ser custeada de até 100% (cem por cento) pela Prefeitura.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar e normatizar a contratação de Seguro de Vida em Seguradoras Privadas afim de que seja assegurada a livre concorrência.

Art. 3º - As coberturas mínimas a serem contratadas deverão contemplar indenização por Morte, Indenização por Acidente, Invalidez Permanente Total ou Parcial e Assistência Funeral do Titular em valores a serem estipulados pelo Poder Executivo, considerando-se a disponibilização de recursos da Prefeitura e real necessidade dos Empregados Públicos.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará, por decreto, no que

couber, os percentuais a serem subsidiados, bem como o valor mínimo das coberturas a serem contratadas, de acordo com as dotações orçamentárias disponíveis..

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Botuverá, em 17 de Julho de 2015

NILO BARNI

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 0140/2015

PORTARIA Nº 0140/2015

"NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE ESPORTES PARA O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ".

NILO BARNI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 1.197/2013 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Nomear o (a) Sr (a). PEDRO LUIZ BONOMINI, brasileiro (a), para o cargo de CHEFE DA UNIDADE DE ESPORTES, a partir de 14/07/2015.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor em 13 de Julho de 2015.

Botuverá (SC), 13 de Julho de 2015.

NILO BARNI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0142/2015

PORTARIA Nº 0142/2015

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

NILO BARNI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr. (a) ALINE AZEVEDO, ocupante do cargo temporário de FISIOTERAPEUTA, a partir de 15/07/2015.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em 15/07/2015.

Botuverá (SC), 15 de Julho de 2015.

NILO BARNI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0143/2015

PORTARIA Nº 0143/2015

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Das Outras Providências”

NILO BARNI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1075/2010 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 02/2015;

Resolve:

Art. 1º- Contratar a Sra. ALINE AZEVEDO, brasileira, para o cargo temporário de Fisioterapeuta, 30h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em 16 de Julho de 2015.

Botuverá (SC), em 16 de Julho de 2015.

NILO BARNI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

LEI 0842/2015

LEI Nº 0842/2015

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da localidade de Serril de Braço do Trombudo e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica declarado de utilidade pública a AMS-Associação de Moradores da Localidade de Serril, localizada na Rua Leôncio Machado, S/N na Cidade de Braço do Trombudo, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob Nº 03.753.529/0001-74.

Art.2º Para que a AMS-Associação de Moradores da Localidade de Serril, usufrua de todos os benefícios previstos, decorrentes da presente lei, deverá cumprir fielmente as suas funções de acordo com o que estabelece o seu Estatuto, conforme cópia em anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública quando a beneficiada:

I – não requerer perante o município a expedição do necessário Alvará de licença, válido por 01 ano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da respectiva Lei;

II – não requerer a renovação de seu Alvará de Licença, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do seu vencimento;

III – substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos;

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de julho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

LEI 0843/2015

LEI Nº 0843/2015

Concede auxílio financeiro a Associação dos Funcionários Públicos de Braço do Trombudo - AFUMBRAÇO.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro a Associação dos Funcionários Públicos de Braço do Trombudo - AFUMBRAÇO, inscrito no CNPJ sob o nº 08.472.705/0001-13, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados para a realização da tradicional feijoada que será distribuída gratuitamente durante à Festa da Integração do município, cujo projeto acompanha a presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à

conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 20 de julho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

LEI 0844/2015

LEI Nº 0844/2015

Concede auxílio financeiro a Sociedade Esportiva Recreativa Tiradentes

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro a Sociedade Esportiva Recreativa Tiradentes, inscrito no CNPJ sob o nº 82.767.203/0001-72, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), destinados à realização da tradicional Festa de Reis e Rainhas, cuja documentação acompanha a presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 20 de julho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 07/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 07/2015 FMAS

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 07/2015 FMAS. Processo licitatório 08/2015 FMAS. Objeto: Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame as empresas a seguir:

- ADL COMERCIAL EIRELI - EPP CNPJ 15.267.298/000178, LOTE 1,2,4,5,6,7,9,18,19 E 20 , no valor total de R\$ 6.428,76; tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 21/07/2015.

RESULTADO PREGÃO Nº 30/2015 PMBT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 30/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial 30/2015 Processo licitatório 37/2015. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento da proposta, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: PANIFICADORA KI SABOR: 00.288.428.0001-81, LOTE: 1, no valor total de R\$ 33.106,50; Tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 20/07/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 23 2015

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2015

Número do Registro de Preços: 23/2015 Data do Registro: 20/07/2015 Válido até: 20/07/2016

Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestar Serviços de mão de obra mecânica para máquinas, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários da Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS. (16391)	HORA	VERNER KRENZLIN (6065)	VERNER KRE	0	40,0000	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015

Número do Registro de Preços: 23/2015		Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestar Serviços de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários da Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015
PROCESSO Nº 36/2015

(6065) - VERNER KRENZLIN

Braço do Trombudo, 20 de Julho de 2015.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.620/2015.

DECRETO nº 7.620, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei Ordinária nº 3.891/15,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 1.580.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0306.0040.2049 Manut. Prog. de Alimentação Escolar - PNAE
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 600.000,00
0012.0364.0030.2069 Auxílio ao Transporte Universitário
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 950.000,00
15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS
3.3.91.00 Aplic. Direta Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Desp. Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.64.55 Transferência de Convênios – Estado/Outros
VALOR R\$ 5.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.64.55 Transferência de Convênios – Estado/Outros
VALOR R\$ 5.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.91.00 Aplic. Direta Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Desp. Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1o. deste Decreto, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

04.00 Secretaria de Orçamento e Gestão Estratégica
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.0005.2308 Manut. das Ativ. da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
05.00 Secretaria de Comunicação Social
05.001 Secretaria de Comunicação Social
0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação

Social

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.64.55 Transferência de Convênios – Estado/Outros
VALOR R\$ 10.000,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0846.0180.2048 Pasep e Outras Obrigações Tributárias
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

EXTRATO ANULAÇÃO CONTRATO Nº 034/2012

Terceiro termo aditivo ao contrato n. 034/2012. Extrato de anulação. Contratante: Município de Brusque. Contratada: Banco do Brasil S/A. Objeto: serviços de arrecadação de tributos municipais, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRARAN. Origem: Credenciamento n. 001/2012. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão.

LEI Nº 3.891/2015

LEI nº 3.891, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 1.580.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0306.0040.2049 Manut. Prog. de Alimentação Escolar - PNAE
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 600.000,00
0012.0364.0030.2069 Auxílio ao Transporte Universitário
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 950.000,00
15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS
3.3.91.00 Aplic. Direta Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Desp. Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.64.55 Transferência de Convênios – Estado/Outros
VALOR R\$ 5.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.64.55 Transferência de Convênios – Estado/Outros
VALOR R\$ 5.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.91.00 Aplic. Direta Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Desp. Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1o. desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

04.00 Secretaria de Orçamento e Gestão Estratégica
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.0005.2308 Manut. das Ativ. da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
05.00 Secretaria de Comunicação Social
05.001 Secretaria de Comunicação Social
0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.64.55 Transferência de Convênios – Estado/Outros
VALOR R\$ 10.000,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0846.0180.2048 Pasp e Outras Obrigações Tributárias
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 200.000,00

21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 200.000,00

23.00 Secretaria da Fazenda

23.001 Secretaria da Fazenda

0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social

30.001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 80.000,00

0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.892/2015

LEI nº 3.892, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Altera parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3.438, de 24 de novembro de 2011, que desafeta áreas públicas de sua destinação primitiva, autoriza a doação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3.438, de 24 de novembro de 2011, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. A unidade do IFC em Brusque deverá ser edificada até 31 de março de 2017, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Município de Brusque.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.893/2015

LEI nº 3.893, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder cessão de uso de bens públicos móveis ao Estado de Santa Catarina, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sediado em Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder cessão de uso de bens móveis, abaixo descritos, para fins de integrar a Unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sediado em Brusque:

– 01 (um) veículo marca Scania/P-360 B4x2, combustível Diesel, ano/modelo 2014/2014, tipo esp/caminhão/bombeiro, cor vermelha, chassi nº 9BSP4X200E3863871, placas QHK-9582, com todos os equipamentos obrigatórios;

– 01 (um) veículo marca Fiat/Pálio 1.6 flex, ano/modelo 2014/2014, tipo car./passeio, cor vermelha, chassi 9BD196283E2218257, placas QHB3834, com todos os equipamentos obrigatórios;

– 01 (um) veículo VW/Kombi, combustível álcool/gasolina, ano/modelo 2009/2010, tipo MIS/CAMINHONETE/ NÃO APLIC, cor vermelha, chassi 9BWMF07XXAPO13159, placas MFZ 0127, com todos os equipamentos obrigatórios;

– 01 (um) veículo VW/9. 150E CUMMINS, combustível diesel, ano/modelo 2008/2009, tipo ESP/CAMINHÃO/BOMBEIRO, cor vermelha, chassi 9BWGA62R49R915393, placas MGB 6587, com todos os equipamentos obrigatórios.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das verbas próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.894/2015

LEI nº 3.894, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA TULIPA a via identificada como Rua "E" do Loteamento Lagoa Dourada, transversal da Rua Carlos Antônio Campos de Souza, Bairro Águas Claras, localizada a 83,00 metros, sentido bairro/centro, antes da Rua Flor de Lis.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 131,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.895/2015

LEI nº 3.895, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA QUIRINO FRANZEN a via identificada como Rua LM-013, transversal da Rua Itajaí, Bairro Limoeiro, localizada a 50,00 metros, sentido bairro/centro, depois da Rua Maria Heiderscheidt Coelho.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 65,00 metros, tendo a pista largura de 5,50 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.896/2015

LEI nº 3.896, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DA PAZ a via identificada como Rua Sem Denominação Oficial, transversal da Rua Axel Krieger, Bairro São Pedro, localizada a 200,00 metros, sentido bairro/centro, antes da Rua Carlos Kohler.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 225,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.897/2015

LEI nº 3.897, DE 16 DE JULHO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA EUVALDO DEICHMANN, a via classificada como GU-003, transversal da Rua General Osório, bairro Guarani, localizada a 37,00 metros - sentido bairro/centro - depois da Rua Nelson Mattioli.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 70,00 metros, tendo a pista largura de 5,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1.282/2015

PORTARIA Nº 1282/2015, de 18 de maio de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 717/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, feriado ocorrido em 03/04/2015 (Paixão de Cristo), 21/04/2015 (Tiradentes), 01/05/2015 (Dia do Trabalho);
Considerando, Ponto facultativo, ocorrido em 20/04/2015;
Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor dos servidores: ALEX BARBOSA (mat. 81.266.0-2) e

EBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JÚNIOR (mat. 81.298.6-0), ambos ocupante do cargo de AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, ambos nomeado através da portaria nº 7455/2011, de 25 de abril de 2011, vinculados ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos conforme encaminhado através de Denúncia/ memorando nº 18/GTB/ 14, encaminhada pela Secretária de Trânsito e Mobilidade da Prefeitura Municipal de Brusque, bem como despacho do Departamento de Recursos Humanos datado de 14 de março de 2014, onde em tese podem configurar a infringência aos seguintes dispositivos art. 188, V e VII, c/c art. 174 V todos da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 17/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de maio de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.048/2015

PORTARIA Nº 1048/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência do auxílio-doença – Acidente

de Trabalho – concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. NOELI SILVA, matrícula nº 412933, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do acidente de trabalho ocorrido em 29/04/2015, sendo seu afastamento no dia 29/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.336/2015

PORTARIA Nº 1336/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. DAIANE PEREIRA, matrícula nº 477206, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 21/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.337/2015

PORTARIA Nº 1337/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. DAIANE PEREIRA, matrícula nº 477206, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 21/05/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.338/2015

PPORTARIA Nº 1338/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. DAIANE PEREIRA, matrícula nº 477206, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 18/09/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.378/2015

PORTARIA Nº 1378/2015, de 25 de maio de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 711/2015 e 712/2015 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2015 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,
RESOLVE

Considerando, feriado ocorrido em 03/04/2015 (Paixão de Cristo), 21/04/2015 (Tiradentes), 01/05/2015 (Dia do Trabalho);
Considerando, Ponto facultativo, ocorrido em 20/04/2015;
Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ÉBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JÚNIOR, ocupante do cargo de Agente de trânsito, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade da Prefeitura Municipal, portador do CPF 078.654.129-67, Mat. 812986-0, para apurar os fatos constantes da denúncia/memorando nº 16/15/GTB, encaminhado pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade (datado de 23/01/2015), bem como encaminhado pela autoridade superior, onde em tese o referido servidor, por várias vezes, tentou estabelecer um esquema junto a uma empresa de guinchos que mantém contrato com o Município de Brusque, por ele intitulado como “guinchadas por dinheiro”. O esquema articulado pelo servidor, tinha como finalidade usar de suas atribuições como guarda de trânsito para realizar várias abordagens, independente do veículo, e com isso auferir valores para si de forma indevida. O

denunciado ainda tentou aliciar outros servidores para integrarem o esquema, porém sem sucesso. Assim, os atos praticados pelo servidor, caracterizam-se como: 1º) Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública (art. 175, XIII, da LC 147/2009); 2º) Receber propina, presente, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições (art. 175, XVI da LC 147/2009); 3º) Não observou as normas legais e regulamentares (art. 174, VI da LC 147/2009); 4º) A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo servidor no desempenho de seu cargo, emprego ou função (art. 179, caput da LC 147/2009).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 23 de maio de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de maio de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.535/2015

PORTARIA Nº 1535/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. CLAYTON MASIERO PEDROSO, matrícula nº 871800, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 05/06/2015 de 62 (sessenta e dois) dias, sendo seu afastamento no dia 20/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 05/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.536/2015

PORTARIA Nº 1536/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CLAUDETE DE SOUZA, matrícula nº 10170, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 08/06/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 23/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.537/2015
PORTARIA Nº 1537/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARIA HELENA KORMANN, matrícula nº 5525, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 05/06/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 20/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 05/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.542/2015
PORTARIA Nº 1542/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. TIAGO RODRIGO ROZA, matrícula nº 590355, ocupante do cargo de provimento efetivo de Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 04/06/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 19/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.612/2015
PORTARIA Nº 1612/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. EUGENIA REGINA DOS SANTOS, matrícula nº 1042394, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, em decorrência do atestado do dia 12/06/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 27/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.632/2015
PORTARIA Nº 1632/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ALINE DIEMER VARNER, matrícula nº 4153049, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 14/06/2015 de 10 (dez) dias e do dia 16/06/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 29/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.652/2015

PORTARIA Nº 1652/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. HELENA GROSS, matrícula nº 677175, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 16/06/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.673/2015

PORTARIA Nº 1673/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. MARIA ROSILDA DALCASTAGNE, matrícula nº 461237, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 17/06/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6096460880.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.718/2015

PORTARIA Nº 1718/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório o servidor Sr. CLAYTON

MASIERO PEDROSO, matrícula nº 871800, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado no Secretaria de Obras e Serviços Públicos, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 05/06/2015 de 62 (sessenta e dois) dias, ficando suspenso a contar de 20/06/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.793/2015

PORTARIA Nº 1793/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório a servidora Sra. ALINE DIEMER VARNER, matrícula nº 4153049, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência dos atestados dos dias 14/06/2015 de 10 (dez) dias e do dia 16/06/2015 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 29/06/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1733/2015

PORTARIA Nº 1733/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório a servidora Sra. CLAUDETE DE SOUZA, matrícula nº 10170, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 08/06/2015 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 23/06/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1745/2015

PORTARIA Nº 1745/2015

Remove servidor de ofício.

Considerando que vistoria realizada pelo IBAMA, solicitou adequação dos recintos para guarda de animais;

Considerando a necessidade de reforma de vários setores da Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, conforme solicitação feita pelo IBAMA;

Considerando a necessidade de regularização da situação física da Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, junto ao IBAMA, para receber licença de manejo, fundamental ao funcionamento da Fundação;

Considerando que o não cumprimento das adequações acarretará no fechamento definitivo da Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e com fundamento no Art. 212, § 1º da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, de ofício, o servidor Sr. JAISON GEREMIAS DA SILVA ROSA, matrícula nº 946745, em estágio probatório, ocupante de cargo de provimento efetivo Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras, para a Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, a contar de 24/06/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado dar-se-á de ofício, pelo interesse da administração, com fulcro no art. 45, parágrafo único, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1746/2015

PORTARIA Nº 1746/2015

Remove servidor de ofício.

Considerando que vistoria realizada pelo IBAMA, solicitou adequação dos recintos para guarda de animais;

Considerando a necessidade de reforma de vários setores da Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, conforme solicitação feita pelo IBAMA;

Considerando a necessidade de regularização da situação física da Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, junto ao IBAMA, para receber licença de manejo, fundamental ao funcionamento da Fundação;

Considerando que o não cumprimento das adequações acarretará no fechamento definitivo da Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e com fundamento no Art. 212, § 1º da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, de ofício, o servidor Sr. WANDERSON JOSE CUNHA DOS SANTOS, matrícula nº 4116704, em estágio probatório, ocupante de cargo de provimento efetivo Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras, para a Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, a contar de 24/06/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado dar-se-á de ofício, pelo interesse da administração, com fulcro no art. 45, parágrafo único, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1789/2015

PORTARIA Nº 1789/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. EUGENIA REGINA DOS SANTOS, matrícula nº 1042394, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada no Secretaria de Trânsito e Mobilidade, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 12/06/2015 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 27/06/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1872/2015

PORTARIA Nº 1872/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor SÉRGIO LUIS GAMBIA, matrícula nº 680818, nomeado pela Portaria nº 7869/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1873/2015

PORTARIA Nº 1873/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARIA STELLA MARTINS EFFTING GEISEL SANTOS, matrícula nº 678473, nomeada pela Portaria nº 7869/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público,

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1874/2015

PORTARIA Nº 1874/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora FABRICIA REGINA IMHOF LAPOLLI, matrícula nº 895113, nomeada pela Portaria nº 8009/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1882/2015

PORTARIA Nº 1882/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora FLAVIA DOMINGUES, matrícula nº 924067, nomeada pela Portaria nº 8193/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/09/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1883/2015

PORTARIA Nº 1883/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora GABRIELA BARTH BARBOSA, matrícula nº 857068, nomeada pela Portaria nº 7707/2011, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Odontológico, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1884/2015

PORTARIA Nº 1884/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora GIORGIA EMANUELE DA LUZ, matrícula nº 675997, nomeada pela Portaria nº 8081/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público,

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1889/2015

PORTARIA Nº 1889/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor ISMAEL PAULO BURIGO, matrícula nº 751839, nomeado pela Portaria nº 8067/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Especialista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1890/2015

PORTARIA Nº 1890/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora IONARA MARQUES DE OLIVEIRA CERON RICIATTI, matrícula nº 889229, nomeado pela Portaria nº 7938/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1891/2015

PORTARIA Nº 1891/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora JANICE MARIA SENS, matrícula nº 567086, nomeada pela Portaria nº 7872/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1892/2015

PORTARIA Nº 1892/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor JORGE ODÉLIO SCHNEIDER, matrícula nº 474371, nomeado pela Portaria nº 8025/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1893/2015

PORTARIA Nº 1893/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora KAMILA RICARDO DE SOUZA, matrícula nº 903876, nomeada pela Portaria nº 8066/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Odontológico, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1894/2015

PORTARIA Nº 1894/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARINALVA RAMOS WIEDERMANN FERNANDES, matrícula nº 789305, nomeada pela Portaria nº 7869/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público,

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 999/2015

PORTARIA Nº 999/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) **PRECILA ANDRADE TADIOTTO VILLAR**, nomeado(a) pela portaria nº 7.809/2012 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de abril de 2015.

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2015

PREGÃO nº 062/2015

Processo Licitatório nº 100/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de transporte escolar.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 31/07/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 20/07/2015

IVANOR DE MENDONÇA

Secretário de Educação

Caçador

PREFEITURA

ATA DO CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS CREDENCIAMENTO 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

ATA DO CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS CREDENCIAMENTO 01/2015

Às 13hs e 10min. do dia 17 de julho de 2015, no Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, reuniram-se os membros da Comissão de Credenciamento, nomeados pelo Decreto nº 6.454/2015, para realização do Credenciamento de Leiloeiros Oficiais em conformidade com as instruções contidas no Edital de Credenciamento nº 01/2015. Dando início aos trabalhos constatou-se que foram protocolados 11 envelopes até as 16:00hs do dia 13 de julho de 2015. Os leiloeiros que protocolaram os envelopes foram: JULIO RAMOS LUZ, TAISA RAQUEL PEREIRA CARVALHO, SIMONE WENNING, ULISSES DONIZETE RAMOS, VALMIR ANTÔNIO CLAUDINO, ANDERSON LUCHTENBERG, DANIEL ELIAS GARCIA, RODOLFO DA ROSA SCHONTAG, ANCILA MARIA BALDISSERA PALUDO, ALEX WILLIAN HOPPE, RUY WALTER BALDISSERA. Após iniciou-se a abertura de cada envelope com a análise dos documentos pelos membros da Comissão e com a definição dos leiloeiros que entregaram a documentação em conformidade com o exigido no Edital. Depois de procedida a análise da documentação, verificou-se que TODOS os leiloeiros apresentaram a documentação em conformidade com o que é solicitado em Edital e, por isso, foram declarados habilitados a participar do sorteio de ordenamento dos leiloeiros para compor o rol ou banco de credenciados, os quais serão designados, em sistema de rodízio, obedecendo ao critério da ordem de sorteio. Na mesma sessão, foi providenciada a leitura da presente ATA que foi aprovada e assinada pelos presentes. Nada mais a acrescentar.

Antônio Carlos do Nascimento Bittencourt
Presidente

Antônio Carlos Castilho
Membro

Luana Lourenço Longhi
Membro

DECRETO Nº 6.473

DECRETO Nº 6473/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor da Secretaria de Educação na importância total de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047 – Aplicação Recursos do FUNDEB 40%

3.3.90.00.0019 - Aplicações Diretas
..... : R\$ 109.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047 – Aplicação Recursos do FUNDEB 40%

4.4.90.00.0019 - Aplicações Diretas
..... : R\$ 109.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de Julho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015 - SÍNTESE DE RECURSOS CONTRA CONVOCAÇÃO CANDIDATOS DECLARADOS DEFICIENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 02/2015

SÍNTESE DE RECURSOS CONTRA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DECLARADOS DEFICIENTES

A Comissão do Concurso Público de Caçador torna pública a relação de candidatos que apresentaram recurso contra o edital de convocação dos candidatos declarados deficientes.

Candidato Requerente	Status dos Recursos
CAROLLYNE NIZER CUNHA	INDEFERIDO PELA FORMA (item 7.3 do Edital)

Caçador, 20/07/2015.

Comissão do Concurso Público de Caçador

RESOLUÇÕES NºS 12 E 13 CMDCA

Resolução 12/2015 de 20 de julho de 2015

Dispõe sobre a convocação da Conferência Regional dos Direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução 172 de 2014 do CONANDA que dispõe sobre as Diretrizes para organização e realização da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente.

CONSIDERANDO a Resolução n. 001 de 19 de março de 2015 expedida pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho

e Habitação – SST/SC, através do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente – CEDCA/SC que definiu pela realização da X Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, com o tema central: "POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORTALECENDO OS CONSELHOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE", orientando-se com os seguintes eixos temáticos: I – Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente; II – Proteção e Defesa de Direitos; III – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes; IV – Controle Social da Efetivação dos Direitos; V – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; e,

CONSIDERANDO a necessidade de convocação conjunta para a realização da Conferência Regional dos Direitos da Criança e do adolescente, pelo Presidente do Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente e do Prefeito do Município sede da Conferência Regional, conforme previsto na Resolução n. 001/2015, da SST/SC, estes no uso de suas atribuições legais, RESOLVEM:

Art. 1º - Convocar a CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com abrangência nos municípios da 9ª e 10ª. Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR, com o fim de avaliar os avanços na consolidação de garantir a implementação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 1º - A Conferência Regional dos direitos da Criança e Adolescente realizar-se-á no dia 22 de julho de 2015 das 13h às 17horas, no Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador, situada na Rua Fernando Machado, n. 139, centro, em Caçador – Santa Catarina.

§ 2º - A Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente terá como Tema Central: POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORTALECENDO OS CONSELHOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE", com os seguintes eixos temáticos:

I – Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente;

II – Proteção e Defesa de Direitos;

III – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes;

IV – Controle Social da Efetivação dos Direitos;

V – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

Art. 2º – Instituir a Comissão Organizadora, Sandra Spautz Granemann, Rosimar Bertencello, Beatriz Ribeiro dos Santos, Cristiani Baldicera Granemann e Marizete Fatima Iaczinski.

Parágrafo Único. Apoiarão a Organização da Conferência, a SDR de Caçador, Gabinete dos Prefeitos, Secretarias Municipais, Sindicatos, Associações e demais interessados.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Caçador, 20 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto Marizete Fátima Iaczinski

Prefeito Municipal de Caçador Presidente do CMDCA

Resolução 13/2015 de 20 de julho de 2015

Dispõe sobre a criação da Comissão Organizadora da Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente

CONSIDERANDO a convocação da Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente, que se realizará em 22 de julho de 2015 em Caçador, Santa Catarina, no período das 13h às 17 horas, tendo como POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORTALECENDO OS CONSELHOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE" e, conforme Resolução CEDCA/SC n. 001/2015 da SST/SC. As Gerentes de Assistência Social, Trabalho e Habitação das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Caçador e Videira em conjunto com a Coordenadora da Assistência Social da Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, no uso de suas competências e nas atribuições, em reunião realizada no dia 02 de julho de 2015, resolveram:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente, composta por: Sandra Spautz Granemann, Resimar Bortencello, Beatriz Ribeiro dos Santos, Cristiani B. Granemann e Marizete Fatima Iaczinski.

Art. 2º- A Comissão será presidida pela gerente da 10ª SDR, Sandra Spautz Granemann, e terá como competência:

I - Preparar e executar as Capacitações para realizações dos Encontros nas localidades, distritos, CRAS, CREAS, SMAS;

II - Orientar e acompanhar a realização e resultados dos Encontros nas Localidades, Distritos, CRAS, CREAS, SMAS;

III -Preparar e acompanhar a operacionalização da Conferência Municipal/Regional/Estadual dos direitos da pessoa idosa;

IV - Propor e encaminhar para aprovação da Plenária, materiais relativos a critérios de definição do número de Delegados (as), Projeto, Regimento, Metodologia, Divulgação, Organização e Composição a ser utilizada durante a Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente;

V - Organizar e coordenar a Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente;

VI - Promover a integração com as Unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar assuntos referentes a Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente;

VII - Dar suporte técnico - operacional durante o evento;

VIII - Manter os CMDCA dos Municípios informados sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização das Conferências dos direitos da criança do adolescente;

Art. 3º - Para operacionalização da Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente, a Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes Órgãos:

I. Federação Catarinense dos Municípios- FECAM

II. Secretarias de Desenvolvimento Regional -SDRs

III. Secretarias Executivas dos CMDCA's;

IV. Unidades da SMAS- CRAS e CREAS;

V. Secretarias Municipais da Saúde, Educação e Finanças;

VI. Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VII. Associações Comunitárias.

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da Conferência Regional dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da administração Pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços de atendimento à criança e ao adolescente, bem como consultores e convidados.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Caçador, 20 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto

Prefeito Municipal de Caçador

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 46, DE 20 DE JULHO DE 2015.**

PORTARIA nº 46, de 20 de julho de 2015.

Concede 19 dias de férias ao servidor José Luiz Furlin.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 19 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 31/07/2014, a serem gozadas no período de 03/08/2015 a 21/08/2015 ao servidor JOSÉ LUIZ FURLIN, ocupante do cargo de motorista, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados, em 30/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 20 de julho de 2015.

Flavio Henrique dos Santos,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

Camboriú

PREFEITURA

PR 58/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO E MICROFILMAGEM, DE DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 10 (Dez) de Agosto de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 20 de Julho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL Nº 95/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 95/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 040PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 55/2014 (originado do Processo Licitatório nº 55/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 55/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA VILMAR CONSTRUÇÕES LTDA A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 55/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência e execução do Contrato nº 55/2014 fica prorrogado por 30 (trinta) dias até o dia 21 de agosto de 2015, contando a partir de 22 de julho de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 55/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 20 de julho de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	VILMAR LINO DE LIMA Vilmar Construções Ltda CONTRATADA
---	--

CONVOCAÇÃO Nº 109/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015
CONVOCAÇÃO Nº 109/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MAX DANILO BORGES CAVILHA, inscrito no CPF/MF sob nº 041.498.739-09, aprovado em 5º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR II, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL), para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 110/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014
CONVOCAÇÃO Nº 110/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. LINA HEIDEN DE BARROS ESMERO, inscrita no CPF/MF sob nº 053.366.559-02, aprovada em 55º lugar no Processo Seletivo nº. 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação.

DECRETO Nº 9.151 DE 20 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.151 DE 20 DE JULHO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ANA MARIA CAMARGO DREVECK, Matrícula Funcional nº 000826, Registro no Sistema sob nº 955496, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. ANA MARIA CAMARGO DREVECK, aprovada em 21º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.154 DE 20 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.154 DE 20 DE JULHO DE 2015
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido o Sr. ERNESTO LARSEN, Registro no Sistema sob nº 955163, do cargo de Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e lazer, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.155 DE 20 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 9.155 DE 20 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública		

400000.00.168 -	Despesas de Capital		
440000.00.168 -	Investimentos		
449000.00.168 -	Aplicações Diretas		
449051.00.168 -	Obras e Instalações	R\$ 15.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de Junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

20 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 083/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 083/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 083/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MS – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL, em data de 02 de Julho de 2015, no valor de R\$ 4.990,73 (quatro mil, novecentos e noventa reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 085/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 085/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 085/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MS – SAÚDE BUCAL, em data de 02 de Julho de 2015, no valor de R\$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 086/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 086/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 086/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MS – PMAQ – PROGRAMA MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE, em data de 06 de Julho de 2015, no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 087/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 087/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 087/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, em data de 06 de Julho de 2015, no valor de R\$ 12.654,05 (doze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, cinco centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.

JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 088/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 088/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 088/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 07 de Julho de 2015, no valor de R\$ 3.052,86 (três mil, cinquenta e dois reais, oitenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.

JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 089/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 089/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 089/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – APOIO EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA, em data de 06 de Julho de 2015, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.

JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 090/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 090/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 090/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – CRECHES, em data de 07 de Julho de 2015, no valor de R\$ 4.920,00 (quatro mil, novecentos e vinte reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 091/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 091/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 091/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – AEE – APOIO EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA, em data de 07 de Julho de 2015, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 092/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 092/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 092/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – FUNDAMENTAL, em data de 07 de Julho de 2015, no valor de R\$ 8.190,00 (oito mil, cento e noventa reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 093/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 093/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 093/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – FUNDAMENTAL, em data de 07 de Julho de 2015, no valor de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 094/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 094/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 094/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – PRÉ ESCOLAR, em data de 07 de Julho de 2015, no valor de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 095/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 095/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 095/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – FUNDAMENTAL, em data de 07 de Julho de 2015, no valor de R\$ 8.190,00 (oito mil, cento e noventa reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 096/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 096/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 096/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 09 de Julho de 2015, no valor de R\$ 236,15 (duzentos e trinta e seis reais, quinze centavos).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 097/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 097/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 097/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA, em data de 10 de Julho de 2015, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS Nº 084/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 084/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 084/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MS – PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA, em data de 02 de Julho de 2015, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Campo Alegre/SC., 20 de Julho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

PORTARIA Nº 12.106 DE 20 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.106 DE 20 DE JULHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, RENEY DE FÁTIMA FERREIRA REISER, Matrícula Funcional nº 000065, Registro no Sistema sob nº 293860, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Novembro de 2013 a 31 de Outubro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 20 de Julho de 2015 à 03 de Agosto de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.107 DE 20 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.107 DE 20 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público, JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, Matrícula Funcional nº 000084, Registro no Sistema sob nº 867200, ocupante do Cargo Público de Especialista em Assuntos Educacionais, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo a Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 15 de Janeiro de 2014 a 14 de Janeiro de 2015.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo de 15 de Janeiro de 2014 a 14 de Janeiro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 22 de Julho de 2015 á 31 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.108 DE 20 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.108 DE 20 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 11 (onze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ALESSANDRA GODINHO VALENTIM, Matrícula Funcional nº 000630, Registro no Sistema sob nº 955057, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 27 de Julho de 2015 á 06 de Agosto de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Maria Eliane Friedrich
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 57/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 57/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 45/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à seleção de empresa/companhia do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para o veículo QHN – 5062, da frota da Prefeitura de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 31 de julho de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 20 de julho de 2015. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

EXTRATO RESULTADO JULGAMENTO TP 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

RESULTADO JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2015

O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 06/2015, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem e pavimentação, da estaca 0=PP até 6+1,985, da Rua Justino Batista Pereira, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital, classificando-se vencedora a proposta da empresa Franna Indústria e Serviços LTDA ME, no valor de R\$ 53.404,81 (Cinquenta e três mil e quatrocentos e quatro reais e oitenta e um centavos). Canelinha, 10 de julho de 2015.

Antônio da Silva

Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 09/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 18/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 09/2015

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO N.º FMS 09/2015 (PRESENCIAL) que tem por objeto AQUISIÇÃO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA USO DE PACIENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA PELO SUS E PARECER SOCIAL FAVORÁVEL DA ASSISTENTE SOCIAL. Motivo: DOTAÇÃO BLOQUEADA NO MÊS ANTERIOR COM VALOR ERRADO. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

DECRETO Nº 160/20151

DECRETO Nº. 160/2015

“REVOGAR”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.592 de 24/06/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica revogado o inteiro teor do Decreto Nº 135/2015 que abriu CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.592 de 24/06/2015, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Orgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 8.000.000,00

Recursos 28300 – Operação de crédito interno – Outros programas

Art. 2º. Para suporte do crédito adicional que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor correspondente à OPERAÇÃO DE CRÉDITO proveniente da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, referente à linha de financiamento do PROGRAMA BADESC CIDADES, até o valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/07/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 161/20151

DECRETO Nº 161, DE 13/07/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC.

Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 5.603, de 24/06/2015

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Canoinhas/SC, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

I)
Orgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 5.000.000,00

Recursos 28300 – Operação de crédito interno – Outros programas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 5.603, de 24/06/2015.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/07/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 162/20151

DECRETO Nº. 162/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica introduzido o art. 6º-I ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"Art. 6º-I. Fica autorizado o servidor GERSON DOBROCHINSKEI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gestor de Esportes, a realizar as transações bancárias elencadas no §1º deste artigo, junto à instituição financeira denominada Banco do Brasil S/A, no tocante a conta corrente de nº 31.264-9, devidamente cadastrada na agência de Canoinhas, vinculada ao Poder Executivo Municipal – Fundação Municipal de Esportes, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 03.914.543/0001-02.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;
- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor GERSON DOBROCHINSKEI, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos a despesas que não podem ser realizadas através do regime normal de aplicação, como o custeio de despesas com a estada de atletas de variadas modalidades desportivas que representam o Município de Canoinhas em eventos realizados fora da sede do Município."

Art. 2º. Fica introduzido o art. 6º-J ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"Art. 6º-J. Fica autorizado o servidor DIMAS ANTONIO CHAGAS, ocupante do cargo efetivo de Técnico Desportivo de Atletismo, a realizar as transações bancárias elencadas no §1º deste artigo, junto à instituição financeira denominada Banco do Brasil S/A, no tocante a conta corrente de nº 31.264-9, devidamente cadastrada na agência de Canoinhas, vinculada ao Poder Executivo Municipal – Fundação Municipal de Esportes, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 03.914.543/0001-02.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;

- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor DIMAS ANTONIO CHAGAS, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos a despesas que não podem ser realizadas através do regime normal de aplicação, como o custeio de despesas com a estada de atletas de variadas modalidades desportivas que representam o Município de Canoinhas em eventos realizados fora da sede do Município."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/07/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 163/20151

DECRETO Nº. 163/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 243/2014 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 243/2014, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 9.109,28m² (Nove mil, cento e nove metros e vinte e oito décimos quadrados), procedido por RENATO SCHLUKAT, situado na Rua Bernardo Olsen, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.639, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 50 com área de 926,50 m², sendo que este só pode ser vendido ao confrontante, lote nº 51 com área de 201,40 m², lote nº 52 com área de 224,70 m², lote nº 53 com área de 201,40 m², lote nº 54 com área de 224,70 m², lote nº 55 com área de 2.116,54 m², lote nº 56 com área de 2.203,84 m², lote nº 57 com área de 1.330,20 m² e lote nº 58 com área de 1.680,00 m², todos pertencentes à quadra nº 089, conforme requerimento protocolado sob nº. 1226/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 164/20151

DECRETO Nº. 164/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.605 de 15/07/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.605 de 15/07/2015, no valor de R\$ 83.339,32 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 1.008 – Construção da Policlínica

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 83.339,32

Recursos 63300 – Transf. Convênio União – SUS – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 83.339,32 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

RECURSO	DESCRIÇÃO	VALOR
63300	Transf. Convênio União – SUS – superávit	83.339,32
TOTAL	83.339,32	

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.605 de 15/07/2015, no valor de R\$ 10.403,52 (dez mil, quatrocentos e três reais e cinquenta e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 1.008 – Construção da Policlínica

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.403,52

Recursos 23300 – Transf. Convênio União – SUS

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 10.403,52 (dez mil, quatrocentos e três reais e cinquenta e dois centavos), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23300	2.055.800,00	2.066.203,52	10.403,52
TOTAL	10.403,52		

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 165/20151

DECRETO Nº. 165/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.607 de 15/07/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.607 de 15/07/2015, no valor de R\$ 12.943,54 (doze mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Função 8: Assistência Social
 Subfunção 244: Assistência comunitária
 Programa 10: Assistência social responsável
 Atividade 1.060 – Implantação da cozinha comunitária
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 12.943,54
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 12.943,54 (doze mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento
 Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento
 Função 4: Administração
 Subfunção 121: Planejamento e orçamento
 Programa 7: Planejamento eficaz
 Atividade 2.021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 12.943,54
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 166/20151

DECRETO Nº. 166/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.608 de 15/07/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.608 de 15/07/2015, no valor de R\$ 16.230,70 (dezesesseis mil, duzentos e trinta reais e setenta centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses
 Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 16.230,70
 Recursos 63855 – Recurso CAPS União – Saúde Mental – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 16.230,70 (dezesesseis mil, duzentos e trinta reais e setenta centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63855	Recurso CAPS União – Saúde Mental – superávit	16.230,70
TOTAL	16.230,70	

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 167/20151

DECRETO Nº. 167/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.609 de 15/07/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.609 de 15/07/2015, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Função 27: Desporto e Lazer
Subfunção 812: Desporto comunitário
Programa 16: Esporte como qualidade de vida
Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 25.000,00
Recursos 30000 – Recursos Ordinários – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	25.000,00
TOTAL	25.000,00	

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 168/20151

DECRETO Nº. 168/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município

e com a Lei Municipal 5.610 de 15/07/2015, resolve:
DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.610 de 15/07/2015, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração Geral
Programa 3: Modernização Administrativa
Atividade 2.035 – Contribuição à entidades
3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decor. de Op. entre Órgãos 7.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração Geral
Programa 3: Modernização Administrativa
Atividade 2.035 – Contribuição à entidades
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 169/20151

DECRETO Nº. 169/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.611 de 15/07/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.611 de 15/07/2015, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 02: Gabinete do Prefeito
Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração geral
Programa 2: Administração superior eficiente
Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 02: Gabinete do Prefeito
Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração geral
Programa 2: Administração superior eficiente
Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 170/20151

DECRETO Nº. 170/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.620 de 15/07/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de

acordo com o artigo 1º da Lei 5.620 de 15/07/2015, no valor de R\$ 289.470,70 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e setenta centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 48.588,13
Recursos 66400 – Convênio Estado (Investimento) – superávit

Atividade 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.713,53
Recursos 66410 – Convênio Estado – outros (Manutenção) – superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 33.344,10
Recursos 33900 – Fundo Especial do Petróleo e CEFEM – superávit

Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.000,00
Recursos 31200 – Convênio Trânsito – Prefeitura – superávit

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 28.570,98
Recursos 31200 – Convênio Trânsito – Prefeitura – superávit

Órgão 05: Secretaria Municipal Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 54.834,19
Recursos 63200 – Transf. Convênio União (FNDE) – Educação – superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.172,33
Recursos 33600 – Rec. Salário Educação – superávit

Atividade 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 91.660,60
Recursos 30100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação – superávit

Atividade 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 586,84
Recursos 63200 – Transf. Convênio União – FNDE – Educação – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 289.470,70 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e setenta centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo

e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
66400	Convênio Estado (Investimento) – superávit	48.588,13
66410	Convênio Estado – outros (Manutenção) – superávit	5.713,53
33900	Fundo Especial do Petróleo e CEFEM – superávit	33.344,10
31200	Convênio Trânsito – Prefeitura – superávit	43.570,98
63200	Transf. Convênio União (FNDE) – Educação – superávit	55.421,03
30100	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação – superávit	91.660,60
33600	Rec. Salário Educação – superávit	11.172,33
TOTAL	289.470,70	

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 171/20151

DECRETO Nº. 171/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E AINDA PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.621 de 15/07/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.621 de 15/07/2015, no valor de R\$ 478.170,73 (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e setenta reais e setenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 478.170,73

Recursos 30800 – Contribuição para COSIP – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 478.170,73 (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e setenta reais e setenta e três centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

RECURSO	DESCRIÇÃO	VALOR
30800	Contribuição para COSIP – superávit	478.170,73
TOTAL	478.170,73	

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.621 de 15/07/2015, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 170.000,00

Recursos 10800 – Contribuição para COSIP

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10800	1.873.300,00	2.043.300,00	170.000,00
TOTAL	170.000,00		

Art. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 5º da Lei 5.621 de 15/07/2015, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 300.000,00

Recursos 10800 – Contribuição para COSIP

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação

institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 300.000,00
Recursos 10800 – Contribuição para COSIP

Art. 7º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 172/20151

DECRETO Nº. 172/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.622 de 15/07/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.622 de 15/07/2015, no valor de R\$ 15.234,97 (quinze mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 7.617,49
Recursos 11000 – Conv. Trânsito SSP/SC – Pol. Militar

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 7.617,48
Recursos 11000 – Conv. Trânsito SSP/SC – Pol. Militar

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 15.234,97 (quinze mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
11000	143.550,00	158.784,97	15.234,97
TOTAL	15.234,97		

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 173/20151

DECRETO Nº. 173/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 675,00 m² (Seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), procedido por CLAUDETE FERREIRA DA SILVA HAACK E OUTRA, situado na Rua Roberto Bolduan, no Bairro Industrial Nº 02, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 34.924, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 23 com área de 337,50 m² e lote nº 20 com área de 337,50 m², ambos pertencentes à quadra nº 1748, conforme requerimento protocolado sob nº. 4417/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 174/20151

DECRETO Nº. 174/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por ALAI-DE GLEVINSKI, situado na Rua Alois Stueber, no Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 27.845, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 41 com área de 440,00 m² e lote nº 22 com área de 360,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 105, conforme requerimento protocolado sob nº. 4416/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 175/20151

DECRETO Nº. 175/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivará e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 175/2015

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 254 – RECURSOS PRODUÇÃO MAC			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado

0000043/14	02/01/2014	REUNIDAS TURISMO S.A.	1.398,41
0000098/14	28/01/2014	STANG & STANG LTDA	14.878,83
0000115/14	29/01/2014	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	786,30
0001801/14	27/11/2014	REUNIDAS TURISMO S.A.	6.066,45
I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 468 – RECURSOS REDE SAÚDE MENTAL			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000090/14	23/01/2014	COLETIVO SANTA CRUZ LTDA	121,29
0000099/14	28/01/2014	STANG & STANG LTDA	9.975,00
0000718/14	21/05/2014	CLINICA MEDICA HJ LTDA	1.257,66
0000862/14	18/06/2014	CLINICA MEDICA HJ LTDA	3.772,98
I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 469 – RECURSOS REDE DE URGÊNCIA			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000827/14	04/06/2014	ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO LTDA ME	0,04
I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 470 – RECURSOS BRASIL SORRIDENTE			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001162/14	05/08/2014	FERNANDA GELBCKE BORGES DE SOUZA	4.460,00
I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 479 – RECURSOS OUTRAS TRANSF. ESTADO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001690/14	04/11/2014	CISAMURC – CONSORCIO INT. SAUDE DA AMURC	8.554,29

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

LEI Nº 5.606/2015

LEI Nº. 5.606 DE 15/07/2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR CONVÊNIO E CEDER SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO PARA A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, PARA DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMALEINSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio entre o município de Canoinhas e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC e ceder servidor público efetivo para fins de atuar no município e atender o serviço de defesa sanitária animal e inspeção de produtos de origem animal.

Parágrafo único – As despesas correrão por conta das dotações do orçamento municipal.

Art. 2º - As condições, prazos, objetivos, metas, direitos e deveres serão definidos no Termo de Convênio a ser firmado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.607/2015

LEI Nº. 5.607 DE 15/07/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 12.943,54 (doze mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência comunitária
Programa 10: Assistência social responsável
Atividade 1.060 – Implantação da cozinha comunitária
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 12.943,54
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 12.943,54 (doze mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento
Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento
Função 4: Administração
Subfunção 121: Planejamento e orçamento
Programa 7: Planejamento eficaz
Atividade 2.021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 12.943,54
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.608/2015

LEI Nº. 5.608 DE 15/07/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 16.230,70 (dezesesseis mil, duzentos e trinta reais e setenta centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses
 Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 ... 16.230,70
 Recursos 63855 – Recurso CAPS União – Saúde Mental – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 16.230,70 (dezesesseis mil, duzentos e trinta reais e setenta centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63855	Recurso CAPS União – Saúde Mental – su- perávit	16.230,70
TOTAL	16.230,70	

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.609/2015

LEI Nº. 5.609 DE 15/07/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
 Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
 Função 27: Desporto e Lazer
 Subfunção 812: Desporto comunitário
 Programa 16: Esporte como qualidade de vida
 Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 ... 25.000,00
 Recursos 30000 – Recursos Ordinários – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	25.000,00
TOTAL	25.000,00	

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.610/2015

LEI Nº. 5.610 DE 15/07/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração Geral
Programa 3: Modernização Administrativa
Atividade 2.035 – Contribuição à entidades
3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decor. de Op. entre Órgãos 7.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração Geral
Programa 3: Modernização Administrativa
Atividade 2.035 – Contribuição à entidades
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.611/2015

LEI Nº. 5.611 DE 15/07/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 02: Gabinete do Prefeito
Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração geral
Programa 2: Administração superior eficiente
Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 02: Gabinete do Prefeito
Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração geral
Programa 2: Administração superior eficiente
Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.612/2015

LEI Nº. 5.612 DE 15/07/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER O DESENVOLVIMENTO DA OVINOCULTURA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal em exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica instituído o programa municipal de incentivos ao desenvolvimento da ovinocultura no município de Canoinhas, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, que tem por objetivo promover melhoramento genético, aumento de produtividade e o aumento de renda no meio rural, possibilitando maior inserção destas propriedades no mercado de forma sistemática, com aberturas de novos mercados.

Art. 2º - O Município poderá disponibilizar aos produtores incentivos como:

I - Efetuar o cadastramento dos ovinocultores;

II- Disponibilização de reprodutores e insumos a grupos organizados através de cessão de uso, comodato ou parcerias;

III- Organizar os ovinocultores na forma de grupos formais e ou informais;

IV- Disponibilização de serviços, insumos e equipamentos a grupos organizados através de cessão de uso, comodato ou parcerias;

V- Assessoria técnica na elaboração de projetos para captação de recursos;

VI- Análise da viabilidade técnica da produção;

VII- Incentivo a ovinocultura a nível comercial;

VIII- Capacitação dos ovinocultores e técnicos envolvidos no programa;

IX- Auxílio de custo integral no transporte para visitas técnicas e capacitações fora do município de Canoinhas;

X- Auxílio de custo integral para capacitação dos agricultores e técnicos;

XI- Desenvolver mecanismos de apoio à industrialização e comercialização da produção;

XII- Executar as metas relacionadas ao programa Municipal de Incentivos à ovinocultura promovendo a integração entre os demais programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 3º - Poderão participar do Programa, os produtores rurais do município de Canoinhas, que cumpram com os seguintes requisitos:

I - Possuir bloco de produtor rural;

II - Ter como principal fonte de renda a atividade rural;

III - Possuir cadastro atualizado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas;

IV - Não possuir débitos com os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;

V - Após um ano de acompanhamento a propriedade deverá apresentar evolução de sua produção para continuidade do projeto.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA poderá instituir requisitos complementares aos produtores que manifestem interesse em participar deste programa.

Art. 4º - Compete ao Município, que poderá contar com o auxílio das entidades parceiras representadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, ou ainda, outras entidades públicas ou privadas que tenha por objeto fomentar o desenvolvimento da atividade agropecuária no âmbito de Canoinhas, a execução das seguintes ações:

I - Efetuar o cadastramento dos produtores;

II - Desenvolver mecanismos de apoio à industrialização e comercialização da produção;

III - Executar as metas relacionadas ao presente programa municipal promovendo a integração entre os demais Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 5º - A normatização para a operacionalização do programa, como prioridades, cronograma, dentre outros, será regulamentada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

Art. 6º - O município poderá efetuar convênio com entidades e ou instituições de ensino visando à efetivação dos objetivos e incentivos que trata esta lei.

Art. 7º - Os produtores beneficiados pelos incentivos da presente Lei, deverão respeitar a legislação ambiental em vigor, cabendo a cada agricultor a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos respectivos projetos ambientais junto aos órgãos competentes.

Art. 8º - Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural deste Município, a execução do programa de que trata a presente Lei.

Art. 9º - Não poderão ser beneficiados com os incentivos concedidos por esta lei servidores públicos municipais, da administração direta e indireta, membros dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, mesmo que sejam proprietários, posseiros a qualquer título e produtores rurais.

Art. 10 - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.613/2015

LEI Nº. 5.613 DE 15/07/2015

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização nos dias 16 e 17 de julho de 2015 do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS INDUSTRIAL OURO VERDE" ao "GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA" através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Regional de Canoinhas, inscrita no CNPJ sob nº 05.688.796/0001-30, para a realização do evento "TRANSCATARINA".

Parágrafo Único. A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se aos banheiros, e toda a área livre interna do Parque e Galpão Gastronômico, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizado em frente às dependências do parque, excluído as demais edificações.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 16/07/2015, no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término o dia 17/07/2015 no horário das 23 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a encargo do "Governo do Estado de Santa Catarina" através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas:

- I – Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;
- II – Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;
- III – Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;
- IV – Solicitação de vistoria dos Bombeiros;
- V – Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;
- VI – Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;
- VII – Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade do "Governo do Estado de Santa Catarina", através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas, a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.614/2015

LEI Nº. 5.614 DE 15/07/2015

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTANTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS EM COMPETIÇÕES DE NÍVEL ESTADUAL E NACIONAL, AUTORIZA CUSTEAR VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no "28º JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA – FASE ESTADUAL" os atletas abaixo nominados:

I – Atletas modalidade karatê:

- a) João Paulo Calistro;
- b) Almir Augustinho de Almeida Junior;
- c) Luiz Gustavo Scheuer;
- d) Helena Torquato;
- e) Thomas Felipe Bianek Barbosa;

Art. 2º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a custear as despesas relativas ao transporte dos representantes, conforme os dias, cidades e valores a seguir:

I – Dia 25 de julho á 01 de agosto de 2015, 28º Joguinhos Abertos de Santa Catarina – Fase Estadual no na cidade de Itajaí/SC, incluindo as despesas das principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), refeições intermediárias e água no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) e despesas emergenciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas – 3.3.90.00.00.00.00.00.0001.000, Atividade 2032, dotação 7.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.615/2015

LEI Nº. 5.615 DE 15/07/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade de promover melhorias no desempenho da requerente, através da cessão de 100 m³ (cem metros cúbicos) cargas de pedra brita para a Empresa Agrícola Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº21. 138.559/0001-52, localizado na Rua Pastor George Weger, 416, Centro, neste Município.

Art. 2º - A ampliação do referido empreendimento contribuirá para o fortalecimento da empresa e do comércio local.

Art. 3º - A empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Comprovar inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município de Canoinhas, Fazenda Estadual e Receita Federal;

II – Comprovar regularidade fiscal com a União, Estado e Município.

Art. 4º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.616/2015

LEI Nº. 5.616 DE 15/07/2015

"ESTABELECE NOVA DELIMITAÇÃO AO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. O perímetro urbano do município de Canoinhas passa a apresentar nova delimitação de acordo com o memorial descrito e com planta correspondente, constante do anexo I desta lei.

Parágrafo único. Para a descrição abaixo foi utilizado o azimute cartográfico baseado sistema de Coordenadas Transversor Mercator (UTM).

Descrição do perímetro urbano da sede:

Inicia-se se no marco denominado 'ponto 0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 560967.628 m e N= 7110297.287 m ; Daí segue com o azimute de 146°28'32" e a distância de 520.48 m até o marco 'ponto 1' (E=561255.086 m e N=7109863.386 m); Daí segue com o azimute de 67°32'02" e a distância de 127.66 m até o marco 'ponto 2' (E=561373.061 m e N=7109912.172 m); Daí segue com o azimute de 151°39'48" e a distância de 422.72 m até o marco 'ponto 3' (E=561573.706 m e N=7109540.106 m); Daí segue com o azimute de 260°15'09" e a distância de 23.88 m até o marco 'ponto 4' (E=561550.173 m e N=7109536.063 m); Daí segue com o azimute de 169°15'23" e a distância de 30.03 m até o marco 'ponto 5' (E=561555.771 m e N=7109506.557 m); Daí segue com o azimute de 235°29'44" e a distância de 19.43 m até o marco 'ponto 6' (E=561539.756 m e N=7109495.549 m); Daí segue com o azimute de 260°32'43" e a distância de 34.79 m até o marco 'ponto 7' (E=561505.438 m e N=7109489.834 m); Daí segue com o azimute de 263°55'12" e a distância de 108.41 m até o marco 'ponto 8' (E=561397.633 m e N=7109478.350 m); Daí segue com o azimute de 160°54'58" e a distância de 73.14 m até o marco 'ponto 9' (E=561421.546 m e N=7109409.231 m); Daí segue com o azimute de 178°28'41" e a distância de 140.51 m até o marco 'ponto 10' (E=561425.278 m e N=7109268.767 m); Daí segue com o azimute de 287°38'54" e a distância de 44.63 m até o marco 'ponto 11' (E=561382.749 m e N=7109282.298 m); Daí segue com o azimute de 257°50'44" e a distância de 80.56 m até o marco 'ponto 12' (E=561303.992 m e N=7109265.335 m); Daí segue com o azimute de 171°17'28" e a distância de 349.87 m até o marco 'ponto 13' (E=561356.967 m e N=7108919.499 m); Daí segue com o azimute de 162°15'40" e a distância de 97.35 m até o marco 'ponto 14' (E=561386.626 m e N=7108826.781 m); Daí segue com o azimute de 158°44'03" e a distância de 174.10 m até o marco 'ponto 15' (E=561449.772 m e N=7108664.534 m); Daí segue com o azimute de 176°21'31" e a distância de 135.03 m até o marco 'ponto 16' (E=561458.348 m e N=7108529.776 m); Daí segue com o azimute de 191°28'48" e a distância de 67.30 m até o marco 'ponto 17' (E=561444.954 m e N=7108463.822 m); Daí segue com o azimute de 197°49'20" e a distância de 155.76 m até o marco 'ponto 18' (E=561397.281 m e N=7108315.538 m); Daí segue com o azimute de 197°37'35" e a distância de 340.18 m até o marco 'ponto 19' (E=561294.270 m e N=7107991.325 m); Daí segue com o azimute de 183°58'49" e a distância de 166.11 m até o marco 'ponto 20' (E=561282.741 m e N=7107825.619 m); Daí segue com o azimute de 195°15'16" e a distância de 242.57 m até o marco 'ponto 21' (E=561218.919 m e N=7107591.598 m); Daí segue com o azimute de 204°14'53" e a distância de 201.33 m até o marco 'ponto 22' (E=561136.235 m e N=7107408.027 m); Daí segue com o azimute de 192°23'50" e a distância de 249.50 m até o marco 'ponto 23' (E=561082.669 m e N=7107164.343 m); Daí segue com o azimute de 168°38'48" e a distância de 277.47 m até o marco 'ponto 24' (E=561137.292 m e N=7106892.300 m); Daí segue com o azimute de 184°07'04" e a distância de 336.44 m até o marco 'ponto 25' (E=561113.133 m e N=7106556.732 m); Daí segue com o azimute de 185°59'52" e a distância de 189.16 m até o marco 'ponto 26' (E=561093.368 m e N=7106368.607 m); Daí segue com o azimute de 165°00'21" e a distância de 157.88 m até o marco 'ponto 27' (E=561134.216 m e N=7106216.099 m); Daí segue com o azimute de 175°02'47" e a distância de 43.38 m até o marco 'ponto 28' (E=561137.961 m e N=7106172.882 m); Daí segue com o azimute de 204°38'08" e a distância de 58.62 m até o marco 'ponto 29' (E=561113.527 m e N=7106119.600 m); Daí segue com o azimute de 230°16'41" e a distância de 79.90 m até o marco 'ponto 30' (E=561052.071 m e N=7106068.538 m); Daí segue com o azimute de 254°08'21" e a distância de 38.83 m até o marco 'ponto 31' (E=561014.715 m e N=7106057.925 m); Daí segue com o azimute de 166°41'04" e a distância de 51.99 m até o marco 'ponto 32' (E=561026.689 m e N=7106007.332 m); Daí segue com o azimute de 235°24'52" e a distância de 107.73 m até o marco 'ponto 33'

(E=560937.998 m e N=7105946.181 m); Daí segue com o azimute de 155°01'28" e a distância de 261.26 m até o marco 'ponto 34' (E=561048.312 m e N=7105709.350 m); Daí segue com o azimute de 183°24'20" e a distância de 173.97 m até o marco 'ponto 35' (E=561037.978 m e N=7105535.692 m); Daí segue com o azimute de 168°13'44" e a distância de 77.09 m até o marco 'ponto 36' (E=561053.705 m e N=7105460.222 m); Daí segue com o azimute de 145°53'18" e a distância de 34.90 m até o marco 'ponto 37' (E=561073.278 m e N=7105431.325 m); Daí segue com o azimute de 128°48'51" e a distância de 84.94 m até o marco 'ponto 38' (E=561139.460 m e N=7105378.087 m); Daí segue com o azimute de 119°57'55" e a distância de 37.74 m até o marco 'ponto 39' (E=561172.155 m e N=7105359.237 m); Daí segue com o azimute de 96°09'51" e a distância de 58.82 m até o marco 'ponto 40' (E=561230.634 m e N=7105352.921 m); Daí segue com o azimute de 64°35'57" e a distância de 389.97 m até o marco 'ponto 41' (E=561582.902 m e N=7105520.196 m); Daí segue com o azimute de 134°21'54" e a distância de 395.99 m até o marco 'ponto 42' (E=561865.998 m e N=7105243.307 m); Daí segue com o azimute de 65°30'22" e a distância de 145.37 m até o marco 'ponto 43' (E=561998.282 m e N=7105303.575 m); Daí segue com o azimute de 31°18'46" e a distância de 122.98 m até o marco 'ponto 44' (E=562062.194 m e N=7105408.640 m); Daí segue com o azimute de 75°15'35" e a distância de 356.44 m até o marco 'ponto 45' (E=562406.907 m e N=7105499.331 m); Daí segue com o azimute de 49°45'00" e a distância de 52.70 m até o marco 'ponto 46' (E=562447.130 m e N=7105533.383 m); Daí segue com o azimute de 78°48'49" e a distância de 74.28 m até o marco 'ponto 47' (E=562520.003 m e N=7105547.794 m); Daí segue com o azimute de 88°17'31" e a distância de 74.01 m até o marco 'ponto 48' (E=562593.980 m e N=7105550.000 m); Daí segue com o azimute de 130°01'20" e a distância de 306.09 m até o marco 'ponto 49' (E=562828.382 m e N=7105353.158 m); Daí segue com o azimute de 42°59'29" e a distância de 372.83 m até o marco 'ponto 50' (E=563082.613 m e N=7105625.870 m); Daí segue com o azimute de 129°14'21" e a distância de 1531.71 m até o marco 'ponto 51' (E=564268.941 m e N=7104656.971 m); Daí segue com o azimute de 152°10'57" e a distância de 860.08 m até o marco 'ponto 52' (E=564670.303 m e N=7103896.282 m); Daí segue com o azimute de 187°57'58" e a distância de 219.90 m até o marco 'ponto 53' (E=564639.829 m e N=7103678.508 m); Daí segue com o azimute de 130°28'55" e a distância de 155.63 m até o marco 'ponto 54' (E=564758.205 m e N=7103577.470 m); Daí segue com o azimute de 217°21'31" e a distância de 72.64 m até o marco 'ponto 55' (E=564714.129 m e N=7103519.734 m); Daí segue com o azimute de 255°18'19" e a distância de 137.19 m até o marco 'ponto 56' (E=564581.429 m e N=7103484.934 m); Daí segue com o azimute de 226°54'05" e a distância de 32.79 m até o marco 'ponto 57' (E=564557.489 m e N=7103462.533 m); Daí segue com o azimute de 169°44'47" e a distância de 58.43 m até o marco 'ponto 58' (E=564567.889 m e N=7103405.039 m); Daí segue com o azimute de 218°07'16" e a distância de 383.02 m até o marco 'ponto 59' (E=564331.441 m e N=7103103.714 m); Daí segue com o azimute de 288°55'09" e a distância de 130.47 m até o marco 'ponto 60' (E=564208.024 m e N=7103146.015 m); Daí segue com o azimute de 314°34'35" e a distância de 53.61 m até o marco 'ponto 61' (E=564169.839 m e N=7103183.639 m); Daí segue com o azimute de 204°25'56" e a distância de 79.38 m até o marco 'ponto 62' (E=564137.007 m e N=7103111.368 m); Daí segue com o azimute de 193°45'49" e a distância de 47.15 m até o marco 'ponto 63' (E=564125.789 m e N=7103065.572 m); Daí segue com o azimute de 245°34'09" e a distância de 714.74 m até o marco 'ponto 64' (E=563475.049 m e N=7102769.960 m); Daí segue com o azimute de 132°05'40" e a distância de 472.86 m até o marco 'ponto 65' (E=563825.928 m e N=7102452.977 m); Daí segue com o azimute de 217°50'29" e a distância de 99.31 m até o marco 'ponto 66' (E=563765.003 m e N=7102374.549 m); Daí segue com o azimute de 180°29'53" e a distância de 833.12 m até o marco 'ponto 67' (E=563757.761 m e N=7101541.457 m); Daí segue com o azimute

de 253°29'05" e a distância de 1006.68 m até o marco 'ponto 68' (E=562792.616 m e N=7101255.287 m); Daí segue com o azimute de 251°41'39" e a distância de 1340.40 m até o marco 'ponto 69' (E=561520.045 m e N=7100834.284 m); Daí segue com o azimute de 330°13'15" e a distância de 948.31 m até o marco 'ponto 70' (E=561049.059 m e N=7101657.365 m); Daí segue com o azimute de 68°11'03" e a distância de 455.22 m até o marco 'ponto 71' (E=561471.678 m e N=7101826.537 m); Daí segue com o azimute de 41°49'20" e a distância de 364.21 m até o marco 'ponto 72' (E=561714.544 m e N=7102097.955 m); Daí segue com o azimute de 82°07'01" e a distância de 263.68 m até o marco 'ponto 73' (E=561975.731 m e N=7102134.119 m); Daí segue com o azimute de 55°06'03" e a distância de 207.20 m até o marco 'ponto 74' (E=562145.665 m e N=7102252.662 m); Daí segue com o azimute de 76°42'54" e a distância de 37.95 m até o marco 'ponto 75' (E=562182.601 m e N=7102261.384 m); Daí segue com o azimute de 50°15'58" e a distância de 16.76 m até o marco 'ponto 76' (E=562195.488 m e N=7102272.095 m); Daí segue com o azimute de 7°25'21" e a distância de 20.01 m até o marco 'ponto 77' (E=562198.073 m e N=7102291.941 m); Daí segue com o azimute de 310°14'47" e a distância de 71.87 m até o marco 'ponto 78' (E=562143.216 m e N=7102338.376 m); Daí segue com o azimute de 262°34'06" e a distância de 46.01 m até o marco 'ponto 79' (E=562097.590 m e N=7102332.424 m); Daí segue com o azimute de 302°14'03" e a distância de 33.35 m até o marco 'ponto 80' (E=562069.384 m e N=7102350

210 m); Daí segue com o azimute de 351°39'27" e a distância de 37.02 m até o marco 'ponto 81' (E=562064.012 m e N=7102386.839 m); Daí segue com o azimute de 7°02'44" e a distância de 40.56 m até o marco 'ponto 82' (E=562068.987 m e N=7102427.092 m); Daí segue com o azimute de 286°56'57" e a distância de 13.31 m até o marco 'ponto 83' (E=562056.259 m e N=7102430.971 m); Daí segue com o azimute de 236°27'13" e a distância de 25.70 m até o marco 'ponto 84' (E=562034.840 m e N=7102416.770 m); Daí segue com o azimute de 263°30'26" e a distância de 44.58 m até o marco 'ponto 85' (E=561990.547 m e N=7102411.729 m); Daí segue com o azimute de 309°01'53" e a distância de 32.28 m até o marco 'ponto 86' (E=561965.471 m e N=7102432.058 m); Daí segue com o azimute de 353°47'45" e a distância de 33.93 m até o marco 'ponto 87' (E=561961.805 m e N=7102465.785 m); Daí segue com o azimute de 337°40'21" e a distância de 176.47 m até o marco 'ponto 88' (E=561894.763 m e N=7102629.027 m); Daí segue com o azimute de 350°45'01" e a distância de 113.72 m até o marco 'ponto 89' (E=561876.483 m e N=7102741.272 m); Daí segue com o azimute de 266°21'23" e a distância de 698.70 m até o marco 'ponto 90' (E=561179.196 m e N=7102696.868 m); Daí segue com o azimute de 251°24'17" e a distância de 222.15 m até o marco 'ponto 91' (E=560968.639 m e N=7102626.027 m); Daí segue com o azimute de 266°01'47" e a distância de 193.02 m até o marco 'ponto 92' (E=560776.085 m e N=7102612.663 m); Daí segue com o azimute de 274°55'51" e a distância de 623.79 m até o marco 'ponto 93' (E=560154.604 m e N=7102666.280 m); Daí segue com o azimute de 206°49'13" e a distância de 131.25 m até o marco 'ponto 94' (E=560095.384 m e N=7102549.147 m); Daí segue com o azimute de 268°42'15" e a distância de 396.43 m até o marco 'ponto 95' (E=559699.052 m e N=7102540.183 m); Daí segue com o azimute de 167°50'38" e a distância de 110.19 m até o marco 'ponto 96' (E=559722.256 m e N=7102432.459 m); Daí segue com o azimute de 185°48'07" e a distância de 45.09 m até o marco 'ponto 97' (E=559717.698 m e N=7102387.604 m); Daí segue com o azimute de 174°56'01" e a distância de 187.30 m até o marco 'ponto 98' (E=559734.238 m e N=7102201.040 m); Daí segue com o azimute de 167°41'31" e a distância de 363.48 m até o marco 'ponto 99' (E=559811.720 m e N=7101845.915 m); Daí segue com o azimute de 171°27'41" e a distância de 546.87 m até o marco 'ponto 100' (E=559892.917 m e N=7101305.108 m); Daí segue com o azimute de 256°01'03" e a distância de 313.95 m até o marco 'ponto 101' (E=559588.271 m e N=7101229.250 m); Daí segue com o azimute de 353°32'43" e a distância de 972.03 m

até o marco 'ponto 102' (E=559478.997 m e N=7102195.118 m); Daí segue com o azimute de 354°56'01" e a distância de 429.78 m até o marco 'ponto 103' (E=559441.044 m e N=7102623.221 m); Daí segue com o azimute de 265°29'37" e a distância de 939.85 m até o marco 'ponto 104' (E=558504.101 m e N=7102549.379 m); Daí segue com o azimute de 167°46'53" e a distância de 579.87 m até o marco 'ponto 105' (E=558626.826 m e N=7101982.648 m); Daí segue com o azimute de 261°17'57" e a distância de 518.32 m até o marco 'ponto 106' (E=558114.468 m e N=7101904.240 m); Daí segue com o azimute de 165°54'45" e a distância de 174.21 m até o marco 'ponto 107' (E=558156.871 m e N=7101735.271 m); Daí segue com o azimute de 198°22'55" e a distância de 80.16 m até o marco 'ponto 108' (E=558131.591 m e N=7101659.196 m); Daí segue com o azimute de 183°13'34" e a distância de 300.23 m até o marco 'ponto 109' (E=558114.695 m e N=7101359.444 m); Daí segue com o azimute de 183°02'27" e a distância de 965.04 m até o marco 'ponto 110' (E=558063.503 m e N=7100395.758 m); Daí segue com o azimute de 255°04'37" e a distância de 285.33 m até o marco 'ponto 111' (E=557787.800 m e N=7100322.280 m); Daí segue com o azimute de 347°17'18" e a distância de 1518.18 m até o marco 'ponto 112' (E=557453.730 m e N=7101803.244 m); Daí segue com o azimute de 249°20'25" e a distância de 117.62 m até o marco 'ponto 113' (E=557343.678 m e N=7101761.747 m); Daí segue com o azimute de 256°39'41" e a distância de 1062.69 m até o marco 'ponto 114' (E=556309.658 m e N=7101516.577 m); Daí segue com o azimute de 302°22'27" e a distância de 73.83 m até o marco 'ponto 115' (E=556247.300 m e N=7101556.111 m); Daí segue com o azimute de 233°55'45" e a distância de 186.63 m até o marco 'ponto 116' (E=556096.450 m e N=7101446.226 m); Daí segue com o azimute de 323°50'03" e a distância de 108.43 m até o marco 'ponto 117' (E=556032.462 m e N=7101533.764 m); Daí segue com o azimute de 273°52'30" e a distância de 23.62 m até o marco 'ponto 118' (E=556008.894 m e N=7101535.360 m); Daí segue com o azimute de 317°46'20" e a distância de 51.06 m até o marco 'ponto 119' (E=555974.575 m e N=7101573.172 m); Daí segue com o azimute de 49°22'02" e a distância de 199.64 m até o marco 'ponto 120' (E=556126.081 m e N=7101703.179 m); Daí segue com o azimute de 137°07'51" e a distância de 155.46 m até o marco 'ponto 121' (E=556231.843 m e N=7101589.242 m); Daí segue com o azimute de 43°11'31" e a distância de 574.24 m até o marco 'ponto 122' (E=556624.881 m e N=7102007.902 m); Daí segue com o azimute de 35°48'07" e a distância de 86.49 m até o marco 'ponto 123' (E=556675.474 m e N=7102078.046 m); Daí segue com o azimute de 21°09'01" e a distância de 157.26 m até o marco 'ponto 124' (E=556732.217 m e N=7102224.716 m); Daí segue com o azimute de 27°39'21" e a distância de 101.12 m até o marco 'ponto 125' (E=556779.155 m e N=7102314.286 m); Daí segue com o azimute de 41°50'27" e a distância de 87.87 m até o marco 'ponto 126' (E=556837.772 m e N=7102379.752 m); Daí segue com o azimute de 56°57'16" e a distância de 113.40 m até o marco 'ponto 127' (E=556932.829 m e N=7102441.591 m); Daí segue com o azimute de 71°55'48" e a distância de 86.04 m até o marco 'ponto 128' (E=557014.629 m e N=7102468.280 m); Daí segue com o azimute de 80°44'38" e a distância de 231.85 m até o marco 'ponto 129' (E=557243.460 m e N=7102505.572 m); Daí segue com o azimute de 0°00'00" e a distância de 147.10 m até o marco 'ponto 130' (E=557243.460 m e N=7102652.675 m); Daí segue com o azimute de 66°36'15" e a distância de 783.50 m até o marco 'ponto 131' (E=557962.541 m e N=7102963.787 m); Daí segue com o azimute de 41°29'49" e a distância de 209.22 m até o marco 'ponto 132' (E=558101.168 m e N=7103120.494 m); Daí segue com o azimute de 20°07'52" e a distância de 143.25 m até o marco 'ponto 133' (E=558150.471 m e N=7103254.994 m); Daí segue com o azimute de 87°57'55" e a distância de 53.13 m até o marco 'ponto 134' (E=558203.567 m e N=7103256.880 m); Daí segue com o azimute de 54°39'35" e a distância de 72.06 m até o marco 'ponto 135' (E=558262.352 m e N=7103298.564 m); Daí segue com o azimute de 19°21'21" e a distância de 158.63 m até o marco 'ponto 136' (E=558314.927 m

e N=7103448.229 m); Daí segue com o azimute de 1°33'22" e a distância de 298.46 m até o marco 'ponto 137' (E=558323.033 m e N=7103746.579 m); Daí segue com o azimute de 33°19'13" e a distância de 151.89 m até o marco 'ponto 138' (E=558406.469 m e N=7103873.501 m); Daí segue com o azimute de 1°56'04" e a distância de 288.92 m até o marco 'ponto 139' (E=558416.221 m e N=7104162.257 m); Daí segue com o azimute de 55°12'09" e a distância de 159.34 m até o marco 'ponto 140' (E=558547.064 m e N=7104253.187 m); Daí segue com o azimute de 1°50'16" e a distância de 282.04 m até o marco 'ponto 141' (E=558556.109 m e N=7104535.082 m); Daí segue com o azimute de 3°45'27" e a distância de 161.06 m até o marco 'ponto 142' (E=558566.663 m e N=7104695.796 m); Daí segue com o azimute de 357°16'00" e a distância de 115.60 m até o marco 'ponto 143' (E=558561.151 m e N=7104811.265 m); Daí segue com o azimute de 15°08'00" e a distância de 45.40 m até o marco 'ponto 144' (E=558573.002 m e N=7104855.088 m); Daí segue com o azimute de 351°16'59" e a distância de 132.49 m até o marco 'ponto 145' (E=558552.922 m e N=7104986.051 m); Daí segue com o azimute de 319°36'59" e a distância de 175.71 m até o marco 'ponto 146' (E=558439.078 m e N=7105119.895 m); Daí segue com o azimute de 336°31'47" e a distância de 265.27 m até o marco 'ponto 147' (E=558333.429 m e N=7105363.216 m); Daí segue com o azimute de 313°22'02" e a distância de 121.60 m até o marco 'ponto 148' (E=558245.029 m e N=7105446.716 m); Daí segue com o azimute de 290°58'04" e a distância de 51.50 m até o marco 'ponto 149' (E=558196.939 m e N=7105465.145 m); Daí segue com o azimute de 353°14'27" e a distância de 56.16 m até o marco 'ponto 150' (E=558190.329 m e N=7105520.916 m); Daí segue com o azimute de 326°31'37" e a distância de 95.19 m até o marco 'ponto 151' (E=558137.829 m e N=7105600.316 m); Daí segue com o azimute de 333°23'03" e a distância de 50.33 m até o marco 'ponto 152' (E=558115.279 m e N=7105645.316 m); Daí segue com o azimute de 265°59'00" e a distância de 815.22 m até o marco 'ponto 153' (E=557302.062 m e N=7105588.214 m); Daí segue com o azimute de 194°01'09" e a distância de 109.79 m até o marco 'ponto 154' (E=557275.466 m e N=7105481.695 m); Daí segue com o azimute de 235°47'50" e a distância de 20.61 m até o marco 'ponto 155' (E=557258.422 m e N=7105470.111 m); Daí segue com o azimute de 192°58'32" e a distância de 115.41 m até o marco 'ponto 156' (E=557232.510 m e N=7105357.651 m); Daí segue com o azimute de 112°45'56" e a distância de 126.83 m até o marco 'ponto 157' (E=557349.460 m e N=7105308.572 m); Daí segue com o azimute de 200°05'56" e a distância de 198.82 m até o marco 'ponto 158' (E=557281.136 m e N=7105121.857 m); Daí segue com o azimute de 296°23'05" e a distância de 294.11 m até o marco 'ponto 159' (E=557017.667 m e N=7105252.557 m); Daí segue com o azimute de 318°50'59" e a distância de 888.68 m até o marco 'ponto 160' (E=556432.885 m e N=7105921.721 m); Daí segue com o azimute de 48°50'59" e a distância de 854.63 m até o marco 'ponto 161' (E=557076.413 m e N=7106484.099 m); Daí segue com o azimute de 98°06'25" e a distância de 1068.49 m até o marco 'ponto 162' (E=558134.229 m e N=7106333.417 m); Daí segue com o azimute de 346°12'28" e a distância de 159.40 m até o marco 'ponto 163' (E=558096.229 m e N=7106488.217 m); Daí segue com o azimute de 358°34'46" e a distância de 125.04 m até o marco 'ponto 164' (E=558093.129 m e N=7106613.217 m); Daí segue com o azimute de 7°20'42" e a distância de 100.12 m até o marco 'ponto 165' (E=558105.929 m e N=7106712.517 m); Daí segue com o azimute de 7°20'42" e a distância de 48.66 m até o marco 'ponto 166' (E=558112.150 m e N=7106760.780 m); Daí segue com o azimute de 9°43'35" e a distância de 93.99 m até o marco 'ponto 167' (E=558128.029 m e N=7106853.418 m); Daí segue com o azimute de 19°59'47" e a distância de 105.58 m até o marco 'ponto 168' (E=558164.134 m e N=7106952.635 m); Daí segue com o azimute de 7°24'39" e a distância de 137.45 m até o marco 'ponto 169' (E=558181.862 m e N=7107088.936 m); Daí segue com o azimute de 357°15'19" e a distância de 120.29 m até o marco 'ponto 170' (E=558176.102 m e N=7107209.090 m); Daí segue com o azimute de 343°46'37" e a

distância de 97.26 m até o marco 'ponto 171' (E=558148.929 m e N=7107302.481 m); Daí segue com o azimute de 92°59'00" e a distância de 594.78 m até o marco 'ponto 172' (E=558742.899 m e N=7107271.525 m); Daí segue com o azimute de 2°22'44" e a distância de 205.03 m até o marco 'ponto 173' (E=558751.408 m e N=7107476.376 m); Daí segue com o azimute de 102°28'49" e a distância de 84.97 m até o marco 'ponto 174' (E=558834.368 m e N=7107458.014 m); Daí segue com o azimute de 88°29'13" e a distância de 100.85 m até o marco 'ponto 175' (E=558935.187 m e N=7107460.677 m); Daí segue com o azimute de 86°36'12" e a distância de 137.02 m até o marco 'ponto 176' (E=559071.971 m e N=7107468.795 m); Daí segue com o azimute de 68°02'39" e a distância de 59.93 m até o marco 'ponto 177' (E=559127.556 m e N=7107491.203 m); Daí segue com o azimute de 89°13'00" e a distância de 154.79 m até o marco 'ponto 178' (E=559282.336 m e N=7107493.320 m); Daí segue com o azimute de 91°59'20" e a distância de 289.61 m até o marco 'ponto 179' (E=559571.774 m e N=7107483.268 m); Daí segue com o azimute de 110°44'18" e a distância de 223.74 m até o marco 'ponto 180' (E=559781.017 m e N=7107404.042 m); Daí segue com o azimute de 117°42'00" e a distância de 294.98 m até o marco 'ponto 181' (E=560042.194 m e N=7107266.922 m); Daí segue com o azimute de 90°42'29" e a distância de 616.50 m até o marco 'ponto 182' (E=560658.646 m e N=7107259.303 m); Daí segue com o azimute de 354°17'06" e a distância de 204.57 m até o marco 'ponto 183' (E=560638.275 m e N=7107462.860 m); Daí segue com o azimute de 342°41'05" e a distância de 53.82 m até o marco 'ponto 184' (E=560622.256 m e N=7107514.242 m); Daí segue com o azimute de 0°34'18" e a distância de 55.38 m até o marco 'ponto 185' (E=560622.809 m e N=7107569.620 m); Daí segue com o azimute de 9°40'18" e a distância de 94.53 m até o marco 'ponto 186' (E=560638.690 m e N=7107662.806 m); Daí segue com o azimute de 7°59'54" e a distância de 340.41 m até o marco 'ponto 187' (E=560686.057 m e N=7107999.908 m); Daí segue com o azimute de 5°38'46" e a distância de 133.72 m até o marco 'ponto 188' (E=560699.213 m e N=7108132.979 m); Daí segue com o azimute de 335°59'51" e a distância de 432.49 m até o marco 'ponto 189' (E=560523.285 m e N=7108528.071 m); Daí segue com o azimute de 331°04'31" e a distância de 203.41 m até o marco 'ponto 190' (E=560424.903 m e N=7108706.109 m); Daí segue com o azimute de 349°04'01" e a distância de 114.92 m até o marco 'ponto 191' (E=560403.106 m e N=7108818.946 m); Daí segue com o azimute de 0°56'44" e a distância de 112.92 m até o marco 'ponto 192' (E=560404.970 m e N=7108931.850 m); Daí segue com o azimute de 8°26'12" e a distância de 306.51 m até o marco 'ponto 193' (E=560449.940 m e N=7109235.040 m); Daí segue com o azimute de 85°01'54" e a distância de 202.85 m até o marco 'ponto 194' (E=560652.025 m e N=7109252.608 m); Daí segue com o azimute de 335°47'56" e a distância de 818.91 m até o marco 'ponto 195' (E=560316.321 m e N=7109999.544 m); Daí segue com o azimute de 65°25'58" e a distância de 716.14 m até o marco 'ponto 0=PP' (E=560967.628 m e N=7110297.287 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 3.186,23 ha.

Art. 2º. Considerar-se-ão, no todo, urbanas aquelas propriedades que, embora não abrangidas na integralidade pelo perímetro urbano, tenham a parte remanescente rural com área inferior no módulo mínimo rural.

Art. 3º. A Prefeitura de Canoinhas deverá efetivar a materialização dos vértices do polígono que delimita o perímetro urbano, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação da presente lei.

Art. 4º. É parte integrante e complementar desta Lei o anexo I – Mapa do Perímetro Urbano da Sede.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando

revogada a Lei Municipal nº. 5.234 de 16 de dezembro de 2013 e posteriores alterações, bem como as demais disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.617/2015

LEI Nº. 5.617 DE 15/07/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL E CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte: LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de subvenção social a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.786.400/0001-00, o valor de até R\$ 23.760,00 (vinte e três mil e setecentos e sessenta reais), destinado ao custeio de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade, visando à prestação de serviços de prevenção e assistência a saúde das mulheres canoinhenses;

Art. 2º - Os valores a ser objeto de repasse às entidades constantes no artigo 1º, poderão ser repassados em parcela única ou ainda divididos em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º - É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, como também posterior a data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instrução Normativa TC 12/2012, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso

dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º - As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentária nº. 50 – Fundo Municipal de Saúde – Atividade 2.060 – Ações de MAC Ambulatorial e Hospitalar.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.618/2015

LEI Nº. 5.618 DE 15/07/2015

“ALTERA A LEI Nº. 2.305, DE 03 DE JULHO DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o §1º do artigo 18º da Lei nº. 2.305, de 03/07/1990, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§1º - A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período, mediante requerimento e aprovação do Poder Executivo Municipal.”

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei nº. 2.305/1990 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.619/2015

LEI Nº. 5.619 DE 15/07/2015

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR E TRANSFERIR TERRENOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Município de Canoinhas, através do Fundo Rotativo Habitacional do Município – FROHAB, autorizado a alienar as seguintes áreas:

I - Área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), constituído pelo lote nº. 04, quadra nº. 1.345, do Loteamento “Campo D’Água Verde”, situado nesta cidade no Bairro Campo d’Água Verde, pertencente à Prefeitura Municipal de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas sob nº 34.606;

II - Área de 443,75m² (quatrocentos e quarenta e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), constituído pelo lote nº. 05, quadra nº. 1.345 do Loteamento “Campo D’Água Verde”, situado nesta cidade no Bairro Campo d’Água Verde, pertencente à Prefeitura Municipal de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas sob nº 34.607;

III - Área de 495,00m² (quatrocentos e noventa e cinco metros quadrados), constituído pelo lote nº. 25, quadra nº. 1.130 do Loteamento Bom Sucesso, situado nesta cidade no Bairro Campo d’Água Verde, pertencente à Prefeitura Municipal de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas sob nº 8.594;

Art. 2º - Caberá ao Conselho Gestor do FROHAB estabelecer a forma de pagamento e os critérios de parcelamento.

§ 1º - O valor fixado para comercialização do imóvel não poderá exceder o seu valor venal.

§ 2º - Os recursos provenientes da venda do referido imóvel serão geridos pelo FROHAB.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.620/2015

LEI Nº. 5.620 DE 15/07/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 289.470,70 (duzentos e oitenta e

nove mil, quatrocentos e setenta reais e setenta centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 48.588,13
Recursos 66400 – Convênio Estado (Investimento) – superávit

Atividade 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 5.713,53
Recursos 66410 – Convênio Estado – outros (Manutenção) – superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 33.344,10
Recursos 33900 – Fundo Especial do Petróleo e CEFEM – superávit

Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 15.000,00
Recursos 31200 – Convênio Trânsito – Prefeitura – superávit

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 28.570,98
Recursos 31200 – Convênio Trânsito – Prefeitura – superávit

Órgão 05: Secretaria Municipal Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 54.834,19
Recursos 63200 – Transf. Convênio União (FNDE) – Educação – superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 11.172,33
Recursos 33600 – Rec. Salário Educação – superávit

Atividade 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 91.660,60
Recursos 30100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação – superávit

Atividade 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 586,84
Recursos 63200 – Transf. Convênio União – FNDE – Educação – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 289.470,70 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e setenta centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
66400	Convênio Estado (Investimento) – superávit	48.588,13
66410	Convênio Estado – outros (Manutenção) – superávit	5.713,53
33900	Fundo Especial do Petróleo e CEFEM – superávit	33.344,10
31200	Convênio Trânsito – Prefeitura – superávit	43.570,98
63200	Transf. Convênio União (FNDE) – Educação – superávit	55.421,03
30100	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação – superávit	91.660,60
33600	Rec. Salário Educação – superávit	11.172,33
TOTAL		289.470,70

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.621/2015

LEI Nº. 5.621 DE 15/07/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E AINDA PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, na corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 478.170,73 (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e setenta reais e setenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 478.170,73

Recursos 30800 – Contribuição para COSIP – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 478.170,73 (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e setenta reais e setenta e três centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30800	Contribuição para COSIP – superávit	478.170,73
TOTAL	478.170,73	

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 170.000,00
Recursos 10800 – Contribuição para COSIP

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10800	1.873.300,00	2.043.300,00	170.000,00
TOTAL	170.000,00		

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 300.000,00

Recursos 10800 – Contribuição para COSIP

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 300.000,00
Recursos 10800 – Contribuição para COSIP

Art. 7º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.622/2015

LEI Nº. 5.622 DE 15/07/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 15.234,97 (quinze mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.617,49
Recursos 11000 – Conv. Trânsito SSP/SC – Pol. Militar

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.617,48
Recursos 11000 – Conv. Trânsito SSP/SC – Pol. Militar

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 15.234,97 (quinze mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendên- cia do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
11000	143.550,00	158.784,97	15.234,97
TOTAL	15.234,97		

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.623/2015

LEI Nº. 5.623 DE 15/07/2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade de

promover melhorias no desempenho da requerente, através da cessão de 100 m³ (cem metros cúbicos) cargas de pedra brita e horas máquina necessárias para distribuir o material no pátio da Empresa Tornoaria Zico Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03038674/0001-73, localizado na BR 280, KM 221,5, Nº 2550, no Bairro Água Verde, neste Município.

Art. 2º - A ampliação do referido empreendimento contribuirá para o fortalecimento da empresa e do comércio local.

Art. 3º - A empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – Comprovar inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município de Canoinhas, Fazenda Estadual e Receita Federal;
- II – Comprovar regularidade fiscal com a União, Estado e Município.

Art. 4º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.624/2015

LEI Nº. 5.624 DE 15/07/2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e longo prazo, a instalação de empresa para empreendimento comercial, através de cessão de uso ao SUPERMERCADO BRUDA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 79.645.404/0001-92, pelo período de 20 (vinte) anos, de uma área de 20.600,00 (vinte mil e seiscentos metros quadrado), sendo área de 16.542,45m² (dezesesseis mil, quinhentos e quarenta dois metros quadrados e quarenta cinco decímetros), parte de uma área maior com 239.797,00m², no Bairro Campo da Água Verde, conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 13.449 e área de 4.057,55m² (quatro mil e cinquenta e sete metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 13.450.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para a instalação/ampliação da empresa com atividades pertinentes aquelas constantes no cadastro nacional de pessoas jurídicas da beneficiária, incluindo a instalação de uma central de distribuição.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

- I. O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;
- II. O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;
- III. O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversione:

I. O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

II. Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

- a) Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;
- b) Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;
- c) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;
- d) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;
- e) Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.

f) Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

III. Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Será rescindida a presente cessão de uso se o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reaverão ao Município.

Art. 4º - Poderá ocorrer a rescisão parcial do termo de cessão de uso, caso o terreno seja utilizado parcialmente, durante a vigência deste termo.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar par a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

I. PESSOA JURÍDICA:

- a) Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;
- c) Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;
- e) Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

I. PESSOA DOS SÓCIOS:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento – CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.625/2015

LEI Nº. 5.625 DE 15/07/2015

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS A FIRMAR CONVÊNIO COM O SR. SINÉSIO DAMBROSKI E SR. GERSON PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Sr. Sinésio Dambroski e Sr. Gerson Paulo, cuja finalidade é a cooperação a ser desenvolvidas pelas partes, no sentido de proceder com a construção de muro na divisa entre os mesmos e o Parque de Exposições “Ouro Verde”.

Parágrafo Único: O município custeará os valores correspondentes ao material a ser utilizado, no valor de até R\$ 30.311,89 (trinta mil, trezentos e onze reais e oitenta e nove centavos), sendo que os confrontantes constantes neste artigo contribuirão com a mão de obra para a finalidade desta Lei, vedada a utilização do material para outras finalidades, sob pena de ressarcimento.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei ocorrerão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.626/2015

LEI Nº. 5.626 DE 15/07/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade de promover melhorias no desempenho da requerente, através da cessão de 100 m³ (cem metros cúbicos) cargas de pedra brita, para a empresa Adrisal Alimentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº10.496.233/0001-52, localizado na rodovia 477 – KM 05, Forquilha, neste Município.

Art. 2º - A ampliação do referido empreendimento contribuirá para o fortalecimento da empresa e do comércio local.

Art. 3º - A empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Comprovar inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município de Canoinhas, Fazenda Estadual e Receita Federal;

II – Comprovar regularidade fiscal com a União, Estado e Município.

Art. 4º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.627/2015

LEI Nº. 5.627 DE 15/07/2015

"ALTERA A LEI nº 4.381 de 17/12/2008"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - O art. 1º da Lei nº 4.381, de 17/12/2008, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Ao servidor público municipal, com vínculo de trabalho exclusivo com esta municipalidade, que seja cônjuge, genitor, tutor, curador ou responsável pela criação, educação, cuidados e proteção de pessoa com deficiência, fica assegurado o direito de licenciar-se de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, limitando-se a 50% (cinquenta por cento) da sua carga horária enquanto perdurar a necessidade de cuidados.

Parágrafo primeiro – O benefício descrito no caput deste artigo somente será concedido ao servidor cuidador da pessoa com deficiência, sendo vedada a concessão a outro servidor vinculado a mesma pessoa portadora de deficiência.

Parágrafo segundo – O servidor beneficiário desta lei deverá ter seu tutelado, curatelado ou pessoa deficiente sob sua responsabilidade, avaliado e submetido a plano terapêutico através de junta médica do Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.628/2015

LEI Nº. 5.628 DE 15/07/2015

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE AO SR. WILSON JOSÉ WENDT E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 5.900,00 m² (cinco mil e novecentos metros quadrados), extensão do trecho da "Rua Sem Denominação", com 360,93 metros; área de 1.174,80m² (mil cento e setenta e quatro metros e oitenta decímetros), extensão do trecho da "Rua Milton Wendt", com 74,60 metros e área de 634,50m² (seiscentos e trinta

e quatro metros e cinquenta decímetros) extensão do trecho da "Rua Waldemar Wendt", com 62,50 metros, sendo que todas estas áreas, são partes da área total de 31.132,60m² (trinta e um mil, cento e trinta e dois metros e sessenta decímetros quadrados) registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob a matrícula nº 20.170, de propriedade do Sr. Wilson José Wendt e Outros, situada no Bairro Industrial nº. II, Canoinhas/SC.

Art. 2º. A desapropriação das áreas descritas no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. Fica toda a infra-estrutura já executada nos trechos do art. 1º, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.629/2015

LEI Nº. 5.629 DE 15/07/2015

"RATIFICA A 1ª (PRIMEIRA) ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica ratificada, sem reservas, a 1ª (primeira) alteração do protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado subscrito pelos entes consorciados em assembleia geral ocorrida no dia 19 de fevereiro de 2015, nos termos dos documentos anexos, que são partes integrantes da presente lei.

Art. 2º - Em decorrência da alteração do contrato de rateio do exercício 2015, fica acrescido o valor de R\$ 167.275,79 (cento e sessenta e sete mil duzentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos) sendo as despesas decorrentes da execução desta Lei, ocorrerão por conta do orçamento: 3.1.71.00.00.00.00.00.00.01.0200, atividade 2060, Dot. 41, do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.630/2015

LEI Nº. 5.630 DE 15/07/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal em exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse, a título de contribuição à entidade abaixo relacionada, relativa ao ano de 2015:

I – ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE CANOINHAS - ACIC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.193.987/0001-35, até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando custear à realização de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade.

Art. 2º - O valor objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda divididos em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, será suspenso o repasse do recurso incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º - É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. A prestação de contas do recurso recebido deverá obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº. 4.320/64, a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso do recurso em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º - As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentária nº. 95 – Rubrica 3.3.50.000000.01.0000 – Atividade 2.013 – Recursos ordinários.

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 637/2015

PORTARIA Nº. 637/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Professor, Sala de AEE, 40 horas semanais, 30% de regência, período vespertino e matutino, designada para a EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SANDRA MARIA GRAF, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 044/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 03/08/2015, conforme comunicação interna nº 336/SME/2015.

Art. 2º – Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, período vespertino e matutino, designado para a EBM Benedito Therézio de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional JHONN ARTUR MASSANEIRO PEREIRA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 03/08/2015, conforme comunicação interna nº 338/SME/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 638/2015

PORTARIA Nº. 638/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. MARISTELA MURARA BURGARDT
2. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
3. FRANCIELI JOANA BIALESKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 023/2015, proveniente do Setor de Patrimônio, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 639/2015

PORTARIA Nº. 639/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO, que é de interesse público manter o servidor contratado nos serviços;

CONSIDERANDO, conformidade com a Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015, Art. 2º; Parágrafo 1º; Inciso II; Resolve:

PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional MARISA LOIK DOS SANTOS GERALDO, na função de Professor de Matemática, MAG I, 40 horas semanais, com 15% de regência, 08

aulas excedentes, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 18/07/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Miriam Worell, a qual está em licença prêmio, conforme comunicação interna nº 331/SME/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 640/2015

PORTARIA Nº. 640/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido SERGIO KAROLESKI, efetivo no cargo de Pedreiro, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 14/07/2015, por motivo de aposentadoria junto ao INSS, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 641/2015

PORTARIA Nº. 641/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a SAULO PINTO SABATINI, concursado no cargo de Médico Generalista - ESF, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/07/2015, conforme comunicação interna nº 253/DP/2015, sendo que a partir

do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 642/2015

PORTARIA Nº. 642/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.741/1996, da Lei Municipal nº. 3.386/2001, da Lei Municipal nº. 3.511/2002, da Lei Municipal nº. 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.960/2012, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional DENISE DE FÁTIMA DOS SANTOS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 556, e convocada conforme Edital nº 041 de 19 de Junho de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 17/07/2015, conforme comunicação interna nº 231/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 643/2015

PORTARIA Nº. 643/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, a partir de 17/07/2015, da profissional MARILENE TEREZINHA PAULO ARTNER, efetiva no cargo de Datilógrafo, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº 230/SMS/RH/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 644/2015

PORTARIA Nº. 644/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido KARINA MICHEL, concursada no cargo de Monitor de Educação Especial, na EBM Maria Lovatel Pires, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 645/2015

PORTARIA Nº. 645/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Licença Prêmio a MARILI WYPICK, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 20/07/2015 a 08/08/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 646/2015

PORTARIA Nº. 646/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio a ELOIR HELENE PATRUNI, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 20/07/2015 a 29/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 647/2015

PORTARIA Nº. 647/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a MARCIA MARIA MAZURKIEVICZ SCHPANSKI, concursada no cargo de Monitor – Lar Santa Clara, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 20/07/2015 a 29/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 648/2015

PORTARIA Nº. 648/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MIRIAN TEREZINHA PRADO, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 31/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 649/2015

PORTARIA Nº. 649/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a ANDRÉ BITTENCOURT, efetiva no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 15/07/2015, conforme comunicação interna nº 259/DP/2015, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 650/2015

PORTARIA Nº. 650/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

Art. 1º - Fica concedido auxílio funeral a MARILI POSTOL FROEHNER, efetiva no cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo falecimento de seu esposo Sr. EDSON FROEHNER, ocorrido no dia 08 de julho de 2015.

Parágrafo Único: O auxílio funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 651/2015

PORTARIA Nº. 651/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; Resolve:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo fixado pela Portaria nº 282/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 652/2015

PORTARIA Nº. 652/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FERNANDO LUIS TOKARSKI
3. ROSELI DOBROSHINSKEI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 264/2015, proveniente da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo

legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2.015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 653/2015

PORTARIA Nº. 653/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.741/1996, da Lei Municipal nº. 3.386/2001, da Lei Municipal nº. 3.511/2002, da Lei Municipal nº. 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.960/2012, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, para atuar na Unidade Básica de Saúde Cohab I, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional ROSICLEIA DO PRADO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 118, e convocada conforme Edital nº 047 de 02 de Julho de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 21/07/2015, conforme comunicação interna nº 234/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 654/2015

PORTARIA Nº. 654/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.741/1996, da Lei Municipal nº. 3.386/2001, da Lei Municipal nº. 3.511/2002, da Lei Municipal nº. 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.960/2012, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a profissional NELCI TEREZINHA CARDOSO LINCOSKY, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 155, e convocada conforme Edital nº 048 de 07 de Julho de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 21/07/2015, conforme comunicação interna nº 270/SMAFO/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 655/2015

PORTARIA Nº. 655/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a DIRCELIA LEANDRO DOS SANTOS LIMA, efetiva no cargo de Professor de Séries Iniciais, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 656/2015

PORTARIA Nº. 656/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido OSNI PIECHONTCOSKI, efetivo no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 657/2015

PORTARIA Nº. 657/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a RICARDO OLIVEIRA DREWECK, efetivo no cargo de Médico Clínico Geral, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 17/08/2015 a 26/08/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº. 658/2015

PORTARIA Nº. 658/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

REVOGAR PORTARIA

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 245/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/07/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LEILÃO Nº PMC 03/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 122/2015
EDITAL DE LEILÃO Nº PMC 03/2015
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o Edital de Leilão n.º PMC 03/2015. Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMAS 08/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/15
HOMOLOGAÇÃO: 20/07/15
CONTRATADO: INFOPLAN LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, TAIS COMO, TELEVISOR, KIT ANTENA E RECEPTOR DIGITAL, SUPORTE PARA TV E RECEPTOR, APARELHO DE SOM, CAMERA FOTOGRAFICA, E OUTROS, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.760,00 (vinte e um mil setecentos e sessenta reais)
DATA: 20/07/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO Nº PMC 06/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 133/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA ALIENÇÃO Nº. PMC 06/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/09/2015, às 10h00min, CONCORRÊNCIA PARA DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADA NO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, COM 3.922,80 M², SENDO PARTE DO TRECHO DA RUA REINALDO KRUGER (1.945,60 M²) E PARTE DO TRECHO DA RUA ANTONIO NICOLAZZI (1.977,20 M²), PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA. Recebimento de propostas até as 09h45min do dia 08/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FIA PROCESSO LICITATÓRIO 0006/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0005/2015

Processo Licitatório Nº 0006/2015

Dispensa de Licitação Nº 0005/2015

ORLANDO THOLL, GESTOR, do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 0006/2015, conforme segue:

OBJETO

Aquisição de material para o Programa Educacional Resistência às Drogas e Violência, (PROERD) .

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	100,00	UN	Leão mascote ProerLeão mascote Proerd, tamanho 22 cm de altura com camiseta preta e logotipo PROERD frente.	BRUMAR	20,00	2.000,00
Total	2.000,00					

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
ODETI & BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA - ME	001
2.000,00 (dois mil reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 1 - Assistência à criança e ao adolescente.
Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 175 - REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Projeto/Atividade: 2.109 - Assistência à criança e ao adolescente.
Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Despesa: 6 - Prevenção de dependências cruzadas.
Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 180 - PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE DROGAS
Projeto/Atividade: 2.113 - Prevenção de dependências cruzadas.
Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 20 de julho de 2015

ORLANDO THOLL

Gestor do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0027/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0017/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0027/2015

Pregão Presencial Nº 0017/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de lentes com armação, para distribuição à população de município de Capinzal/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 03/08/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 21 de julho de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0138/2015 CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO 0007/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0138/2015

Concorrência para Concessão de Direito Real de Uso Nº 0007/2015

OBJETO: Concessão de direito real de uso de área na Rodoviária Municipal de Capinzal/SC, destinada a instalação de bar e lanchonete.

TIPO: Maior Lance ou Oferta

JULGAMENTO: Global

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 20/08/2015.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, Departamento de Compras e Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8739

CAPINZAL, 21 de julho de 2015.

ORLANDO THOLL

Secretário de Administração

PORTARIA 741/2015

PORTARIA Nº 741, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Omar Francisco Varela, matrícula nº 317101/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 742/2015

PORTARIA Nº 742, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Roberto Revelino Esganzela, matrícula nº 317896/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência J do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 743/2015

PORTARIA Nº 743, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Sidnei Marcos Surdi, matrícula nº 319058/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 744/2015

PORTARIA Nº 744, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Vilmar Jose Soares, matrícula nº 320714/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 745/2015

PORTARIA Nº 745, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Zeli De Barba, matrícula nº 321133/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Datilógrafo, nível 112, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 112, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 746/2015

PORTARIA Nº 746, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Antonia Eva da Silveira, matrícula nº 306134/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência F do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 747/2015

PORTARIA Nº 747, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Ivani Dezan Pissolatto, matrícula nº 311146/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 748/2015

PORTARIA Nº 748, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Ivanir Margarida da Luz Laux, matrícula nº 329517/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência F do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 749/2015

PORTARIA Nº 749, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Joair Antonio Mendes Rodrigues, matrícula nº 311901/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 750/2015

PORTARIA Nº 750, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Máira Feijó Almeida, matrícula nº 311901/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 261, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 751/2015

PORTARIA Nº 751, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Marcos Antonio Correa, matrícula nº 314650/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 752/2015

PORTARIA Nº 752, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Maria Ivonete Lopes, matrícula nº 315117/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência F do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 753/2015

PORTARIA Nº 753, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Maria Salete Tabachuk, matrícula nº 315257/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência J do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 754/2015

PORTARIA Nº 754, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Marlene Fatima Zini, matrícula nº 315702/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência F do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 755/2015

PORTARIA Nº 755, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Nelson Nordt, matrícula nº 316512/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência G conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 756/2015

PORTARIA Nº 756, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosimeri Aparecida Mantovani Batista, matrícula nº 333115/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência G conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência H do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 757/2015

PORTARIA Nº 757, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Salete Leal dos Santos, matrícula nº 318493/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência F conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência G do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 758/2015

PORTARIA Nº 758, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Tatiane Aparecida Durigon Toaldo, matrícula nº 325368/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 372, referência D conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 759/2015

PORTARIA Nº 759, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Zilda Terezinha Rodrigues de Lima, matrícula nº 321141/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência F do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 760/2015

PORTARIA Nº 760, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Ana Paula Tedesco Nora, matrícula nº 326526/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 761/2015

PORTARIA Nº 761, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Claudia Aparecida da Silva, matrícula nº 322067/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 762/2015

PORTARIA Nº 762, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Derci Schmidt Soares Machado de Mello, matrícula nº 322288/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 763/2015

PORTARIA Nº 763, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Eliane Lasta de Lima Cordeiro, matrícula nº 328065/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 764/2015

PORTARIA Nº 764, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Gisele Siepmann, matrícula nº 329002/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 765/2015

PORTARIA Nº 765, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Jessica Alves, matrícula nº 329800/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 766/2015

PORTARIA Nº 766, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Jocimara Santos Drun, matrícula nº 329908/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 768/2015

PORTARIA Nº 768, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Luci Salete Furtado Maciel, matrícula nº 313599/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 769/2015

PORTARIA Nº 769, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Luci Salete Furtado Maciel, matrícula nº 313599/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 770/2015

PORTARIA Nº 770, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Lucimara de Lima, matrícula nº 323934/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 771/2015

PORTARIA Nº 771, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Nercy Rodrigues da Silva, matrícula nº 316539/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 772/2015

PORTARIA Nº 772, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosângela Francisca Serpa, matrícula nº 332950/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 773/2015

PORTARIA Nº 773, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Silvana Aparecida Antunes, matrícula nº 333352/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 774/2015

PORTARIA Nº 774, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Simara Aparecida Stolfo da Silva, matrícula nº 333450/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 775/2015

PORTARIA Nº 775, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Suenia Patrícia de Lima Azevedo, matrícula nº 333654/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 776/2015

PORTARIA Nº 776, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Aderlei Teresinha de Araujo, matrícula nº 172847/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 3, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 779/2015

PORTARIA Nº 779, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Alcir Rocha Pereira, matrícula nº 321400/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 780/2015

PORTARIA Nº 780, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Aldecir Jose de Souza, matrícula nº 321419/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 781/2015

PORTARIA Nº 781, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Anacleto Krauze, matrícula nº 326542/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 782/2015

PORTARIA Nº 782, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Claudia Machado, matrícula nº 327301/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 783/2015

PORTARIA Nº 783, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Claudiane Kleemann, matrícula nº 327310/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 784/2015

PORTARIA Nº 784, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Cleia Maria Demin, matrícula nº 327387/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 785/2015

PORTARIA Nº 785, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Cleiti Maria Krindges da Silva, matrícula nº 327395/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 786/2015

PORTARIA Nº 786, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Cleoni Peleheiro Chuma, matrícula nº 327409/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 787/2015

PORTARIA Nº 787, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Daniele Aparecida Viero de Souza, matrícula nº 322202/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 788/2015

PORTARIA Nº 788, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Ednilson Jose Lopes, matrícula nº 327840/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa

a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 789/2015

PORTARIA Nº 789, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Elisângela de Fatima Fachin, matrícula nº 328146/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 790/2015

PORTARIA Nº 790, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Everson Gabriel Klauz, matrícula nº 328448/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 791/2015

PORTARIA Nº 792, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Glaucia Maria de Moraes, matrícula nº 329045/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 793/2015

PORTARIA Nº 793, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Gustavo Botari, matrícula nº 329142/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 794/2015

PORTARIA Nº 794, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Ilenir Scapin do Amaral, matrícula nº 329304/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 795/2015

PORTARIA Nº 795, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Irene Machado Grauer, matrícula nº 323063/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 795/2015

PORTARIA Nº 798, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Jucimara da Luz, matrícula nº 330183/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 796/2015

PORTARIA Nº 796, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Irene Pilger da Luz, matrícula nº 323071/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 797/2015

PORTARIA Nº 797, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Ivani Wirth, matrícula nº 329460/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 799/2015

PORTARIA Nº 799, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Katia Souza Duarte, matrícula nº 330345/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 800/2015

PORTARIA Nº 800, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Leticia Mendes Rodrigues Gotardo, matrícula nº 330639/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 801/2015

PORTARIA Nº 801, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Loeni Aparecida da Luz de Andrade, matrícula nº 330787/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 802/2015

PORTARIA Nº 802, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Luciana Silva Amorim, matrícula nº 323870/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 803/2015

PORTARIA Nº 803, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Luciane Dorigon, matrícula nº 313742/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 804/2015

PORTARIA Nº 804, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Manoel Delgado Siqueira, matrícula nº 331260/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 806/2015

PORTARIA Nº 806, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Marli Jucelia dos Anjos, matrícula nº 331899/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 807/2015

PORTARIA Nº 807, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Michele Teresinha Kalsing, matrícula nº 331988/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 808/2015

PORTARIA Nº 808, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Micheli Olivério da Costa, matrícula nº 331996/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 809/2015

PORTARIA Nº 809, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Neiva Salete de Vargas Betin, matrícula nº 332224/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 811/2015

PORTARIA Nº 811, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Roseli Vieira Lopes, matrícula nº 333034/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 812/2015

PORTARIA Nº 812, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Sara Cristiane dos Santos, matrícula nº 333220/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 813/2015

PORTARIA Nº 813, DE 07 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Tania Celia da Costa dos Reis, matrícula nº 333778/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 07 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

CONTRATO FESTA 08

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: FIDELYS SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA ME

OBJETO: Tem por objeto o presente instrumento contratual a locação de um (1) estande interno, identificado como estande interno nº "07" com área unitária de 29,5m² (trinta metros quadrados), parte integrante das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor da locação será de \$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 13 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 09

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 009/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: POSTO CARRETAO LTDA

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura nº 001 com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 10

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 010/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: MEPITA MECANICA PESADA LTDA - ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura nº 019 com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 11

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 011/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: VOLMIR FLORES, inscrito no CPF sob nº 563.290.089-49.

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura nº 002, com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER empresa Gráfica Blumen, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 12

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 012/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: ARAMIS HEBERLE JUNIOR EIRELI ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura nº 003 com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 6.409 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6409/15, de 09.02.2015.

"Admite temporariamente, WEDNA FELIX PAIVA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, WEDNA FELIX PAIVA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2015 a 17 de abril de 2015.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6081/14.

PORTARIA Nº 6.410 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6410/15, de 10.02.2015.

"PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 206, Inciso V, da Constituição Federal, art. 67, Inciso IV, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 7º, Inciso III, art. 10º, § 1º, Incisos I, II e III, e §§ 2º e 4º, da Lei Municipal nº 1716/02, de 04 de janeiro de 2002,

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério Público Municipal, considerando DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, enquadra em Promoção Horizontal, os seguintes servidores:

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de nomeação	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível referência atual
01	Abegair Adelina Chinato Biassi	Professora C3	2834/00	03/523/B	03/523/C
02	Alda Marmentini Nora	Professora C3	378/90	03/525/A	03/525/B
03	Alessandra Wanessa Colla	Professora C3	2833/00	03/523/B	03/523/C
04	Alda Bisinela Luvison	Professora C3	1421/94	03/520/A	03/520/B
05	Ana Paula Fernandes	Professora C3	3322/03	03/521/E	03/521/F
06	Ângela Marília Garcia Miotto	Professora C3	390/90	03/524/C	03/524/D
07	Alexandra Vieira dos Santos	Professora C3	3320/03	03/521/B	03/521/C
08	Alnete Francisca de Sousa Sella	Professora C3	2637/00	03/521/A	03/521/B
09	Ângela M C de Moraes da Cruz	Professora C3	2826/00	03/522/G	03/523/A
10	Carla Adriane Bittencourt Bressanelli	Professora C3	393/90	03/524/F	03/524/G
11	Clarice Aparecida Turcatto Dezanet	Professora C3	2638/00	03/521/D	03/521/E
12	Claudia Regina Rodrigues Dosciatti	Professora C3	2827/00	03/521/B	03/521/C
13	Cleunice Aparecida Gervásio	Professora C3	2825/00	03/521/E	03/521/F
14	Elenir Fátima Chinato Filipini	Professora C3	381/90	03/525/B	03/525/C
15	Elia Aparecida Branco de Camargo	Professora C3	3378/03	03/522/D	03/522/E
16	Eloni Salete Magnabosco	Professora C3	3324/03	03/520/C	03/520/D
17	Elisabet Borin	Professora C3	2830/00	03/521/E	03/521/F
18	Gladimar Dambrós	Professora C3	2828/00	03/522/F	03/522/G
19	Gláucia Fabrin Arndt	Professora C3	1410/94	03/524/D	03/524/E
20	Elizangela Cavalheiro Mariano	Professora C3	3356/03	03/522/B	03/522/C
21	Ironita Bucco Tieppo	Professora C3	2831/00	03/523/E	03/523/E
22	Ivânia Aparecida Nora	Professora C3	1505/95	03/523/C	03/523/D
23	Janete Maria Zatera	Professora C3	2822/00	03/523/B	03/523/C
24	Jussara Alves da Silva	Professora C3	3389/03	03/521/F	03/521/G
25	Jancarla Rodrigues	Professora C3	3319/03	03/521/F	03/521/G
26	Juanice Moreira Pecher	Professora C2	392/90	02/515/C	02/515/D
27	Karina Cristiane Belaver Coratto	Professora C3	2879/01	03/522/E	03/522/F
28	Leda Maria de Almeida	Professora C3	2616/00	03/523/A	03/523/B
29	Lourdes M. Mauro Ramos	Professora C3	3189/02	03/523/B	03/523/C
30	Lucélia Aparecida Gabrielli	Professora C3	1411/94	03/524/F	03/524/G
31	Lucília Aparecida Boscato Broll	Professora C3	386/90	03/523/D	03/523/E
32	Luiz Henrique Mendes da Silva	Professor C3	2945/06	03/521/C	03/521/D
33	Maria Cristina Fiório	Professora C3	2838/00	03/523/B	03/523/C
34	Marisa Fátima Artifon Simões	Professora C3	2835/00	03/525/D	03/525/E
35	Maria Helena Macedo Knebel	Professora C3	3318/03	03/521/F	03/521/G
36	Marcos Magro	Professor C3	4006/06	03/520/B	03/520/B
37	Maristela Ap. Borella Baraúna	Professora C3	2642/00	03/523/E	03/523/F
38	Neiva Antonioli	Professora C3	2643/00	03/521/F	03/521/G
39	Noeli Salete Natziuk	Professora C3	3527/04	03/521/F	03/521/G
40	Regina Correa de Almeida	Professora C2	3317/03	02/513/F	02/513/F
41	Neusa Aparecida Rigo	Professora C3	2644/00	03/524/E	03/524/F
42	Rafael Munaretto	Professor C3	4003/06	03/521/A	03/521/A
43	Rosângela Salete Carl	Professora C3	3528/04	03/521/D	03/521/D
44	Roseli Santos	Professora C3	2833/01	03/520/C	03/521/C
45	Rosmari Aparecida B Pecinato	Professora C3	2836/00	03/522/B	03/522/C
46	Rosane Eva Bucco	Professora C3	3322/05	03/522/C	03/522/D
47	Salete Ribeiro Chiarello	Professora C3	3832/00	03/521/F	03/521/G
48	Silvana Terezinha Cola Menegazzo	Professora C3	391/90	03/526/D	03/526/E
49	Simone Andréa Carl	Professora C3	3524/04	03/521/F	03/521/G
50	Sirlei Aparecida de Andrade	Professora C3	2618/00	03/520/E	03/520/E
51	Sirlene F. Debastiani Rodrigues	Professora C3	3329/03	03/521/D	03/521/E

52	Silvia Talini	Professora C3	4029/06	03/521/C	03/521/D
53	Susana Bergamo Casagrande	Professora C3	4461/08	03/521/D	03/521/E
54	Solange F. M. Secco	Professora C3	2648/00	03/522/D	03/522/E
55	Tânia Maria Nunes	Professora C3	2619/00	03/522/D	03/522/E
56	Tatiana M. Bitencourt Menegat	Professora C3	2620/00	03/521/A	03/521/B
57	Tassiana Claudia Felipe	Professora C3	3526/04	03/521/E	03/521/F
58	Valéria R.Rodrigues de Oliveira	Professora C3	3316/03	03/521/C	03/521/D
59	Vânia Salete Moreira Miotto	Professora C2	2829/00	02/522/A	02/522/B
60	Veroni Cassiano de Moraes Dalapria	Professora C3	1506/95	03/523/A	03/523/B
61	Maria Claudete Tonn Gervásio	Professora C3	P/5174/11	03/520/A	03/520/B
62	Margarete Petter Dutra	Professora C3	P/5175/11	03/520/A	03/520/B
63	Laura Alexandra Bittencourt	Professora C2	P/5176/11	02/513/A	02/513/B

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita de Catanduvas

PORTARIA Nº 6.411 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6411/15, de 10.02.2015.

“PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 206, Inciso V, da Constituição Federal, art. 67, Inciso IV, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 7º, Inciso III, art. 10º, § 1º, Incisos I, II e III, e §§ 2º e 4º, da Lei Municipal nº 1716/02, de 04 de janeiro de 2002,

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério público Municipal, em Promoção de QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS, os (as) seguintes servidores (as):

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de nome- ação	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível refe- rência atual
01	Abegair Adelina Chinato Biassi	Professora C3	P/2834/00	03/523/C	03/523/D
02	Alda Marmentini Nora	Professora C3	P/ 378/90	03/525/B	03/525/C
03	Alessandra Wanessa Colla	Professora C3	P/833/00	03/523/C	03/523/D
04	Alda Bisinela Luvison	Professora C1	P/1421/94	03/520/C	03/520/D
05	Ana Paula Fernandes	Professora C3	P/3322/03	03/521/F	03/521/G
06	Ângela Marília Garcia Miotto	Professora C3	P/390/90	03/524/D	03/524/E
07	Alnete Francisca de Sousa Sella	Professora C3	P/2637/00	03/521/B	03/521/C
08	Alexandra Vieira dos Santos	Professora C3	P/3320/03	03/521/C	03/521/D
09	Ângela M C de Moraes da Cruz	Professora C3	P/2826/00	03/523/A	03/523/B
10	Carla Adriane Bittencourt Bressanelli	Professora C3	P/393/90	03/524/G	03/525/A
11	Clarice Aparecida Turcatto Dezanet	Professora C3	P/2638/00	03/521/E	03/521/E
12	Claudia Regina Rodrigues Dosciatti	Professora C3	P/2827/00	03/521/C	03/521/C
13	Cleunice Aparecida Gervásio	Professora C3	P/2825/00	03/521/F	03/521/G
14	Elenir Fátima Chinato Filipini	Professora C3	P/381/90	03/525/C	03/525/D
15	Elia Aparecida Branco de Camargo	Professora C3	P/378/03	03/522/E	03/522/F
16	Eloni Salete Magnabosco	Professora C3	P/3324/03	03/520/D	03/520/E
17	Elisabet Borin	Professora C3	P/2830/00	03/521/F	03/521/G
18	Gladimar Dambrós	Professora C3	P/2828/00	03/522/G	03/523/A
19	Gláucia Fabrin Arndt	Professora C3	1410/94	03/524/E	03/524/F
20	Elizangela Cavalheiro Mariano	Professora C3	P/3356/03	03/522/C	03/522/D
21	Ironita Bucco Tieppo	Professora C3	P/2831/00	03/523/E	03/523/E
22	Ivânia Aparecida Nora	Professora C3	P/1505/95	03/523/D	03/523/E
23	Janete Maria Zatera	Professora C3	P/2822/00	03/523/C	03/523/D
24	Jussara Alves da Silva	Professora C3	P/3389/03	03/521/G	03/522/A
25	Jancarla Rodrigues	Professora C3	P/3319/03	03/521/G	03/522/A
26	Juanice Moreira Pecher	Professora C2	P/392/90	02/515/D	02/515/E
27	Karina Cristiane Belaver Coratto	Professora C3	P/2879/01	03/522/F	03/522/G
28	Leda Maria de Almeida	Professora C3	P/2616/00	03/523/B	03/523/C
29	Lourdes M. Mauro Ramos	Professora C3	P/3189/02	03/523/C	03/523/D
30	Lucélia Aparecida Gabrielli	Professora C3	P/1411/94	03/524/G	03/525/A
31	Lucília Aparecida Boscato Broll	Professora C3	P/386/90	03/523/E	03/523/F

32	Luiz Henrique Mendes da Silva	Professor C3	P/2945/06	03/521/D	03/521/E
33	Maria Cristina Fiório	Professora C3	P/2838/00	03/523/C	03/523/D
34	Marisa Fátima Artifon Simões	Professora C3	P/2835/00	03/525/E	03/525/F
35	Maria Helena Macedo Knebel	Professora C3	P/3318/03	03/521/G	03/522/A
36	Marcos Magro	Professor C3	P4006/06	03/520/B	03/520/B
37	Maristela Ap. Borella Baraúna	Professora C3	P/2642/00	03/523/F	03/523/G
38	Neiva Antonioli	Professora C3	P/2643/00	03/521/G	03/522/A
39	Noeli Salete Natziuk	Professora C3	P/3527/04	03/521/G	03/522/A
40	Regina Correa de Almeida	Professora C2	P/3317/03	02/513/F	02/513/F
41	Neusa Aparecida Rigo	Professora C3	P/2644/00	03/524/F	03/524/G
42	Rafael Munaretto	Professor C3	P/4003/06	03/521/A	03/521/A
43	Rosângela Salete Carl	Professora C3	P/3528/04	03/521/D	03/521/D
44	Rosmari Aparecida B. Pecinato	Professora C3	P/2836/00	03/522/C	03/522/D
45	Rosane Eva Bucco	Professora C3	P/3322/05	03/522/D	03/522/E
46	Roseli Santos	Professora C3	P/ 2833/01	03/521/C	03/521/C
47	Salete Ribeiro Chiarello	Professora C3	P/3832/00	03/521/G	03/522/A
48	Silvana Terezinha Cola Menegazzo	Professora C3	P/391/90	03/526/E	03/526/F
49	Simone Andréa Carl	Professora C3	P/3524/04	03/521/G	03/522/A
50	Sirlei Aparecida de Andrade Bridi	Professora C3	P/2618/00	03/520/E	03/520/E
51	Sirlene F. Debastiani Rodrigues	Professora C3	P/3329/03	03/521/E	03/521/F
52	Silvia Talini	Professora C3	P/4029/06	03/521/D	03/521/E
53	Susana Bergamo Casagrande	Professora C3	P/4461/08	03/521/E	03/521/F
54	Solange F. M. Secco	Professora C3	P/2648/00	03/522/E	03/522/F
55	Tânia Maria Nunes	Professora C3	P/2619/00	03/522/E	03/522/F
56	Tatiana M. Bitencourt Menegat	Professora C3	P/2620/00	03/521/B	03/521/C
57	Tassiana Claudia Felipe	Professora C3	P/3526/04	03/521/F	03/521/G
58	Valéria R. Rodrigues de Oliveira	Professora C3	P/3316/03	03/521/D	03/521/E
59	Vânia Salete Moreira Miotto	Professora C2	P/2829/00	02/522/B	02/522/C
60	Veroni Cassiano de Moraes Dalapria	Professora C3	P/1506/95	03/523/B	03/523/C
61	Maria Claudete Tonn Gervásio	Professora C3	P/5174/11	03/520/B	03/520/C
62	Margarete Petter Dutra	Professora C3	P/5175/11	03/520/B	03/520/C
63	Laura Alexandra Bittencourt	Professora C2	P/5176/11	02/513/B	02/513/C

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini

PORTARIA Nº 6.412 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6412/15, de 10.02.2015.

“PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, pelo Decreto 1.340/05, de 27 de abril de 2005 e pela Lei Municipal 2.173/08, Art. 23, § 1º e 2º, de 10 de junho de 2008,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PARA SERVIDORES (AS) DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por implantação do Plano de Carreira e Valoração do Magistério público Municipal, enquadrando os (as) seguintes servidores (as) que fazem jus à Gratificação por Assiduidade:

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de nomeação	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível referência atual
01	Abegair Adelina Chinato Biassi	Professora C3	P/2834/00	03/523/C	03/523/D
02	Alda Marmentini Nora	Professora C3	P/ 378/90	03/525/B	03/525/C
03	Alessandra Wanessa Colla	Professora C3	P/833/00	03/523/C	03/523/D
04	Alda Bisinela Luvison	Professora C1	P/1421/94	03/520/C	03/520/D
05	Ana Paula Fernandes	Professora C3	P/3322/03	03/521/F	03/521/G
06	Ângela Marília Garcia Miotto	Professora C3	P/390/90	03/524/D	03/524/E
07	Alnete Francisca de Sousa Sella	Professora C3	P/2637/00	03/521/B	03/521/C
08	Alexandra Vieira dos Santos	Professora C3	P/3320/03	03/521/C	03/521/D
09	Ângela M C de Moraes da Cruz	Professora C3	P/2826/00	03/523/A	03/523/B
10	Carla Adriane Bittencourt Bressanelli	Professora C3	P/393/90	03/524/G	03/525/A
11	Clarice Aparecida Turcatto Dezanet	Professora C3	P/2638/00	03/521/E	03/521/E
12	Claudia Regina Rodrigues Dosciatti	Professora C3	P/2827/00	03/521/C	03/521/C
13	Cleunice Aparecida Gervásio	Professora C3	P/2825/00	03/521/F	03/521/G
14	Elenir Fátima Chinato Filipini	Professora C3	P/381/90	03/525/C	03/525/D

15	Elia Aparecida Branco de Camargo	Professora C3	P/378/03	03/522/E	03/522/F
16	Elisabet Borin	Professora C3	P/2830/00	03/521/F	03/521/G
17	Gladimar Dambrós	Professora C3	P/2828/00	03/522/G	03/523/A
18	Gláucia Fabrin Arndt	Professora C3	1410/94	03/524/E	03/524/F
19	Elizangela Cavalheiro Mariano	Professora C3	P/3356/03	03/522/C	03/522/D
20	Ivânia Aparecida Nora	Professora C3	P/1505/95	03/523/D	03/523/E
21	Janete Maria Zatera	Professora C3	P/2822/00	03/523/C	03/523/D
22	Jussara Alves da Silva	Professora C3	P/3389/03	03/521/G	03/522/A
23	Juanice Moreira Pecher	Professora C2	P/392/90	02/515/D	02/515/E
24	Karina Cristiane Belaver Coratto	Professora C3	P/2879/01	03/522/F	03/522/G
25	Leda Maria de Almeida	Professora C3	P/2616/00	03/523/B	03/523/C
26	Lourdes M. Mauro Ramos	Professora C3	P/3189/02	03/523/C	03/523/D
27	Lucélia Aparecida Gabrielli	Professora C3	P/1411/94	03/524/G	03/525/A
28	Lucília Aparecida Boscato Broll	Professora C3	P/386/90	03/523/E	03/523/F
29	Luiz Henrique Mendes da Silva	Professor C3	P/2945/06	03/521/D	03/521/E
30	Maria Cristina Fiório	Professora C3	P/2838/00	03/523/C	03/523/D
31	Marisa Fátima Artifon Simões	Professora C3	P/2835/00	03/525/E	03/525/F
32	Maria Helena Macedo Knebel	Professora C3	P/3318/03	03/521/G	03/522/A
33	Marcos Magro	Professor C3	P/4006/06	03/520/B	03/520/B
34	Maristela Ap. Borella Baraúna	Professora C3	P/2642/00	03/523/F	03/523/G
35	Neiva Antonioli	Professora C3	P/2643/00	03/521/G	03/522/A
36	Noeli Salete Natziuk	Professora C3	P/3527/04	03/521/G	03/522/A
37	Neusa Aparecida Rigo	Professora C3	P/2644/00	03/524/F	03/524/G
38	Rafael Munaretto	Professor C3	P/4003/06	03/521/A	03/521/A
39	Rosmari Aparecida B. Pecinato	Professora C3	P/2836/00	03/522/C	03/522/D
40	Rosane Eva Bucco	Professora C3	P/3322/05	03/522/D	03/522/E
41	Roseli Santos	Professora C3	P/ 2833/01	03/520/C	03/520/C
42	Silvana Terezinha Cola Menegazzo	Professora C3	P/391/90	03/526/E	03/526/F
43	Simone Andréa Carl	Professora C3	P/3524/04	03/521/G	03/522/A
44	Sirlene F. Debastiani Rodrigues	Professora C3	P/3329/03	03/521/E	03/521/F
45	Silvia Talini	Professora C3	P/4029/06	03/521/D	03/521/E
46	Susana Bergamo Casagrande	Professora C3	P/4461/08	03/521/E	03/521/F
47	Solange F. M. Secco	Professora C3	P/2648/00	03/522/E	03/522/F
48	Tânia Maria Nunes	Professora C3	P/2619/00	03/522/E	03/522/F
49	Tatiana M. Bitencourt Menegat	Professora C3	P/2620/00	03/521/B	03/521/C
50	Tassiana Claudia Felipe	Professora C3	P/3526/04	03/521/F	03/521/G
51	Valéria R. Rodrigues de Oliveira	Professora C3	P/3316/03	03/521/D	03/521/E
52	Vânia Salete Moreira Miotto	Professora C2	P/2829/00	02/522/B	02/522/C
53	Veroni Cassiano de Moraes Dalapria	Professora C3	P/1506/95	03/523/B	03/523/C
54	Maria Claudete Tonn Gervásio	Professora C3	P/5174/11	03/520/B	03/520/C
55	Margarete Petter Dutra	Professora C3	P/5175/11	03/520/B	03/520/C
56	Laura Alexandra Bittencourt	Professora C2	P/5176//11	02/513/B	02/513/C

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini

PORTARIA Nº 6.413 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA P/ 6413/15, de 10.02.2015.

“NÃO CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ASSIDUIDADE”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, pelo Decreto 1.340/05, de 27 de abril de 2005 e pela Lei Municipal 2.173/08, Art. 23, § 1º e 2º, de 10 de junho de 2008,

RESOLVE:

NÃO CONCEDER GRATIFICAÇÃO PARA SERVIDORES (AS) DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério público Municipal, enquadrando os (as) seguintes servidores (as) que fazem jus à Gratificação por Assiduidade:

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de nomeação	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível referência atual
01	Eloni Salete Magnabosco	Professora C3	P/3324/03	03/520/D	03/520/E
02	Ironita Bucco Tieppo	Professora C3	P/2831/00	03/523/E	03/523/E
03	Jancarla Rodrigues	Professora C3	P/3319/03	03/521/G	03/522/A

04	Regina Correa de Almeida	Professora C2	P/3317/03	02/513/F	02/513/F
05	Rosangela Salete Carl	Professora C3	P/3528/04	03/521/D	03/521/D
06	Salete Ribeiro Chiarello	Professora C3	P/3832/00	03/521/G	03/522/A
07	Sirlei Aparecida de Andrade Bridi	Professora C3	P/2618/00	03/520/E	03/520/E

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini

PORTARIA Nº 6.414 DE 01 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6414/15, de 01.03.2015

“Exonera a pedido,

Deise Aparecida de Oliveira do Nascimento”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), Deise Aparecida de Oliveira do Nascimento, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnica em Enfermagem, Nível CE-26F, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 01 de março de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6210 /14

PORTARIA Nº 6.415 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6415/15, de 02.03.2015

“Concede Licença-Prêmio à

ITACIR RIBEIRO DOS SANTOS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) ITACIR RIBEIRO DOS SANTOS, com Efetividade, no Cargo de Agente de Construção e Manutenção, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:

01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:

01 de março 2015 a 30 de maio de 2015

Catanduvas, 02 de março de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/4776/09.

PORTARIA Nº 6.416 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6416/15, de 02.03.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, ALESSANDRA BEGNINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) ALESSANDRA BEGNINI, ocupante do Cargo Assistente Social, Nível CE-81A com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6260/14.

Catanduvas, 02 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6260/14.

PORTARIA Nº 6.417 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6417/15, de 02.03.2015

Prorroga licença para tratar de interesses particulares à EVERALDO GABRIEL DA COSTA

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

PRORROGAR, atendendo pedido do(a) interessado(a), Licença para tratar de Interesses Particulares ao Funcionário(a) EVERALDO GABRIEL DA COSTA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Defesa Civil, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo prazo de mais 02 (dois) anos.

Início da licença:

1º de março de 2015

Término da licença:

28 de fevereiro de 2017

Catanduvas, 02 de março 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5699/13.

PORTARIA Nº 6.418 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6418/15, de 02.03.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, AMANDA DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) AMANDA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Medica, Nível CE-116A com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6067/14.

Catanduvas, 02 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6067/14.

PORTARIA Nº 6.419 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6419/15, de 02.03.2015

"Exonera a pedido,

ELIANE APARECIDA ADRIANO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), ELIANE APARECIDA ADRIANO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 02 de março de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5848 /13

PORTARIA Nº 6.420 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6420/15, de 02.03.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, JACIR ROBERTO DE MORAES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) JACIR ROBERTO DE MORAES, ocupante do Cargo Motorista, Nível CE-36A com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6258/14.

Catanduvas, 02 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6258/14.

PORTARIA Nº 6.421 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6421/15, de 02.03.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
ZENO BRUNO BASSO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) ZENO BRUNO BASSO, ocupante do Cargo Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6258/14.

Catanduvas, 02 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6258/14.

PORTARIA Nº 6.422 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6422/15, de 02.03.2015.

"Admite temporariamente,
IRACEMA RIBEIRO DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, IRACEMA RIBEIRO DOS SANTOS, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 02 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 02 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/4406/08.

PORTARIA Nº 6.423 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6423/15, de 02.03.2015.

"Admite temporariamente, VALERIO JOSE PARIZOTTO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, VALERIO JOSE PARIZOTTO, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 02 de março de 2015 a 29 de agosto de 2015.

Catanduvas, 02 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.424 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6424/15, de 02.03.2015.

"Admite temporariamente, SONIA RIBEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SONIA RIBEIRO, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 02 de março de 2015 a 29 de agosto de 2015.

Catanduvas, 02 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5304/11.

PORTARIA Nº 6.425 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6425/15, de 02.03.2015,

"Admite temporariamente, LUCIANE BUCCO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LUCIANE BUCCO, para o Cargo de Professor(a) de Series Iniciais, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 02 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 02 de março de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6099/14.

PORTARIA Nº 6.426 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6426/15, de 02.03.2015

“Nomeia para Cargo em Comissão, TACIANE PAULA TÊO”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, TACIANE PAULA TÊO, para as funções do Cargo em Comissão de Contador Geral, Nível CC-03, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir do dia 1º, quando o nominado Servidora passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 02 de março de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.427 DE 03 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6427/15, de 03.03.2015.

“Admite temporariamente, DELOSMAR MOREIRA ROSA”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DELOSMAR MOREIRA ROSA, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 03 de março de 2015 a 13 de março de 2015.

Catanduvas, 03 de março de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.428 DE 05 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6428/15, de 05.03.2015.

“Admite temporariamente, SIMONE ALVES DE OLIVEIRA”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SIMONE ALVES DE OLIVEIRA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 05 de março de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.429 DE 05 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6429/15, de 05.03.2015

“Exonera, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, à servidora VALDIR FERNANDES”, e declara a vacância do Cargo.

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições legais e na forma do artigo 38, I e V, c/c art. 200, da Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

RESOLVE,

EXONERAR A PEDIDO, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, ao Servidor VALDIR FERNANDES, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível-CE56-A, com 40:00 (horas semanais), com efetividade no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de .

Declarar a vacância do Cargo, nos termos do artigo 38,V, da Lei Complementar nº 19/02. Conceda-se a Indenização por Tempo de Serviço - ITS, na forma estabelecida no artigo 181, I, da Lei Complementar nº 02, de 13.05.92, observando-se os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando a nominado servidor deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 05 de março de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Anterior: Portaria P/5516/12.

PORTARIA Nº 6.430 DE 09 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6430/15, de 09.03.2015,

"Admite temporariamente, ROSELI FATIMA GABRIELLI DEBONA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ROSELI FATIMA GABRIELLI DEBONA, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de março de 2015 a de 31 julho de 2015.

Catanduvas, 09 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.432 DE 14 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6432/15, de 14.03.2015

"Demite, OSMAR DOS SANTOS NUNES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, por interesse da Administração Pública Municipal, as funções do Servidor(a) OSMAR DOS SANTOS NUNES, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6258/15.

Catanduvas, 14 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 6258/15

PORTARIA Nº 6.433 DE 17 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6433/15, de 17.03.2015

"Nomeia para Cargo em Comissão, VILMAR PECINATTO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, VILMAR PECINATTO, para as funções do Cargo em

Comissão de Integrador de Planejamento e Projetos, Nível CC-07, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o nominado Servidor passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 17 de março de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.434 DE 17 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6434/15, de 17.03.2015.

"Admite temporariamente, INDIANARA SILVIA LAZAROTTO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, INDIANARA SILVIA LAZAROTTO, para o Cargo de Assistente Social, Nível CE-81A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 17 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 17 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.435 DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6435/15, de 19.03.2015.

"Admite temporariamente, CLECIANE DOS SANTOS LIMA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CLECIANE DOS SANTOS LIMA, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 19 de março de 2015 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 19 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6147/14.

PORTARIA Nº 6.436 DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/ 6436/15, de 23.03.2015.

"Admite temporariamente, LURDES DURIGON"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LURDES DURIGON, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 23 de março de 2015 a 20 de setembro de 2015.

Catanduvas, 23 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.437 DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6437/15, de 31.03.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, JOÃO ZILTON DE LIMA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) JOÃO ZILTON DE LIMA, ocupante do Cargo Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6258/14.

Catanduvas, 31 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6258/14.

PORTARIA Nº 6.438 DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA P/6438/15, de 31.03.2015.

"Exonera de Cargo em Comissão, BEATRIZ NERIS DA CRUZ CAMELO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, BEATRIZ NERIS DA CRUZ CAMELO, das funções do Cargo em Comissão de Gerente de Ensino, Projetos e Transporte, Nível CC-05, do

Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando a(o) nominada(o) funcionária(o) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 31 de março de 2015

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/4903/10.

PORTARIA Nº 6.439 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/ 6439/15, de 01.04.2015.

"Admite temporariamente, HENRIQUE FRANCISCO DE ALMEIDA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, HENRIQUE FRANCISCO DE ALMEIDA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de abril de 2015 a 30 de julho de 2015.

Catanduvas, 01 de abril de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.440 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6440/15, de 01.04.2015.

"Admite temporariamente, SAMARA COSTA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SAMARA COSTA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de abril de 2015 a 30 de julho de 2015.

Catanduvas, 01 de abril de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.441 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6441/15, de 01.04.2015.

"Admite temporariamente, LUCIANA LAVORATTI BITTENCOURT"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LUCIANA LAVORATTI BITTENCOURT, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de abril de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 01 de abril de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.442 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6442/15, de 01.04.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, MICHAEL MAURILIO OBETZ"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) MICHAEL MAURILIO OBETZ, ocupante do Cargo Cuidador Infantil, Nível CE-16 A com 30:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6261/14.

Catanduvas, 01 de abril de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6261/14.

PORTARIA Nº 6.443 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/ 6443/15, de 01.04.2015,

"Admite temporariamente, OSCAR DE OLIVEIRA CARVALHO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, OSCAR DE OLIVEIRA CARVALHO, para o Cargo de Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 04 de março de 2015 a 01 de abril de 2015.

Catanduvas, 01 de abril de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.444 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6444/15, de 01.04.2015.

"Admite temporariamente, JAQUELINE APARECIDA LAUBER"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JAQUELINE APARECIDA LAUBER, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de março de 2015 a 10 de abril de 2015.

Catanduvas, 01 de abril de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.446 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6446/15, de 01.04.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária ANORELINO MACIEL"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, por interesse da Administração Pública Municipal, as funções do Servidor(a) ANORELINO MACIEL, ocupante do Cargo Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias – Retro Escavadeira, Nível CE-56A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6258/15.

Catanduvas, 1º de abril de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6258/14

PORTARIA Nº 6.447 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6447/15, de 01.04.2015

“Exonera a pedido, DIONISIO ROQUE DALMAGRO”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), DIONISIO ROQUE DALMAGRO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Construção e Manutenção, Nível CE-46A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 01 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5744 /13.

PORTARIA Nº 6.448 DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6448/15, de 01.04.2015

“Nomeia para Cargo em Comissão, MICHAEL MAURILIO OBETZ”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, MICHAEL MAURILIO OBETZ, para as funções do Cargo em Comissão de Gerente de Movimento Econômico, Nível CC-05, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o nominado Servidor passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 01 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6442/15.

PORTARIA Nº 6.449 DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/ 6449/15, de 07.04.2015.

“Admite temporariamente, JAQUELINE APARECIDA VAZ”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JAQUELINE APARECIDA VAZ, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 07 de abril de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 07 de abril de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.450 DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6450/15, de 07.04.2015

“Nomeia para Cargo em Comissão, GENUINO ASSIS BORIM”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, GENUINO ASSIS BORIM, para as funções do Cargo em Comissão de Coordenador do Gabinete do Prefeito, Nível CC-04, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos retroativos a data de 02 de março de 2015, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) passou a exercer essas funções, cessando seus e feitos em 12 de abril de 2015.

Catanduvas, 07 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.451 DE 08 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6451/15, de 08.04.2015

“Prorroga por prazo determinado, nomeação de Elisa Mara Carl”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, em conformidade e o disposto na Lei Municipal nº2.384/12, de 05 de dezembro 2012,

RESOLVE

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Elisa Mara Carl ocupante do Cargo

de Conselheiro(a) Tutelar, Nível MG-510E (com 20:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5751/13, elevando-o até 09 de janeiro de 2016.

Catanduvas, 08 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5751/13.

PORTARIA Nº 6.452 DE 08 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6452/15, de 08.04.2015

"Prorroga por prazo determinado, nomeação de GENI APARECIDA CASSIANO DE MORAIS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, em conformidade e o disposto na Lei Municipal nº2.384/12, de 05 de dezembro 2012,

RESOLVE

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de GENI APARECIDA CASSIANO DE MORAIS ocupante do Cargo de Conselheiro(a) Tutelar, Nível MG-510E (com 20:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5752/13, elevando-o até 09 de janeiro de 2016.

Catanduvas, 08 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5752/13.

PORTARIA Nº 6.453 DE 08 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6453/15, de 08.04.2015

"Prorroga por prazo determinado, nomeação de CLAIRE REGINA HARO ZUQUI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, em conformidade e o disposto na Lei Municipal nº2.384/12, de 05 de dezembro 2012,

RESOLVE

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de CLAIRE REGINA HARO ZUQUI ocupante do Cargo de Conselheiro(a) Tutelar, Nível MG-510E (com 20:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5750/13, elevando-o até 09 de janeiro de 2016.

Catanduvas, 08 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5750/13.

PORTARIA Nº 6.454 DE 08 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6454/15, de 08.04.2015

"Prorroga por prazo determinado, nomeação de ELAINE APARECIDA RAMOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, em conformidade e o disposto na Lei Municipal nº2.384/12, de 05 de dezembro 2012,

RESOLVE

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de ELAINE APARECIDA RAMOS ocupante do Cargo de Conselheiro(a) Tutelar, Nível MG-510E (com 20:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5748/13, elevando-o até 09 de janeiro de 2016.

Catanduvas, 08 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5748/13.

PORTARIA Nº 6.455 DE 08 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6455/15, de 08.04.2015

"Prorroga por prazo determinado, nomeação de FABIANA VIEIRA DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, em conformidade e o disposto na Lei Municipal nº2.384/12, de 05 de dezembro 2012,

RESOLVE

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de FABIANA VIEIRA DOS SANTOS ocupante do Cargo de Conselheiro(a) Tutelar, Nível MG-510E (com 20:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5749/13, elevando-o até 09 de janeiro de 2016.

Catanduvas, 08 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5749/13.

PORTARIA Nº 6.456 DE 13 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6456/15, de 13.04.2015

"Nomeia para Cargo em Comissão, CRISTINA DEPINÉ"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, CRISTINA DEPINÉ, para as funções do Cargo em Comissão de Coordenador do Gabinete do Prefeito, Nível CC-04, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o nominado Servidora passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 13 de abril de 2015
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5137/11.

PORTARIA Nº 6.457 DE 22 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/ 6457/15, de 22.04.2015.

"Admite temporariamente, MAGALY ANTONIETA CLAROS CANCECO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MAGALY ANTONIETA CLAROS CANCECO, para o Cargo de Medico, Nível CE-116A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015.

Catanduvas, 22 de abril de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.458 DE 22 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/ 6458/15, de 22.04.2015.

"Admite temporariamente, MAGALY ANTONIETA CLAROS CANCECO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MAGALY ANTONIETA CLAROS CANCECO, para o Cargo de Medico, Nível CE-111A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015.

Catanduvas, 22 de abril de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6457/15.

PORTARIA Nº 6.459 DE 30 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6459/15, de 30.04.2015

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, CAMILA BANDEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) CAMILA BANDEIRA, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6260/14.

Catanduvas, 30 de abril de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/6260/14.

PORTARIA Nº 6.460 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/ 6460/15, de 04.05.2015.

"Prorroga contrato por prazo determinado de Tiago Cazella"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação de Tiago Cazella, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, Nível CE 91A, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 30 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A presente medida é de interesse público municipal, vez que o Servidor José Carlos Favaro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, 30 horas semanais, nomeado pela Portaria P/ 3420/03, se encontra afastado das atividades mediante licença médica para tratamento de saúde sendo necessária a presente medida para evitar solução de continuidade nos trabalhos essenciais inerentes à atividade da medicina veterinária para o Município. Este ato prorroga o período constante na Portaria P/ 5753/13, elevando-o até 31 de julho de 2015.

Catanduvas, 04 de maio de 2015

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5853/13.

PORTARIA Nº 6.461 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/6461/15, de 04.05.2015

"Concede Licença-Prêmio à ROSA APARECIDA FABRI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) ROSA APARECIDA FABRI com Efetividade, no Cargo de Assistente Social, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:
01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:
02 de maio 2015 a 31 de julho de 2015

Catanduvas, 04 de maio de 2015
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/5367/12.

PORTARIA Nº 6.462 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/6462/15, de 04.05.2015

"Exonera a pedido, LEONIR RIBEIRO DE FREITAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), LEONIR RIBEIRO DE FREITAS, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível CE-36A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a data do 03 de maio.

Catanduvas, 04 de maio de 2015
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ao Anterior: P/6279/14.

PORTARIA Nº 6.463 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/ 6463/15, de 04.05.2015.

"Admite temporariamente, CLAUDIO CESAR FUZINATTO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CLAUDIO CESAR FUZINATTO, para o Cargo de Médico, Nível CE-116A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por

prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 04 de maio de 2015 a 31 de julho de 2015.

Catanduvas, 04 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.464 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/6464/15, de 04.05.2015

"Nomeia para Cargo em Comissão, EMILIA TERESA TRENTO BORTOLINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, EMILIA TERESA TRENTO BORTOLINI, para as funções do Cargo em Comissão de Supervisora de Saúde, Nível CC-08, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o(a) nomeado(a) Servidor(a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 04 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ao Anterior: P/5878/13.

PORTARIA Nº 6.465 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/ 6465/15, de 04.05.2015.

"Admite temporariamente, FERNANDA DANIELA RODRIGUES DE OLIVEIRA PEREIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, FERNANDA DANIELA RODRIGUES DE OLIVEIRA PEREIRA, para o Cargo de Agente Comunitário (a) de Saúde, Nível CE-21A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 04 de maio de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Catanduvas, 04 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.466 DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/ 6466/15, de 04.05.2015.

"Admite temporariamente, MAIARA APARECIDA BELLO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MAIARA APARECIDA BELLO, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 04 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015.

Catanduvas, 04 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.467 DE 07 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/ 6467/15, de 07.05.2015,

"Admite temporariamente, MARLENE TEIXEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARLENE TEIXEIRA, para o Cargo de Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 07 de maio de 2015 a 31 de julho de 2015.

Catanduvas, 07 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.468 DE 07 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/ 6468/15, de 07.05.2015.

"Admite temporariamente, GILBERTO DE SOUZA AZEVEDO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, GILBERTO DE SOUZA AZEVEDO, para o Cargo de Médico, Nível CE-116A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 07 de maio de 2015 a 30 de maio de 2015.

Catanduvas, 07 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 6.469 DE 07 DE MAIO DE 2015

PORTARIA P/ 6469/15, de 07.05.2015.

"Admite temporariamente, GILBERTO DE SOUZA AZEVEDO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, GILBERTO DE SOUZA AZEVEDO, para o Cargo de Médico, Nível CE-111A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 07 de maio de 2015 a 30 de maio de 2015.

Catanduvas, 07 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6468/15.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 19/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata Nº.:	19/2015
Detentora:	PROJEÇÃO CONSTRUÇÕES E PRE MOLDADOS LTDA EPP.
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade Estimada	Valor Unit.	Valor Total
1	Tubo de concreto simples 200mm	un	PROJEÇÃO	30	24,75	742,50
2	Tubo de concreto simples 300mm	un	PROJEÇÃO	30	29,15	874,50
3	Tubo de concreto simples 400mm	un	PROJEÇÃO	40	44,00	1.760,00
4	Tubo de concreto simples 600mm	un	PROJEÇÃO	40	59,80	2.392,00

Vigência : Início : 21/07/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 22/2015.

CAXAMBU DO SUL, 21 de Julho de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 72/2015

DECRETO Nº 072/2015

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 5º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 069/2015, DE 14/07/2015, QUE DECLAROU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS (COBRADE – 1.2.2.0.0)”.

VILMAR FOPPA, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e, em conformidade com inciso IV, do artigo 71 da Lei Orgânica do Município, Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012 e Instrução Normativa nº 01 de 24/08/2012;

DECRETA

Art. 1º. O Art. 5º do Decreto Municipal nº 069/2015, de 14 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigendo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 17 de Julho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

302.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 302/2015

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor da servidora pública DEBORA SCHMIDT DE SOUZA, conforme Portaria nº 435/2014, relativas ao período 2013/2014;

CONSIDERANDO a Portaria nº 455/2014, que suspendeu o gozo de férias da servidora, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

CONSIDERANDO que a servidora tem direito a gozar 15 (quinze) dias, de férias, referente ao período remanescente.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a Servidora Pública DEBORA SCHMIDT DE SOUZA, ocupante do cargo em Comissão de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, a gozar férias no período de 20/07/15 a 03/08/15, num total de 15 (quinze) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 435/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de julho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 91/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: MINÉRIOS PAGNAN LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de saibro à granel de primeira categoria, para manutenção das estradas vicinais do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 17/07/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 – FMS

Objeto: Aquisição de grupo gerador diesel 15kVA para a Central de Rede de Frios Municipal de Concórdia, através de proposta 10455.823000/1140-09 do Fundo Nacional de Saúde - FNS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 10/08/2015.

Abertura: dia 11/08/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 20 de julho de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO CONCORRÊNCIA CONCESSÃO Nº 2/2015-PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 2/2015 – PMC

CONCESSÃO

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICIPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa LORENO GAVAZZONI ME, inscrita no CPNJ sob o nº 06.147.905/0001-75, Rua Tancredo de Almeida Neves, nº 3310, sala 01, São Cristóvão, Concórdia – SC, CEP 89700-000 para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, Concórdia –SC, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência. O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 13.2 do Edital, acarretará na aplicação das penas prevista no item 15 do Edital.

Concórdia, SC, 20 de julho de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015. Convoca a III Audiência Pública Municipal do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a III Audiência Pública Municipal do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, com o objetivo de apresentar a versão preliminar do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, para debates, sugestões e ajustes.

Art. 2º A Audiência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 5 de agosto de 2015, às 19h30min, no Auditório do Centro de Eventos Concórdia, situado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, Concórdia, SC.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, situada na Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (49) 3441 2126.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 112/2015 -PMC

Contrato Nº : 112/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo/Valor/Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2015

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em do regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial da Rua Mauro Matiello e a ligação desta com a pavimentação já existente na Rua João Frigo, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 08/07/2015 Término: 21/08/2015

Assinatura : 08/07/2015

Valor Acrescido R\$: 28.661,68 (Vinte e Oito Mil, Seiscentos e Sessenta e Um Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Valor Suprimido R\$: 117.734,97 (cento e dezessete mil e setecentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 162/2015 -PMC

Contrato Nº : 162/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MATRAM MADEIRAS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento e instalação de baias em aço galvanizado e baias, cochos e corredores, em madeira, para os alojamentos de animais no Parque de Exposições durante a realização da feira agropecuária EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 06/10/2015

Assinatura : 13/07/2015

Valor R\$: 10.210,04 (Dez Mil, Duzentos e Dez Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 181/2015 -PMC

Contrato Nº : 181/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EDMAR DA SILVA ME

Licitação : Pregão Presencial 4/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de manutenção elétrica, para execução de obra em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra) de instalações e adequações de rede de distribuição de energia elétrica interna do Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, para realização da EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 10/07/2015 Término: 16/09/2015

Assinatura : 10/07/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 123 - 08.001.1009.344905199000000.01080000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 256/2014 -PMC

Contrato Nº : 256/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 27/2014

Objeto : Locação de espaço físico junto ao Centro Comunitário localizado na Rua Severino Magnani, nº 80, Bairro Santa Cruz, neste Município, para o desenvolvimento de atividades pedagógicas com os alunos da Escola Básica Municipal Melvin Jones.

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 30/06/2016

Assinatura : 01/07/2015

Valor R\$: 17.359,92 (Dezessete Mil, Trezentos e Cinquenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 57 - 06.002.2017.333903910000000.01010000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 96/2013 -PMC

Contrato Nº : 96/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ELISEU KOPP E CIA LTDA.

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 1/2013

Objeto : Prestação de serviços de monitoramento eletrônico de veículos, com fornecimento de equipamentos, implantação e manutenção do sistema de fiscalização eletrônica.

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 04/07/2016

Assinatura : 01/07/2015

Valor R\$: 512.425,20 (Quinhentos e Doze Mil, Quatrocentos e Vinte e Cinco Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 117 - 08.001.2031.333903999000000.01100000

Dotação : 118 - 08.001.2031.333903999000000.01110000

Dotação : 119 - 08.001.2031.333903999000000.01120000

Dotação : 193 - 12.001.2043.333903999000000.01100000

Dotação : 194 - 12.001.2043.333903999000000.01110000

Dotação : 353 - 12.001.2043.333903999000000.03100000

Dotação : 354 - 12.001.2043.333903999000000.03110000

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 304/2012 -PMC

Contrato Nº : 304/2012/2012

Aditivo Nº : 5 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 77/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo editorial jornalístico, para prestação de serviço de publicações legais, em jornal de circulação diária com abrangência regional

Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 12/07/2016

Assinatura : 10/07/2015

Valor R\$: 80.975,70 (Oitenta Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903990000000.01000001

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903990000000.01010000

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903990000000.01000001

Dotação : 112 - 08.001.2027.333903990000000.01000001

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903990000000.01000001

Dotação : 146 - 09.002.2605.333903990000000.01000001

Dotação : 153 - 10.001.2036.333903990000000.01000001

Dotação : 174 - 11.001.2040.333903990000000.01000001

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903990000000.01380002

Dotação : 243 - 15.001.2201.333903990000000.01000001

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903990000000.01000001

Dotação : 292 - 17.001.2451.333903990000000.01000001

Dotação : 309 - 18.001.2501.333903990000000.01000001

Dotação : 370 - 13.001.2104.333903990000000.06000000

Dotação : 417 - 09.001.2032.333903990000000.03000001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 304/2014 -PMC

Contrato Nº : 304/2014

Aditivo Nº : 5 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 7/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou

construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica na Estrada de acesso ao Distrito de Presidente Kennedy, Bairro Flamengo, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo ?D? deste Edital.

Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 22/01/2016

Assinatura : 09/07/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 126 - 08.001.1009.344905198000000.01390001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 403 - 08.001.1009.344905198000000.03390001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 396/2014 -PMC

Contrato Nº : 396/2014

Aditivo Nº : 5 TA/2015

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 12/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ nas ruas Irã e Goiás, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 07/07/2015 Término: 02/09/2015

Assinatura : 07/07/2015

Valor Acrescido R\$: 56.223,32 (Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Vinte e Três Reais e Trinta e Dois Centavos)

Valor Suprimido R\$: 129.774,43 129.774,43(cento e vinte e nove mil e setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2015 -PMC

Contrato Nº : 197/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LAJE OESTE LTDA - ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 16/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de edificação destinada a depósito para as Escolas de Samba, localizada no Parque de Exposições Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Município de Concórdia - SC., neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 28/11/2015

Assinatura : 01/07/2015

Valor R\$: 229.349,02 (Duzentos e Vinte e Nove Mil, Trezentos e Quarenta e Nove Reais e Dois Centavos)

Dotação : 403 - 08.001.1009.344905198000000.03390001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2015 -PMC

Contrato Nº : 198/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CRISTIANO NARDI 05490893907

Licitação : Pregão Presencial 11/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação, durante o exercício de 2015, de horas máquinas e transporte de terra e calcário, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 01/07/2015

Valor R\$: 29.500,00 (Vinte e Nove Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903961000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 199/2015 -PMC

Contrato Nº : 199/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MADEIREIRA PRIMAVERA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 74/2015

Objeto : A presente licitação tem por objeto a aquisição de maravalha (seca e úmida) e serragem, para preparar os espaços da feira Agropecuária EXPO AGRO 2015, de 22 à 26 de julho de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 29/09/2015

Assinatura : 01/07/2015

Valor R\$: 18.450,00 (Dezoito Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903099000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2015 -PMC

Contrato Nº : 200/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Licitação : Chamada Pública nº 1/2015

Objeto : aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, de Julho a Dezembro de 2015, todos de acordo com a chamada pública nº 1/2015

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 01/07/2015

Valor R\$: 149.782,30 (Cento e Quarenta e Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta Centavos)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2015 -PMC

Contrato Nº : 201/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL

Licitação : Chamada Pública nº 1/2015

Objeto : aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, de Julho a Dezembro de 2015, todos de acordo com a chamada pública nº 1/2015

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 01/07/2015
Valor R\$: 26.815,91 (Vinte e Seis Mil, Oitocentos e Quinze Reais e Noventa e Um Centavos)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2015 -PMC

Contrato Nº : 202/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL
Licitação : Chamada Pública nº 1/2015
Objeto : aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, de Julho a Dezembro de 2015, todos de acordo com a chamada pública nº 1/2015
Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 31/12/2015
Assinatura : 01/07/2015
Valor R\$: 66.141,24 (Sessenta e Seis Mil, Cento e Quarenta e Um Reais e Vinte e Quatro Centavos)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2015 -PMC

Contrato Nº : 203/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE
Licitação : Chamada Pública nº 1/2015
Objeto : aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, de Julho a Dezembro de 2015, todos de acordo com a chamada pública nº 1/2015
Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 31/12/2015
Assinatura : 01/07/2015
Valor R\$: 19.964,50 (Dezenove Mil, Novecentos e Sessenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2015 -PMC

Contrato Nº : 204/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : PRIME SERVICE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME
Licitação : Pregão Presencial 48/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realizar serviços de limpeza em geral, preparo de refeições, higienização e organização das Unidades Escolares Municipais conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 31/12/2015
Assinatura : 01/07/2015
Valor R\$: 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903401000000.01010000

Dotação : 51 - 06.002.2015.333903401000000.01190000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2015 -PMC

Contrato Nº : 205/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SAN FRANCISCO TRANSPORTES E SONORIZACOES LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 75/2015
Objeto : Contratação para apresentação musical (banda) com estrutura de carreta palco baú, sonorização e iluminação para apresentação no dia 26 de julho de 2015 para a Fenal - Festa Nacional do Leitão Assado do Município e para prestação de serviços de vigilância orgânica com seguranças uniformizados e treinados, para o tradicional evento Aniversário do Município 81 anos "Corte do Bolo e da Mortadela" com Show do Grupo os Fagundes, dia 29 de julho de 2015, e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 06/07/2015 Término: 04/09/2015
Assinatura : 06/07/2015
Valor R\$: 14.000,00 (Quatorze Mil Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2015 -PMC

Contrato Nº : 206/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : PÁTRIA SEGURANÇA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 75/2015
Objeto : Contratação para apresentação musical (banda) com estrutura de carreta palco baú, sonorização e iluminação para apresentação no dia 26 de julho de 2015 para a Fenal - Festa Nacional do Leitão Assado do Município e para prestação de serviços de vigilância orgânica com seguranças uniformizados e treinados, para o tradicional evento Aniversário do Município 81 anos "Corte do Bolo e da Mortadela" com Show do Grupo os Fagundes, dia 29 de julho de 2015, e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 06/07/2015 Término: 04/09/2015
Assinatura : 06/07/2015
Valor R\$: 3.750,00 (Três Mil e Setecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2015 -PMC

Contrato Nº : 208/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 11/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação, durante o exercício de 2015, de horas máquinas e transporte de terra e calcário, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.
Vigência : Início: 06/07/2015 Término: 31/12/2015
Assinatura : 06/07/2015
Valor R\$: 2.662,50 (Dois Mil, Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2015 -PMC

Contrato Nº : 209/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BTM COMÉRCIO DE BRINDES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 73/2015

Objeto : Contratação de empresa para confecção fornecimento de facas e cuias personalizadas para premiação aos expositores da feira agropecuária da Expo Agro 2015, de 22 a 26 de julho de 2015. De acordo com a Lei nº 4.762/2015 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 08/07/2015 Término: 06/09/2015

Assinatura : 08/07/2015

Valor R\$: 6.850,00 (Seis Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903199000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 210/2015 -PMC

Contrato Nº : 210/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA

Licitação : Inexigibilidade 28/2015

Objeto : O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Internamento asilar de longa permanência, para os idosos Terezinha Valer e Antenor Valer, conforme determinação judicial, autos Nº 09001133-92-2015.8.24.0019

Vigência : Início: 08/07/2015 Término: 07/07/2016

Assinatura : 08/07/2015

Valor R\$: 43.200,00 (Quarenta e Três Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2015 -PMC

Contrato Nº : 211/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 79/2015

Objeto : Contratação de empresa para provimento de sinal de internet Wi-Fi, Indoor e Outdoor, incluindo configurações de rede e equipamentos, mão de obra, suporte técnico e link de internet full de 40 Mbps nas dependências do Parque de Exposições, durante o período da Expo Agro 2015, conforme autorizado pela Lei 4.762/2015.

Vigência : Início: 08/07/2015 Término: 06/10/2015

Assinatura : 08/07/2015

Valor R\$: 9.500,00 (Nove Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903997000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2015 -PMC

Contrato Nº : 212/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ATI - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 69/2015

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos, com recursos do FMDD - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos, para atender às necessidades do projeto "Segurança Pública: Polícia Investigativa e de Fiscalização de Jogos e Diversões Públicas" da Polícia Civil (Delegacia Regional de Polícia de Fronteira Concórdia - DRP - Fron de Concórdia) e do projeto "Aparelhamento de Modernização do Núcleo Integrado de Perícias de Fronteira de Concórdia - Setores de Criminalística - Identificação e Medicina Legal" do Instituto

Geral de Perícias - IGP.

Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 12/09/2016

Assinatura : 13/07/2015

Valor R\$: 74.990,00 (Setenta e Quatro Mil e Novecentos e Noventa Reais)

Dotação : 26 - 04.002.2045.333903047000000.01000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903023000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903028000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903047000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903925000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905204000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905235000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905283000000.03000002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2015 -PMC

Contrato Nº : 213/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 69/2015

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos, com recursos do FMDD - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos, para atender às necessidades do projeto "Segurança Pública: Polícia Investigativa e de Fiscalização de Jogos e Diversões Públicas" da Polícia Civil (Delegacia Regional de Polícia de Fronteira Concórdia - DRP - Fron de Concórdia) e do projeto "Aparelhamento de Modernização do Núcleo Integrado de Perícias de Fronteira de Concórdia - Setores de Criminalística - Identificação e Medicina Legal" do Instituto Geral de Perícias - IGP.

Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 12/07/2018

Assinatura : 13/07/2015

Valor R\$: 13.660,00 (Treze Mil e Seiscentos e Sessenta Reais)

Dotação : 26 - 04.002.2045.333903047000000.01000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903023000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903028000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903047000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903925000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905204000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905235000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905283000000.03000002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 214/2015 -PMC

Contrato Nº : 214/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 69/2015

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos, com recursos do FMDD - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos, para atender às necessidades do projeto "Segurança Pública: Polícia Investigativa e de Fiscalização de Jogos e Diversões Públicas" da Polícia Civil (Delegacia Regional de Polícia de Fronteira Concórdia - DRP - Fron de Concórdia) e do projeto "Aparelhamento de Modernização do Núcleo Integrado de Perícias de Fronteira de Concórdia - Setores de Criminalística - Identificação e Medicina Legal" do Instituto Geral de Perícias - IGP.

Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 12/07/2017

Assinatura : 13/07/2015

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 26 - 04.002.2045.333903047000000.01000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903023000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903028000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903047000000.03000002

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903925000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905204000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905235000000.03000002

Dotação : 363 - 04.002.2045.344905283000000.03000002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2015 -PMC

Contrato Nº : 207/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 11/2015eto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação, durante o exercício de 2015, de horas máquinas e transporte de terra e calcário, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 06/07/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 06/07/2015

Valor R\$: 22.500,00 (Vinte e Dois Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 158 - 10.001.2037.333903999000000.01000001

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 23/2014-FMAS

Contrato Nº : 23/2014

Aditivo Nº : 1/2015

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : MEGA ESCOLA DE INFORMATICA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 14/2014

Objeto : Contratação de empresa para ministrar oficinas nas unidades dos CRAS, CREAS e Centros de Convivência, durante o exercício de 2014/2015, visando o desenvolvimento das atividades nos grupos de convivência, em conformidade com a legislação vigente, com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo PAIF, SCFV/ FNAS, PAEFI e próprios e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 27/11/2014 Término: 01/12/2016

Assinatura : 10/04/2015

Valor R\$: 39.999,99 (Quarenta Mil Reais)

Dotação : 256 - 15.001.2202.333903965000000.01350004

Dotação : 257 - 15.001.2202.333903965000000.01350006

Dotação : 267 - 15.001.2203.333903965000000.01350003

Dotação : 255 - 15.001.2202.333903965000000.01000001

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO - PP 45/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 82/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços n.45/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de serviços de hora máquina de trator de esteiras e escavadeira hidráulica.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 31/07/2015.

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 31/07/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 20 de julho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PP 44/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 81/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 44/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de vulcanização em pneus de máquinas e equipamentos da secretaria de agricultura e infraestrutura.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 31/07/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 31/07/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 16 de julho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EXTRATO CONTRATO N. 12/2015 - FMS

RETIFICAÇÃO AO Extrato DO CONTRATO ADM N. 12/2015 FMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 20/2013 FMS

Onde se lê:

Item	Descrição	Usuários	Preço Atual	Preço Reajustado
01	Contabilidade Pública	01	R\$ 249,06	R\$ 258,22
02	Tesouraria	02	R\$ 162,43	R\$ 168,41
03	Compras e Licitações	03	R\$ 167,85	R\$ 174,02

Leia-se:

Item	Descrição	Usuários	Preço Atual	Preço Reajustado
01	Contabilidade Pública	01	R\$ 248,04	R\$ 258,22
02	Tesouraria	02	R\$ 161,77	R\$ 168,41
03	Compras e Licitações	03	R\$ 167,16	R\$ 174,02

Cordilheira Alta, SC, em 17/07/2015.



SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2015 - PP 65/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Processo de Licitação 98/2014

Edital de Pregão Presencial par registro de Preços n. 65/2014

O Município de Cordilheira Alta/SC torna público aos interessados e em especial a Empresa detentora da Ata de Registro de Preços nº 001/2015, que conforme disposto no Art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/1993, e ainda, de acordo com justificativa fundamentada e ratificação da Procuradoria jurídica anexado nos autos do processo administrativo em epígrafe, foi efetuado reequilíbrio econômico financeiro aos itens 02 e 03 do termo, cujo quantitativo registrado passará a ser conforme planilha demonstrativa abaixo.

A vigência deste aditivo será de acordo com a vigência da Ata de Registro de Preços nº 001/2015.

As demais obrigações e cláusulas permanecem inalteradas.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, SC, 20 de julho de 2015.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Acréscimo	Preço Unit.
02	OLEO DIESEL	Lt	Nilo Tozzo & Cia Ltda	1,31%	R\$ 2,94
03	OLEO DIESEL S10	Lt	Nilo Tozzo & Cia Ltda	1,21%	R\$ 3,05

Comissão:

Michele Endler - Pregoeira

Sonia Cristina Della Torres Briancini - Secretária

Cachtiuze Magnanti- Membro

ALCEU MAZZIONI

NILO TOZZO & CIA LTDA

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: Mauro Arlindo Moresco

Nome: Emanuelle Cella Tozzo

LRF 3º BIMESTRE/2015

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PRÉO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.484.484,00	17.484.484,00	3.060.879,59	17,51	9.102.691,41	8.381.792,59
RECEITAS CORRENTES	17.408.734,00	17.408.734,00	3.055.285,06	17,55	9.075.364,61	8.333.369,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.642.210,75	1.642.210,75	227.560,70	13,86	799.158,65	843.052,10
IMPOSTOS	1.203.042,25	1.203.042,25	208.052,31	17,29	684.583,40	518.458,85
TAXAS	433.168,50	433.168,50	19.508,39	4,50	114.575,25	318.593,25
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.000,00	180.000,00	41.577,62	23,10	120.884,08	59.115,92
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	180.000,00	180.000,00	41.577,62	23,10	120.884,08	59.115,92
RECEITA PATRIMONIAL	174.422,25	174.422,25	42.620,24	24,44	111.397,35	63.024,90
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	174.422,25	174.422,25	42.620,24	24,44	111.397,35	63.024,90
RECEITA DE SERVIÇOS	722.000,00	722.000,00	114.998,92	15,93	356.134,65	365.865,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.439.377,00	14.439.377,00	2.570.409,62	17,80	7.552.636,46	6.886.740,54
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.230.636,00	14.230.636,00	2.524.736,54	17,74	7.484.639,62	6.745.996,38
Transf. de Conv.	208.741,00	208.741,00	45.673,08	21,88	67.996,84	140.744,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.724,00	250.724,00	58.117,96	23,18	135.153,42	115.570,58
Multas e Juros de Mora	60.224,00	60.224,00	37.649,10	62,52	83.222,90	-22.998,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	182.000,00	182.000,00	18.712,91	10,28	49.024,44	132.975,56
RECEITAS DIVERSAS	8.000,00	8.000,00	1.755,95	21,95	2.906,08	5.093,92
RECEITAS DE CAPITAL	75.750,00	75.750,00	5.594,53	7,39	27.326,80	48.423,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.450,00	2.450,00	0,00	0,00	0,00	2.450,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.450,00	2.450,00	0,00	0,00	0,00	2.450,00
ALIENAÇÃO DE BENS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	64.000,00	64.000,00	5.594,53	8,74	27.326,80	36.673,20
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.100,00	9.100,00	0,00	0,00	0,00	9.100,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.484.484,00	17.484.484,00	3.060.879,59	17,51	9.102.691,41	8.381.792,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	17.484.484,00	3.060.879,59	17,51	9.102.691,41	52,06	8.381.792,59
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.484.484,00	17.484.484,00	3.060.879,59	17,51	9.102.691,41	52,06	8.381.792,59
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	1.071.325,04	—	—	553.852,60	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.071.325,04	—	—	553.852,60	—	—
	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.484.484,00	18.875.399,04	3.738.005,36	10.498.620,74	8.376.778,30	3.691.716,04	8.583.978,57	10.291.420,47	7.822.122,88
DESPESAS CORRENTES	15.142.023,20	16.007.145,82	2.830.333,49	9.428.658,57	6.578.487,25	3.210.679,60	7.985.096,27	8.022.049,55	7.632.889,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.668.794,90	7.198.793,89	1.179.017,07	3.365.722,10	3.833.071,79	1.185.357,07	3.349.202,10	3.849.591,79	3.245.720,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	110.000,00	10.000,00	-179,43	5.131,94	4.868,06	715,15	5.131,94	4.868,06	5.131,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.363.228,30	8.798.351,93	1.651.495,85	6.057.804,53	2.740.547,40	2.024.607,38	4.630.762,23	4.167.599,70	4.382.036,64
DESPESAS DE CAPITAL	2.262.460,80	2.788.253,22	907.671,87	1.069.962,17	1.718.291,05	481.036,44	598.882,30	2.189.370,92	189.233,66
INVESTIMENTOS	1.882.460,80	2.501.253,22	762.151,22	786.514,22	1.714.739,00	436.590,00	460.953,00	2.040.300,22	51.306,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	287.000,00	145.520,65	283.447,95	3.552,05	44.446,44	137.929,30	149.070,70	137.927,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.484.484,00	18.875.399,04	3.738.005,36	10.498.620,74	8.376.778,30	3.691.716,04	8.583.978,57	10.291.420,47	7.822.122,88

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.484.484,00	18.875.399,04	3.738.005,36	10.498.620,74	8.376.778,30	3.691.716,04	8.583.978,57	10.291.420,47	7.822.122,88
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	518.712,84	—	9.102.691,41
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.484.484,00	18.875.399,04	3.738.005,36	10.498.620,74	—	3.691.716,04	9.102.691,41	—	16.924.814,29

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI	SOLANGE MARIA DERVANSKI LANZARIN	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200,00	0,00	200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	0,00	100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	0,00	100,00
TOTAL	200,00	0,00	200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.306.466,25	1.306.466,25	753.365,35	57,66		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	320.750,00	320.750,00	272.798,11	85,05		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	70.000,00	70.000,00	64.275,55	91,82		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	600.000,00	600.000,00	276.233,42	46,04		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.292,25	212.292,25	71.276,32	33,57		
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	14.324,00	14.324,00	5.981,40	41,76		
Dívida Ativa dos Impostos	77.000,00	77.000,00	2.785,92	3,62		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	12.100,00	12.100,00	60.014,63	495,99		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.003.500,00	14.003.500,00	7.601.248,77	54,28		
Cota-Parte FPM	6.040.000,00	6.040.000,00	3.243.683,99	53,70		
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	358,72	35,87		
Cota-Parte IPVA	550.000,00	550.000,00	271.186,09	49,31		
Cota-Parte ICMS	7.262.000,00	7.262.000,00	4.006.938,66	55,18		
Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	62.525,87	54,37		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.500,00	35.500,00	16.555,44	46,64		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	16.555,44	47,30		
Outras	500,00	500,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.309.966,25	15.309.966,25	8.354.614,12	54,57		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	726.647,00	726.647,00	312.464,61	43,00		
Provenientes da União	726.647,00	726.647,00	312.464,61	43,00		
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	8.969,00	8.969,00	6.801,35	75,83		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	735.616,00	735.616,00	319.265,96	43,40		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.194.350,78	3.639.379,39	2.292.443,19	62,99	1.750.133,30	48,09
Pessoal e Encargos Sociais	1.973.205,08	1.504.598,71	710.309,68	47,21	710.309,68	47,21
Outras Despesas Correntes	1.221.145,70	2.134.780,68	1.582.133,51	74,11	1.039.823,62	48,71

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	194.699,80	164.922,69	24.775,00	15,02	19.350,00	11,73
Investimentos	194.699,80	164.922,69	24.775,00	15,02	19.350,00	11,73
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.389.050,58	3.804.302,08	2.317.218,19	60,91	1.769.483,30	46,51
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	838.072,00	968.323,50	327.143,59	14,12	312.959,93	17,69
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	838.072,00	968.323,50	327.143,59	14,12	312.959,93	17,69
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	838.072,00	968.323,50	327.143,59	14,12	312.959,93	17,69
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.590.978,58	2.835.978,58	1.990.074,60	85,88	1.456.523,37	82,31
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,43
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						203.331,25

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.710.177,58	3.745.396,11	2.282.475,77	98,12	1.737.521,14	97,94
Vigilância Sanitária	54.273,00	94.305,97	43.742,42	1,88	36.462,16	2,06
TOTAL	3.764.450,58	3.839.702,08	2.326.218,19	100,00	1.773.983,30	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI	SOLANGE MARIA DERIVANOSKI LANZARIN	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE II

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		17.484.484,00	
Previsão Atualizada		17.484.484,00	
Receitas Realizadas		9.102.691,41	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		553.852,60	
DESPESAS			
Dotação Inicial		17.484.484,00	
Créditos Adicionais		1.390.915,04	
Dotação Atualizada		18.875.399,04	
Despesas Empenhadas		10.498.620,74	
Despesas Liquidadas		8.583.978,57	
Despesas pagas		7.822.122,88	
Superavit Orçamentário		518.712,84	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.498.620,74	
Despesas Liquidadas		8.583.978,57	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		17.221.591,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-615,058,18
Resultado Primário		0,00	523,049,93
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.116.636,60	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		624.229,51	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.450,00
Despesa de Capital Líquida		598.882,30	2.189.370,92
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.456.523,37	15,00	17,43
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")		DESPESAS EMPENHADAS				SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO		R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/total b)	(c) = (a-b)	%	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/total d)	SALDO (e) = (a-d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.484.484,00	18.875.399,04	3.738.005,36	10.498.620,74	100,00	8.376.778,30	100,00	3.691.716,04	8.583.978,57	100,00	10.291.420,47		
Legislativa	760.189,82	760.189,82	91.252,49	361.450,80	3,44	398.739,02	3,44	107.594,03	312.480,83	3,64	447.708,99		
Ação Legislativa	760.189,82	760.189,82	91.252,49	361.450,80	3,44	398.739,02	3,44	107.594,03	312.480,83	3,64	447.708,99		
Administração	2.517.660,46	2.537.660,46	353.724,76	1.453.345,55	13,84	1.084.314,91	13,84	458.520,71	1.119.932,32	13,05	1.417.728,14		
Administração Geral	2.517.660,46	2.537.660,46	353.724,76	1.453.345,55	13,84	1.084.314,91	13,84	458.520,71	1.119.932,32	13,05	1.417.728,14		
Assistência Social	715.560,00	809.347,17	62.422,62	186.768,05	1,78	622.579,12	1,78	67.541,95	175.240,58	2,04	634.106,59		
Assistência Comunitária	715.560,00	809.347,17	62.422,62	186.768,05	1,78	622.579,12	1,78	67.541,95	175.240,58	2,04	634.106,59		
Saúde	3.764.450,58	3.839.702,08	626.116,71	2.326.218,19	22,16	1.513.483,89	22,16	716.239,43	1.773.983,30	20,67	2.065.718,78		
Atenção Básica	3.710.177,58	3.745.396,11	623.657,12	2.282.475,77	21,74	1.462.920,34	21,74	709.492,78	1.737.521,14	20,24	2.007.874,97		
Vigilância Sanitária	54.273,00	94.305,97	2.459,59	43.742,42	0,42	50.563,55	0,42	6.746,65	36.462,16	0,42	57.843,81		
Educação	3.487.923,14	4.217.097,45	629.248,19	1.886.247,72	17,97	2.330.849,73	17,97	629.809,62	1.758.791,57	20,49	2.458.305,88		
Ensino Fundamental	2.549.353,14	3.086.543,04	509.985,16	1.625.733,88	15,49	1.460.809,16	15,49	523.784,58	1.552.836,12	18,09	1.533.706,92		
Ensino Médio	275.520,00	462.104,41	118.165,78	219.016,59	2,09	243.087,82	2,09	100.442,64	196.333,05	2,29	265.771,36		
Ensino Superior	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00		
Educação Infantil	615.450,00	615.450,00	0,00	0,00	0,00	615.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615.450,00		
Educação de Jovens e Adultos	10.100,00	10.100,00	1.097,25	1.097,25	0,01	9.002,75	0,01	1.097,25	1.097,25	0,01	9.002,75		
Educação Especial	35.000,00	40.400,00	0,00	40.400,00	0,38	0,00	0,38	4.485,15	8.525,15	0,10	31.874,85		
Cultura	152.500,00	152.500,00	656,00	87.841,10	0,84	64.658,90	0,84	1.296,00	87.841,10	1,02	64.658,90		
Diffusão Cultural	152.500,00	152.500,00	656,00	87.841,10	0,84	64.658,90	0,84	1.296,00	87.841,10	1,02	64.658,90		
Direitos da Cidadania	17.000,00	17.000,00	0,00	5.486,00	0,05	11.514,00	0,05	0,00	5.486,00	0,06	11.515,00		
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	17.000,00	17.000,00	0,00	5.486,00	0,05	11.514,00	0,05	0,00	5.486,00	0,06	11.515,00		
Urbanismo	2.889.300,00	3.484.852,17	1.413.292,49	2.597.596,24	24,74	887.255,93	24,74	1.231.499,91	2.105.906,26	24,53	1.378.945,91		
Serviços Urbanos	2.889.300,00	3.484.852,17	1.413.292,49	2.597.596,24	24,74	887.255,93	24,74	1.231.499,91	2.105.906,26	24,53	1.378.945,91		
Habituação	14.200,00	14.200,00	0,00	0,00	0,00	14.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.200,00		
Habituação Rural	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00		
Habituação Urbana	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00		
Agricultura	1.828.900,00	1.833.400,00	258.782,84	744.352,04	7,09	1.089.047,96	7,09	262.541,20	704.699,16	8,21	1.128.700,84		
Promoção da Produção Vegetal	55.000,00	55.000,00	0,00	18.900,00	0,18	36.100,00	0,18	0,00	18.900,00	0,22	36.100,00		
Extensão Rural	1.773.900,00	1.778.400,00	258.782,84	725.452,04	6,91	1.052.947,96	6,91	262.541,20	685.799,16	7,99	1.092.600,84		
Comércio e Serviços	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00		
Administração Geral	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00		
Energia	180.500,00	266.149,89	85.649,89	172.741,89	1,65	93.408,00	1,65	41.919,96	104.301,97	1,22	161.847,92		
Energia Elétrica	180.500,00	266.149,89	85.649,89	172.741,89	1,65	93.408,00	1,65	41.919,96	104.301,97	1,22	161.847,92		
Desporto e Lazer	361.550,00	391.550,00	68.878,55	193.896,07	1,85	197.653,93	1,85	93.368,46	182.004,18	2,12	209.545,82		
Desporto Comunitário	361.550,00	391.550,00	68.878,55	193.896,07	1,85	197.653,93	1,85	93.368,46	182.004,18	2,12	209.545,82		

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Encargos Especiais	17.484.484,00	18.875.399,04	3.738.005,36	10.498.620,74	8.376.778,30	3.691.716,04	8.583.978,57	10.291.420,47
Administração Geral	793.500,00	550.500,00	147.980,82	482.677,08	67.822,91	81.384,77	253.312,30	297.187,70
Refinanciamento da Dívida Interna	16.000,00	16.000,00	2.639,60	7.793,12	8.206,88	2.639,60	7.793,12	8.206,88
Serviço da Dívida Interna	490.000,00	297.000,00	145.341,22	288.579,89	8.420,11	45.161,59	143.061,24	153.938,76
	287.500,00	237.500,00	0,00	186.304,08	51.195,92	33.583,98	102.457,94	135.042,06
TOTAL (III) = (I + II)	17.484.484,00	18.875.399,04	3.738.005,36	10.498.620,74	8.376.778,30	3.691.716,04	8.583.978,57	10.291.420,47

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	TOTAL (Jul. a Jun.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.396.112,09	1.507.890,22	1.551.412,71	1.462.563,72	1.676.353,35	1.950.172,73	1.851.100,49	1.653.797,48	1.784.144,24	1.704.352,51	1.830.178,19	1.716.040,30	20.087.106,03	20.080.775,00
	IRPJ	117.051,16	128.430,27	145.520,44	91.157,94	98.143,72	133.940,25	86.200,12	84.233,50	299.764,21	101.410,12	120.286,81	98.273,89	1.514.341,43	1.642.210,75
	IRPJ	14.504,44	3.389,45	3.046,16	2.817,67	1.649,55	2.200,55	0,00	8.744,47	182.104,69	18.112,10	31.879,54	21.857,51	300.403,98	320.750,00
	IRPJ	13.521,44	13.883,51	13.717,33	14.695,20	13.917,40	37.152,06	203,41	13.295,45	13.057,76	16.053,79	14.385,76	14.270,15	178.124,26	212.992,25
	I.S.S.	70.271,24	74.328,17	88.596,02	64.142,44	64.142,44	68.282,42	53.207,00	34.512,92	42.813,72	44.987,08	55.357,57	45.355,13	702.002,78	600.000,00
	I.T.B.I.	10.850,00	28.100,00	32.425,14	6.625,00	10.300,00	16.942,22	14.236,80	6.570,00	8.940,00	9.779,10	17.875,25	6.971,60	169.516,91	70.000,00
	Outras Receitas Tributárias	7.904,04	8.719,14	7.742,79	7.938,07	9.134,33	8.271,93	18.550,11	21.100,66	42.838,04	12.478,05	9.788,89	8.719,50	164.285,55	438.168,50
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	13.101,03	12.291,67	10.634,38	13.751,53	13.422,68	14.311,99	14.071,15	15.105,59	32.949,27	18.134,45	21.500,09	20.077,53	198.957,36	180.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	16.330,86	13.559,02	13.187,37	14.238,72	12.304,89	15.679,88	12.722,69	15.432,73	21.735,01	18.886,68	20.683,03	21.837,21	186.788,09	174.422,25
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	43.975,20	35.731,74	42.415,03	38.931,56	38.701,55	49.362,79	86.159,60	34.477,11	69.956,08	48.542,94	53.932,86	61.066,26	606.272,52	722.000,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.197.533,00	1.306.453,39	1.328.444,69	1.296.285,75	1.502.942,14	1.727.603,21	1.627.924,75	1.485.991,27	1.347.238,47	1.494.387,52	1.561.116,70	1.500.226,35	17.376.150,24	17.111.418,00
	Cota-Parte do FPM	366.126,63	448.405,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	790.003,07	598.335,67	611.805,61	445.010,52	480.591,82	591.411,98	514.988,39	6.108.462,38	6.040.000,00
	Cota-Parte do ICMS	553.599,04	580.786,23	622.744,81	642.050,77	708.355,26	682.300,85	723.963,42	645.688,18	648.482,56	697.075,80	669.611,32	632.117,38	7.768.777,62	7.282.000,00
	Cota-Parte do IPVA	47.290,77	50.317,21	52.874,41	44.419,76	27.241,99	16.621,34	14.302,87	42.489,50	51.957,77	51.853,71	52.115,68	58.895,96	508.921,57	590.000,00
	Outras Transferências Correntes	105.544,56	101.240,27	131.033,31	101.205,89	135.354,27	96.093,62	133.895,26	45.933,09	64.980,05	105.304,10	105.304,10	149.359,32	1.279.955,04	1.702.688,00
	Transferências de LC 61/1989	9.405,71	9.895,21	9.123,71	9.770,71	11.219,70	11.070,57	15.116,56	8.993,56	8.822,61	9.240,24	10.424,01	9.928,89	122.811,48	115.000,00
	Transferências de LC 87/1966	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	5.187,16	0,00	0,00	0,00	11.035,96	2.789,24	2.789,24	34.710,50	35.000,00
	Transferências do FUNDEB	105.002,71	113.390,58	115.716,50	120.901,49	126.222,06	125.407,57	141.267,21	130.699,04	127.725,54	138.203,87	139.482,13	132.528,38	1.517.824,48	1.405.750,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.120,84	11.384,13	11.010,80	8.198,22	9.838,37	9.942,61	22.076,18	18.557,28	13.401,20	22.990,80	43.658,90	14.459,06	195.016,39	250.724,00
	DEDUÇÕES (II)	196.396,93	218.364,32	216.332,57	214.835,44	248.272,97	251.065,10	270.552,26	261.807,66	230.916,16	250.049,09	263.265,90	243.867,53	2.865.517,03	2.800.000,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	196.396,93	218.364,32	216.332,57	214.835,44	248.272,97	251.065,10	270.552,26	261.807,66	230.916,16	250.049,09	263.265,90	243.867,53	2.865.517,03	2.800.000,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.202.715,16	1.289.485,90	1.335.080,14	1.247.728,28	1.428.080,38	1.699.106,63	1.580.548,23	1.391.989,82	1.553.228,08	1.454.303,42	1.566.912,29	1.472.172,77	17.221.591,00	17.280.775,00
FONTE:															
Cordilheira Alta, 2007/2015															
ALCEU MAZZONI	SILVANA MAGIONI FAVERO														
PREFEITO MUNICIPAL	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO														
	CONTADOR - CPOSC 028463-04														
	SOLANGE MARIA DERVANSKI LANZARIN														

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.203,56	1.313,14	1.313,14
DEDUÇÕES (II)	1.504.134,09	2.733.117,41	2.116.301,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.504.134,09	2.950.773,56	2.878.157,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	217.656,15	761.855,69
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.499.930,53	-2.731.804,27	-2.114.988,71
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.499.930,53	-2.731.804,27	-2.114.988,71

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
VALOR	616.815,56	-615.058,18

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.234.311,75	8.963.967,26	8.214.327,10
Receita Tributária	1.642.210,75	799.158,65	778.361,41
I.P.T.U.	320.750,00	272.798,11	253.596,15
I.S.S.	600.000,00	276.233,42	280.646,21
I.T.B.I.	70.000,00	64.275,55	70.365,88
I.R.R.F.	212.292,25	71.276,32	73.483,14
Outras Receitas Tributárias	439.168,50	114.575,25	100.270,03
Receita de Contribuição	180.000,00	120.884,08	88.845,91
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	180.000,00	120.884,08	88.845,91
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	174.422,25	111.397,35	88.526,09
(-) Aplicações Financeiras	174.422,25	111.397,35	88.526,09
Transferências Correntes	14.439.377,00	7.552.636,46	6.932.433,18
F.P.M.	4.832.000,00	2.594.947,36	2.431.786,51
I.C.M.S.	5.809.600,00	3.205.551,46	2.840.729,94
Convênios	208.741,00	67.996,84	88.812,00
Outras Transferências Correntes	3.589.036,00	1.684.140,80	1.571.104,73
Demais Receitas Correntes	972.724,00	491.288,07	414.686,60
Dívida Ativa	182.000,00	49.024,44	86.409,24
Diversas Receitas Correntes	790.724,00	442.263,63	328.277,36
RECEITAS DE CAPITAL (II)	75.750,00	27.326,80	922.074,51
Operações de Crédito (III)	2.450,00	0,00	136.041,00
Amortização de Empréstimos (IV)	64.000,00	27.326,80	32.888,84
Alienação de Ativos (V)	200,00	0,00	281.900,00
Transferências de Capital	9.100,00	0,00	471.244,67
Convênios	100,00	0,00	341.250,00
Outras Transferências de Capital	9.000,00	0,00	129.994,67
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.100,00	0,00	471.244,67
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.243.411,75	8.963.967,26	8.685.571,77

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.007.145,82	9.428.658,57	8.697.459,35	7.985.096,27	7.286.759,09
Pessoal e Encargos Sociais	7.198.793,89	3.365.722,10	3.208.658,90	3.349.202,10	3.187.075,94
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.000,00	5.131,94	53.216,93	5.131,94	24.313,96
Outras Despesas Correntes	8.798.351,93	6.057.804,53	5.435.583,52	4.630.762,23	4.075.369,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.997.145,82	9.423.526,63	8.644.242,42	7.979.964,33	7.262.445,13
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.788.253,22	1.069.962,17	2.742.150,88	598.882,30	1.023.756,52
Investimentos	2.501.253,22	786.514,22	2.456.314,71	460.953,00	881.984,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	287.000,00	283.447,95	285.836,17	137.929,30	141.771,85
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.501.253,22	786.514,22	2.456.314,71	460.953,00	881.984,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.578.399,04	10.210.040,85	11.100.557,13	8.440.917,33	8.144.429,80

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.334.987,29	-1.246.073,59	-2.414.985,36	523.049,93	541.141,97
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00					
		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos			Liquidados		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2014									
PODER/ÓRGÃO																	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZONI	SOLANGE MARIA DERWANSKI LANZARIN	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 0284630-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.306.466,25	1.306.466,25	753.365,35	57,66
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	390.574,00	390.574,00	332.828,22	85,22
1.1.1- IPTU	320.750,00	320.750,00	272.798,11	85,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.324,00	3.324,00	1.006,86	30,29
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.500,00	8.500,00	59.023,25	694,39
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	70.000,00	70.000,00	64.275,55	91,82
1.2.1- ITBI	70.000,00	70.000,00	64.275,55	91,82
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	633.600,00	633.600,00	284.985,26	44,98
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	278.233,42	46,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	11.000,00	11.000,00	4.974,54	45,22
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	19.000,00	19.000,00	2.785,92	14,66
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.600,00	3.600,00	991,38	27,54
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.292,25	212.292,25	71.276,32	33,57
1.4.1- IRRF	212.292,25	212.292,25	71.276,32	33,57
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.003.000,00	14.003.000,00	7.601.248,77	54,28
2.1- Cota-Parte FPM	6.040.000,00	6.040.000,00	3.243.683,99	53,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.040.000,00	6.040.000,00	3.243.683,99	53,70
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.262.000,00	7.262.000,00	4.006.938,66	55,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	16.555,44	47,30
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	115.000,00	115.000,00	62.525,87	54,37
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	358,72	35,87
2.6- Cota-Parte IPVA	550.000,00	550.000,00	271.186,09	49,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.309.466,25	15.309.466,25	8.354.614,12	54,57
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	253.606,25	253.606,25	166.952,91	65,83
5.1- Transferências do Salário-Educação	163.575,00	163.575,00	108.472,24	66,31
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	38.500,00	38.500,00	16.968,00	43,03
5.4- Transferências Diretas - PNATE	50.300,00	50.300,00	35.330,19	70,24
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.231,25	1.231,25	6.582,48	534,62
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	210.241,00	210.241,00	64.459,32	30,66
6.1- Transferências de Convênios	207.741,00	207.741,00	64.459,32	31,03
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	162.300,00	162.300,00	46.617,21	28,72
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	626.147,25	626.147,25	278.029,44	44,40
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.800.600,00	2.800.600,00	1.520.248,60	54,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.208.000,00	1.208.000,00	648.736,63	53,70
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.452.400,00	1.452.400,00	801.387,20	55,18
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	3.311,07	47,30
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	12.505,24	54,37
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	71,70	35,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	110.000,00	110.000,00	54.236,76	49,31
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.408.200,00	1.408.200,00	814.056,39	57,81
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.406.750,00	1.406.750,00	810.183,17	57,63
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.450,00	2.450,00	3.873,22	158,09
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.394.850,00	-1.394.850,00	-710.065,43	50,91
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.077.800,00	1.077.800,00	624.229,51	57,92	624.229,51	57,92
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.077.800,00	1.077.800,00	624.229,51	57,92	624.229,51	57,92
14- OUTRAS DESPESAS	330.400,00	330.400,00	163.269,10	49,42	163.269,10	49,42
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	330.400,00	330.400,00	163.269,10	49,42	163.269,10	49,42
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.408.200,00	1.408.200,00	787.498,61	55,92	787.498,61	55,92
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						787.498,61
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						76,68
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						20,06
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						3,26
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*		3.827.366,56		3.827.366,56	2.088.653,53	54,57
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.691.735,89	3.120.235,89	1.477.486,43	47,35	1.410.444,39	45,20
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.408.200,00	1.408.200,00	787.498,61	55,92	787.498,61	55,92
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.283.535,89	1.712.035,89	689.987,82	40,30	622.945,78	36,39
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.741.735,89	3.170.235,89	1.477.486,43	46,60	1.410.444,39	44,49
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-710.065,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						3.873,22
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-706.192,21
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.116.636,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						25,33
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	166.075,00	166.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	126.542,25	235.316,56	66.580,14	28,29	60.902,60	25,88
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	292.617,25	401.391,56	66.580,14	16,59	60.902,60	15,17
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.034.353,14	3.571.627,45	1.544.066,57	43,23	1.471.346,99	41,20

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		810.183,17	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.873,22	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		814.056,39	0,00

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.450,00	0,00			2.450,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	2.788.253,22	1.069.962,17	598.882,30	0,00	1.718.291,05
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.788.253,22	1.069.962,17	598.882,30	0,00	1.718.291,05
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.785.803,22	-1.069.962,17	-	-	-1.715.841,05

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RGF 1º SEMESTRE/2015

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.353.128,12	0,00
Pessoal Ativo	7.327.629,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	15.334,88	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	10.163,76	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.353.128,12	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.221.591,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	7.353.128,12	42,70
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.332.954,60	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.816.306,87	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.299.659,14	54,00
FONTE:		

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4.203,56	1.313,14	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.203,56	1.313,14	0,00
Interna	4.203,56	1.313,14	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.504.134,09	2.116.301,85	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.504.134,09	2.878.157,54	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	761.855,69	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.499.930,53	-2.114.988,71	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.505.079,58	17.221.591,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,03%	0,01%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-9,09%	-12,28%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.806.095,50	20.665.909,20	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	17.825.485,95	18.599.318,28	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	4.203,56	1.313,14	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	4.203,56	1.313,14	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	93.464,97	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.914.642,17	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	16.505.079,58	17.221.591,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.631.117,51	3.788.750,02	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.268.005,76	3.409.875,02	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	1.703,56	1.703,56
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.703,56	1.703,56
Interna	1.703,56	1.703,56
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	1.703,56	1.703,56
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.221.591,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.703,56	0,01
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.755.454,56	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.479.909,10	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.205.511,37	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.703,56	0,01

FONTE:

Cordilheira Alta, 20/07/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	(b)	(c)						(d)
40% FUNDEB - APLICAÇÃO MANUTENÇÃO 60% FUNDEB - APLICAÇÃO NO MAGISTÉRIO Ações e Serviços Públicos de Saúde Ações Est. Vig.Sanitária - Transf. de Rec. do SUS ACS - ATENÇÃO BÁSICA ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS - OUTROS PROGRAMAS ALIENAÇÃO DE BENS - Superavit ALIENAÇÕES DE BENS - EDUCAÇÃO ALIENAÇÕES DE BENS - SAÚDE Alimentação Escolar API - APOIO A PESSOA IDOSA ASSISTÊNCIA FARMAC. BÁSICA - ESTADO ASSISTÊNCIA FARMAC. BÁSICA - ESTADO Assistência Farmacêutica Básica ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - ESTADO ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA - UNIÃO Atenção Básica Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar BOLSA FAMÍLIA CIDE - CONTRIB. DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO Contribuição da CIDE Contribuição da COSIP CONVÊNIO DE TRANSITO PREFEITURA CONVENIO POLIC MILITAR Convênio Secretaria do Desenvolvimento Regional	19.707,07	0,00	0,00	0,00	0,00	19.707,07	0,00	0,00		
	46.128,12	0,00	22.680,46	0,00	39.310,60	(15.862,94)	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	5.478,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.478,48	0,00	0,00		
	674,00	0,00	0,00	0,00	1.769,27	(1.095,27)	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	9.055,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.055,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00	0,00	0,00								

Continua 1/10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/10

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)							
CONVÊNIO TRANSITO CIVIL	1.418,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.418,41	0,00	0,00
CONVÊNIO TRANSITO MILITAR	1.359,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.359,42	0,00	0,00
Convênio União - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONVENIOS PARA SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COSIP - CONTRIBUIP/ CUSTEIO DOS SERV. DE ILUMINAÇÃO	35.983,40	0,00	0,00	0,00	0,00	35.983,40	0,00	0,00
ESF - ATENÇÃO BÁSICA	3.752,28	0,00	0,00	0,00	3.695,64	56,64	0,00	0,00
Est. Tec. Vig. Saúde - Trans. Rec. SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTADO - ATENÇÃO BÁSICA CO-FINANCIAMENTO	12.191,49	0,00	0,00	0,00	0,00	12.191,49	0,00	0,00
EXCESSO DE ARRECAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXCESSO DE ARRECAÇÃO - OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXCESSO DE ARRECAÇÃO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXCESSO ARRECAÇÃO CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEP - FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	33.005,74	0,00	0,00	0,00	0,00	33.005,74	0,00	0,00
FIA DE MAIS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IGD PBF - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	3.882,36	0,00	0,00	0,00	0,00	3.882,36	0,00	0,00
IGD SUAS - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	5.614,49	0,00	0,00	0,00	0,00	5.614,49	2.300,00	0,00
Inc. Qualif. Dengue Vig. Saúde - Transf. Rec. SUS	36,10	0,00	0,00	0,00	0,00	36,10	0,00	0,00
INCENTIVOS PONTUAIS PARA AÇÕES DE SERVIÇO EM VIG I	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00
Infra - Estrutura em Transporte - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra - Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção e Desenv. Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NASF - ATENÇÃO BÁSICA	15.437,04	0,00	2.078,10	0,00	3.593,25	9.765,69	2.616,40	0,00
NASF ESTADO - ATENÇÃO BÁSICA	25.079,44	0,00	0,00	0,00	0,00	25.079,44	0,00	0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA - EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/10

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA - SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Interna - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf. Convênios com a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS TRANSF. DECORR. DA COMPENSAÇÃO FINANC. PE	14.885,50	0,00	0,00	0,00	0,00	14.885,50	0,00	0,00	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS	2.406,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.406,92	0,00	0,00	
Outras Transferências do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NAC. DA SAÚDE	45,48	0,00	0,00	0,00	0,00	45,48	0,00	0,00	
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NAC. DE DESENV. DA EDU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA	455,54	0,00	1.601,76	0,00	1.601,76	(2.747,99)	9.671,39	0,00	
PAC - PROGRAMA DE ATENÇÃO A CRIANÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PAIF - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	6.713,98	0,00	1.048,50	0,00	1.048,50	4.616,98	0,00	0,00	
PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PEJA - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PISO BÁSICO VARIÁVEL - TRANSF RECURSOS FNAS	74,70	0,00	0,00	0,00	0,00	74,70	0,00	0,00	
Piso Estrat. Ger.R. Vig.San Transf. de Rec do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Piso Fix. Vig. e Promo. Saúde - Transf. SUS	6.745,14	0,00	0,00	0,00	0,00	6.745,14	173,71	0,00	
PMAQ (RAB-PMAQ-SM) - ATENÇÃO BÁSICA	452,21	0,00	0,00	0,00	0,00	452,21	0,00	0,00	
PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	274,91	0,00	5.682,50	0,00	5.682,50	(11.090,09)	0,00	0,00	
PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE	8.785,65	0,00	0,00	0,00	0,00	8.785,65	0,00	0,00	
PPD - PROGRAMA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 3/10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/10
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
			(b)	(c)					
	(a)						(f) = (a - (b + c + d + e))		
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES VIG SAÚDE - P1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - S1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROGRAMA SENTINELA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PSE - ATENÇÃO BÁSICA	125,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,52	0,00	0,00
RECURSO OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA - OUTROS PR	8,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,47	0,00	0,00
RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos p/ MDFE - Mínimo de 25% - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos para Educação - 25%	0,00	0,00	25.309,86	0,00	0,00	0,00	(25.309,86)	67.042,04	0,00
Recursos de Impostos para Educação - 25%	142.924,22	0,00	0,00	0,00	0,00	30.339,80	112.584,42	0,00	0,00
Recursos de Impostos para Saúde - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos para Saúde - 15%	187.806,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.806,85	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUICOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Profissionais do Magistério - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ROYALTIES DE PETRÓLEO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALÁRIO EDUCAÇÃO	114.592,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.592,03	0,00	0,00
SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/10

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
SUPERÁVIT FINANCEIRO - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVENIO OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVENIO SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO - COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVENIO SDR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT IGB PBF	10.100,89	0,00	0,00	0,00	0,00	10.100,89	0,00	0,00
SUPERÁVIT INSC QUALIF DENGUE VIG SAUDE	1.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.235,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT NASF ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT NASF ESTADO ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT OPERAÇÃO DE CREDITO INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	55.625,11	0,00	0,00	0,00	0,00	55.625,11	0,00	0,00
SUPERÁVIT OUTRAS TRANS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	36.257,50	0,00	0,00	0,00	0,00	36.257,50	0,00	0,00
SUPERÁVIT OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT PAB FIXO AT	1.831,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.831,45	0,00	0,00
SUPERÁVIT PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT PAIF	13.349,72	0,00	0,00	0,00	0,00	13.349,72	0,00	0,00
SUPERÁVIT PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 6/10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/10

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
			(b)	(c)					
	(a)						(f) = (a - (b + c + d + e))		
SUPERÁVIT PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT PISO BÁSICO VARIÁVEL	360,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,38	121,37	0,00
SUPERÁVIT PISO ESTRAT VIGIL	23.516,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.516,81	0,00	0,00
SUPERÁVIT PISO FIXO VIG.E PROM SAUDE	(12.140,92)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.140,92)	0,00	0,00
SUPERÁVIT PMAQ (RAB-PMAQ-SM) ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT PNAE	70,81	0,00	48,00	0,00	48,00	0,00	(25,19)	0,00	0,00
SUPERÁVIT PNATE	652,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	652,52	0,00	0,00
SUPERÁVIT PPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT PRECATÓRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT PROG DE QUALIF DAS AÇÕES VIG SAUDE	2.933,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.933,90	0,00	0,00
SUPERÁVIT PROGRAMA SENTINELA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT PSE ATENÇÃO BÁSICA	3.247,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.247,34	0,00	0,00
SUPERÁVIT RECURSO OPERAÇÃO DE CREDITO	219,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219,32	0,00	0,00
SUPERÁVIT ROYALTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT SALÁRIO EDUCAÇÃO	96.455,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.455,29	0,00	0,00
SUPERÁVIT SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT SAUDE BUCAL ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT SUS MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	27.153,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.153,25	0,00	0,00
SUPERÁVIT TRANSF. CONV UNIAO OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT TRANSF. DE CONV. UNIAO ASSIST. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT TRANSFERENCIA CONVENIO EDUCACÃO	84,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,41	0,00	0,00
SUPERÁVIT TRANSFERENCIA CONVENIO OUTROS	128,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128,14	0,00	0,00
SUPERÁVIT TRANSFERENCIA CONVENIO SAUDE	1.705,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.705,99	0,00	0,00
SUPERÁVIT TRANSFERENCIA DE CONVÊNIO UNIAO EDUCA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT TRANSFERENCIA DE CONVENIOS	21.473,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.473,20	1.649,35	0,00
SUPERÁVIT TRANSFERENCIA DE CONVÊNIO ESTADO SAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 7/10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 8/10
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
SUS MAC - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, E HOSPEDALIZADO	30.107,98	0,00	0,00	0,00	0,00	30.107,98	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS TESOUREIRO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS TESOUREIRO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS TESOUREIRO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS TESOUREIRO - RECURSOS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS TESOUREIRO - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO EDUCAÇÃO	21.506,58	0,00	0,00	0,00	0,00	21.506,58	15.870,14	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO OUTROS	23.544,06	0,00	23.490,00	0,00	23.490,00	(23.435,94)	245.850,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO SAÚDE	66,04	0,00	0,00	0,00	0,00	66,04	0,00	0,00
Transferência Convênios da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO UNIAO ASSIST. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO UNIAO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO ASSISTÊNCIA SOCIAL	803,70	0,00	0,00	0,00	0,00	803,70	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO ESTADO SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DO CONVÊNIO UNIAO/OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB - 60% - Supera	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	1.523.583,16	0,00	85.803,71	0,00	115.594,90	1.322.184,55	415.456,48	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 8/10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a'))										Continuação 9/10	R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)							
										(b)	(d)
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONVENIO POLIC CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Melhoria do Trânsito - Polícia Civil e Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Impostos p/ ASPS - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Impostos p/ MIDFE - Mínimo de 25 %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Impostos para Educação - 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Impostos para Saúde - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Impostos para Saúde - 15%	22.605,83	0,00	0,00	66.986,39	0,00	0,00	(66.986,39)	538.051,23	0,00		
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(58.056,19)	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	609.065,59	0,00	0,00	(609.065,59)	961.134,46	0,00		
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINÁRIOS	656.101,89	0,00	0,00	0,00	0,00	659.063,74	(2.961,85)	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁTV FINANCEIRO 15% SAÚDE	7.120,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.120,61	0,00	0,00		
SUPERÁVIT FINANCEIRO - ORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERAVIT FINANCEIRO - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERAVIT FINANCEIRO - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT FINANCEIRO ORDINÁRIO	668.746,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668.746,05	0,00	0,00		
SUPERÁVIT Recursos de Impostos para Educação - 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 9/10
R\$ 1,00

Continua 9/10

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 10/10

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)	(c)	(d)	Demais Obrigações Financeiras	(f) = (a - (b + c + d + e))	
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.354.574,38	0,00	676.051,98	0,00	739.725,76	(61.203,36)	1.499.185,69	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.878.157,54	0,00	761.855,69	0,00	855.320,66	1.260.981,19	1.914.642,17	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		17.221.591,00	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		7.353.128,12	42,70
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		10.332.954,60	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		9.816.306,87	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		3.788.750,02	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		1.703,56	0,01
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.755.454,56	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.205.511,37	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		1.914.642,17	1.260.981,19

FONTE:

Coronel Freitas

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 35/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

Objeto: Para a possível AQUISIÇÃO DE TONNER, CARTUCHO E PAPEL A4

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal MAURI JOSE ZUCCO, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no edital do Processo Licitatório nº. 73/2015, Edital de Pregão presencial nº 35/2015, passando o edital a vigorar com a seguinte redação:

1- DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência do desastre que resultou em danos e prejuízos para o município de coronel Freitas sendo caracterizado situação de calamidade publica conforme decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, fica alterada a data para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de recebimento e, abertura dar-se-á até as 14h30min do dia 03 de agosto de 2015, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro – Coronel Freitas - SC

2 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital do Pregão Presencial nº 35/2015

Coronel Freitas-SC, 20 de julho de 2015
Mauri J. Zucco
Prefeito Municipal

ATA DE CANCELAMENTO DA CONCORRÊNCIA Nº 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2015
CONCORRÊNCIA Nº 06/2015

Ata de CANCELAMENTO referente ao Processo Licitatório nº 60/2015, Edital de CONCORRÊNCIA nº 06/2015, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA POR EMPREITADA GLOBAL NUM TOTAL DE 21.252,35 M², SENDO 19.154,35 M² SOBRE CALÇAMENTO COM PEDRAS IRREGULARES E 2.098,00M² SOBRE LEITO NATURAL. Aos vinte dias do mês de Julho de dois mil e quinze, às 08:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, reuniu-se a comissão de licitações para efetuar o cancelamento do processo licitatório acima citado. Em consequência do desastre que resultou em danos e prejuízos para o município de coronel Freitas sendo caracterizado situação de calamidade publica conforme decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, Este cancelamento se faz necessário devido que a maioria das ruas que seriam asfaltadas estão interditadas pela forte enxurrada. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata a qual será publicada no site da prefeitura

e no Diário Oficial dos Municípios.

MARCELO J. RITTER
PRESIDENTE DA COMISSÃO

CASSIANE F. CARVALHO
MEMBRO

PAULO C. STRADA
MEMBRO

FLAVIA ROLIM DE MOURA
MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

ATA DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2015
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 33/2015

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2015, PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 33/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos vinte dias do mês de julho de Dois Mil e Quinze, as 09h00min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista Que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre em conformidade a Lei de Licitações nº 8.666 não é possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 20 de Julho de 2015

FLAVIA ROLIM DE MOURA
PREGOEIRA

CASIANE F. CARVALHO
MEMBRO

PAULO C. STRADA
MEMBRO

JUCILAINE BORTOLOSSO
MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 37/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CLIMATIZADORES, MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 27/07/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 27/07/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

OBS: ESTA PUBLICAÇÃO FICA CANCELADA CONSIDERANDO O DECRETO Nº 7.204 DE 14 DE JULHO DE 2015.

Coronel Freitas (SC), 20 de julho de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 23/2015

Contratado: CHAPECO INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA

Valor total: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE DUAS CAIXAS DE AGUA DE 20.000.00 MIL LITROS COM OBJETIVO EM ABASTECER CAMINHÕES PIPAS E DO CORPO DE BOMBEIROS. FOI NECESSARIO AQUISIÇÃO DESTAS CAIXAS PARA AGILIZAR O ABASTECIMENTO DOS CAMINHÕES, E OFECER AGUA POTAVEL AS FAMILIAS AFETADAS PELAS ENXURRADAS. CONFORME DECRETO Nº 7.204 DE 14 DE JULHO DE 2015. Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 20 De Julho de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 61/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2015

Contratado: INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE TESTE SELETIVO

Valor: R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais).

Vigência: 31/12/2015

PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 62 A 64

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2015

Contratado: CLAUDIO BONISSONI

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Valor: R\$ 7.912,00 (Sete mil novecentos e doze reais)

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2015

Contratado: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES - COOPERAFLÉ

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Valor: R\$ R\$ 29.205,00 (Vinte e nove mil duzentos e cinco reais)

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2015

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE QUILOMBO - COPERAQUI

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Valor: R\$ 23.955,00 (vinte e três mil novecentos e cinquenta e cinco reais)

Vigência: 31/12/2015

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 48/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 48/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2015

Contratado: Construtora Guilherme Arthur Ltda ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 17/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 21/09/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 21/09/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 140 DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 140 DE 14 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.805,44 (dois mil oitocentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos) na seguinte Programação de despesa:

07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
04.122.0021.2.056 – Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	50	01.0000	2.805,44

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 2.805,44 (dois mil oitocentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos) da seguinte Programação de despesas:

07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
04.122.0021.2.056 – Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	49	01.0000	1.805,44

07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
04.122.0021.2.056 – Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	51	01.0000	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 14 de julho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 EXTRATO DE EDITAL Nº 001/2015 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**CONCURSO**

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 EXTRATO DE EDITAL Nº 001/2015 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA. Torna Público que realizará CONCURSO PÚBLICO sob-regime Estatutário, para os cargos de Agente Comunitário de Saúde, Coordenador do CRAS, Fiscal de Tributos, Nutricionista, Professor do CRAS e Técnico em Farmácia. INSCRIÇÕES de 22/07/2015 a 20/08/2015, pelo site www.objetivas.com.br . O Edital na íntegra poderá ser consultado no Pannel de Publicações do Município e nos sites www.objetivas.com.br e www.coronelmartins.sc.gov.br , a partir de 22/07/2015. Coronel Martins/SC, em 21 de julho de 2015. Dirceu Favretto - Prefeito Municipal.

PROCESSO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 EXTRATO DE EDITAL Nº 001/2015 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA. Torna Público que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as funções temporárias de Auxiliar de Serviços Gerais, Monitor de Canto/Coral, Monitor de Artes Marciais, Monitor de Violão, Operador de Máquinas, Professor Área I - Educação Infantil, Professor Área II - Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor Área III - Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental, nas seguintes disciplinas: Artes, Ciências, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Inglês, Matemática e Português, Professor Área IV – Informática, Professor Área V - Educação Especial e Técnico em Enfermagem. INSCRIÇÕES de 22/07/2015 a 20/08/2015, pelo site www.objetivas.com.br . O Edital na íntegra poderá ser consultado no Pannel de Publicações do Município e nos sites www.objetivas.com.br e www.coronelmartins.sc.gov.br , a partir de 22/07/2015. Coronel Martins/SC, em 21 de julho de 2015. Dirceu Favretto - Prefeito Municipal.

Correia Pinto

PREFEITURA

II RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 22/2015 PMCP

II RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 22/2015
PREFEITURA

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório do Pregão Presencial - Processo n.º 22/2015 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, conforme segue: alteração no item 7 – Da Proposta de Preços, no Anexo III do edital, e alteração no Anexo I do edital – Lotes , referente ao lote 53, onde alguns itens de pinheiro serão desvinculados do lote e serão remanejados para um novo lote, com descrição complementar. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 06.08.2015 às 10:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto, 20 de julho de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 177/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 177/2015

Contratado: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME

CNPJ: 07540755000128

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 303/2014

Número do Processo: 303/2014

Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 177/2015

Fundamento Legal:

Objeto:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO CERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO FORD CARGO DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 31/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 31/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Julho de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 31/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 09:00 horas do dia 31/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Julho de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 147/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 147/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CARGA E EXTINTORES PARA USO NOS VEÍCULOS E DEPENDÊNCIAS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 31/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 31/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Julho de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 10/2015

Contratado: ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA
CNPJ: 09158348000186
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 5/2015
Número do Processo: 5/2015

Não
Número do Contrato ou Aditivo: 10/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA USO NA PRAÇA CENTENÁRIO DURANTE AS COMEMORAÇÕES ALUSIVAS AO ANIVERSÁRIO DE 146 ANOS NO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, QUE ACONTECERÁ NO DIA 11/06/2015, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 40/2015

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 05919156000194
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 266/2014
Número do Processo: 266/2014
Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 40/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 41/2015

Contratado: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 07814016000187
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 266/2014
Número do Processo: 266/2014
Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 41/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 42/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 42/2015

Contratado: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA
CNPJ: 83054924000106
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 266/2014
Número do Processo: 266/2014
Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 42/2015
Fundamento Legal:
Objeto:
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 43/2015

Contratado: SC CÓPIAS LTDA
CNPJ: 03367127000212
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 5/2014
Número do Processo: 5/2014
Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 43/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 165/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 165/2015

Contratado: PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 11810172000147
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 34/2014
Número do Processo: 34/2014
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 165/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA QUADRA DO NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY E DO NÚCLEO MUNICIPAL DE CAMPO ARISTILIANO ALVES DOS SANTOS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 166/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 166/2015

Contratado: SC CÓPIAS LTDA
CNPJ: 03367127000212
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 152/2014
Número do Processo: 152/2014
Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 166/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 167/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 167/2015

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61198164000160
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 45/2014
Número do Processo: 45/2014
Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 167/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, FIA, SEGURO DO EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SEGURO AOS ESTAGIÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NO PERÍODO DE UM ANO COM FRANQUIA NORMAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 168/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 168/2015

Contratado: SC CÓPIAS LTDA
CNPJ: 03367127000212
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 9/2015
Número do Processo: 9/2015
Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 168/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCADERNAÇÃO GRANDE ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL COMPATÍVEL, CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA, PARA USO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 169/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 169/2015
Contratado: L B - COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME
CNPJ: 04492725000103
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 30/2015
Número do Processo: 30/2015
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 169/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 170/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 170/2015

Contratado: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17476071000168
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 65/2014

Número do Processo: 65/2014
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 170/2015
Fundamento Legal:
Objeto:
ADITIVO DE PRAZO PELO PERÍODO DE 19/06/2015 A 19/08/2015, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE DE ENSINO NÚCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 171/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 171/2015

Contratado:
COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17476071000168
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 65/2014
Número do Processo: 65/2014
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 171/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$ 35.861,51, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE DE ENSINO NÚCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 172/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 172/2015
Contratado: VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS
CNPJ: 10616945000196
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 36/2015
Número do Processo: 36/2015
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 172/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE INSCRIÇÕES DESTINADAS À FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 173/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 173/2015

Contratado:
COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17476071000168
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 65/2014
Número do Processo: 65/2014
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 173/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
ADITIVO DE MAIS R\$ 217.087,33, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE DE ENSINO NÚCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 174/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 174/2015

Contratado: L B - COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME
CNPJ: 04492725000103
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 28/2015
Número do Processo: 28/2015
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 174/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE CERCAS PARA O FECHAMENTO DA ACADEMIA LOCALIZADA EM ANEXO AO NÚCLEO MUNICIPAL ALÍRIO LUIZ DE ALMEIDA NO BAIRRO SÃO JOSÉ, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 175/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 175/2015

Contratado: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17476071000168
Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 39/2014
Número do Processo: 39/2014
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 175/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GETÚLIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 176/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 176/2015

Contratado: REUNIDAS TURISMO S/A
CNPJ: 04176082000180
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 284/2014
Número do Processo: 284/2014
Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 176/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIO DO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO SERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 178/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 178/2015

Contratado: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
CNPJ: 03268180000185
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 268/2014
Número do Processo: 268/2014
Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 178/2015
Fundamento Legal:

Objeto:
AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 39/2015

EXTRATO DO CONTRATO n° 39/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Construções Vitória Ltda - ME

OBJETO: Contratação de empresa para implantação de passeios públicos no condomínio Novo Lar na localidade de Morro do Soares no município de Ermo, com 895,26m².

VIGÊNCIA: 17/07/2015 á 17/11/2015.

VALOR TOTAL: R\$72.157,77 (setenta e dois mil, cento e cinqüenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Data da assinatura: 17/07/2015

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

RGF 10 SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.048.797,85	0,00
Pessoal Ativo	15.010.947,79	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	37.850,06	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.820,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	10.820,58	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	15.037.977,27	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	30.620.314,95	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	15.037.977,27	49,11
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	18.372.188,97	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	17.453.579,52	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.534.970,07	54,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 20/07/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	713.023,82	425.428,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	713.023,82	425.428,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.242.461,73	1.807.058,31	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.242.461,73	3.061.821,06	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.254.762,75	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.529.437,91	-1.381.630,31	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	29.875.161,34	30.620.314,95	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,39%	1,39%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-5,12%	-4,51%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	35.850.193,61	36.744.377,94	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	32.265.174,25	33.069.940,15	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	214.042,38	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.674.815,61	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Faxinal dos Guedes, 20/07/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	29.875.161,34	30.620.314,95	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	6.572.535,49	6.736.469,29	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.915.281,95	6.062.822,36	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 20/07/2015

 EDEGAR GIORDANI
 PREFEITO MUNICIPAL

 FLARI RAFAEL TRICHES
 CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

 JONAS MANOEL SIRINO
 COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	30.620.314,95	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.899.250,39	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.409.325,35	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.143.422,05	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 20/07/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
						(b)				(c)
	(a)									
Alienações de Bens destinados a Outros Programas Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde Apoio a Pessoa Idosa - API Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS Assistência Farmacêutica Básica Assistência Farmacêutica Estratégica Atenção Básica Atenção Básica - Tesouro-Ex.Ant. Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Bolsa Família Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE - Tes Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPP Convênio de Trânsito - Prefeitura Convênio Trânsito - Civil Convênio Trânsito - Militar Convênio Trânsito - Prefeitura Fundo Especial do Petróleo Gestão do SUS Operações de Crédito Externas - Outros Programas Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica Operações de Crédito Internas - Outros Programas Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde Outras Especificações	372,11	0,00	0,00	0,00	0,00	372,11	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	85,18	0,00	0,00	0,00	0,00	85,18	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	(9.256,04)	0,00	5.671,27	0,00	5.671,27	(20.598,58)	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	(5.839,14)	0,00	20.853,74	0,00	20.853,74	(47.546,62)	62.222,51	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	104.750,91	0,00	24.633,16	0,00	24.648,40	55.469,35	161.153,53	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	267,30	0,00	0,00	0,00	0,00	267,30	1.998,60	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	(5.061,57)	0,00	1.750,00	0,00	1.750,00	(8.561,57)	135.758,59	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	36.795,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.795,00	0,00	0,00	0,00	
	649,99	0,00	0,00	0,00	0,00	649,99	398,00	0,00	0,00	
	9.640,03	0,00	0,00	0,00	0,00	9.640,03	0,00	0,00	0,00	
	42.362,88	0,00	0,00	0,00	0,00	42.362,88	0,00	0,00	0,00	
	(91,16)	0,00	0,00	0,00	0,00	(91,16)	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continua 1/8

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 2/8	R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)						
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência	(10.128,41)	0,00	10.969,45	0,00	10.969,45	(32.067,31)	41.712,86	0,00	0,00		
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	(15.987,95)	0,00	5.057,04	0,00	5.057,04	(26.102,03)	25.738,04	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	(28.947,57)	0,00	0,00	0,00	0,00	(28.947,57)	0,00	0,00	0,00		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Programa Sentinela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	(798.816,36)	0,00	89.138,09	0,00	146.007,74	(1.033.962,19)	974.441,91	0,00	0,00		
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	364.260,24	0,00	178.597,17	0,00	178.597,17	7.065,90	191.701,87	0,00	0,00		
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EXI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continuação 2/8

R\$ 1,00

Continua 2/8

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CRÉDITOS INTERNOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação		(95.813,62)	0,00	0,00	0,00	0,00	(95.813,62)	0,00	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento		230,16	0,00	0,00	0,00	0,00	230,16	0,00	0,00
SUPERÁVIT ALIENAÇÃO DE BENS		8.762,69	0,00	0,00	0,00	0,00	8.762,69	0,00	0,00
SUPERÁVIT CONVÊNIO EDUCAÇÃO		256.418,53	0,00	0,00	0,00	0,00	256.418,53	0,00	0,00
SUPERÁVIT CONVÊNIO OUTROS		115.990,05	0,00	0,00	0,00	0,00	115.990,05	0,00	0,00
SUPERÁVIT COSIP		5.745,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.745,31	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		122.425,37	0,00	0,00	0,00	0,00	122.425,37	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ALIENACAO BENS SAUDE		2.203,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.203,63	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ALIENAÇÃO DE BENS		864,35	0,00	0,00	0,00	0,00	864,35	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA		280,65	0,00	0,00	0,00	0,00	280,65	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		9.759,20	0,00	0,00	0,00	0,00	9.759,20	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO BOLSA FAMÍLIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO TRANSÍTO - CIVIL		38.216,21	0,00	0,00	0,00	0,00	38.216,21	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO TRANSÍTO - MILITAR		38.743,51	0,00	0,00	0,00	0,00	38.743,51	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO TRANSÍTO - PREFEITURA		24.661,71	0,00	0,00	0,00	0,00	24.661,71	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO GESTÃO DO SUS		15.261,94	0,00	0,00	0,00	0,00	15.261,94	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS		128.472,18	0,00	0,00	0,00	0,00	128.472,18	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO CÂNCER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO PROGRAMA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRIBUTAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO SALÁRIO EDUCAÇÃO		468.292,24	0,00	0,00	0,00	0,00	468.292,24	0,00	0,00

Continuação 3/8
R\$ 1,00

Continua 3/8

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 4/8	R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))					
SUPERÁVIT FINANCEIRO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	61.982,33	0,00	0,00	0,00	0,00	61.982,33	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT PNAE	20.361,31	0,00	0,00	0,00	0,00	20.361,31	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT PNATE	47.509,47	0,00	0,00	0,00	0,00	47.509,47	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT RECURSOS EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT RECURSOS SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT TRANSF. DE CONVENIOS SAÚDE/ESTADO	524,30	0,00	0,00	0,00	0,00	524,30	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT Transferência Convênios - Estado/Outros	102.305,96	0,00	0,00	0,00	0,00	102.305,96	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - EDUCAÇÃO	93.740,53	0,00	0,00	0,00	0,00	93.740,53	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT Transferência SUS/Estado	23.120,51	0,00	0,00	0,00	0,00	23.120,51	0,00	0,00	0,00		
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - RECURSOS DE CONVENC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - RECURSOS ORDIN.VINCUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferência Convênios - Educação/Estado	(40.268,38)	0,00	0,00	0,00	0,00	(40.268,38)	0,00	0,00	0,00		
Transferência Convênios - Estado/Outros	(1.196.503,07)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.196.503,07)	0,00	0,00	0,00		
Transferência Convênios - SUAS/Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferência SUS/Estado	29.827,43	0,00	0,00	0,00	0,00	29.827,43	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios - Educação	9.911,16	0,00	0,00	0,00	0,00	9.911,16	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios - Estado/Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios - Outros	1.306.972,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.306.972,29	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios - Outros - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências do FUNDEB - 40%	(42.391,71)	0,00	8.132,72	0,00	0,00	(63.687,24)	13.162,81	82.332,11	0,00		
Transferências do FUNDEB - 60%	(18.565,90)	0,00	67.582,57	0,00	0,00	(219.480,64)	133.332,17	0,00	0,00		
Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/f	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Vigilância em Saúde	21.983,93	0,00	2.244,00	0,00	0,00	17.495,93	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.246.079,71	0,00	414.629,21	0,00	542.293,79	289.156,71	1.677.458,02	0,00	0,00		

Continua 4/8

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 5/8

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(e)						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Estratégica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE - Tes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Transfêro - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Transfêro - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Transfêro - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 5/8

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 6/8

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ed	481.346,39	0,00	518.500,00	0,00	518.500,00	(555.653,61)	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos decorrentes de Fusão, Cisão ou Incorporação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Sentinela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	894.797,54	0,00	321.633,54	0,00	408.011,34	165.152,66	1.997.357,59	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 6/8

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/8

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
SUPERÁVIT CIDE	3.301,93	0,00	0,00	0,00	0,00	3.301,93	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO PROGRAMA PESSOA PORTADORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO RECURSOS ORDINARIOS	7,80	0,00	0,00	0,00	0,00	7,80	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	17.881,28	0,00	0,00	0,00	0,00	17.881,28	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT RECURSOS ORDINÁRIOS	417.836,25	0,00	0,00	0,00	0,00	417.836,25	0,00	0,00	0,00
SUPERAVIT TRANSF. DE CONVENIOS SAUDE/ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	3,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3,08	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	567,08	0,00	0,00	0,00	0,00	567,08	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.815.741,35	0,00	840.133,54	0,00	926.511,34	49.096,47	1.997.357,59	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.061.821,06	0,00	1.254.762,75	0,00	1.468.805,13	338.253,18	3.674.815,61	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atualiz.

Continua 7/8

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 8/8
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	30.620.314,95	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.037.977,27	49,11
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	18.372.188,97	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	17.453.579,52	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.381.630,31	-4,51
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	36.744.377,94	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.736.469,29	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.899.250,39	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.143.422,05	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.674.815,61	338.253,18

FONTE:

RREO 20 BIMESTRE 2015

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	33.293.162,00	33.293.162,00	11.291.825,98	33,92	11.291.825,98	22.001.336,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	31.793.162,00	31.793.162,00	9.998.825,98	31,45	9.998.825,98	21.794.336,02
IMPOSTOS	2.345.850,00	2.345.850,00	715.521,38	30,50	715.521,38	1.630.328,62
TAXAS	2.100.410,00	2.100.410,00	551.610,49	26,26	551.610,49	1.548.799,51
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	232.600,00	232.600,00	163.910,89	70,47	163.910,89	68.689,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.840,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00	12.840,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	406.600,00	406.600,00	95.113,89	23,39	95.113,89	311.486,11
RECEITA PATRIMONIAL	406.600,00	406.600,00	95.113,89	23,39	95.113,89	311.486,11
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	53.928,00	53.928,00	85.714,78	158,94	85.714,78	-31.786,78
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	1.158,00	0,00	1.158,00	-1.158,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	53.928,00	53.928,00	84.556,78	156,80	84.556,78	-30.628,78
Outras Receitas Agropecuárias	32.100,00	32.100,00	9.520,64	29,66	9.520,64	22.579,36
RECEITA DE SERVIÇOS	32.100,00	32.100,00	9.520,64	29,66	9.520,64	22.579,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.240,00	34.240,00	6.232,93	18,20	6.232,93	28.007,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	27.952.614,00	27.952.614,00	9.040.884,55	32,34	9.040.884,55	18.911.729,45
Transf. de Conv.	27.789.974,00	27.789.974,00	9.024.019,89	32,47	9.024.019,89	18.765.954,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.640,00	162.640,00	16.864,66	10,37	16.864,66	145.775,34
Multas e Juros de Mora	967.830,00	967.830,00	45.837,81	4,74	45.837,81	921.992,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	63.130,00	63.130,00	17.626,35	27,92	17.626,35	45.503,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	85.600,00	85.600,00	2.439,96	2,85	2.439,96	83.160,04
RECEITAS DIVERSAS	69.550,00	69.550,00	16.664,10	23,96	16.664,10	52.885,90
RECEITAS DE CAPITAL	749.550,00	749.550,00	9.107,40	1,22	9.107,40	740.442,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.500.000,00	1.500.000,00	1.293.000,00	86,20	1.293.000,00	207.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.500.000,00	1.500.000,00	1.293.000,00	86,20	1.293.000,00	207.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.293.162,00	33.293.162,00	11.291.825,98	33,92	11.291.825,98	22.001.336,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)						
	0,00	33.293,162,00	11.291,825,98	33,92	11.291,825,98	22.001,336,02
DÉFICIT (VI)						
	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)						
	33.293,162,00	33.293,162,00	11.291,825,98	33,92	11.291,825,98	22.001,336,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	104.772,70	—	—	104.772,70	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	104.772,70	—	—	104.772,70	—
	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	33.293,162,00	35.116,434,70	16.049,435,85	16.049,435,85	19.066,998,85	11.161,487,48	11.161,487,48	23.954,947,22	9.795.383,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.782,427,00	28.851,471,21	13.375,333,31	13.375,333,31	15.476,137,90	8.976,808,78	8.976,808,78	19.874,662,43	8.206.721,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.333,850,00	14.333,850,00	4.553,601,05	4.553,601,05	9.780,248,95	4.553,601,05	4.553,601,05	9.780,248,95	4.142.076,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.000,00	270.000,00	160.500,00	160.500,00	109.500,00	55.017,19	55.017,19	214.982,81	55.017,19
	14.178.577,00	14.247.621,21	8.661.232,26	8.661.232,26	5.586.388,95	4.368.190,54	4.368.190,54	9.879.430,67	4.009.627,88
DESPESAS DE CAPITAL	4.489,335,00	6.243,563,49	2.674,102,54	2.674,102,54	3.569,460,95	2.184,678,70	2.184,678,70	4.058,884,79	1.588.661,50
INVESTIMENTOS	3.748,635,00	5.502,863,49	2.131,411,81	2.131,411,81	3.371,451,68	1.975,098,66	1.975,098,66	3.527,764,83	1.379.081,46
INVERSOES FINANCEIRAS	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	730.000,00	730.000,00	542.690,73	542.690,73	187.309,27	209.580,04	209.580,04	520.419,96	209.580,04
RESERVA DE CONTINGENCIA	21.400,00	21.400,00	0,00	0,00	21.400,00	0,00	0,00	21.400,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.293,162,00	35.116,434,70	16.049,435,85	16.049,435,85	19.066,998,85	11.161,487,48	11.161,487,48	23.954,947,22	9.795.383,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.293.162,00	35.116.434,70	16.049.435,85	16.049.435,85	19.066.998,85	11.161.487,48	11.161.487,48	23.954.947,22	9.795.383,19
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	130.338,50	—	11.291.825,98
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.293.162,00	35.116.434,70	16.049.435,85	16.049.435,85	—	11.161.487,48	11.291.825,98	—	21.087.209,17

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI PREFEITO MUNICIPAL	FLARI RAFAEL TRICHES CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	--	--

Continuação 2/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	
					% (b/total b)		% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Energia	33.293.162,00	35.116.434,70	16.049.435,85	16.049.435,85	100,00	11.161.487,48	11.161.487,48	23.954.947,22
Energia Elétrica	446.600,00	446.600,00	284.043,20	284.043,20	1,77	62.661,64	62.661,64	383.938,36
Transporte	446.600,00	446.600,00	284.043,20	284.043,20	1,77	62.661,64	62.661,64	383.938,36
Transporte Rodoviário	4.249.120,00	4.249.120,00	2.045.555,00	2.045.555,00	12,75	1.476.179,91	1.476.179,91	2.772.940,09
Desporto e Lazer	4.249.120,00	4.249.120,00	2.045.555,00	2.045.555,00	12,75	1.476.179,91	1.476.179,91	2.772.940,09
Desporto Comunitário	249.350,00	249.350,00	84.498,10	84.498,10	0,53	75.229,23	75.229,23	174.120,77
Encargos Especiais	249.350,00	249.350,00	84.498,10	84.498,10	0,53	75.229,23	75.229,23	174.120,77
Outros Encargos Especiais	1.420.000,00	1.420.000,00	1.123.190,73	1.123.190,73	7,00	408.808,36	408.808,36	1.011.191,64
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.420.000,00	1.420.000,00	1.123.190,73	1.123.190,73	7,00	408.808,36	408.808,36	1.011.191,64
	21.400,00	21.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.400,00
TOTAL (III) = (I + II)	33.293.162,00	35.116.434,70	16.049.435,85	16.049.435,85	100,00	11.161.487,48	11.161.487,48	23.954.947,22

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPALFLAIR RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
ESPECIFICAÇÃO		Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (últ. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		3.120.017,91	2.615.161,74	2.709.467,51	2.761.816,61	2.665.092,64	2.740.019,66	3.015.951,07	3.366.358,48	3.106.242,43	2.794.907,84	2.690.375,50	2.914.775,83	34.520.689,22	36.481.188,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		425.598,44	167.130,84	182.771,99	158.052,40	154.176,72	143.108,47	185.569,88	256.456,18	118.219,47	185.575,92	228.128,52	182.597,47	2.397.302,30	2.345.850,00
IPTU		154.588,97	7.480,23	7.661,61	4.967,28	3.744,21	2.574,22	5.546,21	987,44	0,00	0,00	0,00	179,87	187.720,34	342.400,00
IRPJ		34.783,15	33.469,91	34.656,09	2.092,07	31.137,18	33.680,11	66.296,36	83.275,24	55,05	38.147,43	38.144,32	35.263,96	428.999,87	474.010,00
I.R.R.F.		94.010,54	87.528,28	94.639,07	102.167,79	85.960,64	86.020,34	87.350,34	136.129,10	94.619,41	68.184,62	103.688,18	121.451,89	1.161.777,20	1.102.100,00
I.S.S.		12.553,25	8.980,00	25.092,11	34.576,00	19.900,91	13.488,81	18.046,47	27.140,36	11.701,95	18.408,81	13.515,00	8.250,00	211.653,67	181.300,00
I.T.E.I.		129.592,53	29.672,42	20.731,91	14.249,16	13.403,78	7.343,99	9.322,50	7.914,04	11.943,06	60.835,06	73.781,02	17.451,75	366.151,22	246.440,00
Outras Receitas Tributárias		22.757,88	22.570,03	22.630,52	21.590,34	22.598,60	28.216,50	28.383,21	28.418,85	6.087,75	29.007,57	27.918,75	32.068,62	294.415,02	406.600,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		22.494,76	42.460,56	37.152,76	21.628,47	19.047,58	17.501,16	-14.770,39	21.686,52	18.593,56	19.093,95	23.900,85	19.471,44	247.966,32	53.028,00
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	1.226,72	0,00	3.592,71	1.938,00	6.212,04	0,00	5.595,30	65,72	3.790,12	3.781,80	1.883,00	28.036,41	32.100,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		7.282,40	2.582,65	3.259,66	11.140	39,60	480,17	2.363,06	75,62	5.746,07	75,38	282,20	127,28	22.365,59	34.240,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.616.775,59	2.291.508,00	2.305.024,98	2.446.751,54	2.384.781,17	2.455.053,44	2.728.307,56	3.055.810,62	2.938.242,86	2.551.293,54	2.396.288,33	2.667.546,42	30.833.748,05	32.640.540,00
Cota-Parte do FPM		764.119,07	573.039,99	492.169,85	597.901,41	524.710,57	495.338,47	655.643,81	1.054.541,43	799.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	8.007.109,40	9.600.000,00
Cota-Parte do ICMS		962.908,64	986.749,09	888.385,31	862.930,55	1.021.535,56	1.054.404,40	1.161.481,28	1.117.659,86	1.152.948,46	1.025.831,73	1.025.218,41	1.103.274,95	12.433.028,24	12.600.000,00
Cota-Parte do IPVA		116.727,51	104.357,47	120.525,69	96.595,10	93.831,11	94.663,23	54.403,38	39.604,95	51.177,12	66.766,39	86.611,95	110.894,97	1.040.663,09	1.027.200,00
Cota-Parte do ITR		75,84	198,51	158,86	143,03	31.35,49	25.229,91	1.551,45	98,76	19,92	570,48	103,49	1.702,71	32.986,45	4.280,00
Outras Transferências Correntes		294.189,17	187.384,12	366.336,62	341.746,00	277.395,19	299.720,96	347.022,47	334.509,83	430.022,19	181.016,47	240.113,65	308.788,83	3.008.225,35	3.657.910,00
Transferências de LC 61/196		12.479,75	11.886,30	12.210,94	12.586,77	11.844,81	12.684,79	14.565,93	14.372,33	23.854,89	14.073,47	13.806,05	14.459,53	168.625,56	133.750,00
Transferências de LC 87/196		4.209,90	4.209,90	4.209,90	4.209,90	4.209,90	4.209,90	4.209,90	8.419,80	0,00	0,00	0,00	17.271,15	95.180,25	74.900,00
Transferências do FUNDEB		469.055,81	443.892,62	411.030,81	439.677,78	446.688,54	468.801,78	488.432,14	486.274,20	481.603,07	445.292,19	424.267,83	469.910,84	5.487.950,71	5.542.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		26.198,84	87.282,94	156.422,60	106.171,75	82.561,57	89.462,88	86.072,75	19.815,49	19.519,00	6.071,36	9.195,05	11.052,40	705.635,63	967.630,00
DEDUÇÕES (II)		367.607,88	329.752,90	303.069,08	330.347,88	329.364,32	334.760,99	375.457,18	377.257,70	405.322,71	384.956,78	344.377,12	377.788,99	4.360.112,63	4.688.026,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		367.607,88	329.752,90	303.069,08	330.347,88	329.364,32	334.760,99	375.457,18	377.257,70	405.322,71	384.956,78	344.377,12	377.788,99	4.360.112,63	4.688.026,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.752.409,93	2.285.408,84	2.406.398,43	2.431.470,63	2.335.728,32	2.405.249,67	2.640.493,89	3.009.600,78	2.700.919,72	2.409.911,06	2.345.998,38	2.537.006,84	30.260.576,59	31.793.162,00
FONTE:															
Faxinal dos Guedes, 27/05/2015															
EDECAR GORDANI PREFEITO MUNICIPAL	FLÁVIO RAFAEL TRICHES CONTADOR GROSS 16.312/0-5	JONAS MANOEL SPINHO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO													

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS				
DESPESAS DE CAPITAL				
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	6.243.563,49	2.674.102,54	2.184.678,70	3.569.460,95
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.243.563,49	2.674.102,54	2.184.678,70	3.569.460,95
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-6.243.563,49	-	-	-3.569.460,95

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPALFLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	713.023,82	713.023,82	275.331,70
DEDUÇÕES (II)	2.242.461,73	2.242.461,73	2.499.484,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.242.461,73	2.242.461,73	3.744.152,84
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	1.244.668,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.529.437,91	-1.529.437,91	-2.224.152,32
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.529.437,91	-1.529.437,91	-2.224.152,32

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Quadrimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	-694.714,41	-694.714,41

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Quadrimestre/ 2015	Até o Quadrimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	31.739.234,00	9.914.269,20	9.502.944,24
Receita Tributária	2.345.850,00	715.521,38	600.116,25
I.P.T.U.	342.400,00	179,87	7.799,76
I.S.S.	1.102.100,00	387.944,10	265.833,66
I.T.B.I.	181.900,00	51.875,76	49.127,00
I.R.R.F.	474.010,00	111.610,76	138.660,74
Outras Receitas Tributárias	245.440,00	163.910,89	138.695,09
Receita de Contribuição	406.600,00	95.113,89	91.393,27
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	406.600,00	95.113,89	91.393,27
Receita Patrimonial Líquida	0,00	1.158,00	1.440,00
Receita Patrimonial	53.928,00	85.714,78	108.364,12
(-) Aplicações Financeiras	53.928,00	84.556,78	106.924,12
Transferências Correntes	27.952.614,00	9.040.884,55	8.707.585,59
F.P.M.	7.680.000,00	2.280.195,93	2.172.654,67
I.C.M.S.	10.080.000,00	3.445.579,20	3.074.680,26
Convênios	162.640,00	16.864,66	25.169,34
Outras Transferências Correntes	10.029.974,00	3.298.244,76	3.435.081,32
Demais Receitas Correntes	1.034.170,00	61.591,38	102.409,13
Dívida Ativa	69.550,00	16.664,10	28.689,03
Diversas Receitas Correntes	964.620,00	44.927,28	73.720,10
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.500.000,00	1.293.000,00	2.538.578,73
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	39.415,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.500.000,00	1.293.000,00	2.499.163,73
Convênios	1.500.000,00	1.293.000,00	2.399.163,73
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.500.000,00	1.293.000,00	2.499.163,73
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	33.239.234,00	11.207.269,20	12.002.107,97

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre/ 2015	Até o Quadrimestre/ 2014	Até o Quadrimestre/ 2015	Até o Quadrimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	28.851.471,21	13.375.333,31	12.844.854,69	8.976.808,78	8.969.036,25
Pessoal e Encargos Sociais	14.333.850,00	4.553.601,05	4.029.891,95	4.553.601,05	4.018.244,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	270.000,00	160.500,00	197.800,00	55.017,19	71.475,48
Outras Despesas Correntes	14.247.621,21	8.661.232,26	8.617.162,74	4.368.190,54	4.879.316,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	28.581.471,21	13.214.833,31	12.647.054,69	8.921.791,59	8.897.560,77
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.243.563,49	2.674.102,54	3.577.823,40	2.184.678,70	955.506,41
Investimentos	5.502.863,49	2.131.411,81	2.977.823,40	1.975.098,66	698.930,77
Inversões Financeiras	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	730.000,00	542.690,73	600.000,00	209.580,04	256.575,64
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.513.563,49	2.131.411,81	2.977.823,40	1.975.098,66	698.930,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	21.400,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre/ 2015	Até o Quadrimestre/ 2014	Até o Quadrimestre/ 2015	Até o Quadrimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	34.116.434,70	15.346.245,12	15.624.878,09	10.896.890,25	9.596.491,54
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-877.200,70	-4.138.975,92	-3.622.770,12	310.378,95	2.405.616,43
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015 QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
		Inscritos				Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)		
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014												
PODER/ÓRGÃO																	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI PREFEITO MUNICIPAL	FLARI RAFAEL TRICHES CONTADOR CRC/SC 16.312/0-6	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	--	--

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.209.550,00	2.209.550,00	573.814,40	25,97
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	432.280,00	432.280,00	14.569,13	3,37
1.1.1- IPTU	342.400,00	342.400,00	179,87	0,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.280,00	4.280,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	53.500,00	53.500,00	7.441,80	13,91
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	32.100,00	32.100,00	6.947,46	21,64
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	181.900,00	181.900,00	51.875,76	28,52
1.2.1- ITBI	181.900,00	181.900,00	51.875,76	28,52
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.121.360,00	1.121.360,00	395.758,75	35,29
1.3.1- ISS	1.102.100,00	1.102.100,00	387.944,10	35,20
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.840,00	12.840,00	3.722,11	28,99
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.210,00	3.210,00	3.265,40	101,73
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.210,00	3.210,00	827,14	25,77
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	474.010,00	474.010,00	111.610,76	23,55
1.4.1- IRRF	474.010,00	474.010,00	111.610,76	23,55
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.440.130,00	23.440.130,00	7.562.332,08	32,26
2.1- Cota-Parte FPM	9.600.000,00	9.600.000,00	2.850.244,80	29,69
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.600.000,00	9.600.000,00	2.850.244,80	29,69
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.600.000,00	12.600.000,00	4.306.973,55	34,18
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	74.900,00	74.900,00	17.271,15	23,06
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	133.750,00	133.750,00	65.993,94	49,34
2.5- Cota-Parte ITR	4.280,00	4.280,00	2.396,60	56,00
2.6- Cota-Parte IPVA	1.027.200,00	1.027.200,00	319.452,04	31,10
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.649.680,00	25.649.680,00	8.136.146,48	31,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	775.230,00	775.230,00	351.855,84	45,39
5.1- Transferências do Salário-Educação	548.000,00	548.000,00	280.651,95	51,21
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	130.930,00	130.930,00	47.246,00	36,08
5.4- Transferências Diretas - PNATE	87.740,00	87.740,00	7.280,69	8,30
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.560,00	8.560,00	16.677,20	194,83
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	162.640,00	162.640,00	16.864,66	10,37
6.1- Transferências de Convênios	162.640,00	162.640,00	16.864,66	10,37
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	937.870,00	937.870,00	368.720,50	39,31
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.688.026,00	4.688.026,00	1.512.465,60	32,26
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.920.000,00	1.920.000,00	570.048,87	29,69
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.520.000,00	2.520.000,00	861.394,35	34,18
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	14.980,00	14.980,00	3.454,23	23,06
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	26.750,00	26.750,00	13.198,79	49,34
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	856,00	856,00	479,28	55,99
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	205.440,00	205.440,00	63.890,08	31,10
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.553.300,00	5.553.300,00	1.839.749,20	33,13
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.542.600,00	5.542.600,00	1.831.076,93	33,04
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.700,00	10.700,00	8.672,27	81,05
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	854.574,00	854.574,00	318.611,33	37,28
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (m)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.331.980,00	3.331.980,00	1.051.190,38	31,55	1.051.190,38	31,55
13.1- Com Educação Infantil	770.400,00	770.400,00	245.079,24	31,81	245.079,24	31,81
13.2- Com Ensino Fundamental	2.561.580,00	2.561.580,00	806.111,14	31,47	806.111,14	31,47
14- OUTRAS DESPESAS	2.221.320,00	2.288.709,51	840.558,69	36,73	718.196,45	31,38
14.1- Com Educação Infantil	356.400,00	356.400,00	114.981,52	32,26	114.981,52	32,26
14.2- Com Ensino Fundamental	1.864.920,00	1.932.309,51	725.577,17	37,55	603.214,93	31,22
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.553.300,00	5.620.689,51	1.891.749,07	33,66	1.769.386,83	31,48
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.769.386,83	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					57,14	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					39,04	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					3,82	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Quadrimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	6.412.420,00		6.412.420,00		2.034.036,62	31,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (m)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.176.800,00	1.176.800,00	360.060,76	30,60	360.060,76	30,60
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.426.500,00	4.493.889,51	1.531.688,31	34,08	1.409.326,07	31,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.426.500,00	4.493.889,51	1.531.688,31	34,08	1.409.326,07	31,36
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.603.300,00	5.670.689,51	1.891.749,07	33,36	1.769.386,83	31,20
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					318.611,33	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					8.672,27	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					327.283,60	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.442.103,23	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					17,72	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	554.420,00	554.420,00	140.880,13	25,41	24.080,00	4,34
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.057.844,00	2.582.200,22	1.243.028,67	48,14	971.454,86	37,62
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.612.264,00	3.136.620,22	1.383.908,80	44,12	995.534,86	31,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.215.564,00	8.807.309,73	3.275.657,87	37,19	2.764.921,69	31,39

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE		1.831.076,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE		8.672,27	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.839.749,20	0,00

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
TOTAL		0,00				0,00	0,00

DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)								
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00		0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPALFLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.209.550,00	2.209.550,00	573.814,40	25,97
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	342.400,00	342.400,00	179,87	0,05
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	181.900,00	181.900,00	51.875,76	28,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.102.100,00	1.102.100,00	387.944,10	35,20
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	474.010,00	474.010,00	111.610,76	23,55
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	17.120,00	17.120,00	3.722,11	21,74
Dívida Ativa dos Impostos	56.710,00	56.710,00	10.707,20	18,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	35.310,00	35.310,00	7.774,60	22,02
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.440.130,00	23.440.130,00	7.562.332,08	32,26
Cota-Parte FPM	9.600.000,00	9.600.000,00	2.850.244,80	29,69
Cota-Parte ITR	4.280,00	4.280,00	2.396,60	56,00
Cota-Parte IPVA	1.027.200,00	1.027.200,00	319.452,04	31,10
Cota-Parte ICMS	12.600.000,00	12.600.000,00	4.306.973,55	34,18
Cota-Parte IPI-Exportação	133.750,00	133.750,00	66.983,94	49,34
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	74.900,00	74.900,00	17.271,15	23,06
Desoneração ICMS (LC 87/96)	74.900,00	74.900,00	17.271,15	23,06
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	25.649.680,00	25.649.680,00	8.136.146,48	31,72

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.261.338,00	2.261.338,00	728.584,58	32,22
Provenientes da União	2.261.338,00	2.261.338,00	728.584,58	32,22
RECITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.140,00	2.140,00	3.956,16	184,87
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.263.478,00	2.263.478,00	732.540,74	32,36

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	% (f/e)*100	Até o Quadrimestre	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.169.373,00	7.171.331,48	4.218.329,94	58,82	2.699.573,46	37,64
Pessoal e Encargos Sociais	3.457.170,00	3.457.170,00	1.168.800,89	33,81	1.168.800,89	33,81
Outras Despesas Correntes	3.712.203,00	3.714.161,48	3.049.529,05	82,11	1.530.772,57	41,21
DESPESAS DE CAPITAL	79.365,00	108.933,49	36.569,49	33,57	36.569,49	33,57
Investimentos	79.365,00	108.933,49	36.569,49	33,57	36.569,49	33,57

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	(f/e)*100	Até o Quadrimestre	(g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	79.365,00	108.933,49	36.569,49	33,57	36.569,49	33,57
Investimentos	79.365,00	108.933,49	36.569,49	33,57	36.569,49	33,57
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.248.738,00	7.280.264,97	4.254.899,43	58,44	2.736.142,95	37,58
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	(h/v)*100	Até o Quadrimestre	(i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.261.338,00	2.290.906,49	975.533,11	22,93	701.302,54	25,63
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.261.338,00	2.290.906,49	975.533,11	22,93	701.302,54	25,63
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.261.338,00	2.290.906,49	975.533,11	22,93	701.302,54	25,63
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.987.400,00	4.989.358,48	3.279.366,32	77,07	2.034.840,41	74,37
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						814.418,44

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Quadrimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Quadrimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.875.094,00	6.906.620,97	3.944.562,05	92,71	2.640.679,18	96,51
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	317.362,00	317.362,00	306.726,00	7,21	91.852,39	3,36
Vigilância Epidemiológica	56.282,00	56.282,00	3.611,38	0,08	3.611,38	0,13
TOTAL	7.248.738,00	7.280.264,97	4.254.899,43	100,00	2.736.142,95	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GORDANI PREFEITO MUNICIPAL	FLARI RAFAEL TRICHES CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTI
--------------------------------------	--	---

Município de Faxinal dos Guedes - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI PREFEITO MUNICIPAL	FLARI RAFAEL TRICHES CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	--	--

Município de Faxinal dos Guedes - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Quadrimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		33.293.162,00	
Previsão Atualizada		33.293.162,00	
Receitas Realizadas		11.291.825,98	
Déficit Orçamentário		9.665.044,69	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		104.772,70	
DESPESAS			
Dotação Inicial		33.293.162,00	
Créditos Adicionais		1.823.272,70	
Dotação Atualizada		35.116.434,70	
Despesas Empenhadas		16.049.435,85	
Despesas Liquidadas		11.161.487,48	
Despesas pagas		9.795.383,19	
Superavit Orçamentário		130.338,50	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Quadrimestre	
Despesas Empenhadas		16.049.435,85	
Despesas Liquidadas		11.161.487,48	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida		30.260.576,59	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Quadrimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.939.383,23
Resultado Primário		0,00	310.378,95
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Quadrimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		-327.283,60	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		2.184.678,70	4.058.884,79
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Quadrimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.034.840,41	15,00	25,01
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Faxinal dos Guedes, 27/05/2015

EDEGAR GIORDANI	FLARI RAFAEL TRICHES	JONAS MANOEL SIRINO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 120/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 120/PMF/2015

OBJETIVO: PERMISSÃO PÚBLICA ONEROSA, A PESSOA JURÍDICA, DE USO DE BENS PÚBLICOS PARA FINS COMERCIAIS, DESTINADOS A INSTALAÇÃO DE PRAÇA GASTRONÔMICA DA VII HEIMATFEST, QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 08 A 12 DE OUTUBRO DE 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de agosto de 2015 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 20 de julho de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 121/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 121/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de diversos materiais (mobiliário, enxoval, eletrodomésticos, brinquedos) para atender as necessidades da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de agosto de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 20 de julho de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 122/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 122/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa para execução de muretas e alambrado para compor um campo de futebol suíço, localizado no Parque Residencial dos Ipês, Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de agosto de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 20 de julho de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC. – PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC. – PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital CMDCA nº 01/2015

Edital de Convocação para as Provas de conhecimentos básicos de Língua Portuguesa e sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, e a Prova Prática de Informática do processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Forquilha/SC.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o edital de convocação para as Provas de conhecimentos básicos de Língua Portuguesa e sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, e a Prova Prática de Informática do processo de escolha dos conselheiros tutelares do município de Forquilha/SC, conforme abaixo:

Art. 1º. As Provas de conhecimentos básicos de Língua Portuguesa e sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, e a Prova Prática de Informática, serão realizadas na data de 26/07/2015, a partir das 13h30min, no município de Forquilha/SC.:

- As provas serão aplicadas na Escola Francisco Hoepers, situada no endereço à Rua Bonifácio Back nº, 1365 bairro Santa Isabel, em Forquilha/SC;
- O tempo de duração das Provas de conhecimentos básicos de Língua Portuguesa e sobre os Direitos da Criança e do Adolescente será de 01 (uma) hora;
- O tempo de duração da prova prática de informática será de 07 (sete) minutos;
- Será eliminado o candidato que não obtiver nas provas as notas: Conhecimentos Específicos = 5 (cinco), Língua portuguesa = 3 (três) e Prova Prática = 3 (três);
- A nota final será a média das notas das provas, considerando-se peso 5 (cinco) para a prova escrita de conhecimentos específicos, peso 2,5 (dois vírgula cinco) para a prova escrita de língua portuguesa e peso 2,5 (dois vírgula cinco) para a prova prática, calculando-a mediante a seguinte equação: Nota final = Nota de Conhecimentos Específicos x Peso 5 (cinco) + Nota da Língua Portuguesa x Peso 2,5 (dois vírgula cinco) + Prova Prática x Peso 2,5 (dois vírgula cinco) dividido por 10;
- Somente será considerado habilitado na prova o candidato que obtiver Nota Final igual ou superior a 06 (seis) pontos.

Art. 2º. A Prova Prática de Informática consistirá na digitação, gravação e impressão de um texto alfanumérico, no intervalo de 7 (sete) minutos;

- Os pontos obtidos na prova prática de digitação com pontuação igual ou superior a 5 (cinco) serão somados aos pontos da primeira fase da classificação;
- Estará reprovado o candidato que na prova prática de digitação obtiver pontuação inferior a 5 (cinco) pontos.
- Para efeito de classificação ou desclassificação serão avaliados os fatores conforme critérios a seguir: Número de caracteres; Tempo de duração; Número de erros

Art. 3º. – Lista dos candidatos inscritos que devem comparecer a prova:

	NOME	NASC	CPF	RG
1	Ana Luísa Tiscoski	08/03/1994	088.734.199-33	3.866.569 – SSP/SC
2	Ana Paula De Luca	19/07/1994	088.134.639-01	4.781.516 – SSP/SC
3	Andréia de Oliveira Arsênio Pedroso	04/01/1975	909.339.909-87	4.808.171-0 – SSP/SC
4	Andréia Fernandes Alves Mota	14/03/1972	813.803.569-20	2.806.165 – SSP/SC
5	Diuli Keiti da Luz Tiscoski	19/01/1989	062.861.179-03	5.225.786-0 – SSP/SC
6	Dulciana Caroline Araujo	06/10/1989	072.212.579-81	5.102.885 – SSP/SC
7	Ezolete Guelere	28/04/1971	816.494.879-91	2.808.250 – SSP/SC
8	Gean Carlos Borges Ramos	07/02/1994	084.245.209-55	5.332.472 – SSP/SC
9	Gilberto de Souza Jeronimo	01/03/1987	054.448.809-11	4.715.211 – SSP/SC
10	Lilian Wiggers Oenning	19/07/1981	028.870.909-84	3.909.180 – SSP/SC
11	Luiz Felipe Tiscocki	09/08/1988	062.771.559-11	4.640.420 – SSP/SC
12	Nadia Simone Ramiro	12/07/1970	689.410210-49	1.044.641.718 – SSP/SC
13	Nair Silveira Martins	31/01/1960	472.490.309-06	2.806.658 – SSP/SC
14	Rafael Tavares Colombo	02/06/1992	083.747.669-05	6.087.866 – SSP/SC
15	Raquel Backes Martins	07/07/1983	041.563.979-47	4.205.376 – SSP/SC
16	Rosiléia dos Santos Rocha	27/01/1977	034.145.719-19	45459517 – SSP/SC
17	Tânia Rosalba Felisberto Gonçalves	02/03/1968	823.721.289-49	2.155.497 – SSP/SC
18	Tatiani Feltrin	10/01/1983	036.449.919-28	4.276.870 – SSP/SC
19	Valdineia da Rosa Abelardo	16/11/1972	736.107.809-59	3.302.370 – SSP/SC

Art 4º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC., 20 de julho de 2015.

.....
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA.

DECRETO Nº. 126, DE 13 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 126, DE 13 DE JULHO DE 2015.

PRORROGA PRAZO PARA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, DESIGNADA PELO DECRETO Nº 109, DE 12 DE JUNHO DE 2015, APRESENTAR O RELATÓRIO CONCLUSIVO DA APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para Comissão de Sindicância, designada pelo Decreto nº. 109, de 12 de junho de 2015, apresentar o Relatório Conclusivo da apuração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de julho de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no mural e registrado em 13 de julho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0035_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0155/2015 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0035/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 “CAPUT” da lei 8.666/93, visando a despesa com inscrição do servidor Elton Luiz Borrachini, para participação no curso “Novo Regime dos Precatórios Municipais”, que será realizado em Curitiba, entre os dias 29 e 30 de julho de 2015. Contratada: Unipública – União Para Qualificação e Desenvolvimento Profissional Ltda EPP. Valor e pagamento: R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) até o vencimento do boleto. Fundamento Legal: Art. 25 “CAPUT” da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 20 de julho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

DECRETO Nº 145/2015

DECRETO Nº 145, DE 20 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (16)	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos – Recurso 0.1.0400 (13)	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 20 DE JULHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1662/2015

PORTARIA Nº 1662, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ZILDA APARECIDA ROSA BUENO DOS REIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 020.355.899-59, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1663/2015

PORTARIA Nº 1663, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, o servidor ALEX CORDEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 064.291.329-35, nomeado no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1664/2015

PORTARIA Nº 1664, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0099/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0315 de 27 de janeiro de 2015, que

concedeu Função Gratificada – Nível 2, para a servidora JACQUELINE GISELE FARINA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 037.383.599-07, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 31 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1665/2015

PORTARIA Nº 1665, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a servidora FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 025.848.999-57, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1666/2015

PORTARIA Nº 1666, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0098/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0229 de 11 de janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada FGM – Nível 6, para o servidor FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 393.509.080-34, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 31 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1667/2015

PORTARIA Nº 1667, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de GLEISEN KELIN OZÓRIO DE OLIVEIRA PONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 046.611.579-23, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1668/2015

PORTARIA Nº 1668, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora VERENE APARECIDA DE ARAUJO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 020.241.829-41, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de julho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0014_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0014/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de Gestão para implementação do programa de Produção Integrado dos Sistemas Agropecuários (PISA), definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em cumprimento ao acordo assinado em 2009 (COP15), que estabeleceu a adoção pelo Brasil da agricultura de baixo carbono (ABC); da empresa BN CONSULTORIA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL S/S, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de

seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 20 de julho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0010_2015-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2015 – PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de reforma do Ginásio de Esportes Eurico Pinz, localizado na rua Sebastião Ferreira de Deus, no Bairro São Miguel, (anexo a escola) com área de 835,57 m², com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, das empresas HABILITADAS: CONSEST PRÉ MOLDADOS LTDA e DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA, após julgamento dos Recursos Administrativos interpostos, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: CONSEST PRÉ MOLDADOS LTDA com o MENOR PREÇO GLOBAL no valor de R\$ 107.270,24 (cento e sete mil duzentos e setenta reais e vinte e quatro centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo portanto regularmente com todas as condições Editalícias.

Fraiburgo (SC), 20 de julho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0014_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0014/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de Gestão para implementação do programa de Produção Integrado dos Sistemas Agropecuários (PISA), definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em cumprimento ao acordo assinado em 2009 (COP15), que estabeleceu a adoção pelo Brasil da agricultura de baixo carbono (ABC); da PROPOSTA DE PREÇOS, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a licitante BN CONSULTORIA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL S/S com o valor global de R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais), ficando este valor abaixo do estipulado pelo Município no item 5.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 20 de julho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito.

TERMO DE COMPROMISSO Nº 016 - FATMA

TERMO DE COMPROMISSO Nº 016/2015/CMO

Pelo presente instrumento, denominado de Termo de Compromisso, a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/CNPJ sob nº. 83.256.545/0001-90, com sede a Rua Felipe Schmidt, nº. 485, Centro, Florianópolis-SC, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Alexandre Waltrick Rates (RG nº 2.080.286 e CPF nº 092.072.468-05), doravante denominada FATMA, e pela outra parte o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, representado neste ato, pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. Ivo Biazolo, RG nº 5.060.106 SSP/SC e CPF 296.656.049-53, com endereço comercial na Avenida Rio das Antas, Nº 185, Centro, município de Fraiburgo/SC, ora designada compromissário, autorizados pelo § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

Considerando ser a FATMA a responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

Considerando a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos Artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

Considerando que o direito de propriedade será exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando o proprietário, possessor ou utilizador dos recursos naturais obrigados a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

Considerando que em caso de descumprimento do presente Termo de Compromisso pelo compromissário, caberá o ajuizamento de ação de execução para busca da satisfação das obrigações previstas no Termo;

Considerando que o dano ambiental, na sua dimensão material, é a degradação ambiental que causa desequilíbrio ecológico com perda ou diminuição relevante nas características do ecossistema; Considerando, enfim, as funções institucionais da FATMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

Considerando o dever legal do proprietário, do possuidor do imóvel ou dos próprios utilizadores dos recursos naturais, providenciarem os licenciamentos ambientais das jazidas de cascalho e de recuperá-las após sua utilização, tudo conforme previsto na Resolução Consema 13/2012 e constante na própria Instrução Normativa da FATMA de nº 07, que diz respeito aos procedimentos e requisitos para licenciamento em processos de mineração;

Considerando a relevância econômica e social das atividades desenvolvidas pelos Municípios, demandando por parte das Prefeituras Municipais a necessidade permanente de manutenção das malhas viárias através de revestimento primário com cascalho; Considerando, a grande demanda de processos de licenciamento existentes na pauta de atendimento por parte da Fundação do Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de atendimento prioritário nas demandas de licenciamento para as atividades de Mineração, pretendidas pelos Municípios, frente à demanda de manutenção de suas malhas viárias para viabilizar economicamente os municípios, tanto no escoamento de suas produções agrícolas, quanto na viabilização dos transportes dos insumos para o plantio e manutenção do potencial das atividades econômicas do setor primário dentro da esfera municipal;

Considerando, a necessidade de formalização de PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS por ser atividade potencialmente causadora de degradação ambiental, e acima de tudo, por ser atividade de extremo interesse dos municípios para a manutenção de sua malha viária;

Considerando a existência de inúmeras cascalheiras disponíveis no

município, passíveis de licenciamento ambiental para exploração da matéria prima para aplicação direta na malha viária do município;

Considerando os custos do próprio licenciamento ambiental previstos em lei (Lei Estadual nº 15.940/2012 e Portarias 33/2011, 123/2011 e 74/2012);

Considerando a exigência de licenciamento através da formalização dos processos para obtenção de Licença Ambiental de Operação Corretiva (LAO CORRETIVA), prevista no Rito de Licenciamento Ambiental definido pelo Decreto Estadual 2955/2010, prevendo neste caso, atuação pelo uso dos recursos naturais sem o devido licenciamento;

Considerando que dentre as cascalheiras disponíveis para utilização pelo município, poderá ser permitida a utilização das mesmas mediante formalização do presente Termo de Compromisso, desde que as áreas de mineração não apresentem cobertura vegetal nativa arbórea e sejam respeitadas as Áreas de Preservação Permanente definidas pela Lei Federal 12.651/12;

Considerando que a atividade de exploração das jazidas de cascalho não será na forma de comercialização dos produtos oriundos de tal exploração, mas de uso pelo município para a manutenção da malha viária;

RESOLVEM, as partes, firmar o presente Termo de Compromisso, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DAS RESPONSABILIDADES

DO MUNICÍPIO:

1.1 Requerer o licenciamento ambiental corretivo, individualmente, para cada jazida, tudo conforme prevê a legislação em vigor, nos casos de jazidas com atividade já iniciada em tempo passado (exploração parcial e paralisada);

1.2 Requerer o licenciamento ambiental normal com LAP, LAI e posteriormente LAO, para cada jazida a ser explorada, tudo conforme o previsto na Instrução Normativa nº 7 da FATMA, nos casos de jazidas novas;

1.3 Atender as condicionantes das licenças ambientais que forem emitidas, apresentando a documentação pertinente nos prazos ali previstos;

1.4 Efetuar a recuperação ambiental das jazidas, conforme projeto de recuperação aprovado;

1.5 Efetuar a publicação no Diário Oficial do Estado do objeto do presente TC, conforme minuta descrita abaixo, num prazo máximo de 30 dias após assinatura:

“Termo de Compromisso Extrajudicial nº 013/2015/CMO que fazem entre si a FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA e o Município de FRAIBURGO, na data de 20/05/2015, referente ao PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS, por meio do qual a Prefeitura Municipal se compromete a implementar ações de regularização e melhoria nos controles ambientais para exploração de cascalheiras”.

DA FATMA:

1.6 Caberá à FATMA, no âmbito de suas competências administrativas, a responsabilidade pelo licenciamento e pela fiscalização das obrigações pactuadas, podendo contar, no que couber, com o apoio dos demais signatários, em tudo visando o integral cumprimento das condicionantes previstas neste Termo de Compromisso.

1.7 Outras ações de fiscalização poderão ocorrer a qualquer tempo em caso de denúncia de irregularidades ou outras motivações pertinentes à regularização da exploração de jazidas de cascalho.

1.8 Deixar de atuar os municípios que aderiram ao presente PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS através da assinatura do presente Termo de Compromisso nos casos de licenciamento das jazidas com emissão de LAO CORRETIVA, tendo em vista o interesse Social e Econômico para o desenvolvimento dos Municípios, bem como o fato de estarem efetuando a regularização ambiental de atividade de grande impacto ambiental, com previsão de sua recuperação integral após encerramento da capacidade produtiva ou quando o Município não mais tiver interesse na renovação da Licença Ambiental de Operação.

1.9 As licenças de operação terão a validade de 48 (quarenta e oito) meses e sua renovação dar-se-á somente se forem cumpridas as exigências constantes deste termo e das próprias condicionantes individuais de cada licença ambiental, podendo ainda tais licenças serem canceladas caso seja comprovado o descumprimento das obrigações nos prazos pactuados.

1.10 Analisar o Programa de Recuperação Ambiental apresentado pelos Municípios signatários tendo em vista o cumprimento das atividades e prazos estabelecidos neste instrumento, compatíveis com os prazos de cada licenciamento ambiental.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

2.1 As jazidas deverão ser integralmente recuperadas, quando do encerramento de suas atividades explorativas, conforme plano de recuperação devidamente aprovado por ocasião do primeiro licenciamento da jazida.

2.2 As propriedades rurais que possuem jazidas deverão estar devidamente regularizadas junto ao CAR – Cadastro Ambiental Rural, independente do titular para exploração da jazida;

CLÁUSULA TERCEIRA DAS PENALIDADES

3.1 O descumprimento injustificável dos compromissos assumidos neste termo sujeitará ao Município Signatário, na medida de suas responsabilidades, ao pagamento de multa diária equivalente a R\$ 100,00 (cem reais), até que a empresa dê cumprimento às obrigações que justificaram a aplicação da penalidade.

3.2 Persistindo o descumprimento do estabelecido neste termo por mais de 120(cento e vinte) dias, poderá acarretar o indeferimento ou a suspensão do processo de licenciamento ou suspensão da própria licença ambiental.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO

4.1 O presente Termo de Compromisso terá vigência pelo prazo de 04 (quatro) anos, contados da data da sua assinatura, tendo como prazo máximo o ano de 2019.

PARÁGRAFO ÚNICO:

A FATMA poderá suspender os efeitos do presente termo em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial.

CLÁUSULA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Para os Municípios signatários do presente Termo de

Compromisso e que tenham requerido o licenciamento ambiental de uma jazida, poderão iniciar imediatamente sua exploração, valendo o presente Termo de Compromisso como Licença Ambiental de Operação até que a Fatma se manifeste e/ou emita as Licenças definitivas, podendo com o presente instrumento o Município requerer a Autorização de Lavra, junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral);

5.2 Os Municípios que, na oportunidade da assinatura do presente TC já tiverem realizado o protocolo de licenciamento para alguma jazida junto a FATMA, poderão ser considerados integrantes do presente programa de regularização ambiental, decorrendo com isso a possibilidade das vantagens e das responsabilidades advindas em função do presente compromisso;

5.3 Em caso de inexecução dos compromissos, a FATMA, após vencidos os prazos pactuados, providenciará a imediata notificação e suspensão das Licenças de Operação das Jazidas requeridas e que motivaram o descumprimento das obrigações, podendo promover execução judicial do presente título ou o manejo de Ação Civil Pública, a seu critério, sem prejuízo das sanções administrativas e penais a serem aplicadas.

5.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis para dirimir questões oriundas deste Termo de Compromisso.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 4 (quatro) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, 20 de maio de 2015.

Alexandre Waltrick Rates

Presidente da Fundação do Meio ambiente

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 135/2015

DECRETO N.º 135, DE 20 DE JULHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	20.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de julho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 576/2015

PORTARIA N.º 576, DE 17 DE JULHO DE 2015.
DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, a Servidora NEREIDA MONTEIRO, Topógrafa, CPF n.º 822.977.979-15, para responder interinamente e sem ônus pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Garopaba, de 20/07/2015 a 18/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO PMG Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 022/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de armários para as unidades escolares municipais e mobiliários para as bibliotecas das Escolas Municipais Vicente Vieira e Tancredo de Almeida Neves.

Devido a alterações no descritivo do item "04", o Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 04/08/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 20 de julho de 2015.
IVANDRO SÉRGIO LOPES
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 043/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 043/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: Aquisição de placas de sinalização viária para diversas ruas do quadro urbano do município, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 03/08/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 16 de julho de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 112/2015

DECRETO Nº 112 DE 20 DE JULHO DE 2015
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1897, de 20/07/2015,

DECRETA:

Art. 1º – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.165.000,00 (um milhão cento e sessenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.01.00	R\$	1.000.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.01.00	R\$	165.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.01.00	R\$	1.000.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.01.00	R\$	165.000,00

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE ATO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE ATO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2015

A Prefeitura Municipal de Garuva – Santa Catarina, pelo Gabinete do Prefeito, informa que fica desconsiderada a Publicação do Edital de Chamada Pública nº 02/2015, que foi editada por equívoco nas edições nº 1786 DOM/SC pag 166 e 1787 DOM/SC pag. 132.

Garuva, 20 de julho de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 114/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA
CONTRATADO: TEREZINHA NASCIMENTO ORLOVSKI
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NÍVEL II DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
VIGÊNCIA: 08/07/2015 Á 18/12/2015
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1001,33 (Hum mil e um reais e trinta e três centavos)

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2015
JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TEREZINHA NASCIMENTO ORLOVSKI
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 115/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA
CONTRATADO: RAFAELA PAMELA FERREIRA
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL II DO MUNICIPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
VIGÊNCIA: 13/07/2015 Á 24/08/2015
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1001,33 (Hum mil e um reais e trinta e três centavos)

DATA DE ASSINATURA: 10/07/2015
JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RAFAELA PAMELA FERREIRA
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 116/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA
CONTRATADO: RAFAELA PAMELA FERREIRA
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL II DO MUNICIPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
VIGÊNCIA: 13/07/2015 Á 18/12/2015
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 500,67 (Quinhentos reais e sessenta e sete centavos)

DATA DE ASSINATURA: 10/07/2015
JOSÉ CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RAFAELA PAMELA FERREIRA
CONTRATADA

LEI Nº 1897/2015

LEI Nº 1897, DE 20 DE JULHO DE 2015

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 1.165.000,00 (um milhão cento e sessenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.01.00	R\$	1.000.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.01.00	R\$	165.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.01.00	R\$	1.000.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.01.00	R\$	165.000,00

Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/2015

PORTARIA Nº 114 de 08 de Julho de 2015

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DO SERVIDOR SAMUEL FERREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Considerando, a C.I. 111/2015 da Secretaria de Saneamento Ambiental;

Considerando, termo de anuência;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

RESOLVE:

ART. 10. – Remover o servidor SAMUEL FERREIRA, da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. – Esta Portaria entra em vigor na data de 08 de julho de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115/2015

PORTARIA Nº 115 de 08 de Julho de 2015

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DO SERVIDOR GRAZIANO RIBEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Considerando, a C.I. 111/2015 da Secretaria de Saneamento Ambiental;

Considerando, termo de anuência;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

RESOLVE:

ART. 10. – Remover o servidor GRAZIANO RIBEIRO, da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. – Esta Portaria entra em vigor na data de 08 de Julho de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DISPENSA PMG Nº 045/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato da Secretária Municipal de Educação, Senhora Adriane Beatriz Moecke Galando, que dispensou com fundamento no Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93, a Licitação para a Contratação emergencial da empresa Viação Catuaí Ltda - EPP, para a realização do transporte escolar dos alunos do Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio das redes Municipal e Estadual de Ensino, nas linhas 6, 7 e 14(a partir de 03/08), e ADJUDICO o Contrato à Viação Catuaí Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.007.170/0001-11, pelo período de 50 (cinquenta) dias, no valor total de R\$ 72.903,25 (setenta e dois mil novecentos e três reais e vinte e cinco centavos), face ao disposto no Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva, 16 de julho de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DISPENSA PMG Nº 046/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato da Secretária Municipal de Educação, Senhora Adriane Beatriz Moecke Galando, que dispensou com fundamento no Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93, a Licitação para a Contratação emergencial da empresa Estrela Prateada Viagens Ltda - EPP, para a realização do transporte escolar dos alunos do Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio das redes Municipal e Estadual de Ensino, nas linhas 2, 3, 12 e 15, e ADJUDICO o contrato à empresa Estrela Prateada Viagens Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.683.805/0001-09, pelo período de 50 (cinquenta) dias, no valor total de R\$ 125.550,60 (cento e vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta reais e sessenta centavos), face ao disposto no Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva, 16 de julho de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DISPENSA PMG Nº 047/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato da Secretária Municipal de Educação, Senhora Adriane Beatriz Moecke Galando, que dispensou com fundamento no Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93, a Licitação para a Contratação emergencial da empresa RTT Reinert Transportes e Turismo Ltda, para a realização do transporte escolar dos alunos do Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio das redes Municipal e Estadual de Ensino, nas linhas 4, 10, 11 e 14(até 22/07), e ADJUDICO o Contrato à RTT Reinert Transportes e Turismo Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 02.552.760/0001-37, pelo período de 50 (cinquenta) dias, no valor total de R\$ 66.146,50 (sessenta e seis mil cento e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), face ao disposto no Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva, 16 de julho de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

RESULTADO PRELIMINAR EDITAL Nº 06/2015

Estado de Santa Catarina			
Município de Garuva			
Processo Seletivo nº 006/2015			
Resultado preliminar			
Cargo: 01 - Estagiário Ensino Médio (11 vagas)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
22	Heitor Franco Pensky	6,50	1
34	Gabriel Alex Damazio	5,75	2
12	Camila Campigotto	5,50	3
124	Danielle Champoski	5,50	4
6	Marina Harumi Hiura Nakata	5,50	5
13	Lucas Felipe Baumann	5,25	6
147	Quezia Gabrieli Leonor	5,00	7
28	Milaine Cubiake de Lima	5,00	8
143	Gean Vinicius Back	5,00	9
71	Laura Lais Leonhardt	5,00	10
97	Letícia Licetti Alves	5,00	11
68	Everton Gonçalves da Luz Rocha	5,00	12
3	Mayara Daniel Rosa	5,00	13
52	Helen Cristina de Carvalho	5,00	14
174	Anne Elise de Araujo	5,00	15
Cargo: 02 - Estagiário Arquitetura ou Engenharia Civil (02 vagas)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
93	Bruna Galli Korn	7,25	1
165	Renata Marques Santos	6,00	2
137	Luany Sabrine Soethe	5,75	3
117	Lucas Asaph Gomes	5,75	4
100	Maitton de Farias Motta	5,75	5
83	Thayane Lopes de Oliveira	5,50	6
126	Luana Franciele da Costa	5,25	7
139	Maristela Renata da Silveira	5,25	8
119	Jeison de Farias	5,25	9
123	Karin Nascimento dos Santos	5,00	10
47	Aline Mota dos Santos	5,00	11
144	Taina Karoline Plack	5,00	12
48	Flaviany Boeing	5,00	13
Cargo: 03 - Estagiário Engenharia Civil (01 vaga)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
88	André Trevisan Neitzel	6,50	1
53	Giulia Weber Bittencourt	5,00	2
Cargo: 04 - Estagiário Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia ou Fonoaudiologia (02 vagas)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
51	Ian Carlos Hubner	6,50	1
58	Maize Cristina de Lima Neves	5,25	2
Cargo: 05 - Estagiário Educação Física ou Pedagogia (01 vaga)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
160	Rodrigo Reinert	6,00	1
171	Camila Fernanda Vageleski	6,00	2

Cargo: 06 - Estagiário Administração, Ciências Contábeis ou Gestão de Recursos Humanos (02 vagas)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
164	Jonatas Ronaldo Herpich	7,75	1
18	Bruna Christine Wiesner	6,25	2
79	Jessica de Oliveira	6,00	3
138	Juliana Carolina de Castro	6,00	4
84	Thayna Lopes de Oliveira	5,50	5
109	Vilmar Tobler Junior	5,50	6
131	Bruna Davet de Carvalho	5,25	7
82	Leandro de Gasper de Oliveira	5,00	8
153	Rosane Pabst Miranda	5,00	9
Cargo: 07 - Estagiário Tecnologia da Informação, Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins (02 vagas)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
Cargo: 08 - Estagiário Biologia, Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Sanitária, Engenharia Ambiental. Ou Coursando Técnico em Química ou Técnico em Agropecuária (05 vagas)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
86	Ana Paula Coelho de Sousa	7,00	1
9	Luiz Gustavo dos Santos	7,00	2
159	Ellen Martini	5,75	3
99	Erika Bayer Ferrari	5,25	4
96	Victoria Will	5,25	5
146	Fernando Andre Galando	5,00	6
Cargo: 09 - Estagiário Direito (01 vaga)			
Inscrição	Nome do Candidato	Resultado	Classificação
49	Joesel Bilau	7,25	1
162	Alisson Roger Piske	6,00	2
64	Everton Cristian Bonadeu	5,75	3
108	Ana Paula Muller	5,75	4
115	Jadson Gabriel Leandro	5,75	5
74	Vanesa de Oliveira	5,75	6
133	Franciele Cristina Brunetto	5,50	7
167	Karine Hernaski	5,25	8
128	Maicol Luiz Macedo Silveira	5,00	9

Gaspar

PREFEITURA

LEI Nº 3650, DE 10 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 3650, DE 10 DE JULHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 13.005/2014 QUE TRATA DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Educação - PME:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos (as) profissionais da educação; e
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação - PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do Plano Municipal de Educação - PME e o cumprimento de suas metas e estratégias serão objetos de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

- I – Secretaria Municipal de Educação;
- II – Fórum Municipal de Educação;
- III - Conselho Municipal de Educação; e

IV - Câmara de Vereadores, por meio de Comissões Específicas.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas nesse caput:

- I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; e

III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência do Plano Municipal de Educação - PME, serão observados os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, para aferir a evolução no cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no Anexo Único do Plano.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do Plano Municipal de Educação - PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender as necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XX do Anexo Único desta Lei, engloba os recursos aplicados na forma dos arts. 212 e 213 da Constituição Federal, bem como do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma da Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 5º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído nesta lei.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput deste artigo:

- I - acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação - PME e o cumprimento de suas metas; e
- II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação – PME e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 6º A União, os Estados e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste Plano Municipal de Educação – PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do Plano Municipal de Educação - PME.

Art. 7º O Município de Gaspar, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste Plano Municipal de Educação - PME.

Art. 8º O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação - PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9º. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 10. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste Plano Municipal de Educação - PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 10 de julho de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

ANEXO ÚNICO

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

Estratégias:

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais, garantindo a necessidade de construção de novas unidades de educação infantil e ou ampliação nas escolas e CDIs já existentes;

1.2) Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.3) Realizar, anualmente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município, realizando levantamento populacional dessa faixa etária;

1.4) Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade, parâmetros de qualidade, quantidade de crianças por espaço físico e número de funcionários de forma a observar a necessidade de melhor atendimento em cada instituição;

1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação institucional articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores, levantando estratégias para melhoria quando necessário;

1.7) Abrir novas vagas para as crianças de 0 a 3 anos em creches do município em período parcial ou integral de acordo com a demanda a ser atendida;

1.8) Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, em acordo com a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Municipal de Gaspar;

1.10) Favorecer e apoiar o atendimento da população do campo na educação infantil, estimulando a frequência;

1.11) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta de atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, de acordo com a oferta de profissionais para atender a essas especificidades;

1.12) Apoiar em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças durante toda a educação infantil;

1.13) Contemplar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, assegurando, também, a articulação com a etapa escolar seguinte, conforme Proposta para a Educação Infantil da Rede Municipal de Gaspar e Proposta Pedagógica da Infância;

1.14) Apoiar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.15) Acompanhar e apoiar a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos

de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.16) Realizar e publicar, a cada ano, com a colaboração da União e do Estado, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento, realizando levantamento populacional e de atendidos no município;

1.17) Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de acordo com as vagas disponíveis;

1.18) Organizar, considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, espaços lúdicos de interatividade, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil, parque infantil e práticas de dança e música, de acordo com o que diz a proposta pedagógica da rede municipal de Gaspar;

1.19) Garantir que o poder público disponibilize verbas ou recursos para organizar esses espaços lúdicos; e

1.20) Avaliar, até o 5 (quinto) ano de vigência deste Plano, o positivo da Lei Complementar Estadual n. 170 de 7 de agosto de 1998, que trata do número de estudantes por turma, para que o trabalho aconteça de acordo com a proposta pedagógica da rede municipal para a educação infantil.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

Estratégias:

2.1) Avaliar, de quatro em quatro anos, a proposta da rede municipal de Gaspar e articulá-la com a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental, a ser elaborada de forma colaborativa pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

2.2) Pactuar com a União, o Estado e demais Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o §5º do art. 7º, da Lei n. 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.3) Fortalecer e criar novos mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental;

2.4) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, criando estratégias de acesso à informação entre as redes;

2.5) Facilitar a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e da permanência, em parceria com as áreas de saúde e assistência social;

2.6) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas

entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo;

2.7) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo a adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local;

2.8) Promover a interação entre as redes de ensino e as instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.9) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.10) Expandir o atendimento específico às populações do campo, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações;

2.11) Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender os filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.12) Oferecer aos estudantes atividades extracurriculares de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo mostras e feiras culturais;

2.13) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.14) Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual de ensino para atender o público da educação especial;

2.15) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, com recursos didáticos adequados;

2.16) Manter a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região;

2.17) Garantir e investir em tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas, as quais assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;

2.18) Assegurar a renovação e manutenção das bibliotecas, inclusive das bibliotecas virtuais, com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como, com profissionais habilitados, como condição para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

2.19) Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, para escolas nucleadas ou para a cidade;

2.20) Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/ano com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores;

2.21) Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando igualdade de condições para o acesso ao ensino fundamental e permanência nele, contando, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, com o apoio de profissional remunerado, no contraturno, para alunos com dificuldades;

2.22) Garantir a implementação da Proposta Curricular do município de maneira a assegurar a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos, nas diferentes etapas e modalidades da educação;

2.23) Adequar o espaço físico e materiais didáticos para possibilitar o desenvolvimento da cultura na escola; e

2.24) Criar mecanismos que garantam a responsabilidade compartilhada entre escola, família, assistência social, saúde e outros órgãos públicos pelo desempenho escolar do aluno.

Meta 3: Colaborar com a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para um valor entre 90% (noventa por cento) e 95% (noventa e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) Apoiar a institucionalização da política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos, articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2) Promover parceria entre as escolas a fim de proporcionar e divulgar atividades culturais e esportivas, assegurando que elas tenham suas produções compartilhadas;

3.3) Criar mecanismos para reduzir as disparidades entre estudantes com defasagem de aprendizagem oriundos do ensino fundamental;

3.4) Divulgar e estimular o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de forma a contribuir com a sua universalização, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.5) Incentivar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional;

3.6) Apoiar o fortalecimento do acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial;

3.7) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com a Secretaria Municipal e Estadual da Saúde, Secretaria do Desenvolvimento Social, APOIA – Programa de Combate a Evasão Escolar, Conselho Tutelar, Ministério Público e Juizado da Infância e Adolescência;

3.8) Firmar parceria com o Governo do Estado para ocupação racional dos estabelecimentos de ensino, de forma a ampliar o número de vagas no Ensino Médio, objetivando atender a uma taxa líquida de 90% (noventa por cento) a 95% (noventa e cinco por cento);

3.9) Apoiar a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;

3.10) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas; e

3.11) Acompanhar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, a avaliação do dispositivo da Lei Complementar Estadual n. 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, das matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e das matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3) Implantar, implementar e manter, ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas;

4.4) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante;

4.5) Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do

espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

4.6) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva e da alimentação escolar adequada à necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional e assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;

4.7) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdos-cegos;

4.8) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

4.11) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, as quais requeiram medidas de atendimento especializado;

4.12) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13) Garantir a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores

do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras e professores bilíngues;

4.14) Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.15) Colaborar com a iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, para a obtenção de informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos;

4.16) Incentivar e promover (nos casos em que cabe ao município) a inclusão, nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino e aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação;

4.17) Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.18) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.19) Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;

4.20) Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica;

4.21) Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e a garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes;

4.22) Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou até, no máximo, o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização e letramento, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena e o letramento de todas as crianças;

5.2) Estimular e criar estratégias de permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental;

5.3) Manter instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização e letramento das crianças, implementando medidas pedagógicas nesse sentido, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento;

5.4) Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização e letramento de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.5) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a alfabetização e o letramento e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.6) Garantir a alfabetização e a letramento de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos;

5.7) Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização e o letramento de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores;

5.8) Criar políticas para a alfabetização e o letramento das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização e o letramento bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.9) Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes de biblioteca para atuarem como mediadores da leitura; e

5.10) Manter incentivo à leitura em todos os anos do ciclo da alfabetização e letramento.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Estratégias:

6.1) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas da educação básica com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.2) Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas de educação básica, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios,

inclusive de informática, espaços adequados para atividades e oficinas culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros, espaço e materiais para descanso e relaxamento e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação continuada de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.3) Fomentar a articulação das escolas de educação básica com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos e acesso a serviços públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico e dispor de recursos financeiros para garantir o transporte;

6.4) Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino, bem como parcerias com escolas técnicas e universidades;

6.5) Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos(as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) Atender as escolas de educação básica do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, consideradas as peculiaridades locais;

6.7) Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) e de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.8) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais, de incentivo à pesquisa e ações de educação nutricional;

6.9) Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica;

6.10) Adequar, conforme as necessidades e peculiaridades da escola de tempo integral, tempos e horários dos profissionais da educação, assegurados em plano de carreira; e

6.11) Fortalecer a rede de serviços de atendimentos especializados dentro da instituição escolar (psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e assistentes sociais) e a ampliação no quadro de funcionários habilitados.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes metas municipais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio.

Estratégias:

7.1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa,

diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local;

7.2) Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3) Colaborar com a instituição de um conjunto estadual de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4) Assegurar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5) Formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6) Utilizar os resultados das avaliações nacionais para a melhoria dos processos e práticas pedagógicas das escolas e redes de ensino;

7.7) Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.8) Buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices do Município;

7.9) Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA;

7.10) Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.11) Garantir convênio entre Município/Secretaria e União para o transporte escolar gratuito com monitor para acompanhamento, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.12) Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;

7.13) Universalizar, em colaboração com a União e o Estado, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.14) Participar e ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.15) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração com a União e o Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso às redes digitais de computadores, inclusive à internet;

7.16) Garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.17) Aderir e participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.18) Aderir, colaborar e participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para a infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.19) Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico;

7.20) Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para a detecção dos sinais de violência e de suas causas (como nos casos de violência doméstica e sexual), favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.21) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.24 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.22) Garantir, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645 de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.23) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.24) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.25) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.26) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.27) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.28) Participar de programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional, estadual e municipal;

7.29) Reivindicar o direito de todos os alunos a participarem das avaliações nacionais, que resultam no coeficiente do IDEB.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) Implementar a modalidade de ensino em educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) Divulgar e estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4) Incentivar a expansão da oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados;

8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses(as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6) Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados;

8.7) Incentivar a oferta pública de ensino médio e educação de jovens e adultos-EJA integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade;

8.8) Incentivar a redução das desigualdades regionais e étnico-raciais, através da garantia de acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior ofertada pelas esferas estadual e federal; e

8.9) Implementar políticas para a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nesta meta.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) Implementar ações de alfabetização e letramento de jovens e adultos, com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração com o Estado e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.5) Executar, em articulação com as demais secretarias, ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento auditivo, oftalmológico e fornecimento gratuito de aparelho auditivo e óculos;

9.6) Incentivar a integração entre os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e letramento e de educação de jovens e adultos;

9.7) Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os seguimentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino;

9.8) Incentivar a promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, de acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, de implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e de inclusão dos temas do envelhecimento, conforme o Estatuto do Idoso, nas escolas;

9.9) Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;

9.10) Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;

9.11) Colaborar em levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de políticas públicas que garantam, a jovens, adultos e idosos, o acesso a essa modalidade da educação básica e a permanência;

9.12) Implementar ações que visem à adequação do espaço físico da EJA conforme demanda, a fim de atender a demanda reprimida de jovens, adultos e idosos da educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos; e

9.13) Garantir, na Educação de Jovens e Adultos, em todos os espaços da escola, a acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

Estratégias:

10.1) Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva;

10.2) Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) Incentivar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) Diversificar, em colaboração com a esfera federal e estadual, o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;

10.7) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como a discussão dos instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;

10.8) Incentivar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) Garantir a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional (conforme lei);

10.10) Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico, que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.11) Garantir e efetivar com qualidade a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas;

10.12) Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e incentivar essa implementação também nos cursos de nível médio; e

10.13) Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1) Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e colaborar com ela, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) Participar, com o apoio da União e do Estado, da expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino e colaborar com ela;

11.3) Participar da expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância e colaborar com ela, assegurado padrão de qualidade;

11.4) Incentivar e colaborar na expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) Incentivar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas;

11.6) Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada;

11.7) Colaborar com a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.8) Estimular a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e colaborar com ela;

11.9) Incentivar a adoção de políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio; e

11.10) Colaborar com estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

Meta 12: Incentivar a ampliação da oferta de vagas no ensino superior, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Estratégias:

12.1) Fomentar a oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores/as para a educação básica, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.2) Estimular a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais, colaborando com ela;

12.3) Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente no que se refere à formação nas áreas de Química, Física, Ensino Religioso e Matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do Município de Gaspar e a melhoria da qualidade da Educação Básica;

12.4) Incentivar e garantir a gratuidade, parcial ou total, através de bolsas de estudo na Área da Educação em cursos nos quais há carência de profissionais habilitados no município;

12.5) Incentivar a adoção de políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.6) Apoiar programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.7) Incentivar a adoção de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica,

egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos;

12.8) Colaborar para assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior;

12.9) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município;

12.10) Colaborar no mapeamento da demanda e incentivar o fomento à oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente no que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades de desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;

12.11) Colaborar, com a União, na consolidação de processos seletivos (nacional e estadual) para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.12) Promover formas de auxílio ao transporte escolar para os acadêmicos do município de Gaspar;

12.13) Criar meios para universalizar o acesso à internet em todos os locais do município de Gaspar;

12.14) Criar o Conselho Municipal para a Educação Superior para atuar junto às instituições de ensino superior locais e regionais, atendendo as demandas educacionais do município; e

12.15) Contribuir para a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e a distância.

Meta 13: Incentivar a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

Estratégias:

13.1) Acompanhar a avaliação das instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância no município;

13.2) Acompanhar a implementação das respectivas diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo;

13.3) Incentivar a promoção, de forma articulada com a União e o Estado, da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu; e

13.4) Incentivar a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas através da articulação com a Instituição de Ensino Superior -IES, facilitando e otimizando a atuação dos discentes no período de formação inicial dentro das instituições de ensino básico, promovendo assim a formação geral e específica com a prática didática.

Meta 14: Incentivar e acompanhar a expansão do financiamento da Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação, por meio do Conselho Municipal para o Ensino Superior.

Estratégias:

14.1) Estimular a participação de professores/as nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação, estabelecendo progressão por titulação no Plano de Carreira Municipal;

14.2) Ofertar bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino e incentivar a oferta e a realização de cursos de pós-graduação;

14.3) Incentivar a ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;

14.4) Promover incentivos fiscais para que empresas locais e regionais financiem cursos de pós-graduação stricto sensu aos seus colaboradores;

14.5) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão; e

14.6) Incentivar a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorizem a diversidade regional e a biodiversidade da região.

Meta 15: Contribuir conjuntamente com União e Estado, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e definir obrigações recíprocas entre os partícipes.

Estratégias:

15.1) Colaborar com a União e o Estado no desenvolvimento de ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da educação;

15.2) Incentivar a ampliação de programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados/as em cursos de Licenciatura, para atuarem no magistério da educação básica, e a oferta de polos de programas de iniciação à docência em parceria com universidades, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da educação básica, de acordo com as necessidades por áreas de conhecimento;

15.3) Apoiar a reforma curricular dos cursos de Licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do/a graduando/a, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as TICs, - Tecnologias de Informação e Comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica;

15.4) Assegurar a todos os profissionais da educação infantil e ensino fundamental formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino;

15.5) Incentivar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas;

15.6) Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a

pesquisa e a extensão;

15.7) Incentivar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos/as profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.8) Consolidar política de formação continuada prevista para o município;

15.9) Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública;

15.10) Incentivar programas de formação docente, para a educação profissional, voltados à complementação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério que atuam na rede pública;

15.11) Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional;

15.12) Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais;

15.13) Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os profissionais envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim;

15.14) Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam;

15.15) Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em libras e em braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica; e

15.16) Estimular o uso de portais eletrônicos desenvolvidos para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica.

Meta 16: Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do município;

16.2) Consolidar política municipal de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais prioritárias e instituições formadoras;

16.3) Criar e/ou consolidar um permanente programa, definido em

legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da rede pública de ensino, para cursar pós-graduação;

16.4) Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudo integral/parcial de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação;

16.5) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas aos processos de educação;

16.6) Incentivar os professores da educação básica a desenvolver pesquisas, mediando solicitação de bolsas aos programas responsáveis; e

16.7) Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando, no prazo de 2 (dois) anos, a revisão e reestruturação do plano de carreira, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII, do artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

Estratégias:

17.1) Atualizar o Plano de Cargos e Salários para os profissionais da educação, valorizando a permanência do profissional na rede, preferencialmente em um único estabelecimento de ensino, até o fim do segundo ano de vigência deste PME, acompanhando a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, respeitando a formação dos mesmos;

17.2) Valorizar os profissionais da educação da rede pública municipal de ensino, de forma a equiparar em 80% (oitenta por cento), ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do plano, o seu rendimento médio aos demais profissionais com escolaridade equivalente;

17.3) Garantir condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de proporcionar qualidade na educação, fazendo com que se faça cumprir os critérios da lei nº. 11.738 de 16 de julho de 2008;

17.4) Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, inclusive dos de caráter temporário, como condição para auxiliar na melhoria da qualidade educacional;

17.5) Realizar, periodicamente, concurso público para preenchimento das vagas declaradas abertas em função da expansão da rede, aposentadorias e situações que justifiquem a contratação permanente do profissional;

17.6) Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e gestão escolar, realizados por profissionais habilitados na área de atuação;

17.7) Garantir a atualização e o cumprimento das diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino;

17.8) Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública e cumprir essa estratégia;

17.9) Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino;

17.10) Garantir, no prazo de até 2 anos do início deste plano, o aumento da hora atividade para um terço para todos os professores, de acordo com a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008; e

17.11) Estimular a existência de comissões nos fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino, atuando em todas as instâncias do município, para subsidiar os órgãos na atualização dos planos de carreira.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica (educação infantil e ensino fundamental). Para o Plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1.a). Abertura constante de concurso público para efetivação e criação de mecanismos legais para abertura de vagas quando os docentes encontram-se em situação de afastamento definitivo; 18.1.b). Criar e efetivar mecanismos legais para abertura de vagas quando os docentes encontrarem-se em situação de afastamento definitivo.

18.2) Participar do Fórum Permanente de Educação, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil: a) participar da conferência estadual, regional, intermunicipal e municipal, bem como participar da avaliação e acompanhamento do processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal; d) participar das articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual de Educação e do Fórum de Educação do Município; e) acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação;

18.3) Fazer revisão do plano de carreira de forma tripartite com representação igualitária (governo, sindicato e profissionais da educação) de quatro em quatro anos;

18.4) Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

18.5) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.6) Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas e demais profissionais da educação;

18.7) Estabelecer diretrizes para consolidar a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano, no âmbito da eleição de diretores de escolas e CDIs, e assegurar condições para a continuidade de sua implementação;

18.8) Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação,

execução e avaliação da gestão escolar da educação básica da rede pública municipal, no prazo de um ano após a publicação deste Plano;

18.9) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a manutenção de portais eletrônicos de transparência no prazo de um ano da publicação deste documento;

18.10) Criar e/ou fortalecer e/ou consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE) e conselho de controle social, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas;

18.11) Consolidar e fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plural (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras;

18.12) Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal;

18.13) Criar e/ou fortalecer a comissão de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

18.14) Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos investimentos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos mesmos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às unidades escolares;

18.15) Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar, incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;

18.16) Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação;

18.17) Garantir que, no Plano de Carreira, constem progressões por tempo de serviço, por formação continuada, inclusive para mestrado e doutorado, e também que garantam licença prêmio e licença remunerada para cursos de pós-graduação na área;

18.18) Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação e estabelecer diretrizes para consolidar a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste plano, no âmbito da eleição de diretores de escolas e CDIs, e assegurar condições para a continuidade de sua implementação;

18.19) Estimular a participação de professores, servidores e estudantes no processo de escolha de gestores das instituições de

ensino;

18.20) Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal; e

18.21) Equiparar o salário de todos os professores do município com o piso dos professores da rede federal, observando, formação e carga horária, no prazo de 5 anos após aprovação do Plano.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das políticas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1) Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(as) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.2) Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

19.3) Estimular e garantir a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.4) Estimular e garantir a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.5) Estimular e garantir a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

19.6) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.7) Assegurar programas de formação de gestores escolares;

19.8) Assegurar condições para a implementação da gestão democrática;

19.9) Estimular a gestão democrática da educação; e

19.10) Aproximar as gestões municipais, estaduais e privadas para que caminhem em direção a valores culturais, regionais, sociais (valorização da cultura gasparense); de forma que aconteçam trocas de informações entre elas, para melhor organização pedagógica. (escolha de livro didático; eventos municipais; programações; festivais culturais e esportivos).

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência

desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2) Cooperar, com a União e o Estado, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3) Acompanhar, junto à UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação/Santa Catarina), a destinação de recursos previstos em âmbito federal e estadual para a manutenção e desenvolvimento da educação básica, nos termos dos art. 212 e 214, da Constituição Federal;

20.4) Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212, da Constituição Federal, garantindo a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados na educação;

20.5) Desenvolver, com apoio da contabilidade municipal, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação infantil e ensino fundamental;

20.6) Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica;

20.7) Acompanhar a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e do art. 211 da Constituição Federal, de forma verificar as normas de cooperação entre a União, o Estado e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema municipal de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União e do Estado no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação municipal;

20.8) Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de sua implementação;

20.9) Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em regime de colaboração e a participação financeira com a União, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do art. 211, da Constituição Federal;

20.10) Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino;

20.11) Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e os instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, e os respectivos PPAs (Plano Plurianual), LDOs (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOAs (Lei Orçamentária Anual), na

educação infantil e no ensino fundamental;

20.12) Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação;

20.13) Garantir a aplicação e ampliação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas;

20.14) Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino;

20.15) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre a Secretaria de Educação do Município, os Tribunais de Contas do Estado, e o Ministério Público; e

20.16) Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 36/2015

ERRATA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA EMBARCAÇÕES E MOTORES NÁUTICOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PREZADOS,

NO OBJETO DO EDITAL, ONDE SE LÊ:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA EMBARCAÇÕES E MOTORES NÁUTICOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

COMPRIENDA-SE:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA EMBARCAÇÕES E MOTORES NÁUTICOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

AS DEMAIS INFORMAÇÕES PERMANECEM INALTERADAS.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de julho de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 13.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LIMPEZA SERVIÇO PROTEÇÃO ALTA COMPLEXIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,,FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 16/15, Edital de Pregão Presencial Nº 13/15. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção das atividades do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 31/07/15; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 31/07/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 20 de julho de 2015.
IDIONE FABBI KROTH,
Ordenadora do FMAS

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 508/2015

DECRETO Nº. 508/2015

Reglamenta a Lei Complementar nº. 70/2014, de 08 de dezembro de 2014, a qual estabelece condições para a regularização de edificações e benfeitorias no Município de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Para os efeitos da Lei Complementar 70/2014, consideram-se as seguintes definições:

I - Consideram-se finalizadas as edificações ou benfeitorias que tenham utilização comprovada por mais de 5 (cinco) anos, com condições mínimas de uso seguro e constante da edificação ou benfeitoria;

II - A Certidão de Regularização refere-se apenas à regularização de edificações ou benfeitorias, excluindo-se parcelamento do solo de qualquer natureza;

III - A data da solicitação coincide com a data de abertura de protocolo junto à Prefeitura Municipal;

IV - Consideram-se normas urbanísticas da cidade aquelas constantes no Plano Diretor vigente, especialmente tabela de índices urbanísticos e zoneamento, não causando prejuízo a quaisquer áreas públicas, sejam passeios públicos, vias, praças ou outras;

V - Para efeitos do inciso VI do art. 4º da Lei Complementar 70/2014 entende-se que o alinhamento mínimo de 1,50m corresponde à distância mínima exigida pelo Código Civil Brasileiro em vigor para paredes com aberturas para ventilação e iluminação da edificação. Não desobriga da exigência de se respeitar os recuos mínimos estabelecidos pelo Plano Diretor e Código de Obras, especialmente em se tratando dos índices urbanísticos e zoneamento;

Art. 2º. O interessado deverá efetuar o pagamento das tarifas de análise de projeto, a fim de consultar a viabilidade para regularização da edificação ou benfeitoria junto à Defesa Civil e à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Dependendo do uso da edificação, também deverão ser consultadas a Vigilância Sanitária e a Fundação do Meio Ambiente, mediante o pagamento das respectivas tarifas.

§ 1º A tarifa de análise de projeto, prevista no inciso III, art. 2º, da Lei nº 70/2014, será igual a 30% da UFM – Unidade Fiscal Municipal vigente, por análise a ser realizada.

§ 2º As consultas de viabilidade mencionadas no caput deverão ser apresentadas para a aprovação do projeto de regularização.

Art. 3º. O pedido de análise de projeto deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I – Matrícula atualizada do imóvel, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, a fim de comprovar que o Requerente é o legítimo proprietário do mesmo;

II – Documento comprovando que a edificação foi erigida e concluída há mais de 05 (cinco) anos, nos termos do art 3º, da Lei

Complementar nº. 70/2014;

Art. 4º. A tarifa regularização, para emissão da Certidão de Regularização de edificação ou benfeitoria, prevista no inciso IV, § 1º, art. 6º, da Lei nº. 70/2014, será igual a 10% (dez por cento) de 1 (uma) UFM para cada unidade de área construída da edificação, ou seja, corresponderá à seguinte fórmula:

Onde:

I - Act corresponde à Área Construída Total da edificação ou benfeitoria a regularizar;

II – UFM corresponde à Unidade Fiscal Municipal fixada para o ano da solicitação;

Art. 5º. A tarifa de regularização definida neste decreto será aplicada independentemente do uso da edificação e/ou benfeitoria a regularizar.

Art. 6º. Para regularização da edificação ou benfeitoria deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - O resultado da análise prévia da Defesa Civil, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e, quando necessário, da Vigilância Sanitária e Fundação do Meio Ambiente;

II - Cópias do projeto arquitetônico, na quantidade determinada pelo órgão municipal competente, contendo a assinatura do proprietário e do responsável técnico pelo projeto para fins de regularização;

III - Matrícula atualizada do imóvel, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim;

IV - O respectivo documento de responsabilidade técnica do projeto para fins de regularização, atestando a conclusão da obra naquela data e as condições atuais de habitabilidade e segurança;

V - Aprovação do projeto e declaração das concessionárias ou prestadoras de serviços públicos, Corpo de Bombeiros, Fundação de Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Defesa Civil e demais instâncias federais, estaduais e municipais competentes, no que couber e quando devidos, comunicando a aceitação ou aprovação das soluções ou projetos respectivos;

Parágrafo único. As condições de habitabilidade e segurança da edificação deverão ser documentalmente comprovadas pelo proprietário do imóvel ou interessado, competindo-lhe a apresentação da documentação solicitada pelos técnicos da Prefeitura para fins de regularização da edificação ou benfeitoria.

Art. 6º. A Certidão de Regularização de Edificação deverá conter as seguintes informações:

I - Dados do proprietário;

II - Dados do responsável pela construção, caso não seja o proprietário;

III - Localização perfeita do imóvel;

IV - Data de comprovação de conclusão da obra a regularizar;

V - Matrícula Imobiliária e área do terreno;

VI - Cadastro imobiliário e inscrição imobiliária correspondentes;

VII - Informação de que o requerente poderá solicitar o Alvará de Habite-se após a emissão da Certidão de Regularização;

Art. 7º. Além do presente decreto, a aprovação dos projetos de regularização e emissão das certidões de regularização deverão obedecer ao disposto na Lei Complementar nº. 70/2014.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 509/2015

DECRETO Nº. 509/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 50.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), constante do orçamento Municipal, conforme LEI Nº. 4237/2015, a saber:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

2139 – Piso da Atenção Básico Fixo – Pab Fixo

33910000000000 – Aplicação direta decorrente de operações entre órgãos

13808 – Piso de atenção básica R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém anulação dos itens abaixo relacionados:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

2040 – Piso de Atenção Básica Variável – Saúde da Família

31900000000000 – Aplicações diretas

13808 – Piso de atenção básica R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 510/2015

DECRETO Nº. 510/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.051.183,11.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.051.183,11 (um milhão, cinquenta e um mil, cento e oitenta e três reais e onze centavos), constante do orçamento Municipal, conforme a lei Nº. 4238/2015, a saber:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

1009 – Construção, ampliação, reforma e equip. para unidade

44900000000000

10200 R\$ 60.000,00

13300 R\$ 150.000,00

13300 R\$ 186.000,00

33300 R\$ 38.183,11

2038 – Manutenção dos serviços especializados de saúde

33500000000000

10200 R\$ 36.000,00

2044 – Manutenção do programa de assistência farmacêutica

31900000000000

10200 R\$ 100.000,00

2046 – Vigilância em saúde- vigilância sanitária

31900000000000

10200 R\$ 215.000,00

2114 – Manutenção das ações do Conselho de Saúde

33900000000000

10200 R\$ 6.000,00

2132 – Nasf SC – cofinanciamento da atenção básica

33900000000000

13870 R\$ 20.000,00

2139 – Piso de atenção básico fixo – pab fixo

33900000000000

13808 R\$ 200.000,00

2159 – Vigilância em saúde – agente de endemia

31900000000000

10200 R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do excesso de arrecadação e tendência no valor de R\$ 186.000,00 ao vínculo 13300, do superávit financeiro apurado no exercício anterior no valor de R\$ 38.183,11 ao vínculo 33300 e da anulação dos itens abaixo relacionados:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

1029 – Aquisição de veículos - FMS

44900000000000

13300 R\$ 150.000,00

2032 – Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde

31900000000000

10200 R\$ 100.000,00

2038 – Manutenção dos serviços especializados de saúde

31900000000000

10200 R\$ 351.000,00

2040 – Piso da atenção básica variável – saúde da família

31900000000000

13808 R\$ 200.000,00

2114 – Manutenção das ações do Conselho de Saúde

31900000000000

10200 R\$ 6.000,00

2132 – Nasf SC – cofinanciamento da atenção básica

31900000000000

13870 R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

ERRATA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2015 – FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Credenciamento n.º 006/2015 – FMS.

Nos itens 2.1 e 2.3 do Edital, no qual se estabelece o objeto do certame e itens, se inclui a especialidade "CARDIOLOGIA".

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 13 de abril de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 1 ADIT 20 2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 03/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de Licitação: 20/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: Locação do imóvel para as instalações do CAED - Centro de Apoio Educacional, situado na rua Athanásio Rosa, Amizade, Guaramirim-SC.

2.1. O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato 11/03/2015 à 10/03/2016.

b) reajustar o valor do contrato.

Aos valores das locações pagas, incidirá o reajuste de 7,67% (sete vírgula sessenta e sete por cento), com base no índice nacional de preço ao consumidor - INPC, perfazendo o valor mensal de R\$ 2.422,57 (dois mil quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos), em face de previsão expressa da Cláusula Segunda, item 2.2 do contrato originário.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: VLJ Empreendimentos Imobiliários LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.979.112/0001-40.

GUARAMIRIM (SC), 11/03/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 10 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 17/2015
DÉCIMO TERMO ADITIVO

Processo de Licitação: 79/2012 - PMG
Modalidade: Tomada e Preço – Obra e Serviço de Engenharia
Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE, O C.E.I. ZILVA FLORES, DO BAIRRO AMIZADE.

a) prorrogar o prazo de execução da obra em mais 60 (sessenta) dias (13/08/2015)

b) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 13/09/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.279.711/0001-60 estabelecida na Rod BR 280, Nº 4517- Fundos – Boa Vista – Canoinhas SC.

GUARAMIRIM (SC), 12/06/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO 09 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 17/2015
NONO TERMO ADITIVO

Processo de Licitação: 79/2012 - PMG
Modalidade: Tomada e Preço – Obra e Serviço de Engenharia
Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE, O C.E.I. ZILVA FLORES, DO BAIRRO AMIZADE.

aditivo de valor :

Conforme parecer técnico do setor de Planejamento da Prefeitura de Guaramirim de 06 de Abril de 2015, anexo no processo licitatório, onde descreve conforme planilha alguns serviços a incluir principalmente vidros na obra.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.279.711/0001-60 estabelecida na Rod BR 280, Nº 4517- Fundos – Boa Vista – Canoinhas SC.
Valor do Contrato: de R\$ 11.888,74 (onze mil oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

GUARAMIRIM (SC), 15/05/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 24/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 24/2014-FMS

Processo de Licitação: 35/2014 - FMS

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para construção da nova unidade do Posto de Saúde do Bairro Bananal do Sul

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: MD Arquitetura e Construção LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.338.882/0001-62, com sede na Rua Adolpho Augusto Alfredo Ziemann, n.

º 225, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) Fica prorrogado o prazo de execução da obra até 31/12/2015 conforme justificativas apresentadas pela Secretaria de Planejamento anexa ao processo licitatório.

b) Fica alterada a cláusula décima oitava do contrato n.º 24/2014, prorrogando o termo final de vigência do contrato para 14/02/2016.

Data da Assinatura: 19/06/2015 Vigência 14/02/2016.

GUARAMIRIM (SC), 19/06/2015

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4235/2015

LEI Nº. 4235/2015

Institui a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA no Âmbito do Hospital Municipal Santo Antônio.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída no âmbito da Autarquia Municipal Hospital Municipal Santo Antonio, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, que será constituída de acordo com a Norma Regulamentadora - NR-5, aprovada pela Portaria Nº. 3.214, de 08 de junho de 1978, em atendimento ao disposto no artigo 7º, XXII e 39, § 3º da Constituição Federal.

Art. 2º. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA tem como objetivo desenvolver, promover, coordenar e executar ações que visem:

I - prevenir acidentes de trabalho e/ou doenças ocupacionais;

II - promover a saúde do trabalhador com a preservação da vida e visando a melhoria do meio ambiente de trabalho.

Art. 3º. A CIPA terá por atribuições:

I - discutir os acidentes de trabalho;

II - sugerir medidas de prevenção de acidentes julgadas necessárias, por iniciativa própria ou sugestões de outros servidores, encaminhando-as a Coordenadoria de Saúde Ocupacional e à Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

III - divulgar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho ou de regulamentos e instrumentos de serviço emitidos pela Administração;

IV - despertar o interesse dos servidores pela prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais, estimular e sensibilizá-los permanentemente a adotar comportamento preventivo durante o trabalho;

V - investigar ou participar, com a Segurança e Medicina do Trabalho, da investigação de causas, circunstâncias e consequências dos acidentes e das doenças ocupacionais, acompanhando a execução de medidas corretivas;

VI - sugerir a realização de cursos, treinamentos e campanhas que julgar necessário para melhorar o desempenho dos servidores quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;

VII - promover e divulgar o zelo pela observância das Normas de Segurança, bem como a promoção da Semana Interna de Prevenção de Acidentes - SIPAT;

VIII - apresentar sugestões e recomendações quanto à prevenção de acidentes, visando a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), e de proteção coletiva (EPC), fornecidos pela Administração, solicitando medidas para reduzir/neutralizar e até eliminar os riscos existentes.

Art. 4º. A CIPA será composta por servidores indicados pela Administração da Autarquia e eleitos pelos servidores.

Art. 5º. Os representantes da Autarquia Municipal serão nomeados por ato do Gestor do Hospital Municipal Santo Antônio.

Art. 6º. Os representantes dos servidores, titulares e suplentes, serão eleitos em votação secreta, do qual deverão participar os servidores interessados, que estejam no efetivo exercício de suas funções.

Parágrafo único. O mandato dos membros eleitos da CIPA será de 01 (um) ano permitida 01 (uma) reeleição.

Art. 7º. O processo eleitoral para a constituição da CIPA será coordenado por uma Comissão formada pelos seguintes membros:

I - 04 (quatro) membros efetivos;

II - 03 (três) membros suplentes;

Art. 8º. O servidor público poderá se candidatar a membro da CIPA desde que:

I - esteja no efetivo exercício de suas funções;

II - tenha cumprido o estágio probatório na data da inscrição;

III - não esteja no exercício exclusivo do cargo de provimento em comissão ou função gratificada;

IV - não exerça emprego ou função pública de natureza temporária.

§ 1º O servidor que desejar concorrer a eleição deverá inscrever-se individualmente mediante o preenchimento de formulário próprio.

§ 2º Será considerada nula a inscrição efetuada em desacordo com as normas estabelecidas nesta lei e no edital que vier a dispor sobre o processo eleitoral.

Art. 9º. Assumirão a condição de membros titulares os candidatos mais votados, observada a ordem de colocação decrescente, que

também se aplicará aos membros suplentes.

§ 1º Em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior tempo de serviço público prestado no âmbito do Hospital Municipal Santo Antônio.

§ 2º Os candidatos votados e não eleitos serão relacionados na ata de eleição e apuração, em ordem decrescente de votos, possibilitando nomeação posterior em caso de vacância de suplentes.

Art. 10. O membro titular perderá o mandato, sendo substituído por suplente, quando faltar a mais de quatro reuniões ordinárias, sem justificativa.

§ 1º No caso de apresentação de justificativa, caberá a CIPA proceder a avaliação da mesma.

§ 2º A vacância definitiva de cargo, ocorrida durante o mandato, será suprida por suplente, obedecida a ordem de colocação decrescente registrada na ata de eleição.

Art. 11. A Autarquia Municipal designará, dentre seus representantes, o Presidente da CIPA, e os representantes dos servidores escolherão, dentre os titulares, o Vice-Presidente.

§ 1º Em caso de afastamento definitivo do Presidente, a Administração indicará o substituto, em 02 (dois) dias úteis, preferencialmente dentre os membros da CIPA.

§ 2º No caso de afastamento definitivo do Vice-Presidente, os membros titulares da representação dos servidores escolherão, dentre eles, o substituto em 02 (dois) dias úteis.

Art. 12. Serão indicados pelos membros da CIPA, um secretário e seu substituto, dentre os componentes ou não da comissão, sendo, neste último caso, necessária a concordância da Administração.

Art. 13. A Administração deverá proporcionar aos membros da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes do Plano de Trabalho, e promovendo treinamento para titulares e suplentes, contemplando os seguintes itens:

I - estudo do ambiente das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo;

II - metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho;

III - noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes no ambiente de trabalho;

IV - noções sobre a síndrome da imunodeficiência - AIDS e medidas de prevenção;

V - noções sobre as legislações trabalhistas e previdenciárias relativas à Segurança e Saúde no Trabalho;

VI - princípios gerais de higiene do trabalho e de medidas de controle dos riscos;

VII - organização da CIPA e outros assuntos necessários aos exercícios de suas atribuições.

Art. 14. Compete a todos os servidores:

I - participar da eleição de seus representantes;

II - colaborar com a gestão da CIPA;

III - indicar à CIPA, à Coordenadoria de Saúde Ocupacional e à Administração as situações de risco e apresentar sugestões para melhoria das condições de trabalho;

IV - observar e aplicar no ambiente de trabalho as recomendações quanto a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

Art. 15. Compete ao Presidente da CIPA:

I - convocar os membros para as reuniões da CIPA;

II - coordenar as reuniões da CIPA, encaminhando cópia das atas para a Administração;

III - informar todas as Secretarias sobre os trabalhos da CIPA;

IV - coordenar e supervisionar as atividades do Secretário da CIPA;

V - manter a CIPA em condições necessárias para o desenvolvimento de seus trabalhos;

VI - coordenar e supervisionar as atividades da CIPA, zelando para que os objetivos propostos sejam alcançados;

VII - delegar atribuições ao Vice-Presidente.

Art. 16. Cabe ao Vice-Presidente:

I - executar as atribuições que lhe forem delegadas;

II - substituir o Presidente nos seus impedimentos eventuais ou nos seus afastamentos temporários.

Art. 17. O Secretário da CIPA terá por atribuição:

I - acompanhar as reuniões da CIPA, redigir e apresentar as atas para aprovação e assinatura dos membros presentes;

II - preparar as correspondências;

III - outras que lhe forem conferidas.

Art. 18. A CIPA terá reuniões ordinárias mensais, de acordo com o calendário preestabelecido.

§ 1º As reuniões ordinárias da CIPA serão realizadas durante o expediente normal de trabalho.

§ 2º As reuniões da CIPA terão atas assinadas pelos presentes com encaminhamento de cópias para um representante de cada Secretaria.

Art. 19. A CIPA realizará reuniões extraordinárias quando:

I - houver denúncia de situação de risco grave e eminente que determine aplicação de medidas corretivas de emergência;

II - ocorrer acidente de trabalho grave ou fatal;

III - houver solicitação expressa de uma das Secretarias.

Art. 20. As decisões da CIPA serão, preferencialmente, tomadas por consenso.

§ 1º Não havendo consenso e frustradas as tentativas de negociação direta ou com mediação, será instalado processo de votação, registrando-se a ocorrência na ata da reunião.

§ 2º Das decisões da CIPA caberá pedido de reconsideração, mediante requerimento justificado.

§ 3º O pedido de reconsideração será apresentado a CIPA, até a próxima reunião ordinária, quando será analisado, devendo o Presidente e o Vice-Presidente efetuar os encaminhamentos necessários.

Art. 21. Compete ao Secretário Municipal de Administração e Finanças convocar eleições para escolha dos representantes dos servidores na CIPA e proceder a comunicação ao Sindicato da categoria.

Art. 22. O Secretário Municipal de Administração e Finanças constituirá, dentre os servidores da Administração Pública Municipal, a Comissão Eleitoral, que será responsável pela organização e acompanhamento do processo eleitoral.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Eleitoral a responsabilidade:

- I - pelo acompanhamento das inscrições;
- II - divulgação dos inscritos;
- III - rubrica das cédulas;
- IV - acompanhamento da votação;
- V - guarda das cédulas, efetivação, apuração; e
- VI - declaração dos eleitos, titulares e suplentes.

Art. 23. O processo eleitoral observará as seguintes condições:

I - publicação e divulgação de edital, em locais de fácil acesso e visualização, no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias antes da data marcada para a eleição. A publicação e divulgação deverão ser efetivadas de forma que a maioria dos servidores tomem conhecimento do desencadeamento do processo de eleição. O prazo de 45 (quarenta e cinco) dias deverá ser observado para permitir que os servidores se candidatem e que possam efetivamente participar do processo. Após o encerramento das inscrições, a Comissão Eleitoral deverá dar ampla divulgação dos candidatos;

II - A inscrição e a eleição serão individuais. As inscrições ficarão abertas pelo período mínimo de 15 (quinze) dias, de forma a garantir a possibilidade de participação de todos os servidores que assim o desejarem;

III - As inscrições serão livres, com fornecimento de comprovante que deverá conter a data da efetivação do ato de inscrição e a assinatura de quem a recebeu;

IV - A realização da eleição deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias antes da posse da CIPA;

V - A realização de eleição ocorrerá em dia normal de trabalho, respeitando os horários de turnos e em horário que possibilite a participação da maioria dos servidores. As eleições deverão respeitar os turnos de trabalho, quando houver. Será obrigatória a utilização de urnas "itinerantes", de forma a garantir maior participação;

VI - O voto será secreto;

VII - A apuração dos votos se dará em horário normal de trabalho, com acompanhamento de representante da Administração Municipal e dos servidores, em número a ser definido pela Comissão Eleitoral. Ocorrendo eleição em mais de um dia ou em não havendo possibilidade de apuração no término da votação, a Comissão Eleitoral deve garantir a guarda segura dos votos;

VIII - Caberá ao Diretor de Serviços Gerais a guarda de todos os documentos relativos à eleição, por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

Art. 24. O Processo Eleitoral obedecerá ao seguinte cronograma:

I - 60 (sessenta) dias antes do pleito - convocação da eleição;

II - 55 (cinquenta e cinco) dias antes do pleito - nomeação da Comissão Eleitoral;

III - 45 (quarenta e cinco) dias antes do pleito - publicação do edital, com as regras da eleição e comunicação ao sindicato da categoria;

IV - 30 (trinta) dias antes do pleito - início das inscrições para os candidatos;

V - 15 (quinze) dias antes do pleito - término das inscrições para os candidatos;

VI - DIA DO PLEITO - votação;

VII - 01 (um) dia depois do pleito - apuração e divulgação do resultado;

VIII - de 10 (dez) a 15 (quinze) dias depois do pleito - início do curso de CIPA;

IX - 30 (trinta) dias depois do pleito - posse e início dos trabalhos.

Art. 25. Havendo participação inferior a 50% (cinquenta por cento) dos servidores na votação não haverá a apuração dos votos e a Comissão Eleitoral deverá organizar outra votação que ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 26. As denúncias sobre o processo eleitoral deverão ser protocoladas com o Diretor de Serviços Gerais, até 30 (trinta) dias após a data da posse dos membros da CIPA.

Art. 27. Compete à Comissão Eleitoral, confirmadas as irregularidades no processo eleitoral, determinar a sua correção ou proceder a anulação quando for o caso, nos termos da Lei Federal Nº. 6.514/1977.

Art. 28. No caso de anulação, o Gestor do Hospital Municipal Santo Antônio convocará nova eleição no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência, garantidas as inscrições anteriores. Nesse caso, ficam reabertos todos os prazos anteriormente definidos e deverão ser observadas novamente todas as regras estabelecidas.

Parágrafo único. Quando a anulação se der antes da posse dos membros da CIPA, ficará assegurada a prorrogação do mandato anterior, quando houver, até a complementação do processo eleitoral.

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, com base nas disposições contidas na NR 5.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4236/2015

LEI Nº. 4236/2015

Autoriza o desenvolvimento do Projeto "Conviver", através do Fundo Municipal do Idoso de Guaramirim – FMIG.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desenvolver o Projeto "Conviver" através do Fundo Municipal do Idoso de Guaramirim – FMIG, tendo como principal objetivo fortalecer o apoio aos clubes de idosos do Município, contribuindo para o desenvolvimento do apoio social e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Art. 2º. Para a execução do projeto, será despendido do Fundo Municipal do Idoso de Guaramirim – FMIG o valor de R\$ 60.872,00 (sessenta mil, oitocentos e setenta e dois reais), subdividido em parcelas nos seguintes valores:

- I – Primeira parcela: R\$ 9.550,00;
- II – Segunda parcela: R\$ 21.722,00;
- III – Terceira parcela: R\$ 6.200,00;
- IV – Quarta parcela: R\$ 6.200,00;
- V – Quinta parcela: R\$ 17.200,00.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento e avaliação do Projeto "Conviver".

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente do Fundo Municipal do Idoso de Guaramirim – FMIG.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4237/2015

LEI Nº. 4237/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

- 12.00 – Fundo Municipal de Saúde
- 12.001
- 2139 – Piso da Atenção Básico Fixo – Pab Fixo
- 33910000000000 – Aplicação direta decorrente de operações entre órgãos
- 13808 – Piso de atenção básica R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém anulação dos itens abaixo relacionados:

- 12.00 – Fundo Municipal de Saúde
- 12.001
- 2040 – Piso de Atenção Básica Variável – Saúde da Família
- 31900000000000 – Aplicações diretas

13808 – Piso de atenção básica R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4238/2015

LEI Nº. 4238/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.051.183,11.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.051.183,11 (um milhão, cinquenta e um mil, cento e oitenta e três reais e onze centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

- 12.00 – Fundo Municipal de Saúde
- 12.001
- 1009 – Construção, ampliação, reforma e equip. para unidade
- 44900000000000
- 10200 R\$ 60.000,00
- 13300 R\$ 150.000,00
- 13300 R\$ 186.000,00
- 33300 R\$ 38.183,11
- 2038 – Manutenção dos serviços especializados de saúde
- 33500000000000
- 10200 R\$ 36.000,00
- 2044 – Manutenção do programa de assistência farmacêutica
- 31900000000000
- 10200 R\$ 100.000,00
- 2046 – Vigilância em saúde- vigilância sanitária
- 31900000000000
- 10200 R\$ 215.000,00
- 2114 – Manutenção das ações do Conselho de Saúde
- 33900000000000
- 10200 R\$ 6.000,00
- 2132 – Nasf SC – cofinanciamento da atenção básica
- 33900000000000
- 13870 R\$ 20.000,00
- 2139 – Piso de atenção básico fixo – pab fixo
- 33900000000000
- 13808 R\$ 200.000,00
- 2159 – Vigilância em saúde – agente de endemia
- 31900000000000
- 10200 R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do excesso de arrecadação e tendência no valor de R\$ 186.000,00 ao vínculo 13300, do superávit financeiro apurado no exercício anterior no valor de R\$ 38.183,11 ao vínculo 33300 e da anulação dos itens abaixo relacionados:

- 12.00 – Fundo Municipal de Saúde
- 12.001
- 1029 – Aquisição de veículos - FMS
- 44900000000000
- 13300 R\$ 150.000,00
- 2032 – Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde
- 31900000000000
- 10200 R\$ 100.000,00

2038 – Manutenção dos serviços especializados de saúde
31900000000000
10200 R\$ 351.000,00
2040 – Piso da atenção básica variável – saúde da família
31900000000000
13808 R\$ 200.000,00
2114 – Manutenção das ações do Conselho de Saúde
31900000000000
10200 R\$ 6.000,00
2132 – Nasf SC – cofinanciamento da atenção básica
31900000000000
13870 R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 483/2015

PORTARIA Nº. 483/2015

Anula o Processo Administrativo Disciplinar Instaurado pela Portaria nº. 362/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

RESOLVE:

Art. 1º. Anular Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 362/2015, devido ao vício formal insanável apurado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 484/2015

PORTARIA Nº 484/2015

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes do servidor M. G. B., levantadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

Considerando a Portaria nº. 483/2015, que anula o Processo Administrativo Disciplinar Instaurado pela Portaria nº. 362/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, incisos I, III, IV, VIII e X da Lei Complementar nº. 007/2001, 23 de novembro de 2001, atribuída à servidora M. G. B., matrícula 466732, na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Francinne Maira Espezim, Daniela Pereira da Silva e Maria do Nascimento Isidoro, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 485/2015

PORTARIA Nº 485/2015

EXONERA Fernanda de Resende Rien Machado.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Fernanda de Resende Rien Machado, da função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 486/2015

PORTARIA Nº 486/2015

CONTRATA Fernanda de Resende Rien Machado através do Concurso Público 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Fernanda de Resende Rien Machado, através do Concurso Público 02/2011, na função de Agente Administrativo II, vinculada a Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 17 de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 487/2015

PORTARIA Nº. 487/2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE à Keli Cristina Sommer.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade à Keli Cristina Sommer, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 10 de julho de 2015, pelo prazo de 180 dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de julho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 829/2015

PORTARIA Nº 829/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora LIGIA BACALTCHUK (Matr. 774), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímica, Nível – 10/2, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 20 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 20 de julho de 2015 a 31 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 830/2015

PORTARIA Nº 830/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao servidor JOÃO DA SILVA (Matr. 207), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "I", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 831/2015

PORTARIA Nº 831/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à servidora ORAIDE SALETE CALDEROLI (Matr. 2083), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 832/2015

PORTARIA Nº 832/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO (Matr. 02), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, Nível – 12/1, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de julho de 2015 a 31 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 833/2015

PORTARIA Nº 833/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora TATIANA SAUCEDO (Matr. 2798), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de julho de 2015 a 31 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 834/2015

PORTARIA Nº 834/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 09 (nove) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 437/2015, do Servidor FERNANDO HERRMANN (Matr. 3048), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de junho de 2013 e 31 de maio de 2014, para serem gozadas a partir de 20 de julho de 2015 a 28 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 835/2015

PORTARIA Nº 835/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora HELENA MARIA FOPPA (Matr. 99), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "Q", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de abril de 2014 e 07 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto

de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 836/2015

PORTARIA Nº 836/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora EDNA MARIA MENDES (Matr. 2865), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível – 12/1, Referência "B", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2013 e 16 de dezembro de 2014, para serem gozadas a partir de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 837/2015

PORTARIA Nº 837/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ZULEICA BARTH DASSI (Matr. 972), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 10, Referência "F", 10 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de outubro de 2013 e 30 de setembro de 2014, para serem gozadas a partir de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 838/2015

PORTARIA Nº 838/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ROSENILDE PEDROZO DE ALMEIDA (Matr. 3022), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde- ACS, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de março de 2014 e 08 de março de 2015, para serem gozadas a partir de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 839/2015

PORTARIA Nº 839/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora IVETE SILVA ROVEA (Matr. 2822), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde- ACS, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26 de agosto de 2013 e 25 de agosto de 2014, para serem gozadas a partir de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 840/2015

PORTARIA Nº 840/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SAIONARA FERREIRA FRANÇA (Matr. 2733), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde- ACS, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa

de Saúde da Família, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2014 e 14 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 841/2015

PORTARIA Nº 841/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao servidor ADRIANO JOSÉ DE ARAÚJO (Matr. 2867), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 17 de dezembro de 2013 e 16 de dezembro de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 842/2015

PORTARIA Nº 842/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao servidor ROBERTO BRANDALISE (Matr. 2770), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 11 de junho de 2013 e 02 de setembro de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de julho de 2015 a 18 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 843/2015

PORTARIA Nº 843/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARILENE ZANINI MILANI (Matr. 061), nascida aos 11/07/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 5.1/B anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 5.1/C, anexo XI, a partir de 20 de julho de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de julho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de Gás Oxigênio Medicinal para uso na Secretaria Municipal de Saúde, inclusive UPA 24hs, com o fornecimento de Cilindros em comodato pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 06/08/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de julho de 2015

NELSON GUINDANI
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de carga de gás de cozinha (GLP) para uso das Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16h30min do dia 03/08/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de julho de 2015.

NELSON GUINDANI
PREFEITO

TERMO DE CONVÊNIO 001/2015

Termo de Convênio 001/2015

Termo de Convênio que entre si fazem de um lado o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82939430/0001-38, representada neste ato pelo Prefeito Municipal NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d'Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 17.757.127/0001-52, com sede no município de Fraiburgo – SC, Avenida João Marques Vieira, n. 975, Centro, neste ato devidamente representada por seu Presidente, Sr. Flávio José Martins, RG 227.817 e CPF 133.199.739-91, residente e domiciliado em Fraiburgo/SC, tem entre si justos e contratados, na melhor forma do direito, de acordo com a Lei Municipal nr. 3106 de 07 de julho de 2015 e pelas cláusulas abaixo, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto estabelecer normas para a realização de exames oftalmológicos, bem como avaliações pré e pós cirúrgica na realização de procedimentos cirúrgicos de catarata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Compete ao Município:

- a) O transporte adequado dos pacientes, até o local de realização dos exames e cirurgias;
- b) Arcar com o pagamento das despesas com transporte dos pacientes;
- c) Arcar com o pagamento das despesas decorrentes dos procedimentos realizados para a realização de exames oftalmológicos, bem como avaliações pré e pós cirúrgica na realização de procedimentos cirúrgicos de catarata;

Compete a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC:

- a) Adotar todas as medidas de higiene e determinações necessárias aos procedimentos.
- b) A realização dos exames oftalmológicos, das avaliações pré e pós cirúrgica e procedimentos cirúrgicos de catarata, de acordo com as normas técnicas exigidas e por profissionais habilitados para tal atividade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL

A ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, será responsável pelo adequado tratamento dos pacientes e eventuais prejuízos decorrentes de procedimentos civil e criminal.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES DOS PROCEDIMENTOS

Fica estabelecido os seguintes valores, para realização do procedimento de um (01) olho:

Avaliação pré-cirúrgica: R\$ 100,00 (cem reais)
Ceratometria: R\$ 3,37 (três reais e trinta e sete centavos)
Tonometria: R\$ 17,74 (dezessete reais e setenta e quatro centavos)
Map. de Retina: R\$ 24,24 (vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos)
Biometria: R\$ 24,24 (vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos)
US Globo Ocular: R\$ 59,40 (cinquenta e nove reais e quarenta centavos)
Avaliação pré-anestésica: R\$ 100,00 (cem reais)
Avaliação pós-cirúrgica: R\$ 50,00 (cinquenta reais)

Os valores estabelecidos nesta cláusula poderão ser reajustados anualmente de acordo com os índices nacionais, ou conforme a necessidade e acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Termo correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente para cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O Prazo de vigência deste Termo Convênio é de 3 (três) anos a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período se for de interesse das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, ou havendo interesse público, mediante notificação escrita por qualquer de suas modalidades, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba quaisquer espécies de indenização a qualquer uma das partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Fica vinculado a celebração do presente Convênio, a apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal, e da União, bem como Certidões negativas do INSS e FGTS, quando possuírem; cópia do Estatuto e alterações se houver; além de cópia do documento de Identidade e CPF do atual Presidente desta Associação.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d' Oeste(SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, para validade o que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteiradas.

Herval D'Oeste (SC), 07 de julho de 2015
NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval D'Oeste

Flávio José Martins
Presidente da ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 78 2015

DECRETO Nº 78, DE 17 DE JULHO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREAS DE TERRAS LOCALIZADAS NESTE MUNICÍPIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso IV e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a seguinte área de terras matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar:

Área de terras, de propriedade de Santa Terezinha Participações Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.059.318/0001-52, com sede na Avenida Hercílio Luiz, nº 2004, bairro Universitário, Tijucas, (SC), representante legal, Sr. José Clides Benatti, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, (SC), sob o nº 6.903, situada no lugar Ilhotinha, zona urbana do Município de Ilhota – SC, à Rua Guilherme João Brockveld, bairro Ilhotinha, contendo área de 1.403,64m² (um mil quatrocentos e três metros e sessenta e quatro decímetros quadrados) com as seguintes medidas coordenadas (UTM DATUM SIRGAS 2000) e confrontantes: Lado Norte, partindo no ponto denominado "V1" (E:717149.5336/N: 7021310.6704) seguindo ao sudeste em 55,05 metros, confrontando com a continuação da dita rua citada (Guilherme João Brockveld) até encontrar o ponto "V2" (E:717200.0336/ N: 7021288.7573); Lado Leste, seguindo do V2 na direção leste em 42,12 metros, até encontrar o "V3" (E: 717241.8739/N: 7021283.9041); seguindo do V3 na direção nordeste em 19,48 metros, confrontando com a dita rua citada (Guilherme João Brockveld) até encontrar o ponto "V4" (E: 717261.0445/N: 7021287.3618.); Lado leste, seguindo do V4 na direção sul em 12,47 metros até o ponto denominado "V11" (E:717259.8567/N: 7021274.9540); Lado Leste, segue do V11 no sentido sudoeste em 16,11 metros até o ponto denominado "V10" (E:717244.0039/N: 7021272.0947); Lado Sul, seguindo do V10 no sentido noroeste em 49,07 metros até encontrar o "V9" (E: 717244.0039/N: 7021272.0947); Lado Oeste, seguindo do V9 na direção Noroeste em 50,78 metros até encontrar o "V8" (E: 717148.6734/N: 7021297.); Lado Norte, segue do V8 na direção norte em 12,74 metros, confrontando com área 01 (remanescente) até o ponto de partida denominado "V1" (E:717149.5339/N: 7021310.6704).

Parágrafo único: A área descrita já foi objeto de doação ao Município de Ilhota, e destinada à área ocupada por rua.

Art. 2º Não incidirão despesas decorrentes da utilização do imóvel acima descrito, uma vez que a área foi doada ao Município pelo proprietário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 17 de julho de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Em ____/____/____ – Edição ____

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 078 DE 20 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 078 DE 20 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015 na importância de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	100	1.000	Aplicações Diretas	48.000,00
Total Suplementação	48.000,00			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	103	1.000	Aplicações Diretas	43.760,00
4.4.90.00.00.00.00.00	104	1.000	Aplicações Diretas	4.240,00
Total Suplementação	48.000,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 20 de julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 079, DE 20 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 079, DE 20 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial as disposições contidas na Lei n.1.878/2015, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em favor do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2015, na importância de R\$52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		1.023	Aplicações Diretas	52.000,00
Total Suplementação	52.000,00			

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.3.90.00.00.00.00.00	17	1.023	Aplicações Diretas	52.000,00	
Total Suplementação	52.000,00				

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 20 de julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 136, DE 10 DE JULHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 136, DE 10 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

GABINETE DO PREFEITO – GAB				
Manutenção da Secretaria de Governo				
04.122.0002-2.002				
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)		Aplicações Diretas	1.100.000,00	
Total	1.100.000,00			

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, referente exercício 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 10 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 139, DE 17 DE JULHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 139, DE 17 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 94.900,00 (noventa e quatro mil e novecentos reais), para novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA			
Convênio Polícia Militar			
06.181.0017-2.045			
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0012)		Aplicações Diretas	39.500,00
Convênio Rádio Patrulha			
06.181.0007-2.047			
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0013)		Aplicações Diretas	43.800,00
Convênio Gestão Compartilhada			
06.181.0007-2.124			
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0014)		Aplicações Diretas	11.600,00
Total	94.900,00		

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro de recursos próprios apurados até o exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 140, DE 17 DE JULHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 140, DE 17 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 172.971,57 (cento e setenta e dois mil e novecentos e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC			
Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Fundamental			
12.361.0009-1.005			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0029)		Aplicações Diretas	172.971,57
Total	172.971,57		

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, referente exercício 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de julho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 141.2015

DECRETO PMI Nº 141, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Revoga o Decreto PMI nº 126, de 9 de julho de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 32, I c/c art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO que o teor do ato administrativo já encontra-se no Decreto PMI nº 123/2015;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o poder-dever de rever seus próprios atos, anulando-os quando ilegais, em observância ao princípio da legalidade, ou, ainda, revogando-os quando se revelam inconvenientes ou inoportunos, visando sempre o interesse público, em conformidade ao princípio da autotutela previsto na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto PMI nº 126, de 9 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

ERRATA DECRETO PMI Nº 119.2015**ERRATA**

Estado de Santa Catarina
Município de Imbituba

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto nº 119/2015, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição nº 1787 de julho/2015, p.168, retifica-se a referida Lei Complementar para a redação correta, tornando-se sem efeito a publicação na edição 1787:

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

DECRETO PMI Nº 119, DE 9 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar no município – DTP/SEINFRA Nº 008/2015, do Processo Administrativo nº 6695/2015;

Considerando a Comunicação Interna do Departamento de Transportes Público nº 018/2015, do Processo Administrativo nº 6695/2015, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 6695/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor FRANCISCO PACHECO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº 222.829.719-49 e RG nº 596.903-4, nos termos do Processo Administrativo nº 6695/2015.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 9 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

ERRATA DECRETO PMI Nº 123.2015**ERRATA**

Estado de Santa Catarina
Município de Imbituba

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto nº 123/2015, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição nº 1787 de julho/2015, p.169-170, retifica-se a referida Lei

Complementar para a redação correta, tornando-se sem efeito a publicação na edição 1787:

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

DECRETO PMI Nº 123, DE 9 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – DTP/SEINFRA Nº 007/2015, do Processo Administrativo nº 6695/2015;

Considerando a Comunicação Interna do Departamento de Transportes Público nº 018/2015, do Processo Administrativo nº 6695/2015, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado, do Processo Administrativo nº 6695/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo ao Senhor HUMBERTO LUIZ DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 417.607.199-00 e RG nº 1341852, nos termos do Processo Administrativo nº 6695/2015.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 9 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

ERRATA DO EDITAL DO PROCULT 001/2015

ERRATA DO EDITAL DO PROCULT 001/2015

ERRATA DO EDITAL DO PROCULT 001/2015

No Edital do Procult nº 001/2015, publicado no Diário dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br) Edição nº 1784 página nº 211 de

14/07/2015 (terça-feira) constou erro no item 3, I na letra f) SE LÊ: Declaração informando que não é agente político, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, além de membros do CMIC e CMPC;

LEIA-SE: Declaração informando que não é agente político, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por

afinidade, até o segundo grau, além de membros do CMIC.
Assim fica o item citado do Edital devidamente corrigido.

Paulo Juchem Sefton
Secretário de Turismo, Esporte e cultura – SETEC
Superintendência de Cultura/ SECULT

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONCORRÊNCIA Nº. 03/2015 (PMI-SEAPI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 73/2015
CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 25 de agosto de 2015, licitação na modalidade de Concorrência, tipo menor percentual de repasse, regido pelo disposto na lei nº 8.666/93 e suas alterações, para outorga em regime de concessão dos serviços de remoção de veículos automotivos retidos em operações de fiscalização de trânsito urbano e a nível rodoviário municipal, no âmbito da sua circunscrição, infrações previstas no código de trânsito brasileiro, aprovado pela lei 9.503 de 23.09.97, e suas alterações, bem como sua guarda até a entrega aos legítimos proprietários ou adquirentes em hasta pública, se não recuperados pelos donos, incluindo ainda, o serviço de registro, controle e monitoramento das operações. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 21 de julho de 2015
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 03/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 33/2015
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015
CREDENCIAMENTO 03/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 05 de agosto de 2015, licitação na modalidade de Inexigibilidade, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o credenciamento para habilitação de clínicas veterinárias, hospitais veterinários e organizações não governamentais, que poderão ser chamados a firmar contrato com a Prefeitura Municipal de Imbituba através da secretaria municipal de saúde, para a prestação de serviços gratuitos à população, sem caráter de exclusividade. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 21 de julho de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 04/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 34/2015
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2015
CREDENCIAMENTO 04/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 05 de agosto de 2015, licitação na modalidade de Inexigibilidade, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, credenciamento de entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto de procedimentos de cirurgia em pterigio e recobrimento conjuntival, sendo grupo-04 e sub-grupo-05 da tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do sus.

A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 21 de julho de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO: FMS 2012/19 A/06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2012/19 A/06
Contratada: HARLEY PAMPLONA DUTRA
C.N.: 482.363.579-53
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 3,1451% (três inteiro e mil quatrocentos e cinquenta e um décimos de milésimos percentuais) correção pelo últimos 12 meses através do IGPM...
Valor: R\$1.172,01 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 25/2012 Dispensa 01/2012

Imbituba, 07 de julho de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de saúde
Contratante

Harley Pamplona Dutra
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FMS 2013/03 A/03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/03 A/03
Contratada: GERSON AQUINO RODRIGUES
C.P.F: 277.797.578-70
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 3,85% (três virgula oitenta e cinco por cento) correção pelo últimos 12 meses através do IGPM..
Valor: R\$659,04 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 09/2013 Dispensa 02/2013

Imbituba, 07 de julho de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de saúde
Contratante

Gerson Aquino Rodrigues
Representante Legal
Contratada

Jedson de Moraes me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FUNREBOM 2015/02 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2015/02 A/00
Contratada: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA.
C.N.P.J: 10.981.399/0001-92
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA GARAGEM, PAVIMENTAÇÃO DE ÁREA E DE UM SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC
Valor: R\$ 138.629,26 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº 03/2015 Carta Convite 01/2015

Imbituba, 01 de julho de 2015.
Rafael Fortunato Camilo
Comandante da 2ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros de Imbituba
Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/88 A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/88 A/02
Contratada: POSTO OFICINAS LTDA
C.N.P.J: 78.867.769/0002-80
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a correção do item 46 do contrato original.
Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº 173/2014 Pregão 103/2014

Imbituba, 14 de julho de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal da Agricultura Pesca e Infraestrutura
Contratante

Posto Oficinas Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2014 05 A 01 –

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SETUR 2014 05 A 01 –
Contratada: JEDSON DE MORAIS ME.
C.N.P.J: 08.415.380/0001-37
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a supressão contratual de 25% (vinte cinco por cento), no valor do contrato original, conforme estabelecido no §1º do art. 65 da Lei n. 8666/93.
Valor: R\$ 21.250,00
Fundamento: Processo nº 16/2014 Pregão 16/2014

Imbituba, 01 de julho de 2015.
Paulo Juchem Sefton
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
Contratante

EXTRATO: SEAST 2015/14 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEAST 2015/14 A01
Contratada: KAC LTDA ME
C.N.P.J: 04.492.199/0001-73
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o acréscimo de 25% (vinte cinco por cento)..
Valor: R\$ 1.704,47 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 08 de julho de 2015.
Selma Elias Whestphal
Secretária Municipal da Seast
Contratante

Kac Ltda me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/42 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEAST 2015/42 A00
Contratada: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME
C.N.P.J: 16.677.803/0001-15
Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS PARA OS PROGRAMAS DA SEAST E VEM SER
Valor: R\$ 3.820,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 23/2015 Pregão 20/2015

Imbituba, 06 de julho de 2015.
Selma Elias Whestphal
Secretária Municipal da Seast
Contratante

BMR Condicionadores de ar Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/43 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEAST 2015/43 A00
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00
Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS PARA OS PROGRAMAS DA SEAST E VEM SER
Valor: R\$ 3.047,99 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 23/2015 Pregão 20/2015

Imbituba, 06 de julho de 2015.
Selma Elias Whestphal
Secretária Municipal da Seast
Contratante

Comercial preço Bom Z&C
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/44 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/44 A00

Contratada: RENAURUS COMERCIAL LTDA ME

C.N.P.J: 04.188.337/0001-25

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS PARA OS PROGR-
MAS DA SEAST E VEM SER

Valor: R\$ 3.010,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 23/2015 Pregão 20/2015

Imbituba, 06 de julho de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Renaurs Comrcial Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/45 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/45 A00

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA MANUTEN-
ÇÃO DO PROGRAMA VEM SER, FINANCIADO PELA EMPRESA VO-
TORANTIM.

Valor: R\$ 4.190,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 03/2015 Pregão 03/2015

Imbituba, 08 de julho de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Comercial preço Bom Z&C Ltda

Representante Legal

Contratada

PMI SESPORTE 2014 253 A 02 –

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SESPORTE 2014 253 A 02 –

Contratada: MOBILEBRAS PRODUTOS E SERVIÇOS.

C.N.P.J: 15.279.692/0001-26

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo do
contrato original para até 31 de dezembro de 2015.

Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 154/2014 Pregão 94/2014

Imbituba, 26 de julho de 2015.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Contratante

Mobilebras produtos e serviços

Representante Legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 424/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 424, de 20 de julho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providên-
cias.O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições
legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º
1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na
legislação em vigor;**RESOLVE:**Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora JUCILENI FERREI-
RA BALTEZAN, Professora III – 40h, inscrita no CPF sob o n.º
056.228.489-38, admitida em 18 de fevereiro de 2010, contrato nº
5209, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro
abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	15.09.2015 a 13.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa
Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 425/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 425, de 20 de julho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providên-
cias.O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições
legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º
1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na
legislação em vigor;**RESOLVE:**Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora JOSIMARY NASCI-
MENTO GONÇALVES, Professora III – 40h, inscrita no CPF sob o
n.º 032.449.869-19, admitida em 18 de fevereiro de 2010, contrato
nº 5212, referente ao quinquênio devido e fruição conforme qua-
dro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	15.06.2015 a 12.09.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa
Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 426/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 426, de 20 de julho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor SANDRO PIRES, Auxiliar de Serviços – 40h, inscrito no CPF sob o n.º 764.571.689-49, admitido em 01 de agosto de 2002, contrato nº 1750, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	03.08.2015 a 31.10.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 427/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 427, de 20 de julho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor PEDRO MANOEL DE SOUZA, Motorista – 40h, inscrito no CPF sob o n.º 510.827.309-63, admitido em 14 de maio de 1998, contrato nº 455, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	03.08.2015 a 31.10.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 428/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 428, de 20 de julho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor VALDEMIR MANOEL TOMAZ, Operador de Máquinas – 40h, inscrito no CPF sob o n.º 144.804.509-63, admitido em 14 de maio de 1970, contrato nº 550, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	03.08.2015 a 31.10.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 429/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 429, de 20 de julho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor LUIZ CARLOS ALEXANDRE, Pintor – 40h, inscrito no CPF sob o n.º 398.390.369-04, admitido em 01 de julho de 1985, contrato nº 284, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	03.08.2015 a 31.10.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 430/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 430, de 20 de julho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor VALÉRIO OSVALDO DA SILVA, Auxiliar de Serviços – 40h, inscrito no CPF sob o n.º 455.106.369-04, admitido em 01 de agosto de 2002, contrato nº 1747, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	03.08.2015 a 31.10.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

RESOLUÇÃO 004/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE IMBITUBA

RESOLUÇÃO 004/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Dispõe sobre os encaminhamentos da Análise dos Requerimentos de inscrições do Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Imbituba, no uso de suas atribuições estabelecidas por meio da Resolução 003/2015 do CMDCA e Edital 001/2015 do Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar:

CONSIDERANDO ainda as orientações contidas no Parecer Jurídico anexo ao Processo n. 12530/2015;

DELIBERA:

Art. 1º. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar abre o prazo de 05 (cinco) dias para que os candidatos que protocolaram suas inscrições, conforme prazo fixado na Resolução n. 001/2015, possam protocolar documentos complementares exigidos por esta comissão.

§1º. Os candidatos que devem protocolar documentos complementares, são:

- | |
|---|
| a) Ana Paula Jorge Fraga: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014; Declaração de experiência na área da infância e juventude; |
| b) Cilea Mendes Marques: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014; |

c) Dayane Luiz: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014;
--

d) Emanuela Cordeiro: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014; Comprovante de votação ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
--

e) Fabricia Nascimento Siqueira: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014;

f) Joel Luiz Pires: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014;
--

g) Karina Kosmim: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014;
--

h) Letícia Thiesen Higino: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014;

i) Luiz Alberto Butter: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014;
--

j) Sinara Fraga Freitas Lima: Complementar com Comprovante de residência no município nos anos de 2013 e 2014.
--

§2º. Os documentos devem ser protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, para esta Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar, imprerivelmente até o dia 27/07/2015.

Art.2º. O Cronograma do Processo de Escolha passa a ser:

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
Publicação do Edital	28/05/2015
Inscrições na sede do CMDCA das 13:30h as 17h.	29/05 à 10/07/2015
Análise dos Requerimentos de inscrições	13 e 14/07/2015
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida no mural do CMDCA e outros meios equivalente	28/07/2015
Prazo para recurso	28/07 à 03/08/2015
Análise dos recursos	04/08/2015
Divulgação do resultado dos recursos	05/08/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética	05/08/2015
Reunião para firmar compromisso e início da campanha dos candidatos	06/08/2015 às 15h
Término da campanha dos candidatos	02/10/2015 às 23:59h
Processo de Escolha em Data Unificada	04/10/2015 das 8h às 17h
Divulgação do Resultado da Escolha	Imediatamente após a apuração dos votos no dia 04/10/2015
Diplomação e Posse	11/01/2016

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de julho de 2015.

Simone Hipólito Martins

Presidente da Comissão Especial

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedrosa Rocha

Controlador Geral do Município

Indaial

PREFEITURA

ATA Nº 033/2015

ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.33/2015

Processo Licitatório Nº 15/00000087

Pregão Nº 38/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.33/2015

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000087 - Pregão Nº 38/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, estabelecida à RUA AMADEU FELIPE DA LUZ, nº 59 – Bairro CENTRO, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.2 A.A. DA SILVA CARTUCHOS - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.058.231/0001-68, estabelecida à AVENIDA VICENTE MACHADO, nº 110 – Bairro CENTRO, no município de Curitiba – Paraná.

2. DO OBJETO:

- 2.1 AQUISIÇÃO CARTUCHOS E TONERS.
- 2.2 Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

448109 - COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME						
Lote: 1 - LOTE 01 - CARTUCHOS E TONNERS (RECICLADOS OU COMPATÍVEIS).						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	CARTUCHO TONER Nº 6000 HP COLOR LASER JET 2600M - PRETO, (RECICLADOS OU COMPATÍVEIS).	UNIDADE		20	R\$34,73	R\$694,60
2	TONNER HP - 5949A	UNIDADE		20	R\$34,73	R\$694,60
3	CARTUCHO TONER Nº 6002 HP COLOR	UNIDADE		20	R\$34,73	R\$694,60

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.33/2015**

	LASER JET 2600M - AMARELO. (RECICLADO OU COMPATÍVEIS).					
4	CARTUCHO TONER Nº 6003 HP COLOR LASER JET 2600M - VERMELHO. (RECICLADO OU COMPATÍVEIS).	UNIDADE		20	R\$34,73	R\$694,60
5	CARTUCHO TONER Nº CB436 HP LASER JET M1522 NF. (RECICLADO OU COMPATÍVEIS).	UNIDADE		30	R\$10,69	R\$320,70
6	CARTUCHO TONER Nº 2612A HP LASER JET 1020 - PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$10,69	R\$320,70
7	CARTUCHO Nº 901 HP OFFICEJET J4660 - PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEIS).	UNIDADE		40	R\$13,36	R\$534,40
8	CARTUCHO Nº 901 HP OFFICEJET J4660 COLORIDO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		40	R\$18,71	R\$748,40
9	CARTUCHO Nº 662 HP DESKJET 3516 PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		40	R\$10,69	R\$427,60
10	CARTUCHO Nº 662 HP DESKJET 3516 COLORIDO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		40	R\$13,36	R\$534,40
11	CARTUCHO Nº 60 HP DESKJET F4280 PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$10,69	R\$320,70
12	CARTUCHO Nº 60 HP DESKJET F4280 COLORIDO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$14,97	R\$449,10
13	TONNER HP - 2612A	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
14	CARTUCHO TONER Nº HXPCTCCB435U LASER JET M1212 NF MPP - PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$10,69	R\$320,70
15	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET P2015. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$14,97	R\$449,10
16	CARTUCHO IMPRESSORA PLOTTER HP DESINGJET 110 PLUS NR - COR 11 C4838A - YELLOW. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
17	CARTUCHO IMPRESSORA PLOTTER HP DESINGJET 110 PLUS NR - COR 11 C4836A - YAN. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
18	CARTUCHO IMPRESSORA PLOTTER HP DESINGJET 110 PLUS NR - COR 11 C4837A - MAGENTA. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
19	CARTUCHO IMPRESSORA PLOTTER HP DESINGJET 110 PLUS NR - COR 10 C4844A - BLACK.	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
20	CARTUCHO HP 3025 CE-505 A. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		40	R\$14,97	R\$598,80
21	CARTUCHO DJ-5313 HP LASER M1132 MFP. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$10,69	R\$320,70
22	CARTUCHO RD-7553A HP LASER JET P2015. (RECICLÁVEL OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		50	R\$14,97	R\$748,50
23	CARTUCHO TONER Nº 7551 HP LASERJET P3005. (RECICLÁVEL OPU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$29,40	R\$588,00
24	CARTUCHO TONER RD-CE278 HP LASERJET PRO M1536 MFP. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$12,83	R\$256,60
25	CARTUCHO TONER HP 122 PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
26	CARTUCHO TONER HP 122 TRICOLOR. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$13,36	R\$267,20
27	CARTUCHO TONER WR-Q 5949. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$14,97	R\$449,10
28	CARTUCHO TONER WR-Q 2613X. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$20,31	R\$609,30
29	CARTUCHO TONER WR-Q 2612A. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$10,69	R\$320,70
30	CARTUCHO TONER WR-ML2010 D3. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$18,71	R\$374,20
31	CARTUCHO TONER WR-CE 505 ANY.	UNIDADE		30	R\$14,97	R\$449,10

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.33/2015**

	(RECICLADO OU COMPATÍVEL).					
32	CARTUCHO TONER HP CE 278A. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$12,83	R\$384,90
33	CARTUCHO TONER CB 436NA OU 1505.	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
34	CARTUCHO TONER CB 540AY. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$29,40	R\$588,00
35	CARTUCHO TONER CB 541AY. (RECICLADO OU RECICLADOS).	UNIDADE		20	R\$29,40	R\$588,00
36	CARTUCHO TONER CB 542AY. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$29,40	R\$588,00
37	CARTUCHO TONER CB 543AY. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$29,40	R\$588,00
38	CARTUCHO TONER CE 285Y. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
39	CARTUCHO TONER HP 122 PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
40	CARTUCHO TONER HP 122 TRICOLOR. (RECICLADOS OU COMPATÍVEIS).	UNIDADE		20	R\$13,36	R\$267,20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.33/2015

448109 - COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME						
Lote: 1 - LOTE 01 - CARTUCHOS E TONNERS (RECICLADOS OU COMPATÍVEIS).						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
41	CARTUCHO HP LASERJET 1160 PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$14,97	R\$449,10
42	CARTUCHO HP DESKJET 6400 PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
43	CARTUCHO HP DESKJET 6400 COLORIDO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$13,36	R\$267,20
44	CARTUCHO HP PSC 1410 PRETO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$13,36	R\$267,20
45	CARTUCHO HP PSC 1410 COLORIDO. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$18,71	R\$374,20
46	CARTUCHO HP LASERJET M1120 MFT REF. RD-CB 436. (RECICLADO OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$10,69	R\$213,80
					Total Lote:	R\$18.900,00
					Total Fornecedor:	R\$18.900,00
804223 - A.A. DA SILVA CARTUCHOS - EPP						
Lote: 2 - LOTE 02 - CARTUCHOS E TONNERS (ORIGINAIS OU GENUÍNOS).						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
47	CARTUCHO TONER Nº 6000 HP COLOR LASER JET 2600M - PRETO. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS).	UNIDADE		20	R\$295,00	R\$5.900,00
48	CARTUCHO TONER Nº 6001 HP COLOR LASER JET 2600M - AZUL. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS).	UNIDADE		20	R\$320,00	R\$6.400,00
49	CARTUCHO TONER Nº 6002 HP COLOR LASER JET 2600M - AMARELO. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS).	UNIDADE		20	R\$320,00	R\$6.400,00
50	CARTUCHO TONER Nº 6003 HP COLOR LASER JET 2600M - VERMELHO. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS).	UNIDADE		20	R\$320,00	R\$6.400,00
51	CARTUCHO TONER Nº CB436 HP LASER JET M1522 NF. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS)	UNIDADE		30	R\$225,00	R\$6.750,00
52	CARTUCHO TONER Nº 2612A HP LASER JET 1020 - PRETO. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS)	UNIDADE		30	R\$219,00	R\$6.570,00
53	CARTUCHO Nº 901 HP OFFICEJET J4660 - PRETO. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS).	UNIDADE		40	R\$41,00	R\$1.640,00
54	CARTUCHO Nº 901 HP OFFICEJET J4660 COLORIDO. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS)	UNIDADE		40	R\$69,00	R\$2.760,00
55	CARTUCHO Nº 662 HP DESKJET 3516 PRETO. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS)	UNIDADE		40	R\$23,00	R\$920,00
56	CARTUCHO Nº 662 HP DESKJET 3516 COLORIDO. (ORIGINAIS OU GENUÍNOS)	UNIDADE		40	R\$24,00	R\$960,00
57	CARTUCHO Nº 60 HP DESKJET F4280 PRETO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$45,00	R\$1.350,00
58	CARTUCHO Nº 60 HP DESKJET F4280 COLORIDO. (ORIGINAL OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$60,00	R\$1.800,00
59	CARTUCHO TONER Nº 435/436/285 HP LASER JET P1005 - PRETO. 9ORIGINAL E COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$229,00	R\$4.580,00
60	CARTUCHO TONER Nº HXPCTCCB435U LASER JET M1212 NF MPP - PRETO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$185,00	R\$5.550,00
61	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET P2015. (ORIGINAL OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		30	R\$255,00	R\$7.650,00
62	CARTUCHO IMPRESSORA PLOTTER HP DESINGJET 110 PLUS NR - COR 11 C4838A - YELLOW. (ORIGINAL OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$130,00	R\$2.600,00
63	CARTUCHO IMPRESSORA PLOTTER HP DESINGJET 110 PLUS NR - COR 11 C4836A - YAN. (ORIGINAL OU GENUÍNO)	UNIDADE		20	R\$130,00	R\$2.600,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.33/2015

64	CARTUCHO IMPRESSORA PLOTTER HP DESINGJET 110 PLUS NR - COR 11 C4837A - MAGENTA. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$130,00	R\$2.600,00
65	CARTUCHO IMPRESSORA PLOTTER HP DESINGJET 110 PLUS NR - COR 10 C4844A - BLACK. (ORIGINAL OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		20	R\$130,00	R\$2.600,00
66	CARTUCHO HP 3025 CE-505A. (ORIGINAL OU COMPATÍVEL).	UNIDADE		40	R\$275,00	R\$11.000,00
67	CARTUCHO DJ-5313 HP LASER M1132 MFP. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$185,00	R\$5.550,00
68	CARTUCHO RD-7553A HP LASER JET P2015. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		50	R\$289,00	R\$14.450,00
69	CARTUCHO TONER Nº 7551 HP LASERJET P3005. (ORIGINAL OU GENUÍNO)	UNIDADE		20	R\$256,00	R\$5.120,00
70	CARTUCHO TONER RD-CE278 HP LASERJET PRO M1536 MFP. (ORIGINAL OU GENUÍNO)	UNIDADE		20	R\$155,00	R\$3.100,00
71	CARTUCHO TONER HP 122 PRETO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$31,00	R\$620,00
72	CARTUCHO TONER HP 122 TRICOLOR. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$37,00	R\$740,00
73	CARTUCHO TONER WR-Q 5949. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$265,00	R\$7.950,00
74	CARTUCHO TONER WR-Q 2613X. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$345,00	R\$10.350,00
75	CARTUCHO TONER WR-Q 2612A. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$219,00	R\$6.570,00
76	TONER HP Q7151X.	UNIDADE		20	R\$175,00	R\$3.500,00
77	CARTUCHO TONER WR-CE 505 ANY. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$275,00	R\$8.250,00
78	CARTUCHO TONER HP CE 278A. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$189,00	R\$5.670,00
79	CARTUCHO TONER CB 436NA OU 1505. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$225,00	R\$4.500,00
80	CARTUCHO TONER CB 540AY. (ORIGINAL OU GENUÍNO)	UNIDADE		20	R\$265,00	R\$5.300,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.33/2015**

804223 - A.A. DA SILVA CARTUCHOS - EPP						
Lote: 2 - LOTE 02 - CARTUCHOS E TONNERS (ORIGINAIS OU GENUÍNOS).						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
81	CARTUCHO TONER CB 541AY. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$236,00	R\$4.720,00
82	CARTUCHO TONER CB 542AY. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$236,00	R\$4.720,00
83	CARTUCHO TONER CB 543AY. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$236,00	R\$4.720,00
84	CARTUCHO TONER CE 285Y. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$185,00	R\$3.700,00
85	CARTUCHO TONER HP 122 PRETO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$31,00	R\$620,00
86	CARTUCHO TONER HP 122 TRICOLOR. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$37,00	R\$740,00
87	CARTUCHO TONER LEXMARK REF. 12A7462. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$380,00	R\$7.600,00
88	CARTUCHO HP LASERJET 1160 PRETO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		30	R\$204,00	R\$6.120,00
89	CARTUCHO HP DESKJET 6400 PRETO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$47,00	R\$940,00
90	CARTUCHO HP DESKJET 6400 COLORIDO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$62,00	R\$1.240,00
91	CARTUCHO HP PSC 1410 PRETO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$37,00	R\$740,00
92	CARTUCHO HP PSC 1410 COLORIDO. (ORIGINAL OU GENUÍNO).	UNIDADE		20	R\$69,00	R\$1.380,00
93	CARTUCHO HP LASERJET M1120 MFT REF. RD-CB 436. (ORIGINAL OU GENUÍNO)	UNIDADE		20	R\$225,00	R\$4.500,00
Total Lote:						R\$210.440,00
Total Fornecedor:						R\$210.440,00
Total Homologação:						R\$229.340,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.33/2015**

- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
- 7. PRAZO DE VALIDADE:**
- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
- 8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**
- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.
- 9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**
- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
- 10. SANÇÕES:**
- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.33/2015

especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº.33/2015

- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 17 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E
TONER LTDA ME**

RAFAEL BUSARELLO
Representante

A.A. DA SILVA CARTUCHOS - EPP

MARCELO APARECIDO BOSCARDIN
Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CONTRATO Nº 157/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 157/2015

CONTRATADA: SVI REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de apresentações artísticas musicais das seguintes bandas e grupos: "Rogério & Léia", "Kelly da Gaita", "Banda do Barril", "Grupo Indaialense de Viola Caipira", "Grupo Musical Lucas Heiderscheidt", "Gaúcho da Fronteira" e "Vox 3". Os shows serão realizados durante a realização da 47ª Festa do Colono.

PRAZO: 14 de julho de 2015 até 26 de julho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 14/07/2015.

DECRETO Nº 1473/15

. DECRETO Nº 1473/15

. De 17 de julho de 2015

Homologa Resolução FIC nº 001/2015, que institui o regulamento para Biblioteca Pública Cruz e Souza

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica Homologada a Resolução FIC nº 001/2015, que institui o Regulamento para a Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa.

Art. 2º - A Resolução, bem como o Regulamento, farão parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1474/15

. DECRETO Nº 1474/15

. De 17 de julho de 2015

Homologa Resolução nº 24/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Processo Escolha Unificada Conselheiros Tutelares 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 24/2015 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a composição da comissão especial responsável pelo Processo de Escolha Unificada dos Conselheiros Tutelares 2015, ficando assim constituída:

- Vera Lúcia Hoffmann Pieritz
- Alessandra Bertinatto P. Fonseca
- Marcelo Sabel
- Luciane Thomae Klug

Art. 2º - A Resolução fazem parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 17 de julho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 24/2015

REVOGA RESOLUÇÃO DE Nº 07/2015 E DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DOS CONSELHEIROS TUTELARES GESTÃO 2015/2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da reunião ordinária do dia 28 de Maio de 2015.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei Nº 8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º – Revoga Resolução de nº 07/2015 e dispõe sobre a Aprovação e nomeia os seguintes conselheiros do CMDCA/Indaial para compor a COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DOS CONSELHEIROS TUTELARES GESTÃO 2015/2017:

- Vera Lúcia Hoffmann Pieritz, representante da UNIASSELVI;
- Alessandra Bertinatto P. Fonseca– representante das APPs de Indaial;
- Marcelo Sabel – representante da Fundação Municipal de Esportes e
- Luciane Thomae Klug, representante da Secretaria de Saúde de Indaial.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 29 de Maio de 2015.

Luiz Cláudio S T M Altenburg

Coordenador do CMDCA/Indaial

DECRETO Nº 1475/15

. DECRETO Nº 1475/15

. De 17 de julho de 2015

Homologa Resolução nº 30/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Processo Escolha Unificada Conselheiros Tutelares 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 30/2015 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o Edital 04/2015 que trata dos exames de conhecimento específico, prova de informática básica do Processo de

Escolha Unificada dos Membros do Conselho Tutelar – 2015.

Art. 2º - A Resolução 30/2015 e o Edital CMDCA 04/2015 fazem parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 17 de julho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 30/2015

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO E O REGRAMENTO DA III - TERCEIRA ETAPA: EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO (LEI 8.069 E 12.010), PROVA DE INFORMÁTICA BÁSICA, DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, na reunião ordinária do dia 16 de Julho de 2015.

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;

A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado

"Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.

As Resoluções do CONANDA nº 170/2014, 113/2006 e 152/2012;

A Lei 12.696/2012 que altera os artigos sobre os conselheiros tutelares.

Orientações do Ministério Público as únicas datas que não poderiam ser modificadas:

a) o lançamento do Edital para o processo de escolha dos conselheiros tutelares em data unificada;

b) o dia da votação (04 de outubro de 2015);

c) o dia da posse dos novos conselheiros tutelares (10 de Janeiro de 2016).

d) que a relação dos candidatos aprovados deve obrigatoriamente ser encaminhada até o dia 14 de Agosto de 2015 para o Ministério Público.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o Edital de nº 04/2015 que trata sobre a divulgação e o regramento da III - Terceira etapa: exame de conhecimento específico (lei 8.069 e 12.010), prova de informática básica, do processo de escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015, conforme documento em anexo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Indaial, 17 de Julho de 2015.

Luiz Cláudio S.T.M. Altenburg
Coordenador do CMDCA/Indaial

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO REGRAMENTO DA III - TERCEIRA ETAPA: EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO (LEI 8.069 E 12.010), PROVA DE INFORMÁTICA BÁSICA, DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 04/2015

Dispõe sobre a divulgação e o regramento da III - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico (Lei 8.069 e 12.010), prova de informática básica, do processo de escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015 e dá outras providências.

DO OBJETO:

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 01 de Abril de 2015 e 28 de Maio de 2015, na Sala de Reuniões da Secretaria de Assistência Social de Indaial e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução CONANDA nº 170/2014 e na Lei Municipal 4321/2011 e suas alterações, abre para divulgação o regramento da III Etapa: Exame de conhecimento específico (Lei 8.069 e 12.010), prova de informática básica e dá outras providências.

1. Tendo em vista que todos/as os/as candidatos/as foram homologados quanto a I e II fase. Não foram utilizados os itens do Anexo I – Cronograma dos Editais nº 02 e 03/2015 CMDCA/Indaial:

Notificação dos candidatos impugnados para defesa
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado recorrer da decisão junto ao CMDCA
Análise e decisão das impugnações
Interposição de recursos
Decisão da interposição de recursos

2. Das Provas:

2.1. da realização das provas:

A prova será realizada no dia 02 de Agosto de 2015, (domingo) em local a ser divulgado no site www.indaial.sc.gov.br, posteriormente pela empresa contratada pelo CMDCA/Indaial.

2.2. Horário das provas: das 8:10 até 8:50 minutos prova de informática básica (40 minutos de duração) e das 9h até 12h prova escrita (três horas de duração)

3. Prazo máximo para chegada/entrada dos/as candidatos/as: 8h munido de seu documento de identificação (ver item 7) e de caneta (tinta azul ou preta).

4. O Exame de conhecimento específico: A realização da prova escrita versará sobre as Leis 8.069 e 12.010, conforme determina a Lei Municipal 4321/2011.

4.1. A prova escrita será de caráter obrigatório e eliminatório/classificatório e se constituirá de questões objetivas de múltipla escolha com uma única alternativa correta.

4.2. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para estas provas.

4.3. As provas serão elaboradas, aplicadas e corrigidas por uma instituição capacitada contratada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Secretaria Municipal de Assistência Social com recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

4.4. Do tempo das provas:

4.4.1. A prova escrita terá duração de até 3 horas no máximo,

a) constituída de 30 (trinta) questões, sobre as Leis 8.069 e Lei 12.010, com peso 7,5 (sete vírgula cinco) pontos. (acertar 20 das 30 questões)

4.4.2. A prova de informática básica terá duração de até 40 minutos, com peso de 2,5 (dois vírgula cinco) pontos, em que deverá ser avaliado o domínio do uso do computador, e as habilidades dos candidatos na formatação básica de textos e na verificação ortográfica das palavras digitadas.

4.4.3. Para o término da prova: os 03 (três) últimos candidatos a terminarem as provas só poderão deixar o local juntos.

4.4.4. haverá sala específica para amamentação, caso seja feito o pedido antecipadamente.

4.5. da classificação:

4.5.1. Será considerado aprovado, o candidato que atingir média 6 (seis), obtida pela soma aritmética dos pontos aferidos pelos examinadores nas provas: escrita e de informática.

4.6. Corrigidas as provas, a empresa contratada remeterá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a relação dos candidatos com a classificação geral, contendo nome e nota, para publicação. (a ser divulgada posteriormente)

4.7. FORMA DE PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA: na prova escrita, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas/contidas na Capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. Na correção da Folha de Respostas será atribuída nota zero a questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasuras. O candidato deverá assinar a Folha de Respostas e o caderno de questões.

4.7.1. O candidato pode levar comida e água para a sala do exame? Somente garrafa de água sem rótulos (de preferência em embalagem transparente).

4.7.2. As anotações no caderno de questões serão usadas na correção?

Não, os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão considerados para fins de correção.

5. Os critérios de desempate: Havendo empate, será considerado para classificação o/a candidato/a:

- a) com maior média obtida na prova escrita;
- b) maior idade.

6. O uso de equipamentos eletrônicos: não é permitido o uso de nenhum equipamento eletrônico e implicará em expulsão do/a candidato/a.

7. O/a candidato/a deverá apresentar um documento de identificação oficial com foto: de preferência: RG, carteira de habilitação (motorista) com foto. Caso o/a candidato/a não possa apresentar um destes documentos, no dia de realização da prova, será exigido o Boletim de Ocorrência autenticado em cartório ou assinado pela autoridade policial.

8. O/a candidato/a poderá retirar seu caderno de questões da prova somente 48 horas após a sua realização, na Secretaria de Assistência Social, setor de Assessoria ao CMDCA/Indaial, sito a Rua Leoberto Leal, Nº 191, Bairro Tapajós, das 8 até 14 horas. E só poderá sair da sala após 40 (quarenta) minutos do início das provas. E será automaticamente eliminado do processo se sair antes deste horário e se não preencher a Folha de Respostas.

9. Publicação do gabarito:

A publicação do gabarito será no dia 04 de Agosto de 2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal e nos sites: www.indaial.sc.gov.br e www.cmdcaindaial.com.br, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

10. Interposição de recursos referentes as provas aplicadas: Do resultado das provas, caberá recurso fundamentado dirigido à COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DOS CONSELHEIROS TUTELARES, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a ser enviado em requerimento individual (anexo II) para a Sede do CMDCA/Indaial e protocolado das 8 até 14 horas, nos dias 05 e 06 de Agosto de 2015.

Será indeferido, o requerimento que não seguir o estabelecido no modelo do anexo. E não serão aceitos recursos interpostos por: telegrama, via postal e internet, podendo qualquer pessoa próxima e de confiança do/a candidato/a fazer a entrega e o protocolo.

11. Decisão de recursos referentes as provas aplicadas: 13 de Agosto de 2015. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

12. Publicação da relação final dos/as candidatos/as habilitados/as ao Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015, divulgada nos sites: www.indaial.sc.gov.br e <http://www.cmdcaindaial.com.br> (encaminhamento da lista ao Ministério Público): 14 de Agosto de 2015.

13. Para os candidatos buscarem votos e mobilizar os votantes: 15 de Agosto de 2015 até 02 de Outubro de 2015.

14. A votação do Processo de Escolha dos/as Conselheiros/as Tutelares será quando?

As eleições em 2015 serão unificadas em todo o território do Brasil em 04 de Outubro de 2015 (domingo)

15. Quem poderá votar neste Processo de Escolha dos/as Conselheiros/as Tutelares? Os Conselheiros Tutelares de Indaial serão eleitos pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos-eleitores do município, em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o apoio do Cartório Eleitoral e a fiscalização do Ministério Público.

§ 1º Cada eleitor poderá votar em um candidato à Conselheiro Tutelar.

16. Os locais de votação: serão definidos com a AMMVI, FECAM e o TRE/SC os locais de votação e a disponibilidade de urnas a ser divulgado posteriormente.

17. As situações não previstas neste edital serão analisadas pela COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DOS CONSELHEIROS TUTELARES.

18. ANEXO I – CRONOGRAMA

19. ANEXO II – MODELO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 17 de Julho de 2015.

Luiz Cláudio S T M Altenburg
Coordenador do CMDCA/Indaial

Anexo I – CRONOGRAMA

Calendário Oficial do Processo de processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Indaial.	
DATA	ATIVIDADE
Em 27 de Fevereiro de 2015	Criação e composição da Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha dos candidatos a conselheiros tutelares em Indaial.
Até 04 de Abril de 2015	Publicação do Edital do Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015 no site www.indaial.sc.gov.br .
06 de Abril até 22 de Junho	Inscrição dos/as Candidatos/as ao Conselho Tutelar de Indaial (não é admitida a composição de chapas).
Do dia 23 de Junho de 2015 até dia 25 de Junho de 2015	Análise das inscrições.

02 de Julho de 2015	Publicação da relação dos candidatos inscritos para participarem do processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015.
26 de Junho de 2015 até 30 de Junho de 2015	Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova de alegação.
01 de Julho de 2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa.
01 de Julho de 2015 até 03 de Julho de 2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado recorrer da decisão junto ao CMDCA .
07 de Julho de 2015	Análise e decisão das impugnações.
08 de Julho de 2015 até 10 de Julho de 2015	Interposição de recursos.
13 de Julho de 2015	Decisão da interposição de recursos.
02 de Agosto de 2015	Aplicação das Provas: escrita e de informática aos Candidatos/as.
04 de Agosto de 2015	Publicação do gabarito.
05 e 06 de Agosto de 2015	Interposição de recursos referentes as provas aplicadas
13 de Agosto de 2015	decisão de recursos referentes as provas aplicadas
14 de Agosto de 2015	Publicação da relação final dos/as candidatos/as habilitados/as ao Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015, divulgada nos sites: www.indaial.sc.gov.br e http://www.cmdcaindaial.com.br (encaminhamento da lista ao Ministério Público)
De 15 de Agosto até 02 de Outubro de 2015	para os candidatos buscarem votos e mobilizar os votantes
10 de Setembro de 2015	Reunião da Comissão Organizadora para providências para o processo eleitoral
18 de Setembro de 2015	Divulgação dos locais de votação
04 de Outubro de 2015	Votação e apuração do resultado do Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015.
04 de Outubro de 2015	Registro da ata com a apuração oficial.
06 de Outubro de 2015	Publicação oficial da apuração e homologação do resultado do Processo de Escolha em data unificada dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015.
10 de Janeiro de 2016	Ato de Posse dos Conselheiros Tutelares Gestão até 9 de janeiro de 2020.

Secretaria Executiva do Conselho
Rua Leoberto Leal, 191 – Tapajós – Indaial – SC
Contatos: Fone: (47) 3317-4100 / Email: conselhos@indaial.sc.gov.br

ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.

NOME COMPLETO _____
NÚMERO DA INSCRIÇÃO _____
CANDIDATO A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE _____

FUNDAMENTAÇÃO CLARA E OBJETIVA DOS MOTIVOS
DEVENDO SER UMA FOLHA PARA CADA QUESTÃO RECORRIDA:

E NO CASO DE RECURSOS CONTRA O GABARITO E QUESTÕES,
QUAL A BIBLIOGRAFIA QUE VOCÊ PESQUISOU? _____

(Requerimento devidamente assinado,
manuscrito (letra legível), datilografado ou digitado) _____

DECRETO Nº 1476/15

. DECRETO Nº 1476/15

. De 20 de julho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICÍPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.992,42 (trinta e nove mil e novecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
02.010.0023.0695.0002.1806.3339000000000000	01645511	39.992,42

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de julho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 094/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 094/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro,

nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RODRIGUES AMARAL & AMARAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.211.527/0001-70, com sede na Avenida Francisco Alves Pereira, nº 848, bairro Jardim Paraíso, na cidade de Bandeirantes – Estado do Paraná, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Marcelo Toledo Fonseca, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 005.792.839/84 e Cédula de Identidade nº 7.046.575-2 SSP/PR, residente e domiciliado na Avenida Eugênio Krause, nº 1.208, na cidade de Penha – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado e móveis de escritório, conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 26 de julho de 2015 até 24 de outubro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 13 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
RODRIGUES AMARAL & AMARAL LTDA ME Marcelo Toledo Fonseca Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 095/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 095/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115, residente e domiciliada à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.581.380/0001-84, com sede na Rua Heitor Cadore, nº 89, bairro Navegantes, na cidade de Encantando – Estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Adovandro Luiz Fraporti, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 662.482.300-30 e Cédula de Identidade nº 3055021012, residente na Rua dos Imigrantes, nº 467, na cidade de Encantado – Estado do Rio Grande do Sul, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado e móveis de escritório, conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 27 de julho de 2015 até 24 de outubro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
--	---

ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA Adovandro Luiz Fraporti Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215
--	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 007 DO CONTRATO Nº 059/2011
 TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 059/2011

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de LOCATÁRIO, e o Sr. Romeu Buse, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 400.172.909/10 e Cédula de Identidade nº 1.110.887-8, residente e domiciliado na Rua Arnoldo Hebert, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, de agora em diante denominado simplesmente LOCADOR, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de exploração de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda do contrato original, que tem como objeto a seguinte descrição: O LOCADOR é legítimo possuidor e proprietário do imóvel localizado no bairro Warnow, neste município, situando-se neste imóvel uma jazida (saibro/macadame), a ser explorada pelo LOCATÁRIO, consoante Licença Ambiental na FATMA 489/2009 – LAO, registro Mineração 357/2009 – MIN, registro nº 815.141-2009, no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O LOCATÁRIO, poderá retirar o material (saibro/macadame) no referido local em qualquer horário do dia, sem restrições de quantidade, utilizando-se do maquinário e técnicas necessários, independente de qualquer outra autorização do LOCADOR, a partir de 01 de maio de 2015 até 30 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial(SC), 30 de Abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	ROMEUBUSE Locador
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

ATA Nº 032/2015**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.32/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000114****Pregão Nº 49/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.32/2015**

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000114 - Pregão Nº 49/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 67.731.091/0001-06, estabelecida à ESTRADA FAZENDA CACHOEIRA, nº 571 – Bairro JACARE, no município de Cabreúva – São Paulo.
- 1.2 HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.977.109/0001-48, estabelecida à RUA ABELARDO MANOEL PEIXER, nº 48 – Bairro BARREIROS, no município de São José – Santa Catarina.
- 1.3 PESCARA INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE SANEAMENTO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.769.587/0001-47, estabelecida à AVENIDA YADOYA, nº 144A – Bairro CENTRO, no município de Bom Jesus dos Perdões – São Paulo.
- 1.4 REYFOR COMERCIO EM FERRO FUNDIDO EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.427.186/0001-09, estabelecida à RUA OPHIL RIBEIRO, nº 474 – Bairro PALMEIRAS, no município de Belo Horizonte – Minas Gerais.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.32/2015

2. DO OBJETO:

- 2.1. AQUISIÇÃO DE TUBOS DE ESGOTO, CURVAS, LUVAS, PASTA LUBRIFICANTE E TAMPÕES DE FERRO.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

411353 - CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
2	TUBO PARA ESGOTO DN 250 JEI 6 M PVC LISO. (BARRA DE NO MÍNIMO 6 METROS).	BARRA		10	R\$284,95	R\$2.849,50
3	TUBO PARA ESGOTO DN 150 JEI 6 M PVC LISO. (BARRA DE NO MÍNIMO 6 METROS).	BARRA		50	R\$113,00	R\$5.650,00
4	TUBO PARA ESGOTO DN 100 JEI 6 M PVC LISO. (BARRA DE NO MÍNIMO 6 METROS).	BARRA		300	R\$54,30	R\$16.290,00
					Total Lote:	R\$24.789,50
					Total Fornecedor:	R\$24.789,50

417530 - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	PASTA LUBRIFICANTE 1.000 GRAMAS, COM BICO APLICADOR.	UNIDADE		50	R\$14,62	R\$731,00
6	CURVA 45º COLETOR ESGOTO PB LONGA INJ. JEI/JE DN 100 MM.	UNIDADE		100	R\$6,76	R\$676,00
8	CURVA 90º COLETOR ESGOTO PB LONGA JEI/JE DN 100 MM.	UNIDADE		200	R\$9,94	R\$1.988,00
9	LUVA DE CORRER COM ANEL DE VEDAÇÃO, COLETOR DE ESGOTO JE, DN 100 MM.	UNIDADE		250	R\$4,22	R\$1.055,00
10	LUVA DE CORRER COM ANEL DE VEDAÇÃO, DN 250 MM JEI PVC LISO, OCRE.	UNIDADE		6	R\$44,75	R\$268,50
11	LUVA DE CORRER COM ANEL DE VEDAÇÃO, DN 350 MM JEI PVC LISO, OCRE.	UNIDADE		6	R\$117,26	R\$703,56
14	CURVA 90º - COLETOR ESGOTO - PONTA E BOLSA DN 250 MM.	UNIDADE		6	R\$152,00	R\$912,00
					Total Lote:	R\$6.334,06
					Total Fornecedor:	R\$6.334,06

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.32/2015

575496 - PESCARA INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE SANEAMENTO LTDA - EPP

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
5	CURVA 45° COLETOR ESGOTO PB CURTA INJ. JEI/JE DN 100 MM.	UNIDADE		100	R\$3,90	R\$390,00
7	CURVA 90° COLETOR ESGOTO PB CURTA JEI/JE DN 100 MM.	UNIDADE		200	R\$4,85	R\$970,00
12	LUVA DUPLA DE PVC, COM ANÉIS DE BORRACHA, EM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA PARA TUBOS DE PVC ESGOTO, CONFORME NORMA ABNT NBR 7362 (COLETOR ESGOTO) DN 250.	UNIDADE		6	R\$53,00	R\$318,00
13	CURVA 45° - COLETOR ESGOTO - PONTA E BOLSA DN 250 MM.	UNIDADE		6	R\$105,00	R\$630,00
					Total Lote:	R\$2.308,00
					Total Fornecedor:	R\$2.308,00

806676 - REYFOR COMERCIO EM FERRO FUNDIDO EIRELI - ME

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
16	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO DN 400 CL 125, PERSONALIZADO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UNIDADE		150	R\$120,00	R\$18.000,00
					Total Lote:	R\$18.000,00
					Total Fornecedor:	R\$18.000,00
					Total Homologação:	R\$51.431,56

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.32/2015**

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.32/2015**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.32/2015**

- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
 - a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
 - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
 - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
 - j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.32/2015**

efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 17 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Representante

**HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO
LTDA**

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Representante

**PESCARA INDUSTRIA E COMERCIO DE
MATERIAIS DE SANEAMENTO LTDA - EPP**

ANTENOR CALDEIRA NETO
Representante

**REYFOR COMERCIO EM FERRO FUNDIDO
EIRELI - ME**

REYNALDO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 317/2015 DE 17 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GILSON BARBIERI, matrícula 1991-7, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/05/2014 a 02/05/2015 e gozo de 20/07/2015 a 08/08/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 20/07/2015.

Ipumirim - SC, 17 de julho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 318/2015 DE 20 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARICI VENANCIO, matrícula 2277-2, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015 e gozo de 27/07/2015 a 13/08/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 27/07/2015.

Ipumirim - SC, 20 de julho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 46, DL 19-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 19/2015 - DL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 46/2015 Data do Processo: 16/07/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 46/2015
b) Licitação Nr.: 19/2015-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 16/07/2015
e) Objeto da Licitação: Aquisição de um PARQUE INFANTIL, destinado ao Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli, conforme características anexas.

f) Fomecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

LAIR SONNTAG (9587)

- | | | | | | |
|--|----|------|--------|----------|----------|
| 1 Um PARQUE INFANTIL com as seguintes especificações:
Dois telhados com 4 postes cada tendo uma altura total de 2,35m mais o telhado de lata, pintado com tinta automotiva. Além disso, postes enterrados 50cm, sendo que, se o terreno não for resistente, deverão ser feitas sapatas de concreto ao redor de cada poste. A uma altura de 1m do chão, um assoalho ligado com o outro telhado por uma passarela com cercas protetoras de madeira para segurança das crianças. Adaptado aos dois telhados, dois escorregadores, sendo um deles em formato curvo e o outro em linha reta, contendo dois escorregadores paralelos e de tamanho menor, em uma das pontas uma escada com corrimão e na lateral do outro telhado uma escada de cordas. Num dos lados, ligados à construção, uma armação reforçada de madeira, contendo dois balanços feitos com correntes, com assentos de madeira. Os balanços estarão presos por mancais para evitar o desgaste das correntes. A madeira utilizada será de lei. O parquinho será colorido, utilizando no mínimo 6 diferentes cores. | UN | 1,00 | 0,0000 | 7.050,00 | 7.050,00 |
|--|----|------|--------|----------|----------|

Total do Fornecedor: 7.050,00

Total Geral: 7.050,00

Ipumirim, 16 de Julho de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 38/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de agosto de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais didáticos para as escolas da rede municipal para o ensino fundamental e ensino infantil. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 17 de julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS 89 E 90

Contrato Nº.: 89/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: PJ SERVIÇOS DE JARDINAGEM LTDA

Valor : 1,00 (um real)

Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 13/07/2025

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015

Objeto : Concessão não remunerada de incentivos econômicos, através da Cessão do Direito Real de Uso de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação no Município de unidades produtivas, pelo prazo de 10 (dez) anos.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 90/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA ME

Valor : 26.824,00 (vinte e seis mil oitocentos e vinte e quatro reais)

Vigência : Início: 20/07/2015 Término: 20/10/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015

Recursos : Dotação: 2.055.3.3.90.00.00.00.00 (187) Saldo: 65.973,50

Objeto : Locação de 01 pavilhão, coberto com lona vinílica, anti-chamas, medindo aproximadamente 38mx27m, montado em três partes sendo ao lado uma varanda lateral , área de 1.026,00m aproximadamente e 800 metros lineares de grades de isolamento medindo mínimas de 2,40 metros de largura X 1,25 metros de altura e entre vãos livres das barras internas de 9,5 centímetros aproximadamente, instaladas e com manutenção, para estruturação do Festival de Inverno, edição 2015.

LEIDE MARA BENDER

PREFEITA MUNICIPAL

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015 – PR Nº 23/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 – OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, tinta, ferramentas, para diversos Departamentos. PROPONENTES: Artefatos de Cimento Alto Paraguaçu Ltda. ITENS: 157 e 164 – R\$ 11.547,00. Danna Comercial Eireli EPP. ITENS: 3, 4, 6, 15, 19, 20, 49, 52, 59, 61, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 96, 99, 101, 106, 116, 124, 129, 130, 138, 142, 143, 147, 148, 171, 185, 197 e 227 – R\$ 45.956,55. Elezir Maria Lima Uhlmann. ITENS: 154, 167, 168, 220 e 237 – R\$ 16.218,50. Furtado Vidraçaria Eireli ME. ITENS: 210, 238, 239 e 240 – R\$ 85.950,00. Madevia Ltda. ME. ITENS: 149, 150, 151, 196, 217, 221, 222, 223, 224 e 225 – R\$ 29.300,00. Mello Materiais de Construção Ltda. ME. ITENS: 1, 2, 7, 8, 11, 12, 13, 17, 21, 22, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 64, 66, 67, 69, 77, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 102, 107 a 111, 113, 122, 123, 126, 128, 131, 133, 136, 137, 139, 145, 146, 152, 153, 160, 165, 166, 169, 172, 173, 174, 177 a 181, 183, 188, 193, 194, 185, 198, 199, 202, 204, 206, 211, 212, 213, 219, 228, 229, 231, 233, 234 e 235 – R\$ 393.156,20. Osvaldo Mielewski ME. ITEM: 241 – R\$ 48.000,00. Osvaldo Mirek & Cia Ltda. ITEM: 47 – R\$ 9.360,00. Sadloski Materiais de Construção Ltda. EPP. ITENS: 5, 9, 10, 14, 16, 18, 23, 24, 25, 32, 33, 37, 42, 43, 48, 55, 56, 60, 62, 63, 65, 71, 72, 82, 83, 84, 88, 91, 97, 98, 100, 103, 104, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 127, 132, 134, 135, 140, 141, 144, 155, 156, 159, 161, 162, 163, 170, 175, 176, 182, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 200, 201, 203, 205, 207, 208, 209, 214, 215, 216, 218, 226, 230 e 232 – R\$ 145.325,60. Prazo: 12 (doze) meses.

Itaiópolis, 26 de junho de 2015.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015 – PR Nº 24/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015 – OBJETO: contratação de empresas para prestação de serviços de retífica e montagem de motor 3306 motoniveladora Caterpillar 120B; revisão em bombas injetoras e componentes nas máquinas: motoniveladoras Huber e Caterpillar, Carregadeira Caterpillar, Rolo Muller e Carregadeira Case; caminhões: MB 1313, Ford Cargo e Toyota Bandeirante e, serviços de injeção eletrônica nos caminhões Iveco. PROPONENTES: Auto Peças Margoti Ltda. Lote: 1 (revisão em bombas injetoras e componentes nas máquinas: motoniveladoras Huber e Caterpillar, Carregadeira Caterpillar, Rolo Muller e Carregadeira Case; caminhões: MB 1313, Ford Cargo e Toyota Bandeirante) – R\$ 34.000,00. Truck Center Diesel Sabiá Ltda. ME. LOTE: 2 (serviços de injeção eletrônica nos caminhões Iveco) – R\$ 17.350,00. Prima Comércio de Peças e Correias Ltda. (serviços de retífica e montagem de motor 3306 motoniveladora Caterpillar 120B) – R\$ 33.400,00. Prazo: 12 (doze) meses.

Itaiópolis, 02 de julho de 2015.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO – TP Nº 3/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015 – TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015 – OBJETO: construção de uma Unidade Escolar de Educação Infantil, com área de 497,05m², no Bairro Vila Nova, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. CONTRATO nº 95/2015. CONTRATADA: Maurício Puttkammer ME. Valor Total: R\$ 622.889,79. PRAZO: 8 meses, a contar da Ordem de Serviço.

Itaiópolis, 14/07/2015.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

ATA DE PREGAO PRESENCIAL Nº 106/2015 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015

Às nove horas do decimo sexto dia do mês de junho de dois mil e quinze, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu - se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 01/2015, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 106/2015, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUINAS, PARA CONCERTO E MANUTENÇÃO DA MOTO-NIVELADORA MARCA VOLVO G710, A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES DESTA MUNICIPALIDADE. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete F. Baumann
Presidente

Thiago Rohden
Membro

Ricardo Kraemer
Membro

ATA PREGAO PRESENCIAL 124/2015 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2015

Às nove horas do nono dia do mês de julho de dois mil e quinze, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu - se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 01/2015, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 124/2015, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE DEFENSAS METÁLICAS E OUTROS MATERIAIS DESTINADOS CONCERTO E MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO LATERAL DA PONTE DA LINHA LARANJEIRA, INTERIOR DESTA MUNICÍPIO.. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete F. Baumann
Presidente

Thiago Rohden
Membro

Ricardo Kraemer
Membro

ATA PREGAO PRESENCIAL Nº 111/2015 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015

Às catorze horas do vigésimo quinto dia do mês de junho de dois mil e quinze, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu - se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 01/2015, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 111/2015, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTUFA METALICA AGRICOLA PARA PRODUÇÃO DE MUDAS, DO SETOR DE URBANISMO, DESTA MUNICIPALIDADE. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que

será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete F. Baumann
Presidente

Thiago Rohden
Membro

Ricardo Kraemer
Membro

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CAMILA ANSCHAU.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 01/07/2015 a 14/12/2015

Itapiranga – SC, 01 de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ANDREIA NEISS

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 110/2015 onde altera a vigência de 17/07/2015 para 01/09/2015 do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 17/07/2015 a 01/09/2015

Itapiranga – SC, 17 de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e THANARA PETRY

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 95/2015 onde altera a vigência de 24/07/2015 para 18/08/2015 do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 24/07/2015 a 18/08/2015

Itapiranga – SC, 20 de julho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº26/2015 - PREGÃO Nº 27/2015 - PROCESSO Nº 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede á Estrada Boa Esperança, nº 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.802.002/0001-02 e Inscrição Estadual nº 253.148.995, representada neste ato por procurador, o Sr. MAICON CORDOVA PEREIRA, portador do CNPF/MF nº 015.886.939-70 e do CI.RG nº 3.242.195 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 - PROCESSO Nº 46/2015.

Objeto: Aquisição de Fraldas Geriátricas, conforme critérios da portaria nº 2.047/2002 do Ministério da Saúde e especificações contidas no anexo V do edital.

VALOR R\$: 20.820,00 (vinte mil oitocentos e vinte reais).

DATA DA ASSINATURA: 17/07/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a entrega total do objeto ou até 31/12/2015.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 20 de julho de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA O COMÉRCIO AMBULANTE Nº 001/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA O COMÉRCIO AMBULANTE Nº 001/2015

O MUNICIPIO DE ITAPOÁ, através da Secretaria de Administração e Finanças faz saber que conforme a Lei Municipal nº 140/2007 e Lei Municipal nº 299/2010 que dispõe sobre o exercício do comércio temporário, informa que esta aberta às inscrições para o Curso de Comércio Ambulante conforme abaixo:

1 – LOCAL

O local para comparecimento dos interessados será na Prefeitura Municipal de Itapoá localizada na Rua Mariana Michels Borges, nº 201 – Itapema do Norte – CEP – 89249-000 – Itapoá.

2 – INSCRIÇÕES

O prazo de comparecimento dos interessados para as inscrições do Curso de Comércio Ambulante será do dia 03 de agosto até o dia 28 de agosto, no horário das 08:00 às 14:00 horas, no Setor de Vigilância Sanitária.

3 – DATA E LOCAL DO CURSO

O curso será realizado nos dias 10 e 11 de setembro, na Casa Da Cultura localizada na Rua VII do Loteamento Príncipe

4 – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

4.1 – Documentos necessários para o alvará de ambulante, os quais deverão ser apresentados após a conclusão do curso de COMÉRCIO AMBULANTE.

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira de identidade;
- Fotocópia do título de Eleitor
- Original e Fotocópia do comprovante de residência no Município nos últimos 2 (dois) anos até a data da solicitação da licença. (conta de água, luz ou telefone);
- Duas fotos 3 x 4 recente;
- Cópia do certificado ou declaração de conclusão do curso de qualificação realizado pelo departamento de vigilância sanitária;
- Certidão Negativa Municipal (através do site da prefeitura – Portal de Serviços On-line;
- Fotocópia da carteira de saúde; (a carteira de saúde deverá ser apresentada somente pelas pessoas aprovadas no processo de triagem).

5 – PRAZO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE TRIAGEM:

5.1 – De 14 á 30 de setembro, no recinto da Prefeitura Municipal, através do Setor de Protocolos com indicação da atividade e local.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015

PROCESSO Nº 62/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 30 de julho de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de material de limpeza para uso da Secretaria de Educação, Escolas Municipais, Centro de Preparação da Merenda Escolar e Ampliação da Jornada Escolar conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 15 de julho de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 422, de 20 de julho de 2015

DECRETO Nº422, de 20 de julho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.624, de 20 de julho de 2015, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências”, que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 1.199.000,00 (um milhão, cento e noventa e nove mil reais), nas dotações orçamentárias.

Art. 2º. Fica alterada a planilha da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o **ANEXO I** e **ANEXO II**. da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de julho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

EDEGAR FRANÇA
Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

Planejamento e Orçamento

Solicitação de Alteração Orçamentário da LOA

Entidade

ANEXO I

Entidade: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA													
Histórico: Defesa Civil - Construção de Fossa e Filtro no Loteamento Popular Lucinda Sá Schuhmacher.													
Lei: /		Data Lei:		Data :		Data: 30/04/2015 Número da Solicitação: 8							
Lote	Tipo	Ref.	Crédito Adicional		Vínculo	Valor	Origem de Recursos						
			Dotação				Tipo	Ref	Dotação/Receita	Vínculo	Valor		
1	Suplementar	81	2.1.0006.0182.0002.2049.3449000000000000	01000080	105.000,00	Anulação	301	3.1.0004.0122.0003.2004.3449000000000000	1830135	05.000,00			
Total do Lote					105.000,00								
Total					105.000,00	Anulação:		105.000,00	Excesso:		Total	105.000,00	
						Superávit:			Op. de Crédito:				
						Convênio:							
Total Geral													
Anulação :		105.000,00		Excesso:		0,00		Transposição Incremento:		0,00		0,00	
Superávit:		0,00		Op. de Crédito:		0,00		Transposição Decremento:		0,00			
Resumo por Vínculos													
Vínculo	Anulação		Superávit		Excesso		Op. de Crédito		Transp. Incremento		Transp. Decremento		Convênio
1830135	105.000,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Total	105.000,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00

DECRETO Nº423, de 20 de julho de 2015

DECRETO Nº423, de 20 de julho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.625, de 20 de julho de 2015, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências", que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada a planilha da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de julho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

EDEGAR FRANÇA
Secretário da Fazenda

LEI Nº.2.627, de 20 de julho de 2015

LEI Nº.2.627, de 20 de julho de 2015

"ALTERA REDAÇÃO E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 2.289 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1. O artigo 1º da Lei nº 2.289 de 09 de dezembro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1. Fica estabelecida em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) a gratificação a que se refere o § 1º, do artigo 137, da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008.

Art. 2º. Fica suprimido o Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 2.289 de 09 de dezembro de 2009.

Art. 3º. O art. 2º da Lei nº 2.289 de 09 de dezembro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação e acréscimos:

Art. 2º. Terão direito ao recebimento da gratificação a que se refere o artigo 1º desta Lei, os membros titulares de Comissões Especiais de Trabalho, assim entendidas as de Processo Disciplinar e a Comissão Especial de Concurso Público/Teste Seletivo, cuja matéria ou necessidade imperiosa do serviço público exija sua constituição e as Comissões Permanentes de Licitação e Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho – CAD.

Art. 4º. Os parágrafos 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 2.289 de 09 de dezembro de 2009 ficam alterados, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º. O pagamento da gratificação aos membros das Comissões de Processo Disciplinar e Comissão de Concurso Público/ Teste Seletivo será efetuado proporcionalmente por dia de presença do membro à comissão a que pertencer.

§ 2º. É vedado o recebimento simultâneo da gratificação pela participação em mais de uma comissão especial ou permanente de trabalho.

Art. 5º. Fica acrescido o § 4º ao art. 3º da Lei nº 2.289 de 09 de dezembro de 2009, o qual terá a seguinte redação:

§ 4º. A gratificação instituída por esta Lei será reajustada na mesma data e no mesmo índice da revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 20 de julho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO,
Prefeito de Ituporanga

LEI nº 2.624, DE 20 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 2.624, de 20 de julho de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.199.000,00 (um milhão, cento e noventa e nove mil reais), nas dotações orçamentárias.

Art. 2º. Fica alterada a planilha da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I e ANEXO II. da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 20 de julho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO,
Prefeito de Ituporanga

LEI Nº 2.625, de 20 de julho de 2015

LEI Nº 2.625, de 20 de julho de 2015

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada a planilha da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 20 de julho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO,
Prefeito de Ituporanga

LEI Nº 2.626, de 20 de julho de 2015

LEI Nº 2.626, de 20 de julho de 2015

“Autoriza o Poder Executivo a proceder a baixa de restos a pagar processados dos exercícios financeiros de 2009, 2010, 2011, 2013 e 2014 da Entidade FEXPONACE, e dá outras providências”.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam cancelados os restos a pagar processados dos exercícios financeiros de 2009, 2010, 2011, 2013 e 2014 da Entidade FEXPONACE, conforme relação abaixo:

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2009				
Entidade: 03 – FEXPONACE				
Órgão: 15 - FEXPONACE				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Nº	Empenho	Data	Valor	Empresa
1	543	02/12/2009	R\$ 324,00	FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
		TOTAL	R\$ 324,00	
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010				
Entidade: 03 – FEXPONACE				
Órgão: 12 - FEXPONACE				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				

Nº	Empenho	Data	Valor	Empresa
2	114	01/04/2010	R\$ 600,00	ALCIDINO JESUS CORDEIRO
3	375	22/12/2010	R\$ 1.196,54	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
		TOTAL	R\$ 1.796,54	

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011

Entidade: 03 – FEXPONACE

Órgão: 12 - FEXPONACE

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Nº	Empenho	Data	Valor	Empresa
4	375	08/07/2011	R\$ 440,00	AUTO VIAÇÃO PETROLANDIA LTDA
		TOTAL	R\$ 440,00	

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2013

Entidade: 03 – FEXPONACE

Órgão: 12 - FEXPONACE

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Nº	Empenho	Data	Valor	Empresa
5	431	13/12/2013	R\$ 5.676,90	EDIO JOSE ROSAR ME
		TOTAL	R\$ 5.676,90	

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2014

Entidade: 03 – FEXPONACE

Órgão: 12 - FEXPONACE

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Nº	Empenho	Data	Valor	Empresa
6	229	01/04/2014	R\$ 3,00	JEITO DE MATO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
		TOTAL	R\$ 3,00	
		TOTAL GERAL	R\$ 8.240,44	

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 20 de julho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO,

Prefeito de Ituporanga

Joaçaba

PREFEITURA

HOMOLOG PL 64/2015

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 64/2015/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015/PMJ

O Secretario de Municipal de desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação do Municipio de Joaçaba, Jorge Ronaldo Pohl, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 64/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 42/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a requisição eventual e futura de serviços de recapagem e vulcanização de pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota municipal.

-Empresas Vencedoras:

F. VACHILESKI & CIA LTDA

VALOR R\$ 66.850,00

GRANDO PNEUS LTDA-ME

VALOR R\$ 94.060,00

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA-EPP

VALOR R\$ 42.158,00

RECAUCHUTADORA RODA LTDA

VALOR R\$ 81.834,00

Fiscal: Nelsi Carniel

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Industria, Comercio, Turismo e Inovação

Jorge Ronaldo Pohl

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA

Celso Felipe Bordin

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) MIGUEL NUNES PEREIRA, Cargo de Motorista, classificado em 37º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de julho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

HOMOLOG PL 72/2015

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2015/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015/PMJ

O Secretario de Gestão Administrativa do Municipio de Joaçaba, Celso Felipe Bordin, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 72/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 46/2015/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de impressos gráficos, destinados à manutenção destinados à manutenção das atividades das secretarias e setores da administração pública municipal.

-Empresas Vencedoras:

ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA-ME

VALOR R\$ 3.300,00

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA

VALOR R\$ 3.826,00

GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

VALOR R\$ 1.500,00

NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA

VALOR R\$ 4.000,00

VALE VISARE GRAFICA E PROPAGANDA LTDA

VALOR R\$ 840,00

Fiscal: Jana Terezinha Pilger

BALANCETE FINANCEIRO JUNHO/2015 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	675.630,93	ORÇAMENTÁRIAS	1.240.867,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.326,39	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.165.149,76
RECEITA PATRIMONIAL	24.849,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	646.263,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	636.455,15	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	571.685,88
		INVESTIMENTOS	-52.800,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	75.717,31
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.717,31
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.344.440,92		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.344.440,92		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.498.916,49	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.290.274,11
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	148.739,99	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	150.121,18
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.329.272,49	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.067.241,97
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	22.777,72	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	22.777,72
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.998.126,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.993.875,25
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	56.257,99
SALDOS ANTERIORES	4.231.995,84	SALDOS ATUAIS	4.219.843,00
BANCO C/ MOVIMENTO	1.099.184,24	BANCO C/ MOVIMENTO	1.016.686,36
BANCOS C/ VINCULADAS	3.132.811,60	BANCOS C/ VINCULADAS	3.203.156,64
TOTAL	9.750.984,18	TOTAL	9.750.984,18

JOACABA, 20/07/2015

ADEMIR LUIZ RIGHI
Ordenador de Despesa - Secretário Saúde

ELIANE AP CERON VIER
Contadora CRC/SC 021520/O-0

ELIZETE MARQUES
Tesoureria

REVOGAÇÃO TP 14/2015-PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 14/2015 - TP

Processo Administrativo: 70/2015
Processo de Licitação: 70/2015
Data do Processo: 16/06/2015

Objeto: a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados à estruturação de eventos municipais.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 12 / 2015

Motivo: Considerando o teor da ata nº 74/2015, emitida pela Comissão de Licitações em 15/07/2015, na qual constatou-se não acudirem interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial ao disposto no art. 49 da Lei 8.666/93 e alterações, resolve:

1.REVOGAR o presente processo licitatório.

Joaçaba, 20 de Julho de 2015

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 166/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 166/2015 DE 16.07.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Licença Gestação à PATRICIA CALLEGARI WARKEN , P-8, N-1, Ref.D-2, Contadora , conforme LC 76/2003 Art. 83, por 180 (cento e oitenta dias), a partir de 11 de julho de 2015.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, , obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010, produzindo efeitos a partir de 11 de Julho de 2015.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 16 de julho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA JHL 173/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 173/2015 DE 17/07/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria JHL 139/2015 de 19.06.2015 devido apresentação de atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 17 de Julho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0017/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR Processo Administrativo: 25/2015 Processo de Licitação: 25/2015 Data do Processo: 11/06/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 25/2015
b) Licitação Nr.: 17/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 20/07/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ADEQUAÇÃO DO PARQUE DE HIDROMETRO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA (7862)

1	HIDROMETRO CLASSE C, TIPO VOLUMETRICO, QN 0,75 M3/H, RELOJOARIA A 45°, EXTREMIDADES TIPO ROSCA DNR 3/4", SEM CONEXÕES. CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: ITRON	PÇ	1.250,00	0,0000	81,00	101.250,00
Total do Fornecedor:						101.250,00
Total Geral:						101.250,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (15) Saldo: 2.618.844,45

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO PERMISSÃO DE USO 04/2015 PML

CONTRATO DE PERMISSÃO

DE USO n.º 04/2015

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

PERMISSIONÁRIO: ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL, inscrita no CNPJ/MF sob n.º CNPJ 75.323.907/0001-90, com sede à Rua Nereu Ramos, 303 loja 14 - Centro – Lages/SC.

Termo de Permissão de Uso conforme Decreto Municipal nº 15.004 a Título Precário e Gratuito

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Fica outorgado ao ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL a permissão de Uso, a Título Precário e Gratuito, por Prazo indeterminado, o uso do Estádio Vidal Ramos Júnior, Exclusivamente em função de relevante interesse público, em benefício da comunidade, visando desenvolver o acesso a infraestrutura do nosso município

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

O prazo do presente contrato será indeterminado.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

A Permissionária usará o Estádio Vidal Ramos Júnior, de Forma Precária e Gratuita

Lages, 30 de julho de 2015

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em exercício

PP 34-2015 SMS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 34-2015 SMS

Objeto: Confecção de Impressos

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 10/08/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 137.553,30

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 20 de julho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO CC 08-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 08/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE LAGES-SC.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento.

As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 18/08/2015, para às 13:30 do dia

21/08/2015.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 20 de julho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO CC 10-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 10/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE LAGES-SC.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No Subitem 8.1, onde se lê: Fonte de Recursos: Operação de Crédito CEF - PMAT;

Leia-se: Fonte de Recursos: Próprio.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 20 de julho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

TERMO ADITIVO AO CONTRATO PS 04.06.2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 04.06.2013 RELATIVO A EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAGES E O BANCO DO BRASIL S.A.

CONTRATANTE – O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede a Rua Benjamin Constant, nº 13, Lages (SC), neste ato representado pelo seu prefeito Sr. Antônio Arcanjo Duarte.

CONTRATADO – BANCO DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-91, com sede no SBS, Quadra 4, Bloco A, Lote 25, Ed. Sede I, 9º andar, Brasília (DF), por sua agência em Lages (SC), nesta ato representado pelo Sr. Maurilo Otávio Campestrini.

FINALIDADE – O presente instrumento tem por objeto retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, o Contrato de Prestação de Serviços, firmado entre o município de Lages e o Banco do Brasil S.A. em 04.06.2013, contrato esse retificado e ratificado pelo Termo Aditivo de 04.06.2014 para emissão e administração de cartão de pagamento.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

Lages/SC, 05 de junho de 2015.

Lauro Muller

PREFEITURA

LEI Nº 1.873/2015

LEI Nº 1.873/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída na semana que compreende o dia 21 de outubro – Dia Nacional de Valorização da Família, a SEMANA MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA no âmbito do município de Lauro Müller, a ser comemorado anualmente, integrando-a no Calendário Oficial de Eventos do Município, objetivando a conscientização da importância da família como instituição fundamental para o desenvolvimento humano.

Art. 2º - Na Semana Municipal de Valorização da Família serão desenvolvidas ações educativas através de palestras, seminários, conferências e atividades culturais e de lazer, com a participação do poder público, instituições e autoridades religiosas, educacionais e políticas.

Art. 3º - O Poder Executivo atribuirá a órgão de sua estrutura a responsabilidade pela coordenação das ações previstas para a Semana de Valorização da Família.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 29 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.874/2015

LEI Nº 1.874/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE APLICAÇÃO DE MULTA AO CIDADÃO QUE FOR FLAGRADO JOGANDO RESÍDUOS SÓLIDOS OU LIXO DE QUALQUER SUBSTÂNCIA OU OBJETO NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS FORA DOS EQUIPAMENTOS DESTINADOS PARA ESTE FIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Será multado na forma da Lei, todo cidadão que for flagrado jogando qualquer tipo de lixo fora dos equipamentos destinados para este fim nos logradouros públicos do Município de Lauro Müller.

Art. 2º - As penalidades previstas nesta Lei serão estabelecidas através de auto de infração lavrado contra o infrator, contendo as

seguintes informações:

I - local, data e hora da lavratura;

II - qualificação do autuado;

III - a descrição do fato constitutivo da infração;

IV - o dispositivo legal infringido;

V - a identificação do agente atuante, contendo sua assinatura, cargo ou função e o número da matrícula;

VI - a assinatura do autuado.

Art. 3º - O agente responsável pela autuação poderá solicitar, sempre que necessário, auxílio de força policial quando o infrator dificultar o cumprimento dos itens II e VI do Art. 2º desta Lei.

Art. 4º - Os infratores desta Lei serão advertidos e sendo reincidentes, serão penalizados com multa de R\$ 100,00 (cem reais) a cada infração cometida.

§1º Os recursos financeiros, provenientes da arrecadação com as multas aplicadas, serão destinados à Secretaria Municipal de Obras para manutenção dos equipamentos utilizados na limpeza da cidade, bem como em campanhas educativas.

§2º O valor da multa constante deste artigo será corrigido, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial - IPCA-E ou por outro índice que por ventura venha substituí-lo.

Art. 5º - Equipamentos de higiene pública, tais como: lixeiras e coletores de lixo urbano, devem ser instalados pelo Poder Público em locais estratégicos e de fácil acesso, obedecendo as normas de recicláveis.

Art. 6º - O Poder Executivo adotará todas as medidas necessárias para regulamentar a presente Lei, designando os órgãos responsáveis pela fiscalização e sua execução.

Parágrafo único - Entre as ações de regulamentação deverá haver a criação de um cadastro interno de controle das multas aplicadas e suas reincidências, observando os procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 7º - Para o conhecimento desta Norma Legal e conscientização da população o Poder Executivo veiculará campanha publicitária.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 29 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.875/2015

LEI Nº 1.875/2015 DE 08 DE JULHO DE 2015

AUTORIZA CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA LM DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar auxílio financeiro através do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, no valor de R\$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais), mediante a celebração de convênio com a Associação Desportiva LM, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ de nº 15.198.918/0001-64, com sede na Rua Presidente Castelo Branco, nº 245, Bairro Centro– Lauro Müller/SC, com o objetivo de auxiliar na cooperação financeira para execução do Projeto “Um Craque Quem sabe – O homem é obrigação”, visando desenvolver a prática de esporte, recreativo e competitivo, para auxiliar na formação e no desenvolvimento integral do indivíduo e sua participação como cidadão, e na busca pela formação de atletas.

Parágrafo Único - O convênio de que se trata o “caput” deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 90 (noventa) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.838/2014 de 12 de Dezembro de 2014; Órgão: 09 - Secretaria municipal da Família e Ação Social; Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.044 – Prevenção de Riscos a criança e adolescente/ FIA; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE JULHO DE 2015.

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

CONVÊNIO Nº 009/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA LM DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro – Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves e o

Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA inscrito no CNPJ nº 19.059.863/0001-62 representado pela presidente do CMDCA, Suzamara Vieira portadora do CPF nº 048.013.969-50, e do outro lado a Associação Desportiva LM de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 15.198.918/0001-64, com sede na Rua Presidente Castelo Branco, nº 245, Bairro Centro– Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Tiago Blasius de Almeida, com CPF nº 048.122.929-99, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira para a prática de esportes bem como custear despesas com aquisição de uniformes e agasalhos e tênis e pagamento de custos operacionais e de materiais de expediente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à Associação Desportiva LM o valor total de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e Oitocentos Reais), sendo efetuado o repasse em parcela única.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de noventa (90) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

IV - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 90 (noventa) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e
- b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2015, a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 08 de Julho de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SUZAMARA VIEIRA
Presidente do CMDCA

TIAGO BLASIUS DE ALMEIDA
Presidente da Associação Desportiva LM

TESTEMUNHAS:

1ª _____
CPF nº: _____

2ª _____
CPF nº: _____

LEI Nº 1.876/2015

LEI Nº 1.876/2015 DE 15 DE JULHO DE 2015

INSTITUI O PROJETO RUAS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Projeto "Ruas de Cultura, Esporte e Lazer" no Município de Lauro Müller.

Parágrafo Único – O Projeto "Ruas de Cultura, Esporte e Lazer" será desenvolvido nos finais de semana e feriados, devendo atender todas as faixas etárias da população.

Art. 2º - Para a execução do Projeto "Ruas de Cultura, Esporte e Lazer" a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento fará um levantamento dos logradouros públicos, a fim de se conhecer em qual será mais viável à implantação do Projeto em questão.

Art. 3º - As ruas ou quarteirões destinados ao lazer serão interditados ao trânsito de qualquer espécie de veículos durante o tempo de sua utilização, objetivando a maior tranquilidade e segurança das pessoas participantes.

§ 1º - Não poderão ser utilizados para esse fim os logradouros públicos ou parte deles, considerados como via preferencial ou aquelas de principal acesso ou saída da cidade ou de seus bairros.

§ 2º - O poder concedente criará de acordo com a infraestrutura disponível, as Ruas de Cultura, Esporte e Lazer para funcionar nos horários compatíveis com as atividades planejadas, em vias que não prejudiquem o transporte coletivo urbano, tampouco hospitais, postos de saúde, estabelecimentos que realizem atendimentos de emergências médicas, delegacias de polícia, unidades do corpo de bombeiros e polícia militar.

Art. 4º - Os interessados na utilização de uma rua ou de um quarteirão para área de lazer, conforme o estabelecido nesta Lei, deverão protocolar no setor competente da Prefeitura Municipal, com a necessária antecipação, o pedido para utilização, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias a respeito.

Parágrafo único - Na área de lazer referida no caput deste artigo fica vedado o emprego de objetos, materiais, aparelhos, etc, que possam causar danos à integridade física das pessoas participantes.

Art. 5º - Ficará a cargo da Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes e da Comissão Municipal de Esportes – CME, a coordenação geral do Projeto "Ruas de Cultura, Esporte e Lazer", cuidando para que o mesmo alcance suas finalidades essenciais, proporcionando à população horas de entretenimento e lazer.

Art. 6º - O chefe do poder executivo municipal poderá, se necessário, baixar regulamento disciplinando a aplicação da presente Lei.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 15 DE JULHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.877/2015

LEI Nº 1.877/2015 DE 15 DE JULHO DE 2015
INSTITUI O MÊS DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA 'OUTUBRO ROSA' NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida, no âmbito do município de Lauro Müller, a campanha mundial de prevenção ao Câncer de Mama intitulada "Outubro Rosa", devendo todos os órgãos públicos desenvolver ações de conscientização para prevenção da doença, no mínimo entre sua própria equipe, ao longo do mês de outubro.

Art. 2º - Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Lauro Müller o dia de mobilização dentro do mês de outubro a ser comemorado, anualmente no segundo sábado do mês de outubro.

Art. 3º - Durante o mês de campanha, o objetivo será divulgar os direitos assegurados pela Lei Federal nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento dos cânceres de mama e do colo uterino, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo único - O Símbolo da Campanha aludida no caput deste artigo será "um laço" na cor rosa, podendo ainda, para caracterização da campanha, os principais pontos turísticos, prédios e outras edificações de relevante importância e grande fluxo de pessoas no município, serem iluminados com a cor rosa.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE JULHO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 274/2015

PORTARIA Nº 274/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 e Decreto Municipal nº 051/2015 de 04/05/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 28 de Maio de 2016, os efeitos da Portaria nº 194/2015, de 03/03/15, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de ELISANGELA MEDEIROS MUZIKANTE, para a função de Técnica em Enfermagem do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 276/2015

PORTARIA Nº 276/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 e Decreto Municipal nº 051/2015 de 04/05/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 28 de Maio de 2016, os efeitos da Portaria nº 217/2015, de 01/04/15, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de MARCIO SILVEIRA, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 277/2015

PORTARIA Nº 277/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 e Decreto Municipal nº 051/2015 de 04/05/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 28 de Maio de 2016, os efeitos da Portaria nº 331/2014, de 02/06/14, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de MATHEUS NUNES, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 278/2015

PORTARIA Nº 278/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 e Decreto Municipal nº 051/2015 de 04/05/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 28 de Maio de 2016, os efeitos da Portaria nº 329/2014, de 02/06/14, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de JOSÉ NAZARENO DE SOUZA, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 279/2015

PORTARIA Nº 279/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 e Decreto Municipal nº 051/2015 de 04/05/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 28 de Maio de 2016, os efeitos da Portaria nº 330/2014, de 02/06/14, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de RONALDO RIBEIRO DA SILVA, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 280/2015

PORTARIA Nº 280/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 e Decreto Municipal nº 051/2015 de 04/05/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 28 de Maio de 2016, os efeitos da Portaria nº 008/2015, de 16/01/15, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de RENATO CANDIDO, para a função de Motorista do SAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE MAIO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL S10, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel S10, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 75.415.075/0002-13

RUA: MARCIONILO DOS SANTOS, Nº 1426, BAIRRO CORTICEIRA, CEP: 89.270-000, GUARAMIRIM/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de óleo diesel S10, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 026/2015.

1.2 - O Óleo Diesel S10, deverá ser entregue da seguinte maneira:

I- Na Garagem da Prefeitura. Sendo que o vencedor deverá realizar a instalação de um tanque bipartido, duas bombas de abastecimento e dois filtros de linha. O tanque bipartido deverá ter capacidade máxima total de 13.000 litros, onde os compartimentos serão preferencialmente de 8.000 litros e de 5.000 litros;

II- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

V- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos

equipamentos cedidos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os combustíveis cotados são as seguintes:

GRUPO I - ÓLEO DIESEL S10:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	Litro	60.000	Óleo Diesel S10	PETROBRAS	R\$ 2,792	R\$ 167.520,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O vencedor do óleo diesel S10 - deverá instalar na Garagem da Prefeitura, em forma de comodato, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, bem como a regularização deste junto aos órgãos competentes, inclusive órgãos ambientais e a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato. Conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega em até 48 horas. A fornecedora deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de

empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

9.2. O vencedor do Óleo Diesel S10, deverá disponibilizar em forma de comodato, um Tanque com Reservatório com capacidade máxima total de 5.000 litros nas seguintes localidades conforme mencionado:

I- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

II- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

9.3. Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos produtos até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei

Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.
CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio

04.01.12.364.0004.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Apoio ao Transporte de Alunos Universitários

06.01.15.451.0010.1.026.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Pavimentação de Ruas

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0039 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

06.01.15.452.0010.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o

presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de junho de 2015.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

CONTRATO Nº 041/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 041/2015 - PMLL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426, Bairro Corticeira, Município Guarapiranga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor AGUINALDO MORAES TAVARES, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 026/2015, pelos termos da propostas da Contratada datada de 19/06/2015 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel S10, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 026/2015.

1.2 - O Óleo Diesel S10, deverá ser entregue da seguinte maneira:

I- Na Garagem da Prefeitura. Sendo que o vencedor deverá realizar a instalação de um tanque bipartido, duas bombas de abastecimento e dois filtros de linha. O tanque bipartido deverá ter

capacidade máxima total de 13.000 litros, onde os compartimentos serão preferencialmente de 8.000 litros e de 5.000 litros;

II- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

V- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

1.4 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 026/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 167.520,00 (cento e sessenta e sete mil quinhentos e vinte reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio

04.01.12.364.0004.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Apoio ao Transporte de Alunos Universitários

06.01.15.451.0010.1.026.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Pavimentação de Ruas

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0039 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

06.01.15.452.0010.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o

mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem está cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições

expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	AGUINALDO MORAES TAVARES RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	--

Macieira

PREFEITURA

decreto 1503

DECRETO Nº1503, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a homologação do Concurso Público, constante do Edital Nº 01/15, divulga lista dos classificados e dá outras providências

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, SC, de acordo com as atribuições legais, e de conformidade com o Edital do Concurso Público 01/2015.

DECRETA :

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Concurso Público, constante do Edital Nº 01/2015, estando classificados os relacionados abaixo, por ordem de classificação.

FISCAL EM FIGILANCIA SANITÁRIA

NOME	NOTA	CLASS
CARLISE MUSSKOPF	6,80	1º
LUCIANE ELOY DE ANDRADE	6,40	2º
FRANCIELI SERIGHELLI	6,40	3º
GILBERTO DE OLIVEIRA	6,00	4º
NATANI ZAMBONI	5,80	5º
LEIDIMARA RECALCATTI	5,80	6º
JOSIANE ARCONTI	5,60	7º
JULIANO TASCA	5,60	8º
KARLA NAVA DOMINGUES	5,40	9º

AUXILIAR EM ODONTOLOGIA

NOME	NOTA	CLASS
LEUDANIREZ LUCIA COMIN CERRY	6,00	1º

FISCAL DE TRIBUTOS OBRAS E POSTURAS

NOME	NOTA	CLASS
PATRICK DO NASCIMENTO	6,00	1º

OPERADOR DE MAQUINA MEDIA E PESADA

NOME	NOTA	CLASS
NELDO ZIMMER	6,55	1º
IVANIR CANONICA	6,00	2º

PROFESSORA DE PEDAGOGIA

NOME	NOTA	CLASS
EVANI DOMINGUES CARDOSO	6,00	1º
JULIANA TASCA OLSZEWSKI	5,60	2º
GABRIELA FAVARIN	5,20	3º

PROFESSORA DE LETRAS (INGLES)

NOME	NOTA	CLASS
LUCILA MOSENA GEMELLI	5,80	1º

TECNICO EM SAÚDE BUCAL

NOME	NOTA	CLASS
MARISTELA TASCA	6,60	1º

TECNICO EM ENFERMAGEM

NOME	NOTA	CLASS
CRISTINA PASSOLD DE OLIVEIRA	6,60	1º
ADAIR RAMOS	5,60	2º
FLAVIO ROSA DOS SANTOS	5,40	3º
MARILENA SALETE PIRAN	5,20	4º
MARI TEREZINHA NERES DONADEL	5,00	5º

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.

Macieira, 20 de JULHO de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO N. 4.001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 4.001/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 028/2015 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de ar condicionado split e cortinas de ar, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 05 de agosto de 2015 até às 14 horas, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas. Maravilha - SC, 20 de julho de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO N. 4.002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 4.002/2015 – Modalidade de Pregão Presencial n. 029/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para o Município de Maravilha – SC, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 03 de agosto de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 20 de julho de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3119 DE 17 DE JULHO 2015

DECRETO Nº 3119 DE 17 DE JULHO 2015

Estabelece valor para a participação na implantação e manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISNORDESTE/SC

O Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 1,00 (Um real) mensal, por habitante do Município de Massaranduba, para a implantação e manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde, conforme previsto no art. 3º da Lei Municipal nº 1688 de 13 de Julho de 2015.

Parágrafo Único O número de habitantes do Município será utilizado como fonte, mediante os dados emitidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, para fins do repasse dos recursos do PAB.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba – FMSM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto nº 2219 de 04 de Julho de 2011.

Massaranduba, 17 de julho de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3118 DE 16 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº. 3118 DE 16 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação R\$ 77.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 77.000,00(Setenta e sete mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 33500000 – Transferências a Inst. S/ Fins Lucrativos

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação R\$ 10.000,00

0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação R\$ 67.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE JULHO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 031-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 031/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: STRADA MOTORS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO 0 km PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Valor: R\$ 38.400,00

Vigência: Início: 08/07/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 08 de julho de 2015.

LEI Nº 1689-2015

LEI Nº 1689/2015

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 1638/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 1.638 de 28 de março de 2014, passa a ter a seguinte redação:

Art 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com auxílio moradia e auxílio alimentação até a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a cada profissional médico disponibilizado ao Município, através do Programa do Governo Federal "Mais Médicos".

Art. 2º - As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário, produzindo-se efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

Meleiro/SC, 20 de julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 261/2015

PORTARIA nº 261/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, RESOLVE: EXONERAR

Art. 1.º O Senhor MÁRCIO ELIAS ALVES, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 172/2015.

Meleiro, 20 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0112/2015

PORTARIA Nº 0112/2015 de 17.07.2015

REVOGA PORTARIA Nº 029/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar, a partir desta data, a Portaria nº 029/2015 que dispõe sobre a concessão de Prêmio Assiduidade e Licença Prêmio à servidora pública municipal JOSEFINA SCATOLIN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 17 de julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2015

“DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO, o Decreto n. 067/2015, de 09 de Julho de 2015, que estabelece o novo horário de expediente das repartições públicas municipais;

CONSIDERANDO, que o Decreto n. 067/2015, de 09 de Julho de 2015 reduz a carga horária de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas;

CONSIDERANDO que não há violação ao princípio da irredutibilidade salarial quando se trata de servidor ocupante de cargo em comissão (art. 37, inciso V, da Constituição Federal).

CONSIDERANDO, que inexistente direito adquirido pelo servidor comissionado, pois a sua permanência no cargo está diretamente sujeita ao poder discricionário (oportunidade e conveniência);

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir o salário dos cargos comissionados, estabelecidos na lei Municipal nº. 1284 de 24 de Junho de 2008 c/c alterações da lei complementar municipal n. 038 de 15 de Junho de 2015 e Lei Municipal nº 1.327 de 26 de Agosto de 2009.

Art. 2º - A redução salarial será na proporção de 10% sob os vencimentos do funcionário ocupante de cargo comissionado.

Art. 3º - A presente lei terá vigência tão somente enquanto perdurar o expediente das repartições públicas de 30 (trinta) horas semanais, estabelecido no Decreto n. 067/2015, de 09 de Julho de 2015.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 20 de Julho de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 066/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 066/2015. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios. Data: 03/08/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 33/2015 FMS

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES SIMPLES COM. DE MAQUINAS, PAVIBRAS EMPREEND. TODAS AS EMPRESAS POSSUEM BENEFICIO DE ME/EPP COM TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS. APÓS A EQUIPE DE APOIO E OS LICITANTES VISTAREM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO E AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DAS EMPRESAS. PARA VERIFICAÇÃO DOS FOLDERS ESTAVA PRESENTE O SR PAULO RENATO CRISPIM REPRESENTANTE DA SAÚDE. APÓS ABERTURA FOI VERIFICADO QUE A PAVIBRAS APRESENTOU EM SEU FOLDER PRODUTO FABRICAÇÃO ESPANHOLA E INOX 316 (EM CONSULTA AO JURIDICO NÃO PODERIAMOS DESCLASSIFICAR PELO FATO DE NÃO SER 100% NACIONAL POIS A LEGISLAÇÃO NÃO PERMITIA, E TAMBEM PELO SENSO COMUM POIS NÃO HAVIAM TECNICOS PARA CONSTATAÇÃO, MAS O INOX 316 SERIA MELHOR DO QUE O 304) DESTA FORMA AMBOS FORAM CLASSIFICADOS PARA A ETAPA DE LANCES. NA ETAPA DE LANCES RESTOU VENCEDOR O LICITANTE SIMPLES COMERCIO, SENDO QUE APÓS A ABERTURA DE SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO FOI CONSTATADO QUE O MESMO ATENDEU COM AS EXIGENCIAS DO EDITAL APRESENTANDO TODOS OS DOCUMENTOS SOLICITADOS SE TORNANDO VENCEDOR DA LICITAÇÃO, MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE E ENCAMINHA OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE.

MENTIONOU RECURSO O LICITANTE PAVIBRAS, QUANTO AO CONTRATO SOCIAL .

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO
Navegantes, 20 de julho de 2015

ATA PREGÃO PRESENCIAL 40/2015 FMS

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE NUTRI-PORT, PFG COMERCIAL AMBAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS SENDO QUE A LICITANTE PFG COMERCIAL POSSUÍA O BENEFÍCIO DE ME/EPP , APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA, NESTA FASE A LICITANTE PFG APONTOU QUE SUA CONCORRENTE APRESENTOU ITENS QUE NÃO ATENDIAM O EDITAL NESTE CASO FOI EXPLICADO QUE A AMOSTRA É QUE IRÁ DETERMINAR SE O PRODUTO ATENDERIA OU NÃO O EDITAL PODENDO APÓS A APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DA AMOSTRA INTERPOR O DEVIDO RECURSO SE FOR O CASO. APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, RESTANDO VENCEDORA A LICITANTE NUTRIPORT, APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA NUTRIPORT E CONSTATADO QUE A MESMA ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, MOMENTO EM QUE ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE.

obs a representante da nutriport já deixou as amostras na própria sessão.

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO
Navegantes, 20 de julho de 2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 39/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) E CENTROS DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 31/07/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 31/07/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 20 de julho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO 394 ALTERA DECRETO 259

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 394 DE 20 DE JULHO DE 2015

ALTERA O DECRETO 259 DE 15/4/2015, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 259 de 15 de abril de 2015, substituindo-se os representantes da Secretaria da Educação como Delegados indicados pelo Governo Municipal, conforme segue:

13 – Secretaria da Educação: Titular: Lúcia Helena de Souza;
Suplente: Sônia Vieira da Costa.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 259 de 15 de abril de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JULHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de julho de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 395 CONVOCA 10ª CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 395 DE 20 DE JULHO DE 2015
CONVOCA A 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e atendendo ao que dispõem a lei federal 8.742/93 e a lei municipal 1186/97, DECRETA:

Art. 1.º Ficam convocados os dirigentes ou representantes das entidades governamentais e não governamentais, como também os usuários e trabalhadores do setor para participarem da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social de Navegantes, cujo tema será "Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026", a qual se realizará no dia 5 de agosto de 2015, das 8h30min. às 15h45min., na sede da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – ASPMN - .

Art. 2.º A Conferência terá por objetivo tratar, específica e exclusivamente, da política de Assistência Social, de modo a avaliar o Plano Decenal 2005/2015 e propor diretrizes para a construção do Plano Decenal do SUAS 2016/2026.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JULHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 396 COMISSÃO ORGANIZADORA 10ª CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 396 DE 20 DE JULHO DE 2015
NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e atendendo ao que dispõem a lei federal 8.742/93 e a lei municipal 1186/97,

CONSIDERANDO a Resolução CNAS Nº 03 de 20 de março de 2015, que define o período para realização das Conferências de

Assistência Social, tendo como prazo inicial 11 de março e prazo final 10 de agosto de 2015,

CONSIDERANDO a Resolução CNAS 04 de 13 de abril de 2015, que dispõe sobre a realização das Conferências de Assistência Social,

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta CNAS/MDS Nº 01 de 09 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a convocação extraordinária da 10ª Conferência Nacional, cujo tema é "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026" e o lema: "Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026 – O SUAS que temos e o SUAS que queremos",

CONSIDERANDO a Resolução CNAS Nº 04 de 13 de abril de 2015, a qual determina que as Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal devem tratar específica e exclusivamente da política de Assistência Social, de modo a avaliarem o Plano Decenal 2005/2015 e proporem diretrizes para a construção do plano decenal do SUAS-2016/2026,

CONSIDERANDO que a realização da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social de Navegantes será realizada no dia 5 de agosto de 2015, das 8h30min. às 15h45min., na sede da ASPMN,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os Representantes das respectivas entidades para instituírem a Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social, a saber:

NOME	ENTIDADE QUE REPRESENTA
Eleonora da Luz Pereira	Conselho Municipal de Assistência Social
Maria José Flor Conselho	Municipal de Assistência Social
Iuli da Cunha Ceschin	Conselho Municipal de Assistência Social
Louise Cristina Corrêa do Nascimento	Secretaria de Assistência Social de Navegantes
Mary Cleide Tambosi	Secretaria de Assistência Social de Navegantes

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

NOME	ENTIDADE QUE REPRESENTA
Juliana Pinto	Secretaria de Assistência Social de Navegantes
Kátia Maria Rosseto	Secretaria de Assistência Social de Navegantes

Art. 2.º A comissão ora instituída terá como Presidente a Senhora Maria José Flor.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JULHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 132/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO CONTRATUAL Nº 132/2015.

Contrato Nº.: 132/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

CNPJ: 05.913.862/0001-29.

Valor Total: R\$ 1.289.091,60 (um milhão duzentos e oitenta e nove mil noventa e um reais e sessenta centavos).

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 01/07/2016.

Licitação : Pregão Presencial nº 221/2014.

Recursos : 2.015 3.3.90.00.00.00. / 2.037 3.3.90.00 /2.054 3.3.90.00/ 2.094 3.3.90.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO OSTENSIVO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM PRÉDIOS DO PATRIMÔNIO E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ESTANDO INCLUSO INSTALAÇÕES, LOCAÇÕES DE CENTRAIS DE ALARMES, SENSORES, TECLADOS, SIRENES E CANETA PONTO UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2014.

Navegantes, 01 de julho de 2015.

LEI 3011 AUTORIZA DESAFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

LEI Nº 3011 DE 20 DE JULHO DE 2015

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica desafetada da finalidade de uso comum do povo, para bem dominial, parte dos seguintes bens públicos, denominados como Ruas:

I – Uma faixa de terra pertencente à Rua Felipe Inácio (3.442,50m²), antiga Rua 08 quando da aprovação do Loteamento denominado Porto das Balsas, registrada sob a matrícula nº 15.882 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes-SC, com área de 227,50 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz ao leste com a Rua acima citada, onde mede 10,00 metros, fundos ao oeste, com terras de Maria Anacleto, onde mede 10,11 metros, extrema ao norte com os lotes nº 02 e parte do Lote de nº 03 ambos da quadra "32", onde mede 22,00 metros, distante nesta extrema da esquina com a Rua Hercílio Rocha Weber (antiga Rua nº 07), 41,50 metros, e ao sul, com o Lote nº 01 e parte do Lote nº 02 ambos da Quadra "31", onde mede 23,50 metros.

II – Uma faixa de terra pertencente à Rua Agenor dos Santos (4.115,00m²), antiga Rua 09 quando da aprovação do Loteamento denominado Porto das Balsas, registrada sob a matrícula nº 15.883 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes-SC, com área de 360,00 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz ao leste com a Rua acima citada,

onde mede 10,00 metros, fundos que faz ao oeste, com terras de Maria Anacleto, onde mede 10,04 metros, extrema ao norte com os Lotes de números 10, 12, e parte do Lote de nº 14 ambos da Quadra "33", onde mede 35,50 metros, distante nesta extrema da esquina com a Rua Hercílio Rocha Weber (antiga Rua nº 07), 21,50 metros, e ao sul com os Lotes de números 01, 05, e parte do Lote de nº 07 ambos da Quadra "32" onde mede 36,50 metros.

III – Uma faixa de terra pertencente à Rua Manoel Vieira (4.705,00m²), antiga Rua 10 quando da aprovação do Loteamento denominado Porto das Balsas, registrada sob a matrícula nº 15.884 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes-SC, com área de 1085,00 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz ao leste com a Rua acima citada onde mede 10,00 metros, fundos que faz ao oeste, com a Área B do desmembramento sem denominação oficial, a mesma medida, extrema ao norte com os Lotes de números 01, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19, e parte do Lote de nº 21 ambos da Quadra "34" onde mede 108,50 metros, distante nesta extrema da esquina com a Rua Hercílio Rocha Weber (antiga Rua 07), 21,50 metros, e ao sul, com os Lotes nº 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 13 e parte do Lote nº 15 ambos da Quadra "33", onde mede 108,50 metros.

IV – A integralidade da Rua Moisés dos Santos, antiga Rua 20 do Loteamento denominado Porto das Balsas, registrada sob a matrícula nº 15.885 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes-SC, com área de 705,9613 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz ao leste, com a Rua Manoel Vieira, com os Lotes de nº 01, 02, 03, 04 da Quadra "34", e com a Rua Emanuel Couto, onde mede 70,59613 metros; fundos que faz ao oeste, com terras de José Casa, a mesma medida; extrema ao norte, com a Área Verde, e ao sul com o Lote nº 01 da Quadra de nº "33", medindo em cada uma dessas extremas 10,00 metros.

Art. 2º Antes de proceder à desafetação das áreas mencionadas nos incisos I a III do art.1º desta lei, deverá, o Poder Executivo Municipal, proceder ao desmembramento das faixas de terra a serem desafetadas a fim de que restem individualizadas, o que resta autorizado através da presente lei.

Art. 3º Após o desmembramento e a desafetação das áreas descritas no art.1º desta lei, fica, o Município de Navegantes, autorizado a permutar com o ESTALEIRO NAVSHIP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.171.021/0001-19, com endereço na Rua Orlando Ferreira nº 305, Machados, Navegantes-SC, CEP 88.371-320, as áreas mencionadas nos incisos I a IV do art.1º desta lei, as quais foram avaliadas pela Comissão de Avaliação de Imóveis pelo valor de R\$ 594.615,32 (quinhentos e noventa e quatro mil seiscentos e quinze reais e trinta e dois centavos) pelos seguintes imóveis, os quais foram avaliados em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais):

I – Um terreno, sem benfeitorias, representado pelo lote nº 87 do Loteamento denominado Jardim Residencial Oriente, situado no lugar Machados, zona urbana do Município de Navegantes-SC, na 1ª quadra do lado ímpar da Rua Prefeito João José Fagundes, com a área de 460,00 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente, que faz ao sul, no lado ímpar da Rua acima citada, mede 10,00 metros, e nos fundos, que fazem ao norte, nas terras de Manoel Cabral, também a mesma medida; extrema ao oeste com mais terras de Firma Empreendimentos Imobiliários Osvaldo J. Rosa Ltda (lotes nº 83, 84, 85 e 86), ficando distante nesta extrema, da esquina com a Rua Corretor Valdezir Sebastião Sacavém, 26,70 metros, e ao leste com mais terras de Arnaldo Preis (lote nº 88), medindo na extrema oeste 45,86 metros, e na extrema leste 46,14 metros, imóvel este registrado sob a matrícula nº 744 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes.

II – Um terreno, sem benfeitorias, representado pelo lote nº 88 do Loteamento denominado Jardim Residencial Oriente, situado no lugar Machados, zona urbana do Município de Navegantes-SC, na 1ª quadra, do lado ímpar da Rua Prefeito João José Fagundes com a área de 462,80 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente, que faz ao sul, no lado ímpar da Rua acima citada mede 10,00 metros, e nos fundos, que fazem ao norte, na terras de Manoel Cabral, também a mesma medida, extrema ao leste, onde mede 46,42 metros, com mais terras de Rogério Cordova Diniz (Lote nº 89), e ao oeste, onde mede 46,14 metros, com mais terras de Rogério Cordova Diniz (Lote nº 87), ficando distante, nesta extrema, da esquina com a Rua Corretor Valdezir Sebastião Sacavém, 36,70 metros, imóvel este registrado sob a matrícula nº 745 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes-SC.

III – Um terreno, sem benfeitorias, representado pelo Lote nº 89 do Loteamento denominado Jardim Residencial Oriente, localizado no lugar Machados, zona urbana do Município de Navegantes, na 1ª Quadra do lado ímpar da Rua Prefeito João José Fagundes com a área de 465,60 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz ao sul, no lado ímpar da Rua acima citada, mede 10,00 metros, e nos fundos, que fazem ao norte, nas terras de Manoel Cabral, também a mesma medida, extrema ao leste, onde mede 46,70 metros com terras de Rogério Córdova Diniz (Lote nº 90), e ao oeste, onde mede 46,42 metros, com ditas também de Rogério Córdova Diniz (Lote nº 88), ficando distante, desta extrema, da esquina com a Rua Corretor Valdezir Sebastião Sacavém, 46,70 metros, imóvel este registrado sob a matrícula nº 746 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes-SC.

Art. 4º A permuta de que trata o art.3º desta lei não acarretará ônus para o Município, devendo, os particulares, renunciarem à diferença havida entre os valores dos bens, e somente poderá ser efetivada após o desmembramento e desafetação das áreas descritas no art.1º, bem como quando os imóveis a serem recebidos pelo Município de Navegantes e repassados pela empresa Estaleiro Navship estiverem devidamente registrados em nome desta no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes.

Art. 5º Os imóveis adquiridos e descritos nos incisos I a III do art.3º pelo Município serão destinados à construção de uma Unidade Escolar.

Art. 6º Fica dispensada a licitação, por se tratar de caso de interesse público devidamente justificado, nos termos do art. 17, I, “c” c/c art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 7º Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a tomar todas as providências necessárias para formalizar legalmente o disposto nesta lei.

Art. 8.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JULHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3012 AUTORIZA OPERAÇÃO DE CRÉDITO BADESC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 3012 DE 20 DE JULHO DE 2015
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA “BADESC CIDADES” E A TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SC

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a aderir ao Programa “Badesc Cidades”.

Art. 2º A adesão ao aludido no artigo anterior propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento da macrodrenagem da Bacia “A” da Região Central e Pavimentação da Rua Manoel Moreira Maia, trecho da avenida João Sacavém entre a esquina da Rua Manoel Moreira Maia até a esquina da Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, pavimentação do trecho da Avenida Prefeito José Juvenal Mafra entre a esquina da Rua Osmar Gaya e a esquina da Avenida João Sacavém.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 10.000.000,00(dez milhões de reais)
Parágrafo Único: Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a oferecer a vinculação de quotas-partes do ICMS e/ou FPM para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa “Badesc Cidades”, o Poder Executivo municipal consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta lei, o município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco e meio por cento) ao ano, acrescidos da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da lei Complementar 101/2000.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais relativos aos contratos de financiamento a que se

refere o artigo primeiro.

Art. 8 º Fica, o Chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9 º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 10 Fica revogada, na íntegra, a lei n º 3005 de 26 de junho de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JULHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de julho de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1810 ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1810 DE 26 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Maria Júlia Plotegher da função de Agente Comunitária de Saúde ACT a partir de 20/7/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 20/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Nova Trento

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PP048/2015

PREFEITURA DE NOVA TRENTO
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Processo Licitatório nº 072/2015 – Pregão nº 048/2015

A Prefeitura de Nova Trento/SC, através de seu Pregoeiro CONVOCA o Sr. FÁBIO RÉGIS DA SILVA, inscrito no CPF nº 034.156.749-32, representante da empresa FÁBIO RÉGIS DA SILVA ME., inscrita no CNPJ nº 14.178.978/0001-52, que tem o prazo legal de 5 dias úteis para a assinatura de Contrato nº 081/2015. Esta convocação será publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Nova Trento/SC, 20 de julho de 2015.

Aprigio José Botameli
Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL Nº 045/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/15 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 045/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Itens exclusivos para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL –CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 03/08/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 21 de Julho de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO Nº002/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

Após o julgamento do recurso interposto, o Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, homologa e torna pública a Lista dos Candidatos que tiveram sua inscrição deferida, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público nº002/2015.

MÉDICO - PEDIATRA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	017	PETER FRANK CONER	06/06/1976	DEFERIDA

MÉDICO - PSIQUIATRA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	019	JULIANA DE FREITAS BERNHARDT	24/03/1986	DEFERIDA
2	042	GIOVANI RIZZO	27/04/1978	DEFERIDA

FONOAUDIOLOGO

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
		NÃO TEM INSCRITOS		

ASSISTENTE SOCIAL (CRAS)

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	004	TANIA JUNKES FLORIANO ZOMER	28/05/1981	DEFERIDA
2	012	MAGDALENA BERNARDO PORTO	17/02/1980	DEFERIDA
3	016	MOARA MONTEIRO SANT'HELENA	25/04/1990	DEFERIDA
4	018	ROSENI MARIA DE SOUZA	22/06/1976	DEFERIDA
5	020	JAQUELINE DOS ANJOS VITORASSI	11/09/1982	DEFERIDA
6	025	ANA MARIA FIGUEREDO	23/09/1975	DEFERIDA
7	031	TAISE MARGOTI BORBA DIETTERLE	25/01/1980	DEFERIDA
8	032	SIMONE SERAFIM ABREU GONÇALVES	07/12/1976	DEFERIDA
9	035	MARIZÉLIA MATUCHAKI DORREGÃO SPRICIGO	10/06/1988	DEFERIDA
10	041	MARIA ELOISA CECHELINEL	15/03/1978	DEFERIDA
11	044	SIRLENE DOS SANTOS FRANCISCO	24/07/1987	DEFERIDA
12	047	SANDRA DE SOUZA URBANO JACQUES	13/03/1971	DEFERIDA
13	049	ELISANGELA HONOFRE	28/04/1974	DEFERIDA
14	052	KARINE TREVISAN DOS SANTOS LESSA	24/03/1982	DEFERIDA

AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 02 – UNIDADE PADRE SANTOS

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	002	VALDIRENE GUIZONI FERREIRA	07/11/1976	DEFERIDA
2	006	ROBERTA FURLAN	26/09/1990	DEFERIDA
3	027	EDIONE BUSSOLO FELTRIN	24/07/1986	DEFERIDA

AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 01 – UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	005	KATIA FERNANDA BRIGUENTE PIGNATEL	25/10/1977	DEFERIDA
2	008	TAYNARA GOULART VERONEZ	20/03/1994	DEFERIDA
3	010	CLAUDINEIA CAMILO CATARINA SILVA	22/03/1981	DEFERIDA
4	021	DARCILENE SILVA	19/08/1987	DEFERIDA

AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 07 – UNIDADE SÃO ROQUE

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	001	KEILA BORGES	20/03/1996	DEFERIDA
2	023	JADNA PEREIRA BLASIU	18/01/1994	DEFERIDA

3	024	SALETE PEREIRA BLASIU	28/07/1971	DEFERIDA
4	029	DORVALINIA FELISBINO SILVEIRA	18/04/1992	DEFERIDA
5	034	KARINE CROZETA FRASSON	24/01/1995	DEFERIDA
6	037	MARIA APARECIDA VIEIRA RICARDO	28/02/1963	DEFERIDA
7	039	ENELANE HENDRICKSON	29/11/1974	DEFERIDA

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	003	MARIA APARECIDA REDIVO BOGER	16/05/1983	DEFERIDA
2	007	PRICILA MAZZUCCO CANEVER	23/10/1981	DEFERIDA
3	011	FRANCIELI PEDROSO	15/08/1993	DEFERIDA
4	013	TAYSE CRISTINA CAMILO	24/02/1992	DEFERIDA
5	014	OTAVIO DA SILVA PIZZOLATTI	20/09/1991	DEFERIDA
6	015	ELIS REGINA WANDERLINDE SOARES	07/05/1979	DEFERIDA
7	022	CAMILA MARTINS CONTESSI	02/03/1996	DEFERIDA
8	026	MAÍRA NUNES FARIAS BIANCO	22/02/1980	DEFERIDA
9	028	DEISE CITADIN	28/08/1990	DEFERIDA
10	030	LILIAN BOGER ALBERTON	25/09/1984	DEFERIDA
11	033	KARINE MARGHETI FERNANDES	18/04/1991	DEFERIDA
12	036	RICARDO MACHADO	19/04/1992	DEFERIDA
13	038	PATRÍCIA THESMANN	04/05/1988	DEFERIDA
14	040	MILENA BOGER ALBERTON	22/09/1994	DEFERIDA
15	043	GRAZZIELE MARQUES COSTA NUNES	12/06/1980	DEFERIDA
16	045	KELE RODRIGUES	02/03/1981	DEFERIDA
17	046	HALANN JOSE LEVANDOSKI	20/06/1978	DEFERIDA
18	048	LUCIANA ANTUNES TAVARES	14/11/1994	DEFERIDA
19	050	EDSON MAZZUCCO	02/09/1987	DEFERIDA
20	051	ELIZANDRA ALBERTON BAGGIO DA SILVA	22/04/1994	DEFERIDA

INFORMO QUE: A prova objetiva será realizada no dia 26/07/2015 das 8:00h às 12h, para todos os cargos, na EEB. Costa Carneiro, localizada na Rua Aristiliano Ramos, 459, Bairro Centro, em Orleans, SC, sendo que o candidato deverá comparecer munido da ficha de inscrição, lápis, borracha e caneta esferográfica azul, sendo obrigatória a apresentação de documento oficial de identidade com fotografia.

Fica homologada a presente Lista de Candidatos Inscritos, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público nº002/2015.

Orleans, 20 de julho de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº108/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº108/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.108/2015, no dia 31 de Julho de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº108/2015 tem como objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e acessórios para embarcações e equipamentos marítimos do Corpo de Bombeiros do Município, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de Julho de 2015. Pregoeiro.

TOMADA DE PREÇOS 106/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº106/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº106/2015, no dia 11 de agosto de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº106/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e materiais, para Construção de calçada padrão no entorno da Escola Básica Professora Adriana Weingartner, Bairro Caminho Novo (Lote 01); Fornecimento e execução de drenagem e calçada padrão da Avenida 23 de Março – trecho 01, Bairro Caminho Novo (Lote 02); Contratação de serviços para execução do sistema de drenagem da Rua Francisco Bernardino da Luz e Horácio de Sá, Bairro Aririú (Lote 03); Fornecimento e execução do sistema de drenagem da Rua Menino Deus – trecho 01, Bairro Barra do Aririú (Lote 04); e Contratação de empresa para execução de drenagem e pavimentação de blocos de concreto intertravado da Rua Atílio Francisco Martins, Bairro Barra do Aririú (Lote 05), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de julho de 2015. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº138/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº138/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S.A. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S.A					
CNPJ: 83.802.215/0001-53					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Armário clínico para odontologia, dotado de 04 rodízios revestidos em poliuretano, três gavetas rasas e um gavetão (79x49x38cm), puxadores e tampo em poliestireno de alto impacto e bandeja em aço inox.					
348	10,00	UN	OLSEN	R\$1.160,00	R\$11.600,00
Valor Total	(onze mil e seiscentos reais)		R\$11.600,00		

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº139/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº139/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ODONTO PROTESE COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: ODONTO PROTESE COMERCIAL LTDA		CNPJ: 81.022.832/0001-00			
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aplicador de dycal, duplo, pequeno					
27	30,00	UN	GOLGRAN	R\$5,60	R\$168,00
Especificação: Bandeja de aço inox, sem tampa, tamanho 22x12x1,5cm					
30	50,00	UN	FAMI	R\$20,52	R\$1.026,00
Especificação: BRUNIDOR CLEV DENT 21					
59	5,00	UN	GOLGRAN	R\$5,80	R\$29,00
Especificação: Calçador classe V.					
70	20,00	UN	GOLGRAN	R\$5,20	R\$104,00
Especificação: Cimento cirúrgico líquido, frasco com 20 ml					
84	10,00	FRS	IODONTOSUL	R\$10,00	R\$100,00
Especificação: Cimento cirúrgico pó, frasco com 50 grs.					
85	10,00	FRS	IODONTOSUL	R\$10,30	R\$103,00
Especificação: Cimento de fosfato de zinco em pó, frasco com 28gr.					
86	10,00	FRS	VIGODENT	R\$6,70	R\$67,00
Especificação: Cimento de fosfato de zinco líquido, frasco com 10ml					
87	10,00	FRS	VIGODENT	R\$11,50	R\$115,00
Especificação: Cureta perio 33					
124	10,00	UN		R\$6,40	R\$64,00
Especificação: Cureta perio 34					
125	10,00	UN	GOLGRAN	R\$6,40	R\$64,00
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº. 04					
131	5,00	UN	GOLGRAN	R\$10,00	R\$50,00
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº01					
132	5,00	UN	GOLGRAN	R\$10,00	R\$50,00
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº02					
133	5,00	UN	GOLGRAN	R\$9,70	R\$48,50
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº03					
134	5,00	UN	GOLGRAN	R\$9,70	R\$48,50
Especificação: Espaçador azul, caixa com 06 unidades.					
152	10,00	CX	INJECTA	R\$30,00	R\$300,00
Especificação: Espaçador Dental nº 01 cx com 04 unid.					
153	20,00	CX	INJECTA	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Espaçador Dental nº 02 cx com 04 unid.					
154	20,00	CX	INJECTA	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Espaçador Dental nº 03 cx com 04 unid.					
155	20,00	CX	INJECTA	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Espaçador Dental nº 04 cx com 04 unid.					
156	20,00	CX	INJECTA	R\$30,00	R\$600,00

Especificação:	Espaçador vermelho, caixa com 06 unidades.				
157	10,00	CX	INJECTA	R\$30,00	R\$300,00
Especificação:	Filme periapical insight ip, velocidade rápida (f), uso infantil, caixa com 150 unidades.				
171	20,00	CX	KODAK	R\$145,00	R\$2.900,00
Especificação:	Moldeira de cera infantil, tam. pequeno, com arcada inferior e superior, pcte com 100 unid.				
251	50,00	PCT	BIODINAMICA	R\$29,65	R\$1.482,50
Especificação:	Sugador endodontico descartável, pacote com 20 unidades.				
335	50,00	PCT	WA	R\$18,70	R\$935,00
Valor Total	(dez mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) R\$10.354,50				

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº140/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº140/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME			CNPJ: 05.021.932/0001-34		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação:	Alavanca seladin 1L adulto, em aço inox				
14	30,00	UN	TRINKS	R\$13,50	R\$405,00
Especificação:	Alavanca seladin 1R adulto, em aço inox				
16	30,00	UN	TRINKS	R\$13,50	R\$405,00
Especificação:	Alavanca seladin reta nº2 adulto, em aço inox				
18	30,00	UN	TRINKS	R\$14,20	R\$426,00
Especificação:	Anestésico injetável lidocaína a 2% com vaso constritor. Tubetes com 1,8 ml caixa com 50 unidades.				
25	300,00	CX	DENTSPLY	R\$32,60	R\$9.780,00
Especificação:	Arco para dique de borracha em nylon				
28	2,00	UN	INDUSBELLO	R\$7,60	R\$15,20
Especificação:	Broca de baixa rotação nº. 03				
49	200,00	UN	INJECTA	R\$2,50	R\$500,00
Especificação:	Broca de baixa rotação nº. 04				
50	350,00	UN	INJECTA	R\$2,50	R\$875,00
Especificação:	Brunidor nº 3				
62	5,00	UN	TRINKS	R\$3,00	R\$15,00
Especificação:	Calçador 6335 para inserção de resina nº1				
67	20,00	UN	TRINKS	R\$3,74	R\$74,80
Especificação:	Calçador 6335 para inserção de resina nº2				
68	20,00	UN	TRINKS	R\$3,30	R\$66,00
Especificação:	Calçador 6335 para inserção de resina nº3				
69	20,00	UN	TRINKS	R\$3,30	R\$66,00

Especificação: Calçador Ward nº3					
76	10,00	UN	TRINKS	R\$3,64	R\$36,40
Especificação: Calçador Ward nº4					
77	10,00	UN	TRINKS	R\$3,64	R\$36,40
Especificação: Calçador Ward nº6					
78	10,00	UN	TRINKS	R\$3,64	R\$36,40
Especificação: Condensador de amalgama nº 1					
90	10,00	UN	TRINKS	R\$3,95	R\$39,50
Especificação: Condensador de amalgama nº 2					
91	10,00	UN	TRINKS	R\$3,95	R\$39,50
Especificação: Condensador de amalgama nº 3					
92	10,00	UN	TRINKS	R\$3,95	R\$39,50
Especificação: Condensador de amalgama nº 4					
93	10,00	UN	TRINKS	R\$3,95	R\$39,50
Especificação: Condensador de amalgama nº 5					
94	10,00	UN	TRINKS	R\$3,95	R\$39,50
Especificação: Condensador de amalgama nº 6					
95	10,00	UN	TRINKS	R\$3,95	R\$39,50
Especificação: Condensador para amalgama nº 21					
96	10,00	UN	TRINKS	R\$3,95	R\$39,50
Especificação: Cureta dupla de lucas nº 85					
118	20,00	UN	TRINKS	R\$4,50	R\$90,00
Especificação: Dedal de borracha					
136	50,00	UN	JON	R\$1,60	R\$80,00
Especificação: Descolador de perioósteo (tipo molt)					
137	10,00	UN	GOLGRAN	R\$26,60	R\$266,00
Especificação: Esculpidor hollembach nº 03					
148	20,00	UN	TRINKS	R\$4,02	R\$80,40
Especificação: Esculpidor hollembach nº 3s					
149	20,00	UN	TRINKS	R\$3,57	R\$71,40
Especificação: Esculpidor hollembach nº 3ss					
150	20,00	UN	TRINKS	R\$4,02	R\$80,40
Especificação: Esculpidor Lecron nº6					
151	10,00	UN	TRINKS	R\$7,20	R\$72,00
Especificação: Espátula em inox nº 36					
158	10,00	UN	GOLGRAN	R\$4,75	R\$47,50
Especificação: Espátula em inox para resina nº. 01					
160	50,00	UN	TRINKS	R\$3,86	R\$193,00
Especificação: Espátula nº 31 de aço inox					

161	10,00	PÇ	GOLGRAN	R\$7,14	R\$71,40
Especificação: Eucaliptol, líquido límpido, incolor ou amarelo pálido, de odor aromático, canforáceo, característico de e sabor picante. Praticamente insolúvel na água, miscível com o álcool, clorofórmio, sulfeto de carbono, ácido acético glacial, óleos vegetais e essências, frasco com 10mL.					
166	3,00	FRS	BIODINAMICA	R\$8,70	R\$26,10
Especificação: Explorador duplo nº 5, medindo aproximadamente: c 16 cm x 15 mm x 5mm, em aço inox					
168	150,00	UN	TRINKS	R\$4,15	R\$622,50
Especificação: Gengivótomos de Orban 1/2, em aço inox					
209	3,00	UN	TRINKS	R\$6,42	R\$19,26
Especificação: Grampo unitário para radiografia periapical (colgadadura)					
210	15,00	UN	TECNODENT	R\$2,00	R\$30,00
Especificação: Lamparina metálica para uso odontológico					
226	5,00	UN	MAC	R\$17,40	R\$87,00
Especificação: Lima 3ª série, 25 mm, 90-140, caixa com 6 unidades					
230	10,00	CX	INJECTA	R\$21,17	R\$211,70
Especificação: Mandril para disco de lixa.					
245	100,00	UN	PREVEN	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Papel p/ impressão oclusal, dupla face, com cores diferentes em cada face, livreto com 12 folhas, com comprimento de 10 cm e com espessura máxima de 28µm .					
256	150,00	UN	IODONTOSUL	R\$1,36	R\$204,00
Especificação: Peça reta autoclavável, de formato anatômico, baixo peso e baixo ruído, acoplável ao micromotor de baixa rotação através de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos a broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, corpo em ALPACA.					
259	2,00	UN	GNATUS	R\$262,20	R\$524,40
Especificação: Pedra pomes em pó, frasco com 10g					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pedra pomes em pó, frasco com 10g					
261	20,00	FRS	IODONTOSUL	R\$0,50	R\$10,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1011, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
272	200,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$292,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1012, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
273	200,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$292,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1013, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
274	250,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$365,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1014, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
275	300,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$438,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1016, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
276	300,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$438,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1019, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					

277	250,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$365,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1151, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
278	50,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$73,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2082, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
279	150,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$219,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
280	50,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$73,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
281	50,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$73,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
282	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
283	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
284	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
285	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
286	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
287	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
288	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
289	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
290	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,46	R\$146,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
291	100,00	UN	MICRODONT	R\$1,27	R\$127,00
Especificação: Régua milimetrada para endodontia em aço inoxidável					
305	5,00	UN	PRISMA	R\$10,20	R\$51,00
Especificação: Revelador para processamento radiográfico, uso odontológico, contendo água (85 a 90%), sulfito de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol (1 a 5%) e hidroquinona (1 a 5%), frasco com 475 ml.					
324	100,00	FRS	KODAK	R\$6,15	R\$615,00
Especificação: Selante fotopolimerizável, cor matizado com 02 tubos de selante 5G e 01 seringa condicionadora dental e acessórios.					
326	20,00	CX	ALPHASEAL DFL	R\$21,00	R\$420,00

Especificação:	Taça de borracha pequena				
336	20,00	UN	PREVEN	R\$0,73	R\$14,60
Especificação:	Amalgamador capsular c/ temporizador de 0 (zero) a 16 (dezesesseis) seg, display c/ indicador digital, oscilação p/ minuto, trava de segurança no abrir da tampa, garantia (mínima) 03 anos, voltagem 220 volts.				
344	3,00	PÇ	SCHUSTER	R\$470,00	R\$1.410,00
Especificação:	Compressor de ar odontológico horizontal, isento de óleo, reservatório com capacidade para aprox. 30 litros, deslocamento de 6.0 pés, 3/min., potência do motor 01 HP com dois pistões em V e reservatório redondo tipo botijão. Procedência nacional, voltagem 220				
355	10,00	UN	GNATUS	R\$1.255,00	R\$12.550,00
Especificação:	Easy Baby cadeira odontopediátrica acoplável à cadeira odontológica para crianças de 06 meses até 04 anos de idade. Estofamento em curvin odontológico, estrutura interna de metal, almofada de cabeça, espuma injetada e tiras de fixação e de contenção. Adaptável a qualquer modelo de cadeira odontológica.				
359	1,00	UN	D EXPRESS	R\$1.480,00	R\$1.480,00
Especificação:	Estufa odontológica para esterilização e secagem, medindo aproximadamente 50x80x70cm, parte externa, construída em aço tratado, pintura eletrostática, com 03 prateleiras em aço inox e termômetro, capacidade de 30 litros.				
360	2,00	UN	ODONTOBRÁS	R\$1.150,00	R\$2.300,00
Valor Total	(trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos) R\$38.856,36				

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº141/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº141/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME					
CNPJ: 04.989.294/0001-87					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação:	Ácido fosfórico a 37% em gel, seringa com 05 ml				
2	150,00	UN	DENTALTEC	R\$1,24	R\$186,00
Especificação:	Adesivo com premier para resina fotopolimerizável em 01 só frasco com 06 ml, primer a base de água tipo single bond.				
3	100,00	FRS	FGM	R\$27,15	R\$2.715,00
Especificação:	Anestésico cloridrato de prilocaina a 3% com vaso constritor octapressin, tubetes com 1.8 ml, caixa com 50 unidades.				
23	300,00	CX	CRISTÁLIA	R\$28,34	R\$8.502,00
Especificação:	Anestésico injetável mepivacaina 3% s/ vaso constritor, tubete c/ 1,8 ml, caixa com 50 unidades.				
26	100,00	CX	DENTSPLY	R\$46,20	R\$4.620,00
Especificação:	Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 08				
34	30,00	UN	MILTEX	R\$7,15	R\$214,50
Especificação:	Broca de alta rotação carbide nº 1/2.				
41	100,00	UN	MEDIN	R\$5,46	R\$546,00
Especificação:	Broca de alta rotação carbide nº. 2.				
42	100,00	UN	MEDIN	R\$5,46	R\$546,00
Especificação:	Broca de alta rotação carbide nº. 330.				
43	100,00	UN	MEDIN	R\$5,46	R\$546,00
Especificação:	Broca de alta rotação carbide nº. 4.				

44	100,00	UN	MEDIN	R\$5,46	R\$546,00
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 02					
48	200,00	UN	INJECTA	R\$2,50	R\$500,00
Especificação: Broqueiro Júnior, redondo,acrilico com tampa					
58	20,00	UN	JON	R\$9,10	R\$182,00
Especificação: Cuba de borracha de manipulação de silicato					
116	5,00	UN	MAQUIRA	R\$2,70	R\$13,50
Especificação: Escova de aço para limpeza de brocas					
140	50,00	UN	IODONTOSUL	R\$4,21	R\$210,50
Especificação: Eugenol líquido, frasco com 18ml					
167	80,00	FRS	SOUZA	R\$6,29	R\$503,20
Especificação: Filme periapical insight ip, velocidade rápida(f), uso adulto, caixa com 150 unidades.					
172	110,00	CX	AGFA	R\$92,40	R\$10.164,00
Especificação: Fio de nylon 4-0, com agulha, caixa com 24 unidades					
175	100,00	CX	PROCARE	R\$18,20	R\$1.820,00
Especificação: Fio de seda para sutura 3-0 com agulha 1,7 cm, esteril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
177	15,00	CX	PROCARE	R\$18,55	R\$278,25
Especificação: Fio de seda para sutura 4-0 com agulha 1,7 cm, esteril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
178	200,00	CX	PROCARE	R\$18,55	R\$3.710,00
Especificação: Fita matriz nº. 0,5 mm em estojo plástico.					
180	50,00	UN	PREVEN	R\$0,80	R\$40,00
Especificação: Haste em plástico flexível, com algodão em suas pontas, caixa com aprox. 150 unid.					
215	50,00	CX	YORK	R\$1,60	R\$80,00
Especificação: Hidróxido de cálcio radiopaco, contendo 1 tubo de pasta catalizadora 11 gr, 01 tubo de pasta base 13 gr e 01 bloco de mistura.					
217	20,00	UN	TECHNEW	R\$11,56	R\$231,20
Especificação: Lima p/ osso - pequena					
231	5,00	UN	LM	R\$19,60	R\$98,00
Especificação: Otosporin frasco com 10 ml					
255	25,00	FRS	OTOSPORIN	R\$10,40	R\$260,00
Especificação: Pasta maisto, pote plástico com 10 gramas.					
257	12,00	POTE	IODONTOSUL	R\$12,46	R\$149,52
Especificação: Porta agulha c/ 17cm, em aço inox					
295	50,00	UN	GOLGRAN	R\$25,77	R\$1.288,50
Especificação: Pote dappen (plástico)					
302	50,00	UN	PREVEN	R\$1,71	R\$85,50
Especificação: Roletes de algodão, produzido com fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado, possuir grande poder de absorção e maciez, sendo perfeito para o uso em tratamento dentário. Pacote com 100 unidades.					
325	1500,00	PCT	SS PLUS	R\$1,14	R\$1.710,00
Especificação: Sugador cirúrgico - metal					
332	10,00	UN	LM	R\$9,80	R\$98,00
Especificação: Verniz com fluor para aplicação tópica 5% de fluoreto de sódio, frasco com 10 ml de verniz e frasco de 10 ml de solvente.					
343	20,00	FRS	Florniz SSW	R\$15,35	R\$307,00
Valor Total	(quarenta mil, cento e cinquenta reais e sessenta e sete centavos)	R\$40.150,67			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº142/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº142/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINARIO. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO			CNPJ: 18.258.209/0001-15		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Caneta de alta rotação cabeça pequena e arredondada para odontopediatria, com 420.000 rotações por minuto, possui corpo em ALPACA com canais arredondados de pega, sistema de conexão dois furos, sistema de substituição da broca através de saca-brocas					
79	2,00	UN	DENTSCLER	R\$220,00	R\$440,00
Especificação: Aparelho de Raios-X de coluna móvel para uso odontológico intra-oral com base em 04 rodízios; intensidade da corrente tubo emissor de mínimo de 08 amp; com potência de 70 kvp, com regulador de tensão que permita estabilização da alimentação; voltagem do tubo emissor em kvp; cilindro direcional longo com revestimento em película de chumbo de 0,5 mm; dupla colimação; filtro de alumínio equivalente a 2,5mm; isolamento termoeletrônico por imersão do cabeçote em óleo; controle remoto com cabo espiralado; seleção de exposição de tempo de 0,1 a 2,5 segundos; bip sonoro conjugado a emissão dos raios-x; braço articulado; câmara expansora de óleo; foco de emissão de 0,8 x 0,8 mm; temporizador digital microcontrolado; compensador eletrônico de tensão com correção de tempo de exposição e bloqueio que impede o disparo em caso de sub ou sobretensão, rodízios reforçados e freio transversal. 220 volts.					
345	3,00	UN	X-DENT	R\$3.450,00	R\$10.350,00
Especificação: Autoclave modelo horizontal de bancada para esterilização e secagem de material, com capacidade para 21 litros, com 03 bandejas. Confeccionada em aço lavável permitir uma boa circulação do vapor garantindo excelente qualidade na esterilização do Material de enfermagem (curativo e odontológico), garantia mínima de 01 ano, voltagem 220 v.					
349	10,00	PÇ	ALT	R\$1.999,00	R\$19.990,00
Especificação: Câmara de revelação para Raio X periapical, com carenagem psai, fundo duplo com ventosas, copos para revelador, fixador e água com tampa e sem dobradiças, dimensões aprox. 210x300x230 mm					
354	3,00	UN	ODONTOLOGIC	R\$149,00	R\$447,00
Valor Total	(trinta e um mil e duzentos e vinte e sete reais)		R\$31.227,00		

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº143/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº143/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA			CNPJ: 03.033.589/0001-12		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fio de nylon 5-0, com agulha, caixa com 24 unidades					
176	20,00	CX	PROCARE	R\$18,29	R\$365,80
Especificação: Lençol de borracha, caixa com 26 unidades					
227	10,00	CX	MADEITEX	R\$11,40	R\$114,00
Especificação: Mascara odontológica descartável atóxica, hipo alérgica, filtro antibacteriano, trilha com tiras, cor branca, caixa com 50 unidades.					
246	400,00	CX	OLIMED	R\$3,40	R\$1.360,00

Especificação: Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.					
252	70,00	UN	DANNY	R\$3,54	R\$247,80
Especificação: Pinça Allis 15 cm					
263	10,00	UN	ABC	R\$16,50	R\$165,00
Especificação: Porta algodão limpo, em aço inox, tam. 08x08 cm					
296	20,00	UN	FAMI	R\$28,95	R\$579,00
Especificação: Sugador descartável, confeccionado em PVC virgem transparente e atóxico, arame em aço especial para fixação imediata, desenho anatômico, para proporcionar uma excelente sucção sem agredir o tecido. Ponteiras soldadas ao tubo, confeccionada em PVC macio, atóxico e vazada. Pacote com 40 unidades.					
334	1000,00	PCT	SS PLUS	R\$2,30	R\$2.300,00
Especificação: Termometro para aferição de temperatura, em estufa odontológica.					
337	20,00	UN	INCOTERM	R\$18,90	R\$378,00
Valor Total	(cinco mil, quinhentos e nove reais e sessenta centavos)	R\$5.509,60			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº144/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº144/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA			CNPJ: 02.477.571/0001-47		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Anestésico em gel topico com aminobenzoato de etila em base hidrossolúvel sabor tuti fruti/ morango, frasco com 12 gr.					
24	50,00	FRS	BENZOTOP	R\$4,44	R\$222,00
Especificação: Broca cirúrgica pm 701 L					
35	30,00	UN	JET	R\$7,15	R\$214,50
Especificação: Broca de alta rotação 3080					
38	50,00	UN	MICRODONT	R\$1,28	R\$64,00
Especificação: Broca de alta rotação 3082					
39	50,00	UN	MICRODONT	R\$1,28	R\$64,00
Especificação: Broca de alta rotação 3083					
40	50,00	UN	MICRODONT	R\$1,28	R\$64,00
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 01					
47	200,00	UN	INJECTA	R\$2,50	R\$500,00
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 05					
51	350,00	UN	INJECTA	R\$2,55	R\$892,50
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 06					
52	350,00	UN	INJECTA	R\$2,55	R\$892,50
Especificação: Cone de guta percha principal nº 30, caixa com 120 unidade.					
97	25,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$255,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 35, caixa com 120 unidade.c					
98	25,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$255,00
Especificação: Cone de guta percha principal nº 40, caixa com 120 unidade.					
99	50,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$510,00
Especificação: Cone de guta percha principal nº 45, caixa com 120 unidade.					
100	50,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$510,00
Especificação: Cone de guta percha principal nº 50, caixa com 120 unidades					
101	50,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$510,00
Especificação: Cone de guta percha principal nº 55, caixa com 120 unidades					
102	50,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$510,00
Especificação: Cone de guta percha principal nº 60, caixa com 120 unidades.					
103	25,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$255,00
Especificação: Cone de guta percha principal nº 70, caixa com 120 unidades					
104	25,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$255,00
Especificação: Cone de guta percha principal nº 80, caixa com 120 unidades.					
105	25,00	CX	INJECTA	R\$10,20	R\$255,00
Especificação: Cone de papel absorvente 1.ª série, 15-40, cx. c/ 120 unid.					
109	30,00	CX	INJECTA	R\$10,88	R\$326,40
Especificação: Cone de papel absorvente 2.ª série, 45-80, cx. c/ 120 unid.					
110	30,00	CX	INJECTA	R\$10,88	R\$326,40
Especificação: Cone gutha percha auxiliar B8					
112	100,00	CX	INJECTA	R\$12,12	R\$1.212,00
Especificação: Corrente p/ guardanapo, com 25cm(mínimo) em metal					
115	20,00	UN	MAQUIRA	R\$4,70	R\$94,00
Especificação: Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor preta					
142	500,00	UN	MICRODONT	R\$0,72	R\$360,00
Especificação: Escova dental adulto com aproximadamente 38 tufo, cerdas macias, cabeça arredondada, embalagem com 01 unidade.					
143	6,00	UN	MEDFIO	R\$0,43	R\$2,58
Especificação: Escova dental infantil com 25 a 32 tufo, cerdas macias, cabeça arredondada, embaladas individualmente.					
144	11000,00	UN	MEDFIO FLOPPY	R\$0,37	R\$4.070,00
Especificação: Esponja hemostática de colágeno liofilizado embalado individualmente em caixa com 10 unidades					
165	50,00	CX	HEMOSPON	R\$15,50	R\$775,00
Especificação: Fio de nylon 3-0, para sutura com agulha 1/2 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
174	100,00	CX	TECHNEW	R\$18,50	R\$1.850,00
Especificação: Fio dental com 25m, embalagem individual					
179	10000,00	UN	MEDFIO	R\$0,57	R\$5.700,00
Especificação: Gel dental com até 1100ppm de flúor, sabor de tuti-fruti ou morango, embalagem com 90 gramas					
207	11000,00	UN	ALG KIDS	R\$1,35	R\$14.850,00
Especificação: Jogo de posicionador radiológico para infantil, autoclavável					
221	10,00	JG	MAQUIRA	R\$49,58	R\$495,80
Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
234	70,00	CX	SYBRON ENDO	R\$15,00	R\$1.050,00
Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
235	60,00	CX	SYBRON ENDO	R\$15,00	R\$900,00

Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
236	10,00	CX	SYBRON ENDO	R\$15,00	R\$150,00
Especificação: Lima tipo K 1ª série, 31mm, 15-40, caixa com 6 limas					
237	20,00	CX	INJECTA	R\$16,27	R\$325,40
Especificação: Lima tipo K-File nº 06, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
238	40,00	CX	INJECTA	R\$16,27	R\$650,80
Especificação: Lima tipo K-File nº 06, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
239	40,00	CX	INJECTA	R\$16,27	R\$650,80
Especificação: Lima tipo K-File nº 08, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
240	40,00	CX	INJECTA	R\$16,27	R\$650,80
Especificação: Micromotor de baixa rotação compacto e anatômico de alto torque com sistema de conexão dois furos, sistema intra de encaixe rápido que proporciona conexão das pontas com facilidade e segurança permitindo giro de 360º das peças acopladas, possuir anel giratório acoplado ao corpo que permite inversão de rotação e regulagem de 3.000 à 18.000 rpm, com corpo de alpaca, baixo nível de ruído, consumo de ar 65 L/min, autoclavável e controle de rotação no pedal de acionamento.					
250	5,00	UN	KAVO	R\$347,80	R\$1.739,00
Especificação: Óleo lubrificante para caneta de alta rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.					
253	60,00	UN	MAQUIRA	R\$8,79	R\$527,40
Especificação: Óleo lubrificante para caneta de baixa rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.					
254	60,00	UN	MAQUIRA	R\$8,79	R\$527,40
Especificação: Placa de vidro, espessura média para manipulação de materiais odontológicos					
270	15,00	UN	MEDFIO	R\$5,00	R\$75,00
Especificação: Pontas de borracha p/ acabamento tipo enhance (kit)					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pontas de borracha p/ acabamento tipo enhance (kit)					
292	30,00	KIT	VIGODENT	R\$19,20	R\$576,00
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A1 dentina					
306	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A1 esmalte					
307	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A2 dentina					
308	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A2 esmalte					
309	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3 dentina					
310	50,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$861,50
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3 esmalte					
311	50,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$861,50
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3,5 esmalte					
312	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B1 dentina					
313	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B1 esmalte					
314	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B2 dentina					

315	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B2 esmalte					
316	40,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$689,20
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C2 dentina					
317	20,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$344,60
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C2 esmalte					
318	20,00	UN	HERCULITE	R\$17,23	R\$344,60
Especificação: Resina fotopolimerizável opaca					
319	30,00	UN	CHARISMA	R\$39,00	R\$1.170,00
Especificação: Resina fotopolimerizável, nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C3 esmalte					
321	20,00	UN	HERCULITE	R\$18,94	R\$378,80
Especificação: Resina fotopolimerizável,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor a 3,5 dentina					
322	40,00	UN	HERCULITE	R\$18,39	R\$735,60
Especificação: Sonda milimetrada periodontal tipo williams.					
330	30,00	UN	TRINKS	R\$6,08	R\$182,40
Especificação: Spray refrigerante para teste de vitalidade dental, temperatura de -50°C, inodoro, atóxico e sem CFC, frasco 200 ml.					
331	25,00	FRS	ENDO ICE	R\$18,40	R\$460,00
Especificação: Sugador cirúrgico odontológico, descartável, atóxico, esterilizado, embalados individualmente, caixa com 20 unidades.					
333	80,00	CX	MAQUIRA	R\$18,75	R\$1.500,00
Especificação: Tesoura tipo iris reta, aproximadamente 11,5cm, em aço inox					
341	50,00	UN	GOLGRAN	R\$10,72	R\$536,00
Valor Total	(cinquenta e sete mil, seiscientos e noventa e um reais e oito centavos)	R\$57.691,08			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº145/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTARIA E DIST. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: DENTARIA E DIST.HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA**CNPJ: 91.083.212/0001-35**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abridor de boca odontopediátrico de borracha, caixa com 02 unidades.					
1	50,00	CX	IODONTOSUL	R\$5,00	R\$250,00
Especificação: Alavanca seldin 1L infantil, em aço inox					
15	20,00	UN	TRINKS	R\$12,90	R\$258,00
Especificação: Alavanca seldin 1R infantil, em aço inox					
17	20,00	UN	TRINKS	R\$12,90	R\$258,00
Especificação: Alveolotomo curvo, em aço inox					
20	20,00	UN	GOLGRAN	R\$39,70	R\$794,00
Especificação: Alveolotomo reto, em aço inox					
21	20,00	PÇ	GOLGRAN	R\$39,70	R\$794,00
Especificação: Anestésico articaina 1.100 com vaso, caixa com 50 unidades.					
22	100,00	CX	ARTICAINE DFL	R\$69,00	R\$6.900,00

Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 02					
31	30,00	UN	MILTEX	R\$7,20	R\$216,00
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 04					
32	30,00	UN	MILTEX	R\$7,20	R\$216,00
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 06					
33	30,00	UN	MILTEX	R\$7,20	R\$216,00
Especificação: Broca cirúrgica PM 702					
36	30,00	UN	MK DENT	R\$7,20	R\$216,00
Especificação: Broca cirúrgica pm 703 L					
37	30,00	UN	MK DENT	R\$7,20	R\$216,00
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 6.					
45	100,00	UN	MEDIN	R\$5,45	R\$545,00
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 8.					
46	100,00	UN	MEDIN	R\$5,45	R\$545,00
Especificação: Broca Zecrya 28 mm, haste longa					
57	50,00	UN	JON	R\$12,00	R\$600,00
Especificação: Cânula de aspiração de endodontia					
81	10,00	UN	KONNEN	R\$12,00	R\$120,00
Especificação: Cartela para 02 RX odontológico periapical, pacote com 100 unidades.					
83	50,00	PCT	ODONTOGRAF	R\$5,40	R\$270,00
Especificação: Compasso de Willis					
89	2,00	UN	JON	R\$19,00	R\$38,00
Especificação: Cone gutha percha auxiliar B7					
111	100,00	CX	INJECTA	R\$12,00	R\$1.200,00
Especificação: Curetas cirurgicas CRANE Kaplan nº 06					
130	5,00	UN	PRATA	R\$26,00	R\$130,00
Especificação: Cursores de silicone 1 mm, pacote com 10 unidades					
135	50,00	PCT	INJECTA	R\$15,00	R\$750,00
Especificação: Escova para limpeza interna de sugador cirúrgico de metal.					
145	5,00	UN	PR	R\$23,00	R\$115,00
Especificação: Espelho odontológico nº 5 sem cabo, sem aumento, autoclavável em aço inox					
163	200,00	UN	PRISMA	R\$1,90	R\$380,00
Especificação: Extirpanervos 25 mm, cx com 10 unidades					
169	50,00	CX	MEDIN	R\$17,00	R\$850,00
Especificação: Fita matriz nº. 0,7 mm em estojo plástico.					
181	50,00	UN	PREVEN	R\$1,08	R\$54,00
Especificação: Gel dental com flúor com até 1500 PPM de flúor, embalagem com 90 gramas.					
208	6000,00	UN	ICE FRESH OVER	R\$1,08	R\$6.480,00
Especificação: Grampos para isolamento pediátrico nº 26					
213	3,00	UN	TECHNEW	R\$9,50	R\$28,50
Especificação: Jogo de posicionador radiológico para adulto, autoclavável					
220	10,00	JG	MAQUIRA	R\$49,50	R\$495,00
Especificação: Lima tipo flexi-file 1ª. série 15-40 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
232	60,00	CX	MILTEX	R\$18,00	R\$1.080,00
Especificação: Lima tipo flexo 1 série 15-40, 21 mm, caixa com 06 limas					

233	70,00	CX	MILTEX	R\$18,00	R\$1.260,00
Especificação: Lima tipo K-File nº 08, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
241	40,00	CX	MILTEX	R\$16,20	R\$648,00
Especificação: Lima tipo K-File nº 10, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
242	40,00	CX	MILTEX	R\$16,20	R\$648,00
Especificação: Lima tipo K-File nº 10, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
243	40,00	CX	MILTEX	R\$16,20	R\$648,00
Especificação: Pasta profilática sabor tuti-fruti, com 30 ml.					
258	50,00	UN	VIGODENT	R\$4,00	R\$200,00
Especificação: Perfurador para isolamento, em aço inox					
262	10,00	UN	GOLGRAN	R\$40,00	R\$400,00
Especificação: Pinça clínica 317 - 318					
264	100,00	UN	TRINKS	R\$3,99	R\$399,00
Especificação: Pinça clínica odontopediátrica					
265	50,00	UN	TRINKS	R\$3,99	R\$199,50
Especificação: Pinça porta grampos de isolamento absoluto					
267	2,00	UN	GOLGRAN	R\$39,00	R\$78,00
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação cone invertido nº 1033, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.					
271	50,00	UN	MICRODONT	R\$2,30	R\$115,00
Especificação: Ponteiros para Ultra-Som G1					
293	10,00	UN	MULTIPARTS	R\$120,00	R\$1.200,00
Especificação: Porta agulha c/ 14cm, em aço inox					
294	50,00	UN	GOLGRAN	R\$17,00	R\$850,00
Especificação: Porta algodão sujo, em aço inox, tam 08x08 cm					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Porta algodão sujo, em aço inox, tam 08x08 cm					
297	30,00	UN	AÇONOX	R\$31,50	R\$945,00
Especificação: Porta amalgama - plástico					
298	30,00	UN	JON	R\$7,70	R\$231,00
Especificação: Revelador de placa bacteriana em pastilha, caixa com 20 blister com 06 unidades cada.					
323	20,00	CX	IODONTOSUL	R\$16,00	R\$320,00
Especificação: Seringa carpule p/ tubete odontológico de 1,8ml					
327	100,00	UN	TRINKS	R\$19,90	R\$1.990,00
Especificação: Tesoura cirúrgica Goldmann Fox nº16, reta, serrilhada, em aço inox					
338	50,00	UN	GOLGRAN	R\$15,90	R\$795,00
Especificação: Tesoura Cirurgica Goldmann Fox nº16, curva, serrilhada, em aço inox					
339	50,00	UN	GOLGRAN	R\$15,40	R\$770,00
Valor Total	(trinta e cinco mil e setecentos e onze reais)	R\$35.711,00			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº146/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº146/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA			CNPJ: 00.802.002/0001-02		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bandeja de aço com tampa - tamanho aproximado de 30x24 cm.					
29	20,00	UN	FAMI	R\$41,67	R\$833,40
Especificação: Caneta de alta rotação com 420.000 rotações por minuto, possui corpo em alpaca com canais arredondados de pega, sistema de conexão dois furos, sistema de substituição da broca através de saca-brocas, spray triplo, controle de rotação através do pedal de comando, turbina balanceada, rolamentos apoiados em anéis de borracha sintética, baixo nível de ruído, baixo consumo de ar (35 litros/min.), pressão de trabalho 30 PSI, alto torque axial e radial, esterilizável em autoclave, com sacas brocas esterilizável em autoclave.					
80	3,00	PÇ	KAVO	R\$299,00	R\$897,00
Especificação: Contra-ângulo baixa rotação autoclavável, de formato anatômico, baixo peso e acoplável ao micromotor através de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos à broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, possuir corpo em alpaca, giro livre de 360º sobre o micromotor, tamanho reduzido da cabeça, fixação da broca com trava de aço temperada com sistema lateral de acoplamento, eixo principal para brocas normais de contra ângulo com tração por encaixe e canal para trava, eixo principal do suporte de brocas apoiado sobre rolamentos com esferas de aço.					
114	5,00	UN	KAVO	R\$330,00	R\$1.650,00
Especificação: Bomba de vácuo com tampa, com as seguintes especificações mínimas: Filtro coletor de detritos na entrada da sucção com abertura superior, protetor térmico intermitente, eixo central do motor em inox, gabinete em aço fosfatizado com pintura em poliuretano, comando de acionamento eletrônico. Motor (potência) 1 CV, vácuo máximo 640 mmHg/25,06HG, rotação do motor (r.p.m) 3450-60Hz, capacidade para até 4 consultórios simultaneamente, tensão na placa de comento 24v, alimentação 220v ou bivolts.					
353	1,00	UN	SCHUSTER	R\$2.330,00	R\$2.330,00
Especificação: CONJUNTO ODONTOLÓGICO contendo: CADEIRA: 05 (cinco) comandos, ajuste automático do assento e encosto, encosto anatômico, braços de apoio fixos e carenados, base curta com traseira larga, pedal de comando remoto, integrado com o equipo, cabeceira anatômica articulada, estofamento com revestimento em PVC laminado, asséptico sem costura. Parte inferior do assento carenada. Equipo kart com uma seringa triplice convencional, uma mangueira de acoplamento borden para alta rotação com regulador de spray, uma mangueira de acoplamento borden para baixa rotação com regulador de spray, suportes dos instrumentos em ABS, pedal de acionamento das pontas convencional (metálico), com bandeja inox s. Válvula com exclusivo sistema anti-retratação (sar), dupla válvula de controle de pressão e restritor de ar para ajuste fino do spray, mocho odontológico, com acionamento a gás, com ajuste de altura e encosto (na cor do equipamento), refletor com cabeçote blindado e luminosidade de no mínimo 20.000 luz., braço longo, unidade auxiliar com 02 sugadores de alta potência com filtro de partículas incorporado e cuba de polyester, voltagem 220 volts. Cor a ser definida.					
357	8,00	CJ	KAVO	R\$6.500,00	R\$52.000,00
Valor Total	(cinquenta e sete mil, setecentos e dez reais e quarenta centavos)		R\$57.710,40		

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº147/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº147/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - EP			CNPJ: 10.763.524/0001-98		
---	--	--	---------------------------------	--	--

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação:	Caixa em aço inox para endodontia perfurado, para autoclave, com medidas aproximadas de 20 x 10 x 5 cm, com capacidade de 72 furos.				
66	5,00	UN	FAMI	R\$45,00	R\$225,00
Valor Total	(duzentos e vinte e cinco reais)		R\$225,00		

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº148/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº148/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTALMED UNIVERSITARIA DISTRIBUIDORA DE PROD MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: DENTALMED UNIVERSITARIA DISTRIBUIDORA DE PROD MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA			CNPJ: 07.301.389/0001-54		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação:	Afastador de retalho , em aço inox, medindo aproximadamente 14cm (tipo minnesota)				
5	5,00	UN	FAVA	R\$3,99	R\$19,95
Especificação:	Agulha gengival descartável curta para carpule, caixa com 100 unidades				
6	200,00	CX	INJEX	R\$15,60	R\$3.120,00
Especificação:	Agulhas hipodérmicas para irrigação metálicas nº. 04				
7	60,00	UN	KONNEN	R\$3,50	R\$210,00
Especificação:	Alavanca apical adulto reta, canelada, com ponta fina, em aço inox				
8	30,00	UN	LM	R\$10,98	R\$329,40
Especificação:	Alavanca apical direita adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox				
9	30,00	UN	LM	R\$10,98	R\$329,40
Especificação:	Alavanca apical direita infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox				
10	20,00	UN	LM	R\$10,98	R\$219,60
Especificação:	Alavanca apical esquerda adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox				
11	30,00	UN	LM	R\$10,98	R\$329,40
Especificação:	Alavanca apical esquerda infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox				
12	20,00	UN	LM	R\$10,98	R\$219,60
Especificação:	Alavanca seldin reta nº2 infantil, em aço inox				
19	20,00	UN	LM	R\$10,98	R\$219,60
Especificação:	Broca Endo Z				
53	50,00	UN	MEDIM	R\$14,90	R\$745,00
Especificação:	Broca gaites de 01 à 06, caixa com 06 unidades				
54	30,00	CX	INJECTA	R\$37,95	R\$1.138,50
Especificação:	Broca lentulo de 25-40, 25mm, caixa com 04 unidades				
55	20,00	CX	INJECTA	R\$22,00	R\$440,00
Especificação:	Broca zecrya 23mm, haste curta				
56	50,00	UN	MEDIM	R\$14,95	R\$747,50
Especificação:	Brunidor nº 29				
61	5,00	UN	LM	R\$3,32	R\$16,60
Especificação:	Cabo de bisturi nº 3				

63	5,00	PÇ	LM	R\$4,50	R\$22,50
Especificação: Cabo de bisturi nº 4					
64	5,00	PÇ	LM	R\$4,50	R\$22,50
Especificação: Cabo para espelho em inox.					
65	400,00	UN	LM	R\$1,40	R\$560,00
Especificação: Calçador de Paiva nº 01					
71	10,00	UN	LM	R\$3,24	R\$32,40
Especificação: Calçador de Paiva nº 02					
72	10,00	UN	LM	R\$3,24	R\$32,40
Especificação: Calçador de Paiva nº 03					
73	10,00	UN	LM	R\$3,24	R\$32,40
Especificação: Calçador de Paiva nº 04					
74	10,00	UN	LM	R\$3,24	R\$32,40
Especificação: Calçador Ward nº2					
75	10,00	UN	LM	R\$3,24	R\$32,40
Especificação: Cariostatic Frasco com 10ml					
82	25,00	FRS	IODONTOSUL	R\$11,62	R\$290,50
Especificação: Cimento provisório, fechamento temporário de cavidades dentais em tratamentos restauradores e endodônticos, prevenindo contaminações, endurecimento químico, com coloração semelhante a do dente, normal, frs. c/ até 25 gr.					
88	60,00	FRS	DENTALTEC	R\$7,00	R\$420,00
Especificação: Cunha cervical de madeira, anatômicas, sortidas, com 4 tamanhos diferentes codificados por cores, caixa com 100 unidades.					
117	10,00	CX	IODONTOSUL	R\$6,55	R\$65,50
Especificação: Cureta dupla de Lucas nº 86					
119	20,00	UN	LM	R\$4,50	R\$90,00
Especificação: Cureta dupla de Lucas nº 87					
120	10,00	UN	LM	R\$4,50	R\$45,00
Especificação: Cureta para dentina nº 17					
121	10,00	UN	LM	R\$3,30	R\$33,00
Especificação: Cureta para dentina nº 18					
122	10,00	UN	LM	R\$3,30	R\$33,00
Especificação: Cureta para dentina nº 5					
123	10,00	UN	LM	R\$3,30	R\$33,00
Especificação: Cureta perio inox 11/12					
126	10,00	UN	LM	R\$4,79	R\$47,90
Especificação: Cureta perio inox 13/14					
127	10,00	UN	LM	R\$4,79	R\$47,90
Especificação: Cureta perio inox 5/6					
128	10,00	UN	LM	R\$4,79	R\$47,90
Especificação: Cureta perio inox 7/8					
129	10,00	UN	LM	R\$4,79	R\$47,90
Especificação: Disco de lixa para acabamento e polimento dental, com 19,05 mm de diâmetro, granulação grossa, média, fina e super fina, tipo SOF-LEX, caixa com 50 unidades.					
138	30,00	CX	TDV	R\$25,48	R\$764,40
Especificação: Edta trissódico, frasco 10 ml.					
139	10,00	FRS	IODONTOSUL	R\$4,18	R\$41,80

Especificação: Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor branca.					
141	500,00	UN	PREVEN	R\$0,84	R\$420,00
Especificação: Esculpidor de frhan nº 06					
146	10,00	UN	LM	R\$3,19	R\$31,90
Especificação: Esculpidor de frhan nº 2					
147	10,00	UN	LM	R\$3,25	R\$32,50
Especificação: Espátula em inox nº 70					
159	10,00	UN	LM	R\$4,50	R\$45,00
Especificação: Espátula nº 7 inox					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Espátula nº 7 inox					
162	10,00	UN	LM	R\$4,49	R\$44,90
Especificação: Espelho odontologico sem cabo com aumento e autoclavavel nº 5 em aço inox					
164	200,00	UN	PRISMA	R\$3,95	R\$790,00
Especificação: Flúor fosfato acidulado a 1,23%, gel, sabor tutti frutti, frasco com 200 ml.					
183	100,00	FRS	IODONTOSUL	R\$2,42	R\$242,00
Especificação: Forceps inox nº 150 - adulto					
184	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps inox nº 151 - adulto					
185	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps inox nº 69 - adulto					
186	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps nº 01 - adulto					
187	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps nº 01 - infantil					
188	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 101 - Infantil					
189	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 150 - infantil					
190	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 152 infantil					
191	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 16 - adulto					
192	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps nº 16 - infantil					
193	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 17 - adulto					
194	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps nº 17 infantil					
195	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 18D infantil					
196	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 18I - adulto					

197	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps nº 18r - adulto					
198	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps nº 21 infantil					
199	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 27 infantil					
200	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 46 - Infantil					
201	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 65 - adulto					
202	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps nº 65 infantil					
203	15,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$450,00
Especificação: Forceps nº 68 - adulto					
204	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Forceps nº 99c - adulto					
205	20,00	UN	GOLGRAN	R\$30,00	R\$600,00
Especificação: Formocresol frasco com 10ml					
206	30,00	FRS	IODONTOSUL	R\$3,92	R\$117,60
Especificação: Hidróxido de cálcio em pó, frasco com 10g					
216	25,00	FRS	IODONTOSUL	R\$2,67	R\$66,75
Especificação: Hipoclorito de sódio 1%, altamente bactericida, frasco com 1 litro.					
218	50,00	FRS	ASFER	R\$3,53	R\$176,50
Especificação: Ionomero de vidro para restauração, embalagem contendo frasco com 10 grs de pó e 08 ml de líquido, 01 concha dosadora, 01 bloco de papel para espatulação.					
219	150,00	EMB	FGM	R\$13,00	R\$1.950,00
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 100 unidades.					
222	10,00	CX	SOLIDOR	R\$14,60	R\$146,00
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 13, cx com 100 unidades.					
223	10,00	CX	SOLIDOR	R\$14,60	R\$146,00
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 100 unidades.					
224	30,00	CX	SOLIDOR	R\$14,60	R\$438,00
Especificação: Lamina para bisturi nº. 21, caixa com 100 unidades.					
225	10,00	CX	SOLIDOR	R\$14,60	R\$146,00
Especificação: Lixa p/ polimento e acabamento dental, com abrasivo a base de óxido de alumínio e costado em poliéster, caixa com 50 unidades.					
244	20,00	CX	PREVEN	R\$1,09	R\$21,80
Especificação: Pedra de amolar instrumentos odontológicos					
260	15,00	UN	JON	R\$11,90	R\$178,50
Especificação: Pinça porta dique					
266	10,00	PÇ	LM	R\$30,42	R\$304,20
Especificação: Pincel aplicador c/ dobra em 2 pontos fino, caixa com 100 unidades.					
268	50,00	CX	KG	R\$4,50	R\$225,00
Especificação: Pincel aplicador com dobra em 2 pontos, permitindo alcançar angulações superior a 180, caixa com 100 unidades.					
269	100,00	CX	KG	R\$4,98	R\$498,00

Especificação: Protetor de tireóide confeccionado em borracha plumbífera flexível com equivalência em chumbo de 0,50mm, acabamento em nylon lavável, medidas aprox. largura: 150mm e comprimento: 600mm.					
303	2,00	UN	ODONTOLOGIC	R\$41,40	R\$82,80
Especificação: Régua de fox					
304	2,00	UN	JON	R\$18,39	R\$36,78
Especificação: Tesoura tipo iris curva, aproximadamente 12 cm, em aço inox					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tesoura tipo iris curva, aproximadamente 12 cm, em aço inox					
340	50,00	UN	LM	R\$9,00	R\$450,00
Especificação: Tricresol Formalina, frasco com 10ml					
342	25,00	FRS	IODONTOSUL	R\$3,64	R\$91,00
Valor Total	(vinte e nove mil, noventa reais e cinquenta e oito centavos)	R\$29.090,58			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº149/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº149/2014 – Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME			CNPJ: 10.567.214/0001-06		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Filtro de ar de 1/4, com regulador de ar, com pré filtro, coalescente com elementos filtrantes de 5 microns, filtro de carvão ativado, manômetro e suporte de fixação e união do conjunto. cada conjunto deve conter dois espigões com saída de 1/4 para mangueira.					
173	15,00	UN	PNEUTECH	R\$210,00	R\$3.150,00
Especificação: Aparelho de Ultra-Som Piezelétrico 24-32 KHz multifunções e jato de bicarbonato (bivolt 110-220 volts)					
346	3,00	UN		R\$1.295,00	R\$3.885,00
Especificação: Aparelho fotopolimerizador programável até 09 minutos aprox., display de cristal líquido, botão liga/desliga tipo membrana.					
347	10,00	PÇ	KONDORTECH	R\$580,00	R\$5.800,00
Especificação: Avental de chumbo adulto, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, tam. aprox. 100x60cm.					
350	2,00	UN	N-MARTINS	R\$450,00	R\$900,00
Especificação: Avental de chumbo infantil, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, tam. aprox. 60x46cm.					
351	2,00	UN	N-MARTINS	R\$225,00	R\$450,00
Especificação: Biombo com chumbo reto (com visor), tam. aprox. 1,80x0,80cm, espessura 1MM/PB					
352	1,00	UN	SCHUSTER	R\$1.995,00	R\$1.995,00
Especificação: Destilador de água, capacidade mínima de 4litros, produção de 1000 a 1200 ml/hora, potência mínima de 750 W, voltagem 220v					
358	10,00	UN	CRISTOFOLI	R\$470,00	R\$4.700,00
Especificação: Localizador apical com entrada para contra ângulo.					
361	2,00	UN	INJECTA	R\$2.300,00	R\$4.600,00

Especificação: Mocho odontológico com acionamento a gás, base giratória com 05 rodízios, com ajuste de altura de assento e encosto, encosto ergonômico meia lua, cor a combinar. Estofamento com espuma injetada de alta densidade e revestimento em PVC laminado, asséptico e sem costura.					
362	10,00	PÇ	GNATUS	R\$330,00	R\$3.300,00
Especificação: Vibrador para gesso com duas intensidades de vibração (alta e baixa), mesa removível para limpeza, 220V.					
363	2,00	UN	VH	R\$170,00	R\$340,00
Valor Total	(vinte e nove mil e cento e vinte reais)		R\$29.120,00		

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 042/2015

PORTARIA Nº 042/2015

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do inciso I. do §1º, do art. 40, da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora Sandra Teresinha Gomes.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Sandra Teresinha Gomes, detentora da matrícula funcional nº 801029-01, inscrita no CPF sob o Nº 683.170.269-49 e no PIS/PASEP sob o nº 122.329.751-95, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria, em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição calculada, em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 13 de julho de 2015.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 043/2015

PORTARIA Nº 043/2015

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do inciso I do §1º do art. 40 da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora Luciana Lenir Martins.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º inciso I da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Luciana Lenir Martins, detentora da matrícula funcional nº 801602-02, inscrita no CPF sob o Nº 004.753.079-09 e no PIS/PASEP sob o nº 134.794.527-27, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição calculada, em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 13 de julho de 2015.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente administrativo
Matrícula 300054-1

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 082/15

DECRETO Nº 082/2015 De 09 de julho de 2015.	ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PALMITOS-SC, EM ATENDIMENTO AO QUE ESTABELECE O ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.
--	--

DECRETA

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto estabelecidos os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizado pelo Poder Executivo Municipal, quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 949.884,29 (Novecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos) apurados no período de janeiro a junho de 2015.

Art. 2º Em cumprimento ao que determina o art. 9º da Lei Municipal nº 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias fica bloqueada as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

1. Prefeitura Municipal de Palmitos – R\$ 876.350,26

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 2009 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) R\$ 6.836,34

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0092.0 (44) R\$ 1.900,00

TOTAL R\$ 8.736,34

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 1006 – Construção e Ampliação de Unidades Educacionais

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0070.0 (32) R\$ 250.152,62

TOTAL R\$ 250.152,62

DECRETO Nº 082/2015

De 09 de julho de 2015.

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 2010 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0062.0 (52) R\$ 230.331,44

TOTAL R\$ 230.331,44

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 Departamento de Educação

Proj./Ativ. 2014 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0009.0 (73) R\$ 4.092,77
TOTAL R\$ 4.092,77

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.03 Manutenção do Programa Alimentação Escolar

Proj./Ativ. 2018 – Manutenção do Programa Alimentação Escolar

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0004.0 (89) R\$ 6.793,56

TOTAL R\$ 6.793,56

06. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Proj./Ativ. 2022 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0091.0 (102) R\$ 1.930,74

TOTAL R\$ 1.930,74

08. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01 Departamento Obras e Serviços Urbanos

Proj./Ativ. 2.028 – Manutenção de Convênios de Trânsito

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008.0 (134) R\$ 490,63

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0028.0 (135) R\$ 637,25

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0029.0 (136) R\$ 460,05

TOTAL R\$ 1.587,93

08. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02 Departamento de Transportes e Serviços Viários

Proj./Ativ. 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0013.0 (156) R\$ 354.381,89

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0044.0 (158) R\$ 4.785,59

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0014.0 (157) R\$ 3.808,87

TOTAL R\$ 362.976,35

DECRETO Nº 082/2015

De 09 de julho de 2015.

08. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02 Departamento de Transportes e Serviços Viários

Proj./Ativ. 2.029 – Manutenção das Atividades Dep. Obras e Serv. Urbanos

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0103.0 (143) R\$ 9.748,51

TOTAL R\$ 9.748,51

2. Fundo Municipal de Saúde de Palmitos – R\$ 18.567,68

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.036 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0039.0 (30) R\$ 1.526,33

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0093.0 (33) R\$ 1.353,04

TOTAL R\$ 2.879,37

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.025 – Manutenção dos Programas PSF/PACS/Saúde Bucal

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0040.0 (44) R\$ 3.675,65

TOTAL R\$ 3.675,65

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.039 – Manutenção Assistência Farmacêutica Básica
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.0 (55) R\$ 12.012,66
TOTAL R\$ 12.012,66

3. Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos – R\$ 54.966,35

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.049 – Manutenção das Atividades do CREAS
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (32) R\$ 54,13
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0031.0 (34) R\$ 22.583,59
TOTAL R\$ 22.637,72

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0094.0 (15) R\$ 445,59
TOTAL R\$ 445,59

DECRETO Nº 082/2015
De 09 de julho de 2015.

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.047 - Manutenção das Atividades do CRAS
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0007.0 (22) R\$ 11.883,04
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0031.0 (24) R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 31.883,04

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 09 de julho de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 083/15

<p>DECRETO Nº 083/2015 De 09 de julho de 2015.</p>	<p>ESTABELECE LIBERAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA BLOQUEADA ATRAVÉS DE ATO PRÓPRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.</p>
--	--

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade urgente da execução parcial de Ações de Governo previstas na lei orçamentária anual vigente;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da aplicação mínima na área da Educação estabelecida na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da aplicação mínima na área da Saúde estabelecida na Constituição Federal;

CONSIDERANDO principalmente, devido a necessidade de utilização de dotações orçamentárias anteriormente bloqueadas para fazer frente a demanda da população, optou-se na realização de desbloqueio de dotações constantes no decreto nº 30/2015 e 62/2015.
DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto estabelecida a liberação parcial das dotações orçamentárias bloqueadas através do Decreto nº 30/2015 e 62/2015, no valor total de R\$ 33.842,05 (trinta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e cinco centavos) conforme a seguir discriminada:

2. Fundo Municipal de Saúde de Palmitos – R\$ 31.834,84

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 1.025 – Aquisição de veículos, Equipamentos e Material Permanente
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0018.0 (4) R\$ 1.784,31
TOTAL R\$ 1.784,31

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.034 – Manutenção das Atividades do CEO
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0035.0 (15) R\$ 5.570,93
TOTAL R\$ 5.570,93

DECRETO Nº 083/2015
De 09 de julho de 2015.

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.025 – Manutenção dos Programas PSF/PACS/Saúde Bucal
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0018.0 (42) R\$ 10.045,30
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0037.0 (38) R\$ 4.888,61
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0037.0 (47) R\$ 2.457,17
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0040.0 (39) R\$ 1.952,02
TOTAL R\$ 19.343,10

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.01 Fundo Municipal de Saúde
Proj./Ativ. 2.038 – Manutenção do CAPS
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.0 (51) R\$ 5.136,50
TOTAL R\$ 5.136,50

2.Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos – R\$ 2.007,21

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2047 – Manutenção das Atividades do CRAS/PAIF
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0023.0 (23) R\$ 704,96
TOTAL R\$ 704,96

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.048 – Apoio Financeiro a APAE de Palmitos
Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0022.0 (27) R\$ 802,56
TOTAL R\$ 802,56

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0025.0 (16) R\$ 499,69
TOTAL R\$ 499,69

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 09 de julho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 084/15

<p>DECRETO Nº 84/2015 De 13 de julho de 2015.</p>	<p>DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:</p>
---	--

CONSIDERANDO a informação do Departamento de Tributos da municipalidade acerca do cadastro indevido (inexiste imóvel do proprietário naquele local), de n 4875, contribuinte 10991- Anselmo Schlosser, conforme extratos apresentados;
CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao débito IPTU, cadastro n. 4875, em nome de Anselmo Schlosser, e, conseqüentemente, CANCELADO o lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança de IPTU, do referido contribuinte.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome do contribuinte Anselmo Schlosser, cadastro n.º 4875, referente ao débito de IPTU.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 13 de julho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.860/2015

<p>LEI Nº. 3.860/2015. De 10 de julho de 2015.</p>	<p>DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE E PREVENÇÃO À DENGUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	---

Art. 1º Fica instituído, no município de Palmitos, o Programa Municipal de Prevenção à Dengue, a ser coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º A Secretaria Municipal da Saúde manterá trabalho

permanente de esclarecimento e orientação sobre as formas de prevenir a Dengue através do setor de Vigilância em Saúde, dispondo para tanto da ação dos Agentes Comunitários de Endemias e material educativo, bem como trabalho preventivo articulado com as escolas e os Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 3º Aos municípios e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral compete adotar medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acúmulo de lixo e material inservíveis, evitando com isso condições de que propiciem a instalação e a proliferação dos mosquitos causadores da dengue, ou seja, o "Aedes aegypti" e/ou outros vetores.

Art. 4º Ficam os responsáveis por borracharias, empresas de recauchutagem, desmanches, depósitos de veículos e outros estabelecimentos afins obrigados a adotar medidas que visem a evitar a existência de criadores dos vetores citados no artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único: É obrigatória a instalação de cobertura fixa rígida, ou desmontável, em toda e qualquer espécie de comércio, como depósito de pneus, novos ou usados, ferros-velhos e afins, para evitar acúmulo de água.

Art. 5º Ficam os responsáveis por cemitérios obrigados a exercer rigorosa fiscalização em suas áreas, determinando a imediata retirada de quaisquer vasos ou recipientes que contenham ou retenham água em seu interior, permitindo o uso, apenas daqueles que contenham terra ou areia até a borda superior do vaso.

Art. 6º Ficam os responsáveis por obras de construção civil e por terrenos baldios a adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não por chuvas, bem como a limpeza das áreas sob sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água.

Art. 7º Ficam os responsáveis por imóveis dotados de piscina obrigados a manter tratamento adequado da água de forma a não permitir a instalação e proliferação de mosquitos.

LEI Nº. 3.860/2015.

De 10 de julho de 2015.

Art. 8º Nas residências e nos estabelecimentos públicos comerciais, em instituições públicas ou privadas, bem como em terrenos, nos quais existam caixas d'água, cisternas, latões, tonéis e congêneres, ficam os responsáveis obrigados a mantê-las permanentemente tapadas com vedação segura, impeditiva de proliferação de mosquitos.

Parágrafo único: As lixeiras instaladas nas calçadas devem estar altas do chão, a fim de evitar que animais rompam as embalagens, e ser impermeáveis, evitando o acúmulo de água.

Art. 9º Os locais de armazenamento de materiais deverão:

I - ser compatíveis com o volume e a segurança do material a ser armazenado;

II - ser cobertos e fechados de maneira a impedir a acumulação de água; e

III - ser sinalizados corretamente, alertando para os riscos do material armazenado.

Parágrafo único: Os locais de armazenamento não poderão ter sistema de escoamento de água ligado à rede de esgoto ou de águas pluviais.

Art. 10 As infrações às disposições desta lei classificam-se em:

I - leves, quando detectada a existência de locais que ofereçam risco eminente de proliferação de vetores ou quando não atendidas às orientações realizadas pelos agentes de fiscalização;

II - médias, de 1 (um) a 3 (três) focos;

III - graves, de 4 (quatro) a 6 (seis) focos;

IV - gravíssima, de 7 (sete) ou mais focos.

Art. 11 As infrações previstas no artigo anterior estarão sujeitas à imposição das seguintes multas:

I - para as infrações leves: orientação de como combater e vistoria, cumulada com multa no valor equivalente a metade do salário mínimo vigente no país;

I - para as infrações médias: 01 (um) salário mínimo vigente no país;

III - para as infrações graves: 02 (dois) salários mínimos vigente no país;

IV - para as infrações gravíssimas: 03 (três) salários mínimos vigente no país.

§ 1º Previamente à aplicação das multas estabelecidas neste artigo, o infrator será notificado para regularizar a situação num prazo de 10 (dez) dias, findo o qual estará sujeito à imposição das penalidades.

LEI Nº. 3.860/2015.

De 10 de julho de 2015.

§ 2º Na reincidência, as multas serão sempre cobradas em dobro.

Art. 12 Sempre que caracterizada a situação de iminente perigo, de forma a representar risco ou ameaça à saúde pública, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente, a autoridade sanitária do Sistema Único de Saúde deverá determinar e executar as medidas necessárias para o controle e contenção da referida doença.

§ 1º Inclui-se dentre as medidas que podem ser adotadas pela autoridade sanitária para contenção da proliferação e disseminação do vetor da dengue, o ingresso forçado nas residências e estabelecimentos particulares, nos casos de imóveis fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo proprietário/responsável, quando esse procedimento se mostrar fundamental para a contenção da doença ou do agravo à saúde pública, observado o disposto no inciso XXV, do art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º Quando houver a necessidade de ingresso forçado nas residências e estabelecimentos particulares, a autoridade sanitária, no exercício da ação de vigilância, lavrará auto de infração ingresso forçado.

Art. 13 A recusa ao atendimento das orientações e determinações sanitárias estabelecidas pela autoridade do Sistema Único de Saúde - SUS, constitui crime de desobediência e infração sanitária, punível, respectivamente, na forma do Decreto - Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e da Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, sem prejuízo da possibilidade da execução forçada da determinação, bem como das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 14 A competência para a fiscalização das disposições desta Lei e para a aplicação das penalidades nela prevista caberá à

Secretaria Municipal da Saúde pelo serviço de Vigilância em saúde, por meio de seus agentes.

Art. 15. A arrecadação proveniente das multas será destinada, integralmente ao Fundo Municipal da Saúde.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 10 de julho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto Secretário

Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2015. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças genuínas e fornecimento de serviços de recuperação da transmissão da PÁ CARREGADEIRA FIAT ALLIS 1900B. Tipo: Menor Preço por Lote, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 31 de julho de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 31/07/2015 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 20 de julho de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 0148/2015

PORTARIA 148 DE 07 DE JULHO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Marília Boff Nicolodi, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Marília Boff Nicolodi, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de julho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de julho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

LEI 1000/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 1000 DE 16 DE JULHO DE 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ASSOCIAÇÃO QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a “SOCIEDADE AMIGOS BALNEÁRIO BELLATORRES - SABB”.

Parágrafo Único – A Associação a que menciona o caput deste artigo, encontra-se com Estatuto registrado sob o nº 86 – livro A-01, às folhas 089 do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, localizado na Cidade de Sombrio – SC, bem como com cadastro no CNPJ sob o nº 76.853.845/0001-91.

Art. 2º Anexo a presente Lei, Estatuto, CNPJ e Certidão do Cartório de Registro Civil da Comarca de Sombrio/SC.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei, correm as custas do Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, SC.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 16 de Julho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de julho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 999/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 999 DE 16 DE JULHO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC-AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação e recuperação de vias públicas e consecução de obras especiais.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 984 de 24 de Março de 2015.

Passo de Torres, em 16 de Julho de 2015.

Juarez Godinho Sheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de julho de 2015.

Alexandre AngeloFelippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 0149/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 149 DE, 13 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, LETICIA SOARES RIBEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade apartir de 13/07/2015, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Leticia Soares Ribeiro, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 13/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de julho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de julho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 0150/2015

PORTARIA Nº 150, DE 15 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE MUDANÇA DE CLASSE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 736/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos Professores e Auxiliares, abaixo relacionados, mudança de Classe, conforme Capítulo III", Artigo "17", letra "b", da Lei Municipal Nº.736/2011:

- Adriana Araujo da Rosa – PG- 5C/5D
- Adriana Scheffer Hespagnol - LP- 3A/3B
- Alana Maciel Aguiar – LP – 1A/1B
- Alessandra Rodrigues Luiz – PG – 4C/4D
- Aline Costa Pereira – LP – 1A/1B
- Ana Regina Constante – PG – 6C/6D
- Aurora Fernandes Joaquim – PG – 5C/5D
- Carina Silveira Porto Peres – PG – 5C/5D
- Carla Simone Fragoso da Silva – PG – 5C/5D
- Ceni Trajano Gomes – PG – 5C/5D
- Cristiano Carvalho Nunes – LP 1A/1B
- Edenise de Souza Cardoso – PG – 4D/4E
- Edner Rospa da Silveira – Aux. Biblioteca LP – 3A/3B
- Eliane Assunção dos Santos – PG – 5C/5D
- Elizangela Lumertz Alves – PG – 5C/5D
- Elizabete Vieira Lemos Joaquim – PG – 5C/5D
- Elvania Metzelthin – PG – 7B/7C
- Erizete da Silva Porto – PG – 6A/6B
- Fernanda de Souza Lummertz – LP – 1A/1B
- Gerusa Inácio dos Santos – MAG – LP – 1A/1B
- Guilherme Silva da Costa – MAG – LP – 1A/1B
- Jerena Maria Ryll – MAG- LP – 1A/1B
- Joseane Teixeira Maciel – PG – 6C/6D
- Juceni Lopes Scheffer – PG – 4C/4D
- Liliane Bauer Barros – MAG – LP – 1A/1B
- Lisandra Eduarda de Castilhos – Aux.Ens. N.M – 1A/1B
- Lisiane Scheffer da Silva – Aux. Biblioteca N.M – 1A/1B
- Letuza Scheffer Hainzenreder – PG – 5B/5C
- Marcelo Baltazar Cardoso – PG – 6A/6B
- Maria Eloisa Vargas – MAG – LP – 1A/1B
- Marizinha da Rosa – TEC – 1A/1B
- Marília Boff Nicolodi – Psicopedagogo – 1A/1B
- Marilian da Silva Casagrande – Nutricionista - 1A/1B
- Marione da Silva Rosa Cardoso – LP – /2B/2C
- Micael Camacho de Lima – Aux. Biblioteca- N.M – 1A/1B
- Michele Ramos da Silva – PG – 5C/5D
- Maira da Silva Pacheco – PG – 5C/5D
- Neuza Maria da Silva Costa – PG – 7B/7C
- Pricila Miranda Paz – Aux. Educ – LP – 3A/3B
- Pricila Peres Cardoso – Aux Educ.- LP – 3A/3B
- Rosani Maria Batista Antonio – PG – 5A/5B
- Sandra Maria Silveira dos Santos – Aux. Educ.- LP 3A/3B
- Simoni Lemos Fernandes Schoeffer – PG – 6B/6C
- Simoni Teixeira da Silva – LP – 2C/2D
- Suzana Bayma de Menezes Dalpasquale – PG – 5C/5D
- Suzana Teixeira da Silva – LP – 2E/3A
- Silvia Regina Henrique - LP – 1A/1B
- Stefania de Borba Quadros – MAG – LP – 1A/1B
- Tiago Machado da Silva – MAG – LP – 1A/1B
- Thaysa Maria Benedetti Nery – PG – 5E/6A
- Vera Regina Bueno Lopes – PG – 6B/6C
- Vilma Caetano de Campos – LP – 1A/1B
- Zenira da Silveira Soares Coelho – PG – 5C/5D

Art. 2º - A mudança a que se refere o artigo 1º, é progressão por méritos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de julho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de julho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 0151/2015

PORTARIA Nº 151, DE 16 DE JULHO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, FATIMA MARIA IDALÊNCIO MARTINS DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Fatima Maria Idalêncio Martins de Oliveira, referente ao período aquisitivo de 05/01/2008 à 15/07/2014.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 16/07/2015 e com término em 13/10/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de julho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de julho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N.º 368, DE 16 DE JULHO DE 2015.

DECRETO N.º 368, de 16 de julho de 2015.

“APROVA LOTEAMENTO POPULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a implementação de Programa Habitacional Popular para atendimento de famílias de baixa renda no Município, visando reduzir o déficit habitacional existente;

Considerando que a área objeto do loteamento em questão já foi declarada como de interesse social para implementação de loteamento popular por meio da Lei nº 721, de 28 de novembro de 2013, a fim de possibilitar a implantação da infraestrutura necessária para a edificação dos imóveis;

Considerando que para realizar o parcelamento de referida área é necessário o registro do loteamento, em atendimento à legislação vigente (Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979);

Considerando, por fim, que foram atendidos todos os requisitos legais para a aprovação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento Popular Nilde Bresciani II, situado em parte da Fazenda Ressaca, no perímetro urbano do Município de Passos Maia, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ponte Serrada/SC sob a matrícula nº 8.983, conforme mapas e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia/SC, 16 de julho de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 94/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/2015 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2015 -FMS, MODALIDADE CHAMADA PUBLICA Nº. 02/2015 -FMS

CONTRATADO: ARTESANAL LAB PROTESES ODONTOLOGICAS LTDA-ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA O PROGRAMA SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

VALOR TOTAL: R\$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)

VIGÊNCIA: ATÉ 20.07.2016

PENHA, 20 DE JULHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 95/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 95/2015 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2015 -FMS, MODALIDADE CHAMADA PUBLICA Nº. 02/2015 -FMS

CONTRATADO: CEO-CONSULTORIO ODONTOLOGICO LTDA-ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA O PROGRAMA SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

VALOR TOTAL: R\$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)

VIGÊNCIA: ATÉ 20.07.2016

PENHA, 20 DE JULHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2015 DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vaga de cargo efetivo do Quadro Único de Pessoal da Câmara de Vereadores de Penha, Santa Catarina e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, e demais legislações vigentes e a Comissão de acompanhamento do Concurso Público designada pela Portaria nº 23/2015, tornam público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal Câmara de Vereadores de Penha, contratados sob o regime celetista conforme Lei Complementar Municipal nº 37/2011, Lei Complementar nº 96/2015, Lei Complementar nº 97/2015 e suas alterações e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, Município de Taió, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.190-000, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.org.br, sob a supervisão da Comissão de acompanhamento do Concurso Público, nomeada pela Portaria n.º 23/2015.

1.2. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	20/07/15 a 19/08/15
Prazo para requerer isenção da taxa de inscrição	20/07 a 04/08/15
Divulgação do deferimento dos pedidos de isenção	11/08/15
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	20/08/2015
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento e laudo médico	19/08/15

Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	24/08/2015
Recursos contra indeferimento das inscrições	25 e 26/08/15
Homologação das inscrições e Locais de provas	21/08/15
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	13/09/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	14/09/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	15 e 16/09/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	22/09/15
Classificação Preliminar da prova escrita	23/09/15
Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita	24 e 25/09/15
Classificação Final da prova escrita	28/09/15
Convocação para entrega de títulos dos aprovados na prova escrita	28/09/15
Prazo para protocolo e/ou postagem via sedex/ar dos títulos	29/09 até 02/10/15
Divulgação da classificação preliminar com pontuação de títulos	09/10/15
Recursos contra pontuação de títulos	13 e 14/10/15
Classificação Final do certame	19/10/15
Homologação Final do certame	Após 20/10/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.5. O Edital completo do concurso público será publicado no site da Câmara de Vereadores de Penha na Internet: <http://www.camaradepenha.com.br>, no site www.iobv.com.br e no diário oficial dos municípios: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Câmara de Vereadores de Penha; sede da Prefeitura Municipal; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.6. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração da Câmara de Vereadores de Penha, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.7. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Câmara de Vereadores de Penha – SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- A nacionalidade brasileira;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa de inscrição
Advogado	01	20 h/s	R\$ 2.800,00	Curso Superior - Bacharelado em Direito com inscrição no registro no órgão de classe.	Escrita e títulos	R\$ 100,00
Jornalista	01	30 h/s	R\$ 2.900,00	Curso Superior completo em Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do exercício da profissão.	Escrita e títulos	R\$ 100,00
Motorista	02	40 h/s	R\$ 1.197,04	Curso de nível fundamental, e portador de carteira nacional de habilitação categoria "B"	Escrita	R\$ 30,00
Técnico de Informática, Som e Imagem	01	40 h/s	R\$ 1.650,00	Curso de nível Médio com curso Técnico em Processamento de Dados, Informática, rede de computadores ou Sistemas.	Escrita	R\$ 80,00
Vigia	02	40 h/s	R\$ 811,10	Curso de nível fundamental e Conhecimento prático.	Escrita	R\$ 30,00

3.1 A atribuição do cargo e outras informações constam no anexos I deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o Município de PENHA Câmara Edital 01/2015;

b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;

c) Preencher o Requerimento de Inscrição;

d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-los pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.6. O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);

b) Para cargos com exigência de ensino médio: R\$ 80,00 (oitenta reais)

c) Para cargos com exigência de ensino fundamental completo: R\$ 30,00 (trinta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.7.2. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Haverá isenção de taxa de inscrição para os candidatos doadores de sangue que atenderem aos requisitos da Lei Municipal Nº 2281/2009 e para candidatos de baixa renda que atenderem aos requisitos do Decreto Federal n.º 6.593/2008, ou seja, para:

a) Doadores de Sangue

b) Candidato de Baixa Renda

4.13.2. Para ter direito à isenção da taxa de inscrição o candidato doador de sangue deverá:

a) Efetuar sua inscrição no concurso público pelo site www.iobv.org.br.

b) Preencher o requerimento e declaração de que atende aos requisitos exigidos na lei de isenção conforme anexo IV deste edital.

c) Apresentar comprovante de doador voluntário de repetição, de no mínimo duas vezes ao ano, durante o período de 2 (dois) anos imediatamente anteriores ao concurso.

d) Comprovar a qualidade de doador de sangue através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora de órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município, que deverá ser anexada ao requerimento de isenção (anexo IV deste edital, informando o número de doações e data;

e) Enviar a documentação acima até a data constante do cronograma deste edital, através de sedex/ar para Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, CEP: 89190-000 – Taió – SC.

4.13.3. Para ter direito à isenção da taxa de inscrição o candidato de baixa renda deverá:

a) Efetuar sua inscrição no concurso público pelo site www.iobv.org.br.

b) Preencher o requerimento e declaração de que atende aos requisitos exigidos na lei de isenção conforme anexo IV deste edital.

c) Comprovar sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal n.º 6.135, de 26 de junho de 2007;

d) Comprovar ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007.

e) Encaminhar via sedex/ar para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – CEP: 89190-000 – Taió - SC os seguintes documentos: I - Anexo IV devidamente preenchido e assinado, cópia do documento de identificação tipo R.G.; II- cópia da Carteira de Trabalho -CTPS (páginas que identifiquem o candidato e caracterizem a sua situação de desemprego); III - declaração subscrita pelo interessado relatando sua situação de desemprego assinada por duas testemunhas ou comprovação de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº. 6.135, de 26 de junho de 2007.

4.13.3.1. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto n.º 83.936, de 6 de setembro de 1979.

4.13.4. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição se o candidato não comprovar todas as exigências.

4.13.5. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

4.13.6. O candidato que tiver seu requerimento indeferido, desejando participar do certame deverá efetuar o pagamento do boleto de inscrição até a data do vencimento conforme data do cronograma.

4.14. Demais disposições referente às inscrições

4.14.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3. A Comissão de Concurso Público da Câmara de Vereadores de Penha e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.14.4. As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.7. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.14.8. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.14.9. A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.14.10. Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.14.11. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.12. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.camaradepenha.com.br>.

4.14. Das condições especiais para realizar a prova

4.14.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (amamentação, local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), deverão além de assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC.

4.14.2. A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item

4.14.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.14.2.1. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.14.3. O IOBV publicará, no endereço do concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, os quais integram lista de chamada especial.

5.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência. Na lista especial configurará a classificação por cargo, dos portadores de deficiência.

5.3.1. . Em função do número de vagas oferecidas em cada cargo, não há previsão imediata de oferecimento de vaga às pessoas com deficiência.

5.3.2. Os candidatos que requererem vagas para portadores de deficiência, neste caso, serão classificados na medida em que houver oferta de nova vaga, da seguinte forma:

a) o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com

deficiência, será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 20ª (vigésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6. Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar via sedes/ar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1. A documentação de que trata as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro – 89190-00 – Taió – SC.

5.6.2. O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido por perícia médica oficial.

5.9. Tendo sido aprovado no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas, na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1. O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em até duas etapas conforme o cargo, sendo:

a) Prova Escrita (PE): Para todos os cargos haverá Prova escrita que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova de Títulos (PT): Para os cargos de nível superior além da prova escrita haverá prova de títulos de caráter classificatório para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

7.2. As provas serão realizadas no município de Penha-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site <http://www.camaradepenha.com.br> na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
Hora mínima de permanência em sala de prova	10 h
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.2.1. Dependendo do número de inscritos e da capacidade de alocação dos candidatos nas escolas do município, os cargos poderão ser distribuídos nos períodos matutino e vespertino, devendo o candidato acompanhar as publicações.

7.3.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4. O IOBV e o Câmara de Vereadores de Penha eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com até 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.2. Escolaridade: Ensino Fundamental Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Matemática	5		
		Gerais e Atualidades	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,70	7,00
		Total	25		10,00

8.2.3. Escolaridade: Ensino Médio e Superior Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Gerais e atualidades	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação Municipal	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo II deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível superior e médio: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

b) Cargos com exigência de ensino fundamental completo: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,70)$

c) Sendo:

NPE= Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco);

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6. NORMAS PARA APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1. Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação,

com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição no dia da prova.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11. O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.

c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;

b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

d) Não estiver assinalada no cartão resposta;

e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.

f) Do cartão resposta que não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21. Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22. Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.

b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.

c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.

d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.

e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23. Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25. Os três (3) últimos candidatos que permanecerem na sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão o fechamento e assinarão o termo de fechamento do envelope de provas. O candidato

que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

8.9.26.1. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

8.6.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento das provas.

8.6.29. O IOBV e a Câmara de Vereadores de Penha/SC não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1. Haverá pontuação de títulos para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva dos cargos com exigência de ensino superior, a qual constará da avaliação dos DIPLOMAS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição, devidamente registrado e reconhecido pelo MEC e apresentados em cópia autenticada em cartório, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

- a) 1,5 (um e meio) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;
- b) 1,00 (um) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;
- c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, relacionado à área da função pretendida.

9.2. Para a pontuação da Prova de Títulos serão computados os pontos referentes ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas "a", "b" e "c" do item 9.1.

9.3. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

9.4. Só serão aceitos como comprovação de títulos: certidões, atestados ou declarações de conclusão desde que sejam em papel timbrado, assinado pelo responsável da instituição, acompanhados do histórico escolar, em que conste o rol de disciplinas com a respectiva carga horária, a fim de verificar a relação do título com o cargo escolhido.

9.5. Da entrega dos títulos

9.5.1. As cópias autenticadas dos certificados podem ser protocolados na sede do IOBV, ou enviados via Sedex com AR para Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro – CEP 89.190-000- Taió – SC, até o dia previsto no cronograma do edital.

9.5.2. Serão avaliados somente os títulos dos candidatos que forem aprovados na prova escrita objetiva.

9.5.3. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.5.4.. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

9.5.5. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

9.5.6. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

9.5.7. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

9.5.8. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.5.9. A pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita ($NF = NPE + NPT$)

9.5.10. Os títulos dos candidatos reprovados na prova escrita serão desconsiderados e descartados.

10. DOS RECURSOS

10.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

10.1.1. Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

10.2. Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Câmara Edital 01/2015 de Penha;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica.

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

10.3. Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

10.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

10.5 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

10.6. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.7. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

10.8. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

10.9. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

10.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

10.10.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

10.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

11. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

11.1. A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota final para os cargos de ensino superior: $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos

NF = Nota Final

11.2. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

11.3. A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

11.4. Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5. Para o efeito do item 11.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

11.6. Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos

seguintes critérios:

- a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- c) Maior Idade.
- d) Sorteio público.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1. A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de Decreto da Câmara de Vereadores de Penha devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

13.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta da Câmara de Vereadores de Penha, sendo que a admissão é de competência do Presidente da Câmara de Vereadores de Penha, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

13.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Penha.

13.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Câmara de Vereadores de Penha.

13.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

13.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar a Câmara de Vereadores de Penha.

13.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

13.6. O candidato que não se manifestar junto a Câmara de Vereadores de Penha, até a data, estabelecida conforme item 13.5, será excluído deste Concurso Público.

13.7. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente a Câmara de Vereadores de Penha.

13.7.1. A inobservância do subitem 13.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

13.8. Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

13.90. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

14. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir relatórios de inscritos para deferimento e homologação;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com a Câmara de Vereadores de Penha, eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão de Concurso Público da Câmara de Vereadores de Penha, devidamente nomeada.

14.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Câmara de Vereadores de Penha/SC

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

15.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos.

15.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data na Câmara de Vereadores de Penha, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

15.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

15.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

15.6. A Câmara de Vereadores de Penha e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

15.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

15.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

15.9. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso Público, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

15.10. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Câmara de Vereadores de Penha como do IOBV e de seus parentes até 2º grau.

15.11. Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

15.12. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

15.13. A Comissão do Concurso Público da Câmara de Vereadores de Penha e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

15.15. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Câmara de Vereadores de Penha e do IOBV.

15.16. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC.

15.17. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I– Atribuições dos Cargos; Anexo II– Conteúdo Programático; Anexo III– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo VI – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição

PENHA, 17 de julho de 2015.

Felipe Rebello Schmidt

Presidente da Câmara

ANEXO I

ATRIBUIÇÃO DO CARGO

Advogado

Representar judicialmente a Câmara de Vereadores de Penha na área civil, penal, trabalhista e administrativa, em todos os graus de jurisdição, elaborar projetos legislativos e emitir pareceres jurídicos mediante provocação e auxiliar o corpo administrativo da Câmara no que couber.

Jornalista

Elaborar artigos, comentários, noticiários e editoriais divulgando fatos do Legislativo que sejam de interesse público. Elaborar e divulgar releases para a imprensa (jornal, rádio, TV, internet e outros). Produzir material para o site e redes sociais da Câmara, mantendo-os sempre atualizados. Manter o arquivo e controle de publicação dos releases enviados à imprensa, bem como gerenciar o banco de dados relativo à atividade institucional. Acompanhar as notícias relativas às atividades do Legislativo, divulgadas pela imprensa; Coordenar a execução de gravações em vídeo e áudio, coleta de dados e cobertura fotográfica de eventos de natureza ou de interesse institucional. Prestar informações aos jornalistas que acompanham os trabalhos da Câmara; Colaborar em entrevistas e reportagens sobre o Legislativo e coordenar debates, seminários, palestras promovidas pelo Legislativo Municipal; Colaborar no planejamento de campanhas institucionais, utilizando meios de comunicação de massa, para divulgar mensagens educacionais e de esclarecimento à população. Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela Câmara. Atender ao público/comunidade em geral, autoridade, pessoalmente ou por telefone e internet, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos. Propor programas de divulgação de interesse da Câmara, sobre as atividades da Câmara e dos vereadores; Realizar cobertura jornalística em eventos promovidos pela Câmara, os vereadores em visita e atividades legislativas oficiais, previamente autorizadas pelo Presidente; Colaborar na atualização e manutenção do acervo histórico (fotos, matérias, vídeos,...) do Legislativo.

Técnico de Informática, Som e Imagem

Instalar, configurar e prestar manutenção lógica e/ou suporte aos equipamentos de comunicação de dados (ativos de rede), de toda a rede de dados DA CÂMARA, de acordo com as políticas de segurança, obedecendo a topologia estabelecida para a rede, visando sua estabilidade funcional e eficiência; Elaborar procedimentos de cópia de segurança e recuperação de informações, executando rotinas, definindo normas, perfil de usuários, padronizando códigos de usuários e tipos de autenticações, bem como monitorando o uso do ambiente computacional, com o intuito de resguardar a confidencialidade e segurança das informações/dados no ambiente de rede da Câmara; Diagnosticar problemas, atender e orientar usuários, registrar solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções e eliminar falhas, fornecendo informações e suporte, bem como acompanhando a solução, a fim de manter o fluxo das atividades no que tange aos serviços informatizados; Pesquisar e apresentar propostas de aquisição de equipamentos de informática, visando prever e/ou solucionar problemas, bem como maximizar os resultados da área e/ou auxiliar tecnicamente nos procedimentos licitatórios necessários; Definir parâmetros de desempenho e disponibilidade de ambiente computacional, coletando indicadores de utilização, analisando parâmetros de disponibilidade, indicadores de capacidade e desempenho, entre outros, de modo a prevenir falhas; Controlar e documentar níveis de serviços, tanto internos quanto de fornecedores, automatizando rotinas, definindo procedimentos de migração, a fim de assegurar atualizações na área, conforme demanda e indicação dos superiores; Instalar e manter os softwares necessários para o correto funcionamento de servidores, tais como: Banco de Dados, correio eletrônico, web, aplicações, autenticação, entre outros; Montar e prestar manutenção a equipamentos, bem como instalar os sistemas

utilizados pelas unidades de serviços, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos pelos superiores; Treinar os usuários nos aplicativos de informática, dando suporte na solução de pequenos problemas em equipamentos e sistemas de informação e comunicação; Preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado; Instalação e operação do sistema audiovisual (mesa de som, microfones, projetor multimídia);

Motorista

Conduzir veículos, em trajetos determinados, de acordo com a legislação de trânsito e as instruções recebidas, transportando servidores e/ou materiais.

Vigia

Manter vigilância sobre os bens e propriedades do Poder Legislativo Municipal sob sua responsabilidade, percorrendo e inspecionando suas dependências a fim de evitar incêndios ou roubos.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei Orgânica do Municipal e Regimento Interno da Câmara. COMUNS A TODOS OS CARGOS:

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime Jurídico Administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

ADVOGADO

Integram o conteúdo de todas as matérias a legislação pertinente, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais.

Direito Constitucional: Constituição: Conceito. Espécies de Constituição. Poder Constituinte. Poder Constituinte Estadual. Leis Orgânicas Municipais. Reforma. Revisão. Norma Constitucional: a) classificação, b) supremacia. Hermenêutica Constitucional. Disposições Constitucionais Transitórias. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais. Dignidade da pessoa humana. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Dos Direitos Sociais. Controle de Constitucionalidade, contornos constitucionais e Lei nº 9.868/99. Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, arguição de descumprimento de preceito fundamental. Figura do amicus curiae. Ação declaratória de constitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Federação: características. Divisão de competências. Soberania e autonomia do Estado Federado. Distrito Federal e Território. Estado-membro: competência e autonomia. União: competência. Município: criação, competência, autonomia e intervenção estadual. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo e fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidente da República: atribuições, responsabilidade. Poder Judiciário: composição, distribuição de competência e organização. Súmulas vinculantes. Conselho Nacional de Justiça, atribuições e competências. Estados membros: Organização dos Estados-membros; autonomia dos Estados; limites do poder constituinte estadual; princípios limitadores da atuação do constituinte estadual. Regiões Metropolitanas: organização das regiões metropolitanas. Interesse metropolitano. Institucionalização das regiões metropolitanas. Administração Pública: princípios constitucionais. Tributação, Orçamento e Fiscalização: o sistema tributário nacional: as bases dos sistema tributário nacional; as limitações constitucionais do poder de tributar; a discriminação constitucional das rendas tributárias; a repartição da receita tributária. O sistema orçamentário: a estrutura integrada das leis orçamentárias - lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual; os princípios constitucionais dos orçamentos públicos: a Lei Orçamentária. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle da execução financeira, contábil e

orçamentária: sistemas de controle interno e externo. Tribunais de Contas. Direito de Nacionalidade: modos de aquisição de nacionalidade brasileira. Condição jurídica do brasileiro nato. Condição jurídica do brasileiro naturalizado. Perda e reaquisição da nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Direitos Políticos: regime político. Tipos e formas de democracia. Fontes do poder e soberania popular. Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Imunidade e incompatibilidade parlamentar. Suspensão, perda e reaquisição dos direitos políticos. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Direito de propriedade e sua função social. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas corpus. Mandado de Injunção. Direitos Sociais e sua Efetivação: normas constitucionais programáticas. Regime Jurídico dos servidores públicos civis. Ordem Econômica e Financeira: os princípios gerais da atividade econômica. A Política Urbana (arts. 182 e 183 da Constituição Federal). Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01). Lei de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10). Ordem Social: a seguridade social. Sistema Único de Saúde. Previdência social. Assistência Social. Educação: os princípios básicos da educação. O regime de colaboração nos sistemas de ensino. Aplicação de receitas para o desenvolvimento do ensino. Advocacia pública. Direito Administrativo: Conceito: Direito Administrativo e Ciência da Administração. A Administração Pública: Administração Federal, Estadual e Municipal; Administração Pública Direta e Indireta; Órgãos da Administração Pública; Princípios básicos da Administração Pública. Os Poderes Administrativos: Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Poder de Polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos: atributos; classificação; espécies; motivação; validade e invalidade; revogação; controle jurisdicional. Contratos administrativos: conceito e peculiaridade; formalização; normas regedoras; instrumento e conteúdo; cláusulas; execução; alteração; inexecução e rescisão; espécies. Licitações - normas legais e constitucionais aplicáveis. Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos). Lei Federal nº 10.520/02 (Pregão). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/11). Serviços Públicos: conceito e classificação; formas e meios para a prestação dos serviços públicos. Autarquias. Empresas Públicas. Sociedade de economia mista. Fundações instituídas pelo Poder Público. Serviços Sociais autônomos. Serviços concedidos, permitidos e autorizados. Convênios e consórcios administrativos (Lei Federal nº 11.107/05). Lei das Concessões. Agências Reguladoras. Parceria Público-Privada – PPP (Lei Federal nº 11.079/04). Organizações Sociais - OSCIP. Agentes Públicos: conceito e categoria. Agentes Administrativos. Servidores Públicos. Cargos e função. Carreira. Provedimento. Concurso. Efetividade. Estabilidade. Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Princípios constitucionais pertinentes aos servidores públicos. Direitos e garantias dos servidores públicos. Deveres e proibições dos servidores públicos. Responsabilidades dos servidores públicos. Processo Administrativo. Penalidades. Disciplinar. Regime previdenciário geral e próprio previstos na Constituição Federal, incluindo as leis federais nº 9.717/98 e nº 10.887/04. Domínio Público: conceito. Os Bens Públicos: conceito, classificação e regime. Terras públicas. Águas públicas. Proteção Ambiental. Intervenção no Domínio Econômico: Intervenção na propriedade; desapropriação; servidão administrativa; requisição e ocupação provisória; limitação administrativa da propriedade. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público: fundamento constitucional. Fundamento doutrinário. Ação regressiva. Consórcio e Convênios. Improbidade administrativa, Lei Federal nº 8.429/92. Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação). Controle na administração pública. Direito Tributário e Financeiro: Direito Tributário. Definição. Noções de tributo e suas espécies. O imposto, a taxa, a contribuição de melhoria. Outras contribuições. Natureza e Relações do Direito Tributário: o Direito Tributário como Direito Público. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Fontes do Direito Tributário. Fontes principais: Constituição, Emendas à Constituição, Leis Complementares, Tratados e Convenções Internacionais, Resoluções do Senado, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos. Fontes secundárias: decretos regulamentadores; normas complementares a que se refere o art. 100 do Código Tributário Nacional. A jurisprudência. As Leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual. Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual: natureza e efeitos das leis orçamentárias. O Sistema Tributário Nacional: normas gerais. A discriminação das fontes de receitas tributárias. Distribuição de receitas tributárias. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária no Tempo e no Espaço. Interpretação e integração da Legislação Tributária: a legislação e adoção de institutos, conceitos e formas de direito privado. Obrigação Tributária: conceito, elementos e natureza jurídica. O Fato Gerador da Obrigação Tributária: momento de ocorrência e efeitos. Sujeito Ativo: competência constitucional de tributar. Indelegabilidade da competência tributária. Limitações constitucionais da competência tributária. Sujeito Passivo: classificação. Pessoas jurídicas de Direito Público como sujeitos passivos. A capacidade tributária e a capacidade civil. A solidariedade. O domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Incidência, Não Incidência, Isenção. Imunidade e Anistia. O Crédito Tributário: constituição do crédito tributário. Lançamento: definição, modalidade e efeitos. Suspensão do crédito tributário: modalidades. Extinção do crédito tributário: modalidades, a restituição do indébito tributário; exclusão do crédito tributário. Repartição da Competência Tributária. Tributos: impostos, taxas, contribuições das diversas espécies/categorias. O Ilícito Tributário: tipos de sanções. Crimes contra a Fazenda Pública. Débitos Fiscais: correção monetária. Parcelamento. Dívida Ativa e sua Cobrança. Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle de Orçamento e de Balanço. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Lei Federal nº 4.320/64. - Direito Processual Civil: Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: distinção. Competência: conceito, espécies, critérios determinativos. Formação, suspensão e extinção do processo. Atos Processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Procedimento Ordinário, Sumário e Especial. Da tutela antecipada. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Intervenção de Terceiro: litisconsórcio e assistência. Dos procedimentos especiais; das ações reivindicatórias e possessórias: da ação de nunciação de obra nova; dos embargos de terceiros; usucapião. Julgamento conforme o estado do processo. Provas: noções gerais, sistema, classificação, espécies. Audiência. Sentença e coisa julgada. Recursos: noções gerais, sistema, espécie. Reclamação. Liquidação da sentença. Cumprimento da sentença. Execução: partes, competência, requisitos. Das diversas espécies de execução. Defesa do devedor. Do processo cautelar. O processo nos tribunais. Uniformização de jurisprudência. Código de Processo Civil. Mandado de segurança. Suspensão de Segurança. Ação popular. Inquérito Civil. Ação Civil Pública. Ação declaratória incidental. Ação rescisória. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Lei de Execuções Fiscais. Ação de Improbidade Administrativa. Direito Civil: Lei: espécies, eficácia no tempo e no espaço, retroatividade e irretroatividade, interpretação, efeitos, solução de conflitos intertemporais. Das pessoas: conceito, espécies, capacidade, domicílio. Fatos jurídicos: noção, modalidades, forma, vícios, nulidade. Prescrição e decadência. Das diferentes classes de bens. Da posse e sua classificação: aquisição, efeitos, perda e proteção possessória. Da propriedade em geral. Formas de aquisição: propriedade imóvel. Dos Direitos Reais sobre coisas alheias: disposições gerais; servidões; usufruto. Dos Direitos de vizinhança; uso nocivo da propriedade. Conceito e Estrutura das Obrigações: classificação e modalidade das obrigações. Disciplina jurídica das relações de consumo. Efeitos e extinção das obrigações. Dos contratos: disposições gerais. Dos contratos bilaterais. Evicção. Das várias espécies de contratos: da compra e venda, da locação, do Leasing, do depósito, da franquia. Responsabilidade civil: Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e moral. Direito de Família: casamento, relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. - FARIAS, Cristiano Chaves e outro. Direito Civil (4 volumes). Direito do Trabalho e Processual do Trabalho: Vínculo empregatício como categoria jurídica: Predicados do vínculo empregatício. Sujeitos do vínculo empregatício. Empregador e capacidade jurídica: o problema dos sujeitos despidos de

personalidade jurídica. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário. Administração Pública e tratamento derogatório da norma trabalhista: situação presente. Formação do vínculo empregatício: requisitos do consentimento (capacidade, legitimação, idoneidade do objeto, formalidade). Vícios do consentimento em matéria trabalhista (dolo, erro, coação, simulação, fraude). Alteração do vínculo empregatício: modalidades e requisitos de validade. Extinção do vínculo empregatício: hipóteses de extinção. Efeitos da aposentação voluntária sobre o vínculo empregatício: situação presente. Terceirização: conceito, tipos e efeitos. Entes estatais e terceirização: prestação de serviços e locação de mão de obra. Súmula 331 do TST. Lei 8.666/93 - art. 71. Justiça do Trabalho: organização, funcionamento e competência. Prerrogativas da Fazenda Pública. Sistema recursal trabalhista: princípios, procedimentos, efeitos. Recursos em espécie. Direito Penal: Da aplicação da lei penal. Do Crime. Excludentes de ilicitude. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das Penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Dos efeitos da condenação. Da Ação penal. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a fé pública: Da falsidade documental. Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; Dos crimes contra a administração da Justiça. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). Dos crimes contra a honra. Imunidade penal do parlamentar. Direito Processual Penal: Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual. Do Inquérito policial. Da ação penal. Da competência. Da prova: Do exame de corpo de delito e das perícias em geral; Do interrogatório do acusado; Das testemunhas; Dos documentos; Da busca e da apreensão. Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Das espécies de prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença. Das nulidades. Dos recursos em geral: disposições gerais; do recurso em sentido estrito; da apelação; do habeas corpus e seu processo. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e alterações posteriores e Lei nº 10.259/2001 e alterações posteriores).

JORNALISTA

Jornalismo Informativo: Notícia: conceito e estrutura. Lead e pirâmide invertida. Estruturação do texto da notícia. Tipos de lead. Prática da escrita em Técnica de Redação Jornalística. Técnica de Reportagem: Pauta: conceito, características e produção. Fontes de informação. Técnicas e tipos de entrevista. Rádio e a Televisão: Características dos meios. Programação. Funções profissionais. Redação. Fotografia: Introdução à linguagem e às técnicas fotográficas. Princípios da fotografia digital. Captação e tratamento fotográfico. Radiojornalismo: A informação no rádio. A linguagem oral e a linguagem radiofônica. A notícia no rádio. A reportagem radiofônica. Apresentação de programas jornalísticos. O bloco informativo. Radiojornalismo contemporâneo. A opinião no rádio. Planejamento e produção de programas. Ciberjornalismo: Fundamentos de jornalismo digital. Produção jornalística para internet. Arquitetura da informação em sites noticiosos. Convergência de mídias. Jornalismo e interatividade. Produção de portal noticioso. Comunicação e Expressão Oral: Linguagem e Expressão Oral. Processo de formação da voz. Saúde vocal para profissionais da voz. Características da voz. Técnicas de expressão corporal e vocal. Telejornalismo: A televisão e o telejornal. A imagem e o texto. As formas de notícia. A reportagem em tv. Produção em televisão. Edição de matérias e apresentação de telejornais. Os gêneros de programa. Formatos de programas jornalísticos. Planejamento e produção de programas. Qualidade da informação. Análise crítica do veículo. TV Digital. TV e internet. Jornalismo de Revista: O estilo magazine. A reportagem: planejamento, técnicas e execução. Procedimentos e métodos de investigação. Grande reportagem. Produção de revista. Fotojornalismo: A linguagem do fotojornalismo. Tomadas em fotojornalismo. Edição fotojornalística. Processo da fotografia digital. Operação básica de câmeras digitais. Mercado fotográfico e tecnologia digital. Edição: O processo de edição. Os elementos de composição da página. A estrutura da notícia. Linguagem Jornalística. Os manuais de redação. Produção Gráfica: Layout: criação e produção. Planejamento do processo gráfico. Gerenciamento da produção gráfica. Políticas de Comunicação: Políticas nacionais de comunicação. Instituições, legislação e sistemas de financiamento. O papel do Estado, dos organismos privados e do público. A luta por políticas democráticas de comunicação no Brasil. Assessoria de Imprensa: Conceito. Comunicação integrada: produtos e serviços. Atuação nas assessorias. Funcionamento e gestão. Jornalismo Opinativo: Linguagem e persuasão. Editorial. Comentário. Artigo. Coluna. Crônica. Resenha. Caricatura. Carta. Reportagem Especial Estratégias de cobertura jornalística. Critérios de seleção de pautas. Organização e distribuição funcional da equipe. Produção Multimídia: Conceito de multimídia – aspectos histórico e tecnológico. Convergência de mídias – estado da arte e perspectivas. Técnicas de produção multimídia. Elaboração de projetos multimídia. Comunicação Empresarial: Planejamento Estratégico de Comunicação; Comunicação Integrada; Identidade e Imagem Corporativa; Comunicação Organizacional; Responsabilidade Social Corporativa, Relacionamento com a Mídia. Assessoria de imprensa. Produção de releases, comunicados e notas oficiais. Produção, redação e edição de notícia e reportagem. Jornalismo opinativo. Fotografia jornalística. Temas Emergentes da Comunicação: Novas Tecnologias de Comunicação; Comunicação Online; Mídias Web e Digitais; Mídias Sociais (wikis, blogs, podcasts, etc.). Conhecimentos de reportagem para TV (roteiro, produção e edição), conhecimento de coberturas jornalísticas, conhecimento de produção de meios e conteúdos textuais e visuais para veiculação em meios impressos, digitais e interativos; Os veículos de comunicação de massa e suas características; Linguagem jornalística e estrutura narrativa da notícia; Elaboração de pauta, reportagem, entrevista, texto e edição nos meios impressos, audiovisuais e digitais; Fotojornalismo; Pesquisa e ordenação de textos; Edição de jornais, boletins para públicos interno e externo e publicações segmentadas; Sistema de buscas na Internet; História dos meios de comunicação no Brasil; Assessoria de imprensa e comunicação; sugestão de pauta, notas, release e clipping; Cobertura e Planejamento de Eventos; Comunicação empresarial e institucional; Técnicas de Marketing, Comunicação Organizacional: Conceitos; Planejamento, estratégias, sistemas e técnicas. Estrutura, atribuições e delimitação de áreas, Assessoria de imprensa; mecanismos de controle da informação. Pauta institucional. Canais e estratégias de comunicação interna; Publicações jornalísticas empresariais: planejamento, conceitos e técnicas; Jornalismo Científico/Comunicação Interna Redação e Estilo, o texto e a edição no jornal; Normas Internas e de estilo; Padronização de textos; Código de ética e legislação jornalística. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF 101/2000), Lei de Improbidade Administrativa: Lei n. 8.429/92 e Código de Ética Profissional. História do Jornalismo Catarinense. Oringens da Imprensa em Municípios Catarinenses. Manual de Redação e estilo - O Estado de São Paulo.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA, SOM E IMAGEM

Algoritmo, Programação, Linguagem de Programação, Banco de Dados, Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído), Redes de computadores, Internet, Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores. Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia. Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Os diversos tipos de materiais e equipamentos eletrônicos e audiovisuais, sua manipulação, instalação e manutenção. Controle de uso dos equipamentos, fichas e relatórios. Materiais gráficos para exposição direta ou como matrizes de materiais

projetáveis: cartazes, álbuns seriados, ilustração nos livros didáticos Elementos básicos de comunicação visual: aspectos técnicos e estéticos (composição, cores, textura, legendas, títulos e recursos simbólicos) . Materiais e instrumentos para a produção de transparências para retroprojetores, diafilmes, diapositivos, fotografias, e as respectivas matrizes. Dimensões, proporções, formato, dimensões e proporções de matrizes gráficas para produção de slides. Habilidades indispensáveis à manipulação de instrumentos e equipamentos de produção de matrizes, slides e transparências. A imagem, o som e o texto. Princípios básicos de roteirização e gravação de trilha sonora para audiovisuais montados (slides, DVD, vídeo). Cinema, rádio, e televisão educativos. A linguagem fílmica. Habilidades necessárias a operação de instrumentos de apresentação de audiovisuais (projetores, gravadores de som, etc.) . Computador e suas diversas utilidades como audiovisual: montador de matrizes, exibidor de slides, CD, DVD e programas educativos. O Áudio: propriedades físicas do som; representação digital do som; processamento digital do som; utilizando áudio na multimídia. A Música e a Voz: técnicas de síntese digital de som; sistemas MIDI; processamento de voz; utilizando música e voz na multimídia. As Imagens: representação digital de imagens; processamento da imagem; os desenhos; a terceira dimensão; utilizando imagens na multimídia. Vídeo: tecnologia digital de vídeo, armazenamento e princípios de compressão; edição digital de vídeos; utilizando vídeo na multimídia. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade. Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Semântica; Verbos. Morfologia. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de Palavras. Substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes, preposições, verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, o números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

MOTORISTA

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente – Estatuto do Idoso.

VIGIA

Noções de segurança no trabalho: EPIS - Equipamentos de Proteção Individual e coletiva; Regras de Segurança; Relações interpessoais; Ética profissional; Noções acerca das funções inerentes ao cargo, tais como: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância; Prevenção de acidentes; Primeiros socorros; Atitudes diante de incêndios (uso de extintores); Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, inclusive do patrimônio, histórico e cultural e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público;

ANEXO III

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2015 da Câmara de Vereadores de Penha, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição nº _____ do Concurso Público 01/2015 da Câmara de Vereadores de Penha- SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 4.15 e seus subitens, do referido edital onde requiero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

(local e data)

Assinatura do Requerente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CONFORME LEI 11.947/2009

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Vice – Prefeito em exercício, faz saber a todos, que realizará na data de 06/08/2015, seleção de proposta, visando à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura e do empreendedor familiar rural para as escolas do município, 2º EXERCÍCIO 2015. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 06/08/2015, até as 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br. CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

PEDRO RABUSKE

Vice – Prefeito em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 044/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 044/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através do Vice-Prefeito em exercício, faz saber a todos, que realizará na data de 03/08/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 044/2015, visando a AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 03/08/2015, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 17 DE JULHO DE 2015.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito em exercício

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 211/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 211/2015

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para campeonatos municipais modalidade futebol de salão (80 jogos), sendo 2 (dois) juízes e 1 (um) mesário

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2015

EMPRESA CONTRATADA: LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE

VALOR DO CONTRATO: A (O) CONTRATADA(O) obriga-se a fornecer

o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelos seguintes preços por partida/modalidade: Futsal R\$ 233,00 (duzentos e trinta e três reais) por partida.

DATA DO CONTRATO: 08 de julho de 2015

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 214/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 214/2015

OBJETO: O presente contrato visa acometer à contratada a prestação de serviços técnicos de elaboração, coordenação e realização de concurso público para provimento de cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Pinheiro Preto - SC.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2015

EMPRESA CONTRATADA: INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

DATA DO CONTRATO: 13 de julho de 2015

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 217/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 217/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto acometer a contratada a execução de serviços de engenharia, referente complementação de obra na Escola Municipal do Município de Pinheiro Preto, localizada no Loteamento Tranquilo Benjamin Guzzi, na forma do Projeto Básico anexo a licitação, aprovado através da Portaria nº 208, de 09 de junho de 2015, que passa a fazer parte integrante deste, independentemente de transcrição.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 004/2015

EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA DON JUAN LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: O valor do contrato é de R\$ 64.847,07 (sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sete centavos) – preço global, sendo: R\$ 18.159,48 (dezoito mil, cento e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos) mão-de-obra e R\$ 46.687,59 (quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) material.

DATA DO CONTRATO: 13 de julho de 2015

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 218/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 218/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto acometer a contratada a execução de serviços de engenharia, referente complementação de obra na Escola Municipal do Município de Pinheiro Preto, localizada no Loteamento Tranquilo Benjamin Guzzi, na forma do Projeto Básico anexo a licitação, aprovado através da Portaria nº 208, de 09 de junho de 2015, que passa a fazer parte integrante deste, independentemente de transcrição.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 004/2015

EMPRESA CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRA LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: O valor do contrato é de R\$ 65.199,07 (sessenta e cinco mil, cento e noventa e nove reais e sete centavos) – preço global, sendo: R\$ 19.559,73 (dezenove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e três centavos) mão-de-obra e R\$ 45.639,34 (quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos) material.

DATA DO CONTRATO: 20 de julho de 2015

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

LEI Nº 1.845, DE 20 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 1.845, DE 20 DE JULHO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO LOTE DE TERRA URBANO QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado, através do Prefeito Municipal, a receber em doação de Alcir Zanella e Vera Luci de Oliveira Zanella, UM LOTE DE TERRA URBANO, medindo 425,77 m² (quatrocentos e vinte e cinco metros e setenta e sete centímetros quadrados), denominado área 06 – institucional, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, matrícula n. 8.149.

Parágrafo único. A doação dar-se-á sem encargos e ou gravame para o Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 20 DE JULHO DE 2015.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito em exercício

LEI Nº 1.846, DE 20 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 1.846, DE 20 DE JULHO DE 2015.

AUTORIZA A VENDA DE BENS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 1.260, de 07 de agosto de 2007, com redação dada pela Lei 1.547, de 05 de outubro de 2011: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto - SC autorizado a vender, mediante concorrência pública, os seguintes terrenos urbanos:

I – Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 290m² (duzentos e noventa metros quadrados), constante do lote 08, quadra 07, do loteamento Tranquilo Benjamin Guzzi, situado nas Ruas “C” e “G”, em Pinheiro Preto-SC, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Matrícula n. 7.559, avaliado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

II – Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 290m² (duzentos e noventa metros quadrados), constante do lote 09, quadra 07, do loteamento Tranquilo Benjamin Guzzi, situado nas Ruas “C” e “F”, em Pinheiro Preto-SC, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Matrícula n. 7.560, avaliado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

Parágrafo único. A venda dar-se-á para os fins disposto no art. 11 da Lei 1.260, de 07 de agosto de 2007, com redação dada pela Lei 1.547, de 05 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 20 de julho de 2015.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito em exercício

PORTARIA Nº 271, DE 17 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 271, DE 17 DE JULHO DE 2015.

REVOGA A PORTARIA Nº 130, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o retorno às atividades da Professora MARIANGE-LA VOIDALESC, a qual se encontrava em licença para tratamento médico,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria n. 130, de 26 de março de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de julho de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 17 de julho de 2015.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito em exercício

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.957 DE 16 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 2.957 DE 16 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE E TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E NA UNIDADE GESTORA DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 6.480,00 (mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 2.480,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 06.001 – Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 6.480,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 119.550,33 (cento e dezenove mil, quinhentos e cinquenta reais e trinta e três centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380206– PSF Odontológico R\$ 11.639,27

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380207– Núcleo Apoio a Saúde Família-NASF R\$ 8.193,94

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380208– Centro de Atenção Psicossocial R\$ 49,477,61

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380204– Pacs R\$ 38.144,87

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380205– PSF R\$ 8.094,64

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380206– PSF Odontológico R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 119.550,33

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 3º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 5.500,00 (cinco mil quinhentos reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 13.000 – SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 13.001– Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social

Projeto/Atividade: 27.813.0140.2052 – Manutenção das Atividades do Lazer da Família

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.500,00

TOTAL R\$ 5.500,00

Art 4º - Os valores resultantes das transposições do Art. 3º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 13.000 – SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 13.001– Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social

Projeto/Atividade: 27.813.0140.2052 – Manutenção das Atividades do Lazer da Família

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.500,00

TOTAL R\$ 5.500,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 5º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do Orçamento em vigor da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 14.000 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 14.001 – Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode,

Projeto/Atividade: 27.812.0090.2018 – Manutenção Do Desporto Amador e Estudantil

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper.entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$

5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art 6º - Os valores resultantes das transposições do Art. 5º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 14.000 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE
Unidade Orçamentária: 14.001 – Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode,
Projeto/Atividade: 27.812.0090.2018 – Manutenção Do Desporto Amador e Estudantil
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 16 de julho de 2015.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER
Secretária de Gestão Admin. e Faz.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APTOS

Pomerode, 20 de julho de 2015.

A Comissão Especial Eleitoral do Conselho Tutelar de Pomerode, em conformidade com os itens 3.3.1 "b", 3.3.1.1, 3.3.1.2 e 3.3.1.3, divulga a relação de Candidatos que estão aptos a participarem da prova escrita, que será realizada no dia 26 de julho de 2015, nos termos do item 3.3.1.4 do Edital.

1. David Rogerio Miranda Mengatto
2. Izaura Aparecida da Silveira
4. Sabrina Ninow
5. Vagner Marin Teixeira
6. Crystian Beber Goede
7. Julio Guilherme Lessmann
8. Valdecir da Silva
9. Nayara Costa Brito
10. Regina Guenths Maske
11. Denise Dayana Schneider
12. Mara Rubia Jansen
13. Cintia Boni
14. Jobson Batista Santos
15. Camila Fernanda Bublitz
16. Gabriela Yoná Hoffmann
17. Jussara Cristina de Oliveira Porath
18. Alice Balk Melo
19. Irenilde dos Santos
20. Catia Breia Carneiro
21. Kassiane Patricia Raduenz
22. Helio Barbosa Fontes
23. Beatriz Fernanda da Paz
25. Cindimary dos Santos Lima
26. Cristiane de Lima Garcia
27. Soraia Weinfurter Utech
28. Zulenir Ramos
29. Eli de Mello
30. Marlene Ciliato
32. Joel Hasckel Menegatti
33. Adriana da Silva Kurth

34. Simone Goebel Jeger
35. Kate Regina Bruch Raduenz
36. Rosenilda Gonçalves

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR DE POMERODE

RESOLUÇÃO Nº 016/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 016/2015/CMDCA

Dispõe sobre as orientações para a realização da prova eliminatória que ocorrerá no dia 26 de julho de 2015, nas dependências da Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme o item 3.3.1.4, do Edital nº 001/2015/CMDCA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 17 de Julho de 2015,

CONSIDERANDO o exposto nos itens 3.3.1.3 e 3.3.1.4 do Edital CMDCA nº 001/2015.

CONSIDERANDO a Homologação dos Candidatos Inscritos para a realização da prova escrita, realizada no dia 20/07/2015.

RESOLVE:

Art.1º A prova será realizada nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode, no dia 26 de julho de 2015, com início às 09h00min às 12h00min.

Art. 2º Será proibido a entrada no local da prova após às 08h55min.

Art. 3º O início das provas será autorizado quando todos os candidatos presentes estiverem alocados na respectiva sala de prova.

Art. 4º O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade considerado válido nos termos deste edital, desde que o documento permita com clareza sua identificação.

Art. 5º No local de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e acessórios de chapelaria como: boné, chapéu, gorro, bem como cachecol ou manta e luvas e, ainda, entrar e/ou permanecer com quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pen drive, mp3 ou similar, relógio de qualquer modelo ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bem como quaisquer outros equipamentos eletrônicos. Fica proibido, também, usar qualquer meio de consulta para a realização da prova, seja por meio de livros, códigos, etc.

Art. 6º Caso o candidato esteja portando algum dos aparelhos/equipamentos citados no item anterior, este deverá ser acondicionado em invólucro distribuído pelos fiscais de sala, antes do início das provas e somente poderão ser removidos do invólucro após a saída do candidato da sala de provas. O descumprimento desta determinação implicará na eliminação do candidato.

Art. 7º O candidato que necessitar ausentar-se da sala de prova durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

Art. 8º Para o preenchimento da prova e/ou do cartão de respostas da prova objetiva, o candidato deverá dispor de caneta esferográfica preta ou azul, fabricada em material transparente.

Art. 9º Os demais casos omissos nesta, poderá ser avaliado pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Tutelar de Pomerode que procederá sua implementação e comunicação aos candidatos participantes da prova escrita.

Pomerode, 17 de Julho de 2015.

Geazi de Oliveira Viégas

Coordenador do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO TP 06/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 062/2015
TOMADA DE PREÇO N.º 06/2015

O Município de Ponte Serrada torna público aos interessados, a revogação da licitação supracitada, OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma do prédio que abriga o CEI Hortência Almeida Rodrigues, localizado na Vila CTG Pouso dos Tropeiros, conforme projeto elaborado pelo Setor de Engenharia e Arquitetura da Prefeitura Municipal, em regime de empreitada por preço global. Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 20 de julho de 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 570/2015

DECRETO Nº 570/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.
"DETERMINA HORÁRIO DE TRABALHO NOS LOCAIS QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e, em especial,

CONSIDERANDO que a medida de redução do horário de trabalho para um turno único de 06 (seis) horas diárias constituiu em economia para os cofres públicos, havendo considerável redução nos gastos mensais nas despesas de luz, água, telefone, material de expediente e outras despesas de manutenção;

CONSIDERANDO que a medida de redução de jornada de trabalho nos locais determinados, com as finalidades descritas neste ato administrativo, atende o princípio de ordem pública da Economia;

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido o novo horário de expediente em turno único a ser adotado nas seguintes Secretarias Municipais:
- Secretaria Municipal de Agricultura, no horário compreendido das 7h00min às 13h00min;
- Secretaria Municipal de Transportes e Obras; Serviços Urbanos e Meio Ambiente, no horário compreendido das 12h00min às 18h00min.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JULHO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto União

PREFEITURA

ATA 009/2015 - PREFEITURA

ATA 009/2015

Aos 07 (sete) dias do mês de julho do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, Peças e Oficina São José Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Peças e Oficina São José Ltda – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 03.017.793/0001-40, sito a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, N.º 1182, Centro, município de União da Vitória, estado do Paraná, CEP 84.600.000, Telefone (42) 3522-4121, representado neste ato pelo Sr. Sálvio Rafael Banaszkeski, inscrito no CPF sobre o número 037.764.429-30.

Registro de Preços para aquisição de filtros destinados a manutenção da frota do Município, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FILTRO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
39	FILTRO COMBUSTIVEL GI 12/7	39	R\$ 12,00	R\$ 468,00
41	FILTRO COMBUSTIVEL GI 04/7	33	R\$ 9,70	R\$ 320,10
42	FILTRO COMBUSTIVEL GI 50/7	21	R\$ 13,00	R\$ 273,00
44	FILTRO COMBUSTIVEL GI 60/7	6	R\$ 12,50	R\$ 75,00
47	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55	27	R\$ 11,50	R\$ 310,50
48	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 47	3	R\$ 13,90	R\$ 41,70
49	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 619	24	R\$ 9,50	R\$ 228,00
50	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 77	15	R\$ 15,80	R\$ 237,00
52	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 108	3	R\$ 19,50	R\$ 58,50
56	FILTRO DE AR ARL 4147	21	R\$ 10,50	R\$ 220,50
57	FILTRO DE AR ARL 8832	18	R\$ 9,00	R\$ 162,00
60	FILTRO DE AR ARL 4150	9	R\$ 10,90	R\$ 98,10
Valor Total R\$ 2.492,40 (dois mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)				

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 047/2015.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 047/2015, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 047/2015.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Sálvio Rafael Banaszeski, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza Peças e Oficina São José Ltda – ME.
Prefeito Municipal Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 010/2015 - PREFEITURA

ATA 010/2015

Aos 07 (sete) dias do mês de julho do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, Trator Esperança Comércio de Peças para Tratores Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Trator Esperança Comercio de Peças para Tratores Ltda., inscrito no CNPJ/MF n.º 86.915.733/0001-71, sito a Rua Plácido de Castro, N.º 292, Bairro Guabirotuba, município de Curitiba, estado do Paraná, CEP 81.510-030, Telefone (41) 3296-3000, representado neste ato pelo Sr. Aristeu Olsen, inscrito no CPF sobre o número 453.902.409-44. Registro de Preços para aquisição de filtros destinados a manutenção da frota do Município, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FILTRO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 171	12	R\$ 10,90	R\$ 130,80
2	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 417	32	R\$ 25,00	R\$ 800,00
3	FILTRO LUBRIFICANTE PL 519	12	R\$ 13,70	R\$ 164,40
4	FILTRO LUBRIFICANTE PL 442	6	R\$ 13,85	R\$ 83,10
5	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 962	6	R\$ 15,71	R\$ 94,26
6	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283	12	R\$ 41,90	R\$ 502,80
8	FILTRO LUBRIFICANTE PSC 75	12	R\$ 23,50	R\$ 282,00
9	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 714	9	R\$ 15,90	R\$ 143,10
10	FILTRO LUBRIFICANTE PL 364	6	R\$ 8,63	R\$ 51,78
15	FILTRO DE AR ARS 9840	32	R\$ 105,00	R\$ 3.360,00
16	FILTRO DE AR AP 5460	6	R\$ 49,90	R\$ 299,40
17	FILTRO DE AR ARS 9839	9	R\$ 59,90	R\$ 539,10
20	FILTRO DE AR AP 7108	9	R\$ 27,40	R\$ 246,60
21	FILTRO DE AR AS 805	9	R\$ 18,00	R\$ 162,00
22	FILTRO HIDRAULICO PH 520	12	R\$ 38,90	R\$ 466,80
23	FILTRO HIDRAULICO PH 1960	12	R\$ 24,90	R\$ 298,80
24	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 72/2	16	R\$ 9,90	R\$ 158,40
25	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 744	12	R\$ 18,19	R\$ 218,28
27	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 353	24	R\$ 43,90	R\$ 1.053,60
28	FILTRO COMBUSTIVEL PSD 970/1	12	R\$ 36,36	R\$ 436,32
29	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 73/1	6	R\$ 11,09	R\$ 66,54
30	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 72/2	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
31	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 999	6	R\$ 36,01	R\$ 216,06
32	FILTRO SEDIMENTADOR PSD 530/1	6	R\$ 26,90	R\$ 161,40
34	FILTRO DIREÇÃO PH 346	30	R\$ 7,24	R\$ 217,20
35	FILTRO SEDIMENTADOR PSD 980	24	R\$ 58,00	R\$ 1.392,00
36	FILTRO DESUMIDIFICADOR DSF 0202	30	R\$ 63,00	R\$ 1.890,00
37	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA PSD 960/1	12	R\$ 40,50	R\$ 486,00
38	FILTRO DE ÁGUA PSA 331	6	R\$ 29,72	R\$ 178,32
40	FILTRO COMBUSTIVEL GI 40/7	21	R\$ 8,90	R\$ 186,90
43	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 498	3	R\$ 42,00	R\$ 126,00
45	FILTRO COMBUSTIVEL PC 947	3	R\$ 29,77	R\$ 89,31
46	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 560	42	R\$ 12,40	R\$ 520,80
51	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 340	3	R\$ 46,31	R\$ 138,93
53	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 144	6	R\$ 15,50	R\$ 93,00
54	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 312	3	R\$ 36,18	R\$ 108,54
55	FILTRO DE AR ARL 6096	27	R\$ 12,79	R\$ 345,33
58	FILTRO DE AR ARS 2868	18	R\$ 21,17	R\$ 381,06
59	FILTRO DE AR ARL 5138	18	R\$ 16,65	R\$ 299,70
61	FILTRO DE AR ARL 8840	3	R\$ 19,72	R\$ 59,16
62	FILTRO DE AR ARS 7109	3	R\$ 29,90	R\$ 89,70
63	FILTRO DE AR ARL 9608	6	R\$ 18,79	R\$ 112,74

Valor Total R\$ 16.709,63 (dezesesseis mil setecentos e nove reais e sessenta e três centavos)

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, juntamente com seus anexos e a proposta.
- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
- 2.2. O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 047/2015.
- 2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 047/2015, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.
- 2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.
- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.
- 2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 047/2015.
- 2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.
- 2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Aristeu Olsen, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Trator Esperança Comercio de Peças para Tratores Ltda.
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 011/2015 - PREFEITURA

ATA 011/2015

Aos 07 (sete) dias do mês de julho do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, Comercial Ciotta Materiais de Construção e Peças para veículos Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Comercial Ciotta Materiais de Construção e Peças para veículos Ltda – ME, inscrito no CNPJ/MF n.º 07.544.734/0001-80, sito a Avenida Nereu Ramos, N.º 2221-D, Bairro Universitário, município de Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89.813-000, Telefone (49) 3328-8074, representado neste ato pelo Sr. Carlos José Ciotta, inscrito no CPF sobre o número 538.303.859-00.

Registro de Preços para aquisição de filtros destinados a manutenção da frota do Município, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FILTRO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 300	6	R\$ 55,00	R\$ 330,00
11	FILTRO DE AR AP 4650	12	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
12	FILTRO DE AR AP 4934	6	R\$ 68,00	R\$ 408,00
13	FILTRO DE AR AP 2032	18	R\$ 51,00	R\$ 918,00
14	FILTRO DE AR AP 8047	6	R\$ 71,00	R\$ 426,00
18	FILTRO DE AR ASR 839	9	R\$ 25,00	R\$ 225,00
19	FILTRO DE AR AS 836	6	R\$ 33,00	R\$ 198,00

26	FILTRO COMBUSTIVEL FC 161	40	R\$ 4,20	R\$ 168,00
33	FILTRO DE AR CABINE ACP 947	24	R\$ 31,50	R\$ 756,00
Valor Total R\$ 4.629,00 (quatro mil seiscentos e vinte e nove reais)				

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 047/2015.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 047/2015, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 047/2015.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 085/2015, Pregão Presencial 047/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Carlos José Ciotta, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Comercial Ciotta Materiais de Construção e Peças para veículos Ltda – ME.
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

DECRETO Nº 743/2015

DECRETO Nº 743, de 01 de julho de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3350 – 100 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	132	30.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	130	30.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 01 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 744/2015

DECRETO Nº 744, de 01 de julho de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, as dotações orçamentárias a seguir especificada, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção DEMUTRAN		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	8	50.000,00
UNIDADE	0207 – SEC.MUN. DE TRANSP, OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2021 – Manutenção de Britadores, Fábricas de Tubos e Lajotas		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	72	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		60.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 01 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO 015/2015 -SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 015/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Vital Produtos Médico-Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de 10.000 (dez mil) tiras / mês para teste de glicemia capilar com cedência sem custos de 20 (vinte) monitores One Touch Ultra, para atendimento dos usuários cadastrados junto ao SUS.

Valor Total: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Vigência: Até 18 de setembro de 2015.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 003/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de julho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Vital Produtos Médico-Hospitalares Ltda.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 136/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 136/2015

Partes: Município de Porto União e Gean Alessandro Silveira – MEI.
Objeto: Prestação de serviços de conserto, balanceamento, geometria, cambagem, desmontagem e montagem de pneus diversos para atendimento exclusivo da polícia Militar de Porto União, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

Valor Total: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Dispensa de Licitação 016/2015, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de julho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Gean Alessandro Silveira – MEI.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 024/2015 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 024/2015 - FAS

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 041/2014 - FAS.

Partes: Município de Porto União e Carol Maltauro Wechorkowski.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 12 (doze) meses.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 14 de julho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 028/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 043/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 028/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha para manutenção das Unidades de Saúde de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 10 de agosto de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 20 de julho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 029/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 044/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 029/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de marmitas e lanches destinados para funcionários da Secretaria Municipal de Saúde que trabalham em regime de escala com jornada de 12 horas ininterruptas. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 10 de agosto de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 20 de julho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 030/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 045/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 030/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição e gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene destinados para manutenção do Centro de Atenção Psicossocial CAPS-I de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 11 de agosto de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 20 de julho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 062/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 109/2015- PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 062/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de conjuntos com quatro coletores seletivos (lixeiras) com tampa e abertura frontal. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 12 de agosto de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail

licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 20 de julho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 004/2015 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 014/2015 - Educação
Extrato de Edital de Tomada de Preços 004/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço global, para contratação de empresa para instalação de sistema de monitoramento por câmeras de segurança com gravação de imagem nos 13 (treze) Núcleos de Educação Infantil, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 11 de agosto de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 20 de julho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2015 - SAÚDE

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 041/2015 - Saúde
Dispensa De Licitação Nº 004/2015

Caracterização da Situação: A Prefeitura Municipal de Porto União, através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Porto União nos termos do que determina a Lei 8.666/93, necessita fazer algumas publicações (extratos de contratos, extratos de editais de licitações) no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para que desta forma dê cumprimento ao princípio da publicidade dos seus atos previstos no art 37, caput da Constituição Federal.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação com o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC" (Diário Oficial do Estado de Santa Catarina).

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC, inscrito no CNPJ 14.284.430/0001-97 (Diário Oficial do Estado de Santa Catarina), tendo em vista que é a empresa do Governo do Estado que presta serviços desta natureza.

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0900 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade 0901 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 2066 – Manutenção da Atenção Básica
Modalidade 3390-103 – Aplicações diretas
Cód 43

Complemento 33903990 – Serviços de Publicidade legal

Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24 e inciso VIII, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 20 de julho de 2015.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 717/2015

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2015 - SAÚDE

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 039/2015 - Saúde
Inexigibilidade De Licitação 004/2015

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir passagens destinadas aos pacientes do SUS do Município de Porto União que necessitam de tratamento de saúde especializada (Tratamento Fora de Domicílio – TFD), abrangendo as localidades que são referência para o Sistema de Saúde de Porto União sendo: Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Canoinhas e Curitiba (PR), pelo período de 12 (doze) meses.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de passagens destinadas aos pacientes do SUS do Município de Porto União que necessitam de tratamento de saúde especializada (Tratamento Fora de Domicílio – TFD), abrangendo as localidades que são referência para o Sistema de Saúde de Porto União sendo: Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Canoinhas e Curitiba (PR), pelo período de 12 (doze) meses.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Reunidas S.A Transportes Coletivos, inscrita no CNPJ 83.054.395/0001-32 uma vez que a mesma é detentora da concessão estadual de linhas rodoviárias.

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será de R\$ 489.058,80 (quatrocentos e oitenta e nove mil cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0900 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade 0901 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 2066 – Manutenção da Atenção Básica
Modalidade 3390-103 – Aplicações diretas
Cód. 43

Complemento 33903301 – Passagens para o país.

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput e inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 20 de julho de 2015.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 644/2015

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 005/2015 - SAÚDE

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 040/2015 - SAÚDE
Inexigibilidade de Licitação 005/2015

Caracterização da Situação: A Prefeitura Municipal de Porto União, através da Secretaria Municipal de Saúde de Porto União, nos termos do que determina a Lei 8.666/93, necessita fazer algumas publicações (extrato de contratos, extratos de editais de licitações) no Diário Oficial da União, para que desta forma de cumprimento ao princípio da publicidade dos seus atos previstos no art 37, caput da Constituição Federal.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação com a Imprensa Nacional, para realização das publicações.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Imprensa nacional, inscrita no CNPJ 04.196.645/0001-00, tendo em vista que é a empresa da União que presta serviços desta natureza.

Do Preço: O valor estimado a ser pago será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pelo período de 12 meses.

Do período: A contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme a lei 8.666/93.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0900 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade 0901 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2066 – Manutenção da Atenção Básica

Modalidade 3390-103 – Aplicações diretas

Cód. 43

Complemento 33903990 – Serviço de Publicidade Legal

Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 e inciso I, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 20 de julho de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 717/2015

LEI Nº 4.354/2015

LEI Nº 4.354, de 15 de julho de 2015.

Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 4.071, de 17 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.194, de 27 de novembro de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 4.071, de 17 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.194, de 27 de novembro de 2013, que passa a ter o seguinte enunciado:

“ANEXO I

Cargo/Função
Médico do Programa ESF
Enfermeiro do Programa ESF
Cirurgião Dentista do Programa ESF
Técnico de Enfermagem do Programa ESF
Técnico de Saúde Bucal do Programa ESF
Auxiliar de Cirurgião Dentista do Programa ESF
Agente Comunitário de Saúde do Programa ESF
Agente de Serviços Públicos do Programa ESF
Responsável pela Produção na UBS do Programa ESF
Responsável pela Recepção e Acolhimento na UBS/ESF
Responsável pelo Controle, Avaliação e Exportação dos Dados Produzidos na UBS/ESF
Assistente Social de Apoio ao Programa ESF
Psicólogo de Apoio ao Programa ESF
Nutricionista de Apoio ao Programa ESF
Fisioterapeuta de Apoio ao Programa ESF
Motorista de Apoio ao Programa ESF
Responsável pela Atenção Básica/Saúde – Apoio ao Programa ESF
Responsável pela Gestão de Materiais e Serviços de Apoio ao Programa ESF
Médico Obstetra de Apoio ao Programa ESF
Médico Ginecologista de Apoio ao Programa ESF
Médico Pediatra de Apoio ao Programa ESF
Médico Clínico Geral de Apoio ao Programa ESF

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 4.071, de 17 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.194, de 27 de novembro de 2013, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N.º 562/2015 - RH

PORTARIA Nº 562 de 16 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 16 de julho de 2015 a 14 de julho de 2016 ou até a realização do concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jessica Nathana Dutra Lemos, para exercer as funções do cargo de Psicólogo, com vencimentos na Classe “11”, referência “A” previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 564/2015 - RH

PORTARIA Nº 564, de 16 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 047/2015, de Maria Aparecida Cordeiro, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 16 de julho a 17 de dezembro de 2015 ou até que cessem as restrições nas atividades funcionais da servidora efetiva Margarete Kreuzberg Reisdorfer, conforme atestado médico.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 565/2015 - RH

PORTARIA Nº 565, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Educação em Saúde, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Francieli Munzlinger Konfigera, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 566/2015 - RH

PORTARIA Nº 566, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 046/2015, de Iraci Maria Frago de Oliveira Bueno, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional da Lança, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 567/2015 - RH

PORTARIA Nº 567, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 048/2015, de Jussara Marlene Freisleben, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 568/2015 - RH

PORTARIA Nº 568, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 060/2015, de Vera Grundmann Debacker, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 569/2015 - RH

PORTARIA Nº 569, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 036/2015, de Viviane Noronha da Silva, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, para atender o aumento da demanda e em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral e Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Mílis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 571/2015 - RH

PORTARIA Nº 571, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 031/2015, de Jacqueline de Oliveira Jorge, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 572/2015 - RH

PORTARIA Nº 572, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 108/2015, de Jéssica Caroline de Oliveira, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em razão do pedido de rescisão de contrato de Felipe Rosenthal Rabelo e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 573/2015 - RH

PORTARIA Nº 573, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 037/2015, de Monica Fragoso de Almeida, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em vaga vinculada da professora Emília da Conceição Banaszki Skubisz que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato e Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Mílis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 574/2015 - RH

PORTARIA Nº 574, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 041/2015, de Sonia Maria Federovicz, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em razão da exoneração da professora Ivanir Scheibe Savi e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 575/2015 - RH

PORTARIA Nº 575, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 026/2015, de Sirlei da Rocha Dobler, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto aos Núcleos Educacionais São Pedro do Timbó e Lança, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 576/2015 - RH

PORTARIA Nº 576, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 028/2015, de Alecsandra de Cácia Bendlin, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em vaga vinculada da professora Josiane Grossl Froelich que se encontra exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto aos Núcleos Educacionais São Pedro do Timbó e Lança e Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 577/2015 - RH

PORTARIA Nº 576, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 028/2015, de Alecsandra de Cácia Bendlin, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em vaga vinculada da professora Josiane Grossl Froelich que se encontra exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto aos Núcleos Educacionais São Pedro do Timbó e Lança e Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 578/2015 - RH

PORTARIA Nº 578, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 091/2015, de Cintia Fernanda Bonquerner Budal, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em vaga vinculada da professora efetiva Gisele Gajdeczka que passou a atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 579/2015 - RH

PORTARIA Nº 579, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 044/2015, de Gisella Arruda de Oliveira, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em vaga vinculada da professora Lurdes Fernanda Lautério, que passou a atuar no Núcleo Educacional João Fernando Sobral e em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 580/2015 - RH

PORTARIA Nº 580, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 039/2015, de Lorena Scheffer Redolfi, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em razão da vacância de uma vaga no cargo, devido ao falecimento da servidora Eliane Bradoski dos Santos e por haver expirado o prazo de validade do concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 581/2015 - RH

PORTARIA Nº 581, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 043/2015, de Valquiria Pylepke Belena, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em vaga vinculada da professora Joseane Cristina Jung Bereza, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 582/2015 - RH

PORTARIA Nº 582, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 061/2014, de Valquiria Pylepke Belena, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, para atuar no Apoio Pedagógico com as crianças do Abrigo da Criança e do Adolescente de Porto União de acordo com o Termo de Ajuste de Conduta firmado com a Promotoria Pública de Porto União.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 583/2015 - RH

PORTARIA Nº 583, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de julho a 17 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 024/2014, de Sonia de Fátima Detofano Damasceno, que exerce as funções do cargo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, para atuar nos Núcleos Educacionais do Legru, Lança e São Pedro do Timbó, em razão da demanda e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 034/2015

PORTARIA Nº 034, de 17 de julho de 2015.

Constitui e nomeia Comissão responsável pelos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso II, alínea "c", do artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os Decretos Municipais nºs 812, de 24 de abril de 2012 e 813, de 24 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída e nomeada a Comissão responsável pelos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Porto União – SC.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

- I- Afonso Wasmann Neto – Presidente;
- II- Ana Paula Konkol – Secretária;
- III- Claudio Michaliszyn – Membro;
- IV- Dinarte Ribeiro Guedes Neto – Membro; e
- V- Vinícius André Makiak – Membro.

Art. 3º A investidura dos membros da Comissão Especial de que trata o Artigo 1º será de 12 (doze) meses.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 032/2015 - SAÚDE
Pregão Presencial 020/2015

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, uma vez que o mesmo deu-se deserto.

Porto União SC, 17 de julho de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 004/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 018/2015 – SAÚDE
Pregão Eletrônico 004/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Alfarad Com. e Imp. Exp. de Produtos. Hospitalares Ltda, Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, Cointer Material Médico Hospitalar Ltda,

Olimed Material Hospitalar Ltda,
Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Porto União SC, 20 de julho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
047/2015**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 085/2015 – PREFEITURA
Pregão Presencial 047/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
PEÇAS E OFICINA SÃO JOSÉ LTDA – ME,
TRATOR ESPERANÇA COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA
e
COMERCIAL CIOTTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PEÇAS PARA
VEÍCULOS LTDA – ME.

Porto União SC, 07 de julho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO PROCESSO LIXO PROCESSO 033 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 33/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 05/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 25.08.2015, para Contratação de empresa para prestação de serviços na coleta, transporte e destino final do lixo domestico e comercial do Município de Pouso Redondo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitações@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 20 de Julho de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 69/2013

EXTRATO DE ALTERAÇÃO AO
CONTRATO Nº 69/2013

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DREAM TECNOLOGIA LTDA ME
ALTERAÇÃO:	Conforme segue em anexo "contrato social" da empresa prestadora da locação mensal de sistemas de informática, prestação de serviços técnicos de implantação, conversão e treinamento do sistema locado, destinado ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, utilizado para informatizar as atividades das Unidades de Saúde do município, a empresa GENESIS INFORMÁTICA LTDA ME, pela 5ª alteração contratual da sociedade, altera seu nome empresarial para DREAM TECNOLOGIA LTDA ME, com endereço à Avenida 15 de Novembro, nº 374, Sala B, Centro, Município de Presidente Castello Branco (SC), CEP 89.745-000.
DATA:	17/07/2015.

CONTRATO NR. 117/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 117/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DOUGLAS SARTORI & CIA LTDA ME
OBJETO:	Locação do espaço físico no Centro de Eventos - ACAPI, imóvel este situado neste município, em Linha Salto da Praia, s/n, interior, que consiste em um salão com capacidade para 700 pessoas, com o objetivo de realizar capacitação dos funcionários públicos desta municipalidade no dia 24 de julho de 2015.
VALOR:	R\$ 300,00 (trezentos reais).
DATA:	20/07/2015

CONTRATO NR. 118/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 118/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RODRIGO PETTER 01914266951
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de construção, a fim de concluir a adequação dos prédios públicos de atendimento administrativo e de saúde do Município de Presidente Castello Branco (SC) quanto às exigências normativas relacionadas à acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, segundo as normas da ABNT.
VALOR:	R\$ 3.572,00 (três mil, quinhentos e setenta e dois reais).
VIGÊNCIA:	20/07/2015 a 31/12/2015.

CONTRATO NR. 119/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 119/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SGANZERLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA EPP
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de construção, a fim de concluir a adequação dos prédios públicos de atendimento administrativo e de saúde do Município de Presidente Castello Branco (SC) quanto às exigências normativas relacionadas à acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, segundo as normas da ABNT.
VALOR:	R\$ 16.077,96 (dezesesseis mil, setenta e sete reais, com noventa e seis).
VIGÊNCIA:	20/07/2015 a 31/12/2015.

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 39/2015

DECRETO Nº. 39/2015, de 17 de Julho de 2015.

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS CONSIDERADOS IMPRESTÁVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

considerando o Laudo de Avaliação Nº 01/2015 dos membros da Comissão Especial de Avaliação de Bens Patrimoniais da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, nomeada através da Portaria nº. 209, de 01 de Abril de 2015;

considerando que o Laudo verificou que os bens foram julgados IMPRESTAVEIS para o uso; e

considerando o disposto no art. nº 15, § 6º do Decreto 134 de 12 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam baixados do Sistema Patrimonial do município de Presidente Nereu, os bens patrimoniais a seguir relacionados:

Plaqueta	Descrição
177	ESTABELIZADOR PRETO APC
178	CPU DE COR CLARA COM LEITOR DE CD E DISQUETE
200	CPU COM LEITOR DE CD E DISQUETE COR PRETA.
201	BATERIA
211	ESTABILIZADOR DE COR PRETA
214	IMPRESSORA DE COR PRETA, MARCA EPSON
234	ESTABILIZADOR COR CLARA.
260	CADEIRA DE MADEIRA
264	CADEIRA DE MADEIRA
347	BEBEDOURO METÁLICO.
354	ESTABILIZADOR DE COR PRETA
368	ESCRIVANINHA DE MADEIRA EM VERNIZ 3 GAVETAS
402	MONITOR DE COR CLARA, MARCA LG
498	MONITOR DE COR CLARA.
499	MONITOR DE COR CLARA.
500	MONITOR DE COR CLARA.
516	APARELHO DE TELEFONE DE COR CLARA, MARCA PREMIUM
525	CPU DE COR CLARA, COM LEITOR DE CD E DISQUETE.
613	APARELHO DE TELEFONE DE COR CLARA.
614	CADEIRA GIRATÓRIA DE COR PRETA, SEM DESCANSO PARA BRAÇO.
623	MESA DE MADEIRA COM TRÊS GAVETAS.
627	FICHÁRIO.
642	ESTABILIZADOR DE COR PRETA.
651	APARELHO DE TELEFONE DE COR PRETA, MARCA PREMIUM.
664	MONITOR DE COR CINZA, MARCA AOC
667	NOBREAK DE COR BRANCA.
683	APARELHO DE TELEFONE DE COR CLARA.
688	NOBREAK DE COR CLARA, MARCA STABILUX.
716	ARQUIVO EM AÇO COM 4 GAVETAS.
717	APARELHO DE TELEFONE DE COR CLARA.
720	ESTABILIZADOR DE PRETA, SMS.
723	MESA PEQUENA DE MADEIRA DE COR BRANCA 2 GAVETAS
725	MESA DE MADEIRA
726	MESA DE MADEIRA com 3 gavetas

728	MESA DE MADEIRA
740	MONITOR DE COR CLARA.
741	IMPRESSORA DE COR CLARA, DESKJET.
744	APARELHO DE TELEFONE DE COR BRANCA.
745	APARELHO DE TELEFONE DE COR BRANCA.
747	APARELHO DE TELEFONE DE COR BRANCA.
782	ARQUIVO EM AÇO COM QUATRO GAVETAS.
783	CADEIRA ESCOLAR.
799	CADEIRA ESCOLAR.
800	CADEIRA ESCOLAR.
801	CADEIRA ESCOLAR.
811	PIA DE LAVAR LOUÇA COM TAMPO DE INOX.
813	CARTEIRA ESCOLAR
830	ARQUIVO EM AÇO COM 4 GAVETAS DE COR CINZA.
836	CADEIRA ESCOLAR.
842	CADEIRA ESCOLAR.
843	CARTEIRA ESCOLAR.
865	PRATELEIRA DE MADEIRA.
869	CADEIRA ESCOLAR.
870	CADEIRA ESCOLAR.
871	CADEIRA ESCOLAR.
874	CADEIRA ESCOLAR.
877	CARTEIRA ESCOLAR.
878	CARTEIRA ESCOLAR.
879	CARTEIRA ESCOLAR.
880	CARTEIRA ESCOLAR.
891	QUADRO ESCOLAR DE COR VERDE.
896	BEBEDOURO DE COR CINZA.
897	MESA PEQUENA DE MADEIRA.
899	MIMIOGRAFO DE COR AMARELA E CINZA, MARCA FACIT.
900	VIDEO CASSETE DE COR PRETA, MARCA CINERAL.
910	MESA PROFESSOR COM DUAS GAVETAS DE COR ROSA.
913	CADEIRA ESCOLAR DE COR ROSA.
914	CADEIRA ESCOLAR DE COR ROSA.
921	ARMÁRIO DE UMA PORTA DE COR ROSA.
922	BALCÃO DE MADEIRA COM DUAS PORTAS.
923	MIMIOGRAFO DE COR AMARELA, MARCA FACIT.
928	MESA PEQUENA DE COR CINZA
929	PIA DE LAVAR LOUÇAS.
932	CADEIRA ESCOLAR.
935	CADEIRA ESCOLAR.
937	CADEIRA ESCOLAR.
941	CADEIRA ESCOLAR.
947	CARTEIRA ESCOLAR.
952	CARTEIRA ESCOLAR.
955	CARTEIRA ESCOLAR.
956	CARTEIRA ESCOLAR.
994	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA
995	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA
997	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA
998	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA
1012	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1016	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1026	ARMARIO CINZA DE 2 PORTAS
1030	MIMIOGRAFO DE COR AMARELA COM CINZA, MARCA FACIT.
1060	CADEIRA ESCOLAR.
1085	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1092	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.

1107	MESA PROFESSOR COM DUAS GAVETAS.
1112	ARQUIVO EM AÇO COM 4 GAVETAS.
1115	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1119	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1136	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1138	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1141	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1145	MESA PROFESSOR COM 3 GAVETAS DE MADEIRA.
1157	MESA REFEITÓRIO DE MADEIRA.
1162	MESA REFEITÓRIO DE MADEIRA COR ROSA
1168	MESA PEQUENA DE MADEIRA VERMELHA
1197	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1198	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA.
1214	CADEIRA DE PALHA
1215	CADEIRA DE PALHA
1217	MIMIOGRAFO DE COR AMARELA E CINZA, MARCA FACIT.
1227	VIDEO CASSETE DE COR PRETA.
1232	MESA REFEITÓRIO DE MADEIRA DE COR VERMELHA
1233	CARTEIRA ESCOLAR.
1241	MESA PEQUENA DE MADEIRA.
1245	APARELHO DE TELEFONE DE COR CLARA, MARCA PREMIUM.
1264	CADEIRA GIRATÓRIA DE COR VERMELHA.
1267	IMPRESSORA DE COR ESCURA.
1275	MONITOR DE COR CLARA.
1282	APARELHO DE TELEFONE DE COR CLARA.
1283	IMPRESSORA MATRICIAL DE COR CLARA.
1285	APARELHO TELEFONE
1288	ARQUIVO EM AÇO COM 4 GAVETAS.
1313	MESA PEQUENA DE MADEIRA.
1357	MESA DE MADEIRA COM 6 GAVETAS.
1371	MONITOR DE COR CLARA, MARCA AOC.
1373	ESTABILIZADOR DE COR PRETA
1416	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS.
1451	ESTABILIZADOR.
1811	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS
1821	MONITOR DE COR BRANCA
1823	ESTABILIZADOR DE COR PRETA
1830	IMPRESSORA HP JET 1020
1831	MONITOR DE COR BRANCA
1838	CADEIRA ESCOLAR.
1843	CARTEIRA ESCOLAR.
1854	CARTEIRA ESCOLAR
1858	QUADRO ESCOLAR DE COR VERDE.
1859	ARQUIVO EM AÇO COM 4 GAVETAS.
1868	CADEIRA ESCOLAR.
1874	CADEIRA ESCOLAR.
1881	CARTEIRA ESCOLAR.
1882	CARTEIRA ESCOLAR.
1885	CARTEIRA ESCOLAR.
1888	CARTEIRA ESCOLAR.
1895	QUADRO ESCOLAR.
1932	monitor cor branca.
1974	NOBREAK BIVOLT 700 VA DATASOUN 8544040(ST)
2007	MONITOR COR CLARA MARCA NOVA DATA
2008	CPU PRATA COM DETALHE AZUL
2093	IMPRESSORA DE COR PRETA, MARCA SAMSUNG
2135	BALCAO DE PIA 2 PORTAS 4 GAVETAS MADEIRA ESCURA TAMPO INOX
2137	BALCAO ESCURO EM L DE MADEIRA ENVERNIZADA
2230	BERÇARIO INFANTIL NA COR CREME
2231	CARRINHO DE BEBE AZUL TUTTI BABY
2799	CADEIRA ESCOLAR
2806	CADEIRA ESCOLAR

2811	CARTEIRA ESCOLAR
2812	CARTEIRA ESCOLAR
2814	CARTEIRA ESCOLAR
3497	CADEIRA GIRATÓRIA
3535	BEBEDOURO DE METAL
3829	ESTANTE DE METAL
3843	MESA DE MADEIRA COR ROSA
3892	CPU DE COR PRETA
3895	IMPRESSORA PRETA, MARCA SAMSUNG

Art. 2º - Fica a encargo do servidor responsável pelo Controle Patrimonial a efetuar as baixas aqui autorizadas no Sistema de Patrimônio e a encargo do Setor de Contabilidade proceder os ajustes contábeis nas contas do Ativo Imobilizado no sistema contábil do município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, 17 de julho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PREGÃO Nº34/2015 PEÇAS TRANSPORTE ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº34/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 31/07/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de peças para recuperação parcial do transporte escolar do município de Presidente Nereu. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal e no site www.presidentenereu.sc.gov.br.

Presidente Nereu, 20 de julho de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 293/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 293/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROBERTA VANDRESEN, portador(a) do CPF nº 074.760.649-84 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Beco Bernardo Lange, nº 79 - Bairro Budag – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, nível II – 75%, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, em substituição a Fernanda Stringari, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.157,50 (Dois mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/06/2015 e encerrando-se em 01/07/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA	ROBERTA VANDRESEN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF Nº 52/2015, DE 17 DE JULHO DE 2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF Nº 52/2015, de 17 de julho de 2015.

“DISPÕE SOBRE OS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS PARA A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU.”

O Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições prevista no Manual de Funções, instituído pelo Decreto nº 412/96 e no Artigo 21 e seus incisos, do Código Tributário Municipal, estabelecido pela Lei Complementar nº 110/2003, de 17 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – Para requerer a isenção do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana, o requerente, pessoa física ou jurídica, deverá, no momento da solicitação, apresentar cópia dos seguintes documentos:

I – Aposentados e ou Pensionistas:

- Carteira de Identidade do proprietário e do cônjuge;
- C.P.F. do proprietário e do cônjuge;
- Comprovante de Renda Familiar *(de todos os moradores do imóvel a ser beneficiado);
- Informativo de Benefício do INSS (atualizado);
- Documentos de identificação de todos os moradores do imóvel (RG, CPF, Certidão de Nascimento, etc);

II – Assalariados:

- Carteira de Identidade do proprietário e do cônjuge;
- C.P.F. do proprietário e do cônjuge;
- Comprovante de Renda Familiar *(de todos os moradores do imóvel a ser beneficiado);
- Carteira Profissional Atualizada ou Ficha de Registro de empregado;
- Folha de Pagamento do mês anterior ao pedido de isenção;
- Documentos de identificação de todos os moradores do imóvel (RG, CPF, Certidão de Nascimento, etc);

III – Entidades Filantrópicas, Associações/Agremiações Desportivas ou Culturais, Clubes Sociais e ou de Campo, Sindicatos Patronais, Hospitais e Casas de Saúde:

- Recibo de entrega da Declaração de Isenção do Imposto de Renda referente ao último exercício financeiro;

Parágrafo Único: As entidades Filantrópicas deverão apresentar o atestado de registro no Conselho Nacional de Assistência Social.

IV – Imóveis pertencentes aos ex-combatentes:

- Carteira de Identidade de ex-combatente ou Certificado de

Reservista;
b) Carteira de Identidade e C.P.F;

ou

c) Certidão de Óbito do ex-combatente;
d) Carteira de Identidade e C.P.F da viúva;

Art. 2º – Os Imóveis Urbanos com Características e Destinação Rural, quando:

I – Cadastrados junto ao INCRA deverão apresentar:

a) Carteira de Identidade do proprietário e do cônjuge;
b) C.P.F. do proprietário e do cônjuge;
c) ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;
d) CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural;

II – Não cadastrados junto ao INCRA, somente poderão ser isentos após vistoria 'in loco' ocasião em que os técnicos da Secretaria da Agricultura verificarão se há exploração agrícola, pecuária, extra-tiva ou vegetal mínima, em pelo menos 60% da propriedade, e desenvolvidas pela mão de obra familiar, para tanto deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade do proprietário e do cônjuge;
b) C.P.F. do proprietário e do cônjuge;
c) Prova de emissão de Nota Fiscal de Produtor Rural;
d) DAP – Declaração de Aptidão do PRONAF.

§ 1º – Os contribuintes enquadrados no disposto no inciso I, deste artigo, que:

a) solicitarem isenção até o dia 30 de setembro deverão apresentar o ITR correspondente ao último exercício financeiro, devidamente quitado;

b) solicitarem isenção após a data estabelecida no parágrafo anterior deverão apresentar o ITR correspondente ao exercício financeiro do ano em curso, devidamente quitado.

§ 2º – O CCIR deverá ser correspondente ao último cadastramento e deverá estar devidamente quitado.

Art. 3º – Para requerer a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, quando o proprietário do imóvel não comparecer pessoalmente, o requerente deverá apresentar juntamente com os demais documentos exigíveis para a isenção, a devida procuração com firma reconhecida, dando-lhe poderes para representá-lo.

Art. 4º – Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Instruções Normativas nº nº 37/2008, nº 41/2010, 44/2011 e nº 46/2012.

Rio do Sul, 17 de julho de 2015.

José Luiz do Nascimento

Secretário Municipal da Fazenda em Exercício

PORTARIA Nº 0345/RH

PORTARIA N. 0345/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando as conclusões da Sindicância Administrativa nº 011/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo n. 001/2015, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para apurar a responsabilidade da empresa MAURICIO ELY PUTTKAMMER - ME, responsável pela construção da parede que cedeu na Escola Modelo Ella Kurt em 04/04/2014, conforme determinado na Portaria n. 0177/RH, publicada em 08/04/2015.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 001/2015, composta pelos seguintes servidores:

a) Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
b) Ivo Ronaldo Wessner, matrícula n. 166294-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
c) Jean Marco Pegoraro, matrícula n. 173436-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0346/RH

PORTARIA N. 0346/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando as conclusões da Sindicância Administrativa nº 011/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo n. 002/2015, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para apurar a responsabilidade da empresa ENGENHAR – ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA, responsável pela fiscalização da construção da parede que cedeu na Escola Modelo Ella Kurt em 04/04/2014, conforme determinado na Portaria n. 0177/RH, publicada em 08/04/2015.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 001/2015, composta pelos seguintes servidores:

a) Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
b) Ivo Ronaldo Wessner, matrícula n. 166294-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
c) Jean Marco Pegoraro, matrícula n. 173436-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0347/RH

PORTARIA N. 0347/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando as conclusões da Sindicância Administrativa nº 011/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2015, referente ao servidor WASHINGTON DE OLIVEIRA CUNHA, matrícula n. 166871-1, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, conforme Portaria nº 0177/RH, publicada em 08/04/2015.

Parágrafo único – O servidor em questão, em tese, teria infringido o Art. 157, inciso I, e Art. 158, inciso XVII, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 173, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

b) Ivo Ronaldo Wessner, matrícula n. 166294-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

c) Jean Marco Pegoraro, matrícula n. 173436-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

TERMO DE CONVOCAÇÃO - FERNANDA STEPHANIE SCHEFFER

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FERNANDA STEPHANIE SCHEFFER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 20 de julho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - FILIPE CHRISTIAN PIKART

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FILIPE CHRISTIAN PIKART, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de julho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Câmara Municipal de Rio do Sul – SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.622.985/0001-14, com sede à Praça 25 de Julho, nº 01 – 2º andar, Bairro Centro, Município de Rio do Sul/SC, por determinação do Sr. Jeferson Alexandre Vieira, Presidente da Câmara, vem CONVOCAR, após esgotados nossos recursos de localização, a Empresa R A de Campos Departamentos EIRELI ME, CNPJ/MF nº 19.830.899/0001-06, para que entre em contato com o departamento de Licitações e Contratos da Câmara Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a ser contados a partir da publicação deste Edital de Convocação, afim de prestar esclarecimentos referente a Ata de Registro de Preço nº 11/2015, decorrente do Processo Licitatório nº 07/2015, Pregão Presencial nº 03/2015, sob pena de desclassificação, rescisão da Ata de Registro de Preços e convocação do segundo colocado no Processo Licitatório, sem prejuízo das demais sanções administrativas.

Rio do Sul, 20 de julho de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DEMONSTRAÇÃO DO RELATÓRIO FINANCEIRO TRIMESTRAL DAS ATIVIDADES DA SAÚDE 1 TRIMESTRE 2015

Ata da Audiência Pública das Metas Fiscais Competência 1º Trimestre 2015

Ata da audiência pública do primeiro trimestre de dois mil e quinze, demonstrando o Relatório Financeiro das Atividades da Saúde, apresentado ao Conselho Municipal de Saúde Competência 1º trimestre (Artigo 12 da Lei Federal nº 8.689/93). Aos quatro dias do mês de março de dois mil e treze no auditório da Câmara Municipal de Rio dos Cedros, realizou-se a audiência pública do primeiro trimestre de dois mil e quinze às dezoito horas, estando presente a população de Rio dos Cedros. Abrindo a sessão o Secretário de Saúde, Sr. Fábio Castellain, explanou sobre os itens: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida, Execução Orçamentária, Metas de Arrecadação, Cronograma de Desembolso, Aplicação de Recursos na Saúde, Aplicação de Recursos na Educação, Aplicação de recursos recebidos do FUNDEB, Despesas com Pessoal. Após distribuir o relatório contendo o resumo dos resultados obtidos, detalhou item a item, e ressaltou os 20,78% (vinte pontos percentuais e setenta e oito décimos de cento) aplicados em ações da saúde, superando os quinze por cento preconizados pelo Artigo sétimo, parágrafo III da ADCT. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Fábio Castellain eu declarou encerrada a sessão, para constar, lavrou esta ata, e todos os membros da reunião assinaram a lista de presença, anexa a esta ata.

Fábio Castellain – Secretário de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 53/2015

DECRETO Nº 053/2015 - DE 16 DE JULHO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2046 – MAN. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – DESPESAS CORRENTES

Valor: R\$ 70.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 116

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2046 – MAN. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 70.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 114

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 16 de Julho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 015/2015 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 015/2015

CONCEDE PENSÃO TEMPORÁRIA A DANIEL ANTÔNIO VITORAZZI E DANIELA APARECIDA VITORAZZI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA,

De acordo com o art. 9º, inciso I, letra d, e artigos 34 e 39, da Lei n.º 1.096, de 24 de junho de 2006, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, ao

DANIEL ANTÔNIO VITORAZZI, filho de MIGUEL ANTÔNIO VITORAZZI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Classe I, lotado na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 29 de maio de 2015, devendo perceber como beneficiário de pensão temporária, o correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos proventos, o que corresponde, nesta data, a R\$ 1.432,20 (Um mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte centavos), até completar vinte e um anos de idade, a contar de 29 de maio de 2015, a data do óbito, conforme Processo nº 026/2015.

Considerando o disposto na Certidão de Óbito apresentada, resguardo 50% (cinquenta por cento) dos proventos, o que corresponde nesta data a R\$ 1.432,20 (Um mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte centavos), à DANIELA APARECIDA VITORAZZI, filha, menor, que ainda não requereu a pensão junto ao IPRESVEL, totalizando as duas cotas em R\$ 2.864,41 (Dois mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

Salto Veloso, 20 de julho de 2015.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora-Executiva

PORTARIA N.º 267/2015

PORTARIA N.º 267/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 20 de Julho de 2015 a 18 de Agosto de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora LUCINÉIA SULDOVSKI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 05/03/2014 a 04/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 20 de Julho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 268/2015

PORTARIA Nº. 268/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 20 de Julho de 2015 a 18 de Agosto de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora ANA LÚCIA MEDEIROS DE CÉZARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 05/03/2014 a 04/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 20 de Julho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecilia

PREFEITURA

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA DECRETO 05/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2015 DE 14 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Ficam Aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, relativas ao Exercício Financeiro de 2013, para todos os jurídicos e legais efeitos de acordo com o Parecer Prévio emitido sobre o Processo PCP-14/00299311, pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Fica o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cecília, autorizado a comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o resultado da decisão contida neste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Cecília, 14 de Julho de 2015.

JOÃO WILSON NAIRNI
PRESIDENTE

AMILTON ANTONIO DA COSTA
1º SECRETÁRIO

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 066/2015- PR 066/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para aquisição de uma camionete mista usada, ano 1998 a 2000, conforme especificações constantes do presente edital. Com entrega dos envelopes habilitação e proposta até às 16h30min do dia 31 de Julho de 2015, início da sessão de credenciamento e abertura dos envelopes e julgamento às 16h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 20 de Julho de 2015

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 008/2015 EMHAB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Empresa Municipal De Habitação – EMHAB

Edital de pregão presencial nº 008/2015

Menor preço por item

A Empresa Municipal de Habitação – Emhab, do município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina, através de seu diretor presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, e suas alterações, que fará realizar no dia 06/08/2015, às 09:30 horas, na prefeitura municipal de São Bento do Sul, na rua Jorge Lacerda, nº 75, abertura e início de julgamento das propostas na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para.

DO OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais de construção para atendimento de 23 famílias amparadas pelo decreto nº 977/2012, conforme lista de beneficiários anexa, para construção, recuperação ou reforma de moradias, conforme lista de materiais e orçamentos anexos, conforme especificações no item 1, do objeto, deste edital.

As propostas e documentos serão recebidos pelo serviço de protocolo da prefeitura municipal, sito à Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, Município de São Bento do Sul – SC, até às 09:00 horas de 06/08/2015, no horário de expediente externo.

Os interessados poderão obter maiores informações no setor de licitações da Empresa Municipal de Habitação – EMHAB, na Rua Benjamin Constant, 120, sala 02, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 16:00 horas e retirar o edital completo no site da prefeitura municipal de São Bento do Sul – SC acessando o link www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

Luiz Carlos Pedrozo

Diretor Presidente da Emhab

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 066/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015 - FMS

Menor preço por item.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13h30min do dia 04 de agosto de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de equipamentos odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 09 de julho de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 185/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 185/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 08:30 horas do dia 05 de agosto de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DE MAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, SITUADO NA RUA ANASTÁCIO RUNSCHKA S/N, BAIRRO CRUZEIRO EM SÃO BENTO DO SUL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 812614/2014/FNAS/MDS/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1.021.393-28/2014.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min horas.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1023/2015

DECRETO Nº 1023, DE 20 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3571, 20 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071 – FNAS – Gestão – IGD do SUAS

3.3.90.93.00.00.00 152 – Indenizações e Restituições R\$ 200,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente das anulações parciais da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071 – FNAS – Gestão – IGD do SUAS

(485) 3.3.90.30.00.00.00 152 – Material de Consumo R\$ 200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1024/2015

DECRETO Nº 1024, DE 20 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3571, 20 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 213.609,00 (duzentos e treze mil e seiscentos e nove reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 1.024 – Ampliação da rede Física da Saúde

(3) 4.4.90.51.00.00.00 002 – Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Media e Alta Complexidade
(54) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 80.000,00

Atividade: 2.202 – Operação e Manutenção do SAMU
(88) 3.1.90.11.00.00.00 257 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 83.609,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 0257 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no valor 83.609,00, das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

Atividade: 2.202 – Operação e Manutenção do SAMU
(87) 3.1.90.11.00.00.00 002 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1025/2015

DECRETO Nº 1025, DE 20 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social
Atividade: 4.081 – Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica – Bolsa Família
(181) 3.3.90.39.00.00.00 163 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 4.081 – Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica – Bolsa Família

(179) 3.3.90.30.00.00.00 163 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

(180) 3.3.90.36.00.00.00 163 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1026/2015

DECRETO Nº 1026, DE 20 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 – Estratégias da Saúde da Família

4.4.90.52.00.00.00 664 - Equip. Material Permanente R\$ 150.000,00

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica
(21) 3.3.90.39.00.00.00 200 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Orçamentário do exercício anterior, na fonte de recursos 264 – Atenção Básica, no valor de R\$ 150.000,00, e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(13) 3.3.90.30.00.00.00 200 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1027/2015

DECRETO Nº 1027, DE 20 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – Assistência Social
Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
(140) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – Assistência Social
Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
(142) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. a PF R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 014/2015 EMHAB

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 014/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 008/2015 firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL – EMHAB E A EMPRESA IVO RUSCZAK AGRIMENSURA LTDA - ME., FIRMADO EM 06 DE ABRIL DE 2015, CONFORME EDITAL DE CONVITE nº 003/2015 de 17 DE MARÇO DE 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 008/2015, que consiste na contratação de empresa especializada, devidamente habilitada, para a prestação de serviços técnicos profissionais para a realização de levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados e levantamentos topográficos cadastrais com a elaboração de mapas, projetos e demais elementos técnicos em áreas de propriedade do Município de São Bento do Sul e da EMHAB – Vila Schwarz e Vila Delina, localizados na à Rua Reinaldo Mallon, s/nº, Bairro Serra Alta, matrícula / transcrição nº 5.669, fl 104, livro 3N / 5.531, fl 77, livro 3N, com área de 26.196,30 m² e à Rua Maria Celeste Novack, s/nº, Bairro Brasília, matrícula nº 40.059, com área de 4.597,44 m², respectivamente, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais Elementos Técnicos anexos ao Edital.

Considerando que houve a necessidade de ajustes e correções nos produtos finais, feitos pela fiscalização do Contrato, e, a fim de preservar o interesse público com a perfeita execução e conclusão dos serviços contratados;

Considerando que, para que possam ser obedecidas todas as formalidades e trâmites referentes à vistoria final, medição final e liberação do respectivo pagamento, faz-se necessário que o prazo de execução dos serviços seja prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, contados de 06/06/2015 a 21/07/2015, bem como faz-se

necessário que o prazo de vigência do Contrato seja prorrogado por 30 (trinta) dias, contados de 06/07/2015 a 05/08/2015.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 6 de abril de 2015 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 03 de julho de 2015.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação – EMHAB

IVO RUSCZAK AGRIMENSURA LTDA - ME, como contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 042/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 042/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 043/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, em 25 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 44/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 116/2013, que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de recolhimento e destinação final de resíduos de lixo infectante, conforme projeto básico em anexo ao Edital de Tomada de Preço nº 44/2014;

Considerando que a Contratada entrou com pedido de reajuste referente aos valores praticados, deferido conforme Parecer Jurídico nº 215/2015, sendo autorizado o reajuste de 5,5829% com base no índice IGPM/FGV;

Considerando que por se tratar de serviços de natureza contínua, faz-se necessário reajustar os valores com base no Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93 e prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme consta na Cláusula Oitava – Da Vigência, Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de julho de 2015 e a terminar em 30 de junho de 2016. Fica alterado o valor do Kg de R\$ 6,91 (seis reais e noventa e um centavos) para R\$ 7,30 (sete reais e trinta centavos), sendo o valor mensal alterado de R\$ 11.398,63 (onze mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos) para R\$ 12.035,00 (doze mil e trinta e cinco reais), totalizando o Contrato em R\$ 144.420,00 (cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e vinte reais), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 189/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 189/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Instrumentos Musicais de nº 181/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MAURICIO MACHADO DE SOUZA & CIA LTDA, em 12 de JUNHO de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 181/2015 que consiste na aquisição de instrumentos musicais para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPP ER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 1, 2, 3 e 4;

Considerando o valor total do convênio nº 2014TR0002398 de R\$ 43.031,67 e o valor licitado no Pregão Presencial nº 110/2015 foi de R\$ 39.563,00, tendo ainda saldo disponível para aquisição de

instrumentos;

Considerando também a grande procura pelos alunos da unidade escolar pela oficina de música e falta de instrumentos para atendê-los, faz-se necessário aditar o referido contrato, com base na Cláusula Décima – Das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), referente à aquisição de mais uma peça do item 3 – Flugelhorn no valor unitário de R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) e mais uma peça do item 4 – Euphonium no valor unitário de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais); para pagamentos conforme contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretária de Educação do Município.

MAURICIO MACHADO DE SOUZA & CIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 198/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 198/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 218/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, em 02 de JÚLIO de 2014, conforme Pregão nº 185/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 218/2014, que consiste na prestação de serviços de instalação e monitoramento de alarme eletrônico nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 185/2014;

Considerando que a Contratada entrou com pedido de reajuste referente aos valores praticados conforme Processo nº 3986/2015, deferido conforme Parecer Jurídico nº 210/2015, sendo autorizado o reajuste de 4,1041% com base no índice IGPM/FGV;

Considerando o término do Contrato no dia 30 de junho de 2015, e a necessidade de manter o serviço de monitoramento e mão de obra técnica para as unidades educacionais e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário aditar e prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Oitava – do Reajuste, Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Quarta – da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de julho de 2015 e com término em 30 de junho de 2016. Ficam alterados os valores mensais, sendo o valor total do Contrato em R\$ 74.882,08 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e dois reais e oito centavos), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretária de Educação do Município.

NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, como Contratada.

LEI Nº 3570/2015

LEI Nº 3570, 20 DE JULHO DE 2015.

AUTORIZA O RECEBIMENTO DE IMÓVEL EM DOAÇÃO E O PROLONGAMENTO DA RUA EMÍLIO ALBERTO RICARDO HANEMANN.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, em doação sem encargos, de Marcos Paulo Drewes, CPF 022.452.789-41, uma área de terra contendo 449,25 m², a ser desmembrada do imóvel registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 30.405, destinada ao prolongamento da Rua Emílio Alberto Ricardo Hanemann, contendo infraestrutura mínima necessária para rua, a seguir caracterizado:

I – Um terreno situado no bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul-SC, fazendo FRENTE AO NORTE - confronta com a Rua Emílio Alberto Ricardo Hanemann por 7,97, e 15,52 m; FUNDOS AO SUL - confronta com Marcos Paulo Drewes (matrícula 30.405) por 12,00 m; LADO DIREITO AO LESTE - confronta com Marcos Paulo Drewes (matrícula 30.405) por 31,04 m; LADO ESQUERDO AO OESTE - confronta com Marcos Paulo Drewes (matrícula 34.384) por 12,00 m, com Alex Carvalho (matrícula 34.385) por 12,00 m, com Flávio de Mello (matrícula 34.386) por 12,00 m, com Adriana Aparecida Becker da Silva e Andrea Maria Becker da Silva (matrícula 34.387) por 12,00 m, e com Sidney Müller (matrícula 34.388) por 2,10 m, contendo a área de quatrocentos e quarenta e nove metros e vinte e cinco decímetros quadrados (449,25 m²), a ser desmembrada do imóvel matriculado sob nº 30.405, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Parágrafo Único. O bem imóvel descrito no presente artigo é doado ao Município de São Bento do Sul com a finalidade de promover a transformação de uma servidão de passagem particular em rua pública, com base nos §§ 5º a 7º do artigo 29. da Lei Municipal nº 1678, de 10 de outubro de 2006.

Art. 2º. Fica prolongada em 31,04 metros (trinta e um metros e quatro centímetros), a extensão da Rua Emílio Alberto Ricardo Hanemann, situada no Bairro Cruzeiro, nesta cidade, no trecho objeto da doação prevista no artigo anterior.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar os atos necessários a consecução da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3571/2015

LEI Nº 3571, DE 20 DE JULHO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071 – FNAS – Gestão – IGD do SUAS

3.3.90.93.00.00.00 152 – Indenizações e Restituições R\$ 200,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 213.609,00 (duzentos e treze mil e seiscentos e nove reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 1.024 – Ampliação da rede Física da Saúde

(3) 4.4.90.51.00.00.00 002 – Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade
(54) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 80.000,00

Atividade: 2.202 – Operação e Manutenção do SAMU
(88) 3.1.90.11.00.00.00 257 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 83.609,00

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 0257 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no valor 83.609,00, das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071 – FNAS – Gestão – IGD do SUAS

(485) 3.3.90.30.00.00.00 152 – Material de Consumo R\$ 200,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

Atividade: 2.202 – Operação e Manutenção do SAMU
(87) 3.1.90.11.00.00.00 002 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 80.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3572/2015

LEI Nº 3572, DE 20 DE JULHO DE 2015.

ESTENDE GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE PREVISTA NA LEI MUNICIPAL N. 1451, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2005 AOS PROFESSORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS QUE REALIZAM 4 (QUATRO) HORAS DE TRABALHO EDUCACIONAL EFETIVO, EXCLUINDO-SE O INTERVALO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber na Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Estende-se, nos moldes do § 2º deste artigo, a Gratificação de Regência de Classe atribuída aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme e prevista no artigo 1º, da Lei Municipal n. 1451, de 29 de novembro de 2005, aos professores que atuarem em Unidades Educacionais onde são realizadas 4 (quatro) horas de trabalho educacional efetivo, excluindo-se o intervalo de 15 (quinze) minutos para recreio.

§ 1º Aplica-se a disposto no caput deste artigo, exclusivamente, aos professores de educação infantil.

§ 2º O pagamento da Gratificação de Regência de Classe, prevista no caput deste artigo, se dará da seguinte forma:

I – 10% (dez por cento) no período compreendido entre 01 de junho de 2015 à 31 de dezembro de 2015;

II – 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2016.

§ 3º Fica autorizado o Município de São Bento do Sul a realizar o pagamento retroativo, desde 1º de junho de 2015 até a data de publicação desta Lei.

Art. 2º É vedada a cumulação de Gratificação de Regência de Classe com a Gratificação de Diretor e Gratificação de Coordenador de Turno.

Art. 3º A Gratificação de Regência de Classe não se incorporará à remuneração do Professor, seja que título for.

Art. 4º A Gratificação de Regência de Classe será concedida somente no efetivo exercício de docência, exceto na Licença Maternidade ou Adotante.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 19/2014

Contrato Nº: 60/2015 4º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: BSA Bureau de Serviços em Engenharia Ambiental LTDA

Vigência: Início: 15/06/15 - Término: 15/09/15

Recursos: Dotação:

(81) 3.3.90.39.05.00.00.00 - Setor de Resíduos Sólidos – Exercício Vigente.

Objeto:

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia para revisão do Plano municipal de Saneamento Básico de São Bento no município de São Bento do Sul -SC.

São Bento do Sul, 20 de julho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO DE CONVENIO PREFE 021 - 24.06.2015 CASAN

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DE CONVÊNIO

Mês/Ano: Junho/2015

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 21/2015 de 24 de junho de 2015. (Convênio Nº 684/2014)

Descrição: Do Objeto. Fica ajustada a prorrogação do prazo de vigência, conforme Cláusula Décima do Convênio nº 684/2014, celebrado em 24/06/2014 em mais 12 (doze) meses, contados de 24/06/2015, vencendo, portanto em 23/06/2016.

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

CNPJ: 82.508.433/0001-17

Data vencimento: 23 de Junho de 2016.

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de sementes, adubos, embalagens e substratos para a produção de flores da estação para o verão.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 04 de Agosto de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 20 de julho de 2.015. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

PP 51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2015

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para efetuar análises de inúmeros parâmetros em amostras de água bruta, saída das estações de tratamento de água e pontos da rede de distribuição com frequências mensal, trimestral e semestral.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 04 de Agosto de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 20 de julho de 2.015. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

São João do Sul

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CHAMADA PUBLICA Nº 002/2015

Fundamento Legal: RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38 de 16/07/2009, RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 e Lei 11.947 de 16/06/2009, e, subsidiariamente a Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

A entrega do edital e demais informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08h às 12h e das 13h 30min às 17h 30 min. A entrega dos envelopes de Habilitação e Propostas de Preços será realizada no dia 11/08/2015 até as 09h, com abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas às 09h 15 min do mesmo dia.

São João do Sul - SC, em 20 de julho de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO Nº 55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 55/2015

Modalidade – Pregão Presencial nº 015/2015

Objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR E CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 45 min do dia 03/08/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 09h do dia 03/08/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08h às 12h e das 13h 30min às 17h 30 min, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 20 de Julho de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

2ª ERRATA COMBUSTÍVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA DE LICITAÇÃO E AVISO DE NOVA DATA

Pregão presencial 35/2015

Processo n.º 83/2015 – Aquisição de combustíveis, óleos e lubrificantes para frotas de diversas Secretarias Municipais.

Nos itens 6 e 16 do processo 83/2015.

- Onde lê-se:

Item 6 - Sae 5w40 sintético S 10 galão de 20 litros

Item 16 - Óleo 15w40 semi sintético para automóvel frasco de 1 litro

- Leia-se:

Item 6 - Sae 5w30 ACEA E7/E4 sintético S 10 galão de 20 litros

Item 16 - Óleo 15w40 para automóvel frasco de 1 litro

Humberto Luiz Brighenti – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 198/2015

DECRETO Nº 198/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em atenção ao requerimentos Protocolado sob o nº 273, de 22/06/2015; De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; fica concedido incentivo salarial de Nível Superior - Graduação a senhora MARCIA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Enfermeira – 8% de seus vencimentos base.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 197/2015, de 22/06/2015, por haver saído com incorreções.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 199/2015

DECRETO Nº 199/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em atenção ao requerimento Protocolado sob o nº 275, de 23/06/2015; De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores

Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; fica concedido incentivo salarial de Nível Superior – Pós - Graduação a servidora NAIR CAROLINA ARRUDA SOUZA, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta – 8% de seus vencimentos base.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 200/2015

DECRET O Nº 200/2015

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO Á FUNCIONÁRIA
RITA MARIA MATOS PEREIRA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - RITA MARIA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 016/1998 de 09/02/1998, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por idade da mesma.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 201/2015

DECRET O Nº 201/2015

“QUE NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº167/2013”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 2.137/97, de 09/09/97 e Lei Municipal Nº 2.414/01, de 21/06/01 “Que Altera o Artigo 3º da Lei Nº 2.137/97; Ficam NOMEADOS os MEMBROS abaixo relacionados (Representantes de Entidades ou Órgãos) para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Joaquim:

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

I - Representantes da Secretaria Municipal da Saúde: ELISIANE FELIPE TOMIOSSO e suplente DANIELA FORMIGA;
II- Representantes da Secretaria Municipal da Saúde: JULIANA GOULART ROSA e suplente ROSILENE MARIA CABRAL;
III - Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda: ALCERI CHIODELLI e suplente DONATO PADILHA;
IV - Representantes da Secretaria de Assistência Social: MIRIAM CHIOCA WALTRICK, e suplente CLEO RODRIGO NESI;
V - Representantes de Empresas e Instituições Vinculadas ao Poder Executivo Estadual: LUIS CARLOS FERNANDES e suplente LEANDRO DE ALMEIDA;

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

VI - Representantes dos Prestadores de Serviços Vinculados ao SUS: LUCIANE DOS SANTOS VELHO e suplente CAROLINE FONTANELLA;
VII- Representantes dos Prestadores de Serviços Vinculados ao SUS: MURILO DE OLIVEIRA MATOS e suplente JOANIRA MATOS DA SILVA;

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

VIII - Representantes dos Profissionais de Saúde Vinculados ao SUS: ANDRÉ LUIZ BARDT e suplente TAISE SALIB BOEIRA;
IX- Representantes dos Profissionais de Saúde Vinculados ao SUS : REGINA CUSTÓDIA NUNES e suplente ADRIANO RODRIGUES TAVARES;

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DO SUS:

X - Representantes de Associações Comunitárias e/ou Moradores de Bairros: FABRICIO FARIAS PADILHA e suplente ANDRÉ LOSS GOULART;
XI - Representantes de Associações Comunitárias e/ou Moradores de Bairros: EDUARDO KUNIO CHICHITO e suplente LINDOMAR ANDRADE PADIHA; XII- Representantes de Associações Comunitárias e/ou Moradores de Bairros: RENATO SANTOS e suplente CASIANE GODINHO GOULART;
XIII - Representantes de Sindicatos Urbanos e Rurais: ILTON CARVALHO e suplente CATIA APARECIDA VARGAS;
XIV - Representantes de Instituições Religiosas: CLODOVIR COSTA PEREIRA e suplente SANDRA PEREIRA VELHO;
XV- Representantes de Instituições Religiosas: MARIA ZENITA SEIFERT e suplente ANGELA APARECIDA FARAON ;
XVI- Representantes de Instituições Religiosas: MARIA JUÇARA SILVÉRIO ZANCHI e suplente APARECIDA DE FÁTIMA PADILHA COSTA;
XVII - Representantes das Associações não Governamentais: LUIZ RICARDO BLEYER e suplente MARCILENE RIBEIRO;
XVIII- Representantes das Associações não Governamentais: CLEONIO LUIS SCHNEIDER e suplente LUNIARA SOUZA;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 167/2013, de 17/04/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 202/2015

DECRET O Nº 202/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º- A Conferência Municipal de Saúde é o Fórum Máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal Nº 8.142/90.

Art. 2º- Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, em reunião específica fica convocada a 4º Conferência Municipal de Saúde de São Joaquim, que será realizada na data de 10 de Julho de 2015.

Art. 3º- O tema da Conferência será: Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Joaquinense”, para o biênio 2015/2017.

Art. 4º- A Conferência de Saúde será realizada na Casa da Cultura, com credenciamento a partir de 08:30 hs e encerramento previsto para as 16:00hs.

Art. 5º- A Conferência será presidida pelo Conferencista Leandro Maccário, e coordenada pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde Elisiane Felipe Tomiosso, com o apoio integral da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º- As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria específica.

Art. 7º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 203/2015

DECRET O Nº 203/2015

“QUE APROVA O REGIMENTO DA ETAPA MUNICIPAL DA 15ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E 4ª MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado o Regimento da Etapa Municipal da 15º Conferência Nacional de Saúde e 4º Municipal de Saúde de São Joaquim – SC.

Paragrafo Único - Fica fazendo parte integrante deste Decreto o referido Regimento, em forma de anexo.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 204/2015

DECRET O Nº 204/2015

“REGULAMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA 15ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado o Regulamento da 4ª Conferência Municipal de Saúde e da 15ª Conferência Nacional de Saúde de São Joaquim – SC.

Paragrafo Único - Fica fazendo parte integrante deste Decreto o referido Regulamento, em forma de anexo.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

REGULAMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA 15ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SÃO JOAQUIM, 10 DE JULHO DE 2015

CAPÍTULO I

Finalidade

Artigo 1º - Este Regulamento define as regras de funcionamento da 15ª Conferência Nacional de Saúde e 4ª Conferência Municipal de São Joaquim, convocada pelo Decreto Municipal Nº 202/2015, de 03 de Julho de 2015, com Regimento aprovado pela Resolução nº 003 - Reunião Extraordinária de nº 001/2015, de 29 de Junho de 2015 do Conselho Municipal de Saúde.

CAPÍTULO II

Da organização

Artigo 2º - A 4ª Conferência Municipal de São Joaquim da 15ª Conferência Nacional de Saúde terá a seguinte organização:

- I - Apresentação sobre o Tema e Eixos da 15ª Conferência Nacional de Saúde;
- II - Plenária Final;
- III - Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO III

Temário

Artigo 3º - A 15ª Conferência Nacional de Saúde, 4ª Conferência Municipal de São Joaquim, tem como tema: “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”.

§ 1º - A abordagem do temário será realizada mediante exposição de conferencista e com garantia da participação da plenária e posterior discussão em grupos de trabalho.

§ 2º - Os eixos temáticos da 15ª Conferência Nacional de Saúde, 4ª Conferência Municipal de São Joaquim, são:

- I - Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;
- II - Participação Social;
- III - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;
- IV - Financiamento do SUS e Relação Público-privado;
- V - Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;
- VI - Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

- VII - Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;
- VIII - Reformas Democráticas e Populares do Estado;

§ 1º - O tema e os eixos da 15ª Conferência Nacional de Saúde, etapa Municipal de São Joaquim, serão discutidos em Plenária e em grupos, com coordenação, secretaria e a participação de expositores, indicados pela Organização.

§ 2º Os inscritos terão sua manifestação garantida nos grupos e Plenárias.

Das Instâncias Deliberativas

Artigo 4º - Nos termos do seu Regimento, serão consideradas instâncias deliberativas no âmbito da 15ª Conferência Nacional de Saúde, 4ª Conferência Municipal de São Joaquim:

- I - Plenária de Abertura;
- II - Grupos de Trabalho;
- III - Plenária Final.

§ 1º - Nos termos do Regimento Interno da 15ª Conferência Nacional de Saúde, 4ª Conferência Municipal de São Joaquim, participarão das instâncias deliberativas todos os participantes que preencherem os requisitos constantes nos artigos 7º e 8º do Regimento Interno.

§ 2º- A Plenária de Abertura terá como objetivo deliberar sobre o Regulamento da Etapa Municipal.

§ 3º - Os Grupos de Trabalho (GT), formados aleatoriamente, serão realizados simultaneamente, e deliberarão sobre o Relatório Consolidado da Etapa Municipal as Diretrizes e Propostas que aprovadas farão parte do Relatório Final.

§ 4º- A Plenária Final terá como objetivo aprovar o Relatório Consolidado com as Diretrizes e Propostas Municipais e Regionais para formulação de políticas para o SUS, após a votação realizada nos Grupos de Trabalho conforme estabelecido neste regulamento, e aprovar as Moções de Âmbito Municipal.

§ 5º - A Plenária Final contará com uma mesa composta de modo paritário, com definição de coordenação e secretaria, todos os membros indicados pela Comissão Organizadora e aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.

Dos Grupos de Trabalho

Artigo 5º - Os Grupos de Trabalho são instâncias de debate e votação das Diretrizes e Propostas de âmbito Municipal, Estadual e Nacional.

O quórum mínimo para votação dos Grupos de Trabalho será de maioria simples (cinquenta por cento mais um) do total de membros do grupo.

Cada Grupo de Trabalho elegerá um relator que apresentará o consolidado das propostas na Plenária Final.

Artigo 6º - Participarão na Plenária Final:

- a) Os participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde, etapa municipal de São Joaquim, devidamente inscritos com direito a voz e voto;
- b) convidados com direito a voz;

Artigo 7º - A Plenária Final da 15ª Conferência Nacional de Saúde, 4ª Conferência Municipal de São Joaquim, será coordenada por Mesa Coordenadora dos Trabalhos indicada pela Comissão Organizadora e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, integradas por representantes dos usuários, trabalhadores de saúde, gestores e prestadores, conforme dispões § 5º do artigo 4º.

Os relatores dos grupos de trabalho farão a leitura das propostas do Relatório Consolidado e as que obtiveram 50% (cinquenta por cento) mais um serão consideradas aprovadas.

Artigo 8º - A Mesa Coordenadora dos Trabalhos da Plenária Final assegurará o direito de questão de ordem e propostas de encaminhamento.

Moções

Artigo 9º - As Moções encaminhadas deverão ser, necessariamente, de âmbito ou repercussão regional, estadual ou nacional, e devem ser submetidas também a apreciação e votação da plenária do evento.

§ 1º - Cada Moção deverá ser assinada por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos (as) participantes inscritos.

a) O fato ou condição que motiva ou gera a moção é a providência referente ao pleito.

§ 2º - Encerrada a fase de apreciação do Relatório Final da 15ª Conferência Nacional de Saúde, etapa municipal de São Joaquim, o coordenador da mesa procederá à leitura das Moções e as submeterá à aprovação da Plenária.

§ 3º - A aprovação das Moções será por maioria simples dos presentes.

Da Eleição de delegados para a Etapa Estadual

Artigo 10º - A escolha dos delegados para a etapa estadual respeitará o disposto no artigo 13º e os parágrafos 1º, 2º e 3º do Regimento da 4ª Conferência Municipal.

Parágrafo Único – O número de delegados obedecerá ao disposto no Regimento da 7ª Conferência Estadual de Saúde.

Considerações Gerais

Artigo 11º - Os casos omissos serão resolvidos na Plenária da 15ª Conferência Nacional de Saúde, 4ª etapa Municipal de São Joaquim, ou pela Comissão Organizadora, ad referendum, quando a Plenária não estiver reunida.

Elisiane Felipe Tomiosso José Teodoro de Sena Amaral Presidente do Conselho Municipal de Saúde Agente Administrativo

DECRETO Nº 205/2015

DECRET O Nº 205/2015

“QUE NOMEIA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 001/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º - Em conformidade com o Decreto Nº 201/2015, de 03/07/2015; Ficam Nomeados para comporem a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de São Joaquim SC, ficando assim composta:

- Presidente: ELISIANE FELIPE TOMIOSSO.
- Vice-Presidente: MURILO OLIVEIRA MATOS.
- 1º Secretária: JULIANA GOULART
- 2º Secretária: LUCIANE DOS SANTOS VELHO.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Julho de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 206/2015

DECRET O Nº 206/2015

“APROVA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 001/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, gestão 2015/ 2017.

Paragrafo Único - Fica fazendo parte integrante deste Decreto o referido Regimento, em forma de anexo.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Julho de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

GESTÃO 2015/2017

Aprovado na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de São Joaquim realizada em 06/07/2015

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º - O presente regimento interno regulamenta a estrutura, funcionamento, as atividades e atribuições do Conselho de Saúde de São Joaquim SC ,segundo deliberação da Resolução, 01 do decreto municipal Nº201/2015 e Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 2º - O Conselho Local de Saúde cumprindo as diretrizes da Resolução nº

453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS dentro da sua área de abrangência, cujas decisões serão encaminhadas para serem apreciadas, aprovadas e homologadas.

Art. 3º - O Conselho Local de Saúde está sob a coordenação do Conselho Distrital de Saúde, respeitando as instâncias hierárquicas (Nacional, Estadual e Municipal).

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 4º - São atribuições do Conselho Local de Saúde, consubstanciar a participação da sociedade organizada na administração da saúde, como subsistema da seguridade social, propiciando seu

Controle Social sem prejuízo das funções do poder Legislativo e Executivo e nos limites da legislação vigente, no âmbito da sua área de abrangência.

I - deliberar sobre as prioridades de saúde para a sua Unidade Municipal de Saúde em harmonia com as diretrizes emanadas das Conferências Local, e Municipal de Saúde;

II - deliberar e aprovar o plano local de saúde em consonância com o plano distrital e municipal de saúde;

III - acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução das ações e dos serviços de saúde prestados à população pelas pessoas física e jurídica de natureza pública ou privada, integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, denunciando irregularidades aos órgãos competentes após processo de investigação e parecer técnico (conforme inciso VI deste artigo), estabelecendo estratégia e procedimento de acompanhamento da gestão do SUS, inclusive de seus órgãos fiscalizadores, com base em parâmetros de cobertura, cumprimento de metas estabelecidas, produtividade, recomendando mecanismos claramente definidos para correção de distorções;

IV - solicitar e analisar relatórios, no todo ou em parte, de todos os serviços de interesse à saúde no âmbito da Unidade Municipal de Saúde conforme a demanda, incluindo a rede assistencial e/ou conveniada;

V - assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, visando à prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS;

VI - solicitar aos órgãos públicos integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS-São Joaquim, através de sua Mesa Diretora, a colaboração dos servidores de qualquer graduação funcional, para esclarecimento de dúvidas, proferir palestras técnicas, ou ainda prestar esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão a que pertencem;

VII - propor medidas para o aperfeiçoamento do funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS na Unidade Municipal de Saúde;

VIII - desenvolver ações junto às instituições públicas ou privadas visando à promoção da saúde;

IX - divulgar informações que possibilitem o amplo conhecimento dos SUS, a população da Unidade Municipal de Saúde, inclusive através dos recursos de informações existentes na comunidade;

X - apreciar e fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Municipal de Saúde no que forem pertinentes, propondo medidas para o aperfeiçoamento do funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS, nas Unidades Municipais de Saúde e Centros de Especialidades de sua área de abrangência;

XI - convocar as Conferências Locais e temáticas de saúde da Unidade Municipal de Saúde, estruturando Comissões Organizadoras para estes fins;

XII - criar comissões internas, constituídas por membros do Conselho Local de Saúde da Unidade Municipal de Saúde, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos, quando for pertinente;

XIII - incentivar a participação dos conselheiros locais nas Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Saúde;

XIV - colaborar, sempre que forem organizados cursos para capacitação de conselheiros locais de saúde, fazendo a interlocução com a comunidade local.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA

Art. 5º - O Conselho Municipal de Saúde da Unidade Municipal de Saúde é composto paritariamente por um número de conselheiros, maiores de idade, que poderá variar de 08 (oito) até 24 (vinte e quatro) membros, sendo 50% representantes dos usuários, 25% representantes da administração pública e prestadores de serviços de saúde, e 25% de representantes dos trabalhadores de saúde.

§ 1º - Os conselheiros do Conselho de Saúde, são indicados por instituições governamentais, saúde, e entidades, para um mandato de 2 (dois) anos. Serão eleitos conselheiros suplentes para cada

um dos conselheiros titulares.

§ 2º - Em caso de impedimento definitivo do conselheiro, na participação do Conselho Municipal de Saúde, o mesmo será automaticamente substituído pelo conselheiro suplente. Caso não haja suplente até o limite Regimental, o Conselho Municipal de Saúde estará transformado automaticamente em Comissão Transitória.

§ 3º - O Conselho Municipal de Saúde será coordenado por uma mesa diretora eleita entre os seus membros titulares, composta de: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, observando-se a paridade.

§ 4º - O mandato dos membros da mesa diretora será de 02 (dois) anos.

§ 5º - Em caso de impedimento definitivo, renúncia ou desligamento de um dos

membros da mesa diretora será realizada nova eleição entre os membros do Conselho Municipal de Saúde para o preenchimento do cargo em vacância, do Conselho Municipal de Saúde.

§ 6º - Os conselheiros usuários deverão ser representantes de entidades com atuação coincidente com a área de abrangência da Unidade Municipal de Saúde, não podendo participar em mais de um Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º - A eleição da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde será realizada em reunião extraordinária convocada especificamente para esse fim, no início da gestão.

§ 1º - A coordenação do processo eleitoral fica a cargo da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde.

§ 2º - O processo eleitoral deverá respeitar a seguinte pauta:

I - discussão e aprovação em plenário sobre o modelo de votação (voto aberto ou fechado);

II - realização de plenária de eleição por segmento para a escolha de seu representante;

III - O pleno discutirá e aprovará a composição dos cargos da mesa diretora.

§ 3º - Poderão ser candidatos a mesa diretora somente conselheiros titulares durante a gestão do Conselho Municipal de Saúde, eleitos na respectiva reunião extraordinária.

Art. 7º - São competências da mesa diretora:

I - preparar e coordenar as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde;

II - acolher as denúncias, reivindicações e sugestões dos conselheiros locais

de saúde, de entidades, instituições e de qualquer pessoa interessada, no âmbito da área de abrangência da Unidade Municipal de Saúde;

III - encaminhar as denúncias, reivindicações e sugestões aos organismos competentes, no âmbito da área de abrangência da Unidade Municipal de Saúde, e solicitar ao Conselho Distrital e/ou Municipal de Saúde, a tomada de providências cabíveis, nos casos em que extrapolar a esfera local;

IV - acompanhar o funcionamento das Comissões do Conselho Municipal de Saúde;

V - reunir-se antecipadamente e preparar as reuniões plenárias do Conselho Local de Saúde enviando, caso haja, o material necessário aos conselheiros, para a referida reunião, em tempo hábil, tendo como pontos fixos de pauta:

a) leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

b) justificativa formal de faltas;

c) informes sobre: todos os itens constantes no Anexo I;

d) monitorar e apresentar mensalmente ao plenário a frequência dos conselheiros nas reuniões.

Art. 8º - São atribuições do presidente do Conselho Municipal de Saúde sem prejuízo de outras funções que lhe forem conferidas:

I - representar o Conselho Local de Saúde perante aos órgãos públicos e junto à sociedade;
II - convocar as reuniões do Conselho Local de Saúde;
III - presidir as reuniões do Conselho Local e Conferência Local de Saúde.

Art. 9º - É atribuição do vice-presidente:

Parágrafo Único - Substituir o presidente em sua ausência e nos seus impedimentos legais.

Art. 10º - São atribuições do 1º secretário:

I - colaborar com a mesa diretora e demais membros do Conselho Local de Saúde em todos os assuntos conforme solicitação;
II - dar encaminhamentos às deliberações da plenária do Conselho Local de Saúde;
III - acompanhar o andamento das Comissões formadas pelo Conselho Distrital e Municipal de Saúde;
IV - elaborar as atas das reuniões, relatórios e demais documentos e a guarda dos documentos do Conselho Local de Saúde em conformidade com a lei.
V - convocar em tempo hábil os conselheiros para as reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 11º - É atribuição do 2º secretário:

Parágrafo Único - Apoiar integralmente o 1º secretário e substituí-lo plenamente nas suas ausências e nos impedimentos legais.

Art. 12º - São competências do conselheiro local de saúde (titular e suplente): participar de todas as reuniões do Conselho Municipal de Saúde, ordinárias e extraordinárias.

Art. 13º - O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere aos seus membros, observando as determinações da resolução 453 de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde:

§ 1º - No caso de impedimento ou falta do membro titular do Conselho Local de Saúde nas reuniões haverá substituição pelo seu suplente, automaticamente, exercendo os mesmos direitos e deveres do titular.

§ 2º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão substituídos caso faltem três reuniões seguidas ou cinco reuniões alternadas no período bianual.

§ 3º - A falta é caracterizada e contabilizada para o membro titular e suplente quando ausentes em reunião plenária.

§ 4º - As entidades representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicadas, a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta alternada, através de correspondência da mesa diretora do Conselho Local de Saúde.

§ 5º - O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço voluntário de relevância pública.

§ 6º - O Conselho Municipal de Saúde poderá solicitar a dispensa do trabalho de seus conselheiros aos seus empregadores.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 14º - O Conselho Municipal de Saúde tomará as suas decisões em reuniões plenárias mediante votação nos termos deste regimento interno.

Art. 15º - As reuniões plenárias poderão ser ordinárias ou

extraordinárias.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão mensais, conforme calendário aprovado em plenária.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pela presidência, pela mesa diretora ou pelo mínimo de um terço dos membros titulares do Conselho Municipal de Saúde.

§ 3º - A pauta e o material de apoio às reuniões (caso exista), devem ser disponibilizados aos conselheiros com antecedência.

Art. 16º - As reuniões plenárias se instalarão com presença da maioria simples (50% mais 1) de seus membros e terão duração mínima de uma hora, podendo haver prorrogação por tempo sugerido pela mesa diretora e aprovado pela plenária.

§ 1º - Haverá tolerância de 15 minutos para se estabelecer o quórum para se iniciar a reunião, caso contrário a reunião será suspensa, e os conselheiros que não estiverem presentes ou representados por seus suplentes, ambos serão considerados faltosos.

§ 2º - O pedido de verificação de quórum poderá ser solicitado em qualquer ponto de pauta.

§ 3º - Durante o regime de votação não cabe a solicitação de verificação de quórum ou qualquer manifestação sobre o mérito do assunto em votação, exceto questão de ordem (exclusivo as questões que firam o regimento interno). Sempre que solicitada uma questão de ordem deverá ser citado o ponto do regimento que está sendo ferido.

Art. 17º - As reuniões do Conselho Municipal de Saúde serão abertas a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada com direito a voz, porém cada manifestação deverá respeitar o tempo máximo de 2 (dois) minutos que será contabilizado pela mesa diretora. Caso a plenária não se sinta esclarecida em assuntos pertinentes à votação, poderão ocorrer réplicas com tempo máximo de 1 (um) minuto.

Art. 18º - As deliberações serão tomadas pela maioria dos conselheiros presentes, ressalvado o disposto no Art. 23 deste Regimento Interno.

Art. 19º - Cada membro titular do Conselho Local de Saúde terá o direito a 1 (um) único voto.

Art. 20º - Cada conselheiro poderá formular e apresentar propostas e as mesmas serão apreciadas na mesma reunião ou no máximo até a próxima, quando for deliberado pela maioria dos conselheiros presentes.

Art. 21º - A ata de cada reunião será devidamente registrada em livro próprio e após sua aprovação, na reunião subsequente, será assinada apenas por todos que estiveram presentes na reunião de que se tratou a ata.

Parágrafo Único - O Conselho Local de Saúde encaminhará trimestralmente cópia das atas de reuniões ao Conselho Estadual de Saúde, podendo ser um tempo menor em casos urgentes.

Art. 22º - O Conselho Local de Saúde poderá contar com Comissões Transitórias, formadas entre seus conselheiros titulares e suplentes, conforme deliberação da plenária para promover estudos, recomendações e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

§ 1º - As Comissões Transitórias serão paritárias.

§ 2º - As reuniões das Comissões serão abertas a participação, com direito a voz, de qualquer cidadão ou entidade interessada.

§ 3º - Os integrantes das Comissões de que trata este artigo serão homologados pelo Conselho Local de Saúde.

§ 4º - As atas das reuniões das Comissões deverão ser registradas em livro

Próprio, e registrada em cartório.

Art. 23º - Os recursos financeiros para manutenção, capacitação dos conselheiros, material de expediente, despesas com viagens dos conselheiros quando necessário, será de responsabilidade do município, ou seja do poder executivo.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24º - O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo, ou em parte, em reunião plenária extraordinária convocada para este fim específico, mediante voto favorável de no mínimo dois terços de seus membros. E deverá estar disponível em todas as reuniões plenárias.

Parágrafo Único - Propostas de alterações poderão ser apresentadas pela mesa diretora ou por qualquer membro que as encaminhar com a assinatura de no mínimo um terço dos membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 25º - Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos em reunião plenária.

Art. 26º - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação em plenário, caso haja qualquer alteração na presente minuta, a mesma deverá ser encaminhada para o Conselho Municipal de Saúde a fim de ser validada e homologada.

Art. 27º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de São Joaquim SC na reunião extraordinária de Nº01 de Julho de 2015 realizada em 06/07/2015.

São Joaquim, 06 de Julho de 2015.

Elisiane Felipe Tomiosso José Teodoro de Sena Amaral Presidente do Conselho Municipal de Saúde Agente Administrativo

ANEXO I (Art. 7º - Inciso V - c)

Consultas: especialidades e exames (tempo de espera e absenteísmo).

Desinfestações e desratização: limpeza da caixa d'água, conforme calendário estabelecido pela Vigilância Sanitária do município, e laudo da mesma.

Limpeza e Higienização: avaliação e monitoramento das atividades realizadas pelo serviço de limpeza.

Infraestrutura: manutenção predial, acessibilidade, vidros, goteiras, jardinagem, pintura, paredes, calçadas, muros, grades, portões, telhado, calhas, iluminação externa e interna e outros.

Insumos, medicamentos e materiais médico: situação mensal, faltas, armazenamento, outros.

Laboratório: monitoramento dos laboratórios que prestam serviços em relação à qualidade, tempo de resultados e reclamações.

Manutenção de equipamentos: compressor da odontologia (ruído), gabinetes odontológicos, ECG, aparelho de pressão e outros.

Mobiliário: macas, cadeiras de roda, balcões, mesas, cadeiras, arquivos e outros equipamentos.

Ouvidoria: reclamações e elogios oriundos da Ouvidoria da PMC/SMS, atendimento profissional, demora, fluxo de atendimento e outros. Bem como avaliar o conteúdo da caixa de sugestões e elogios e/ou reclamações.

Recursos Humanos: informes mensais sobre quadro previsto e efetivo, com esclarecimento mensal sobre o os déficits efetivos. Repassando à Comissão Temática de Recursos Humanos do Conselho Municipal de Saúde o que for pertinente.

Segurança: dificuldades no dia a dia da Unidade de Saúde, no serviço de monitoramento noturno e finais de semana, bem como acompanhar o ressarcimento, pela empresa que monitora, dos bens subtraídos.

Serviços de radiologia: raio-x clínico e odontológico realizados pelas UPAS e/ou clínicas credenciadas, verificando o tempo de laudo e absenteísmo, solicitando laudos periódicos de avaliação técnica à vigilância sanitária.

Tecnologia da Informação: equipamentos, sistemas, operacionalização, funcionamento e outros.

Telefones: avaliação sobre o funcionamento e número de linhas.

Procedimentos Internos de Serviços: avaliação de relatórios.

São Joaquim, 06 de Julho de 2015.

Elisiane Felipe Tomiosso

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

José Teodoro de Sena Amaral

Agente Administrativo

DECRETO Nº 207/2015

DECRET O Nº 207/2015

"CANCELA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO CONCEDIDA AO FUNCIONÁRIO JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com Requerimento protocolado sob o nº 270/2015, de 11/06/2015 da parte interessada, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.300/99, artigo 69 e parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º; Fica cancelada a Licença sem Remuneração para Tratar de Assuntos Particulares, concedida ao funcionário JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, através do Decreto Nº 265/2014, de 13/11/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando cancelados os efeitos do Decreto Nº 265/2014, de 13/11/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 06 de Julho de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 208/2015

DECRET O Nº 208/2015

"QUE AUTORIZA UNIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE TERRAS URBANAS E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 300/2014"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 240, datado de 10/07/2015; Fica autorizado a UNIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por

JAIME COSTA MARTINS, de um imóvel urbano de terras medindo 1.119,72m², situado na Rua: Jorge Bleyer, Bairro Martorano – nesta cidade, conforme especificações que segue:

Memorial Descritivo Área Unificada

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	JAIME COSTA MARTINS
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

MATRICULA 7788 559,86 m²

MATRICULA 7789 559,86 m²

TOTAL 1.119,72 m²

PERÍMETRO: 137,32 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca que faz divisa com o CLUBE ASTREA, segue com o rumo de 53°56'20"SE e percorre 26.66 m por cerca que faz divisa com o CLUBE ASTREA, até o marco P2, segue com o rumo de 36°41'36"SO e percorre 42.00 m por divisa projetada que faz divisa com terrenos de JOAQUIM DE LIMA, até o marco P3, segue com o rumo de 53°52'50"NO e percorre 26.66 m por divisa projetada que faz divisa com a RUA JORGE BLEYER, até o marco P4, segue com o rumo de 36°41'38"NE e percorre 42.00 m por muro que faz divisa com a AV. JOÃO AUGUSTINHO SCHLISCHTING, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Memorial Descritivo LOTE 1

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	JAIME COSTA MARTINS
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área: 559,86m²

Perímetro: 95,44 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca dividindo-o com terrenos de CLUBE ASTREA, segue com o rumo SE e percorre 26.66 m por cerca dividindo-o com terrenos de CLUBE ASTREA, até o marco P2, segue com o rumo SO e percorre 21.00 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM DE LIMA, até o marco P3, segue com o rumo NO e percorre 26.66 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAIME COSTA MARTINS, até o marco P4, segue com o rumo NE e percorre 21.00 m por muro dividindo-o com terrenos de AVENIDA JOÃO AUGUSTO SCHLISCHTING, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Memorial Descritivo LOTE 2

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	JAIME COSTA MARTINS
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área: 559,86m²

Perímetro: 95,44 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAIME COSTA MARTINS, segue com o rumo SE e percorre 26.66 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAIME COSTA MARTINS, até o marco P2, segue com o rumo SO e percorre 21.00 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM DE LIMA, até o marco P3, segue com o rumo NO e percorre 26.66 m por divisa projetada dividindo-o

com terrenos de RUA JORGE BLEYER, até o marco P4, segue com o rumo NE e percorre 21.00 m por muro dividindo-o com terrenos de AVENIDA AUGUSTINHO SCHLISCHTING, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 300/2014, de 27/11/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 209/2015

DECRET O Nº 209/2015

"APROVA REGIMENTO INTERNO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.292/2014, de 17/12/2014.

Paragrafo Único - Fica fazendo parte integrante deste Decreto o referido Regimento, em forma de anexo.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º- O Conselho Municipal de Cultura, identificado pela sigla CMC, é o órgão consultivo, de assessoramento e fiscalização, no Município, que cuidará da relação entre a administração pública municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, participando da elaboração e do acompanhamento da política e do desenvolvimento cultural de São Joaquim, regendo-se por este Regimento Interno e suas demais atribuições legais.

Art. 2º- A política municipal de cultura tem por base um regime de colaboração, de forma horizontal, aberta e participativa, com a instituição de um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício

dos direitos sociais.

Art. 3º- Ao CMC compete:

- I – Propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar ações de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre na preservação do interesse público;
- II – Incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisa na área da cultura;
- III – Propor diretrizes para a política cultural a ser implementada pela administração pública municipal;
- IV – Propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;
- V – Colaborar na articulação das ações entre organismos público e privado da área da Cultura;
- VI – Emitir e analisar pareceres sobre questões culturais;
- VII – Estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades e investimentos realizados previamente pela Diretoria de Cultura São Joaquim e posteriormente pela Secretaria de Cultura quando criada;
- VIII – Incentivar a permanente atualização do cadastro das entidades culturais do município
- IX – Buscar articulação com outros Conselhos e entidades afins, objetivando intercâmbios, acúmulo de experiências e ações conjuntas quando possível;
- X – Propor critérios para o estabelecimento de convênios entre a Administração Pública Municipal e organizações públicas ou privadas a serem firmados pela Câmara Municipal Legislativa e poder executivo de São Joaquim no âmbito da implementação de políticas culturais;
- XI – Fomentar o funcionamento das comissões temáticas e grupos de trabalho do CMC.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º - O CMC funcionará por meio de reuniões:

- I – Ordinárias mensais sempre na última terça-feira, às 19 horas na sede da Casa da Cultura em São Joaquim.
- II – Extraordinárias, mediante convocação de seu presidente ou de um terço de seus membros titulares, uma vez dado conhecimento prévio da pauta da reunião, horário e local.

§ 1º- As reuniões ordinárias serão iniciadas com a presença da metade e mais um de seus membros titulares, em primeira chamada, ou com qualquer número de conselheiros presentes em segunda chamada, havendo a substituição de conselheiros titulares pelos conselheiros suplentes que estejam presentes.

§ 2º- As reuniões serão coordenadas pelo Presidente; na sua ausência, pelo Vice-Presidente; na ausência de ambos, pelo Primeiro Secretário; na ausência deste, pelo Segundo Secretário; e na ausência deste, por um Conselheiro indicado pelos presentes.

§ 3º- Serão tratados nas reuniões ordinárias e extraordinárias assuntos previamente pautados, salvo deliberação em contrário do CMC.

§ 4º- Perderão os mandatos as representações titulares que, no ano, não comparecerem a 03 (três) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas, salvo se a ausência for justificada.

§ 5º- A Secretaria Executiva do CMC oficiará Administração pública, quando da sua segunda falta consecutiva ou terceira intercalada.

§ 6º- A justificativa de falta deverá ser enviada à secretaria executiva do CMC, por escrito, até a data da próxima reunião, cabendo sua apreciação ao Presidente ou, na falta deste, ao Vice-Presidente, facultando-se ao interessado recurso à plenária do CMC.

§ 7º- Nas reuniões ordinárias ou extraordinárias, contatadas vagas decorrentes do não comparecimento de membros titulares, os membros suplentes presentes serão automaticamente chamados a ocupar estas vagas, incorporando-se ao quórum de presença adquirindo direito a voto no decurso das reuniões, ocupando as mesmas funções do titular da vaga dentro de comissões temáticas ou grupos de trabalho.

§ 8º- O requerimento de convocação extraordinária de reunião firmada por um terço dos membros titulares deverá ser protocolado na pelo presidente do CMC com 10 (dez) dias úteis na antecedência da data proposta e deverá conter a pauta e a fundamentação detalhada da solicitação.

§ 9º- As reuniões do CMC terão a duração máxima de 02 (duas) horas, podendo haver prorrogação a partir de deliberação do Plenário e afora a pauta prevista, caberá à mesa diretora decidir sobre a inclusão de outros assuntos assim como a ordem de sua ocorrência.

§ 10º- No caso de feriado ou qualquer impedimento para realização da reunião ordinária no dia a ela destinado, sua realização se dará no primeiro dia útil que a ele se seguir.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DO CMC E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º- As atribuições e competências da Mesa Diretora e da Secretaria Executiva, são aquelas definidas na legislação que dispõe sobre o Conselho Municipal de Cultural.

Art. 6º- Às Comissões Temáticas e aos Grupos de Trabalho compete:

- I – Encaminhar ao Conselho, regularmente, as proposições efetivamente formuladas, oficializadas e elaboradas;
- II – Dar legitimidade ao desempenho de seu representante no Conselho pela aprovação comunitária das proposições encaminhadas;
- III – Manterem-se atualizadas em suas condições legais de funcionamento, buscando o cumprimento satisfatório de suas atribuições de interesse do município;
- IV – Participar de eventos culturais de confraternização e de mobilização comunitária promovida pelo Conselho;
- V – Solicitar a substituição de seus Conselheiros representantes, nos termos deste regimento.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO TEMÁTICA

Art. 7º- As Comissões Temáticas, que corresponderão uma para cada setor previsto na legislação que rege o CMC, serão formadas por, no mínimo, um (1) membro do Conselho, indicados pelo Plenário, levando-se em consideração a legitimidade das suas atuações nas áreas culturais ou linguagens artísticas envolvidas.

Art. 8º- Compete aos integrantes de cada Comissão Temática:

- I – Buscar a constante compatibilização das proposições de projetos em relação aos objetivos do CMC;
- II – Cumprir e promover as normas estabelecidas neste Regimento e em atos complementares emitidos pelo CMC, em conformidade com a Lei que criou;
- III – Elaborar, por escrito, as resoluções provisórias e/ou definitivas acerca dos projetos, aprovados ou não;
- IV – Exercer outras atividades solicitadas pela Mesa Diretora.

CAPÍTULO V DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 9º- Poderão ser criados Grupos de Trabalho sempre que a mesa diretora julgue necessário para o cumprimento dos seus objetivos, formalmente justificados em ata.

Art. 10º- Cada Grupo de trabalho será formado por, no mínimo,

um (1) membro do CMC, indicados pelo plenário, levando em consideração a legitimidade das suas atuações nas áreas culturais ou linguagens artísticas envolvidas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º - O Conselho Municipal de Cultural decidirá sobre os casos omissos neste regimento, dentro de sua competência legal, sendo suas decisões registradas em ata e anotadas em livro próprio, passando a constituir precedentes que deverão ser observados.

Art. 12º - Qualquer alteração deste Regimento somente poderá ser efetivada mediante proposta de qualquer dos membros do CMC aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de representantes no efetivo exercício de suas funções no Conselho.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 210/2015

DECRETO Nº 210/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em atenção ao requerimento Protocolado sob o nº 274, de 22/06/2015; De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; fica concedido incentivo salarial de Nível Superior - Graduação a senhora JOSIANE NUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Psicóloga – 8% de seus vencimentos base.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 197/2015, de 22/06/2015, por haver saído com incorreções.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 211/2015

DECRET O Nº 211/2015

“QUE EXONERA O FUNCIONÁRIO
LEONEL LEONARDO PORTO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.323/2015, Art. 29; Fica EXONERADO o senhor: - LEONEL LEONARDO PORTO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, para o qual havia sido Admitido através da C.T.P.S. Nº 02.501 - Série 426, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Tempo de Contribuição do mesmo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 212/2015

DECRETO Nº 212/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em atenção ao requerimento Protocolado sob o nº 278, de 13/07/2015; De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; fica concedido incentivo salarial de Nível Superior ao servidor ANTONIO DALTON NUNES SILVEIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo – 20% de seus vencimentos base.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Julho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.336/2015

LEI Nº 4.336/2015

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR
CONVÊNIO COM A SOCIEDADE MUSICAL
MOZART JOAQUINENSE”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Sociedade Musical Mozart Joaquinense, nos termos da Minuta parte integrante desta Lei em forma de anexo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SOCIEDADE MUSICAL MOZART JOAQUINENSE E PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM SC

Sociedade Musical Mozart de São Joaquim SC- CNPJ 83.294.835/0001-29 tendo como representante sua Presidente Elizabete Mattos Mondadori, casada, CPF. 639.428.959-00, RG 592333 – SSP/SC, neste ato denominada CONVENIANTE, da

referida Instituição com sede nesta cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, na Rua Boanerges Pereira de Medeiros Nº 28.

Prefeitura Municipal de São Joaquim, CNPJ 82561093-0001-98 Praça João Ribeiro Nº 001 representada pelo Prefeito Municipal, Humberto Luiz Brighenti, CPF 20745001068 - CI 264449, casado, neste ato CONVENIADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio tem como objeto e cessão, por parte da Sociedade Musical Mozart Joaquinense, do seguinte imóvel:

a) – A Sede da Sociedade Musical Banda Mozart Joaquinense com 08 salas de aula, 01 cozinha e 02 banheiros, pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável por mais 1 (um) ano, sem ônus de aluguel. Para a Prefeitura Municipal, a qual será utilizada para administrar os cursos com aulas de teoria musical e prática instrumental de Banda e Orquestra Sinfônica, por professores do Quadro Funcional e/ou contratados pelo Município, desde que seja atendido os preceitos do Art. 37 da CF, que terão auxílio e colaboração de membros e profissionais da Sociedade Musical Mozart Joaquinense.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Compete a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Usar e administrar o imóvel como se próprio fosse, obrigando-se a mantê-lo em perfeitas condições de uso e conservação, até a sua efetiva restituição ao cedente;
- b) A Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura Municipal de São Joaquim não poderá ceder o imóvel a qualquer título a terceiros sem prévia autorização escrita do cedente;
- c) Para atender as necessidades da referida Escola de Musica poderá ser adequada a rede hidráulica e elétrica às necessidades da instituição dando condições técnicas necessárias para instalação de equipamentos; e o fornecimento de material de expediente;
- d) A Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal comprometer-se-á em manter impostos, taxas, água e luz, todos referentes ao imóvel ora cedido e exclusivamente do período de cedência, com pagamento em dia em quanto durar o respectivo convênio;
- e) A referida instituição será devolvida quando terminar o prazo da respectiva cedência;
- f) A Prefeitura Municipal comprometer-se-á em fazer a manutenção dos instrumentos musicais utilizados pelos alunos, se necessitar a compra de alguns instrumento para as aulas e for adquirido pela Secretaria Municipal de Educação a aquisição fará parte integrante do patrimônio da Prefeitura Municipal de São Joaquim.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente instrumento terá início a partir da data de sua assinatura com efeitos e vigorará por tempo determinado conforme previsto na alínea "a" da Cláusula Primeira, se houver interesse de ambos ou até que seja finalizado por solicitação de ambas as partes ou por descumprimento pelas partes das cláusulas deste contrato.

Parágrafo Único - Este Convênio poderá ser modificado no todo ou em parte, através de termo aditivo, desde que aprovado previamente pela Câmara de Vereadores.

CLÁUSULA QUARTA

Em caso de inexecução, descumprimento total ou parcial deste Convênio, a rescisão dar-se-á automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA

Este instrumento será registrado em cartório.

CLÁUSULA SEXTA

O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias deste instrumento é o da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

E por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que declaram conhecer seu inteiro teor.

São Joaquim, 09 de Julho de 2015.

SOCIEDADE MUSICAL MOZART JOAQUINENSE
CEDENTE

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
CONVENIADO.

Testemunhas:

1-) _____ 2-) _____

LEI Nº 4.337/2015

LEI Nº 4.337/2015

"QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER CONTRIBUIÇÃO A CONFERÊNCIA VICENTINA DE SÃO JOAQUIM"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer contribuição a Conferência Vicentina de São Joaquim, no valor de R\$ 2.364,00 (dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais), a fim de custear despesas com a realização da 24ª Edição do Concurso "A Mais Bela Adolescente", que aconteceu no dia 11 Julho de 2015, em São Joaquim.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei dar-se-ão por conta da dotação orçamentária (2) 3.3.50.00.00.00.00.4199, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.338/2015

LEI Nº 4.338/2015

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2014-2017, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2015, E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2015 PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração e inclusão de metas financeiras no Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei 4.193, de 14 de janeiro de 2014, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015, Lei 4.281, de 25 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (Lei 4.193, de 14 de janeiro de 2014 e Lei 4.281, de 25 de novembro de 2014) para novo item orçamentário, como segue:

03 - PODER EXECUTIVO
03.14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.14.08.242.0012.2.054 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(48) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.054-0069 – Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos 10.300,00

Art. 3º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(30) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.054 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Aplicações Diretas 10.300,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.339/2015

LEI Nº 4.339/2015

"QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A UTILIZAR RECURSOS DO PMAQ PARA PAGAMENTO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES VINCULADOS AO ESF"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" com Emenda Modificativa, e eu sanciono e promulgo a presente Lei, que passa a ter a seguinte Redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos financeiros do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ, transferido Fundo a Fundo pelo Ministério da Saúde, dotação orçamentária nº 3.1.90.00.00.00.00.00.0061, no valor de R\$ 270.000,00 anuais (43) 3.1.90.00.00.00.00.00.0061, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e nº (67) 3.1.90.00.00.00.00.00.0243, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) anuais; totalizando R\$ 270.000,00

(duzentos e setenta mil reais), para pagamento dos servidores ativos vinculados às equipes do ESF (Estratégia Saúde da Família). (Emenda Modificativa Nº 06/2015, de 14 de julho de 2015).

Art. 2º - Os pagamentos serão realizados na medida do ingresso das parcelas do recurso, e far-se-á enquanto o Município estiver vinculado ao PMAQ e houver o repasse dos valores por parte do Ministério da Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 286/2015

PORTARIANº 286/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – RAFAELA SAMARA FARIAS SILVA, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 03/07/2015. – JOSÉ VILMAR DA ROSA, ocupante do Cargo de Eletricista, a contar do dia 04/07/2015, e o retorno de acordo com o INSS. – RITA DE FATIMA RIBEIRO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 06/07/2015. – LARA APARECIDA SCHMIDT, ocupante da Função de Contadora, por 01 (um) dia, no dia 06/07/2015. – WALNIRA SOUZA GÓSS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, no dia 06/07/2015. – REGINALDA BORGES PESSOA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 03 (três) dias, a contar do dia 07/07/2015. – WALNIRA SOUZA GÓSS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, no dia 08/07/2015. – CLEBER ANTONIO DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 08/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 287/2015

PORTARIANº 287/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - VIRGILIO CARLOS LIRA DE BRITO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 08/07/2015 à 06/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 288/2015

PORTARIANº 288/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária: - NILZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 10/07/2015 à 08/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 289/2015

PORTARIANº 289/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ADRIANA LIMA GOULART, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/07/2015 à 11/08/2015. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 13/07/2015 à 11/08/2015. - ELISIANE FELIPE TOMIOSSO, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 13/07/2015 à 11/08/2015. - FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/07/2015 à 11/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 290/2015

PORTARIANº 290/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária: - AGDA VIEIRA CORDOVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/07/2015 à 11/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291/2015

PORTARIANº 291/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária - FRANCIELE APARECIDA CESCINETTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 13/07/2015 até 08/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 292/2015

PORTARIANº 292/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora ROSA ELIZABETE OLIVEIRA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (merendeira), na Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS, Bairro Nossa Senhora Aparecida, com 40 horas semanais, a contar do dia 14/07/2015, em substituição a agente Franciele Aparecida Cesconetto que encontra-se em licença gestação.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 293/2015

PORTARIANº 293/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ADRIANA APARECIDA ARTISMO GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 30/06/2015. – MARCELO RODRIGUES ZAPELINE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 07 (sete) dias, a contar do dia 01/07/2015. – MARCOS ALEXANDRE PEREIRA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, por 06 (seis) dias, a contar do dia 06/07/2015. – IEDA MARIA PEREIRA DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 07/07/2015, e o retorno de acordo com o INSS. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 08/07/2015. – RITA DE CASSIA PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 08/07/2015. – RICARDO COSTA CANDIDO DA SILVA, ocupante do Cargo de Professor, por 07 (sete) dias, a conta do dia 08/07/2015. – CLEBISON JOSÉ CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 10/07/2015. – MARLI DE FATIMA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 13/07/2015. – FRANCIANE NUNES SILVEIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 14/07/2015. – CARLA GÓSS DE MELO, ocupante do Cargo de Técnica em Administrativa, por 02 (dois) dias, a contar do dia 16/07/2015. – TEREZINHA DIAS DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/07/2015. – BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Julho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PROCESSO 08/2015 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 08/2015

Pregão Presencial 06/2015

Objeto: Contratação de empresa para realização de serviço de decoração para o IV Baile da Terceira Idade

Tipo: Menor preço global

Abertura: 31/07/2015 - 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 7.445,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 20 de julho de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 4756/2015



PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 4756/2015

DECRETO Nº 4756/2015

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO JARDIM BOTÂNICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**, no uso de sua atribuição legal, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 066, de 25 de março de 2015, que cria o Jardim Botânico Municipal de São José:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado "Ad Referendum" o REGIMENTO INTERNO do Jardim Botânico Municipal de São José - JBMSJ, exposto no anexo I deste Decreto.

Parágrafo único - O regimento do Jardim Botânico Municipal de São José - JBMSJ, fixa as competências das unidades mencionadas na Lei Complementar nº 066, de 25 de março de 2015, que cria o Jardim Botânico Municipal de São José, observadas as normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 4496 de 21 de maio de 2015.

Paço Municipal, em São José (SC), em 20 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N.º 4756/2015**REGIMENTO INTERNO DO JARDIM BOTÂNICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ****TÍTULO I****DAS COMPETÊNCIAS BÁSICAS E DA ESTRUTURA**

Art. 1º. O Jardim Botânico Municipal de São José - JBMSJ, vinculado à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS, e criado pela Lei Complementar nº 66 de 25 de março de 2015, têm como objetivo:

I – promover a pesquisa, a conservação, a preservação, a educação ambiental e o lazer compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

II – proteger, inclusive por meio de tecnologia apropriada de cultivos, espécies silvestres, ou raras, ou ameaçadas de extinção, especialmente no âmbito local e regional, bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III – manter bancos de germoplasma ex situ e gerenciar as reservas genéticas in situ no município;

IV – realizar, de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando à plena utilização para conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação;

V – promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais, internacionais e estrangeiros;

VI – estimular e promover a capacitação de recursos humanos.

Art. 2º. Para atender os objetivos fixados na forma da Lei e descritos no artigo anterior, o JBMSJ, deverá cumprir as seguintes funções:

I - desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, pesquisa, educação e lazer orientados, relacionados ao meio ambiente;

II - colaborar para a execução da política ambiental do Município, visando à preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, seu manejo equilibrado e a sua utilização racional por meio dos mecanismos de controle, fiscalização, proteção ambiental, estudos e pesquisas científicas e tecnológicas;

III - contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente do Município de São José, através do desenvolvimento de estudos e pesquisas multidisciplinares;

DECRETO Nº 4756/2015

IV - promover o desenvolvimento científico e tecnológico visando ao aproveitamento sustentável dos recursos florísticos da região;

V - atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais, promovendo o intercâmbio com os jardins botânicos e instituições afins, nacionais ou estrangeiras.

Art. 3º. Para a execução de suas atividades específicas o JBMSJ terá a seguinte estrutura administrativa:

I - Diretoria de Unidades de Conservação/JBMSJ;

II - Gerência Técnica de Unidades de Conservação/JBMSJ.

TÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS ORGÂNICAS

DA EXECUÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E ACESSORAMENTO A DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E JARDIM BOTÂNICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Art. 4º. Ao DIRETOR DO JBMSJ, diretamente subordinado ao Superintendente da FMADS, compete:

I - coordenar a implantação e realizar a administração das Unidades de Conservação ambiental, hortos e viveiros de plantas pertencentes ao município e à Fundação do Meio Ambiente, subordinando-se aos atos e determinações do Superintendente da Fundação;

II - coordenar a implantação e exercer a administração do Jardim Botânico Municipal de São José e de outras unidades semelhantes que vierem a ser instituídas, subordinando-se aos atos e determinações do Superintendente da Fundação;

III - cumprir e fazer cumprir atos, orientações e diretrizes da FMADS, prestando-lhe contas de suas ações, atividades e projetos desenvolvidos;

IV - prestar assistência ao Superintendente em sua representação;

V - incumbir-se do preparo e despacho de expediente, junto ao Superintendente;

VI - coordenar e controlar a execução das atividades específicas e genéricas do JBMSJ;

VII - fornecer dados e colaborar para a elaboração da programação anual do JBMSJ;

VIII - coordenar a elaboração do relatório anual das atividades do JBMSJ para fins de tomada de contas;

Página 3 de 9

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

DECRETO Nº 4756/2015

IX – receber, autuar, distribuir e controlar a tramitação dos processos no âmbito do JBMSJ;

X – coletar, classificar, registrar e catalogar atos oficiais e outros documentos;

XI – orientar, organizar e manter atualizados arquivos e fichários de legislação, atos Administrativos, documentos e publicações de interesse do órgão;

XII – organizar, expedir e controlar a documentação e o expediente do JBMSJ;

XIII – propor a eliminação e arquivamento definitivo de documentos;

XIV – promover a aquisição ou assinatura de periódicos de interesse geral do JBMSJ, receber e distribuir os Diários Oficiais, catalogar e arquivar matérias de interesse;

XV – elaborar e coordenar as atividades de divulgação da instituição;

XVI – propor a elaboração de material informativo e promocional;

XVII – Promover o controle interno da Instituição em consonância a Controladoria Geral do Município;

XVIII – Executar outras atividades relativas à sua área de atuação.

TÍTULO III

DA EXECUÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DA GERÊNCIA TÉCNICA DO JBMSJ

Art. 5º. A GERÊNCIA TÉCNICA, unidade orgânica diretiva e executiva compete:

I – Adotar as medidas necessárias ao gerenciamento técnico das Unidades de Conservação Ambiental, horto e viveiros de plantas pertencentes ao Município e à FMADS;

II – Promover as medidas necessárias ao gerenciamento técnico do Jardim Botânico Municipal de São José e de outras unidades semelhantes que vierem a ser instituídas;

III – Acatar atos e determinações da Diretoria de Unidades de Conservação, prestando-lhe contas de suas ações, atividades e projetos desenvolvidos;

IV – Dirigir, coordenar e controlar a execução das competências das unidades que lhe são diretamente subordinadas;

V – Coordenar e controlar os recursos técnicos do Órgão;

VI - Elaborar proposta de projetos para captação de recursos para o JBMSJ;

VII – Programar atividades relativas ao acompanhamento técnico de resultado de projetos;

VIII - Providenciar a prestação de contas dos recursos recebidos via projetos;

IX – Representar o JBMSJ junto a instituições técnicas, órgãos públicos e privados, quando da impossibilidade da Diretoria;

Página 4 de 9

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

DECRETO Nº 4756/2015

X – Programar, especificar, padronizar e codificar material.

Art. 6º A função de EDUCAÇÃO AMBIENTAL, diretamente subordinada à Gerência Técnica, compete:

I – Planejar, organizar, coordenar e controlar a execução das atividades das unidades que lhe são diretamente subordinadas;

II – Elaborar e propor a sua programação anual de trabalho;

III – Elaborar e propor programas e ações educativas que atendam aos objetivos do Órgão;

IV – coordenar a realização de cursos, seminários, palestras, exposições e outros eventos;

V – Coordenar as atividades inerentes ao Centro de Visitantes do JBMSJ;

VI – Planejar e coordenar a execução de programas que visem promover a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais;

VII – Desenvolver pesquisas em educação ambiental;

VIII – Resgatar e valorizar os conhecimentos tradicionais das populações relativas à conservação do meio ambiente;

IX – Programar, promover e estimular o aperfeiçoamento técnico-científico dos servidores do JBMSJ;

X – executar e promover o desenvolvimento de atividades ligadas ao atendimento escolar na área de uso público do JBMSJ;

XI – Desenvolver metodologias e mecanismos visando transformar as informações técnico-científicas em linguagem popular para aplicação no ensino formal e informal, além da interpretação do acervo do JBMSJ.

XII – contribuir para a realização de atividades informativas e educativas sobre questões ambientais junto a comunidade.

XIII – Sugerir intercâmbio de experiências com instituições que atuem na área de Educação Ambiental.

XIV – Realizar pesquisas visando ao desenvolvimento e produção de materiais didáticos e metodologias para os programas de educação ambiental

XV – Elaborar material didático voltado a difusão e transferência de conhecimento científico e popular.

XVI – Executar e exercer outras atividades relativas à sua área de atuação.

Art. 7º. – A função de BOTÂNICA APLICADA, diretamente subordinada a Gerência Técnica, compete:

I – Planejar, organizar, coordenar e controlar a execução das atividades das unidades que lhe são diretamente subordinadas;

II – Promover estudos, pesquisas e levantamentos florísticos sobre vegetação e flora nativas, especialmente, do Município de São José;

III – Promover estudos na área de morfologia vegetal e taxonomia;

DECRETO Nº 4756/2015

IV – Participar de projetos integrados com as demais Divisões e Instituições de interesse do JBMSJ;

V – Coordenar pesquisa e experimentação objetivando preservar a variabilidade genética das espécies do Município de São José.

VI – Orientar a reprodução de espécies vegetais nativas ou exóticas de interesse do JBMSJ;

VII – Propor intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras no campo da pesquisa e experimentação vegetal.

VIII – Orientar e elaborar o "INDEX SEMINUM";

IX – Programar, promover e estimular o aperfeiçoamento técnico-científico dos servidores lotados na Divisão;

X – Promover a propagação de espécies vegetais nativas ou exóticas e prover as coleções de plantas vivas;

XI – Orientar e acompanhar a execução dos serviços de arborização urbana e paisagismo dentro do estabelecido na forma da Lei;

XII – Manter viveiros;

XIII – Realizar a conservação e controle fitossanitário de material vegetativo e reprodutivo para cultura e aclimação;

XIV – Realizar o controle fitossanitário das coleções vivas do JBMSJ;

XV – Promover a seleção e o melhoramento de espécies vegetais nativas ou exóticas;

XVI – Executar coleta de germoplasma para a formação de bancos genéticos;

XVII – Executar e exercer outras atividades relativas à sua área de atuação.

Art. 8º. A função de ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO, diretamente subordinada a Gerência Técnica, compete:

I – Planejar, organizar, coordenar e controlar a execução das atividades das unidades que lhe são diretamente subordinadas;

II – Propor estudos para conservação dos recursos naturais do Município de São José;

III – Promover estudos de sinecologia e de auto ecologia de espécies nativas, especialmente espécies raras e endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção;

IV – Desenvolver ações visando a conservação IN SITU e EX SITU da biodiversidade;

V – Promover estudos integrados da flora e fauna nativas e seu relacionamento com o meio ambiente;

VI – Coordenar pesquisas que visem assegurar a utilização das espécies e dos ecossistemas de forma sustentável;

VII – Coordenar pesquisas sobre o manejo e o aproveitamento dos recursos naturais pelas populações tradicionais, dando ênfase a viabilidade econômica, sustentabilidade ecológica e as questões sociais;

VIII – Contribuir para a implantação de projetos de manejo sustentado, visando à utilização racional da flora e recursos hídricos;

Página 6 de 9

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

DECRETO Nº 4756/2015

IX – Promover recuperação de áreas degradadas e preservação dos recursos hídricos na área do Órgão

X – Programar, promover e estimular o aperfeiçoamento técnico científico dos servidores lotados na Divisão;

XI – Exercer outras atividades relativas à sua área de atuação;

Art. 9º. A função de COLEÇÕES BOTÂNICAS, diretamente subordinada a Gerência Técnica, compete:

I – Organizar e manter as coleções botânicas de herbário, xiloteca, carpoteca, plantas vivas e outras afins, exercendo a sua curadoria;

II – Indicar os curadores para as coleções do JBMSJ;

III – Manter estufas, casa de vegetação e outras coleções científicas do JBMSJ;

IV – Promover a implantação e a manutenção das coleções científicas e dos bancos de germoplasma;

V – Manter intercâmbio com instituições afins.

TÍTULO IV

DAS VINCULAÇÕES TÉCNICAS E DOS RELACIONAMENTOS

Art. 10. As Unidades Orgânicas do JBMSJ funcionarão em regime de mutua colaboração, respeitadas as competências regimentais.

Art. 11. O relacionamento das unidades orgânicas do JBMSJ entre si e com outros órgãos ou entidades se processará da seguinte forma:

I – Relacionamento das unidades será funcional, recorrendo-se a relações formais quando ocorrer comprometimento na continuidade da execução das atividades;

II – Em nível interno, as relações serão de caráter funcional e formal;

III – Em nível externo, as relações serão efetuadas pelo Diretor por expressa delegação do Superintendente da FMADS;

IV – No desempenho da programação e controle, as unidades orgânicas agirão de forma harmônica e integrada.

Página 7 de 9

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

TÍTULO V**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12. O JBMSJ, para o exercício de suas competências, disporá de mecanismos de natureza transitória, tais como Grupos de trabalho, Comissões e outros similares a serem constituídos pela Superintendência da FMADS.

Art. 13. As funções de Educação Ambiental, Assessoria Jurídica, Administrativo, Financeiro, Botânica Aplicada, Ecologia e Conservação e Coleções Botânicas e suas respectivas seções do JBMSJ serão exercidas preliminarmente pelos órgãos que compõem a FMADS até posterior aprovação em Lei Complementar da estrutura integral a ser proposta.

Art. 14. As dúvidas surgidas na interpretação e aplicação deste Regimento serão dirimidas pelo Superintendente da FMADS, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Paço Municipal de São José, 20 de julho de 2015

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

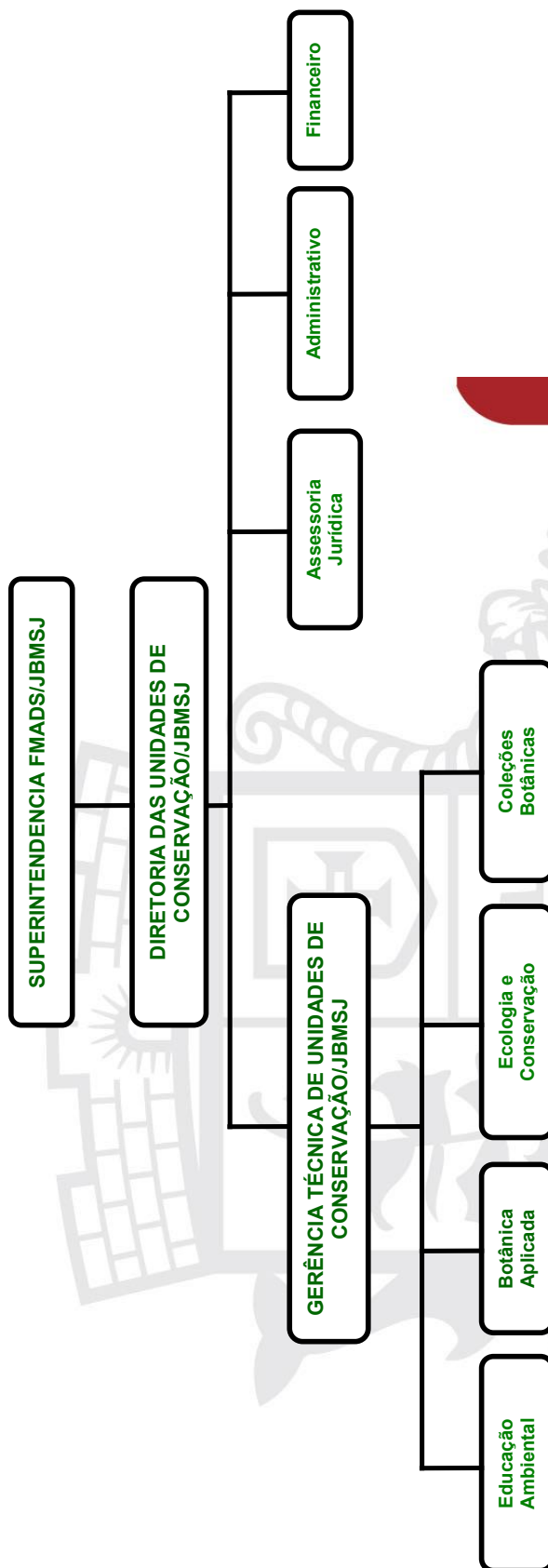
MOACIR DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal do Meio ambiente



PUBLICADO NO D.O.M./SC

 Edição: ____/____/____
 De: ____/____/____

DECRETO Nº 4756/2015

ANEXO I**ORGANOGRAMA FUNCIONAL - FMADS/JBMSJ**

Página 9 de 9

 Prefeitura Municipal de São José
 Av. Acioni Souza Filho, 403
 São José SC CEP 88.103-790
 (48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA 78-15

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/15

HOMOLOGAÇÃO: 20/07/15

CONTRATADO: CÂNDIDO CHRISTANI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, COM ÁREA LIVRE DE

91M2, COM SALAS SEPARADAS, COZINHA E BANHEIRO PARA

USO DO CRAS, NA APLICAÇÃO DE ATIVIDADES DIFERENTES

PARA AS CRIANÇAS, COMO ARTESANATO, PINTURA EM TELA, OFICINAS DE DESENVOLVIMENTO SICILA E OUTRAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

DATA: 20/07/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.13/2015

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2015

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 13/2015, Edital de Pregão Nº 13/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: aquisição de material de consumo, material de copa e cozinha e material de higiene e limpeza para manutenção das atividades nas unidades de saúde do município. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 17:00 horas do dia 31/07/2015. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 03/08/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.74/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº74/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº74/2015, Edital de Pregão Nº74/2015, Objeto: aquisição de móveis diversos, equipamentos de informática e projeção, ar condicionado e outros, para fins de mobiliar e estruturar o centro de referência de assistência social de São José do Cedro. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 17:00 horas do dia 03/08/2015. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 04/08/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio Hentz, brasileiro, casado, portador do RG nº 17/R 1.693.579 e inscrito no CPF sob nº 492.474.509-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa JOCIEL BEAL ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Brasil, nº 660, Sala 02, Bairro Centro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 11.954.118/0001-75, neste ato representada por seu representante legal, Jociel Beal, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 048.588.859-92 e portador da Cédula de Identidade sob nº 4.283.738, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 003/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2014 - FMS, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender a necessidade dos pacientes inscritos no programa do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 710,00 (setecentos e dez reais) o que perfaz 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 003/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2015 - FMS, que trata da AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL (LEITE EM PÓ), PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES E PACIENTES COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO E ESTADO NUTRICIONAL DEBILITADO, CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA E ESTUDO SOCIO ECONOMICO.

Contratada: JOCIEL BEAL ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	ALIMENTAÇÃO NUTRICIONAL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL 400 G PARA ALIMENTAÇÃO DE ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO, COMPLEMENTO ALIMENTAR LÁCTEO. ADICIONADO DE FIBRAS, PROTEÍNAS, CARBOIDRATOS, VITAMINAS. CONTEM GLUTEN.	25	R\$ 28,40	R\$ 710,00
TOTAL	R\$ 710,00			

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 710,00 (setecentos e dez reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de julho de 2015.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	JOCIEL BEAL Jociel Beal Me	SÉRGIO HENTZ Secretário Municipal de Saúde
---	-------------------------------	---

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 - FMS

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio Hentz, brasileiro, casado, portador do RG nº 17/R 1.693.579 e inscrito no CPF sob nº 492.474.509-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa NUTRICLIN SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Fagundes Varela, nº 962, Bairro Jardim Social, no Município de Curitiba - PR, CEP: 82.520-040, inscrita no CNPJ sob o nº 12.694.747/0001-76, neste ato representada por seu representante legal, João Rogerio Padilha, brasileiro, contabilista, inscrito no CPF sob nº 586.517.729-04 e portador da Cédula de Identidade sob nº 3.179.683-0, residente e domiciliado no Município de Curitiba - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 003/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2014 - FMS, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de 24% (vinte e quatro por cento) ao valor total contratado para

o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender a necessidade dos pacientes inscritos no programa do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 306,00 (trezentos e seis reais) o que perfaz 24% (vinte e quatro por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 003/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2015 - FMS, que trata da AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL (LEITE EM PÓ), PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES E PACIENTES COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO E ESTADO NUTRICIONAL DEBILITADO, CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA E ESTUDO SOCIO ECONOMICO.

Contratada: NUTRICLIN SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA - EPP:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ALIMENTO NUTRICIONAL COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL EM PÓ, ADICIONADO DE PROTEINAS, VITAMINAS, CARBOIDRATOS. SABORES VARIADOS. NAO CONTEM GLUTEN, LACTOSE. APRESENTAÇÃO 400 GR	12	R\$ 25,50	R\$ 306,00
TOTAL	R\$ 306,00			

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 306,00 (trezentos e seis reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de julho de 2015.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	João Rogerio Padilha Nutriclin Saude Comercio De Produtos Nutricionais Ltda - Epp	SÉRGIO HENTZ Secretário Municipal de Saúde
---	---	---

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Publicado no DOM/SC - Edição nº 1615 - Pág. 476, datada de 14/11/2014.

Fica anulada a publicação do extrato do Convênio de Conjugação de Esforços, de 03 de novembro de 2014, contendo os dados abaixo, eis que a Conveniente, informou que o referido convênio não deveria ser efetivado em função de um desacordo encontrado pela área jurídica da Conveniente, fato este que impede a produção de seus efeitos.

EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convenientes: CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda., CNPJ/MF nº 02.261.854/0001-57, mantenedor do Centro Universitário Internacional - UNINTER, e IBPEX - Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão S/S Ltda., CNPJ/MF nº 03.975.743/0001-75.

Conveniados: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Conjugação esforços, visando a especialização profissional de empregados e dependentes legais dos empregados do Conveniado, por meio da concessão de descontos.

Despesas: Não haverá o pagamento de despesas por parte do Conveniado, mas este compromete-se a divulgar os cursos realizados pelos Convenientes aos seus funcionários/associados ativos, por meio da rede interna de comunicação, bem como por meio de folders, jornais, intranet, folder eletrônico ou qualquer outra forma de publicação. No entanto, os Convenientes comprometem-se a conceder desconto de 05% (cinco) por cento para os cursos de modalidade EAD (à distância) e 05% (cinco) por cento para os cursos de modalidade presencial, sobre o valor líquido das mensalidades dos cursos, condicionadas ao pagamento rigorosamente em dia, em conformidade com o contrato de cada um dos beneficiários.

Data da assinatura: 03/11/2014.

Vigência: de 03/11/2014 a 03/11/2016.

Signatários: Edmilson Picler, pelas convenientes, e Geraldino Cardoso, pelo Conveniado.

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS - FMS

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Publicado no DOM/SC - Edição nº 1615 - Pág. 476, datada de 14/11/2014.

Fica anulada a publicação do extrato do Convênio de Conjugação de Esforços, de 03 de novembro de 2014, contendo os dados abaixo, eis que a Conveniente, informou que o referido convênio não deveria ser efetivado em função de um desacordo encontrado pela área jurídica da Conveniente, fato este que impede a produção de seus efeitos.

EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convenientes: CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda., CNPJ/MF nº 02.261.854/0001-57, mantenedor do Centro Universitário Internacional - UNINTER, e IBPEX - Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão S/S Ltda., CNPJ/MF nº 03.975.743/0001-75.

Conveniados: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Objeto: Conjuguar esforços, visando a especialização profissional de empregados e dependentes legais dos empregados do Conveniado, por meio da concessão de descontos.

Despesas: Não haverá o pagamento de despesas por parte do Conveniado, mas este compromete-se a divulgar os cursos realizados pelos Convenientes aos seus funcionários/associados ativos, por meio da rede interna de comunicação, bem como por meio de folders, jornais, intranet, folder eletrônico ou qualquer outra forma de publicação. No entanto, os Convenientes comprometem-se a conceder desconto de 05% (cinco) por cento para os cursos de modalidade EAD (à distância) e 05% (cinco) por cento para os cursos de modalidade presencial, sobre o valor líquido das mensalidades dos cursos, condicionadas ao pagamento rigorosamente em dia, em conformidade com o contrato de cada um dos beneficiários.

Data da assinatura: 03/11/2014.

Vigência: de 03/11/2014 a 03/11/2016.

Signatários: Edimilson Picler, pelas convenientes, e Geraldino Cardoso (Gestor), pelo Conveniado.

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015 - PR Nº 068/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados que resolve RETIFICAR o item 01 descrito no Anexo I, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 068/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. (PUBLICADO NO DOM/SC EDIÇÃO Nº 1783, DIA 14/07/2015 – PAG. 466), reabrindo-se o prazo legal para abertura dos envelopes, designando-se nova data para o dia 31/07/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 20 de julho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA - CONTRATO Nº 126/2015

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

Solicito, na presente data, que a empresa ZENI TEREZINHA PONTES - CONSTRUTORA - EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.492.112/0001-72, vencedora do Processo Licitatório nº 061/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO COM ÁREA TOTAL DE 387,31 M², NA RUA RUI BARBOSA ESQUINA COM RUA DOM PEDRO II NA PRAÇA DA LIBERDADE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - INFRAESTRUTURA - CONTRATO DE REPASSE Nº 1021741-29/2014, em virtude do que, assinou o Contrato nº 126/2015, de 17 de junho de 2015, INTERROMPA DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que o objeto contratado é proveniente do Contrato de Repasse nº 1021741-29/2014, assinado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com intermediação da Caixa Econômica Federal, sendo que as normas estabelecidas para os Convênios Federais, em especial a Portaria Interministerial nº 507/2011, prevê em seu art. 78 que "o concedente somente poderá autorizar o início de execução do objeto contratado após a liberação dos recursos referentes à primeira parcela de repasse da União". Portanto, sabendo-se que até o presente momento a União não liberou nenhuma parcela do Convênio, não restam ações à Prefeitura Municipal senão paralisar a obra do Contrato nº 126/2015, de 17 de junho de 2015, garantindo-se a permanência dos períodos de vigência e execução, bem como a obediência às regulamentações do Governo Federal e o bom andamento das atividades dos Convênios que esta Prefeitura celebra com os órgãos da União.

Destaca-se, por oportuno, que é prerrogativa da Administração alterar o contrato, na forma do §5º, do artigo 79, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de julho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.378/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 09, COM ÁREA DE 443,683M2, MATRICULA Nº 20.773 E DO LOTE URBANO Nº 10, COM ÁREA DE 417,42M2, MATRICULA Nº 20.774, DE PROPRIEDADE DE IVONETE MARIA MARTINI NEUMANN

DECRETO Nº 8.378/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento E REMEMBRAMENTO, do lote urbano nº 09, com área de 443,683m2, matrícula nº 20.773 e do lote urbano nº 10, com área de 417,42m2, matrícula nº 20.774, situados na Rua Humberto Benetti esquina com a Rua Joaquim José Martini, da quadra "A", do Loteamento Martini, Bairro São Sebastião, perímetro urbano, de propriedade de Ivonete Maria Martini Neumann, e o desdobramento de parte do lote urbano nº 09, de uma área de 241,443m2, que será lembrado com parte da chácara letra "F", com área de 31,44m2, matrícula nº 41.191, de propriedade de Archimimo Giacomelli, perfazendo um total de 272,883m2, remanescendo do lote urbano nº 09, uma área de 202,24m2, que será lembrada ao lote urbano nº 10, com área de 417,42m2, perfazendo um total de 619,66m2, passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento:

Parte do lote urbano nº 09, com área de 241,443m2, confrontando: ao Norte, com parte da chácara nº 60-D e com parte da chácara letra "F", por linha seca medindo 23,30metros; ao Leste, com a Rua José Joaquim Martini, medindo 11,45metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 09, por linha seca medindo 23,19metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 08, por linha seca medindo 9,373metros.

Parte do lote urbano nº 09, com área de 202,24m2, confrontando: ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 09, por linha seca medindo 23,19metros; ao Leste, com a Rua José Joaquim Martini, medindo 8,83metros; ao Sul, com o lote urbano nº 10, por linha seca medindo 23,19metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 08, por linha seca medindo 8,612metros.

Remembramento:

Parte do lote urbano nº 09, com área de 241,443m2, e parte da chácara letra "F", com área de 31,44m2, perfazendo um total de 272,883m2, confrontando em conjunto: ao Norte, com parte da chácara nº 60-D, por linha seca medindo 15,32metros; ao Noroeste, com parte da chácara nº 60-D, por linha seca medindo 9,40metros; ao Nordeste, com a Rua José Joaquim Martini, medindo 8,00metros; ao Leste, com a Rua José Joaquim Martini, medindo 11,45metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 09, por linha seca medindo 23,19metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 08, por linha seca medindo 9,373metros.

Parte do lote urbano nº 09, com área de 202,24m2 e lote urbano nº 10, com área de 417,42m2, perfazendo um total de 619,66m2, confrontando em conjunto: ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 09, por linha seca medindo 23,19metros; ao Leste, com a Rua José Joaquim Martini, medindo 26,83metros; ao Sul, com a

Rua Humberto Benetti, medindo 23,19metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 08, por linha seca medindo 26,612metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 17 de julho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.379/2015 - DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE TERRA SOBRE OS IMÓVEIS OBJETOS DAS MATRÍCULAS Nº 15.739, 38.286 E 15.747 DE PROPRIEDADE DE VANI AFONSO LUDWIG E OUTROS, SITO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.379/2015

DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE TERRA SOBRE OS IMÓVEIS OBJETOS DAS MATRÍCULAS Nº 15.739, 38.286 E 15.747 DE PROPRIEDADE DE VANI AFONSO LUDWIG E OUTROS, SITO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, e

CONSIDERANDO a apresentação da documentação legal exigida para a pretendida movimentação de terra;

CONSIDERANDO a apresentação da documentação final requerida pelo Departamento de Engenharia da Municipalidade quanto a retificação das plantas de corte sobre parte do espaço da Rua Euclides da Cunha;

CONSIDERANDO a apresentação do competente projeto de drenagem devidamente subscrito por profissional habilitado na área;

CONSIDERANDO a existência de promoção de arquivamento subscrita por Representante Ministerial em relação a supostas irregularidades ambientais em relação aos imóveis objetos da pretendida movimentação de terra;

CONSIDERANDO que a suposta declividade superior a 30% é decorrente de intervenção artificial, consubstanciada na intervenção por maquinário da Municipalidade para extração de cascalho para conservação de estradas do Interior;

CONSIDERANDO que as áreas de Conservação e Recuperação Ambiental (AEIA tipo II) compreendem as áreas com declividade natural maior que 30%;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o projeto de movimentação de terra e drenagem referente aos imóveis objetos das matrículas nº 15.739, 38.286 e 15.747 de propriedade de Vani Afonso Ludwig e outros, apresentados a Municipalidade por meio do Protocolo 7157/2014.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 17 de julho de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

JULIO ANTONIO BAGETTI
Advogado Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Eliane Teixeira da rosa
Técnico Administrativo

EXT. CONTRATO 43.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 43/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 43/2015
CARTA CONVITE 02/2015
OBJETO: COTAR PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE GRAMA TIPO ESMERALDA EM LEVA DESTINADOS PARA A PRAÇA BELARMINO ANNONI, PERIMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.
VALOR: R\$ 76.615,42
CONTRATADO: FABIO MARTINI ME
VIGÊNCIA: 60 DIAS.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: FABIO MARTINI
São Miguel do Oeste, SC., 30 de março de 2015

EXT. CONTRATO 52.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 52/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015
CONVITE Nº 03/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO 24 HORAS DE SEGUNDA A DOMINGO (INCLUINDO FERIADOS), EM BENFEITÓRIAS (PALCOS, BANHEIROS, CALÇADAS, PARQUE INFANTIL, MIRANTE E ESPAÇO CULTURAL) DA PRAÇA WALMIR BOTTARO DANIEL. PERÍMETRO URBANO DESTA CIDADE PARA O PERÍODO DE MAIO A JULHO DE 2015.
VALOR: 65.985,00
CONTRATADO: MEGA MONITORAMENTO LTDA - ME
VIGÊNCIA: 03 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR EUGENIO WEBER
São Miguel do Oeste, SC., 27 de abril de 2015

EXT. CONTRATO 62.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 62/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DE TRÂNSITO DA POLÍCIA MILITAR 11º BPM/FRON, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 4.727/2011, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 1407/2015.
VALOR: 10.906,00
CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: NILBERTO ANTONIO BELLENZIER
São Miguel do Oeste, SC., 20 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 63.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 63/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DE TRÂNSITO DA POLÍCIA MILITAR 11º BPM/FRON, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 4.727/2011, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 1407/2015.
VALOR: 12.164,00
CONTRATADO: J.K. PNEUS LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: IGOR TERNUS
São Miguel do Oeste, SC., 20 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 64.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 64/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DE TRÂNSITO DA POLÍCIA MILITAR 11º BPM/FRON, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 4.727/2011, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 1407/2015.
VALOR: 24.796,00
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: IONE SÜHNEL BESS
São Miguel do Oeste, SC., 20 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 65.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 65/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 01/2015

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade

institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no § 1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade

com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010.

CONTRATADO: AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ALENCAR PEDRO TIEPO

São Miguel do Oeste, SC., 21 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 66.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 66/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINAS MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA COM FRENTE E VERSO AUTOMATICO DESTINADOS PARA OS DIVERSOS SETORES DESTA MUNICIPALIDADE, PARA O PERIODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: MARI ADRIANE SACHETTI DRACZESKI – ME

VALOR: 1.740,00

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: MARI ADRIANE SACHETTI DRACZESKI

São Miguel do Oeste, SC., 21 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 67.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 67/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINAS MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA COM FRENTE E VERSO AUTOMATICO DESTINADOS PARA OS DIVERSOS SETORES DESTA MUNICIPALIDADE, PARA O PERIODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

VALOR: 12.720,00

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: DIRCEU DREHMER

São Miguel do Oeste, SC., 21 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 68.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 68/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINAS MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA COM FRENTE E VERSO AUTOMATICO DESTINADOS PARA OS DIVERSOS SETORES DESTA MUNICIPALIDADE, PARA O PERIODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: R2 COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS

PARA ESCRITORIO LTDA

VALOR: 7.440,09

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: JANDIR PEDRO ZAGONEL

São Miguel do Oeste, SC., 21 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 69.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 69/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINAS MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA COM FRENTE E VERSO AUTOMATICO DESTINADOS PARA OS DIVERSOS SETORES DESTA MUNICIPALIDADE, PARA O PERIODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA

VALOR: 21.240,00

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: JAIR JORGE DE SOUZA

São Miguel do Oeste, SC., 21 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 70.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 70/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DESTINADO NA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BUEIROS PLUVIAIS DAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NA AF Nº 1430/ 2015.

CONTRATADO: EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

VALOR: 82.480,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: LEVINO LAZZAROTTO SILVESTRE

São Miguel do Oeste, SC., 21 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 71.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 71/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 6.434/2010, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR: 6.880,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRANTANTE: AIRTON LUIZ FAVERO

ASSINA pela CONTRATADA: MOISES LUIZ BOFF

São Miguel do Oeste, SC., 25 de maio de 2015

CONTRATADO: AÇOUGUE E MERCADO KLEIN LTDA - ME
VALOR: 6.830,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRANTANTE: AIRTON LUIZ FAVERO

ASSINA pela CONTRATADA: LAURINDO SOARES BORGES

São Miguel do Oeste, SC., 25 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 75.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 75/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 6.434/2010, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

CONTRATADO: EDASA ATACADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR: 4.213,90

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRANTANTE: AIRTON LUIZ FAVERO

ASSINA pela CONTRATADA: NELSO LISAKI

São Miguel do Oeste, SC., 25 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 72.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 72/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 6.434/2010, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

CONTRATADO: ROBERTO LUIZ MALDANER - ME

VALOR: 6.258,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRANTANTE: AIRTON LUIZ FAVERO

ASSINA pela CONTRATADA: ROBERTO LUIZ MALDANER

São Miguel do Oeste, SC., 25 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 76.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 76/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 56/2015

TOMADA DE PREÇO 09/2015

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADO PARA A DRENAGEM DE AGUA PLUVIAIS

RUA PLACIDO DE CASTRO, BAIRRO ANDREATTA E O PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE PONTILHÃO COM GALERIAS PRÉ-MOLDADAS, RIO GUAMERIM, BAIRRO SAGRADO CORAÇÃO CFE CONTRATO DE REPASSE N.º 806324/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA PROCESSO N. 2623.1018717-74/2014, DE ACORDO COM O MEMORIAL

DESCRIPTIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS,

VALOR: R\$ 258.590,86

CONTRATADO: BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

VIGÊNCIA: 03 MESES.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 73.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 73/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 6.434/2010, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

CONTRATADO: DAIANE PICININI - ME

VALOR: 6.547,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRANTANTE: AIRTON LUIZ FAVERO

ASSINA pela CONTRATADA: DAIANE PICININI

São Miguel do Oeste, SC., 25 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 77.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 77/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

EXT. CONTRATO 74.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 74/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 6.434/2010, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

CONTRATADO: MECÂNICA ALBA LTDA - EPP
VALOR: 17.900,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ALTAIR JOSÉ ORSO
São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 78.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 78/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.
CONTRATADO: ORSO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA - ME
VALOR: 7.900,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: IVALDIR ORSO
São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 79.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 79/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.
CONTRATADO: TORNEARIA GILOMAX LTDA ME
VALOR: 6.800,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: MAXIMILIANO CICERI
São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 80.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 80/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.
CONTRATADO: AGRO DIESEL PIVETTA LTDA ME
VALOR: 11.400,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: TATIANE REGINA PIVETTA
São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 81.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 81/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.
CONTRATADO: CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARÉ LTDA
VALOR: 14.950,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: CLAUDIMIR JOSÉ WRONSKI
São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 82.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 82/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.
CONTRATADO: JM LUBRIFICANTES E PEÇAS LTDA - EPP
VALOR: 25.400,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: JOÃO MEZZOMO
São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 83.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 83/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.
CONTRATADO: AUTO ELÉTRICA BALBINOT LTDA - ME
VALOR: 1.950,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: DIODENE FELIZ BALBINOT
São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 84.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 84/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DESTINADO PARA UTILIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E ATENDIMENTOS A EMERGÊNCIA EFETUADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 6.434/2010, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATADO: GDB – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VALOR: 44.795,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: JAQUEL ALEX GUARAGNI

São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 85.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 85/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SOB MATRÍCULA Nº 41.349, NA RUA SANTO MOLIN, CENTRRO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, COM EDIFICAÇÃO DE 800M², DESTINADO PARA O SETOR DE TRÂNSITO, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, A CONTAR A PARTIR DE 01 DE JUNHO DE 2015, CONFORME LAUDO DE INDICAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, PRORROGÁVEIS CONFORME A NECESSIDADE/CONVENIENCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ACORDO ENTRE AS PARTES NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

CONTRATADO: PEDRO GILBERTO GIANI

VALOR: 3.650,00 mensal

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: PEDRO GILBERTO GIANI

São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 86.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 86/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSES DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DO CEDUP E ISFC, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATADO: EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

VALOR: 38.500,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ JUSTINO DE ROCCO

São Miguel do Oeste, SC., 29 de maio de 2015

EXT. CONTRATO 87.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 87/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARME COM LOCAÇÃO DE MATERIAIS, A SER UTILIZADO NO PRÉDIO DA CRECHE CEI JARDIM ENCANTADO DO BAIRRO JARDIM PEPERI, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1644/2015

CONTRATADO: INVOLÁVEL SÃO MIGUEL LTDA

VALOR: 38.500,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: JOÃO MARIA DE LIMA

São Miguel do Oeste, SC., 18 de junho de 2015

EXT. CONTRATO 88.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 88/2015

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os acessos ao Regim,

Simples Nacional e Nota Fiscal Eletrônica Conjugada.

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

VALOR: 12.600,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: Gilsoni Lunardi Albino

São Miguel do Oeste, SC., 29 de junho de 2015

EXT. CONTRATO 89.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 89/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Miguel Do Oeste no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

VALOR: 8.520,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: Gilsoni Lunardi Albino

São Miguel do Oeste, SC., 02 de julho de 2015

EXT. CONTRATO 90.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 90/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A EXECUÇÃO DO PISO DA QUADRA DA

ESCOLA EMEIEF JOSÉ VERONESE, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATORIO CONTRATADO: WULAJE ARTEFATOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP VALOR: 62.440,00 VIGÊNCIA: 02 meses ASSINA pela CONTRANTE: JOÃO CARLOS VALAR ASSINA pela CONTRATADA: ALCEU WUNSCH São Miguel do Oeste, SC., 06 de julho de 2015

EXT. CONTRATO 91.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 91/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 14/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GALERIA PRÉ-MOLDADO, CONCRETO E PEDRA RACHÃO DESTINADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTILHÃO DE TRAVESSIA SOBRE O RIO GUAMERIM LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ NO BAIRRO SALETE, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO
CONTRATADO: BRITADOR OESTE LTDA
VALOR: 10.827,80
VIGÊNCIA: 01 meses
ASSINA pela CONTRANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: EVANDRO ANTONIO TONDO
São Miguel do Oeste, SC., 14 de julho de 2015

EXT. CONTRATO 92.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 92/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 14/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GALERIA PRÉ-MOLDADO, CONCRETO E PEDRA RACHÃO DESTINADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTILHÃO DE TRAVESSIA SOBRE O RIO GUAMERIM LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ NO BAIRRO SALETE, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO
CONTRATADO: PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP
VALOR: 144.000,00
VIGÊNCIA: 01 meses
ASSINA pela CONTRANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: VITOR DEBASTIANI
São Miguel do Oeste, SC., 14 de julho de 2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 100/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais de expedientes destinados para o Departamento de Compras para posterior distribuição aos diversos setores desta municipalidade, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 06 de agosto de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 20 de julho de 2015.

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 99/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 99/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 09/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Prefeito Municipal, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto aquisição de pneus destinados para manutenção e conservação do veículo Parati placa MHH 43376, nº 214, da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Miguel do Oeste - SC. Contratado: BERNARDI E BOTTCHER LTDA - ME. Valor Total de R\$ 1.224,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312005.

São Miguel do Oeste - SC, 20 de julho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 068/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@
pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 068/2015

HOMOLOGA RESULTADO DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº.
001/2015.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto
no art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica homologado o resultado final do Concurso Público, ob-
jeto do Edital de Concurso Público nº. 001/2015, conforme relação
de candidatos aprovados em anexo.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,
revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

DECRETO Nº 69/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 69/2015

REFORÇAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no
uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização
que lhe confere a Lei nº 985/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a
reforçar o Crédito Especial no total de R\$ 150.000,00 (Cento e
cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.15.1.094 – Func. e Manutenção da Secretaria
De água e Saneamento Básico R\$ 150.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$
150.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste decreto, fica o Che-
fe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de
R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na dotação abaixo

identificada:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008.1.087 – Construção de uma Ciclovia
com Deck R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI-
COS

07.01.15.452.0010.1.088 – Reforma e Revitalização do
Centro urbano R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 247/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 247/2015

Concede à servidora FRANCIELE VIEIRA, ocupante do cargo Pro-
fessora Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura
e Desporto, licença para atendimento de pessoa da família.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto
no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder à servidora FRANCIELE VIEIRA, licença para
atendimento de pessoa da família, pelo período de 05 (cinco) dias,
a contar de 06/07/2015.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,
retroagindo seus efeitos a partir de 06/07/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 248/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 248/2015

Concede à servidora DANIELI ELIANE NAU, ocupante do cargo Professora Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, licença para atendimento de pessoa da família.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder à servidora DANIELI ELIANE NAU, licença para atendimento de pessoa da família, pelo período de 07 (sete) dias, a contar de 06/07/2015.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/07/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

ANEXO DECRETO N.º 068/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificados)

Cargo: 1016 - Assistente Social										
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação		
001	PRISCILA ROSA FELISBERTO	43468152	24/08/1982	12	6	5,00	10,00	8,00		
002	ALINE EVANISE JORDÃO	4687753	10/03/1989	12	6	5,00	10,00	8,00		
003	ALINE CRISTINA CORONA	4310374	21/11/1989	12	6	5,00	10,00	8,00		
004	LUANA STEIMBACK	5819379	15/06/1992	13	5	5,42	8,33	7,17		
005	DEISE FARIAS	34429700	04/07/1978	12	5	5,00	8,33	7,00		
006	NADIA DE FÁTIMA MAGGIONI	4007977	16/07/1981	12	5	5,00	8,33	7,00		
007	ALANIA SIMIANO	4307264	23/04/1983	12	5	5,00	8,33	7,00		
008	TAIANA PRAUSE	2077918817	26/05/1983	12	5	5,00	8,33	7,00		
009	THIAGO MARMO FERREIRA DA SILVA RUBIM	51256444	18/01/1986	12	3	5,00	5,00	5,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificação)**Cargo: 1020 - Engenheiro Civil**

Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação
001	TIAGO MEDEIROS MOREIRA	4049447	06/06/1981	14	6	5,83	10,00	8,33
002	FERNANDA SOARES DE SOUZA OLIVEIRA	7352292	09/04/1986	13	5	5,42	8,33	7,17
003	ROBERTO MORAES RUTKOSKI	2043447	18/07/1970	12	5	5,00	8,33	7,00
004	CLAIRON ELIAS	3945003	03/01/1981	16	4	6,67	6,67	6,67
005	BRUNO ROBERTO CUNHA	5000278	13/02/1987	14	4	5,83	6,67	6,33
006	FILIPPE PETRY	53645952	25/10/1990	14	4	5,83	6,67	6,33
007	ALINE SARDÁ	5100700	24/04/1991	14	4	5,83	6,67	6,33
008	DIEGO SCHARMANN RIBEIRO	4214240	08/07/1983	13	4	5,42	6,67	6,17
009	EDUARDO BATTAGLIN	4956158	02/12/1985	13	4	5,42	6,67	6,17
010	MARINHO DA SILVA	3083755	13/07/1976	17	3	7,08	5,00	5,83
011	LAURA SANTINI DAROS	4848042	19/04/1989	15	3	6,25	5,00	5,50
012	FLAVIANO SPADARI	5067769306	25/04/1980	13	3	5,42	5,00	5,17
013	AMANDA ALEXANDRE SVALDI	4806351	30/09/1990	13	3	5,42	5,00	5,17
014	ERIK DIOGO DE AMORIM	5235298	20/06/1992	13	3	5,42	5,00	5,17
015	VALMOR DAMBROSO JUNIOR	62281197	28/01/1981	12	3	5,00	5,00	5,00

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 2 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificação)

Cargo: 1033 - Médico Clínico Geral									
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação	
001	BRIAN DE CARVALHO SILVESTRE	4520092	12/10/1991	12	5	5,00	8,33	7,00	
002	DEISY TERNES GARCIA	37091042	14/04/1983	14	4	5,83	6,67	6,33	

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 3 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificação)**Cargo: 1064 - Odontólogo PSF**

Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação
001	ANA CRISTINA DA SILVA	3975499	22/01/1991	17	6	7,08	10,00	8,83
002	FILIPPE COLOMBO VITALI	5848378	22/04/1991	16	5	6,67	8,33	7,67
003	ANA CAROLINA DA SILVA RODRIGUES VIEIRA	46986863	25/08/1989	15	5	6,25	8,33	7,50
004	CAROLINA MEURER	4051800	24/04/1987	14	5	5,83	8,33	7,33
005	FABIANA SEIDLER	4025476	03/11/1992	12	3	5,00	5,00	5,00

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 4 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificados)

Cargo: 1078 - Odontólogo										
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação		
001	JANAIA SIMIANO DE SOUZA	4761900	02/05/1991	15	5	6,25	8,33	7,50		
002	LEONARDO YOSHIURA SOARES	3801690	15/10/1982	13	5	5,42	8,33	7,17		
003	JULIANA LUZ DAS CHAGAS JUNCCKES	5228461	13/10/1989	15	4	6,25	6,67	6,50		
004	JEAN SERGIO DA SILVA	4345209	01/11/1982	14	4	5,83	6,67	6,33		
005	CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEI	48481742	29/01/1988	12	4	5,00	6,67	6,00		
006	PATRÍCIA GUESSER CORRÊA RAITZ	5000074	02/04/1988	12	4	5,00	6,67	6,00		
007	FRANCIS TENTARDINI SILVEIRA	9065328611	02/05/1988	14	3	5,83	5,00	5,33		
008	CAMILA BECKER	50508431	06/07/1990	12	3	5,00	5,00	5,00		
009	VICTOR MARCIO DOS SANTOS	5433980	07/12/1991	12	3	5,00	5,00	5,00		

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 5 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificados)**Cargo: 2018 - Fiscal**

Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação
001	KAROLINY DE CAMPOS	5503504	26/07/1990	18	6	7,50	10,00	9,00
002	DIEGO DE SOUZA	40868982	27/01/1984	17	6	7,08	10,00	8,83
003	ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA	2700080	26/03/1973	16	6	6,67	10,00	8,67
004	JOICE MARIA DA SILVA CONSTANCE	3970504	22/06/1985	16	6	6,67	10,00	8,67
005	DALTON LUIZ DOS SANTOS	4697654	02/01/1988	16	6	6,67	10,00	8,67
006	RAFAEL JORGE CORREA	5819169	25/06/1992	16	6	6,67	10,00	8,67
007	MARINA KOERICH	5700571	11/08/1992	15	6	6,25	10,00	8,50
008	TAMARA FRANCISCO DA SILVA VIDAL	4761999	21/01/1988	21	5	8,75	8,33	8,50
009	MARISTELA DOS PRAZERES RIBEIRO DE MELO	1052019	03/12/1963	14	6	5,83	10,00	8,33
010	LEILI DAIANE HAUSMANN	3902211	17/03/1990	14	6	5,83	10,00	8,33
011	IVO LEAL TORQUATO JUNIOR	5110818	23/10/1991	13	6	5,42	10,00	8,17
012	JEAN FERNANDES	30884225	22/04/1976	19	5	7,92	8,33	8,17
013	MARCELA MENDES NOGUEIRA SILVA	4702666	06/04/1989	19	5	7,92	8,33	8,17
014	MANUELA DE ESPÍNDOLA	3982636	05/06/1989	19	5	7,92	8,33	8,17
015	PIETRA CARLA SANTANA	6074776	02/05/1994	12	6	5,00	10,00	8,00
016	DENYSE CRISTINA RAMOS FLORES	30964555	10/07/1976	18	5	7,50	8,33	8,00
017	RAFAEL DA SILVA BONA	5020763	02/06/1987	18	5	7,50	8,33	8,00
018	ISABELLA PEREIRA DE SOUSA	4305569	24/04/1994	18	5	7,50	8,33	8,00
019	CARLOS ALBERTO COSTA MARES DE SOUZA	31715245	13/08/1960	17	5	7,08	8,33	7,83
020	GABRIELLA MEDEIROS	6145451	25/04/1990	17	5	7,08	8,33	7,83
041	JOAO ALEXANDRE TRAMONTIN DE CAMARGO (PC	4631502	19/10/1985	14	4	5,83	6,67	6,33

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 6 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificados)

Cargo: 2021 - Telefonista										
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação		
001	CAMILA SIMÕES	4115970	21/05/1990	19	6	7,92	10,00	9,17		
002	THARIN MERIZIO	3307815	15/10/1976	15	5	6,25	8,33	7,50		
003	JESSICA DE JESUS CARNEIRO	6838080	19/05/1996	17	4	7,08	6,67	6,83		
004	KARINE ANDRADE VIEIRA	5050909	02/11/1988	14	4	5,83	6,67	6,33		
005	GRASELI JUNKES	5513081	06/12/1989	13	3	5,42	5,00	5,17		
006	MAIARA REGINA BENTO	53700805	30/05/1992	12	3	5,00	5,00	5,00		

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 7 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificação)

Cargo: 2035 - Técnico de Enfermagem										
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação		
001	JOSE LEONARDO SHULLER MARTINS	4570300	05/10/1984	15	5	6,25	8,33	7,50		
002	THIAGO HINCKEL	39136655	28/07/1986	17	4	7,08	6,67	6,83		
003	ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS	5051035	07/04/1987	15	4	6,25	6,67	6,50		
004	JÉSSICA GUERRILHA SUENSON	5091911	04/03/1992	14	4	5,83	6,67	6,33		
005	PATRICIA SUELI MANOEL	6605255	07/04/1969	12	4	5,00	6,67	6,00		
006	TIAGO LOHN	5737046	06/06/1991	12	4	5,00	6,67	6,00		
007	ALINE SCHAPPO KRETZER	43452329	02/01/1983	13	3	5,42	5,00	5,17		

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 8 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificação)

Cargo: 3010 - Agente Comunitário de Saúde										
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação		
001	ANDREIA ERHARDT	6073504	02/09/1988	11	5	7,86	8,33	8,14		
002	ANA PAULA REGOZINSKI DA ROSA	53115490	30/07/1991	8	4	5,71	6,67	6,29		
003	HOSANA CLAUDINO MARTINS	22176470	28/10/1961	8	3	5,71	5,00	5,28		
004	MAYCO MARCOS MEDEIROS	55504906	15/11/1991	8	3	5,71	5,00	5,28		
005	ELIDIA IRACI CORDEIRO RODRIGUES	47623560	02/01/1978	7	3	5,00	5,00	5,00		

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 9 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificados)

Cargo: 3023 - Auxiliar Serviços Gerais									
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação	
001	RODRIGO LAUTERTE	2951165	19/02/1976	10	6	7,14	10,00	8,86	
002	MARIANA COSTA	4444054	01/04/1989	9	6	6,43	10,00	8,57	
003	KEROLLEN PRISCILLA SILVA	6074015	05/01/1992	7	6	5,00	10,00	8,00	
004	ALECSANDRA RIOS	4228709	23/02/1983	8	5	5,71	8,33	7,28	
005	IVONETE KNIES SOUZA	3082674	07/06/1973	7	5	5,00	8,33	7,00	

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 10 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificados)**Cargo: 4011 - Motorista II**

Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação
001	FERNANDO MARTINS MEDEIROS	4061707	15/01/1982	11	6	7,86	10,00	9,14
002	JOSÉ MARIO DE CASTRO	4177835	17/02/1983	10	6	7,14	10,00	8,86
003	ADRIANO MARCELO QUINTINO	3975143	14/02/1985	10	6	7,14	10,00	8,86
004	MARCIO DE BULHOES GOMES	3442148	18/09/1976	12	5	8,57	8,33	8,43
005	RENATO LAZZARIN	4617235	11/09/1986	12	5	8,57	8,33	8,43
006	FABIANO MANOEL CONSTANTE	4807305	03/01/1988	12	5	8,57	8,33	8,43
007	LEANDRO MICHEL ALTHOF	2562488	20/12/1975	11	5	7,86	8,33	8,14
008	OSVALDO DA SILVA NETO	4754512	26/07/1983	11	5	7,86	8,33	8,14
009	TIAGO PEREIRA	4170907	13/04/1987	11	5	7,86	8,33	8,14
010	FERNANDO LUIZ SCHMITT	5296953	14/03/1991	11	5	7,86	8,33	8,14

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 11 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificação)

Cargo: 4039 - Operador de Máquina III										
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação		
001	SILVIO EDUARDO BERNARDO	1460797	01/04/1966	7	6	5,00	10,00	8,00		
002	DANIEL JOSE DUTRA	4215233	06/05/1984	8	5	5,71	8,33	7,28		
003	THIAGO RODRIGUES ELIAS	48064106	11/10/1985	7	5	5,00	8,33	7,00		
004	FERNANDO PRIM HOFFMANN	4976298	30/07/1986	7	5	5,00	8,33	7,00		

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 12 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificação)

Cargo: 5013 - Trabalhador Braçal									
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação	
001	SENITO PARANHOS DE PAULA	4759772	28/07/1983	10	4	7,14	6,67	6,86	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificados)

Cargo: 6015 - Professor de Ciências										
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Títulos	Pontuação	
001	ALINA LOPES GOYA	8060980301	18/07/1979	12	5	5,00	8,33	7,50	7,33	
002	MAURICIO LOPES FERREIRA	3059918098	21/01/1982	13	5	5,42	8,33	5,50	6,62	
003	GRASIELA BERTOLUCCI WILLRICH	6061732126	07/01/1979	12	5	5,00	8,33	0,00	4,33	
004	MAÍRA FAUST CORRÊA HOEPERS	4617963	21/09/1987	12	4	5,00	6,67	0,00	3,67	

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 14 de 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas (ordem de classificação)

Cargo: 6029 - Professor de Língua Portuguesa												
Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Títulos	Pontuação			
001	ANGELA DE ALMEIDA E SILVA	2509090	26/03/1950	14	6	5,83	10,00	10,00	9,17			
002	PAULO HENRIQUE LOHN	3902675	07/01/1985	18	5	7,50	8,33	10,00	8,83			
003	PEDRO HENRIQUE LOHN	5616088	26/11/1992	17	5	7,08	8,33	10,00	8,75			
004	MARIA ANGÉLICA RODRIGUES DOS SANTOS	282228998	09/09/1977	13	5	5,42	8,33	10,00	8,42			
005	ADRIANA SIQUEIRA LEAL	1080047044	13/05/1979	14	4	5,83	6,67	6,50	6,43			
006	MARICÉSAR JOVINO DOS SANTOS	2502696	08/07/1971	12	5	5,00	8,33	4,00	5,93			
007	DOHANE JULLIANA ROBERTO	422181894	31/03/1986	13	5	5,42	8,33	0,00	4,42			

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 15 de 15

ANEXO DECRETO N.º 068/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

Relatório de desempenho dos aprovados para os cargos sem provas práticas e que concorrem às vagas reservadas à Pessoas com Deficiência (ordem de classificados)

Class	Nome do Candidato	RG	Data de Nasc.	Acertos CG	Acertos CE	Notas CG	Notas CE	Pontuação
Cargo: 2018 - Fiscal								
001	JOAO ALEXANDRE TRAMONTIN DE CAMARGO (PCD)	4631502	19/10/1985	14	4	5,83	6,67	6,33

quinta-feira, 16 de julho de 2015

Página 1 de 1

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 70/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 70/2015-PMS

PROCESSO Nº. 145/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de agosto de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 14 de agosto de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 71/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 71/2015-PMS

PROCESSO Nº. 146/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças;

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de agosto de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 17 de agosto de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 08/2015 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 08/2015 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 148/2015-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de agosto de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de agosto de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de julho de 2015.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 170/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 170/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 123/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.257.322/0001-10, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 353, sala 01, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-400.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabeamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos da rede física e infraestrutura para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Pacote de 100 Conectores RJ45 CAT5e Macho. Material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo ideais para cabos flexíveis.	2	Unidade	88,20	176,40
02	Pacote de 100 Conectores RJ11 Macho. Material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo ideais para cabos flexíveis.	1	Unidade	12,15	12,15
03	Pacote com 100 peças de Capa Protetora Interna de Borracha para RJ-45 cor Azul. Capa protetora (bota) do mesmo dimensional do conector RJ-45, com trava interna ao RJ45 e proteção à lingueta de travamento.	2	PCT	29,19	58,38
04	Fio CCI 1 par (telefone) rolo com 200m, 24AWG, Homologação da Anatel. Condutores de cobre com isolamento em PVC, com 1 par e protegidos por um revestimento de PVC na cor cinza.	3	RL	48,56	145,68
05	Conector RJ45 fêmea CAT5e. Conector Keystone RJ45 CAT5e Fêmea para Rede Padrao 568A 568B na cor Bege com trava/tampa aos cabos conectados, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B.2 e Diretiva RoHS, Compatível com terminais de conexão padrão 110 IDC, Desenvolvido em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro.	100	Unidade	6,72	672,00
06	Mini Rack de Parede 470mm 7U padrão 19". Todo em chapa de aço com pintura epóxi-pó com laterais removíveis ventiladas e fecho rápido, com régua de tomada 1U com 6 tomadas e 2 conjuntos de guias laterais reguláveis na profundidade (frente esquerda e direita, fundo esquerda e direita) de fixação padrão 19" com furação quadradas para porca gaiola. Tampa frontal com janela em acrílico/polietileno, com chave de tranca. Furação superior e inferior para passagem de cabos, 04 furos de fixação em parede.	12	Unidade	216,52	2.598,24
07	Mini Rack de Parede 470mm 12U padrão 19". Todo em chapa de aço com pintura epóxi-pó com laterais removíveis ventiladas e fecho rápido, com régua de tomada 1U com 6 tomadas e 2 conjuntos de guias laterais reguláveis na profundidade (frente esquerda e direita, fundo esquerda e direita) de fixação padrão 19" com furação quadradas para porca gaiola. Tampa frontal com janela em acrílico/polietileno, com chave de tranca. Furação superior e inferior para passagem de cabos, 04 furos de fixação em parede.	2	Unidade	261,18	522,36
08	Régua de Tomada 1U padrão 19" com 6 Tomadas.	5	Unidade	48,34	241,70
09	Bandeja 1U padrão 19" 400mm. Todo em chapa de aço com pintura epóxi-pó, com parafusos de regulagem de profundidade das abas de fixação.	5	Unidade	59,37	296,85
10	Kits de fixação com 100 porcas-gaiola M5 e parafuso M5 x 12ou15mm bi-cromatizadas, zincada branca	5	PCT	37,00	185,00
11	Caixa de Cabo de Rede CAT5e UTP. Deve conter mil pés (305 metros) de cabo de 4 pares trançados compostos por condutores sólidos de cobre nu, bitola 24 AWG, marcação métrica, deve estar de acordo com a diretiva europeia RoHS, capa interna em PVC não propagante à chama, padrão CM, certificado NBR 14703, Certificação na ANATEL, TIA-568-C.2 e ISO/IEC 11801. Modelo de Referência: Furukawa CAT.5E CM;	15	CX	418,46	6.276,90
12	Cabo Telefônico Metálico CTP-APL 50pares. Certificação na ANATEL, ABNT NBR 9124, Fio sólido de cobre eletrolítico nu, recozido. Modelo de Referência: Furukawa;	100	M	17,37	1.737,00

13	Patch Panel 24 portas RJ45 1U p/Rack 19" CAT 5e. Atender às normas do padrão Cat5e classe D, fabricado em termoplástico não propagante a chama, terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, vias de contato em bronze fosforoso com camada de níquel e ouro, fornecido com parafusos e arruelas para fixação em rack, borda de reforço contra empenamento, guia traseiro para organização de cabos, deve ocupar apenas 1U no rack, o painel não deve ser angular, posições enumeradas e/ou com porta etiquetas, compatível com Punch Down 110IDC para condutores de 22 a 26 AWG. Modelo de Referência: Furukawa Patch Panel MultiLan CAT.5e	5	Unidade	133,00	665,00
14	Switch 24 portas 10/100/1000Mbps. 24 portas RJ45 10/100/1000 Mbps Full Duplex Auto Negociação e Auto-MDIX, 10BASE-T tipo IEEE 802.3, 100BASE-TX tipo IEEE 802.3u, 802.3x Flow Control, 802.3ab Gigabit Ethernet, Capacidade de Switching de 48 Gbps, alimentação 110/220v 50-60Hz bivolt automático, kit (suporte, parafusos) de fixação em rack 19"	5	Unidade	888,49	4.442,45
15	Switch 24 portas 10/100Mbps. 24 portas RJ45 10/100 Mbps Full Duplex Auto Negociação e Auto-MDIX, 10BASE-T tipo IEEE 802.3, 100BASE-TX tipo IEEE 802.3u, alimentação 110/220v 50-60Hz bivolt automático, kit (suporte, parafusos) de fixação em rack 19"	10	Unidade	243,46	2.434,60
16	Switch 8 portas 10/100Mbps. 08 portas RJ45 10/100 Mbps Full Duplex Auto Negociação e Auto-MDIX, 10BASE-T tipo IEEE 802.3, 100BASE-TX tipo IEEE 802.3u, alimentação 110/220v 50-60Hz	10	Unidade	59,86	598,60
17	Patch Cable Injetado amarelo 1,5m CAT5e. Cabo flexível de par trançado, cabo direto T568A, bitola 24 AWG, certificado RoHS, ANATEL, EIA/TIA 568-B.2, ISO/IEC 11801, capa protetora (bota) do mesmo dimensional do conector RJ-45, com trava interna ao RJ45 e proteção à lingueta de travamento. Modelo de Referência: Furukawa	100	Unidade	4,20	420,00
18	Patch Cable Injetado azul 1,5m CAT5e. Cabo flexível de par trançado, cabo direto T568A, bitola 24 AWG, certificado RoHS, ANATEL, EIA/TIA 568-B.2, ISO/IEC 11801, capa protetora (bota) do mesmo dimensional do conector RJ-45, com trava interna ao RJ45 e proteção à lingueta de travamento. Modelo de Referência: Furukawa	100	Unidade	8,82	882,00
19	Patch Cable Injetado vermelho 3m CAT6. Cabo flexível de par trançado, cabo direto, bitola 24 AWG, certificado RoHS, ANATEL, EIA/TIA 568-B.2-1, ISO/IEC 11801, capa protetora (bota) do mesmo dimensional do conector RJ-45, com trava interna ao RJ45 e proteção à lingueta de travamento. Modelo de Referência: Furukawa	10	Unidade	39,53	395,30
20	Organizador De Cabos Velcro Dupla Face Preto. (não será aceito modelo com costura de macho fêmea) Unidade Metro, aprox 2cm de largura, unidade em metro	120	M	3,92	470,40
21	Cinta Abraçadeira Nylon 20cm Pacote com 200und.	2	PCT	14,00	28,00
22	Espelho 4x2 para tomadas embutidas de 2 Saídas para Keystone RJ45 CAT5e Fêmea, incluso 2 Keystones. Conector Keystone RJ45 CAT5e Fêmea para Rede Padrao 568A 568B na cor Bege com trava/tampa aos cabos conectados, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B.2 e Diretiva RoHS, Compatível com terminais de conexão padrão 110 IDC, Desenvolvido em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro.	50	Unidade	16,24	812,00
23	Caixa sobrepor 3x3 com espelho de 2 Saídas para Keystone RJ45 CAT5e Fêmea, incluso 2 Keystones. Conector Keystone RJ45 CAT5e Fêmea para Rede Padrao 568A 568B na cor Bege com trava/tampa aos cabos conectados, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B.2 e Diretiva RoHS, Compatível com terminais de conexão padrão 110 IDC, Desenvolvido em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro.	50	Unidade	16,24	812,00
24	Fio Drop Externo (telefone) rolo com 400m, FE-100, Homologação da Anatel.	1	RL	171,66	171,66
25	Cabo Chato Liso Telefone 4 vias rolo com 300-305m cor preta, 26 AWG	1	RL	123,06	123,06
26	Tomada Modular Fêmea Rj11. Para 1 Linha, possibilidade em usar em espelhos 4x2, 4x4 e sistema X, com engate fêmea RJ11 ao centro	10	Unidade	2,01	20,10
27	Rotulador Eletrônico 12mm. Com teclado QWERTY, suporte a fitas de 9 e 12mm, operação por pilha, impressão por transferência térmica com resolução de 230dpi e velocidade de 7,5mm/s, 2 linhas de impressão, com cortador de etiqueta. Modelo de Referência: Brother PT-80	1	Unidade	138,60	138,60
28	Fita Autoadesiva Preto sobre Branco 12mm para Rotulador Eletrônico. Preto(letras) sobre Branco(cor da etiqueta), contínuas sem corte, utilização com impressão por transferência térmica, para identificação de tomadas e path panel, rolo com 8m, compatível com Item Rotulador Eletrônico 12mm. Modelo de Referência: Fitas M Tape	3	Unidade	43,26	129,78
29	Localizador de Cabos. Deve ser composto por um gerador de tom (zumbidor) e ponteira indutiva, com conexão RJ-11 e garra metálica para contato. (Zumbidor). Modelo de Referência: Multitoc TX1000	1	Unidade	139,86	139,86
30	Badisco. Conexões RJ-11 e com garra metálica para contato, identificador de chamadas. Modelo de Referência: Multitoc Mu256t	2	Unidade	70,14	140,28

31	Telefone Headset. Com microfone cancelador de ruído, funções de rediscagem, mute com led, volume de regulagem da campainha, discagem tom e pulse, composto por Headset com protetor auricular em couro, base discadora com teclado emborrachado e tecla on/off com led e controle de volume de recepção. Modelo de Referência: Telefone Headset HSB 50	5	Unidade	135,80	679,00
32	Desencapador giratório de Cabo UTP (Decapador).	2	Unidade	10,66	21,32
33	Cordão Espiral Monofone Preto 1,8m, Macho/Macho RJ-9.	15	Unidade	1,94	29,10
34	Cordão Espiral Monofone Branco 1,8m, Macho/Macho RJ-9.	15	Unidade	1,94	29,10
35	Cordão Espiral Monofone Bege/Pérola 1,8m, Macho/Macho RJ-9.	15	Unidade	1,94	29,10
36	Moldura PVC Cinza para RJ45 22x26mm. Não propagante a chamas, ABNT NBR 15465, para utilização em Eletroduto Eletrowetzel.	50	Unidade	2,00	100,00
37	Alicate de Inserção Punch Down. Alicate fixador para keystone e patch panel. com regulagem de pressão, corte por lâmina. Modelo de Referência: HT-314B HT TOOLS, Multitoc 314B	1	Unidade	29,31	29,31
38	Etiquetas prontas de rotulação de cabos de rede. Etiqueta com mínimo de 28mm largura x 30mm comprimento	150	Unidade	1,55	232,50
39	Etiquetas prontas de rotulação de painéis e pontos de rede. Etiqueta com mínimo de 30mm largura x 12mm altura	150	Unidade	0,30	45,00
40	Mão de obra. Em passagem de cabos de rede, montagem e organização de rack e componentes, cabos de rede, telefonia, rotulação de cabos, painéis e pontos de rede. Devem ser seguidas as normas estabelecidas na TIA/EIA-568 e ABNT/NBR 14565. A montagem dos cabeamentos deverão ser realizadas com ferramentas específicas para cada operação. Todos os pontos de rede montados deverão passar por testes de certificação em cobre de acordo com os padrões ANSI/EIA/TIA ou ISO/IEC, com status de POSITIVO em 100% dos pontos instalados e com emissão do relatório detalhado de cada ponto certificado.	500	Hora	40,00	20.000,00
41	Deslocamento Ida e Volta até a Prefeitura	50	Unidade	0,65	32,50
TOTAL R\$	46.973,28				

Valor do contrato: R\$ 46.973,28 (quarenta e seis mil novecentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos)

Data da Assinatura: 20/07/2015 – Vigência: 20/07/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.128/2015, DE 17 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.128/2015, DE 17 DE JULHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento em virtude do Acidente de Trabalho da servidora, Sra. Ana Maria Cordeiro, com efeitos retroativos a partir de 14 de julho de 2015.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 6.125/2015 de 16 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1786, de 17 de julho de 2015, p. 612.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.129/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.129/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão, após cumprimento de aviso prévio trabalhado, da servidora Sra. Gerusa Isabel Lamb Mass, com efeitos retroativos a partir de 17 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK	MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.130/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 6.130/2015, de 20 de julho de 2015

NOMEIA SERVIDORES PARA A COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE ESTUDOS E ORGANIZAÇÃO DAS DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear, servidores para a Composição da Equipe Técnica de Estudos e Organização das Diretrizes para a Educação Especial do Município de Schroeder, a saber:

COORDENADORA GERAL: Greice Maiara Denker

MEMBROS: Geziane Machado

Aryklécia Pereira dos Santos

Patrícia Hasse Onofre

Semiramis Baier Puttendorf Mundel

Maria do Carmo Vasconcelos Pompermaier

Alvinice Hadlich Fritzen

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 20 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK	MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº 005/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/2015 - CMDCA

Dispõe sobre reestruturação da Comissão Especial da Eleição Unificada do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 de e na Lei Municipal nº 1.628/07 e suas alterações, e:

CONSIDERANDO:

I – A Resolução do CONANDA nº 170, de 10 de dezembro de 2014, que altera a Resolução nº 139 de 17 de março de 2010, para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

II- O desligamento da servidora Sra. Bruna Chiodini, em 01 de julho de 2015 da prefeitura e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II – A reunião ordinária realizada na data de 07 de julho de 2015, conforme Ata 007/2015;

DELIBERA:

Artigo 1º Reestruturar a Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

Artigo 2º A Comissão Especial deve ser paritária formada por membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Será composta pelas seguintes integrantes:

- a) Representante da sociedade civil, Teresinha Tomaselli Tecilla, e;
- b) Representante governamental, Silvania Ferreira.

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 20 de julho de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla	Silvania Ferreira
Presidente do CMDCA	Secretária do CMDCA

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 57/2015-PMS

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015				Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pacote de 100 Conectores RJ45 CAT5e Macho. Material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo ideais para cabos flexíveis.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	88,2000	1
2	Pacote de 100 Conectores RJ11 Macho. Material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro, para a proteção contra oxidação, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo ideais para cabos flexíveis.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	12,1500	1
3	Pacote com 100 peças de Capa Protetora Interna de Borracha para RJ-45 cor Azul. Capa protetora (bota) do mesmo dimensional do conector RJ-45, com trava interna ao RJ45 e proteção à lingueta de travamento.	PCT	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	29,1900	1
4	Fio CCI 1 par (telefone) rolo com 200m, 24AWG. Homologação da Anatel. Condutores de cobre com isolamento em PVC, com 1 par e protegidos por um revestimento de PVC na cor cinza.	RL	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	48,5600	1
5	Conector RJ45 fêmea CAT5e. Conector Keystone RJ45 CAT5e Fêmea para Rede Padrão 568A 568B na cor Bege com trava/tampa aos cabos conectados, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B.2 e Diretiva RoHS. Compatível com terminais de conexão padrão 110 IDC. Desenvolvido em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	6,7200	1
6	Mini Rack de Parede 470mm 7U padrão 19". Todo em chapa de aço com pintura epóxi-impó com laterais removíveis ventiladas e fecho rápido, com régua de tomada 1U com 6 tomadas e 2 conjuntos de guias laterais reguláveis na profundidade (frente esquerda e direita, fundo esquerda e direita) de fixação padrão 19" com furação quadradas para porca gaiola. Tampa frontal com janela em acrílico/polietileno, com chave de tranca. Furação superior e inferior para passagem de cabos, 04 furos de fixação em parede.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	216,5200	1
7	Mini Rack de Parede 470mm 12U padrão 19". Todo em chapa de aço com pintura epóxi-impó com laterais removíveis ventiladas e fecho rápido, com régua de tomada 1U com 6 tomadas e 2 conjuntos de guias laterais reguláveis na profundidade (frente esquerda e direita, fundo esquerda e direita) de fixação padrão 19" com furação quadradas para porca gaiola. Tampa frontal com janela em acrílico/polietileno, com chave de tranca. Furação superior e inferior para passagem de cabos, 04 furos de fixação em parede.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	261,1800	1

Página: 2/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Régua de Tomada 1U padrão 19" com 6 Tomadas.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	48,3400	1
9	Bandeja 1U padrão 19" 400mm. Todo em chapa de aço com pintura epóxi-pó, com parafusos de regulagem de profundidade das abas de fixação.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	59,3700	1
10	Kits de fixação com 100 porcas-gaiola M5 e parafuso M5 x 12 ou 15mm bi-cromatizadas, zincada branca	PCT	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	37,0000	1
11	Caixa de Cabo de Rede CAT5e UTP. Deve conter mil pés (305 metros) de cabo de 4 pares trançados compostos por condutores sólidos de cobre nu, bitola 24 AWG, marcação métrica, deve estar de acordo com a diretiva europeia RoHS, capa interna em PVC não propagante à chama, padrão CM, certificação NBR 14703, Certificação na ANATEL, TTA-568-C.2 e ISO/IEC 11801. Modelo de Referência: Furukawa CAT.5E CM;	CX	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	418,4600	1
12	Cabo Telefônico Metálico CTP-APL 50pares. Certificação na ANATEL, ABNT NBR 9124, Fio sólido de cobre eletrolítico nu, recozido. Modelo de Referência: Furukawa;	M	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	17,3700	1
13	Patch Panel 24 portas RJ45 1U p/Rack 19" CAT 5e. Atender às normas do padrão Cat5e classe D, fabricado em termoplástico não propagante a chama, terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, vias de contato em bronze fosforoso com camada de níquel e ouro, fornecido com parafusos e aruelas para fixação em rack, borda de reforço contra emperramento, guia traseiro para organização de cabos, deve ocupar apenas 1U no rack, o painel não deve ser angular, posições enumeradas e/ou com porta etiquetas, compatível com Punch Down 110IDC para condutores de 22 a 26 AWG. Modelo de Referência: Furukawa Patch Panel MultiLan CAT.5e	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	133,0000	1
14	Switch 24 portas 10/100/1000Mbps. 24 portas RJ45 10/100/1000 Mbps Full Duplex Auto Negociação e Auto-MDIX. 10BASE-T tipo IEEE 802.3, 100BASE-TX tipo IEEE 802.3u, 802.3x Flow Control, 802.3ab Gigabit Ethernet, Capacidade de Switching de 48 Gbps, alimentação 110/220V 50-60Hz bivolt automático, kit (suporte, parafusos) de fixação em rack 19"	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	888,4900	1
15	Switch 24 portas 10/100Mbps. 24 portas RJ45 10/100 Mbps Full Duplex Auto Negociação e Auto-MDIX. 10BASE-T tipo IEEE 802.3, 100BASE-TX tipo IEEE 802.3u, alimentação 110/220V 50-60Hz bivolt automático, kit (suporte, parafusos) de fixação em rack 19"	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	243,4600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015			Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabearios horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Switch 8 portas 10/100Mbps. 08 portas RJ45 10/100 Mbps Full Duplex Auto Negociação e Auto-MDIX. 10BASE-T tipo IEEE 802.3, 100BASE-TX tipo IEEE 802.3u, alimentação 110/220v 50-60Hz	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	59,8600	1
17	Patch Cable Injetado amarelo 1,5m CAT5e. Cabo flexível de par trançado, cabo direto T568A, bitola 24 AWG, certificado RoHS, ANATEL, EIA/TIA 568-B.2, ISO/IEC 11801, capa protetora (bota) do mesmo dimensional do conector RJ-45, com trava interna ao RJ45 e proteção à lingueta de travamento. Modelo de Referência: Furukawa	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	4,2000	1
18	Patch Cable Injetado azul 1,5m CAT5e. Cabo flexível de par trançado, cabo direto T568A, bitola 24 AWG, certificado RoHS, ANATEL, EIA/TIA 568-B.2, ISO/IEC 11801, capa protetora (bota) do mesmo dimensional do conector RJ-45, com trava interna ao RJ45 e proteção à lingueta de travamento. Modelo de Referência: Furukawa	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	8,8200	1
19	Patch Cable Injetado vermelho 3m CAT6. Cabo flexível de par trançado, cabo direto, bitola 24 AWG, certificado RoHS, ANATEL, EIA/TIA 568-B.2-1, ISO/IEC 11801, capa protetora (bota) do mesmo dimensional do conector RJ45, com trava interna ao RJ45 e proteção à lingueta de travamento. Modelo de Referência: Furukawa	UN	SINCRÓTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	39,5300	1
20	Organizador De Cabos Velcro Dupla Face Preto. (não será aceito modelo com costura de macho fêmea) Unidade Metro, aprox. 20m de largura, unidade em metro	M	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	3,9200	1
21	Cinta Abraçadeira Nylon 20cm Pacote com 200und.	PCT	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	14,0000	1
22	Espelho 4x2 para tomadas embutidas de 2 Saídas para Keystone RJ45 CAT5e Fêmea, incluso 2 Keystones. Conector Keystone RJ45 CAT5e Fêmea para Rede Padrão 568A 568B na cor Bege com trava Tampa aos cabos conectados, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B.2 e Diretiva RoHS. Compatível com terminais de conexão padrão 110 IDC. Desenvolvido em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possui vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de níquel e de ouro.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	16,2400	1

Página: 4/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015			Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Caixa sobrepor 3x3 com espelho de 2 Saídas para Keystone RJ45 CAT5e Fêmea, incluso 2 Keystones, Conector Keystone RJ45 CAT5e Fêmea para Rede Padrão 568A 568B na cor Bege com trava/tampa aos cabos conectados, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B.2 e Diretiva RoHS, Compatível com terminais de conexão padrão 110 IDC, Desenvolvido em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama, possuir vias de contato produzidas em bronze fosco com camadas de níquel e de ouro.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	16,2400	1
24	Fio Drop Externo (telefone) rolo com 400m, FE-100, Homologação da Anatel.	RL	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	171,6600	1
25	Cabo Chato Liso Telefone 4 vias rolo com 300-305m cor preta, 26 AWG	RL	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	123,0600	1
26	Tomada Modular Fêmea RJ11. Para 1 Linha, possibilidade em usar em espelhos 4x2, 4x4 e sistema X, com engate fêmea RJ11 ao centro	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	2,0100	1
27	Rotulador Eletrônico 12mm. Com teclado QWERTY, suporte a fitas de 9 e 12mm, operação por pilha, impressão por transferência térmica com resolução de 230dpi e velocidade de 7,5mm/s, 2 linhas de impressão, com cortador de etiqueta. Modelo de Referência: Brother PT-80	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	138,6000	1
28	Fita Autoadesiva Preto sobre Branco 12mm para Rotulador Eletrônico. Preto(letras) sobre Branco(códa da etiqueta), contínuas sem corte, utilização com impressão por transferência térmica, para identificação de tomadas e path panel. rolo com 8m, compatível com item Rotulador Eletrônico 12mm. Modelo de Referência: Fitas M Tape	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	43,2600	1
29	Localizador de Cabos. Deve ser composto por um gerador de tom (zumbidor) e ponteira indutiva, com conexão RJ-11 e garra metálica para contato. (Zumbidor). Modelo de Referência: Multitoc TX1000	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	139,8600	1
30	Bastiso. Conexões RJ-11 e com garra metálica para contato, identificador de chamadas. Modelo de Referência: Multitoc MU256t	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	70,1400	1

Página: 5/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015			Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Telephone Headset. Com microfone cancelador de ruído, funções de rediscagem, mute com led, volume de regulação da campainha, discagem tom e pulse, composto por Headset com protetor auricular em couro, base discadora com teclado emborrachado e led on/off com led e controle de volume de recepção. Modelo de Referência: Telephone Headset HSB 50	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	135,8000	1
32	Desenapador giratório de Cabo UTP (Decapador).	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	10,6600	1
33	Cordão Espiral Monofone Preto 1,8m, Macho/Macho RJ-9.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	1,9400	1
34	Cordão Espiral Monofone Branco 1,8m, Macho/Macho RJ-9	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	1,9400	1
35	Cordão Espiral Monofone Bege/Pérola 1,8m, Macho/Macho RJ-9.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	1,9400	1
36	Moldura PVC Cinza para RJ45 22x26mm. Não propagante a chamas, ABNT NBR 15465, para utilização em Eletroduto Eletrowetzel.	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	2,0000	1
37	Alicate de Inserção Punch Down, Alicate fixador para keystone e patch panel, com regulação de pressão, corte por lâmina. Modelo de Referência: HT-314B HT TOOLS, Multitoc 314B	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	29,3100	1
38	Etiquetas prontas de rotulagem de cabos de rede. Etiqueta com mínimo de 28mm largura x 30mm comprimento	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	1,5500	1
39	Etiquetas prontas de rotulagem de painéis e pontos de rede. Etiqueta com mínimo de 30mm largura x 12mm altura	UN	SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	0,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabearmentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Mão de obra. Em passagem de cabos de rede, montagem e organização de rack e componentes, cabos de rede, telefonia, rotulação de cabos, painéis e pontos de rede. Devem ser seguidas as normas estabelecidas na TIA/EIA-568 e ABNT/NBR 14565. A montagem dos cabearmentos deverão ser realizadas com ferramentas específicas para cada operação. Todos os pontos de rede montados deverão passar por testes de certificação em cobre de acordo com os padrões ANSI/EIA/TIA ou ISO/IEC, com status de POSITIVO em 100% dos pontos instalados e com emissão do relatório detalhado de cada ponto certificado.	H	SINGROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	40,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabearmentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Deslocamento Ida e Volta até a Prefeitura	UN	SINGROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9274)		0	0,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabeamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2015
PROCESSO Nº 123/2015
(9274) - SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Schroeder, 20 de Julho de 2015.

Timbó

PREFEITURA

AVISO RETIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 23 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDECIMENTO Nº 23/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, leva ao conhecimento dos interessados que no Edital de Chamamento Público para Credenciamento acima citado, objetivando o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.940/97 E ALTERAÇÕES, SEM CRITÉRIOS DE EXCLUSIVIDADE, COMPREENDENDO TODAS AS ATIVIDADES, QUAIS SEJAM: SERVIÇOS, OBRAS (PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E LAJOTA) AO LONGO DO PERÍODO DO CREDENCIAMENTO PARA OS SEGUINTE TIPOS DE PAVIMENTAÇÃO: ASFÁLTICA E LAJOTA (TIPO TIJOLÃO), fica alterado o valor divulgado para execução de pavimentação asfáltica, com fornecimento de meio fio, pelo sistema de mutirão, conforme projeto, passando para R\$ 69,66, cuja planilha de composição de valores encontra-se disponível no site do município, no link de Licitações. Ficam mantidas as demais condições.

Timbó/SC, 20 de julho de 2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CERTIDÃO Nº 52 DE 17 DE JULHO DE 2015

CERTIDÃO Nº 52 DE 17 DE JULHO DE 2015

ALTERA dispositivo da Certidão nº 44, de 18 de maio de 2015, com a seguinte descrição:

"04 – Área Remanescente - com área de 67.859,57m² (Sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove metros e cinquenta e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua Amazonas, distando em dois segmentos pelo lado direito do imóvel, sendo em 15,00 metros e em 38,87 metros até encontrar o lado ímpar da rua Amazonas, que deste dista 117,96 metros da esquina formada com o lado par da rua Peroba; estremando na frente em 119,02 metros, sendo em 16,00 metros com terras de Jaime Wolter, matrícula nº 7.770, livro 2, em 9,70 metros com terras de Valmir de Oliveira, matrícula nº 7.771, livro 2, em 19,62 metros com terras de Daniel Wiggers, matrícula nº 9.712, livro 2, em 18,50 metros com terras de Ivan Alfredo Kanzler, matrícula nº 9.822, livro 2, em 24,20 metros com terras de Ademar Kannenberg, transcrição nº 4.791, folha 287, livro 3-B, em 15,50 metros com terras de Doroty Raizer, matrícula nº 9.945, livro 2, e em 15,50 metros com terras de Wilfried Bloedorn Filho, matrícula nº 9.968, livro 2, em 81,95 metros, sendo em 17,00 metros com terras de Construtora Fornace Ltda Epp, matrícula nº 24.498, livro 2, em 31,41 metros com terras de Yolanda Voigt Schumann, matrícula nº 24.499, livro 2, em 15,25 metros com terras de Yolanda Voigt Schumann, matrícula nº 24.500, livro 2, e em 18,29 metros com terras de Yolanda Voigt Schumann, matrícula nº 24.501, livro 2, em 259,85 metros, sendo em 15,50 metros com terras de Charles Moacir Stuhler, matrícula nº 9.814, livro 2, em 15,50 metros com terras de Renato Luiz Cattoni, matrícula nº 9.713, livro 2, em 16,20 metros com terras de Finan Construtora, Incorporadora e Administradora de Bens Ltda,

matrícula nº 1.599, livro 2, 15,20 metros com terras de Reno Bork, transcrição nº 3.757, folha 96, livro 3-B, em 35,50 metros com a área remanescente de propriedade de Rolando Stuhler, matrícula nº 3.263, livro 2, em 48,50 metros com terras de Paulo da Silva, matrícula nº 4.230, livro 2, em 17,00 metros com terras de Vilson Walt, matrícula nº 3.400, livro 2, em 24,00 metros com terras de Gerold Borchardt, transcrição nº 2.584, folha 181, livro 3-A e em 72,45 metros com terras de Elsinora Gessner, matrícula nº 8.445, livro 2; fundos estrema em 701,18 metros com terras de Construtora Fornace Ltda Epp, matrícula nº 23.620, livro 2; lado direito estrema em 70,83 metros e em 97,37 metros com o lote nº 02, em 5,90 metros com o lote nº 03, em 63,26 metros, sendo em 18,51 metros com o lote nº 03, em 23,25 metros com terras de Carlos Fortunato Feliponi, matrícula nº 18.906, livro 2 e em 21,50 metros com o Residencial Porto Seguro de propriedade de WK Empreendimentos Imobiliários Ltda, matrícula nº 18.905, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 163,24 metros, sendo em 41,70 com terras de Adalberto Roeder, matrícula nº 8.692, livro 2, e em 121,54 metros com terras de Ottvin Teske, matrícula nº 7.329, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área de 2.983,59m², destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do ribeirão; estremando na frente, em linha sinuosa de 181,02 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 163,24 metros, sendo em 41,70 com terras de Adalberto Roeder, matrícula nº 8.692, livro 2, e em 121,54 metros com terras de Ottvin Teske, matrícula nº 7.329, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 29,46 metros com terras de Elsinora Gessner, matrícula 8.445, livro 2. Este lote deverá ser anexado ao imóvel confrontante, matrícula nº 24.498, livro 2, de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP."

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 17 de julho de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 76 2015 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA PEROBA

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 76/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: V.P.A Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação tipo lajota de 1.344,00 m² (mil e trezentos metros quadrados) da Rua Peroba, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 23/2015.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 87.024,00 (oitenta e sete mil e vinte e quatro reais).

VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA

DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 7.770,00 (sete mil, setecentos e setenta reais).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 79.254,00 (setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 20 de julho de 2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº TIMBOPREV-085, DE 06 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-085, DE 06 DE JULHO DE 2015

Exonera o Servidor Público Municipal Inativo Oswald Hackbarth, em face do falecimento ocorrido em 25 de maio do corrente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, c/c artigo 48, Inciso IX da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e,

Considerando a Certidão de Óbito - matrícula nº 107821 01 55 2015 4 00015 288 0005882 46, do Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, Município de Timbó/SC,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR LAURITA DA SILVEIRA, Servidora Pública Municipal Inativa, aposentada pela Portaria nº 1579, de 09 de setembro de 2010, em face do falecimento, a contar da data do óbito, ou seja, 04 de julho do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PORTARIA Nº TIMBOPREV-086, DE 14 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-086, DE 14 DE JULHO DE 2015

Concede Pensão Por Morte à Iria Franz Borges na condição de viúva do Servidor Público Municipal ativo Washington Abrahão Venerando de Medeiros Borges.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e arts.7º, 32, 33 e 35 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Pensão por Morte à IRIA FRANZ BORGES, brasileira, nascida em 29 de setembro de 1963, portadora do CPF sob nº 480.972.339-91, RG nº 950.155-0 residente na rua Bahia nº 1041, Bairro Padre Martinho Stein, em Timbó-SC, na qualidade de viúva

do Servidor Público Municipal Ativo Washington Abrahão Venerando de Medeiros Borges, equivalente à totalidade dos proventos, no valor de R\$ 993,95 (novecentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos) a contar da data do óbito, ou seja, 30 de junho de 2015, conforme Processo TIMBOPREV-046/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PORTARIA Nº TIMBOPREV-087, DE 14 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-087, DE 14 DE JULHO DE 2015

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Mabel Demonti Mengarda.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, e,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR MABEL DEMONTI MENGARDA, ocupante do cargo de Professora, Referência Salarial D-30, matrícula nº 1945.3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 2002.1070.1.00052/15-2, expedida em 10/07/2015, computando-se 1.287 (mil e duzentos e oitenta e sete) dias, ou seja, 03 (Três) anos, 06 (seis) meses e 12 (doze) dias, conforme Processo TIMBOPREV 047/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PORTARIA Nº TIMBOPREV-088, DE 17 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-088, DE 17 DE JULHO DE 2015

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Claudete de Fátima Bauer.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal CLAUDETE DE FÁTIMA BAUER, brasileira, separada judicialmente, nascida em 21 de junho de 1963, portadora do CPF sob nº 480.096.529-20, RG nº 1.246.153-9 residente na rua Chile nº 212, Bairro Imigrantes, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Professora, Referência Salarial D-30, matrícula nº 1818.0, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma integral ao seu vencimento, com direito à paridade remuneratória, com base no art.3º da Emenda Constitucional nº 47/2003, no valor de R\$ 6.075,61 (seis mil, setenta e cinco reais e sessenta e um centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 042/2015, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

Tunápolis

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE. ERRATA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2015, PREGÃO PRESENCIAL N. 25/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Errata do Processo de Licitação nº 27/2015, Pregão Presencial n. 25/2015 cujo o objeto é a contratação de empresa para confecção de jalecos que serão destinados aos funcionários do Fundo Municipal da Saúde. O Fundo Municipal da Saúde, torna público para o conhecimento dos interessados a Errata do Processo Licitatório acima citado: ONDE SE LÊ: abertura do Processo para o dia 22/07/2015 as 15h, LEIA-SE: abertura do Processo do Processo para o dia 04/08/2015 as 15h.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo, telefone (0xx49) 3632-11-22, 91365329. Sheila Ines Bieger Pregoeira do Fundo Municipal da Saúde.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2015

Edital de Pregão Presencial nº 68/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, que tem por objeto a seleção de propostas, visando a aquisição de PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS que serão destinados para veículos e máquinas deste Município (exceto Fundo Municipal da Saúde).

Entrega das propostas até às 14h do dia 03/08/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 21 de julho de 2015.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

CONTRATO PMT 57/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 44/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 44/2015

CONTRATO N.º 57/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA EPP

OBJETO: Implantação de passeios públicos no perímetro urbano do município de Turvo.

VIGÊNCIA: 15/7/15 A 12/12/15

VALOR: R\$ 404.054,98

DECRETO 38/2015

DECRETO Nº 038/15, de 20 de Julho de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – VIAS URBANAS PAVIM. PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0024.0 (079) – Aplicações Diretas
..... R\$ 500.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0024 no valor de R\$ 500.000,00 por conta do Contrato nº 808452/2014 – Processo 1017498-91/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 20 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 247/2015

PORTARIA Nº 247/15, de 14 de Julho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a homologação da classificação final do Processo Seletivo 002/2015 – SMS será no dia 15.07.2015.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, admitida em caráter temporário na Área da Estratégia Saúde da Família - ESFs, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA CPF MATRICULA

Paloma Figueredo Mandelli 067.987.609-02 2962

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 248/2015

PORTARIA Nº 248/15, de 20 de Julho de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 20 (vinte) dias a servidora abaixo especificada, no período de 20.07.2015 a 08.08.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR. SERVIDOR PERÍODO DE AQUISIÇÃO

2896 Cristiane Rampinelli Macarini 11.03.2013 a 10.03.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de julho de 2015.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

TOMADA DE PREÇOS PMT 51/2015

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 51/2015 – Tomada de Preço nº 51/2015

Objeto: Urbanização de vias de acesso ao parque de exposições Prefeito Ires Olivo.

Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 06/08/2015

Abertura da Sessão: as 08:00 hs do dia 06/08/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo/SC, 20 de julho de 2015.

Ester Z. Barp

Presidente da C.J.L.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 181/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 181/2015

Processo de Licitação: 11/2015/FMS

Data de Assinatura: 20/07/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: FARMÁCIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

CNPJ: 01.574.989/0001-00

Objeto: medicamentos da guia da farmácia

Valor Global: R\$ 18.700,00

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 11, DE 20 DE JULHO DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 38, incisos V e XXIII, do Regimento Interno da Casa, promulga o seguinte:

ATO Nº 11, DE 20 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A WILSON ADRIANI JOAQUIM, ASSESSOR DE IMPRENSA DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Ficam concedidas, de 20 a 29 de julho de 2015, férias a WILSON ADRIANI JOAQUIM, Assessor de Imprensa (PC-03) da Câmara Municipal de Urussanga, nomeado conforme Resolução nº 19, de 01 de julho de 2014.

Art. 2º O servidor mencionado, segundo opção própria, terá 1/3 (um terço) de suas férias convertidas em espécie, deixando de gozar, portanto, de 10 (dez) dos 30 (trinta) dias previstos na legislação trabalhista, e em consonância aos arts. 62 e 63, da Lei Complementar nº 07, de 24 de novembro de 2004.

Art. 3º Os 10 (dez) dias restantes de férias serão usufruídos, segundo critério do servidor e atendido ao interesse da Câmara Municipal de Urussanga, em janeiro de 2016, em período a combinar.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga / SC, 20 de julho de 2015.

Vereadora Daniela Piacentini Visintim

Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira

Vice-Presidente

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon

1ª Secretária

Vereador João Batista Bom

2º Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon

1ª Secretária

Vidal Ramos

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 34/2015 - AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO SEMESTRE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 34/2015

“AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL”.

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos localizada na Avenida Jorge Lacerda – Nº. 1180 – Centro – Vidal Ramos(SC), atendendo a Lei nº. 11.947 / 2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 realiza chamada pública para “Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para Escolas da Rede Municipal de Ensino”.

A abertura da sessão será às 11:00 no dia 28/07/2015, Avenida Jorge Lacerda– Nº. 1180 – Centro – Vidal Ramos(SC), quando serão recebidos a documentação exigida abaixo de acordo com o Grupo e o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 20 de julho de 2015

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.237/15

DECRETO Nº 12.237/15, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Homologa os Resultados Finais e respectiva classificação do Concurso Público – Edital nº 001/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Edital do Concurso Público nº 001/2015;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público – Edital nº 001/2015, conforme se apresenta a seguinte relação dos respectivos candidatos aprovados, obedecendo a ordem decrescente das notas obtidas, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 12.237/15

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2015

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor WILMAR CARELLI, torna público a HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL, referente ao Edital de Concurso Público nº 01/2015:

MÉDICO								
Inscrição	Candidato	PORT.	C.GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
71	MARCOS ANTONIO THEREZA FILHO	2,25	0,75	5,50	8,50	8,50	APROVADO(A)	1º
89	MARCELO DOS SANTOS GOMES	2,00	0,75	5,50	8,25	8,25	APROVADO(A)	2º
68	JHONATHAN ALCIDES ELPO	2,00	1,00	5,25	8,25	8,25	APROVADO(A)	3º
39	RODRIGO NELSON DALLAZEM	2,00	0,75	5,25	8,00	8,00	APROVADO(A)	4º
67	FLÁVIO JOSÉ MEDEIROS MARTINS JÚNIOR	1,75	1,00	5,25	8,00	8,00	APROVADO(A)	5º
97	ANDREI GABRIEL DE MELO	1,75	1,00	5,25	8,00	8,00	APROVADO(A)	6º
2	RAFAEL ROBERTO CARDOSO	1,75	0,75	5,25	7,75	7,75	APROVADO(A)	7º
17	LEONARDO HIDEKI MORITA	1,75	1,00	5,00	7,75	7,75	APROVADO(A)	8º
59	IRON PEDRO GIACOMELLI	1,50	1,25	5,00	7,75	7,75	APROVADO(A)	9º
98	JULIANA STEFANI	2,00	1,25	4,50	7,75	7,75	APROVADO(A)	10º
33	GUSTAVO ARAUJO DE ALMEIDA	1,75	1,00	4,75	7,50	7,50	APROVADO(A)	11º
24	MELANIE ANA SCHADECK NETTO	1,75	1,00	4,75	7,50	7,50	APROVADO(A)	12º
55	GILEYRE RINALDI FAVATO	2,25	0,75	4,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	13º
65	MARIANA FOSSATTI	2,00	1,00	4,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	14º
74	FABIANO SCORTEGAGNA DUPCZAK	1,75	1,25	4,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	15º
60	JEFFSON PEREIRA COSTA	1,75	1,25	4,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	16º
80	NATHALIÊ GALVAN	2,25	0,75	4,25	7,25	7,25	APROVADO(A)	17º
77	FELIPE SIMIONI DOS SANTOS	2,00	1,00	4,25	7,25	7,25	APROVADO(A)	18º
76	MARLON ALEXANDRO STEFFENS ORTH	1,50	0,75	4,75	7,00	7,00	APROVADO(A)	19º
75	ELOYVE FRANCIEL VANZ	2,00	0,75	4,25	7,00	7,00	APROVADO(A)	20º
49	JEAN ALEXSANDRO PASCOAL	2,25	1,00	3,75	7,00	7,00	APROVADO(A)	21º

41	CAROLINA CECILIA FINKLER SCHMIDT	2,00	0,25	4,50	6,75	6,75	APROVADO(A)	22º
42	LENNON FELLIPE DIAS NUNES	2,25	0,50	4,00	6,75	6,75	APROVADO(A)	23º
18	RODRIGO DE SOUZA FIDELIS	1,50	1,25	4,00	6,75	6,75	APROVADO(A)	24º
53	PEDRO JOSEPH ARGENTA NICOLETTI	2,00	0,25	4,25	6,50	6,50	APROVADO(A)	25º
51	ÂNGELA WOLFARDT	1,75	0,50	4,25	6,50	6,50	APROVADO(A)	26º
81	RAPHAEL SALGADO PEDROSO	2,00	0,75	3,75	6,50	6,50	APROVADO(A)	27º
73	EVERTON ZENI	1,75	0,25	4,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	28º
36	MATHEUS MORO	1,75	0,50	3,50	5,75	5,75	APROVADO(A)	29º
95	CAROLINA FARIA DE SOUZA	0,25	0,00	0,50	0,75	0,75	REPROVADO(A)	--
88	JACSON ANTONIO SANT'ANA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
31	HENRIQUE VENTURA OLMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
90	ELTON BRANDÃO DOS REIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
93	ILDEU SOARES CALDEIRA JÚNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
94	SÉRGIO ANTÔNIO DE SOUSA SIROTTEAU COR- RÊA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
83	GERSON BOTH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
62	SÉRGIO GOMES MACIEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
21	JAIL COELHO DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
35	LUCAS MELO DE FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
40	JOEL WORMA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
28	MARIA CYSNE BARBOSA BURATTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
56	RAFAEL TÚLIO PIAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
96	DIOGO ANTONIELO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
79	YURI ALFARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
23	MARIANA CASSOL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
22	JULIO EBRAIN NERIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Inscri- ção	Candidato	PORT.	C.GE- RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
47	DANIEL MACHADO	2,00	1,00	4,75	7,75	7,75	APROVADO(A)	1º
14	RODRIGO BORSATTI NEVES DA FONTOURA	2,00	1,00	4,75	7,75	7,75	APROVADO(A)	2º
54	ELIZABETH VIECELI	2,25	1,00	4,25	7,50	7,50	APROVADO(A)	3º
30	MAIRA VIEIRA CONCI	1,75	1,00	4,25	7,00	7,00	APROVADO(A)	4º
85	MILENA QUIRINO GOMES	1,75	0,50	4,00	6,25	6,25	APROVADO(A)	5º
91	CHARLES SCHWANTZ DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
50	GABRIELA NOGUEIRA LORENZI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--

MÉDICO PEDIATRA

Inscri- ção	Candidato	PORT.	C.GE- RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
5	FREDDY FUERTE GUTIERREZ	2,00	0,75	5,25	8,00	8,00	APROVADO(A)	1º
16	MAGALY VAZ DE SOUZA	2,25	0,50	3,75	6,50	6,50	APROVADO(A)	2º

MÉDICO PSIQUIATRA

Inscri- ção	Candidato	PORT.	C.GE- RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
32	MAYCON JOSÉ PALOSCHI	2,00	1,00	4,75	7,75	7,75	APROVADO(A)	1º
64	ANDRÉ RONCHETTI	1,50	0,25	5,00	6,75	6,75	APROVADO(A)	2º
26	JOAQUIM MIRANDA DA SILVEIRA	1,25	0,50	4,75	6,50	6,50	APROVADO(A)	3º
78	EDUARDO GIACOMINI	1,75	0,50	4,00	6,25	6,25	APROVADO(A)	4º

DECRETO Nº 12.238/15

DECRETO Nº 12.238/15, DE 20 DE JULHO DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12048/2015.

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, FRANCIELE VANELLI MELOTTI, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto nº 11.569/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 24 de julho de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 12.229/15.

Videira, 20 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 052/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ADRIANA GOULART	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.191/15, DE 07/07/2015
2. LISIANE EV SOARES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.192/15, DE 07/07/2015
3. MARINES DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.193/15, DE 07/07/2015
4. DENISE ANTUNES DE MEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.194/15, DE 07/07/2015
5. MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.195/15 DE 07/07/2015
6. EZEQUIEL CARLOS DE OLIVEIRA	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	12.198/15, DE 09/07/2015
7. GILVANA DE SOUZA	MOTORISTA I – VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS PEQUENOS	12.199/15, DE 09/07/2015
8. LAIRTON JOSE BOLICO JOAQUIM	MOTORISTA II – AMBULÂNCIA	12.200/15, DE 09/07/2015

9. DILTON ALEXANDRE DA SILVA	MOTORISTA II – AMBULÂNCIA	12.201/15, DE 09/07/2015
10. DANIELA TEIXEIRA CHAVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.207/15, DE 09/07/2015
11. BIANCA MARIA ALBUQUERQUE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.208/15, DE 09/07/2015
12. DELAIZE TRINDADE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.209/15, DE 09/07/2015
13. LAIDE MOREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.210/15, DE 09/07/2015
14. CARLA DANIELE SUCKOW	AGENTE SOCIAL	12.211/15, DE 09/07/2015
15. LUIZ CARLOS SPANHOLI	AGENTE SOCIAL	12.213/15, DE 09/07/2015
16. BIBIANA PAULA DAMBROS	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO	12.214/15, DE 10/07/2015
17. SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.217/15, DE 10/07/2015
18. MARISETE DIAS BORGES VIEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.218/15, DE 10/07/2015
19. FERNANDA ZANIVAN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.219/15, DE 10/07/2015
20. NOELI TOLDO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.220/15, DE 10/07/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 15 de Julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2015 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2015-PMV

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 148/2015

HOMOLOGAÇÃO: 20/07/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O ARTISTA "REGIS DANESE", NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2015, NA SERP, VIDEIRA/SC. PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: RD BENISON EDIÇÕES E PROMOÇÕES LTDA. - ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III, c/c Art. 26, parágrafo único, incisos II e III, ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira/SC, 20 de Julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 107/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SISTEMA DE SOM, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS, CONFECÇÕES DE FAIXAS E BANNERS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 04/08/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 20 de Julho 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 108/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS RUAS, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 11/08/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 20 de Julho 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N° 0063/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0063/2015, tendo como objeto Aquisição de camisetas, camisa pólo e calça de agasalho destinada as crianças, adolescentes, adultos e idosos dos Programas da Secretaria de Assistência Social. O recebimento das propostas será até às 13:45h, do dia 04/08/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 16 de julho de 2015.
Ademir José Gasparini
Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

	MUNICIPIO DE XAVANTINA SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
--	---

Convite para Audiência Pública

O Governo Municipal de Xavantina (SC), na pessoa do Sr. Mauro Junes Poletto, Prefeito Municipal, convidam os cidadãos xavantinenses para participarem de uma importante AUDIÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se no dia 12 de Agosto de 2015, às 13h30min, nas dependências da Casa da Cultura, com o objetivo de discutir e planejar os investimentos e as prioridades a serem definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2016, em obediência ao disposto no Artigo 48 § único da Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), regulamentada pela Lei Municipal nº. 754/2001.

Xavantina (SC), 17 de Julho de 2015.

Mauro Junes Poletto
Prefeito Municipal

Maira Lucia Altenhofen
Coordenadora do Controle Interno

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 27-2015 PMXV - 01 ARLINDO

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 27/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa ARLINDO CERSAR VIEIRA ME, inscrita no CNPJ nº 02.002.743/0001-26, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. ARLINDO CERSAR VIEIRA, portador do CPF nº 743.475.519-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível prestação serviços de solda leve, solda pesada e torno para todos os departamentos, veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
1	250	HORAS	80,00	SERVIÇO DE HORA DE SOLDADA LEVE A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLDADA BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO.
2	350	HORAS	89,00	SERVIÇO DE HORA DE SOLDADA PESADA A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLDADA BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO.
3	200	HORAS	39,00	SERVIÇO DE HORA DE TORNO A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TORNO BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do

registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 27/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 20 de julho de 2015.

ARLINDO CERSAR VIEIRA ME
Arlindo Cersar Vieira

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 27-2015 PMXV - 02 TORMEX

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 27/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa TORMEX USINAGEM DE PRECISÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.151.172/0001-63, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. NEIVO MAGRO, portador do CPF nº 844.821.509-59, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível prestação serviços de solda leve, solda pesada e torno para todos os departamentos, veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
4	100	HORAS	93,00	SERVIÇO DE HORA DE SOLDA LEVE A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLDA BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO.
5	150	HORAS	107,00	SERVIÇO DE HORA DE SOLDA PESADA A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLDA BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 27/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 20 de julho de 2015.

TORMEX USINAGEM DE PRECISÃO LTDA Neivo Magro	MAURO JUNES POLETTI, Prefeito Municipal.
---	---

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 242/2015 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO 242/2015

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4096/2015 de 15 de julho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 410.300,00 (quatrocentos e dez mil, trezentos reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade		
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde		
Modalidade	Fonte	Valor R\$		
3.3.90.00.00	01.02	410.300,00		

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade		
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	1.003 – Aquisição de Veículos		
Modalidade	Fonte	Valor R\$		
4.4.90.00.00	01.02	105.800,00		

Código	Unidade	Projeto atividade		
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	1.002 – Ampliação da Rede Física da Saúde		
Modalidade	Fonte	Valor R\$		
4.4.90.00.00	01.02	54.500,00		

Código	Unidade	Projeto atividade		
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.018 – Manutenção das Atividades Legislativas		
Modalidade	Fonte	Valor R\$		
3.1.90.00.00	01.00	150.000,00		

Código	Unidade	Projeto atividade		
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.019 – Subsídios dos Vereadores		
Modalidade	Fonte	Valor R\$		
3.1.90.00.00	01.00	100.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI COMPLEMENTAR Nº 158/2015 DE 14 DE JULHO DE 2015. ISENTA DO PAGAMENTO DE ITBI, A COAFAX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 158/2015 de 14 de julho de 2015.

ISENTA DO PAGAMENTO DE ITBI, A COAFAX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Isenta a COAFAX – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim, do pagamento de ITBI, em virtude de permuta ocorrida entre esta e a Municipalidade, autorizada pela lei 4.086/2015, em relação ao imóvel com matrícula no CRI sob o nº 19.441, independente do valor apurado quando da realização da transferência do imóvel descrito, haja vista o interesse em prol da Coletividade no qual é imbuída a Cooperativa.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4093/2015 DE 07 DE JULHO DE 2015. RECONHECE DÍVIDAS DO EXERCÍCIO DE 2014 QUE ESPECÍFICA, EM VIRTUDE DO MATERIAL FORNECIDO COM A EMPRESA ALEXANDRA DOS PASSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4093/2015 de 07 de julho de 2015.

RECONHECE DÍVIDAS DO EXERCÍCIO DE 2014 QUE ESPECÍFICA, EM VIRTUDE DO MATERIAL FORNECIDO COM A EMPRESA ALEXANDRA DOS PASSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer, processar, liquidar e efetuar o pagamento de despesa contraída da Empresa ALEXANDRA DOS PASSOS - EPP, inscrita no CNPJ 12.260.623/0001-82, decorrente na prestação de serviço descrita em nota fiscal 3.545, emitida em 17-10-2014, e no valor de R\$ 8.099,50 (Oito mil, noventa e nove reais e cinquenta centavos) não contabilizados. Parágrafo único. O valor do recurso financeiro será pago em parcela única, em até 30 (trinta) dias da sanção da lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes de execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4094/2015 DE 14 DE JULHO DE 2015. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A DESIGNAR NOME A LOTEAMENTO E ÁREA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4094/2015 de 14 de julho de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A DESIGNAR NOME A LOTEAMENTO E ÁREA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado como de LOTEAMENTO RENASCER II, à área lembrada como "loteamento e área de especial interesse social", do terreno urbano no Loteamento Ferasso II, oriundo do lote rural nº 50, com área superficial de 10.000,54 (dez mil metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados) com matrícula nº 20.042 no C.R.Imóveis de Xaxim e do terreno urbano, localizado no Loteamento Ferrazzo IV, constituído por parte da quadra nº 129,35 metros da Rua Anestor Davi, com matrícula nº 22.438 Cartório de Registro de Imóveis de

Xaxim – SC de propriedade do Município de Xaxim, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4015/2014;

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei 4089/2015.

Gabinete do Prefeito, em 15 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4095/2015 DE 14 DE JULHO DE 2015. DESAFETA BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, PASSANDO À CATEGORIA DE BEM DOMINICAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4095/2015 de 14 de julho de 2015.

DESAFETA BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, PASSANDO À CATEGORIA DE BEM DOMINICAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Xaxim autorizado a desafetar o seguinte imóvel , passando de bem de uso comum para a categoria de bem dominical:

I – Lote Urbano nº 06, da quadra nº 213, localizado no lado ímpar da Rua Anestor Davi, distante pelo lado direito, 268,85 metros da Rua Victório Mattiello, Bairro Santa Terezinha, Com área superficial de 1.358,45m² (um mil, trezentos e cinquenta e oito metros, com quarenta e cinco centímetros quadrados), oriundo do lote rural nº 52, com matrícula no CRI sob o nº 19.820.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4096/2015 DE 14 DE JULHO DE 2015. “DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEI Nº 4096/2015 de 14 de julho de 2015.

DESAFETA BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, PASSANDO À CATEGORIA DE BEM DOMINICAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Xaxim autorizado a desafetar o seguinte imóvel , passando de bem de uso comum para a categoria de bem dominical:

I – Lote Urbano nº 06, da quadra nº 213, localizado no lado ímpar da Rua Anestor Davi, distante pelo lado direito, 268,85 metros da Rua Victório Mattiello, Bairro Santa Terezinha, Com área superficial de 1.358,45m² (um mil, trezentos e cinquenta e oito metros, com quarenta e cinco centímetros quadrados), oriundo do lote rural nº 52, com matrícula no CRI sob o nº 19.820.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

Consórcios

ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº010/2015 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº28/2015 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PROMOÇÃO DE CURSO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2015

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 10/2015

OBJETO: prestação serviços para a promoção do curso: Operadores de Estação de Tratamento de Água, a ser realizado pelo SENAI, nos meses de julho, agosto e setembro, no Município de Chapecó/SC.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERM. DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM - SENAI

CNPJ: 003.795.071/0001-16.

VALOR: R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

Florianópolis, 14 de julho de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº011/2015 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº29/2015 - ATO DE DISPENSA Nº16/2015 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2015

ATO DE DISPENSA Nº 16/2015

OBJETO: Aquisição de imóvel para instalação da sede administrativa da ARIS.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA..

CNPJ: 83.601.534/0001-09.

VALOR: 3.795.000,00 (Três milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/atividade 4.122.0001.2.001, elemento de despesa nº 4.4.90, fonte de recursos 0.300 do orçamento da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

Florianópolis, 17 de julho de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 033/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 33/2015

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 020/2015

OBJETO: Contratação de empresa cujo objeto é o fornecimento de café, alimentos e bebidas para coffee break.

CONTRATADO: GRACIELE FEDRIGO - ME

CNPJ: 05.571.897/0001-27

VALOR: R\$ 513,00 (Quinhentos e treze reais).

Florianópolis, 20 de julho de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

CONSÓRCIO CISAMA**PORTARIA 03/2015 NEIDE RODRIGUES DA SILVA**

PORTARIA N° 03/2015

Nomeia NEIDE RODRIGUES DA SILVA para a função de COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA, Sr. Edilson José de Souza, no uso de suas atribuições legais, constantes do Estatuto Social, § 1º, da Cláusula 41ª, do Protocolo de Intenções, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. NEIDE RODRIGUES DA SILVA, para ocupar a função de COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS, 20 horas semanais, constante do quadro das funções adicionais, previstos no anexo I, do Protocolo de Intenções do CISAMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 03 de julho de 2015.

Edilson José de Souza

Prefeito de Campo Belo do Sul

Presidente do CISAMA

PORTARIA 04/2015 VALKYRIE VIEIRA FABRE

PORTARIA N° 04/2015

Nomeia VALKYRIE VIEIRA FABRE para a função de COORDENADORA CONTÁBIL do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA, Sr. Edilson José de Souza, no uso de suas atribuições legais, constantes do Estatuto Social, § 1º, da Cláusula 41ª, do Protocolo de Intenções, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. VALKYRIE VIEIRA FABRE, para ocupar a função de COORDENADORA CONTÁBIL, 20 horas semanais, constante do quadro das funções adicionais, previstos no anexo I, do Protocolo de Intenções do CISAMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 03 de julho de 2015.

Edilson José de Souza

Prefeito de Campo Belo do Sul

Presidente do CISAMA

Editais de Notificação

BOTUVERÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 507/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 507/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CDJ9351 54586128E 29/05/2015 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

CAMBORIÚ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1419/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1419/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARU9539	55730013E	14/04/2015	66531	230 * XI	127.69
AUN6403	55730023E	04/05/2015	66531	230 * XI	127.69
DFF4334	55730556E	17/04/2015	65561	230 * I	191.53
DFF4334	55730557E	17/04/2015	50450	162 * V	191.53
DFF4334	55730558E	17/04/2015	69120	232	53.20
DJF7241	55730856E	24/04/2015	65992	230 * V	191.53
GRC7237	55730468E	13/04/2015	66531	230 * XI	127.69
IOF1253	55729762E	28/03/2015	66372	230 * IX	127.69
LZI4791	55653544D	12/04/2015	65992	230 * V	191.53
MAS3741	55731451E	06/05/2015	50100	162 * I	574.61
MAS3741	55731452E	06/05/2015	65992	230 * V	191.53
MAU6222	55731246E	04/05/2015	65992	230 * V	191.53
MBH7166	54947594E	25/04/2015	65992	230 * V	191.53
MBH7166	54947596E	25/04/2015	50450	162 * V	191.53
MCL7334	55730252E	27/03/2015	50100	162 * I	574.61
MDN6071	55728671E	02/04/2015	65992	230 * V	191.53
MDO6844	55728975E	08/01/2015	50100	162 * I	574.61
MEW8015	55730421E	27/03/2015	65992	230 * V	191.53
MEW8015	55730251E	27/03/2015	69120	232	53.20
MFQ7244	55729045E	31/03/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MFQ7244	55729046E	31/03/2015	50100	162 * I	574.61
MFQ7244	55729047E	31/03/2015	66372	230 * IX	127.69
MGC9302	55729742E	13/04/2015	65992	230 * V	191.53
MGF1196	54950338E	05/02/2015	66372	230 * IX	127.69
MGM4262	55731433E	29/04/2015	69120	232	53.20
MJK9976	54503428F	03/05/2015	73400	252 * IV	85.12
MLH5155	54503434F	03/05/2015	67261	230 * XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1420/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1420/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALW7464	55731139E	28/04/2015	51930	168	191.53
AMK8796	55731059E	27/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
AMZ9305	55730759E	24/04/2015	54521	181 * VIII	127.69
BQM4732	55730818E	21/04/2015	51851	167	127.69
DEA1414	55729900E	02/04/2015	51851	167	127.69
DFF4334	55730808E	16/04/2015	51851	167	127.69
EDV5138	55653545D	12/04/2015	60501	208	191.53
EYM9869	55730439E	06/04/2015	55250	181 * XV	85.12
FTM7535	55731315E	30/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
HPO8543	55731001E	22/04/2015	55500	181 * XVIII	85.12
IKA8002	55653542D	05/04/2015	54100	181 * IV	85.12
IKV6201	55729248E	21/03/2015	55415	181 * XVII	53.20
IOF1253	55729763E	28/03/2015	54521	181 * VIII	127.69
IOF1253	55730651E	18/04/2015	54521	181 * VIII	127.69
IOR7244	55731362E	04/05/2015	55680	181 * XIX	127.69
JDX4063	55730805E	16/04/2015	51851	167	127.69
KYL0488	55730274E	06/04/2015	51851	167	127.69
LZI4791	55653543D	12/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
MAU6222	55731244E	04/05/2015	55680	181 * XIX	127.69
MDI9954	55730011E	09/04/2015	57380	186 * II	191.53
MDJ6005	55730156E	15/04/2015	60501	208	191.53
MDO6844	55728973E	08/01/2015	58350	195	127.69
MDV0485	54045018N	05/05/2015	50020	257 8\$	85.12
MED8714	55728312E	02/05/2015	53800	181 * I	85.12
MEG5027	55730153E	11/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
MEN7515	54041890N	17/04/2015	50020	257 8\$	191.53
MFV7647	55730915E	04/05/2015	68580	231 * VII	85.12
MHH4246	55726831E	26/01/2015	58350	195	127.69
MIA5993	55730511E	11/04/2015	51851	167	127.69
MIX5424	55730107E	11/04/2015	55411	181 * XVII	53.20
MJK9976	54503427F	03/05/2015	51851	167	127.69
MLV8727	55730233E	07/04/2015	51851	167	127.69
MLV8727	55730234E	07/04/2015	51851	167	127.69
MMF0621	55730106E	11/04/2015	55411	181 * XVII	53.20
MMK3818	55730493E	30/04/2015	57380	186 * II	191.53
MMK3818	55730494E	30/04/2015	70991	244 * V II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1423/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1423/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DAN1206	55727831E	18/04/2015	50450	162 * V	191.53
DIS2918	55653549D	12/04/2015	65992	230 * V	191.53
MBU7625	55731005E	19/04/2015	73400	252 * IV	85.12
MEN3748	55729845E	09/03/2015	73400	252 * IV	85.12
MEN6442	55730353E	15/04/2015	65561	230 * I	191.53
MEO7090	55730082E	27/03/2015	50100	162 * I	574.61
MES9843	55730084E	27/03/2015	65992	230 * V	191.53
MFP3608	55730075E	27/03/2015	65992	230 * V	191.53
MGC3351	55730564E	24/04/2015	65992	230 * V	191.53
MGC3351	55730565E	24/04/2015	50100	162 * I	574.61
MGE7136	55731401E	25/04/2015	67691	230 * XXII	85.12
MGN6811	55729037E	28/03/2015	66532	230 * XI	127.69
MIF3479	55730424E	27/03/2015	65992	230 * V	191.53
MJG9348	55729744E	17/04/2015	52741	175	1915.38
MJG9348	55729745E	17/04/2015	65992	230 * V	191.53
MJG9348	55729746E	17/04/2015	50100	162 * I	574.61
MJR7952	55730076E	27/03/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1424/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1424/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAA2049	55729737E	11/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
AKW1827	55729447E	06/03/2015	55680	181 * XIX	127.69
AND1108	55730516E	11/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
CEU3810	55729860E	12/03/2015	51851	167	127.69
FUO8888	55730262E	02/04/2015	51851	167	127.69
HLX0658	55729665E	25/04/2015	54600	181 * IX	85.12
HXG1808	55730760E	24/04/2015	54521	181 * VIII	127.69
IGZ6125	55730611E	27/04/2015	51851	167	127.69
KOT8181	55730103E	11/04/2015	55411	181 * XVII	53.20
LNT7469	55730810E	16/04/2015	51851	167	127.69
LZD5130	55730419E	26/03/2015	51851	167	127.69
MBM0167	55730560E	21/04/2015	56144	182 * V	127.69
MBU7625	55731002E	19/04/2015	70561	244 * III	191.53
MCH6918	55730473E	15/04/2015	51851	167	127.69
MCJ0522	54503142F	01/05/2015	51852	167	127.69
MDB4676	55730441E	06/04/2015	51851	167	127.69
MDL7286	55730289E	14/04/2015	51851	167	127.69
MDW2068	55730256E	02/04/2015	51851	167	127.69
MEI9340	55730833E	25/04/2015	51851	167	127.69
MEZ0818	55730226E	04/04/2015	58192	193	574.61
MFW7487	55727631E	23/04/2015	70561	244 * III	191.53
MGG3233	55730702E	15/04/2015	55415	181 * XVII	53.20
MGN6811	55729038E	28/03/2015	52070	169	53.20
MGP5113	55729706E	06/03/2015	57380	186 * II	191.53
MHJ4371	55731290E	04/05/2015	55680	181 * XIX	127.69
MHP1305	55729898E	02/04/2015	51851	167	127.69
MHQ8716	54503259F	07/05/2015	51851	167	127.69
MHV3348	54949784E	15/04/2015	56650	182 * X	85.12
MIJ0714	55727827E	09/04/2015	58350	195	127.69
MIJ0714	55727828E	09/04/2015	60502	208	191.53
MIX3126	55730479E	16/04/2015	51851	167	127.69
MJB2969	55730354E	18/04/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MJC7245	55730828E	21/04/2015	51851	167	127.69
MJG6983	54041889N	17/04/2015	50020	257 8\$	53.20
MJG9348	55729743E	17/04/2015	57380	186 * II	191.53
MJG9348	55729747E	17/04/2015	58350	195	127.69
MJP4475	55728706E	08/03/2015	51851	167	127.69
MJP4475	55728707E	08/03/2015	73662	252 * VI	85.12
MKF8405	55729894E	26/03/2015	51851	167	127.69
MKH5803	54503314F	04/05/2015	51851	167	127.69
MKO1501	55730531E	15/04/2015	51851	167	127.69
MKT2374	55727629E	09/04/2015	60501	208	191.53
NRQ4569	55731310E	30/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
QHH0420	55728195E	05/04/2015	56144	182 * V	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1427/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1427/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK0711	54503055F	27/04/2015	67261	230 * XVIII	127.69
ABK0711	54503056F	27/04/2015	67000	230 * XVI	127.69
ABK0711	54503057F	27/04/2015	65992	230 * V	191.53
AFG1800	55730157E	19/04/2015	51692	165	1915.38
AFG1800	55730160E	19/04/2015	52741	175	1915.38
AGH5494	55729687E	27/04/2015	65992	230 * V	191.53
BIK0924	55731225E	28/04/2015	50450	162 * V	191.53
CIN6411	55729957E	27/04/2015	65992	230 * V	191.53
CIN6411	55729958E	27/04/2015	50100	162 * I	574.61
DTZ8121	55730769E	16/05/2015	51691	165	1915.38
DTZ8121	55730770E	16/05/2015	69120	232	53.20
DTZ8121	55730772E	16/05/2015	50450	162 * V	191.53
GTQ5994	55729966E	01/05/2015	50100	162 * I	574.61
IJK0056	55728698E	25/04/2015	65992	230 * V	191.53
IOF1253	55729021E	22/03/2015	66372	230 * IX	127.69
LXU8402	55730764E	28/04/2015	65992	230 * V	191.53
LXX1943	54503071F	29/04/2015	65992	230 * V	191.53
LXX1943	54503072F	29/04/2015	50100	162 * I	574.61
LXX1943	54503073F	29/04/2015	66372	230 * IX	127.69
LXX1943	54503074F	29/04/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZZ6132	55729886E	23/03/2015	65992	230 * V	191.53
MBJ2118	55731142E	28/04/2015	66102	230 * VII	127.69
MBJ2118	55731143E	28/04/2015	66372	230 * IX	127.69
MBY0988	54947598E	26/04/2015	65992	230 * V	191.53
MDU7421	54503118F	29/04/2015	50100	162 * I	574.61
MEZ6081	55731427E	28/04/2015	65992	230 * V	191.53
MFJ0869	55731407E	26/04/2015	67691	230 * XXII	85.12
MFW7487	55730022E	28/04/2015	66531	230 * XI	127.69
MGC0821	55731218E	27/04/2015	65992	230 * V	191.53
MGI3937	55729951E	26/04/2015	65992	230 * V	191.53
MHC4252	54503416F	02/05/2015	65992	230 * V	191.53
MHI8851	54503417F	02/05/2015	65992	230 * V	191.53
MHN3599	55729679E	26/04/2015	65992	230 * V	191.53
MIT0354	54503052F	27/04/2015	50100	162 * I	574.61
MIT0354	54503053F	27/04/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MJW2543	55731234E	02/05/2015	50100	162 * I	574.61
MVQ4536	55729954E	26/04/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1428/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1428/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK0711	54503054F	27/04/2015	55413	181 * XVII	53.20
AED1451	55730554E	12/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
AFG1800	55728539E	19/04/2015	58350	195	127.69
AFG1800	55728541E	19/04/2015	60501	208	191.53
AFG1800	55730158E	19/04/2015	52151	170	191.53
AFG1800	55730159E	19/04/2015	52152	170	191.53
AGH5494	55729686E	27/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
AGH5494	55729688E	27/04/2015	55250	181 * XV	85.12
AJQ6829	54503316F	04/05/2015	51851	167	127.69
AOC5400	55731292E	04/05/2015	55680	181 * XIX	127.69
AOC5614	55729614E	06/03/2015	51852	167	127.69
AZA0118	55730958E	23/04/2015	51851	167	127.69
BLW0881	55730518E	11/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
CYO5968	54503263F	07/05/2015	55680	181 * XIX	127.69
DLB2616	55731053E	01/05/2015	55500	181 * XVIII	85.12
DRP1977	54503111F	29/04/2015	51851	167	127.69
DRS4091	55731135E	28/04/2015	51930	168	191.53
EGJ4737	55731351E	28/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
ETI7191	55729666E	26/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
GRY7097	55729445E	05/03/2015	51851	167	127.69
HFR4849	55729692E	29/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
HGB2300	55729963E	30/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
IJK0056	55728695E	25/04/2015	54521	181 * VIII	127.69
IJU8281	55731272E	30/04/2015	55680	181 * XIX	127.69
INL0630	55730618E	28/04/2015	51851	167	127.69
LXA5934	55730625E	28/04/2015	51851	167	127.69

LXG0637	55730831E	25/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
LXU8402	55730763E	28/04/2015	54600	181	*	IX	85.12
LXX1943	54503070F	29/04/2015	57380	186	*	II	191.53
LZB1058	55729670E	26/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
LZV5375	55731159E	29/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MAU4210	55731324E	02/05/2015	54600	181	*	IX	85.12
MAZ0295	54503275F	12/05/2015	54522	181	*	VIII	127.69
MBJ2118	55730007E	03/04/2015	51851	167			127.69
MBR7911	55730498E	30/04/2015	60681	209			127.69
MBS1181	55731296E	04/05/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MBY0578	55731311E	30/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MCF9097	55730259E	02/04/2015	51851	167			127.69
MDJ4809	55731175E	02/05/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MDS1756	55730074E	18/03/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MFB8158	54503302F	03/05/2015	56650	182	*	X	85.12
MFJ2740	54503319F	04/05/2015	51851	167			127.69
MFJ2740	55730860E	27/04/2015	54870	181	*	XI	127.69
MFM3076	55730650E	03/05/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MFM4839	55728098E	12/03/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MFY7395	55730247E	07/04/2015	51851	167			127.69
MGF9646	55731071E	02/05/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MGV1055	54503103F	27/04/2015	51852	167			127.69
MHC1985	55731153E	28/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MHD7340	55730753E	24/04/2015	54523	181	*	VIII	127.69
MHP1982	55731256E	27/04/2015	54600	181	*	IX	85.12
MHP7617	54503020F	28/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MHX8494	55731264E	30/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MIE2518	54503132F	30/04/2015	51851	167			127.69
MII1193	55730814E	21/04/2015	51851	167			127.69
MIL7038	54503008F	27/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MIX6971	55731024E	16/05/2015	60501	208			191.53
MIY1134	55730163E	01/05/2015	60502	208			191.53
MIZ9189	55730628E	28/04/2015	51851	167			127.69
MJH5624	54503327F	04/05/2015	54284	181	*	V	191.53
MJM1589	55728489E	22/03/2015	51851	167			127.69
MKA2347	55731158E	29/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MKH5208	55730969E	07/05/2015	70561	244	*	III	191.53
MKI0835	55731363E	04/05/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MKQ6452	55730009E	10/04/2015	58780	199			85.12
MKZ7770	55731060E	27/04/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MLB4041	55730241E	07/04/2015	51851	167			127.69
MLK4728	55731243E	04/05/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MLQ2311	55727434E	29/04/2015	57380	186	*	II	191.53
MLS2685	55730761E	24/04/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MMA6832	55729697E	29/04/2015	54870	181	*	XI	127.69
QHN8751	55731325E	02/05/2015	54600	181	*	IX	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1417/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1417/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHD5892	55728891E	08/06/2015	65992	230 * V
LXQ5669	55728341E	20/06/2015	50100	162 * I
LXQ5669	55728342E	20/06/2015	51180	164 c/c 162 * I
LZJ5274	55728742E	13/06/2015	52741	175
LZO0694	55730934E	23/05/2015	50100	162 * I
LZO0694	55730935E	23/05/2015	69120	232
LZO0694	55730936E	23/05/2015	50610	163 c/c 162 * I
MDE3417	54503365F	13/06/2015	66372	230 * IX
MDE3417	54503366F	13/06/2015	50100	162 * I
MFD1123	55729501E	10/06/2015	52900	176 * II
MFD1123	55729502E	10/06/2015	66372	230 * IX
MGU9031	54503368F	13/06/2015	65992	230 * V
MGU9031	54503369F	13/06/2015	69120	232
MHZ2116	55730034E	12/06/2015	66531	230 * XI
MIK1762	54503509F	19/06/2015	50292	162 * II
MIQ7852	55731371E	14/06/2015	51691	165
MJE9596	54503364F	13/06/2015	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1418/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1418/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACP2198	55728549E	21/05/2015	55680	181 * XIX
AOX9205	55730583E	23/05/2015	57380	186 * II
BUY9473	54503030F	16/06/2015	52070	169
CHD5892	55728892E	08/06/2015	55250	181 * XV
HET0791	54949795E	10/06/2015	60501	208
LWR0705	55731439E	22/05/2015	51851	167
LYE2675	55728898E	11/06/2015	51851	167
LYI8362	55652399D	09/06/2015	54440	181 * VII
LYS3889	55731340E	12/06/2015	51851	167
LYX4767	54503755F	16/06/2015	51851	167
MDQ0634	54052871N	16/06/2015	50020	257 8§
MGD6654	55731343E	16/06/2015	51851	167
MHD2701	55730897E	17/06/2015	54870	181 * XI
MIJ8579	55729769E	16/05/2015	55250	181 * XV
MIY9270	55730780E	27/05/2015	54522	181 * VIII
MJJ0037	55730710E	11/06/2015	59080	202 * I
MKL3339	55731094E	08/06/2015	55416	181 * XVII
MMF3920	55728321E	17/05/2015	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1421/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1421/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKU1887	55729509E	21/06/2015	66020	230 * VI
AKU1887	55729514E	21/06/2015	66372	230 * IX
LYW2273	55728265E	20/06/2015	65992	230 * V
MFN9657	54503517F	22/06/2015	50100	162 * I
MJM3411	55729512E	21/06/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8194 1422/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1422/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEP4836	54503761F	18/06/2015	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

AER1191	54503351F	24/05/2015	60501	208	
HAK7651	55731335E	08/06/2015	51851	167	
ILI3824	55730040E	25/06/2015	55680	181	* XIX
MCZ3871	55731349E	19/06/2015	51851	167	
MDS6614	55731474E	29/05/2015	60501	208	
MEB8720	55728322E	29/05/2015	57970	191	
MFB8158	54054804N	26/06/2015	50020	257	8\$
MGA1573	55731350E	18/06/2015	51851	167	
MGU0827	55730039E	25/06/2015	55680	181	* XIX
MHH2115	55731329E	29/05/2015	51851	167	
MHV4548	55729523E	25/06/2015	73662	252	* VI
MIE2518	54054802N	26/06/2015	50020	257	8\$
MJD3108	55730882E	03/06/2015	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1425/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1425/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYC8107	54503076F	08/06/2015	65992	230 * V
LYV5802	54503360F	09/06/2015	65992	230 * V
LZN1103	55728266E	27/06/2015	65992	230 * V
MCX9455	55730945E	06/06/2015	50610	163 c/c 162 * I
MCX9455	54503075F	06/06/2015	50100	162 * I
MDP8493	54503382F	29/06/2015	65561	230 * I
MGC6622	54503353F	04/06/2015	50100	162 * I
MGC6622	54503354F	04/06/2015	65992	230 * V
MGC6622	54503355F	04/06/2015	69120	232
MHL1019	54503356F	03/06/2015	50100	162 * I

MIX8592	55731179E	25/06/2015	65992	230	* V
MJQ3704	54503711F	23/06/2015	65992	230	* V
MJQ3704	54503713F	23/06/2015	66372	230	* IX
MKQ4478	54503605F	26/06/2015	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1426/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1426/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CMQ7050	55730879E	03/06/2015	51851	167
LYV5802	54503361F	09/06/2015	58350	195
LYZ1757	54503772F	26/06/2015	51851	167
LZN4102	54503767F	24/06/2015	51851	167
MAF6093	54503206F	19/06/2015	60501	208
MAQ1670	55731336E	08/06/2015	51851	167
MCC5141	54503205F	16/06/2015	60501	208
MEG9203	54503854F	30/06/2015	51851	167
MEP0339	55730030E	31/05/2015	70561	244 * III
MFJ2740	54054805N	26/06/2015	50020	257 8\$
MFQ0557	54503766F	24/06/2015	51851	167
MGS7816	55727842E	29/05/2015	51851	167
MHF8961	54503855F	30/06/2015	51851	167
MHM9331	55730599E	31/05/2015	60501	208
MHX7554	55731180E	25/06/2015	55680	181 * XIX
MIT5130	55730871E	03/06/2015	51851	167
MJQ3704	54503710F	23/06/2015	60501	208
MLM0274	55727849E	03/06/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

Cocal do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 966/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 966/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJN7237	55531017E	07/04/2015	51851	167	127.69
CZX9107	55531018E	07/04/2015	51851	167	127.69
GTIX9546	55530792E	04/04/2015	51851	167	127.69
JKC9823	55530927E	06/04/2015	73662	252 * VI	85.12
LBM0382	55530791E	01/04/2015	51691	165	1915.38
LZJ1830	55530794E	04/04/2015	51851	167	127.69
MAF7792	55530936E	15/04/2015	51851	167	127.69
MAI8090	55531009E	01/04/2015	51851	167	127.69
MEY9638	55530930E	09/04/2015	73662	252 * VI	85.12
MGB7970	55530492E	02/02/2015	73400	252 * IV	85.12
MGT3293	54039971N	10/04/2015	50020	257 8\$	85.12
MHS5753	55531217E	05/05/2015	60412	207	127.69
MHU5500	55530855E	09/03/2015	51851	167	127.69
MJB4657	54042919N	24/04/2015	50020	257 8\$	127.69
MLC6585	55530928E	09/04/2015	73662	252 * VI	85.12
MLM5229	54042921N	24/04/2015	50020	257 8\$	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 968/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 968/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICQ4362	55530905E	16/03/2015	66531	230 * XI	127.69
LYS3465	55530629E	25/02/2015	73662	252 * VI	85.12
MAZ0340	55530810E	03/03/2015	73662	252 * VI	85.12
MBJ6001	55530391E	25/02/2015	51851	167	127.69
MIG5444	55530645E	27/02/2015	73662	252 * VI	85.12
MIN7168	55531105E	14/04/2015	73400	252 * IV	85.12
MKN7413	54041928N	17/04/2015	50020	257 8S	127.69
MKO8880	55530688E	13/03/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 970/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 970/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMF0069	55530949E	27/04/2015	51851	167	127.69
ASH1428	55530626E	25/02/2015	51851	167	127.69
ASH1428	55530910E	19/03/2015	73662	252 * VI	85.12
BPF2920	55531153E	08/04/2015	55415	181 * XVII	53.20
BPF2920	55531213E	23/04/2015	51851	167	127.69
CGP7596	55530920E	28/03/2015	73662	252 * VI	85.12
CZX9107	55531198E	05/05/2015	51851	167	127.69
DEB6447	55531225E	07/05/2015	73662	252 * VI	85.12
ICQ4362	55530933E	12/04/2015	70562	244 * III c/c 1\$	85.12
IMS1628	55531308E	11/05/2015	60412	207	127.69
ITN1761	55531117E	23/04/2015	73232	252 * II	85.12
LXB4588	55530748E	13/03/2015	66531	230 * XI	127.69
LXQ1593	55531189E	02/05/2015	51852	167	127.69
LYU3009	55530817E	03/03/2015	73400	252 * IV	85.12
LZG2665	55531118E	23/04/2015	51851	167	127.69
MCC9889	55531187E	02/05/2015	51851	167	127.69
MDQ9333	55531167E	17/04/2015	73662	252 * VI	85.12
MDU4534	55531210E	22/04/2015	54600	181 * IX	85.12
MEE0253	55531168E	17/04/2015	73400	252 * IV	85.12
MEH7316	55531172E	20/04/2015	60412	207	127.69
MET3853	54037708N	30/03/2015	50020	257 8\$	127.69
MFC3828	55531193E	02/05/2015	73400	252 * IV	85.12
MFQ2673	55531188E	02/05/2015	73400	252 * IV	85.12
MFT3984	55531158E	11/04/2015	73400	252 * IV	85.12
MGY5177	55531195E	04/05/2015	60412	207	127.69
MHW8822	55531180E	23/04/2015	73232	252 * II	85.12
MIL0028	55531175E	20/04/2015	51851	167	127.69
MIN7168	55531155E	08/04/2015	73400	252 * IV	85.12
MJX5451	54042920N	24/04/2015	50020	257 8\$	85.12
MKJ3290	55531157E	11/04/2015	55415	181 * XVII	53.20
MSQ1410	55531224E	07/05/2015	73662	252 * VI	85.12
QHF7482	55531171E	20/04/2015	55415	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 965/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 965/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EEN1457	55531284E	27/05/2015	61220	214 * I
LXH1870	55531367E	13/05/2015	51851	167
LXN0686	55531451E	27/05/2015	51851	167
MDS0621	54052769N	16/06/2015	50020	257 8\$
MEG9760	55531227E	29/05/2015	65992	230 * V
MEJ6734	55531000E	21/05/2015	73662	252 * VI
MJB8323	54052770N	16/06/2015	50020	257 8\$
MKV0139	55531342E	01/06/2015	60412	207
MLA4317	55531386E	20/05/2015	51851	167
MLP5339	55531400E	22/05/2015	73662	252 * VI
MLX6580	54049176N	28/05/2015	50020	257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 967/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 967/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DUF5488	55531271E	21/05/2015	73662	252 * VI
MGU2041	55531397E	21/05/2015	73662	252 * VI
MIC6771	55530879E	22/05/2015	51851	167
OKG0756	55531336E	26/05/2015	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 969/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 969/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOL3374	55531339E	29/05/2015	60412	207
BOV1424	55531567E	25/06/2015	60412	207
LXH4975	55531473E	26/06/2015	73662	252 * VI
MAF7792	55531570E	01/07/2015	51851	167
MAU6190	55531565E	25/06/2015	60412	207
MCM3548	55531406E	26/05/2015	51851	167
MIA3904	55531468E	20/06/2015	73662	252 * VI
MKA6725	54054700N	26/06/2015	50020	257 8S
MMD8087	55531511E	29/06/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

CORREIA PINTO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 798/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 798/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFY4036	55670731D	08/11/2013	51851	167	127.69
AKN9110	54986867E	26/06/2014	54360	181 * VI	85.12
BKD4745	55672548D	30/09/2013	55413	181 * XVII	53.20
IGH6983	54987420E	20/02/2015	65300	228	127.69
IPB0778	54693291C	29/11/2012	70301	244 * I	191.53
IPB0778	55672881D	08/10/2013	50100	162 * I	574.61
IPB0778	55672482D	18/06/2013	70561	244 * III	191.53
IPB0778	55672483D	18/06/2013	70302	244 * I	191.53
IPB0778	55672111D	13/11/2012	58350	195	127.69
IPB0778	55672035D	13/11/2012	52070	169	53.20
LNI9357	54693223C	27/03/2012	55250	181 * XV	85.12
LWT8326	54691814C	21/12/2010	69200	233	127.69
LXB5880	54986914E	13/07/2014	55250	181 * XV	85.12
LXP9155	54693276C	17/11/2012	50100	162 * I	574.61
LXP9155	54693277C	17/11/2012	65992	230 * V	191.53
LXP9155	54693278C	17/11/2012	58194	193	574.61
LXP9155	54693279C	17/11/2012	57200	186 * I	127.69
LXT9635	54693115C	26/05/2012	66102	230 * VII	127.69
LXT9635	54693699C	10/09/2012	51851	167	127.69
LXZ5107	54987297E	09/12/2014	50100	162 * I	574.61
LYC5365	54691378C	04/08/2010	54360	181 * VI	85.12
LYK9486	54691728C	23/05/2011	69200	233	127.69
LYX3608	54987451E	12/03/2015	69120	232	53.20

LYX3608	54987453E	12/03/2015	66371	230	*	IX	127.69
LYX3608	54987502E	12/03/2015	66102	230	*	VII	127.69
LYX3608	54987501E	12/03/2015	50100	162	*	I	574.61
LYY0001	55672555D	21/06/2013	55250	181	*	XV	85.12
MAD4535	55671320D	18/11/2012	51851	167			127.69
MAD4535	55671321D	18/11/2012	72340	250	*	I * a	85.12
MAK4130	54692614C	31/07/2011	50100	162	*	I	574.61
MAK4130	54692616C	31/07/2011	51691	165			957.69
MAK4130	54692617C	31/07/2011	67693	230	*	XXII	85.12
MAK4130	54691756C	23/11/2010	65992	230	*	V	191.53
MAK4130	54691755C	23/11/2010	50100	162	*	I	574.61
MAK4130	54691923C	14/03/2011	57380	186	*	II	191.53
MAL3447	54987424E	23/02/2015	65563	230	*	I	191.53
MAL3447	54987423E	23/02/2015	69120	232			53.20
MAL3447	54987422E	23/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MAL3447	54987091E	23/02/2015	50100	162	*	I	574.61
MAV4089	55671996D	07/01/2013	54360	181	*	VI	85.12
MBB9770	55671113D	31/12/2013	53800	181	*	I	85.12
MBK0401	54693318C	27/07/2012	69200	233			127.69
MCG4493	55670579D	18/12/2013	55414	181	*	XVII	53.20
MCI1867	55670810D	03/10/2013	54522	181	*	VIII	127.69
MCP3132	54987557E	05/04/2015	50100	162	*	I	574.61
MDA7097	54986292E	26/01/2014	55250	181	*	XV	85.12
MEX2677	55670614D	14/11/2013	69200	233			127.69
MFA3924	54986324E	06/02/2014	69200	233			127.69
MFB6709	54692891C	21/08/2012	58350	195			127.69
MFO4232	55670797D	24/10/2013	54600	181	*	IX	85.12
MFO4232	55670798D	24/10/2013	54521	181	*	VIII	127.69
MFV4343	54692652C	12/08/2011	50100	162	*	I	574.61
MGT9861	54987349E	23/12/2014	59910	206	*	I	191.53
MKN9938	55672745D	08/08/2013	55411	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 800/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 800/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DYZ2567	54987509E	01/04/2015	65992	230 * V	191.53
DYZ2567	54987510E	01/04/2015	69120	232	53.20
DYZ2567	54987511E	01/04/2015	65563	230 * I	191.53
DYZ2567	54987456E	01/04/2015	50100	162 * I	574.61
DYZ2567	54987457E	01/04/2015	67691	230 * XXII	85.12
LYI5536	54987168E	02/05/2015	54521	181 * VIII	127.69
MAY3710	54987605E	08/04/2015	66102	230 * VII	127.69
MAY3710	54987604E	08/04/2015	65992	230 * V	191.53
MCP3132	54987560E	05/04/2015	58350	195	127.69
MCP3132	54987559E	05/04/2015	65992	230 * V	191.53
MCP3132	54987558E	05/04/2015	51691	165	1915.38
MDZ3603	54987472E	04/04/2015	65563	230 * I	191.53
MDZ3603	54987513E	04/04/2015	69120	232	53.20
MDZ3603	54987512E	04/04/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 802/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 802/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEG6377	54987516E	09/04/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AEG6377	54987515E	09/04/2015	66371	230 * IX	127.69
AEG6377	54987514E	09/04/2015	65992	230 * V	191.53
AEG6377	54987463E	09/04/2015	69120	232	53.20
IMR8672	54987610E	11/04/2015	65992	230 * V	191.53
IMR8672	54987609E	11/04/2015	50100	162 * I	574.61
IMR8672	54987608E	11/04/2015	59080	202 * I	957.69

IMR8672	54987607E	11/04/2015	58350	195		127.69
LXC4189	54987097E	07/03/2015	65992	230	* V	191.53
LXO2960	54987551E	21/03/2015	66102	230	* VII	127.69
LZT0250	54986972E	07/03/2015	65992	230	* V	191.53
LZT0250	54987236E	07/03/2015	52741	175		1915.38
LZT0250	54987237E	07/03/2015	69120	232		53.20
MAD5336	54987606E	11/04/2015	50450	162	* V	191.53
MAD5336	54986981E	11/04/2015	65992	230	* V	191.53
MAP2357	54987517E	12/04/2015	65992	230	* V	191.53
MAP2357	54987465E	12/04/2015	66371	230	* IX	127.69
MAP2357	54987464E	12/04/2015	69120	232		53.20
MBF0547	54986479E	25/04/2015	51691	165		1915.38
MBU4229	54986988E	28/04/2015	65992	230	* V	191.53
MBU4229	54987622E	28/04/2015	50100	162	* I	574.61
MBU4229	54987621E	28/04/2015	58350	195		127.69
MFP2152	54987166E	29/03/2015	51691	165		1915.38
MHH3780	54987620E	24/04/2015	50292	162	* II	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 797/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 797/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BRD8647	54987566E	23/05/2015	50100	162	* I
BRD8647	54987567E	23/05/2015	51691	165	
LXM4311	54987175E	05/06/2015	69120	232	
MAX9385	54987487E	30/05/2015	66532	230	* XI
MDR7286	54986978E	31/03/2015	50100	162	* I
MDR7286	54986977E	31/03/2015	63941	220	* XIV

MDR7286	54986976E	31/03/2015	58350	195	
MDT2986	55670700D	17/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MDT2986	54986726E	27/03/2015	50100	162	* I
MDT2986	54986725E	17/03/2015	65992	230	* V
MER6860	54987537E	20/06/2015	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 799/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 799/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACL5771	54987659E	08/06/2015	65563	230 * I
ARJ0866	54987488E	30/05/2015	65563	230 * I
MAC7512	54987184E	17/06/2015	54870	181 * XI
MBL9482	54987538E	20/06/2015	52741	175
MBL9482	54987498E	20/06/2015	50100	162 * I
MBL9482	54987500E	20/06/2015	51180	164 c/c 162 * I
MBL9482	54987499E	20/06/2015	58350	195
MBL9482	54987539E	21/06/2015	51691	165
MCZ6232	54987176E	05/06/2015	73662	252 * VI
MHP1515	54987481E	26/05/2015	55411	181 * XVII
MHP1515	54987480E	26/05/2015	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 801/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 801/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DJR2464	54057439N	10/07/2015	50020	257 8S
DJR2464	54057440N	10/07/2015	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

GARUVA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 413/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 413/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AUR8742	55982545D	10/04/2015	50100	162 * I	574.61
AUR8742	55982546D	10/04/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 414/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 414/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AON2927	55982469D	26/02/2015	50100	162 * I	574.61
AON2927	55982470D	26/02/2015	73400	252 * IV	85.12

AON2927	55982471D	26/02/2015	65564	230 * I	191.53
AON2927	55982472D	26/02/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 416/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 416/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFQ6237	55982765D	28/04/2015	51851	167	127.69
MHU7854	55982758D	08/04/2015	73662	252 * VI	85.12
MHU7854	55982759D	08/04/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 412/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 412/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMP8634	55982323D	19/05/2015	69120	232
AMU8779	55949014B	13/06/2015	50100	162 * I
LXA0467	55982325D	06/06/2015	50100	162 * I
LXA0467	55982329D	06/06/2015	68580	231 * VII
LXA0467	55982330D	06/06/2015	75790	277
LXA0467	55982327D	06/06/2015	65561	230 * I
LXN1744	55982815D	14/06/2015	50100	162 * I
LXN1744	55982814D	14/06/2015	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 415/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 415/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDB8584	55982810D	02/06/2015	66020	230 * VI
MDB8584	55982811D	02/06/2015	66372	230 * IX
MDB8584	55982812D	02/06/2015	62970	220 * IV
MGA6219	55982622D	08/06/2015	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

GUARAMIRIM

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1000/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1000/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AHC4444	54955026E	16/05/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AHC4444	54955027E	16/05/2015	66290	230 * VIII	127.69
AHC4444	54955028E	16/05/2015	67000	230 * XVI	127.69
AHC4444	54954668E	16/05/2015	50100	162 * I	574.61
AHC4444	54954669E	16/05/2015	65992	230 * V	191.53
BXC1893	54956154E	14/03/2015	66102	230 * VII	127.69
CYP8366	54956242E	10/05/2015	72340	250 * I * a	85.12
IIM2313	54956646E	08/03/2015	67000	230 * XVI	127.69
LJC2227	54955017E	17/04/2015	51851	167	127.69
LXJ9178	54956159E	15/03/2015	51851	167	127.69
LXJ9178	54956158E	15/03/2015	50292	162 * II	957.69
MAZ7247	54956879E	14/04/2015	52070	169	53.20

MAZ7247	54956880E	14/04/2015	58000	192		127.69
MBM1983	54956574E	27/02/2015	61220	214	* I	191.53
MDP7353	54955120E	22/04/2015	55680	181	* XIX	127.69
MFZ1255	54955850E	10/03/2015	55415	181	* XVII	53.20
MIH3351	54955731E	02/03/2015	55415	181	* XVII	53.20
MIR7202	54955323E	12/05/2015	51851	167		127.69
MIX0788	54955180E	18/04/2015	51691	165		1915.38
MKL1192	54956571E	27/02/2015	59670	203	* V	957.69
MKT3650	54955739E	14/03/2015	50100	162	* I	574.61
MKT3650	54955740E	14/03/2015	65992	230	* V	191.53
MKV0484	54956576E	03/03/2015	73662	252	* VI	85.12
MKW9652	54954097E	10/03/2015	54600	181	* IX	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1002/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APM1987	54955160E	15/03/2015	51691	165	1915.38
AXE3504	54955106E	13/03/2015	64080	221	85.12
HAY4919	54955188E	06/05/2015	51851	167	127.69
MAP8091	54954829E	01/05/2015	50100	162 * I	574.61
MAU0182	54955310E	29/04/2015	51341	164 c/c 162 * III	574.61
MBA7873	54955262E	26/04/2015	52741	175	1915.38
MBN2773	54955184E	29/04/2015	70640	244 * IV	191.53
MCC2520	54955920E	04/05/2015	65300	228	127.69
MCD3048	54955919E	23/04/2015	55414	181 * XVII	53.20
MDG7541	54956776E	08/04/2015	58780	199	85.12
MFG7058	54955322E	08/05/2015	65561	230 * I	191.53
MHZ9658	54956833E	31/03/2015	51691	165	1915.38
MIR9074	54955270E	30/04/2015	69120	232	53.20
MIR9074	54955269E	30/04/2015	51691	165	1915.38

MIR9074	54955268E	30/04/2015	66020	230	* VI	191.53
MIR9074	54955267E	30/04/2015	65561	230	* I	191.53
MIR9074	54955265E	30/04/2015	60920	212		191.53
MKB1637	54956572E	27/02/2015	59670	203	* V	957.69
MKV5348	54954766E	11/08/2014	51851	167		127.69
MKV7402	54956157E	15/03/2015	73400	252	* IV	85.12
MKX5481	54956153E	10/03/2015	55411	181	* XVII	53.20
QHC5038	54956751E	27/02/2015	50100	162	* I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 998/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 998/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGG5677	54955917E	05/04/2015	50100	162 * I	574.61
LZD5931	54955837E	28/02/2015	51851	167	127.69
LZS3653	54956701E	25/04/2015	50100	162 * I	574.61
LZS3653	54956702E	25/04/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZS3653	54956703E	25/04/2015	65992	230 * V	191.53
LZS3653	54956704E	25/04/2015	66102	230 * VII	127.69
MHS2932	54955191E	10/05/2015	66531	230 * XI	127.69
MIX0788	54955182E	18/04/2015	58350	195	127.69
MIX0788	54955181E	18/04/2015	72340	250 * I * a	85.12
MJH2316	54956586E	17/03/2015	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1001/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKU3941	54956789E	19/06/2015	55415	181 * XVII
BFO4672	54955503E	11/06/2015	55416	181 * XVII
BMI8959	54955032E	07/06/2015	51691	165
BMI8959	54955033E	07/06/2015	67261	230 * XVIII
BMI8959	54955034E	07/06/2015	58350	195
BMI8959	54955035E	07/06/2015	58191	193
BMI8959	54955036E	07/06/2015	57200	186 * I
CMH5480	54957875E	04/06/2015	51851	167
CMH5480	54957876E	04/06/2015	51930	168
ETP8729	54955419E	31/05/2015	65992	230 * V
ETP8729	54955420E	31/05/2015	57380	186 * II
ETP8729	54955421E	31/05/2015	69120	232
MCK6086	54955553E	29/06/2015	55411	181 * XVII
MDD2760	54955200E	27/06/2015	57380	186 * II
MDD2760	54955451E	27/06/2015	51851	167
MFC2889	54955221E	04/06/2015	55250	181 * XV
MHL0471	54955294E	03/06/2015	57380	186 * II
MIB7316	54955923E	24/06/2015	51180	164 c/c 162 * I
MIB7316	54955922E	24/06/2015	50100	162 * I
MIX1997	54955134E	16/06/2015	55250	181 * XV
MJC3374	54955431E	04/07/2015	50100	162 * I
MJC3374	54955432E	04/07/2015	51180	164 c/c 162 * I
MJC3374	54955433E	04/07/2015	69120	232
MJZ2226	54955041E	10/06/2015	55416	181 * XVII
MKE8476	54955456E	02/07/2015	67851	231 * II * a
MOI6638	54954677E	10/06/2015	55415	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 997/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 997/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE7675	54955215E	29/05/2015	55500	181 * XVIII
ANM7762	54955518E	15/06/2015	51851	167
ATW0513	54955043E	13/06/2015	55411	181 * XVII
DKR6196	54956785E	15/06/2015	51851	167
EIJ8909	54956782E	15/06/2015	55415	181 * XVII
LXF6009	54956963E	21/06/2015	50100	162 * I
LXK0956	54956887E	21/05/2015	58350	195
LXK0956	54956888E	21/05/2015	50100	162 * I
LXK0956	54956889E	21/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
LXK0956	54956892E	21/05/2015	69120	232
LXK0956	54956893E	21/05/2015	66372	230 * IX
MDN8452	54955046E	13/06/2015	55415	181 * XVII
MIR7202	54053412N	18/06/2015	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 999/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 999/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JIQ7229	54955514E	15/06/2015	50292	162 * II
JIQ7229	54955513E	15/06/2015	73662	252 * VI
JIQ7229	54955512E	15/06/2015	60501	208
MCY7603	54955452E	28/06/2015	75790	277
MEQ6294	54956897E	17/06/2015	52070	169
MGR2848	54956898E	17/06/2015	52070	169
MKP7374	54955048E	17/06/2015	55415	181 * XVII
QHG4897	54957873E	23/05/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

ITAPOÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 647/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 647/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJE8347	54963200E	12/04/2015	66102	230 * VII	127.69
ASA5166	54965140E	29/12/2014	51851	167	127.69
ATC8658	54963262E	17/02/2015	65992	230 * V	191.53
ATC8658	54963263E	17/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69
ATC8658	54963264E	17/02/2015	50100	162 * I	574.61
MCI5674	54963799E	10/04/2015	65992	230 * V	191.53
MIA4887	54964614E	09/04/2015	50100	162 * I	574.61
MLI4282	54962931E	11/04/2015	73662	252 * VI	85.12
MMA1167	54963796E	05/04/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 649/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 649/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHR2868	54965416E	02/02/2015	62700	220 * II	127.69
AHR2868	54962751E	14/02/2015	67691	230 * XXII	85.12
AJQ5497	54964398E	02/04/2015	50100	162 * I	574.61
AJQ5497	54964399E	02/04/2015	65992	230 * V	191.53
AMQ8160	54963034E	28/04/2015	65992	230 * V	191.53
AQS6519	54961266E	08/04/2015	66102	230 * VII	127.69
ARY2673	54964374E	18/01/2015	65992	230 * V	191.53
ARY2673	54964376E	18/01/2015	51851	167	127.69
DPC9015	54962242E	09/04/2015	50450	162 * V	191.53
ICK1295	54964580E	24/04/2015	57380	186 * II	191.53

IJJ3160	54962055E	11/04/2015	50100	162	*	I	574.61
IJJ3160	54962056E	11/04/2015	65992	230	*	V	191.53
IJJ3160	54962057E	11/04/2015	65561	230	*	I	191.53
MFC0576	54963116E	14/04/2015	69120	232			53.20
MHN3946	54019072D	27/12/2014	59670	203	*	V	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 651/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 651/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAL0920	54962601E	18/04/2015	50100	162 * I	574.61
AMR0980	54962943E	27/04/2015	50100	162 * I	574.61
ASD2630	54963181E	11/03/2015	66372	230 * IX	127.69
CXT8008	54962058E	26/04/2015	50450	162 * V	191.53
DRP2335	54962232E	08/03/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LXJ6134	54962764E	26/04/2015	51691	165	1915.38
LYB7173	54962233E	08/03/2015	50100	162 * I	574.61
LYB7173	54962234E	08/03/2015	66371	230 * IX	127.69
LYB7173	54962235E	08/03/2015	66371	230 * IX	127.69
LYB7173	54962236E	08/03/2015	69120	232	53.20
LYZ1466	54964572E	08/04/2015	65800	230 * IV	191.53
LYZ1466	54964574E	08/04/2015	69120	232	53.20
LYZ1466	54964575E	08/04/2015	65992	230 * V	191.53
MCQ1620	54962778E	15/05/2015	55250	181 * XV	85.12
MEZ3029	54963120E	18/04/2015	70301	244 * I	191.53
MKS6495	54962667E	09/05/2015	51691	165	1915.38
MLQ8517	54961231E	20/04/2015	55500	181 * XVIII	85.12
OKH2973	54962663E	08/05/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 646/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 646/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEO2139	54964595E	03/06/2015	69120	232
AEO2139	54964594E	03/06/2015	50100	162 * I
AMW0487	54964591E	03/06/2015	65992	230 * V
AMW0487	54964590E	03/06/2015	50100	162 * I
ARU2915	54962641E	17/06/2015	64080	221
IKS1200	54962612E	19/05/2015	54523	181 * VIII
JSX4901	54962639E	16/06/2015	64080	221
MCX8578	54962707E	21/05/2015	69120	232
MCX8578	54962706E	21/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCX8578	54962704E	21/05/2015	50100	162 * I
MCX8578	54962703E	21/05/2015	65992	230 * V
MCX8578	54962705E	21/05/2015	51691	165
MDR7674	54961050E	15/06/2015	50100	162 * I
MES2352	54963906E	13/06/2015	50100	162 * I
MGO4052	54962064E	02/06/2015	73400	252 * IV
MIK6319	54962640E	16/06/2015	50100	162 * I
MKI0751	54963137E	14/06/2015	65992	230 * V
OPQ4251	54961277E	15/06/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ITAPOA/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 648/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 648/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AZN6915	54962632E	12/06/2015	69120	232
BXB9212	54964626E	28/05/2015	54440	181 * VII
DJF7136	54962624E	05/06/2015	51851	167
GPR9184	54964627E	28/05/2015	54440	181 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 650/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 650/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADL3021	54963902E	03/06/2015	55411	181 * XVII
AGV4452	54963904E	09/06/2015	51851	167
AGV4901	54962643E	20/06/2015	65800	230 * IV
CVA2781	54962708E	24/05/2015	65992	230 * V
CVA2781	54962709E	24/05/2015	66371	230 * IX
IJQ4750	54962630E	09/06/2015	50100	162 * I
IJQ4750	54962629E	09/06/2015	65992	230 * V
MCD0745	54964597E	24/06/2015	50100	162 * I
MCJ0065	54964629E	28/05/2015	55250	181 * XV
MDR7674	54961752E	15/06/2015	65992	230 * V
MDR7674	54961751E	15/06/2015	58350	195
MGK9820	54962650E	25/06/2015	65800	230 * IV
MGK9820	54962649E	25/06/2015	50100	162 * I
MGK9820	54962648E	25/06/2015	65992	230 * V
MHO3870	54964593E	03/06/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

PORTO BELO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1046/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1046/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAR4606	54277950F	11/04/2015	65992	230 * V	191.53
MCD0250	55069366E	09/03/2015	65992	230 * V	191.53
MEP4961	55068711E	07/05/2015	65992	230 * V	191.53
MGN4363	55069156E	05/05/2015	65800	230 * IV	191.53
MGN4363	55069158E	05/05/2015	66372	230 * IX	127.69
MGN4363	55069159E	05/05/2015	69120	232	53.20
MHC9558	54277919F	08/04/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1047/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1047/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HHP6110	55069444E	19/03/2015	60412	207	127.69
MFK4881	55068520E	16/02/2015	60501	208	191.53
MGN4363	55069157E	05/05/2015	70640	244 * IV	191.53
MGN4363	55069160E	05/05/2015	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1045/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1045/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IQX0500	54278256F	16/06/2015	73662	252 * VI
MCV9068	55069167E	15/06/2015	52311	172
MEG1788	54278169F	16/06/2015	51851	167
MHD5379	54278354F	16/06/2015	51851	167
MJD0024	54278319F	18/06/2015	73662	252 * VI
MJJ1712	54278323F	18/06/2015	51851	167
MJM3533	54278402F	23/06/2015	55250	181 * XV
MMI9185	54277954F	13/06/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

SCHROEDER**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 743/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 743/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBC5212	55140642E	06/03/2015	55250	181 * XV	85.12
MBT3601	54170478F	11/04/2015	65992	230 * V	191.53
MBT3601	54171387F	11/04/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MBT3601	54171386F	11/04/2015	65561	230 * I	191.53
MDH9354	55139990E	11/04/2015	72340	250 * I * a	85.12
MEB7531	55140591E	19/03/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 745/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 745/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCI9020	54171391F	12/04/2015	55250	181 * XV	85.12
MCV6917	54170538F	10/03/2015	64080	221	85.12
MDP4853	55140584E	13/03/2015	50450	162 * V	191.53
MDP4853	55140587E	13/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MDP4853	55140586E	13/03/2015	66372	230 * IX	127.69
MFO6843	55140647E	07/03/2015	53200	176 * V	957.69
MFO6843	55140648E	07/03/2015	52900	176 * II	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 747/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 747/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJX8524	55140724E	01/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AJX8524	55140723E	01/03/2015	65992	230 * V	191.53
BNO5209	54171394F	12/04/2015	55250	181 * XV	85.12
LYL8668	54170534F	10/03/2015	64080	221	85.12
LYS0234	54171367F	03/04/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYS0234	54171366F	03/04/2015	50100	162 * I	574.61
MBD5651	54171356F	26/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MBD5651	54171355F	26/03/2015	65992	230 * V	191.53
MBD5651	54170469F	26/03/2015	66290	230 * VIII	127.69
MEO0057	54170504F	23/02/2015	65992	230 * V	191.53
MGN5175	54170655F	28/04/2015	52070	169	53.20
MLI8195	54170654F	28/04/2015	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 742/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 742/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKD4315	54170576F	05/06/2015	65992	230 * V
CHI8284	54171430F	11/06/2015	65992	230 * V
CHI8284	54170577F	11/06/2015	67261	230 * XVIII
MBY2514	55139994E	07/06/2015	51180	164 c/c 162 * I
MBY2514	55139993E	07/06/2015	50100	162 * I
MEW1615	54171431F	11/06/2015	67261	230 * XVIII
MIU1899	54171424F	03/06/2015	65992	230 * V
MJV4314	55139995E	09/06/2015	55411	181 * XVII
MLN7207	54170682F	23/05/2015	54523	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 744/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 744/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKB3433	54170680F	23/05/2015	54523	181 * VIII
APP7058	54170562F	22/05/2015	69120	232
MHJ8873	54171415F	22/05/2015	66102	230 * VII
MJZ4715	55140127E	24/05/2015	69120	232
MJZ4715	55140126E	24/05/2015	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 746/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 746/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EGT0207	54170625F	21/06/2015	51180	164 c/c 162 * I
GBX2008	54170684F	04/06/2015	69120	232
GBX2008	54170683F	04/06/2015	75790	277
HIO5677	54533383E	24/06/2015	69120	232
HIO5677	54533382E	24/06/2015	50292	162 * II
MBA8313	54170572F	03/06/2015	65992	230 * V
MLA2773	54171425F	03/06/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

SIDERÓPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 762/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 762/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM0191	55114551E	06/04/2015	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 764/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 764/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBC7728	55307822D	13/03/2015	65992	230 * V	191.53
MBC7728	55307823D	13/03/2015	65561	230 * I	191.53
MBC7728	55307824D	13/03/2015	66371	230 * IX	127.69
MBC7728	55307825D	13/03/2015	50100	162 * I	574.61
MDW9027	55114984E	19/04/2015	66700	230 * XIII	127.69
MDW9027	55114985E	19/04/2015	58350	195	127.69
MDW9027	55114986E	19/04/2015	69120	232	53.20
MDW9027	55114988E	19/04/2015	60502	208	191.53
MDW9027	55114989E	19/04/2015	52152	170	191.53
MKC6490	55114507E	19/04/2015	66372	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 761/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 761/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLL8778	55114510E	31/05/2015	65992	230 * V
MBF3425	55114580E	30/05/2015	64080	221
MBF3425	55114648E	30/05/2015	69120	232
MBF3425	55114649E	30/05/2015	58350	195
MBF3425	55114650E	30/05/2015	52152	170
MFD1672	55114585E	30/05/2015	50100	162 * I
MFD1672	55114586E	30/05/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 763/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 763/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCG7542	55114706E	24/06/2015	69120	232
MCG7542	55114707E	24/06/2015	66372	230 * IX
MCG7542	55114668E	24/06/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

Três Barras

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 681/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 681/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABW3787	55550600E	03/03/2015	66700	230 * XIII	127.69
ABW3787	55550599E	03/03/2015	66102	230 * VII	127.69
AER1564	55551154E	21/03/2015	50100	162 * I	574.61
AER1564	55551155E	21/03/2015	65992	230 * V	191.53
BBN2109	55552006E	08/04/2015	59670	203 * V	957.69
EMT1675	55551690E	05/04/2015	51691	165	1915.38
JNL0682	55551685E	05/04/2015	64080	221	85.12
LZC3570	55550803E	28/04/2015	52741	175	1915.38
LZQ6888	55551694E	07/04/2015	65992	230 * V	191.53
MBT9209	55552436E	18/04/2015	73662	252 * VI	85.12
MES7993	55552593E	09/04/2015	50450	162 * V	191.53
MEY4704	55551692E	07/04/2015	50100	162 * I	574.61
MEY4704	55551693E	07/04/2015	69120	232	53.20
MFC6009	55550805E	01/05/2015	69120	232	53.20
MFC6009	55550804E	01/05/2015	65992	230 * V	191.53
MGN3631	55550709E	19/04/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MGN3631	55550708E	19/04/2015	66532	230 * XI	127.69
MGN3631	55550707E	19/04/2015	65561	230 * I	191.53
MGN3631	55550706E	19/04/2015	65992	230 * V	191.53
MGN3631	55550705E	19/04/2015	69120	232	53.20
MGN3631	55550704E	19/04/2015	69120	232	53.20
MHP2624	55551741E	02/04/2015	52070	169	53.20
MLI6480	55551706E	04/03/2015	50100	162 * I	574.61
MMI4024	55551749E	13/04/2015	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 683/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 683/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEE4283	55551202E	08/03/2015	50100	162 * I	574.61
AIB6456	55551674E	30/03/2015	50100	162 * I	574.61
KAG7956	55552525E	05/03/2015	50100	162 * I	574.61
LXW3732	55551211E	17/04/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXW3732	55551210E	17/04/2015	50100	162 * I	574.61
MFH7460	55552634E	20/04/2015	50100	162 * I	574.61
MFH7460	55552635E	20/04/2015	66531	230 * XI	127.69
MFH7460	55552636E	20/04/2015	66371	230 * IX	127.69
MHR7742	55550703E	17/04/2015	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 685/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 685/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACV7144	55550740E	04/05/2015	65992	230 * V	191.53
ACV7144	55550739E	04/05/2015	69120	232	53.20
AFL9131	55552434E	18/04/2015	50100	162 * I	574.61
CKZ9505	55550716E	25/04/2015	52741	175	1915.38
CKZ9505	55550715E	25/04/2015	52151	170	191.53
CKZ9505	55550714E	25/04/2015	59670	203 * V	957.69
CKZ9505	55550713E	25/04/2015	59670	203 * V	957.69
CKZ9505	55550711E	25/04/2015	59670	203 * V	957.69
CKZ9505	55550710E	25/04/2015	58350	195	127.69
CKZ9505	55551219E	25/04/2015	66371	230 * IX	127.69
CKZ9505	55551218E	25/04/2015	66371	230 * IX	127.69
CKZ9505	55551217E	25/04/2015	66371	230 * IX	127.69
CKZ9505	55551215E	25/04/2015	66371	230 * IX	127.69
LWZ3524	55550761E	01/05/2015	59670	203 * V	957.69
MEX7143	55552637E	02/05/2015	65992	230 * V	191.53
MFH2163	55551212E	17/04/2015	59670	203 * V	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 680/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 680/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACV7144	55552027E	06/06/2015	66102	230 * VII
ACV7144	55552028E	06/06/2015	64080	221
ACV7144	55552029E	06/06/2015	69120	232
ACV7144	55552030E	06/06/2015	51851	167
BYA1300	55551173E	04/06/2015	55250	181 * XV
IJV3268	55550734E	03/05/2015	59670	203 * V
LXK0352	55550810E	29/05/2015	50100	162 * I
MDF5324	55551056E	13/06/2015	51691	165
MHM6427	55550863E	02/06/2015	59670	203 * V
MJT7512	55550811E	29/05/2015	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 682/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 682/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANA7092	55551052E	31/05/2015	50100	162 * I

ANA7092	55551053E	31/05/2015	51180	164	c/c 162 * I
MCE2294	55550778E	30/05/2015	50100	162	* I
MCE2294	55550779E	30/05/2015	66102	230	* VII
MCE2294	55550780E	30/05/2015	50610	163	c/c 162 * I
MML5963	55552036E	17/06/2015	73662	252	* VI
OKE2073	55551112E	23/06/2015	65992	230	* V
OKE2073	55551111E	23/06/2015	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 684/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 684/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALJ9432	55550795E	24/06/2015	69120	232
AOZ9448	55550913E	19/06/2015	65564	230 * I
AOZ9448	55551108E	19/06/2015	65992	230 * V
AOZ9448	55551107E	19/06/2015	50100	162 * I
HAK7034	55550915E	23/06/2015	51851	167
MET1320	55550789E	07/06/2015	64080	221
MET1320	55550790E	07/06/2015	69120	232
MGZ8857	55552035E	17/06/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Turvo

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 829/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 829/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYG3021	54953992E	10/04/2015	65992	230 * V	191.53
MAC6785	54953987E	10/04/2015	50100	162 * I	574.61
MAC6785	54953989E	10/04/2015	66532	230 * XI	127.69
MCQ5526	54953589E	19/04/2015	66371	230 * IX	127.69
MCQ5526	54953588E	19/04/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MIF2449	54953796E	13/04/2015	52070	169	53.20
MIF2449	54953797E	13/04/2015	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 831/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 831/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHM0478	54953979E	13/03/2015	65992	230 * V	191.53
CPU2086	54017329F	17/04/2015	51851	167	127.69
EVJ4637	54017340F	08/05/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
IDD3283	54953981E	13/03/2015	65992	230 * V	191.53
IDD3283	54953980E	13/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBJ5015	54953977E	13/03/2015	65992	230 * V	191.53
MBJ5015	54953976E	13/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBJ5015	54953975E	13/03/2015	50100	162 * I	574.61
MCA5962	54953929E	14/03/2015	52070	169	53.20
MIZ5201	54953237E	25/04/2015	52311	172	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 833/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 833/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IHU7758	54953862E	18/04/2015	65992	230 * V	191.53
IHU7758	54953863E	18/04/2015	50100	162 * I	574.61
JLY8850	55596425D	07/05/2015	66372	230 * IX	127.69
JLY8850	55596424D	07/05/2015	51692	165	1915.38

MDE1478	54953798E	13/04/2015	69120	232		53.20
MFY1355	54017336F	02/05/2015	69120	232		53.20
MJA2036	54953867E	30/04/2015	50450	162 * V		191.53
MKE2610	54017327F	17/04/2015	69120	232		53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 828/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 828/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDB0623	55596232D	31/05/2015	66102	230 * VII
ILH7293	54019065F	15/06/2015	50100	162 * I
ILH7293	54019066F	15/06/2015	51180	164 c/c 162 * I
ILH7293	54019067F	15/06/2015	65992	230 * V
ILH7293	54019068F	15/06/2015	69120	232
LYE5891	55596248D	06/06/2015	65992	230 * V
LYE5891	55596250D	06/06/2015	69120	232
LYE5891	55596249D	06/06/2015	50960	163 c/c 162 * V
LYE5891	54019051F	06/06/2015	51851	167
LYE5891	54019052F	06/06/2015	66371	230 * IX
MAR6121	55596237D	01/06/2015	67691	230 * XXII
MAR6121	55596236D	01/06/2015	69120	232
MAR6121	55596235D	01/06/2015	50450	162 * V
MAR6121	55596234D	01/06/2015	50960	163 c/c 162 * V
MCG3781	55596227D	28/05/2015	69120	232
MCG3781	55596226D	28/05/2015	50100	162 * I
MEB7769	54019073F	21/06/2015	66532	230 * XI
MEB7769	54019072F	21/06/2015	51180	164 c/c 162 * I
MEB7769	54019071F	21/06/2015	50100	162 * I
MJE4567	54953246E	30/05/2015	50100	162 * I

MJE4567 54953247E 30/05/2015 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 04 DE JULHO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 830/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 830/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYR9472	54019013F	27/06/2015	67691	230 * XXII
ICH9170	54953873E	05/06/2015	50610	163 c/c 162 * I
ICH9170	54953872E	05/06/2015	50100	162 * I
LWU3992	55596245D	06/06/2015	66372	230 * IX
LWU3992	55596244D	06/06/2015	50450	162 * V
LWU3992	55596243D	06/06/2015	65992	230 * V
LXH3886	54953626E	06/06/2015	66372	230 * IX
MBU0512	55596242D	06/06/2015	57380	186 * II
MEU2353	54018108F	29/05/2015	70302	244 * I
MHW4027	54019054F	06/06/2015	65561	230 * I
MHW4027	54019053F	06/06/2015	70561	244 * III
MIR4104	55976133B	29/05/2015	50610	163 c/c 162 * I
MIR4104	55976136B	29/05/2015	58350	195
MIR4104	55976135B	29/05/2015	50100	162 * I
MIR4104	55976134B	29/05/2015	57200	186 * I
MIR4104	55976132B	29/05/2015	52741	175
MKB7326	54018109F	29/05/2015	58192	193
MKB7326	54018110F	29/05/2015	58350	195
MKH4662	54019087F	24/06/2015	51691	165
MLJ7070	54018206F	28/06/2015	58780	199
MLY8658	54019057F	07/06/2015	50100	162 * I
MLY8658	54019058F	07/06/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 11 DE JULHO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 832/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 832/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKQ5580	54019064F	12/06/2015	66102	230 * VII
IMS5631	55976146B	13/06/2015	65992	230 * V
IMS5631	55976147B	13/06/2015	50100	162 * I
LXN8549	54019059F	12/06/2015	50100	162 * I
MEI8730	54019097F	27/06/2015	69120	232
MEI8730	54019096F	27/06/2015	50450	162 * V
MEI8730	54019095F	27/06/2015	65992	230 * V
MHI9309	55596241D	06/06/2015	66102	230 * VII
QHP4011	54019063F	12/06/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 18 DE JULHO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA